

# **Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975**

**Pedro Miguel Marques Gomes**

**Tese de Doutoramento em História  
Especialidade de História Contemporânea**

**Julho, 2018**

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica dos Professores Doutores Maria Inácia Rezola e Pedro Aires Oliveira.

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

(SFRH/BD/109127/2015)

## Declarações

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

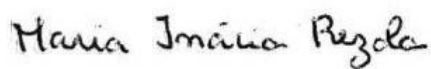
O candidato,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Nunes'.

Lisboa, 23 de Março de 2018

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Maria Inês Rezola'.

Lisboa, 23 de Março de 2018

*À memória do meu avô Armando*

## **Agradecimentos**

Desejo agradecer aos meus orientadores, Professora Maria Inácia Rezola, a quem devo o meu interesse pela investigação histórica, e Professor Pedro Aires Oliveira. Estou-lhes grato pelas sugestões, críticas e comentários que foram tecendo ao longo da minha investigação, assim como pelo incentivo e disponibilidade constantes.

A todos os protagonistas dos acontecimentos que aceitaram falar comigo, pela generosa partilha das suas memórias, e aos responsáveis e funcionários dos arquivos por onde passei ao longo destes anos: Arquivo do Sindicato dos Jornalistas, da Presidência do Conselho de Ministros, Torre do Tombo, Fundação Mário Soares, Gabinete para os Meios de Comunicação Social, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional de Portugal e Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Uma palavra de gratidão para os amigos e colegas, que, de formas diversas, me ajudaram: Ana Teresa Clímaco Leitão, Carolina Macedo, Cláudia Henriques, Nuno Caeiro. Ao Filipe Guimarães da Silva e José Manuel dos Santos, pelos debates de ideias e sugestões e ao José Pedro Castanheira, que, generosa e pacientemente, leu e comentou este trabalho.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo apoio concedido através da bolsa de doutoramento, ao Instituto de História Contemporânea e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, pelo acolhimento desta investigação.

Aos amigos e à minha família, cujo apoio nunca saberei agradecer devidamente.

Este trabalho é dedicado à memória do meu avô Armando.

# **JORNAIS, JORNALISTAS E PODER: A IMPRENSA QUE NASCE NA REVOLUÇÃO E AS LUTAS POLÍTICAS DE 1975**

**PEDRO MIGUEL MARQUES GOMES**

## **RESUMO**

No período de transição da ditadura para a democracia em Portugal a relevância dos órgãos de comunicação social assumiu vários contornos. Foram meios privilegiados de transmissão de informações à opinião pública, mas, simultaneamente, envolveram-se nos acontecimentos, intervindo nas lutas políticas que ocorreram logo após o 25 de Abril de 1974. Não raras vezes, criaram factos políticos e estiveram, eles próprios, no centro de alguns dos mais emblemáticos combates então travados.

Deram voz aos principais actores político-militares, criticaram-nos e/ou elogiaram-nos, consoante a fase do processo revolucionário e a linha editorial que defendiam. Tudo aconteceu enquanto os órgãos de comunicação e jornalistas procuravam lidar e adaptar-se a uma nova realidade profissional, propiciada pela liberdade de expressão. Um processo que não foi pacífico, nem isento de contradições, mas que acompanhou as tendências que emergiram na sociedade portuguesa.

Nesta investigação, exclusivamente sobre a Imprensa, analisamos o contexto dos jornais e do modo de praticar jornalismo na revolução, olhamos para a situação profissional dos jornalistas e para as mudanças que nela vão ocorrendo, procurando ainda entender as políticas que são apresentadas e aplicadas pelos órgãos de poder às empresas jornalísticas. A partir de então, é possível compreender as circunstâncias em que são criados novos títulos privados de Imprensa, as suas motivações e objectivos. Procuramos relacionar contextos, analisar estratégias e linhas editoriais e interpretar conteúdos.

Ao estudarmos os quatro principais periódicos criados em 1975 – *Jornal Novo*, *O Jornal*, *Tempo* e *A Luta* – deparamo-nos com projectos jornalísticos (com diferenças entre si) que, pretendendo ser uma alternativa à Imprensa então estatizada, foram, sob vários aspectos, inovadores e ousados, não deixando de serem também polémicos, de participarem activamente no curso dos acontecimentos e de se assumirem, inequivocamente, como defensores da legalidade democrática enquanto via política para o futuro do país.

**Palavras-chave:** Imprensa; Revolução; Luta política; Controlo dos Media; Jornalismo Revolucionário.

# **JOURNALS, JOURNALISTS AND POWER: THE PRESS BORN IN THE REVOLUTION AND THE POLITICAL BATTLES OF 1975**

**PEDRO MIGUEL MARQUES GOMES**

## **ABSTRACT**

In the transitional period from dictatorship to democracy in Portugal, the relevance of the media took on various shapes. The media were privileged means of transmitting information to the public, but got simultaneously involved in events by intervening in the political struggle that took place immediately after the 25<sup>th</sup> of April 1974. Not rarely, the media created political facts and were, themselves, at the centre of some of the most emblematic battles then fought.

The media gave voice to the main political/military actors. They were criticised and/or praised depending on the stage of the revolutionary process and the editorial line the media stood by. Everything happened while the media and journalists sought to deal with and adapt to a new professional reality, fostered by the freedom of speech.

In this research, exclusively about the Press, we analyse the context of journals and the ways of practicing journalism in the revolution. We take a look at the professional situation of journalists and the changes therein, also seeking to understand the policies that the decision-making bodies presented and applied to the media companies. After that, it is possible to appreciate the circumstances in which new private Press titles are created, as well as their motivations and objectives. We seek to relate contexts, to analyse strategies and editorial lines, and to interpret contents.

By revising the four main periodicals created in 1975 – *Jornal Novo*, *O Jornal*, *Tempo*, and *A Luta* – we are faced with journalistic projects (with differences between them) that, by intending to be an alternative to the then state-centred Press, were, in many aspects, innovative and bold, while not lacking in controversy. They were actively engaged in the setting of events and they established themselves, unequivocally, as advocates for democratic legality as a political route for the future of the country.

**Keywords:** Press; Revolution; Political battle; Media control; Revolutionary journalism.

## Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. A História, o Jornalismo e a fixação da Memória .....	1
1.2. A Imprensa como objecto de estudo e como fonte da História .....	8
1.3. A escolha do tema do trabalho .....	10
1.4. Âmbito cronológico, aspectos metodológicos, fontes e bibliografia.....	16
1.5. A estrutura do trabalho .....	19
1.6. O Estado da Arte .....	20

### I PARTE

#### *Jornais, Jornalistas e Poder do 25 de Abril de 1974 ao «Verão Quente» de 1975*

<b>2. OS JORNAIS .....</b>	<b>31</b>
2.1. O dia 25 .....	32
2.2. A <i>Época</i> e <i>Novidades</i> : o fim dos jornais do regime .....	36
2.3. Os primeiros conflitos: n' <i>O Século</i> e no <i>Jornal do Comércio</i> .....	40
2.4. A «dança das cadeiras» nos jornais .....	44
2.4.1. O imediato pós 25 de Abril.....	44
2.4.2. Os saneamentos ganham outros contornos .....	49
2.5. A agitação revolucionária nos jornais de Lisboa.....	56
2.6. As nacionalizações e a intensificação das lutas pelo controlo da Imprensa.....	64
2.7. A crise económico-financeira na Imprensa .....	74
<b>3. OS JORNALISTAS.....</b>	<b>80</b>
3.1. Os jornalistas na revolução.....	81
3.2. A situação profissional dos jornalistas .....	85
3.3. O Sindicato dos Jornalistas.....	90
<b>4. O PODER.....</b>	<b>97</b>
4.1. Uma política de Informação revolucionária? .....	98
4.2. Os Ministros e o Ministério da Comunicação Social .....	106
4.3. Linhas de acção de um sector agitadoíssimo.....	117
4.4. Os Conselhos de Informação e de Imprensa .....	123
4.5. A Lei de Imprensa e a legislação que não foi aplicada .....	127

### II PARTE

#### *Novos Tempos, Novos Jornais*

<b>5. O SURGIMENTO DE NOVOS JORNAIS.....</b>	<b>138</b>
5.1. <i>Jornal Novo</i> .....	138



5.1.1. Um novo diário em preparação .....	138
5.1.2. O <i>Jornal Novo</i> e a sua «vocação socialista».....	142
5.1.3. Um jornal vespertino criado para agitar .....	149
5.1.4. Os editoriais, as fotomontagens e as críticas a Correia Jesuino .....	156
5.1.5. Um núcleo variado de colaboradores .....	166
5.1.6. A “cacha” Documento dos Nove e a “confissão” do “pasquim” .....	170
<b>5.2. O <i>Jornal</i> .....</b>	<b>175</b>
5.2.1. “E se fizéssemos um jornal com estes gajos?” .....	175
5.2.2. 2 de Maio de 1975: o sonho é concretizado .....	183
5.2.3. O trabalho diário num semanário e os “Nove” como fonte privilegiada.....	189
5.2.4. Colaboradores de primeira linha: de Sttau Monteiro a Abel Manta.....	194
5.2.5. Um grafismo inovador, o génio de Beça Múrias para os títulos e algumas polémicas.....	203
5.2.6. Alguns temas em destaque .....	209
<b>5.3. <i>Tempo</i>.....</b>	<b>218</b>
5.3.1. Um projecto em construção e o carimbo de “conservador” .....	218
5.3.2. 29 de Maio de 1975: o <i>Tempo</i> finalmente nas bancas.....	228
5.3.3. O dia-a-dia na redacção e os conteúdos do jornal .....	237
5.3.4. Dois colunistas em destaque: Vera Lagoa e Manuel de Portugal.....	242
5.3.5. O <i>Tempo</i> entre conflitos e polémicas .....	251
5.3.6. A dificuldade em conseguir entrevistas, as fontes e os temas em destaque .....	254
<b>5.4. A <i>Luta</i>.....</b>	<b>263</b>
5.4.1. Do «caso <i>República</i> » à criação de um novo diário .....	263
5.4.2. Nas bancas em pleno «Verão Quente» .....	268
5.4.3. A política no centro do jornal .....	275
5.4.4. As colunas de opinião e o núcleo de colaboradores .....	280
5.4.5. As polémicas e os temas em destaque .....	288
<b>6. OS JORNAIS E O COMBATE POLÍTICO DE 1975 .....</b>	<b>296</b>
6.1. Do abandono do PS do IV Governo Provisório à queda do Executivo.....	298
6.2. O Directório, o «Documento dos Nove» e o V Governo Provisório.....	314
6.3. O Discurso de Vasco Gonçalves em Almada, a Assembleia de Tancos e o VI Governo Provisório .....	328
6.4. Os jornais e o pós 25 de Novembro: uma História por fazer.....	347
<b>Conclusão .....</b>	<b>355</b>
<b>Lista de Quadros e Gráficos .....</b>	<b>364</b>
<b>Lista de Figuras .....</b>	<b>365</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>366</b>
<b>Anexo – Exemplos de capas de jornais .....</b>	<b>I</b>

## **Lista de Abreviaturas**

ANP – Associação Nacional Popular  
AOC – Aliança Operária Camponesa  
CCT – Contrato Colectivo de Trabalho  
CDE – Comissão Democrática Eleitoral  
CDS – Centro Democrático Social  
CEM – Chefe de Estado-Maior  
CEMGFA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas  
Cf. – Conferir  
CGD – Caixa Geral de Depósitos  
CI – Conselho de Imprensa  
CIP – Confederação da Indústria Portuguesa  
Cit. – Citado  
CNE – Comissão Nacional de Eleições  
COPCON – Comando Operacional do Continente  
CR – Conselho da Revolução  
CT – Comissão de Trabalhadores  
DN – Diário de Notícias  
ELP – Exército de Libertação de Portugal  
EN – Emissora Nacional  
ENP – Empresa Nacional de Publicidade  
FA – Forças Armadas  
IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais  
JSN – Junta de Salvação Nacional  
MCS – Ministério da Comunicação Social  
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral  
MES – Movimento de Esquerda Socialista  
MFA – Movimento das Forças Armadas  
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros  
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado  
PAP – Plano de Acção Política  
PCP – Partido Comunista Português

PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança

PM – Primeiro-Ministro

PPD – Partido Popular Democrático

PR – Presidente da República

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PS – Partido Socialista

PSP – Polícia de Segurança Pública

RALIS – Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa

RML – Região Militar de Lisboa

RR – Rádio Renascença

RTP – Radiotelevisão Portuguesa

SNT - Sociedade Nacional de Tipografia

SJ – Sindicato dos Jornalistas

SUV – Soldados Unidos Vencerão

UDP – União Democrática Eleitoral

UEC – União dos Estudantes Comunistas

## I PARTE

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1.A História, o Jornalismo e a fixação da Memória

Num volume a que chamou *Sobre História*, no qual reúne vários ensaios escritos ao longo de trinta anos, o historiador britânico Eric H. Hobsbawm reflecte sobre aquilo que considera ser a matéria-prima da História. Ao afirmar o passado como uma “dimensão permanente da consciência humana”, Hobsbawm coloca o historiador perante uma infinidade de matéria a estudar. Não deixa, porém, de especificar esta sua forma de olhar para o ofício de historiador:

“Em teoria, o passado – todo o passado, desde o facto mais insignificante até tudo o que aconteceu até agora – constitui matéria-prima da história. Uma grande parte disso não é da competência dos historiadores, mas outra boa parte é. (...) eles são responsáveis por reunir e dar forma à memória colectiva do passado”<sup>1</sup>.

Para Hobsbawm, a verificação/confrontação da matéria recolhida é determinante no trabalho do historiador, cujo ofício é o de “lembrar o que os outros esquecem”, sublinha o próprio numa outra obra<sup>2</sup>. Sustenta, por isso, que “o ponto desde o qual devem partir os historiadores, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre factos comprovados e ficção”, isto é, “entre afirmações históricas baseadas em factos e submetidas a verificação e as que não reúnem estas condições”<sup>3</sup>. Ou seja, ao historiador cabe uma tarefa de apuramento dos factos, de análise constante e distinção do que é a matéria historiográfica e do que possa fazer parte de outros domínios.

Outra característica da História, o facto de estar permanentemente em actualização e revisão, sujeita a correcções e acrescentos, é destacada por Jacques Le Goff. De acordo com o historiador francês, “a historiografia surge como sequência de

---

<sup>1</sup> Eric J. Hobsbawm, *Sobre la historia*. Barcelona: Biblioteca de Bolsillo, 2002, p. 39.

<sup>2</sup> Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX (1914-1991)*. Lisboa: Presença, 1996, p. 15.

<sup>3</sup> Eric J. Hobsbawm, *Sobre la...Op. Cit.*, p. 8.

novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões”<sup>4</sup>. É precisamente a consciência da complexidade do processo historiográfico que leva Pierre Nora a lembrar que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”<sup>5</sup>. Sendo múltiplos os factores que contribuem para essa noção da História como algo sempre provisório, podemos destacar, por exemplo, o facto de, ao longo do tempo, nova documentação sobre determinados assuntos ser disponibilizada ou ainda, simplesmente, serem reinterpretadas fontes já antes consultadas.

Na medida em que o historiador parte sempre do presente para estudar o passado, a narrativa histórica produzida não será, também ela, neutra, contendo a subjectividade inerente à recolha, análise e interpretação de fontes – ao método historiográfico, se quisermos. “Não afirmemos que o bom historiador é alheio às paixões; tem aquela, pelo menos”, diz-nos Marc Bloch<sup>6</sup>. Ainda assim, como refere François Bédarida, “a busca da verdade deve ser explicitamente considerada a regra de ouro de todo o historiador digno desse nome”. Muito embora tenha consciência da impossibilidade de “dominar essa verdade”, deve almejar, pelo menos, uma aproximação<sup>7</sup>.

Cabe, portanto, ao historiador, com o seu método, construir uma narrativa – desenvolvendo interpretações, relações e atribuindo sentido aos acontecimentos – que se pretende verdadeira. Essa “verdade da história” é conseguida estabelecendo uma relação “entre os componentes do passado, tal como ele nos chega através de seus vestígios documentais, e o espírito do historiador que o reconstrói, buscando conferir-lhe inteligibilidade”<sup>8</sup>. Tendo, é claro, consciência de que será sempre apenas uma parte da história e não a “realidade total”, “por mais globalizadora e poliédrica que tente ser a nossa investigação e a nossa interpretação, ou seja, por mais ângulos por que tentemos tratar qualquer objecto da História, para o melhor compreender, no seu texto e no seu contexto”<sup>9</sup>.

Na História, a colocação de hipóteses e de questões é, muitas vezes, o ponto de partida para a investigação. Estas podem ser alteradas ao longo do estudo, confirmadas

---

<sup>4</sup> Jacques Le Goff, *História e Memória*. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 22.

<sup>5</sup> Pierre Nora, “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, in *Projecto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*. Vol. 10. São Paulo: PUC-SP, 1993, p. 9.

<sup>6</sup> Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa: Edições Europa América, 2010, p. 163.

<sup>7</sup> François Bédarida, “Tempo presente e presença da história”, in Marieta Ferreira e Janaína Amado (Org.) *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 222.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>9</sup> Luís Reis Torgal, *História? Que História?* Lisboa: Temas e Debates, 2014, p. 40.

ou rejeitadas. Pretende-se compreender, não julgar, absolver ou punir. Procura-se, como destaca Enzo Traverso, a origem dos eventos:

“Resultado de uma operação intelectual, a história é analítica e reflexiva, procurando pôr em evidência as estruturas subjacentes aos acontecimentos, as relações sociais nas quais estão implicados os homens e as motivações dos seus actos. Em suma, é uma outra verdade, indissociável da interpretação”<sup>10</sup>.

O ofício de historiador é, assim, o de compreender, interpretar, contextualizando e relacionando os acontecimentos através de fontes que se pretendem diversificadas e plurais, tendo sempre a consciência de que se trata de um trabalho provisório e de que a história a que se chega é apenas uma das histórias possíveis.

No jornalismo, a tendência para a objectividade é semelhante à da História. “Inatingível por definição”, como escreve Mário Mesquita<sup>11</sup>, a “conduta de objectividade” chega a ser vista como “ritual estratégico”, no sentido em que deve nortear a acção do jornalista, embora consciente de que não a conseguirá alcançar.

A sociológica americana Gaye Tuchman, ao referir-se ao processo de produção de conteúdos jornalísticos, destaca, desde logo, a inevitabilidade de serem tomadas “decisões” e, na maioria das vezes, “imediatas”:

“ [O jornalista] tem de tomar decisões imediatas relativamente à validade, fiabilidade e «verdade» a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza da sua tarefa – o processamento de informação que dá pelo nome de notícia, um produto de consumo depletivo feito diariamente”<sup>12</sup>.

Ou seja, os relatos noticiosos são “mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética”<sup>13</sup>. No discurso jornalístico estão contidas, de forma explícita ou implícita, diversas orientações. A notícia oferece uma visão da realidade, resultado das opções tomadas pelo seu autor, na medida em que um mesmo acontecimento pode ser objecto de múltiplas notícias, que o retratam de forma diversa. Revela – ou é, em parte,

---

<sup>10</sup> Enzo Traverso, *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 105.

<sup>11</sup> Mário Mesquita, *O Quarto Equívoco. O Poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003, p. 212.

<sup>12</sup> Gaye Tuchman, “A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas” in Nelson Traquina (Org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja, 1999, p. 76.

<sup>13</sup> Gaye Tuchman, “Contando ‘Estórias’” in Nelson Traquina (Org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja, 1999, p. 262.

resultado – da bagagem cultural do jornalista, sendo improvável que ele se consiga afastar dessa carga subjectiva durante o processo de elaboração do texto. Precisamente por isso, a ideia de objectividade é, como se disse, considerada um mito ou um ideal inatingível. Como observa Michael Schudson, essa objectividade “tornou-se um ideal no jornalismo precisamente quando a impossibilidade de ultrapassar a subjectividade começou a ser vista como inevitável”<sup>14</sup>.

É impossível falar de jornalismo sem referir o imediatismo que lhe está associado. “A essência do acontecimento jornalístico é a actualidade”, diz-nos a investigadora espanhola Mar de Fontcuberta, segundo a qual, para que se possa considerar determinada informação como uma notícia, esta deve conjugar características como “ser recente”, “ser imediata” e “que circule”. Ou seja, que tenha acabado de suceder ou de ser descoberta, “que se dê a conhecer no mínimo espaço de tempo possível, e que esse conhecimento circule num público vasto e massivo”<sup>15</sup>.

Perante uma característica diametralmente oposta aos pressupostos da História, que, estudando o passado, debruça-se sobre processos que se encontram já encerrados, o jornalismo não reserva – excepto, por exemplo, na reportagem de investigação – grande espaço à reflexão acerca do “significado” e do “alcance histórico do que acaba de acontecer e que «precisa» de ser reformado imediatamente”<sup>16</sup>. Denis MacQuail, socorrendo-se da síntese feita por Robert Park, apresenta-nos aquelas que considera serem as principais características da notícia jornalística, que a distinguem da História, entre as quais destacamos:

“As notícias são marcadas pelo tempo; dizem respeito a acontecimentos muito recentes ou recorrentes;

As notícias não são sistemáticas; lidam com acontecimentos singulares e o mundo visto através das notícias consiste apenas em acontecimentos não relacionados, que a notícia não se propõe interpretar enquanto sua principal tarefa;

As notícias são perecíveis – só vivem enquanto os próprios acontecimentos são actuais (...);

As notícias são fundamentalmente para orientar e dirigir a atenção e não um substituto para o conhecimento (...)”<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Michael Schudson, *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978, p. 157.

<sup>15</sup> Mar de Fontcuberta, *A Notícia – pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 18.

<sup>16</sup> Nelson Traquina (Org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja 1999, p. 12.

<sup>17</sup> Denis McQuail, *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 342.

Em suma, como observa Mário Mesquita, “os processos de produção jornalística caracterizam-se por uma fragilidade endémica”<sup>18</sup>. Por outras palavras, as várias limitações à praxis jornalística – desde logo, o “espaço” e o “tempo” – colocam o jornalista (cada vez mais) em permanente confronto com situações a que tem de dar rápida resposta, ainda que as informações obtidas possam estar incompletas ou incertas.

Debruçando-se sobre aquilo a que chama “epistemologia da Informação”, o historiador Jorge Borges de Macedo acentua “a coincidência quanto à atitude crítica entre o jornalista e o historiador”, muito embora o tempo para essa crítica seja, realmente, muito dispare. Por outro lado, destaca diferenças fundamentais entre os dois ofícios:

“o jornalista capta as notícias numa sociedade quando elas estão envolvidas na vida quotidiana (...). O historiador, em contrapartida, vai procurar os seus factos a fontes que o tempo e a vontade dos homens já seleccionaram. (...) A partir dos dados já truncados, o historiador procura reconstituir o conjunto significativo do passado, para o apreender e transmitir, crítica e dinamicamente. Por seu turno, o jornalista pressupõe intacto o conjunto complexo e retira dele a notícia ou o acontecimento que julga indicativos da situação geral”<sup>19</sup>.

Com algumas semelhanças entre si, a verdade é que as metodologias, as narrativas e, pelo menos, alguns dos objectivos da história e do jornalismo são distintos. Mas, sobretudo, os tempos são um factor que, claramente, os distingue. Ambos – jornalista e historiador – estão no presente, porém o segundo olha para o passado. Enquanto o tempo presente pressupõe limitações a quem pretende ir muito além do relato e descrição dos acontecimentos – e, por isso, ao leitor é oferecido rapidamente acesso ao texto jornalístico, enquanto o texto historiográfico demorará, em princípio, muito mais a ser disponibilizado –, o tempo passado permite a reflexão, a ponderação e a escrita de uma história com elementos que só uma investigação prolongada, como é necessariamente a histórica, permite.

---

<sup>18</sup> Mário Mesquita, *O quarto... Op. Cit.*, p. 229.

<sup>19</sup> Jorge Borges de Macedo, “Para uma Epistemologia da Informação” in Ana Cabrera (Org.) *Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011, p. 13.



Ao produzir notícias, o jornalismo contribui, de certo modo, para formar um imaginário colectivo, para “criar memória”. Ao mesmo tempo, ao seleccionar a informação a noticiar, está, naturalmente, a silenciar o que decide excluir da notícia.

Efectivamente, a memória é, também ela, selectiva e resultante de opções e silenciamentos. “É uma construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação”<sup>20</sup>. Peter Burke defende que é necessário observar as suas variações no espaço e no tempo, pois, se “as memórias são maleáveis”, então há que “compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”<sup>21</sup>.

Ainda que seja uma construção do passado feita a partir do presente, a memória não se confunde, de todo, com a história. Enquanto a memória “está em permanente evolução, aberta à dialéctica da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”, a história, por outro lado, “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, é uma “operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico”<sup>22</sup>.

Com características distintas, algumas das quais aqui expostas, a verdade é que a convivência entre história e memória parece incontornável. Com tempos, discursos e conteúdos diversos, “têm também as suas próprias temporalidades”. É aí que “se cruzam, se chocam e se entretecem constantemente, sem que, no entanto, cheguem a coincidir inteiramente entre si”<sup>23</sup>. Na medida em que a história remete para contextos, interpretações e confrontos de posições e acontecimentos, deve, como defende Jacques Le Goff, “esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”<sup>24</sup>, que não passam pelo crivo do processo historiográfico.

O historiador, ele próprio portador de memórias (eventualmente até relativas ao seu objecto de estudo), socorre-se da sua metodologia, para analisar a (s) memória (s) de outrem. É por isso que historiadores como Fernando Rosas não deixam de mencionar um conceito fundamental no uso da memória – o distanciamento:

---

<sup>20</sup> Enzo Traverso, *O Passado...* Op. Cit., p. 23.

<sup>21</sup> Peter Burke, *Variedades de história cultural*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000, p. 73.

<sup>22</sup> Pierre Nora, “Entre a memória...” Op. Cit., p. 9.

<sup>23</sup> Enzo Traverso, *O Passado...* Op. Cit., p. 55.

<sup>24</sup> Jacques Le Goff, *História e...* Op. Cit., p. 23.

“(…) a História toma a memória, de onde aliás provém, como sua matéria-prima e um dos seus objectos, mas distanciando-se crítica e reflexivamente dela, ou seja, procurando relatar o passado segundo as regras próprias do ofício de historiador. Isto é, procurando responder analiticamente às questões suscitadas pela memória”<sup>25</sup>.

Finalmente, uma referência à ligação entre as várias questões que aqui temos abordado, de uma forma necessariamente sintética, e a nossa investigação. É que se este trabalho é de natureza historiográfica, debruça-se também sobre o jornalismo, recorrendo a memórias (mas não só). Tratando-se de um estudo de um passado recente, uma parte considerável das nossas fontes remete, precisamente, para as memórias: a própria imprensa, que fixa memórias, e os testemunhos que recolhemos em entrevistas. Quando a estas últimas, podemos dizer que houve sempre a consciência e a tentativa de seguir a metodologia da história na sua utilização, porque, se as entrevistas podem revelar, muitas vezes, “acontecimentos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de acontecimentos conhecidos”, elas colocam o “problema da sua verificação e falsidade”<sup>26</sup>.

Por isso, optou-se, nesta investigação, por uma postura crítica e de confronto das diversas fontes recolhidas (orais ou outras), tendo em atenção alguns aspectos concretos, como os defendidos por Alessandro Portelli:

“Quando trabalhamos com fontes orais devemos ter sempre presente três factos distintos: um facto do passado, o acontecimento histórico; um facto do presente, que corresponde à narrativa feita pelo entrevistado; e um facto de relação e de duração, que concerne à dinâmica existente entre estes dois factos. Por isso, o trabalho do historiador oral inclui a historiografia em sentido estrito (a reconstrução do passado), a antropologia cultural, a psicologia e a análise crítica dos textos”<sup>27</sup>.

Recolher, sempre que possível, vários testemunhos acerca do mesmo assunto, ler vários jornais, obras e documentos, eis uma postura que, cremos, poderá minimizar os riscos de fazer uma história tão recente (e por isso tão “viva”) e sobre a qual existe tão pouca documentação, como destacaremos à frente.

---

<sup>25</sup> Fernando Rosas, *História e Memória – “Última lição” de Fernando Rosas*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016, p. 54.

<sup>26</sup> Alessandro Portelli, *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Lisboa: Edições Unipop, 2013, p. 28.

<sup>27</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 89.

## 1.2. A Imprensa como objecto de estudo e como fonte da História

Ao prefaciar a sua obra *Uma História Social dos Media*, Asa Briggs e Peter Burke destacam, desde logo, a importância do estudo do passado, num esforço de levar a “história para o interior dos estudos dos média, e os média para dentro da história”<sup>28</sup>. Para estes autores, quem estuda os meios de comunicação social deve encará-los como um sistema, que, estando em “contínua mudança”, integra “elementos diversos”, que desempenham “papéis de maior ou menor destaque”<sup>29</sup>.

Na verdade, aquilo que observamos na historiografia nacional (e noutras áreas) é uma utilização da Imprensa - os média, digamos – sobretudo como fonte histórica. A Imprensa oferece ao historiador material precioso, nomeadamente acerca dos discursos produzidos numa época sobre determinado acontecimento ou assunto, mas também do que é silenciado ou ainda relativamente à forma como é descrito ou retratado. Naturalmente, o olhar crítico do historiador deve estar especialmente atento a este tipo de fonte, já que esta não é, de todo, neutra, nem isenta de constrangimentos, implicações e relações com o contexto em que se insere.

Ainda que nos últimos tempos – *grosso modo*, as últimas duas décadas – se tenha verificado um aumento considerável de investigações, de cariz historiográfico, tendo como objecto de estudo os média, em grande medida fruto de uma nova geração de investigadores de vários domínios que se tem interessado pela temática, a história dos média está ainda relativamente pouco desenvolvida em Portugal. Em parte porque, como observa o pioneiro da história da nossa Imprensa, José Tengarrinha,

“durante muito largos anos, em Portugal, considerou-se o jornalismo como um género menor, *a latere* da literatura, muito pouco a sua história preocupando os nossos investigadores históricos ou literários, embora eventualmente, pudessem recorrer a ele como fonte”<sup>30</sup>.

São vários os desafios que a história dos média coloca. Embora abarque um conjunto diversificado de meios de comunicação (que passa pela publicidade, pelos meios audiovisuais, pelas relações públicas, etc.), dado o nosso objecto de estudo,

---

<sup>28</sup> Asa Briggs e Peter Burke, *Uma História Social da Mídia*, Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 10.

<sup>29</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 15

<sup>30</sup> José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, p. 16.

referimo-nos sobretudo à imprensa periódica. Nesse sentido, é preciso ter, desde logo, a noção de que o emergir e o desenvolvimento do jornalismo é um processo contínuo, inserido em determinadas “circunstâncias” históricas:

“A evolução do jornalismo enquadra-se num complexo conjunto de circunstâncias que, por um lado, o determina e sobre o qual, por outro lado, ele age. A não ser que se queira fazer meras resenhas jornalísticas ou colecções de factos anedóticos, a história da Imprensa portuguesa não poderá ser observada como um fenómeno isolado e *sui generis*, mas como um dos aspectos – certamente um dos mais vivos e expressivos – da história da nossa cultura”<sup>31</sup>.

Portanto, para que possamos entender melhor os média, a sua origem, os contextos que determinam a sua actuação e relação com a sociedade – no fundo entender o jornalismo como actividade intelectual e instituição de saber que interage com os vários campos da sociedade – necessitamos de recorrer a métodos e técnicas de outras disciplinas, como a história, utilizando-as de forma crítica. Como observa Jean-Noel Jeanneney, referindo-se em concreto à perspectiva da história dos média, “ao encarregar-se da tarefa de estudar a representação que, ao longo dos séculos, as sociedades têm de si próprias e das outras”, bem como da “multiplicidade dos esforços utilizados por todos os actores do jogo para modificar esta imagem de acordo com os seus próprios objectivos”, a história dos média tem necessariamente de ser bastante abrangente, pois “reúne todas as áreas de investigação e diz respeito à maioria das actividades humanas, públicas e privadas”<sup>32</sup>. No fundo, “o estudo da comunicação”, sustenta Paquete de Oliveira socorrendo-se de Frank Dace, “é uma área de convergência das diversas disciplinas, ou seja, uma área que implica, por sua própria natureza, o carácter interdisciplinar”<sup>33</sup>.

Assim, o contributo do método historiográfico para o estudo do passado da Imprensa permite-nos abordar o jornalismo a partir de outros ângulos, o que nos traz também uma visão, que cremos, mais completa da profissão de jornalista. Referindo-se precisamente a esta realidade, a historiadora brasileira Marialva Barbosa sustenta que

“a inclusão dos por quês nos estudos de jornalismo pode levar as pesquisas a um outro patamar. Não se trata apenas de dizer que os

---

<sup>31</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989, p. 263.

<sup>32</sup> Jean-Noel Jeanneney, *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar, 2003, p. 5.

<sup>33</sup> J. M. Paquete de Oliveira, *Comunicação e Quotidiano*. Lisboa: Tinta-da-China, 2017, p. 157.

média podem determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas por que isso acontece num espaço social considerado, com determinadas especificidades, que difere fundamentalmente do que ocorre em outro espaço. Neste sentido o historicismo é fundamental”<sup>34</sup>.

É com base nestes pressupostos que desenvolvemos a nossa investigação, acreditando que o estudo da Imprensa – da sua história – permite-nos entender melhor (ou, pelo menos, de forma mais completa) a sociedade e a época onde esta se insere, negando qualquer ideia segundo a qual os média operam em terrenos neutros ou relativamente isolados de domínios como o político ou o económico, entre outros.

### **1.3. A escolha do tema do trabalho**

No campo dos estudos dos média, a partir de início do Século XX verifica-se uma proliferação de investigações cujo principal objectivo é o de compreender os efeitos dos meios de comunicação de massas. Não se pretende aqui tratar as teorias desenvolvidas pelas diversas correntes que foram surgindo, mas a referência a esta realidade serve para salientar que, de certa forma, a tendência desses trabalhos foi a de considerar como objecto de estudo a forma como era recepcionada a informação pelas pessoas e que efeitos nelas provocava, mais do que estudar os média enquanto instituições da sociedade, relacionando, por exemplo, o seu discurso com o que o circunda<sup>35</sup>. É neste contexto que o estudo comparativo de Siebert, Peterson e Schramm, publicado em 1956, ganha uma importância acrescida, na medida em que vem justamente relacionar os média e, concretamente, o jornalismo com os contextos político, social e económico em que estes se inserem.

Os três investigadores, em *Four Theories of the Press*, dividiram os sistemas de média de todo o mundo em autoritário, liberal, totalitário/soviético e de responsabilidade social. Apesar das críticas que emergiram ao longo do tempo a este trabalho e do surgimento de estudos que foram actualizando e reformulando as teorias defendidas pelos investigadores, a verdade é que a sua tese principal permanece, em grande medida, actual e polémica, continuando a ser objecto de reflexão:

---

<sup>34</sup> Marialva Barbosa, “O que a história pode legar aos estudos de jornalismo” in *Contracampo*, Nº12, Niterói: UFF, 2005, p. 52.

<sup>35</sup> Cf. as várias teorias que foram sendo produzidas em Mauro Wolf, *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 2006.

“A Imprensa assume sempre a forma e a colaboração das estruturas sociais e políticas em cujo seio opera. De forma especial, reflecte o sistema de controlo social por meio do qual são ajustadas as relações de indivíduos e instituições. Acreditamos que a compreensão destes aspectos da sociedade é fundamental para qualquer compreensão sistemática da Imprensa.”<sup>36</sup>

Salientando que existem “variáveis históricas do grau até onde os média são reflexo ou são independentemente influentes”, Daniel Hallin e Paolo Mancini retomam a questão lançada por Siebert, Peterson e Schramm num estudo que publicaram em 2004 onde apresentam modelos mais “sofisticados” para a análise dos média. Hallin e Mancini defendem então que é impossível compreender os média “sem entender a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses económicos e políticos, e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social”. Por outro lado, não deixam de acentuar que também “os média se tornaram uma importante variável «exógena», que afecta outras instituições políticas”, tendo vindo, por isso, a ser objecto de estudo de especialistas em política comparada, que tradicionalmente pouca importância lhes atribuíram<sup>37</sup>.

Os média, através dos discursos que produzem, têm um papel particularmente importante na formação de uma ideia de consenso na sociedade, quer facilitando o acesso de determinada ideologia às massas, quer dificultando a divulgação de outras ideologias na opinião pública. Como defende João Correia, os jornalistas e os média exercem um “papel estratégico” na luta política que se trava nos países democráticos. Trata-se de uma “luta de cariz simbólico, uma luta de palavras contra palavras, cujo objectivo é impor uma visão do mundo, uma representação da realidade social e uma certa concepção de ordem social, a fim de a conservar ou, ao contrário, de a subverter”<sup>38</sup>. Portanto, o discurso jornalístico detém, neste sentido, um poder simbólico, na acepção de Pierre Bourdieu<sup>39</sup>, apresentando-se como uma autoridade produtora de sentidos do mundo e estando, por isso, envolvido intrinsecamente no combate político mais vasto pela formação de consenso em torno de uma ideologia.

---

<sup>36</sup> Siebert, Peterson e Schramm cit in Daniel C. Hallin e Paolo Mancini, *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p. 22.

<sup>37</sup> Daniel C. Hallin e Paolo Mancini, *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010, p. 22.

<sup>38</sup> João Carlos Correia, “Media e cidadania. Sobre consenso e ideologia” in *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Covilhã: UBI, 2001, p. 10.

<sup>39</sup> Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1994.

Em Portugal, os estudos sobre os média e o jornalismo têm privilegiado, sobretudo, a análise dos conteúdos produzidos, no âmbito jornalístico, perante problemáticas ou acontecimentos específicos e as formas de difusão dos mesmos, existindo já sobre tal uma abundante bibliografia. Em menor escala, surgem trabalhos que se debruçam sobre os média em si, analisando-os como objecto principal de investigação. Assim, compreender a evolução de um meio de comunicação social (e o contexto em que se insere) ou de um acontecimento que evidenciem, por exemplo, dinâmicas entre profissionais da área e relações com a sociedade em geral permite-nos outro tipo de respostas e reflexões sobre o papel dos média no mundo contemporâneo.

É, portanto, necessário ir além da análise do discurso jornalístico. A teia de relações com campos como o da política e o da economia, aliada ao estudo das mutações da profissão de jornalista, das suas práticas e desempenhos são variáveis determinantes para uma análise histórica dos média e do jornalismo. Não cabe apenas estudar o que é dito pelos média, mas também “parâmetros que devem circular e redistribuir-se por uma grelha globalizante de coordenadas tais como universalidade e singularidade, instituição e margem e espacialidade e temporalidade”, refere Rui Cádima<sup>40</sup>.

Em suma, ao iniciar-se uma investigação sobre a problemática dos média e jornalismo, deve ter-se em consideração os múltiplos cruzamentos e relações de interdependência desta área com muitas outras, pois, tal como refere Mário Mesquita, quer se pense na “estrutura das empresas mediáticas”, quer se tenha em conta as “formas de produção jornalística”, a verdade é que “o grau de autonomia dos média e do jornalismo é reduzido”, pois “o poder dos média é condicionado e controlado por todos os outros, ou seja, pelos centros de decisão política, económica, tecnológica e militar”<sup>41</sup>.

É justamente tendo estes pressupostos em mente que, na nossa investigação, pretendemos analisar a imprensa a partir de diversos ângulos:

- olhando para as empresas jornalísticas, analisando a forma como foram criadas, para a sua organização, estruturas de propriedade e posicionamentos no contexto da época;

---

<sup>40</sup> Francisco Rui Cádima, *História e Crítica da Comunicação*. Lisboa: Século XXI, 1996, p. 23.

<sup>41</sup> Mário Mesquita, *O Quarto... Op. Cit.*, p. 74.

- tentando entender a situação profissional dos jornalistas, a actividade e as práticas jornalísticas, assim como as relações com outros profissionais do sector;
- analisando as relações entre os jornais, os seus profissionais e o poder político-militar;
- analisando o seu discurso com o objectivo de compreender linhas editoriais e estratégias seguidas, num momento específico.

O período que escolhemos para estudar foi o do processo revolucionário português (1974-1975). Desde logo porque, como lembra Katrin Voltmer, os média têm “um impacto crucial” nos processos de democratização, “não só para o funcionamento de outras instituições democráticas, mas também sobre a viabilidade do processo democrático no seu todo”<sup>42</sup>. No caso português, essa realidade é particularmente evidente, tendo em conta o papel activo dos média no processo de construção do Portugal democrático e as suas implicações nos avanços e recuos da revolução. Por outro lado, o papel dos média no final da ditadura encontra-se já amplamente estudado<sup>43</sup>, permitindo-nos analisar o período seguinte a partir de uma base sólida, entendendo rupturas e continuidades.

Depois porque, embora tenham sido realizados vários e importantes estudos sobre os órgãos de comunicação social nos anos de 1974-75, há ainda muitas e relevantes lacunas a suprir na historiografia deste período. Finalmente, passados mais de quatro décadas sobre estes acontecimentos, existe já o distanciamento suficiente para se poder levar a cabo, como tem vindo a ser feito, investigações rigorosas do ponto de vista historiográfico, possibilitadas também pela vasta e diversificada bibliografia que tem vindo a ser publicada, a documentação disponibilizada e o facto de muitos dos protagonistas e intervenientes estarem disponíveis para falar sobre os acontecimentos. Acreditamos, pois, estarem reunidas as condições para realizarmos um trabalho desta natureza.

---

<sup>42</sup> Katrin Voltmer (Eds.), *Mass Media and Political Communication in New Democracies*. New York: Routledge/ECPR, 2006., pp. 1-2.

<sup>43</sup> Cf. por exemplo, Carla Baptista, *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses*. Lisboa: Escritório Editora, 2012; Ana Cabrera, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006; Suzana Cavaco, *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista*. Lisboa Colibri, 2012.



Como acontece em qualquer investigação, foi necessário delimitar o objecto de estudo, tema, âmbitos e hipóteses a comprovar ou refutar. Propomo-nos realizar uma análise histórica de quatro novos títulos de imprensa surgidos em 1975. Para tal, considerámos fundamental recuar a 1974, no sentido de contextualizar e compreender melhor o caminho que foi percorrido e que, em grande medida, propiciou o surgimento de outra realidade – a da criação de novos jornais no ano seguinte.

Esse objecto de estudo colocou-se a partir de várias leituras. Segundo António José Telo, a partir de Abril de 1975 “surge um conjunto de novos jornais de várias origens, que rapidamente se afirmam com tiragens muito significativas e se tornam um exemplo de jornalismo inovador”. Trata-se, assim, de um “movimento de fundo que altera em poucas semanas o panorama dos órgãos de comunicação social”. A “imprensa cinzenta, uniforme, monocórdica e estatizada” passa a apresentar “um panorama muito diferente no fim do ano, onde os periódicos entretanto nascidos se afirmam num crescimento pujante e apresentam uma coloração diversificada”. Em suma, segundo Telo, “as primeiras grandes derrotas do gonçalvismo ocorrem justamente na comunicação social”<sup>44</sup>.

Outro autor, Mário Mesquita, afirma que “o surgimento de novos jornais privados, diários e semanários, que ficavam fora da alçada governamental, reforçou nos estados-maiores gonçalvistas a convicção de que se tornava necessário recorrer a medidas de repressão administrativa sobre a comunicação social”. Refere-se a vários periódicos, “que foram criados no ano de 1975, abrangendo um vasto leque político, que ia da direita aos socialistas, mas tendo como denominador comum o combate ao «gonçalvismo»”<sup>45</sup>. Finalmente, Joel da Silveira, destaca que “os jornais diários criados após o 25 de Abril até 1980 são todos não só editados em Lisboa como constituem antes de mais instrumentos de intervenção política”<sup>46</sup>.

No fundo, estes autores, ainda que com algumas nuances entre eles, defendem a tese de que estes novos jornais surgidos em 1975 apostaram num tipo de jornalismo diferente do que era praticado, alcançando êxito junto dos leitores e posicionando-se, de forma clara, a nível ideológico.

Formulámos, a partir daqui, várias questões de partida, às quais pretendemos

---

<sup>44</sup> António José Telo, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*, Vol. I. Lisboa: Presença, 2007, pp. 129-130.

<sup>45</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, pp. 381 e 379.

<sup>46</sup> Joel da Silveira, *A Construção do Sistema Informativo em Portugal no Séc. XX*. Lisboa: Colibri, 2011, p. 160.

responder ao longo da nossa investigação:

- que objectivos tinham (e como surgiram) os novos jornais?
- foi a conjuntura política e mediática determinante para a criação destes jornais?
- quais as suas principais inovações e particularidades no que respeita ao jornalismo da época?
- como se envolveram nas lutas político-militares de então?
- posicionaram-se contra o chamado «Gonçalvismo» ao longo do ano de 1975?

A escolha dos quatro jornais – *Jornal Novo* (17 de Abril), *O Jornal* (2 de Maio), *Tempo* (29 de Maio) e *A Luta* (25 de Agosto)<sup>47</sup> – deve-se, sobretudo, a um critério fundamental: dos que nasceram em 1975, foram os títulos que maior impacto, tiragens e importância tiveram nesse ano, todos eles assumindo uma ruptura com os periódicos então existentes. O âmbito cronológico difere ligeiramente nas duas partes essenciais deste trabalho. Na primeira referimo-nos ao período que vai de 25 de Abril de 1974 ao chamado «Verão Quente» de 1975 e tem que ver, essencialmente, com o facto de ser o período que esteve na origem da criação dos quatro jornais que analisamos. Foi, portanto, necessário compreender sob diversos pontos de vista – dos Jornais, dos Jornalistas e do Poder – os meses anteriores para assim melhor estudarmos a actuação dos quatro novos títulos em 1975.

Não sendo objectivo desta tese o debate teórico de conceitos como o de Poder, não podemos deixar de mencionar alguns autores que sobre ele têm reflectido. Nomes como os de Michel Foucault, que nos fala de poder enquanto “conjunto de acções sobre outras acções” e que “induz, incita, seduz, facilita ou dificulta”, ou ainda de como o discurso facilita o exercício do poder<sup>48</sup>; de Max Weber, para quem o poder é o acto de impor, apontando essencialmente a existência de três tipos de poder (legal, tradicional e carismático)<sup>49</sup>; ou de Michael Mann, referindo-se a quatro fontes de poder estruturantes

---

<sup>47</sup> Os títulos dos jornais apresentavam-se com a seguinte grafia: *jornal novo*, *o jornal*, *Tempo* e *a Luta*. Optámos, todavia, por referi-los todos com maiúsculas ao longo deste trabalho.

<sup>48</sup> António Maia, “Sobre a análise do poder de Foucault”. In *Tempo Social*, nº 7(1-2). São Paulo: USP, 1995, p.90; Michel Foucault, *L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris: Éditions Gallimard, 1971 (Tradução de Edmundo Cordeiro e António Bento disponível em: <http://www.scribd.com/doc/2520353/Michel-Foucault-A-Ordem-do-Discurso> [Consultado em 10 de Novembro de 2017].

<sup>49</sup> Max Weber, *Três tipos de Poder*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

da sociedade – ideológica, económica, militar e política – relacionando-se entre si, sem que nenhuma delas tenha primazia sobre as outras<sup>50</sup>.

Procurando traços comuns entre autores distintos, Paquete de Oliveira defende que “poder é luta, acção para o manter ou para o conquistar” e, “face à informação, o poder é, sobretudo, uma acção política para a conquistar ou dominar”<sup>51</sup>. É esta a perspectiva que adoptamos neste trabalho.

A segunda parte respeita ao período que vai desde a criação do primeiro jornal (*Jornal Novo*, 17 de Abril) até ao 25 de Novembro de 1975, data consensualmente tida como o fim da revolução. Tratou-se de compreender as circunstâncias em que os quatro periódicos foram criados, os seus primeiros meses nas bancas e como noticiaram os acontecimentos da fase final da revolução, acreditando que assim conhecemos melhor os seus objectivos político-editoriais.

Finalmente, refira-se que, de forma a delimitar o âmbito da nossa investigação tendo em conta os nossos objectivos, circunscrevemos o estudo – na I parte da tese – à Imprensa periódica generalista sedeadada em Lisboa (a imprensa portuense já foi, aliás, detalhadamente estudada<sup>52</sup>). Ficam de fora todos os outros periódicos, incluindo os de âmbito regional, partidário, as revistas de informação e, claro, a rádio e a televisão. Julgamos, assim, conferir maior detalhe e espaço à análise do que é o nosso principal objecto de estudo, não deixando de destacar a Imprensa em geral, onde aquele se insere.

#### **1.4. Âmbito cronológico, aspectos metodológicos, fontes e bibliografia**

A abolição da censura e a possibilidade de construção de um país democrático significou, no sector da comunicação social, múltiplas e profundas transformações logo a partir do próprio dia 25 de Abril de 1974<sup>53</sup>. Questões como a liberdade de imprensa e o controlo dos média, sendo variáveis basilares na definição de regimes políticos, estiveram desde o início presentes nos confrontos travados entre as diversas correntes que emergiram na sociedade portuguesa.

---

<sup>50</sup> Michael Mann, *The Sources of Social Power*, Vol. 1. New York: Cambridge University Press, 2005.

<sup>51</sup> J. M. Paquete de Oliveira, *Comunicação e Quotidiano*. Lisboa: Tinta-da-China, 2017, p. 161.

<sup>52</sup> Ricardo Gomes, *A Imprensa diária portuense no período revolucionário (1974-1975)*. Tese de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005 e Helena Lima, *Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa: Tradição e Rupturas*. Tese de Doutoramento em História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

<sup>53</sup> Não obstante, estudos sobre os média na fase final da ditadura, já mencionados, indiciam mudanças no jornalismo português e nas empresas de média, a que nos referimos ao longo deste trabalho.

O sistema mediático nacional altera-se radicalmente desde 1974, sendo a importância dos média frequentemente salientada pelos investigadores que se debruçam sobre o período. Por esse motivo, cronologicamente, este trabalho tem como ponto de partida o golpe levado a cabo a 25 de Abril de 1974, muito embora por vezes seja necessário recuar a períodos anteriores. Relativamente à baliza final do estudo, esta será o 25 de Novembro de 1975, que, como se disse, marca o fim da revolução. O ano de 1975, como veremos, constitui o eixo central da nossa investigação.

Nesta pesquisa seguimos o método histórico, procedendo-se à análise crítica, síntese e confronto de fontes diversificadas. Reconhecendo a relevância para os estudos sobre os média das propostas teóricas da sociologia, das ciências da comunicação, da linguística, entre outras, a nossa opção foi por uma abordagem de cariz historiográfico. Procurámos adoptar uma postura interpretativa e contextualizadora relativamente a fontes e acontecimentos. Estudamos projectos editoriais, a organização interna dos periódicos e as circunstâncias em que surgiram ou evoluíram alguns deles. Foi privilegiada, sempre que possível, a análise de documentação das empresas jornalísticas e de órgãos relacionados com a Imprensa, de estatutos editoriais e do que os jornais escreveram sobre eles próprios, bem como o confronto de testemunhos de trabalhadores. Também os dicionários sobre a imprensa diária portuguesa e de história de Portugal assumem particular relevância para levarmos a cabo a nossa investigação<sup>54</sup>.

Em relação à análise do posicionamento do poder político-militar face à Imprensa, existem essencialmente dois tipos de informação disponíveis, que vão ao encontro dos nossos objectivos: as declarações e tomadas de posição sobre a Imprensa e a documentação oficial acerca de projectos de legislação produzidos, de mecanismos reguladores criados ou de instituições que emitiram pareceres relativamente aos vários projectos elaborados para o sector. Sendo objectivo do capítulo seis deste trabalho perceber o posicionamento de alguns títulos sobre determinados acontecimentos, foi também necessário realizar uma leitura interpretativa dos textos jornalísticos publicados nesses periódicos.

No que respeita a arquivos e fontes, estes permitiram-nos prosseguir uma investigação privilegiando o estudo de um enquadramento geral em detrimento da análise exaustiva de casos específicos que envolveram jornais e forças político-

---

<sup>54</sup> Mário Matos Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora, 2006; António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (Coord.), *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril*. Porto: Figueirinhas, 2016-2018.

militares, sem prejuízo, naturalmente, de a eles nos referirmos. Assim, em termos arquivísticos, há a destacar, desde logo, a perspectiva desoladora com que nos defrontámos, dado o desconhecimento (salvo raras excepções) de arquivos sobre os órgãos de comunicação social e instituições relacionadas no período em análise. Apesar dessa constatação, foi possível colmatar essa ausência através de uma pesquisa de outros arquivos. Referimos duas excepções: o arquivo do Sindicato dos Jornalistas, que, apesar da reduzida documentação, nos permitiu obter informações de grande relevância, e o arquivo do Conselho de Imprensa, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que se encontra organizado arquivisticamente.

Após sucessivas pesquisas, fomos informados de que uma parte da documentação do Ministério da Comunicação Social (1974-1976) encontra-se depositada num armazém, à guarda do Gabinete para os Meios de Comunicação Social. Com a devida autorização, pudemos, durante vários dias, consultar essa documentação, tarefa de grande dificuldade já que esta não se encontra, de todo, organizada nem higienizada. Um trabalho de “pinças”, que, ainda assim, nos permitiu analisar alguns documentos importantes, que mencionamos ao longo do trabalho, como provenientes do depósito do Pendão (local onde se encontram). Infelizmente, dadas as circunstâncias relatadas, não foi possível sequer consultar toda a documentação ali armazenada.

Refira-se que a própria Imprensa foi uma fonte determinante da nossa investigação. Consultada na Biblioteca Nacional de Portugal e na Hemeroteca Municipal de Lisboa, através da sua leitura crítica foi possível chegar a informação diversificada: tomadas de posição sobre a Imprensa (de partidos políticos, figuras político-militares, trabalhadores do sector da Informação, etc.), relatos e discursos sobre acontecimentos, balanços acerca das empresas jornalísticas, informações sobre os próprios jornais, entre outros.

À semelhança do que procurámos fazer com os materiais de imprensa, consultámos bibliografia diversificada. De carácter geral e sectorial; de autores nacionais e internacionais; obras escritas logo após os acontecimentos ou mais recentemente; memórias, discursos, relatos jornalísticos, entrevistas, investigações académicas, sínteses, ensaios ou obras de divulgação. Fontes oficiais foram também tidas em conta. Por isso, não deixámos de consultar, sempre que o assunto fora abordado a esse nível, os diários da República, do Governo e da Assembleia Constituinte, bem como o relatório oficial do Conselho de Imprensa relativo aos anos de 1974-1976.

Finalmente, tratando-se este de um estudo sobre um período relativamente próximo, muitos dos protagonistas destes acontecimentos encontram-se vivos, pelo que considerámos relevante realizar entrevistas a alguns deles, tentando obter informações novas e clarificar aspectos mais ambíguos, ainda que conscientes dos riscos do recurso a estas fontes, como já deixámos claro. Procurámos ouvir vários protagonistas acerca dos mesmos episódios, tentando cruzar informações entre os seus testemunhos e, sempre que possível, com outro tipo de fontes. Assim, pudemos escutar jornalistas dos diversos periódicos estudados, o que cremos ter contribuído para conferir ao texto um tom mais próximo do “pulsar da revolução”, para usar o título de uma conhecida obra sobre o período. Acreditamos que este é, simultaneamente, um trabalho cívico de preservação da memória, que, só por si, ficará como uma fonte útil para outros trabalhos.

### **1.5. A estrutura do trabalho**

Esta investigação estrutura-se em duas partes fundamentais, que são precedidas de um capítulo de carácter introdutório. Nele, através do confronto de autores fundamentais de três áreas (história, jornalismo e estudos sobre a memória), procuramos discutir conceitos e problemáticas, reflectindo sobre os pontos de partida e regras de uma investigação de cariz historiográfico. Fundamentamos opções tomadas, metodologias e fontes. Definimos e delimitamos cronologicamente tema e objecto de estudo e apresentamos a estrutura da tese. Por último, traçamos o “Estado da Arte” dos estudos sobre a Imprensa no Portugal revolucionário.

Quando às duas partes estruturantes da nossa investigação, estas encontram-se organizadas cronologicamente. A primeira constitui, em grande medida, uma abordagem de contexto e de síntese, ainda que com materiais inéditos sobre muitos dos acontecimentos e questões abordadas. Para compreendermos a realidade que emerge na imprensa do pós *11 de Março*, tornou-se indispensável estudar as principais características da Imprensa entre 1974 e 1975 e fizemo-lo a partir de três ângulos, embora conscientes de que estes se relacionam entre si, o que se reflecte no nosso texto: 1) *dos Jornais*, tentando compreender ambientes, práticas e principais problemas que foram surgindo nas redacções lisboetas, assim como confrontos ideológicos, transformações de propriedade e crises ocorridas nos periódicos; 2) *dos Jornalistas*, sobre os quais julgamos ser fundamental analisar a situação laboral e sindical e ainda tentar uma aproximação ao retrato do jornalista da época; 3) *do Poder*, centrando o

estudo em órgãos de decisão, como o Ministério da Comunicação Social e Conselhos então criados (de Informação e de Imprensa), nos projectos legislativos elaborados e nas discussões travadas em torno da Imprensa, tentando uma aproximação à política de Informação do Estado durante o PREC.

A segunda parte centra-se no estudo dos quatro jornais que constituem o *corpus* principal do nosso trabalho. Por um lado, analisando os contornos que levaram à sua criação, o modo de funcionamento das redacções, as suas particularidades e inovações. Por outro, analisando o discurso que os próprios produziram. Através de uma leitura interpretativa de artigos sobre determinados acontecimentos, procura-se definir linhas editoriais e, eventualmente, posicionamentos político-ideológicos. Finalmente, debruçamo-nos sobre as principais conclusões a que chegámos, tentando responder às nossas questões de partida.

## **1.6. O Estado da Arte**

Após a revolução de 25 Abril de 1974, a politização dos jornais era evidente, assim como o envolvimento da generalidade dos média nos confrontos que marcaram os anos de 1974 e 1975. Exactamente por isso, mesmo estudos que não se debruçam sobre o papel dos meios de comunicação social na revolução, mas sim sobre outros aspectos e actores do processo, são unânimes em destacar a relevância dos média nos conflitos então travados entre as diversas forças políticas e militares.

Não raras vezes é sublinhada a influência destas forças em vários órgãos de comunicação social, as sucessivas lutas pelo seu controlo ideológico e o contributo, nomeadamente dos jornais, para acentuar a forte instabilidade que atravessou o país, sendo os casos do jornal *República* e da Rádio Renascença frequentemente apresentados como paradigmáticos a este respeito.

Na generalidade, estes estudos tendem a referir-se aos órgãos de comunicação social sobretudo entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975, período de maior radicalização do processo revolucionário, em que os acontecimentos se multiplicavam a um ritmo vertiginoso, as vendas dos jornais subiam exponencialmente e a luta pelo controlo do seu conteúdo se intensificava. As diversas correntes político-militares pretendiam que os respectivos projectos para o futuro do país alcançassem maior protagonismo nos média, acreditando que assim mobilizavam mais facilmente a população portuguesa em torno dos seus objectivos. Pelo seu interesse, antes de nos

ocuparmos da bibliografia mais específica, vejamos o que diversos trabalhos sobre o período revolucionário evidenciam relativamente à «questão dos média».

No início dos anos 90, num dos trabalhos pioneiros sobre a revolução e o processo de democratização português, António Reis defende que, na sequência dos resultados eleitorais para a Assembleia Constituinte, dos incidentes do 1º de Maio e do «caso *República*», os órgãos de comunicação social “contribuíram fortemente para criar um clima de histeria no País”<sup>55</sup>, salientando que a questão do controlo partidário dos média esteve presente no confronto que marcou o chamado «Verão Quente», entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Português (PCP). De acordo com o autor, os socialistas acusavam os comunistas de “conivência com a acção em curso” no *República*, atitude que inseriam na “estratégia de domínio da comunicação social por aquele partido [PCP], que já controlava o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Diário de Lisboa*, e Emissora Nacional e a RTP”<sup>56</sup>. Esta é, de resto, uma tese que perpassa a generalidade da historiografia sobre o processo revolucionário, quando se refere ao sector da Informação.

José Medeiros Ferreira, no seu *Portugal em Transe*, sustenta que, na sequência do VII Congresso Extraordinário do PCP (20 de Outubro de 1974), houve uma “viragem táctica” do partido, “no sentido de uma acção orientada para a tomada revolucionária do poder”, inclusivamente em contraste com as atitudes que “havia tomado, entre Maio e Julho, de crítica sistemática à onda de reivindicações que se instalara no País”. Segundo Medeiros Ferreira, o PCP assumia claramente uma nova atitude no processo revolucionário em curso, conduzindo a sua acção tendo em vista atingir objectivos concretos, designadamente “controlando uma vasta gama de órgãos de comunicação social, onde chegam a praticar actos de censura conhecidos”. Note-se ainda que Medeiros Ferreira não deixa de evidenciar, quando se refere à evolução cultural e das mentalidades em Portugal, o papel dos média na sociedade civil e na opinião pública, sublinhando a “importância dos diários, quer matutinos quer vespertinos”<sup>57</sup>.

Também Fernando Rosas se refere à saída do PCP da “sua contenção inicial” para, no período entre 28 de Setembro e 11 de Março, iniciar uma “estratégia de

---

<sup>55</sup> António Reis, “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização” in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 3, Lisboa: Publicações Alfa, 1993, p. 431.

<sup>56</sup> António Reis, “A Revolução de 25 de...”, *Op. Cit.*, p. 430.

<sup>57</sup> José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 8, Lisboa: Editorial Estampa, 2001 [1994], pp. 205-206 e p. 137.



aproximação do poder”, da qual faz parte uma “progressiva hegemonização” dos “principais centros de decisão e de informação (jornais, rádios e RTP)”, além do investimento noutros sectores importantes já referidos. Por outro lado, dedicando-se ao pós-25 de Novembro, o historiador salienta o “significativo saneamento político dos órgãos de informação”, que, defende, “respondia, aliás, ao que antes fora promovido pelo PCP”<sup>58</sup>. A questão dos saneamentos políticos nos meios de comunicação social é, de facto, essencial para se compreender a complexa relação entre o poder e os média neste período. Desde logo, porque acompanha todo o processo revolucionário – com variações resultantes em grande medida da própria evolução política – mas também porque evidencia, de forma clara, o elevado grau de conflitualidade que percorreu o sector, quer se tratassem de conflitos internos ou relacionados com a luta que se travava no exterior das empresas jornalísticas.

António Costa Pinto dedica especial atenção a esta temática, constatando que “os conselhos de administração e de gestão das estações radiofónicas e da televisão, bem como dos principais jornais, foram forçados a afastar-se” logo após o golpe militar de 25 de Abril, sendo os agentes de saneamento “principalmente jornalistas e tipógrafos ligados ao Partido Comunista e às organizações de extrema-esquerda”. O investigador acentua a ideia de que “toda a comunicação social sofreu profundas mudanças” e, nesse sentido, “a luta política pelo controlo dos meios de comunicação causou grande impacto em Portugal”<sup>59</sup>. A vaga de saneamentos a que se assistiu em vários sectores-chave da sociedade portuguesa não passou, portanto, ao lado dos média, evidenciando mais uma vez a relevância que lhes foi conferida, sobretudo se tivermos em conta as polémicas causadas (nos meios políticos, militares, etc.) por vários casos de saneamentos em órgãos de comunicação social. Algo a que Maria Inácia Rezola presta particular atenção, nos seus estudos sobre os saneamentos na rádio e televisão públicas, onde apresenta, pela primeira vez, dados quantitativos sobre processos e punições aplicadas<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> Fernando Rosas, “A Revolução Portuguesa de 1974/75” in Fernando Martins e Pedro Aires Oliveira (coord.), *As Revoluções Contemporâneas*, Lisboa: Edições Colibri/IHC/FCSH-UNL, 2004, p. 225 e p. 231.

<sup>59</sup> António Costa Pinto, “Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia 1974-1976” in J.M. Brandão de Brito (dir.), *O País em Revolução*, Lisboa: Editorial Notícias, 2001, pp. 371-372.

<sup>60</sup> Maria Inácia Rezola, “A RTP no PREC (1974-1975): «sem recuos nem tibiezas em ordem à limpeza radical»” in M. Inácia Rezola e Pedro M. Gomes (Coord.), *Os Média na Revolução*. Lisboa: Tinta da China, 2014, pp. 17-51 e Maria Inácia Rezola, “Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo” in *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, Número 0. Porto: SOPCOM, 2017, pp. 121-138.

Um caso paradigmático neste domínio – o «Caso dos 24» do *Diário de Notícias* - foi também já estudado na nossa dissertação de mestrado<sup>61</sup>.

Josep Sánchez Cervelló e Kenneth Maxwell, dois investigadores estrangeiros que se debruçam sobre a revolução portuguesa, dedicam também a sua atenção ao papel dos média no pós 11 de Março. O primeiro, referindo-se em concreto ao confronto entre PS e PCP a este respeito, observa:

“A luta pelo poder afectou também profundamente os meios de comunicação social. Na pugna pelo seu controlo enfrentaram-se decididamente o PCP e o PS. Este último tinha gozado até esse momento de uma situação de relativa supremacia, mas a seguir ao 11 de Março foram hegemonizados pelo PCP, favorecido por a maioria dos meios terem sido estatizados e também pelo facto de o Ministro da Comunicação Social estar próximo dos comunistas”<sup>62</sup>.

Já Maxwell, mencionando igualmente os conflitos político-partidários, diz-nos que, neste período, “as questões que mais prenderam a atenção estrangeira foram a da liberdade de imprensa e a da liberdade religiosa”, apresentando como exemplificativos os casos *República* e *Renascença*”<sup>63</sup>. Este historiador coordenou, aliás, em 1983, uma obra sobre a imprensa e a democratização de Portugal em Espanha, que contou com a colaboração de vários autores<sup>64</sup>. Concretamente sobre a cobertura internacional da revolução portuguesa, Mário Mesquita – que, com José Rebelo, organiza o *25 de Abril nos media internacionais* - considera mesmo que os acontecimentos políticos dos anos de 1974 e 1975 foram objecto de uma atenção que até então não se havia verificado relativamente a Portugal, tendo o país passado a ser “o laboratório político da Europa”<sup>65</sup>. No capítulo da abordagem da imprensa estrangeira aos acontecimentos da

---

<sup>61</sup> Publicada em livro: *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

<sup>62</sup> Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (61-76)*, Lisboa: Assírio & Alvim, 1993, p. 233.

<sup>63</sup> Kenneth Maxwell, *A Construção da democracia em Portugal*, Lisboa: Presença, 1999, p. 155

<sup>64</sup> Kenneth Maxwell, *The Press and the rebirth of Iberian democracy*. Connecticut: Greenwood Press, 1980.

<sup>65</sup> Mário Mesquita in José Rebelo e Mário Mesquita (Orgs.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento, 1994, p. 13. Na mesma obra, José Rebelo, refere-se ao caso concreto do jornal *Le Monde*, dizendo que “talvez, desde a fundação do *Le Monde*, nenhum outro acontecimento tenha justificado tantas inserções na primeira página como o tema “Portugal” em Julho de 1975” (Cf. José Rebelo e Mário Mesquita (Orgs.), *O 25 de Abril...op. cit.*, p. 86).

revolução dos cravos destaque-se ainda os trabalhos, acerca do olhar italiano, de Marco Gomes, e espanhol, de Rita Luís<sup>66</sup>.

Num ensaio em que analisa o processo revolucionário do ponto de vista da questão social, especificamente os conflitos e as reivindicações dos trabalhadores, Fátima Patriarca destaca em quarto lugar as reivindicações “ligadas à gestão e ao controlo da empresa ou do produto de trabalho”, explicando que “a parte mais significativa destas exigências é feita por jornalistas da Rádio e dos Jornais, que elegem elementos para a administração e para as chefias, nomeiam Comissões de Programas e Conselhos de Redacção” e “reclamam o fim da censura interna, informação livre, isenta e objectiva ou até o controlo do conteúdo das publicações”<sup>67</sup>. Em suma, uma outra perspectiva acerca do desenrolar dos acontecimentos nos média, que deixa patente as tensões existentes devido a discordâncias quanto ao seu papel no processo revolucionário.

Por seu turno, Maria Inácia Rezola, no seu estudo sobre o papel dos militares na transição, além de se referir também ao confronto entre PS e PCP, destacando a acusação dirigida pelo PS aos comunistas de “assalto” aos órgãos de comunicação social, debruça-se ainda sobre uma questão que até então não havia sido explorada: as tentativas de controlo dos média por parte dos militares. Analisando os contornos não só da elaboração, mas também da apresentação e da ampla contestação da Lei nº 11/75, de 9 de Setembro, conhecida como «Lei da Censura Militar» (pretendia restringir a divulgação de informações militares provenientes de determinadas entidades), a historiadora conclui que o fracasso desta “primeira tentativa do novo CR [Conselho da Revolução] de controlar os órgãos de comunicação social” acabava por deixar “patente uma inquietante falta de lucidez e preparação política do Conselho”<sup>68</sup>. Ficava igualmente demonstrado que não só políticos, mas também militares valorizavam o papel dos média enquanto divulgadores de mensagens para a opinião pública, tentando, por isso, impedir a difusão de informações que não lhes fossem favoráveis. Sem sucesso, como nos mostra este trabalho relativamente à «Lei de Censura Militar», que retomaremos nesta dissertação.

---

<sup>66</sup> Marco Gomes, *Para onde vai Portugal? / Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)*. Tese de doutoramento em Letras. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015 e Rita Luís, *Spain and the Portuguese revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press*. Tese de Doutoramento em Comunicação. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2015.

<sup>67</sup> Fátima Patriarca, “A revolução e a questão colonial. Que justiça social?” in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa: Edições Colibri/FMS/IHC/FCSH-UNL, 1999, p. 141.

<sup>68</sup> Maria Inácia Rezola, *Os militares na... op. cit.*, p. 409.

Sobre as mutações que ocorreram na comunicação social a partir de Abril de 1975 debruçou-se António José Telo, apontando duas novidades que alteraram o panorama do sector, com consequências a nível político. A primeira deve-se ao facto de as “vendas dos monocórdicos jornais estatizados” terem caído “na vertical”, “embora durante algum tempo ainda se mantenham as tiragens elevadas devido a subsídios do Estado e da banca estatizada”, um movimento considerado, pelo historiador, como “essencial para abalar os jornais ligados à deriva comunista”. Já a segunda novidade tem que ver com o surgimento de “um conjunto de novos jornais de várias origens”, “com tiragens muito significativas”, que se tornaram “um exemplo de jornalismo inovador”. De facto, este “movimento de fundo” que alterou a Imprensa, evidenciado por António José Telo, mostra-nos que o próprio exercício do jornalismo também se alterou à medida que o processo político se foi modificando e desenvolvendo, sendo disso ilustrativa a tese de que “as grandes derrotas do gonçalvismo ocorrem justamente na comunicação social, tanto em termos do tiro no pé que são os assaltos lançados à *República* e à RR, como do tiro na cabeça que são os novos periódicos”<sup>69</sup>.

Num trabalho posterior, Rui Ramos defende que “o PS era, no princípio de 1975, o partido com mais lugares no governo e mais influência na imprensa”, destacando apenas o pós 11 de Março como um momento de alteração desta realidade, já que “o PS ficou com apenas dois ministros no novo governo provisório (26 de Março) e um diário, o *República*; o PCP passou, com o MDP, de um para quatro ministros, e beneficiava agora de um claro ascendente na RTP, Emissora Nacional e em quase toda a grande imprensa de Lisboa”<sup>70</sup>. Note-se, porém, a curiosa referência à actuação da comunicação social apresentada por este autor, embora mencionando Phil Mailer: “quase toda na mão do Estado, gerou uma «Disneylândia de fantasia revolucionária», em que não havia manifestação de rua que não fosse «grandiosa» ou iniciativa que não viesse das «bases»”<sup>71</sup>.

Finalmente, uma menção a dois estudos mais recentes sobre a política do PCP na revolução. O primeiro, de Carlos Gaspar, além de corroborar a ideia de domínio dos meios de comunicação por parte do partido, no «Verão Quente» de 1975, vai mais longe, considerando que foi precisamente o “peso nos meios de comunicação de

---

<sup>69</sup> António José Telo, *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à actualidade*, Vol. II, Lisboa: Presença, 2007, p. 129 e p. 130.

<sup>70</sup> Rui Ramos, “A Revolução de 25 de Abril e o PREC (1974-1976)” in Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010 [2009], p. 726 e p. 728.

<sup>71</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 731.

massas”, conjuntamente com outros factores, que fez com que o PCP se tivesse imposto “como o mais forte dos partidos políticos” neste período<sup>72</sup>. O segundo trabalho, de Raquel Varela, refere-se à “campanha anticomunista em marcha”, a partir de Maio de 1975, por parte do Partido Socialista, que, segundo esta autora, “quer ser a direcção capaz de resgatar a liberdade das malhas da colectivização, do controlo sindical, do anticatolicismo, da ditadura sobre os meios de comunicação social”, com o objectivo de “consolidar o apoio dos sectores intermédios da sociedade portuguesa”<sup>73</sup>.

Depois de olharmos para alguns dos contributos da historiografia sobre o processo revolucionário português, nos quais é recorrente salientarem-se as tensões entre as forças em presença relativamente aos média, vejamos agora os estudos que analisam os média em si, isto é, que os consideram como objecto central de uma investigação.

No que diz respeito a estes trabalhos, a tónica dominante é a de que se verificou, neste período, uma elevada politização dos conteúdos noticiosos de grande parte dos jornais, ainda que haja variações consoante os órgãos e, sobretudo, as fases do processo. Mais uma vez, o período entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975 afigura-se como ilustrativo do momento de maior intensificação dessa realidade.

Percursor na investigação sobre esta temática, Mário Mesquita refere que, a seguir ao golpe militar, “os jornais afinavam pelo mesmo diapasão: a glorificação dos vencedores militares e civis do 25 de Abril”<sup>74</sup>. No mesmo sentido, Francisco Rui Cádima defende que, nos primeiros meses após o golpe militar, “os média, de alguma maneira, reflectiam uma certa subserviência política ao MFA” e, por isso, até ao 28 de Setembro, “faziam constantemente asserções à necessidade de o MFA proteger a comunicação social dos discursos da «reacção»”<sup>75</sup>. Se o discurso jornalístico estava nesta fase, segundo Cádima, identificado com os militares do MFA, com o evoluir do processo revolucionário outras tendências se verificam, pois, tal como observa João Figueira, passa a praticar-se “um jornalismo cheio de ideologia, em que a política é uma

---

<sup>72</sup> Carlos Gaspar, “O Partido Comunista e a revolução portuguesa” in Pedro Aires Oliveira e Maria Inácia Rezola (Coord.), *O Longo Curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 550.

<sup>73</sup> Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa: Bertrand, 2011, p. 239.

<sup>74</sup> Mário Mesquita, “Estratégias Liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975 da comissão Ad-Hoc à Lei de Imprensa” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº8. Lisboa: CECL/UNL, 1988, p. 98.

<sup>75</sup> Francisco Rui Cádima, “Os Media na Revolução (1974-1976)” in J. M. Brandão de Brito (Coord.), *O País em Revolução*, Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 328.

urgência, após 48 anos de ditadura e ausência de liberdade de expressão e de pensamento”<sup>76</sup>.

Os jornais acompanhavam o curso da revolução, reflectindo as novas direcções que foram emergindo, fruto da divisão do MFA em várias facções, do protagonismo que os partidos políticos foram ganhando, das mudanças dos principais temas em debate na sociedade portuguesa, entre outros factores. Assim, se, como refere, Mário Mesquita, antes do 28 de Setembro de 1974 “raros jornais afloraram as divergências entre a Junta de Salvação Nacional e a «coordenadora» do MFA, entre Spínola e Costa Gomes, entre o MFA dos capitães e o MFA dos generais”<sup>77</sup>, em pleno «Verão Quente» de 1975 – refere o mesmo autor num artigo posterior – a “imprensa gonçalvista foi subindo de tom” e a “agressividade conjugava-se com a arrogância”<sup>78</sup>.

A análise discursiva levada a cabo por João Figueira a três dos principais jornais nacionais mostra-nos como os periódicos interpretavam de forma diferente os mesmos acontecimentos e a acção de protagonistas do processo revolucionário, defendendo implicitamente distintas orientações para o futuro do país:

“Foi através das páginas do *Jornal Novo* que Portugal ficou a conhecer o Documento dos Nove e que Mário Soares dirigiu uma carta aberta ao Presidente da República; foi pelas páginas do *DN* [*Diário de Notícias*] que o País tomou conhecimento da “dinâmica revolucionária do processo português” explicado por Vasco Gonçalves na assembleia do MFA, e que se soube que o Directório condenava “severamente” o divisionismo do “Documento Melo Antunes”; foi pelo *Expresso* que ficámos a saber que o Documento dos Nove estava a receber um “amplo apoio”, que o V governo fora “empossado em soturna cerimónia, a fazer lembrar a posse do último governo caetanista”, e que Vasco Gonçalves era “um homem só rodeado pelos fantasmas que ele próprio criou”<sup>79</sup>.

Na imprensa portuense, de acordo com a investigação realizada por Helena Lima, eram também notórias as discrepâncias na orientação dos jornais, verificando-se, em termos gerais, as principais tendências que percorreram a imprensa nacional:

“O *Comércio do Porto* emergiria como o título que manteria a batalha contra a esquerdização da sociedade portuguesa, enquanto o *Jornal de Notícias* veio a ser denominado pejorativamente o Pravda, por ter enveredado

---

<sup>76</sup> João Figueira, *Os Jornais como Actores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*, Coimbra: Minerva Coimbra, 2007, p. 21.

<sup>77</sup> Mário Mesquita, “Estratégias Liberais...”, *op. cit.*, p. 101.

<sup>78</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de Comunicação...”, *op. cit.*, pp. 382 e 362.

<sup>79</sup> João Figueira, *Os Jornais como... op. cit.*, p. 82.

por um tom muito radicalizado. Quanto a *O Primeiro de Janeiro*, não teve uma linha editorial com uma orientação muito determinada, mas a sua redacção também passou por uma situação de pulverização de autoridade”<sup>80</sup>.

No que diz respeito ao pós-25 de Novembro, Francisco Rui Cádima sustenta que “o papel dos *media* esteve mais do que nunca presente nos artigos, análises, pontos de vista, que surgiram nos jornais sobre os acontecimentos do dia [25 de Novembro]”<sup>81</sup>. Por seu turno, Mário Mesquita refere-se a outro fenómeno, relacionado com a “reconstituição do sector privado” que, a partir de então, foi levada a cabo “sob o signo da precariedade e da guerrilha política”. É que, segundo este autor, tal aconteceu “através de jornais de combate político, estreitamente vinculados a partidos ou grupos de pressão, que nunca se revelaram capazes de ultrapassar as clientelas restritas a que, preferencialmente, se dirigiam”<sup>82</sup>. Tratava-se de um novo momento político rumo à institucionalização da democracia, mas nem por isso o papel da imprensa foi desvalorizado, sendo disso reflexo, precisamente, o surgimento de jornais de diferentes tendências político-ideológicas ou o regresso às bancas de títulos com novas direcções ideologicamente situadas em campos contrários aos das suas antecessoras.

Quatro autores incontornáveis nos estudos sobre os média e a revolução, cujos trabalhos são, de algum modo, complementares. Mesquita alia a um notável esforço de síntese, uma visão estruturada do que era o sistema mediático português naqueles anos, interpretando estratégias de políticos, militares e de jornalistas, contextualizando-as e evidenciando variáveis fundamentais para a compreensão do que foi a acção dos órgãos de comunicação social naquele período: a legislação produzida, as mudanças nos conteúdos dos jornais, os principais casos que envolveram meios de comunicação, características dos jornalistas, o papel do Estado, etc. Rui Cádima, embora focando também algumas destas questões, olha para os artigos que foram saindo na imprensa, o que lhe permite destacar mudanças nas abordagens e temas. No seguimento dos seus trabalhos acerca da televisão no Estado Novo, também neste seu texto dá particular atenção às modificações que ocorrem na RTP durante o PREC. Ambos os autores publicam estes seus trabalhos em obras colectivas, sendo, por isso, textos de síntese.

Pelo contrário, João Figueira e Helena Lima realizaram as suas investigações no contexto de mestrado e doutoramento, respectivamente. O primeiro, delimitando o seu

---

<sup>80</sup> Helena Lima, *A Imprensa Portuguesa e os Desafios da Modernização*, Lisboa: Livros Horizonte, 2012, p. 81.

<sup>81</sup> Francisco Rui Cádima, “Os Média na...”, *op. cit.*, p. 347.

<sup>82</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de Comunicação...”, *op. cit.*, p. 386.

*corpus* de análise e âmbito cronológico nos jornais *Expresso*, *Diário de Notícias* e *Jornal Novo*, no «Verão Quente» de 1975, analisando criticamente o discurso então produzido. A segunda, optando pelo estudo dos periódicos em si, compreendendo o que mudou e o que perdurou na imprensa portuguesa. Além do estudo do período revolucionário, a autora analisa ainda os mesmos títulos em momentos subsequentes. Também sobre os jornais portugueses, registe-se a dissertação de mestrado levada a cabo por Ricardo Gomes<sup>83</sup>.

De âmbitos diversos, outros trabalhos foram produzidos nos últimos anos, contribuindo para uma melhor compreensão da temática e permitindo olhá-la sob ângulos distintos. Joel da Silveira estudou *A Construção do Sistema Informativo em Portugal no Século XX*, o que lhe permitiu realizar uma abordagem de longevidade, identificar tendências e rupturas entre 1926 e 1980. Concretamente sobre a transição democrática, o autor segue, de algum modo, a proposta de Mário Mesquita, mas evidenciando sobretudo aspectos ligados às relações de poder nos média. Com a tónica colocada na ideia de “o essencial sobre”, João Figueira publica, em 2012, uma breve síntese da imprensa nacional de 1974 a 2010, focando, de forma reduzida, os acontecimentos principais destes anos. Dando continuidade à pioneira obra de José Tengarrinha sobre a história da imprensa, Jorge Pedro Sousa, Helena Lima e os investigadores brasileiros António Holfeldt e Marialva Barbosa, publicam em português e inglês, a sua *História da Imprensa Lusófona*. Cabe a Helena Lima a escrita do capítulo a que chamou “a Imprensa na 3ª República”, onde, a par dos impactos da revolução na imprensa, das transformações de propriedade dos órgãos de comunicação (a sua estatização), a produção de legislação e outros aspectos, ultrapassa largamente os limites cronológicos da revolução, estudando os média até à década de 2000.

Finalmente, destaque para investigações que se debruçam sobre casos particulares, como o do jornal *República* e da Rádio Renascença, as mudanças que ocorreram na Emissora Nacional, acerca da comunicação política, os cartazes partidários, a imprensa partidária ou, sob um ponto de vista sociológico, os mecanismos de censura oculta na imprensa portuguesa a partir da transição para a democracia, um trabalho pioneiro de José Manuel Paquete de Oliveira<sup>84</sup>. Uma nota ainda para as

---

<sup>83</sup> Ricardo Gomes, *A Imprensa Diária Portuguesa no período revolucionário (1974/1975)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

<sup>84</sup> Por exemplo: Mário Mesquita, “O Caso *República* ou o Símbolo Destruido» in *Cadernos de Imprensa*. Lisboa: Clube Português de Imprensa, 1987; Sara Ribeiro, *O Caso República no contexto político-militar de 1975*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Lisboa:



variadíssimas obras que têm vindo a público, escritas sobretudo por jornalistas, que, por um lado, pretendem partilhar as suas memórias e, por outro, optam por oferecer aos leitores visões da revolução a partir da leitura dos jornais da época<sup>85</sup>. Trabalhos imprescindíveis para quem se propõe estudar o processo revolucionário português e dos quais nos socorremos ao longo desta tese de doutoramento.

---

ISCTE, 2013; Nelson Ribeiro, *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002; Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975. O Caso Rádio Renascença*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005; Rogério Santos, *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2017; J. M. Paquete de Oliveira, *Formas de "censura oculta" na imprensa escrita em Portugal no pós 25 de Abril (1974-1987)*. Tese de Doutoramento em Sociologia da Comunicação. Lisboa: ISCTE, 1988; Pedro Diniz de Sousa, *A dramatização da imprensa do PREC*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003; Eduardo J. M. Camilo, *O cartaz partidário em Portugal (1974-1975)*. Covilhã: UBI, 2004.

<sup>85</sup> Cf. Bibliografia final.

## I PARTE

### *Jornais, Jornalistas e Poder*

*do 25 de Abril de 1974 ao «Verão Quente» de 1975*

## 2. OS JORNAIS

Em Abril de 1974 a maioria dos jornais diários portugueses pertencia a grandes grupos económicos. Vivia-se um apertado regime de censura, que entretanto havia passado a chamar-se exame prévio, depois de defraudadas as expectativas que a chegada ao poder de Marcello Caetano, em 1968, trouxera em termos de possíveis avanços no sentido de uma efectiva liberdade de Imprensa

Durante o Marcelismo assiste-se já a algumas transformações significativas nos jornais nacionais. O crescimento das redacções e o aumento do número de mulheres, jornalistas com mais habilitações académicas, movimentações sindicais que possibilitam melhores condições salariais e de trabalho em geral são disso exemplos<sup>86</sup>.

O jornalismo político de então estava, em grande parte, limitado a “tarefas burocráticas”, não havendo grande margem para tornar as notícias apelativas ou criativas. As redacções estavam “confiadas ao trabalho de corte e cola dos telexes do SNI e da Arcada, à transcrição obrigatória das notas oficiais e dos discursos proferidos em actos oficiais”<sup>87</sup>. Realidade que, todavia, vai sendo alterada entre os finais dos anos 60 e início da década de 1970, especialmente em títulos como o *Diário de Lisboa*, *República*, *A Capital* ou o *Diário Popular*, ainda que com algumas diferenças editoriais entre si.

Se é verdade que jornais como o *Diário de Lisboa* e o *República* esforçavam-se – e eram reconhecidos como tal – por desenvolverem uma contestação possível ao regime, a criação do semanário *Expresso*, em 1973, surge como uma lufada de ousadia e modernidade na Imprensa de então. As inovações que trazia eram diversas: “na apresentação da informação, na abertura e ousadia no tratamento jornalístico de determinados assuntos e na estrita exigência que faz da separação entre a Informação e a Opinião”<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> Ana Cabrera, *Marcello Caetano... Op. Cit.*; Suzana Cavaco, *Mercado Media... Op. Cit.*; Carla Baptista e Fernando Correia, *Jornalistas: do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho, 2007.

<sup>87</sup> Carla Baptista, *Apogeu, Morte... Op. Cit.*, p. 342.

<sup>88</sup> Ana Cabrera, *Marcello Caetano... Op. Cit.*, p. 262.

Não esquecendo que o “poder político no Estado Novo era detentor de meios de controlo e influência (formais e informais) sobre os órgãos de comunicação social”<sup>89</sup> e que essa é uma característica determinante do sistema de média nacional antes do 25 de Abril, sobretudo no contexto do Maio de 1968 e das revoltas estudantis, iniciam-se mudanças relevantes no panorama informativo. Como nota Ana Cabrera, a “crise que atravessa todo o período marcelista vai ter repercussões na Imprensa no período a seguir a 1972 e mais fortemente de 1973 em diante”, ainda que “grande parte dos efeitos nas redacções dos jornais só vão ser visíveis no período a seguir ao 25 de Abril”<sup>90</sup>.

## 2.1. O dia 25

É sobejamente conhecido o papel dos órgãos de comunicação social - particularmente a televisão e a rádio - nas operações de 25 de Abril de 1974 e nos dias seguintes. Desde a transmissão das senhas revolucionárias, à apresentação da Junta de Salvação Nacional (JSN), passando pela divulgação dos primeiros comunicados do Movimento das Forças Armadas (MFA), é inegável a sua relevância nesta data.

Também a Imprensa se revelou uma peça valiosa. Destacam-se, desde logo, os contactos travados entre os militares do MFA e alguns jornalistas, ficando estes a conhecer as movimentações em curso dias antes do golpe militar. O nome do redactor do *República* Álvaro Guerra é um dos mais evocados. Próximo do ideólogo do Movimento, Melo Antunes, é este militar quem lhe dá conta de alguns detalhes programados para o dia 25. Nas vésperas de partir para os Açores, Ernesto Melo Antunes prepara um encontro entre Almada Contreiras, outro elemento do MFA, e o jornalista, que se reveste de grande importância e, por isso, de algum secretismo:

“ (...) a preocupação com a segurança leva Ernesto a introduzir um código secreto nesta ligação: um selo cortado em dois, cujas metades entrega a Álvaro Guerra e Almada Contreiras, respectivamente. Um contacto que se revelará basilar uma vez que é através de Álvaro Guerra que se encetam conversações com Carlos Albino tendo em vista a transmissão da senha de operações no programa Limite, da Rádio Renascença, e que se consegue a publicação do Programa do MFA na primeira edição do *República*, de 26 de Abril”<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> Suzana Cavaco, *Mercado Media... Op. Cit.*, p. 575.

<sup>90</sup> Ana Cabrera, *Marcello Caetano... Op. Cit.*, p. 263.

<sup>91</sup> Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes: Uma Biografia Política*. Lisboa: Âncora, 2012, pp. 119-120.

A agitação das redacções a partir da madrugada de dia 25 não surpreende. Viviam-se entre dúvidas e hesitações causadas essencialmente pelas poucas informações que chegavam e, dessas, algumas contraditórias. Dentro e fora dos jornais, procuravam-se fontes que explicassem o que estava a acontecer nas ruas de Lisboa. No *Diário de Notícias*, tido como o jornal “oficioso” do regime, Manuela de Azevedo relata essas horas de alvoroço, desde que, em sua casa, recebera um telefonema do subchefe de redacção, José Estevão Santos Jorge, dizendo: “Desta vez é que é certo. As tropas de Santarém estão a chegar a Lisboa”. De regresso à redacção, “as notícias multiplicavam-se desconcertantes. O Director do jornal ingenuamente insistia em que os textos fossem à Censura, mas Santos Jorge contradizia-o: - Já não há Censura”<sup>92</sup>.

No *República* vivia-se um ambiente de “grande euforia”, lembra Alberto Arons de Carvalho. “Nós já não mandámos nada para a censura. Aliás, o jornal *República* estava a cem metros da censura e nós assistimos à invasão e destruição da censura”. Foi, portanto, com orgulho que, no dia seguinte, é colocado em manchete: “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”. Porém, este jornalista confirma que houve periódicos que ainda enviaram provas para análise, o que observou *in loco*:

“Eu sei disso, porque a sede da censura foi atribuída ao Partido Socialista e, numa visita às instalações com o Manuel Serra, em Maio de 1974, deparei-me com o gabinete do director dos serviços de censura – que não tinha sido invadido e destruído – tal como ele tinha sido deixado no dia 25 de Abril. Havia em cima da mesa os tais linguados, que eram as folhas que eram submetidas à censura, por parte dos jornais e algumas delas eram notícias sobre movimento militares. Creio eu que eram do *Diário de Notícias* e d’ *O Século*”<sup>93</sup>.

Nas suas memórias, o director dos Serviços de Informação de Marcello Caetano, Pedro Feytor Pinto, revela ter sido ele próprio a ligar a algumas redacções no dia 25, o que poderá explicar o facto de vários jornais não terem enviado provas à Censura. A conversa que então teve com os seus interlocutores ia justamente nesse sentido:

“Falei então, pelo telefone, com todos os directores de jornais vespertinos, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *A Capital* e *República*, dizendo-lhes considerar normal que informassem de quanto estava a acontecer não necessitando de enviar as provas ao Exame Prévio pois

---

<sup>92</sup> Manuela de Azevedo, *Memória de uma mulher de Letras*. Porto: Afrontamento, 2010, p. 207.

<sup>93</sup> *Sol*, 25 de Abril de 2017.

tinha confiança na objectividade e como apresentariam os acontecimentos que Lisboa estava a viver”<sup>94</sup>.

Jornais matutinos como, por exemplo, o *Diário de Notícias* e *O Século* não são mencionados por Feytor Pinto. Talvez por isso o primeiro tenha vivido os momentos tensos descritos por Manuela de Azevedo. Também o relatório do Conselho de Imprensa relativo a este período é prudente, referindo apenas que, numa altura em que “se não confirmara a vitória do movimento militar, a maioria dos jornais não enviou provas à Censura”<sup>95</sup>.

Mas, a par da decisão de enviar ou não provas ao Exame Prévio, havia que noticiar os acontecimentos que ocorriam na capital. No *República*, Eugénio Alves e José Jorge Letria, que estavam relativamente informados sobre o que estava a acontecer, assinaram a reportagem do dia:

“Perto das 7h30 rumámos à redacção do *República*, esgotados por uma “directa” inesquecível e pela tensão nervosa provocada pela incerteza e pela espera, e escrevemos a primeira reportagem daquela madrugada histórica, que sairia numa edição já liberta da intervenção da Censura. Foi a primeira das várias que chegaram à rua nesse dia, anunciando que o Movimento das Forças Armadas tomara o poder em Lisboa e noutros pontos do país”<sup>96</sup>.

A euforia que já surgia nas ruas estava também estampada nas capas dos jornais, que davam conta dos acontecimentos em várias edições que publicavam com informações actualizadas. Poucos dias depois, porém, anunciava-se um período conturbado. Maria Antónia Palla, redactora d’ *O Século Ilustrado*, revela isso mesmo, ao recordar a reportagem que redigira no dia 27:

“o primeiro texto que escrevi em liberdade acabou por ser escortanhado, irreconhecível. Aí percebi que se nos tínhamos libertado da censura do regime, teríamos agora de enfrentar a censura imposta pelo patronato, pelos chefes zelosos, pelas correntes ideológicas e pelos grupos dominantes”<sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> Pedro Feytor Pinto, *Na Sombra do Poder*. Lisboa: Dom Quixote, 2011, p. 265.

<sup>95</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 13.

<sup>96</sup> José Jorge Letria, *E tudo era...* *Op. Cit.*, p. 158.

<sup>97</sup> Maria Antónia Palla, “A Liberdade de Imprensa após o 25 de Abril”. In *O Jornalismo Português: Passado, Presidente e Futuro*, Álvaro Costa Matos e Graça Franco (Org.). Lisboa: CML/HML, 2004, p. 22.

Alice Vieira, jornalista no *Diário Popular*, teve uma experiência semelhante, revelando que a erradicação da censura não foi, de todo, uma tarefa fácil:

“(…) aquilo que normalmente era cortado pela censura, no *Diário Popular* era cortado pelo chefe de redacção, por razões políticas. Quando os meus textos chegavam ao censor já iam tão retalhados que já não havia nada que cortar. De 24 para 25 de Abril, quando chego ao *Diário Popular* e digo «se me cortam uma vírgula hoje...uma vírgula que seja...vocês vão-se haver comigo», o chefe de redacção olhou para mim e disse: «nesta casa nada mudou...»<sup>98</sup>.

Novos e difíceis tempos se avizinhavam. Após 48 anos de censura, os jornalistas teriam oportunidade de aprender a escrever em liberdade, mas o período revolucionário que se seguiu ao Golpe de Estado vai deixar bem patente o clima de tensão permanente que invade as redacções. Múltiplas transformações vão ocorrer, acompanhando o ritmo dos acontecimentos e, não raras vezes, sendo reflexo deles. Paquete de Oliveira, sintetiza essa realidade, destacando o momento “único” na história dos média nacionais:

“A revolução de Abril trouxe a liberdade de Imprensa e fez do espaço público o lugar de sucessivos acontecimentos políticos, sociais e culturais, muitos deles só eventualmente possíveis graças à comunicação social.

(…) Os média funcionaram como nunca, e num exemplo histórico talvez sem precedentes, na «produção» contínua de um «real» que, se trouxe ao país muita alegria, sonho e realidade, também acarretou muita ilusão, desassossego e frustração quando acabou a festa e começou a vida”<sup>99</sup>.

A Imprensa era vista como um meio privilegiado para fazer chegar determinadas informações à população, sendo este um dos factores determinantes para aquilo que poderíamos chamar de “combate pelo poder” de definir a orientação ideológica dos jornais. Essa e outras tendências vão ganhar protagonismo ao longo destes meses, como veremos de seguida.

---

<sup>98</sup> Entrevista a Alice Vieira por Isabel Ventura. Cf. Isabel Ventura, *As Primeiras Mulheres Repórteres. Portugal nos anos 60 e 70*. Lisboa: Tinta da China, 2012, p. 144.

<sup>99</sup> J. M. Parquete de Oliveira, *Formas de censura...* *Op. Cit.*, p. 312.

## 2.2. A *Época* e *Novidades*: o fim dos jornais do regime

Dois jornais terão vida curta após o 25 de Abril, dado o seu passado intrinsecamente ligado ao Estado Novo. Criado em 1971 – resultado da fusão do *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional, com o jornal *A Voz* – A *Época* tinha como director Barradas de Oliveira e pertencia à Companhia Nacional Editora, propriedade da ANP. Era, portanto, o órgão oficioso do regime.

Depois de, no próprio 25 de Abril, a *Época* colocar em manchete uma fotografia de Américo Tomás (numa reunião com Higinio de Menezes, director-geral da Imprensa Nacional) e ainda nada dizer sobre as movimentações militares, no dia seguinte a capa é já bastante diferente. “Um Movimento militar depõe o governo. O Prof. Marcello Caetano rendeu-se ao general António de Spínola”, é o título escolhido. O nome de Barradas de Oliveira ainda permanece no cabeçalho de uma edição que, no seu Editorial, apela à serenidade, deixando patentes as incógnitas quanto ao rumo que o país poderia vir a tomar:

“A contenção com que o país assistiu à evolução dos acontecimentos deverá ser continuada com a serenidade necessária para não perdermos no desentendimento de cidadania o que nos devemos uns aos outros e à pátria que herdamos e temos de transmitir”<sup>100</sup>.

Os tumultos no interior do periódico não tardaram, começando, logo no dia 26, com um assalto de populares às instalações (tal como acontece à Comissão de Censura). Era necessário definir o seu futuro bem como o dos seus trabalhadores. Uma hipótese avançada foi a de formar um novo órgão, que se intitularia *Nova Época* ou *A Época Livre*, uma vez que a Junta de Salvação Nacional decidira suspender, de imediato, o jornal. Teria, porém, de reflectir a nova realidade política e afastar-se da imagem de “jornal do governo fascista” (como era referido), o que leva o Sindicato dos Jornalistas a debruçar-se logo no início de Maio sobre o assunto. Em Assembleia Geral é decidida a criação de um “piquete de jornalistas reconhecidamente anti-fascistas” que, integrado na redacção da *Época*, possa “vigiar tudo o que ali se passa e assistir às reuniões de trabalhadores”. Da mesma forma, uma Comissão ficava responsável pelo “arrolamento

---

<sup>100</sup> *Época*, 26 de Abril de 1974.

dos bens ali existentes” e, sobretudo, de garantir que o “jornal possa pôr-se, com outro nome, ao serviço dos trabalhadores”<sup>101</sup>.

A 29 de Abril, muda, efectivamente, de nome, sendo-lhe acrescentado um “A” (passa a ser *A Época*), e de director, que é agora José Manuel Pintasilgo (antigo chefe de redacção), jornalista que havia passado pelo *Diário da Manhã* e o *Diário Ilustrado*. Aos leitores e colegas de outros órgãos de comunicação social, o novo jornal agradece as “desvanecedoras” palavras de incentivo<sup>102</sup>. Mas, no início de Maio, novas mudanças ocorrem com a substituição do director, que se demite, na sequência de várias acusações que lhe são dirigidas em Assembleia do Sindicato dos Jornalistas<sup>103</sup>.

À frente do novo *A Época* passava a estar uma Comissão Directiva (anterior Comissão de Redacção), na qual se destacam os nomes de Fernando Amaral, Eduardo Reis, Acácio Figueiredo e Dugos Baptista, o que não agradava a todos os trabalhadores do jornal, preferindo manter a anterior direcção. As acusações de comprometimento com o Estado Novo multiplicam-se entre trabalhadores, decidida que estava uma avaliação a eventuais motivos para saneamentos<sup>104</sup>. Perante os conflitos entre facções com diferentes visões quanto ao futuro do jornal, a Comissão Directiva emite um Manifesto, no qual clarifica as normas que passam a reger a sua acção. No fundamental, afirma “a sua intransigência na defesa” do periódico, “não permitindo qualquer infiltração ou manobra, individual ou de grupo que possa tentar ressurgir os odiados princípios que ensombraram por largos anos esta casa e este país”<sup>105</sup>. Ou seja, assumia-se plenamente identificada com a nova ordem.

Passado apenas um dia, Álvaro Anselmo (Redacção), João Dias (Quadro Tipográfico) e Fernando Gonçalves (Serviços Administrativos) assumem interinamente a direcção do jornal. A tensão no seu interior era evidente. Exemplo disso era a acusação feita num texto assinado e divulgado por alguns redactores: “apesar da mudança de título e de formato nada mudou na mentalidade directiva. Pretendia-se abrir o campo ao neofascismo”<sup>106</sup>. No dia 9 de Maio, *A Época* já não se publicaria e, dias

---

<sup>101</sup> *Diário de Notícias*, 4 de Maio de 1974.

<sup>102</sup> *A Época*, 29 de Abril de 1974.

<sup>103</sup> *A Época*, 3 de Maio de 1974.

<sup>104</sup> Requerimento da Comissão de Redacção do jornal *Época*, 3/6/1974. Arq. Sindicato dos Jornalistas, Pasta *Época* (1971-1975).

<sup>105</sup> Manifesto da Comissão Directiva da *Época*, 4/5/1974. Arq. Sindicato dos Jornalistas, Pasta *Época* (1971-1975).

<sup>106</sup> *A Época*, 4 de Maio de 1974. Os tipógrafos, por sua vez, consideram o Manifesto da Comissão Directiva “tendencioso”, não indo ao encontro da posição dos “trabalhadores gráficos”



depois, apenas se encontravam nas instalações “alguns contínuos e telefonistas, além de um ou outro empregado da secção técnica”<sup>107</sup>.

Os meses vão passando e o periódico não regressa às bancas. O governo garante, nos primeiros tempos, o pagamento dos salários dos trabalhadores, ainda que estes não se encontrassem a produzir o periódico. Já no final do ano, três empresas (Intersindical, Editorial República e Editorial Avante) manifestam interesse em adquirir as instalações do jornal<sup>108</sup>. Entretanto, por ordem do governo, essas instalações são seladas. Os cerca de trezentos trabalhadores da empresa detentora da *Época*, sem perspectivas de futuro profissional, acabam também por deixar de receber os salários, já que os Ministérios da Comunicação Social e da Administração Interna decidem não continuar a conceder subsídios à empresa.

Em 1975, uma Comissão de Inquérito, nomeada pelo Ministro da Comunicação Social, fica encarregue de definir o valor das indemnizações a entregar aos trabalhadores e de resolver o seu futuro laboral<sup>109</sup>. Estas eram, aliás, as reivindicações dos próprios trabalhadores, que não cessavam de pedir explicações publicamente e de afirmar as dificuldades económicas pelas quais estavam a passar<sup>110</sup>. Da parte da Comissão Liquidatária da extinta Acção Nacional Popular chega, em Junho, a informação de que se encontravam já determinados os cálculos provisórios das indemnizações, embora sem data de pagamento<sup>111</sup>.

Apenas nesse mês de Junho é formada a Comissão de Saneamento da empresa, que inicia logo um processo de averiguação dos trabalhadores que terão pertencido à ANP, à PIDE/DGS e à Legião Portuguesa<sup>112</sup>. Um processo que esteve longe de ser pacífico, levando inclusivamente ao pedido de suspensão (e depois de demissão) de um dos elementos – o jornalista Fernando Amaral – dizendo-se ameaçado pelos colegas do jornal e discordando da actuação dos outros membros da Comissão de Saneamento<sup>113</sup>. Entretanto, debaixo de forte polémica, e sem se concretizarem os saneamentos, vários

---

<sup>107</sup> *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1974.

<sup>108</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 7 de Dezembro de 1974.

<sup>109</sup> *Diário Popular*, 9 de Janeiro de 1975.

<sup>110</sup> *Diário de Notícias*, 14 de Janeiro de 1975.

<sup>111</sup> Declaração da Comissão Liquidatária da extinta Acção Nacional Popular, 7/6/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas, Pasta *Época* (1971-1975).

<sup>112</sup> Correspondência entre a Comissão de Saneamento da *Época* e os Presidentes das Comissões Liquidatária da ex-ANP e e Extinção da PIDE/DGS e LP, 26 e 27/8/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas, Pasta *Época* (1971-1975).

<sup>113</sup> Carta de Fernando Amaral enviada ao Ministro da Comunicação Social, 15/10/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas, Pasta *Época* (1971-1975).

dos trabalhadores da *Época* dedicavam-se já a outros empregos<sup>114</sup>, sendo dada a possibilidade, aos que o desejassem, de serem integrados pelos oito jornais estatizados<sup>115</sup>, algo que muitos fizeram. A *Época*, cuja empresa detentora decretou falência, nunca voltou às bancas, nem com um nome diferente, desde 9 de Maio de 1974.

Quanto ao jornal *Novidades*, órgão do Episcopado e propriedade da União Gráfica SARL, o seu fim é relativamente mais pacífico. Acusada de apoiar e pactuar com o regime ditatorial, a Igreja preparava-se, com prudência, para viver tempos conturbados e de fortes críticas, inclusivamente de “membros da hierarquia eclesiástica: sacerdotes, religiosos, teólogos, etc”. Figuras que, no fundo, “postulam uma necessária renovação de Igreja portuguesa”<sup>116</sup>.

É neste contexto de grande prudência relativamente ao seu futuro imediato, que o Episcopado decide encerrar o jornal *Novidades*, então dirigido pelo monsenhor A. Avelino Gonçalves, que era, na prática, um “símbolo de compromissos da Igreja com o Salazarismo”<sup>117</sup>. Depois de, tal como a *Época*, ter chamado à capa de dia 25 uma fotografia do Chefe de Estado, no dia 26 são já as operações militares que dominam, com a imagem do Carmo a figurar na primeira página<sup>118</sup>. Porém, pelas razões expostas, a partir de 3 e Maio, o *Novidades* não volta a ser impresso, ainda que, no imediato, os seus redactores mantivessem esperança de retomar os trabalhos (reflexo das muitas dúvidas que o turbilhão de informações veiculadas suscitava), manifestando preocupação com os nomes que viessem a ser escolhidos para substituírem director e chefe de redacção destituídos<sup>119</sup>.

A administração ainda garantiu os vencimentos dos trabalhadores durante um ano (até ao efectivo encerramento do jornal a 1 de Março de 1975). Nessa altura, os funcionários receberam uma carta, informando-os de que “«por força de dificuldades invencíveis», o jornal era extinto”, garantido que estava “o pagamento das indemnizações legais a quantos trabalharam naquele matutino”<sup>120</sup>.

Sinais dos tempos, dias depois do derrube da ditadura, dois dos principais órgãos de informação que lhe estavam associados são encerrados. As transformações no

---

<sup>114</sup> *Diário Popular*, 22 de Outubro de 1975.

<sup>115</sup> Termo de opção pelo trabalho nos oito jornais estatizados, 10/10/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas, Pasta *Época* (1971-1975).

<sup>116</sup> José Medeiros Ferreira, *Portugal em... Op. Cit.*, p. 210.

<sup>117</sup> Mário Mesquita, “*Estratégias liberais...*”, *Op. Cit.*, p. 91.

<sup>118</sup> *Novidades*, 25 e 26 de Abril de 1974.

<sup>119</sup> *Diário de Lisboa*, 17 de Maio de 1974.

<sup>120</sup> *A Imprensa escrita... Op. Cit.*, p. 19.

sistema de média português – ou, se quisermos, o desmantelamento de parte do sistema mediático da ditadura - davam os primeiros passos, sendo, desde já, perceptível que uma das prioridades consistia em arredar do espaço público instituições e figuras com ligações à ditadura. Ao fecho destes dois periódicos, segue-se, como veremos, o saneamento de figuras de muitos outros jornais.

### **2.3. Os primeiros conflitos: n' *O Século* e no *Jornal do Comércio***

Os conflitos nos meios de comunicação social têm início de imediato, tal como a luta pelo seu controlo. No interior dos jornais, um órgão ganha protagonismo neste contexto – o plenário de trabalhadores:

“A partir de Maio-Junho de 1974, a influência dos «plenários» de trabalhadores e dos seus órgãos representativos – Comissões de Trabalhadores e Conselhos de Redacção – na gestão e orientação dos meios de comunicação social tornou-se preponderante, subalternizando-se a posição dos proprietários, administradores e directores”<sup>121</sup>.

Na prática, como sublinha o relatório do Conselho de Imprensa, os trabalhadores passam a “exercer uma influência determinante sobre o que é publicado, bem como a designarem ou a vetarem os directores e chefes de redacção”<sup>122</sup>. Refira-se que esta era, então, uma realidade transversal à sociedade portuguesa. Fábricas, empresas, cooperativas viam muitas das decisões sobre a sua organização e estratégias decididas pelos trabalhadores, em plenários com votações de braço no ar. Os conflitos entre as diversas partes eram frequentes.

Depois de várias reuniões n' *O Século*, os jornalistas redigem, no início de Maio, um comunicado onde “definem a sua posição” para o futuro, apresentando o Conselho de Redacção eleito<sup>123</sup>, as suas funções e a orientação que pretendem imprimir no periódico. Quanto ao Conselho, passaria a ter amplos poderes: “representar a Redacção junto da Direcção, da Administração e das comissões das outras secções da empresa e dar parecer de carácter deliberativo sobre medidas e constituição da Redacção, incluindo a Direcção”. Tem ainda a palavra final sobre a colaboração na escrita de

---

<sup>121</sup> Mário Mesquita, “*Estratégias liberais...*”, *Op Cit.*, p. 92.

<sup>122</sup> *A Imprensa escrita...* *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>123</sup> O Conselho de Redacção eleito é composto pelos jornalistas Roby Amorim, João Carreira Bom, Joaquim Benite, Jorge Feio e Adelino Tavares da Silva. Cf. *O Século*, 5 de Maio de 1974.

artigos de figuras externas ao jornal, bem como nos “editoriais publicados sem assinatura”, que “deverão ser obrigatoriamente aprovados pelo Conselho de Redacção”.

Finalmente, refira-se um ponto polémico, que é transversal a muitos outros órgãos de comunicação social e que tem que ver com a orientação do jornal. De acordo com o comunicado, esta, “no que respeita aos aspectos informativos, confecção gráfica, opinião e posições políticas, é da exclusiva responsabilidade da Direcção e da Redacção, com exclusão de interferências da Administração”<sup>124</sup>.

Divergências entre trabalhadores e a administração da Sociedade Nacional de Tipografia (SNT), proprietária, que se recusa a publicar o comunicado dos trabalhadores, ditam uma grave crise no jornal. Os trabalhadores apresentavam uma lista de reivindicações: aplicação do salário mínimo de seis mil escudos, o máximo de 40 horas de trabalho semanais, o saneamento das hierarquias superiores das várias publicações de que a SNT era proprietária e dos chefes de secções do sector gráfico e administrativo, o direito a participarem, através da Comissão de Trabalhadores constituída, na gestão da empresa, etc. O braço de ferro é de tal forma duro que leva à não publicação do jornal a partir do dia 10 de Maio.

Na Imprensa, o incidente era visto como “a primeira séria violência cometida pelo patronato contra o movimento dos trabalhadores, renovado após o 25 de Abril”. A administração da SNT recusara-se a publicar o caderno reivindicativo dos trabalhadores, ameaçando entrar em *lock out*. Por sua vez, os trabalhadores decretam greve total, manifestando-se do Bairro Alto (junto das instalações do jornal) até ao Palácio de Belém, onde gritam frases de ordem como “os trabalhadores do *Século* lutam pelo pão, abaixo os lacaios do patrão”<sup>125</sup>.

Todas as publicações do grupo são suspensas (*Século Ilustrado*, *Vida Mundial*, *Modas e Bordados e Cinéfilo*) e *A Capital*, que era impressa nas oficinas do SNT, também deixa de se publicar, manifestando-se solidária com os colegas. Entretanto, o Conselho de Redacção demite-se em discordância com a forma como decorria o processo na empresa e, depois de várias reuniões em que as partes do conflito não chegam a acordo, “a Comissão de representantes dos trabalhadores d’*O Século* chega a ir a Belém, expor o caso à Junta de Salvação Nacional”<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> *Jornal de Notícias*, 6 de Maio de 1974.

<sup>125</sup> *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1974.

<sup>126</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 14 de Maio de 1974.

*O Século* reaparecerá nas bancas a 15 de Maio, embora o processo reivindicativo dos trabalhadores se mantenha em curso. É então eleito um novo Conselho de Redacção. Num comunicado conjunto da Comissão representativa dos trabalhadores e da Administração da SNT são prestados alguns esclarecimentos que revelam as cedências feitas por esta última parte, nomeadamente reconhecendo à Comissão de Trabalhadores o direito à reunião nas instalações do jornal “e dentro do horário de trabalho sempre que necessário”, bem como a “participação crítica nas definições do contudo das publicações da empresa através de uma comissão para esse fim eleita”, entre outros<sup>127</sup>.

No interior do periódico não se deixava, porém, de viver momentos de tensão. Como recorda Maria Antónia Palla, “tinha-se formado uma «Comissão de Participação Crítica» que representava a restauração da censura”. “O ambiente dentro das instalações d’*O Século* era de carácter pidesco”, conta a jornalista que integrou a redacção<sup>128</sup>. O conflito “culminou, em Fevereiro de 1975, com a nomeação de um director de tendência comunista, «eleito em plenário»”<sup>129</sup>.

No *Jornal do Comércio* ocorre, em Agosto, um episódio bastante revelador da importância e força dos movimentos laborais neste período. Em causa, a permanência do director à frente do periódico fortemente conotado com a ditadura. Era, na verdade, a “primeira vez que os trabalhadores abertamente” se opunham “às determinações de um Conselho de Administração e vão para a greve” com o objectivo de expulsar Carlos Machado, até então “director do jornal e que era considerado um agente do capital privado”<sup>130</sup>.

O *Jornal do Comércio* nascera em 1853, pertencendo, no final do Estado Novo, ao grupo Miguel Quina (Banco Borges & Irmão e Banco de Crédito Comercial), detentor também do *Diário Popular* ou da revista *A Semana*. Vivia agora momentos particularmente conturbados, dada a insatisfação e reivindicações dos seus trabalhadores. Segundo estes, havia que sanear os “corpos de Administração, Direcção e Chefias”, destacando-se o nome do director/administrador, que prosseguia uma “política de opressão e exploração dos trabalhadores”. Era, também, “um individuo incondicionalmente identificado com o regime deposto” e, depois, do 25 de Abril, com

---

<sup>127</sup> *O Século*, 15 de Maio de 1974.

<sup>128</sup> Maria Antónia Palla e Patrícia Reis, *Viver pela Liberdade*. Lisboa: Matéria-Prima, 2014, pp. 160 e 167.

<sup>129</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...” *Op. Cit.*, p. 362.

<sup>130</sup> *A Imprensa escrita...* *Op. Cit.*, p. 17.

a “extrema-direita”. Várias outras reivindicações foram apresentadas pelos trabalhadores: “salários iguais aos jornais de grande expansão”; “divulgação dos ordenados pagos na empresa”; “pagamento das faltas devidamente justificadas”; “um posto clínico na empresa com um enfermeiro”; “bar e refeitório com preços acessíveis” e “gratificação equivalente a um mês de ordenado pela Páscoa”<sup>131</sup>.

É, pois, perante a ausência de respostas a estas questões que os mais de trezentos trabalhadores da Empresa do *Jornal do Comércio* decidem avançar para uma greve, ocupando os locais de trabalho a 21 de Agosto. Colegas do mesmo grupo, os trabalhadores do *Diário Popular* e do *Comércio do Porto* (e d’*O Século* dias depois) demonstram, publicamente, a sua solidariedade.

A administração, por seu lado, mantinha a recusa em aceitar as exigências propostas. Por isso, após várias reuniões plenárias, os trabalhadores decidem avançar para uma manifestação em frente do Ministério do Trabalho, cujo ministro, entretanto, os recebera em audiência (e que voltará a receber)<sup>132</sup>. Publicam, também, um jornal de luta, onde expõem os seus pontos de vista. No Editorial – “razões de uma atitude” – destaca-se, uma vez mais, “o ponto não negociável” que era a demissão do director do jornal<sup>133</sup>.

Entretanto, a 27 de Agosto, militares do COPCON selam as instalações do jornal, por indicação do governo. A greve de trabalhadores, porém, permanece, com piquetes de vigilância à porta. Da parte da administração surge uma contra proposta de, não destituindo Carlos Machado, “nomear um subdirector que exerça efectivamente a direcção do jornal”, o que é liminarmente recusado. MRPP, LUAR e o Sindicato dos Jornalistas afirmam o seu apoio à luta dos trabalhadores<sup>134</sup>.

A 3 de Setembro, a união do sector da Informação é, novamente, posta em evidência. Durante 24 horas o país fica privado de jornais, que assim voltam a demonstrar o seu apoio à luta dos trabalhadores do *Jornal do Comércio*. Apenas *O Século* não adere à greve, sendo, então, impedida a sua distribuição<sup>135</sup>. Um espectáculo musical de apoio decorre, dias depois, no Coliseu dos Recreios de Lisboa, enquanto os

---

<sup>131</sup> *Diário de Lisboa*, 23 de Agosto de 1974.

<sup>132</sup> *Diário Popular*, 27 de Agosto de 1974.

<sup>133</sup> *Diário de Lisboa*, 28 de Agosto de 1974.

<sup>134</sup> Outros Sindicatos, como os das Artes Gráficas, Revisores de Imprensa e de Vendedores de Lutarias também afirmam o seu apoio. Cf. *Diário de Lisboa*, 30 de Agosto de 1974 e Comunicado de 29/8/1974. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.

<sup>135</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 5 de Setembro de 1974 e *Luta Popular*, 12 de Setembro de 1974.

piquetes de greve e os múltiplos plenários de trabalhadores e sindicatos continuam a decorrer, mantendo-se o braço de ferro com a administração<sup>136</sup>.

A 6 de Outubro, após 46 conturbados dias de greve, os trabalhadores do *Jornal do Comércio* voltariam aos seus postos de trabalho. A sua reivindicação principal havia sido conseguida, o director tinha sido destituído<sup>137</sup>. Os selos da porta são, finalmente, retirados pelas forças de segurança mas o jornal apenas voltou às bancas a 27 de Janeiro de 1975.

Em suma, dois casos envolvendo jornais, pelos quais perpassam várias das questões que mais eram alvo de discussão e de polémica na época: as lutas dos trabalhadores confrontando o patronato, o papel dos sindicatos, a liberdade de Imprensa, os saneamentos políticos, o recurso à greve, a organização de manifestações, etc. Nas páginas da Imprensa, todos estes temas estavam na ordem do dia. Era a Imprensa a cumprir o seu papel de divulgar o que se passava no país, mas também a marcar a agenda, sendo protagonista de acontecimentos.

## **2.4. A «dança das cadeiras» nos jornais**

### **2.4.1. O imediato pós 25 de Abril**

“O desmantelamento do Estado opressivo tornou-se a primeira das reivindicações da sociedade portuguesa mal a liberdade lhe permitiu expressá-la”<sup>138</sup>. Presidente da República, Presidente do Conselho, membros do Governo, entre outros, são, de imediato, saneados e a polícia política dissolvida<sup>139</sup>. Os serviços de censura, como já se disse, são também logo encerrados (e assaltados).

Entre as várias preocupações que dominam o período encontrava-se a necessidade de afastamento dos indivíduos acusados de conivência e colaboracionismo com o regime. As revoltas e protestos de trabalhadores contra esses elementos foram, a partir de então, frequentes. Traduziram-se, em grande medida, em processos de saneamento que visavam “depurar e reformar as instituições de maneira a proporcionar

---

<sup>136</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Setembro de 1974.

<sup>137</sup> *Diário de Lisboa*, 6 de Outubro de 1974 e *O Primeiro de Janeiro*, 8 de Outubro de 1974.

<sup>138</sup> Manuel Loff, “Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”. In *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória*. Coord. Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciana C. Soutelo. Coimbra: Almeida, p. 35.

<sup>139</sup> Cf. Irene Flunser Pimentel, *O Caso da PIDE/DGS*. Lisboa: Temas e Debates, 2017.

a instauração da ordem democrática”<sup>140</sup>. Processos que estiveram longe de ser pacíficos, as primeiras purgas, após as das cúpulas do Estado, “ocorrem espontaneamente em várias empresas e as exigências de saneamentos fizeram parte das palavras de ordem das primeiras greves”<sup>141</sup>. Episódios como o que vimos suceder no *Jornal do Comércio* ocorreriam em empresas de vários sectores.

No caso da comunicação social, tendo sido uma das áreas particularmente afectadas “pela censura em conjugação com administradores e/ou direcções de redacção afectos ao regime ditatorial” mais facilmente se compreende que “as primeiras reivindicações da classe jornalística tenham sido no sentido de afastar os responsáveis por essas formas de opressão”<sup>142</sup>. É possível detectar uma tendência em termos de “agentes de saneamento”: “eram principalmente jornalistas e tipógrafos ligados ao Partido Comunista e às organizações de extrema-esquerda, cuja preponderância continuou durante o chamado «período revolucionário»”<sup>143</sup>.

Como principal consequência das substituições nas hierarquias superiores dos órgãos de comunicação social, que veremos de seguida, há que destacar uma “significativa viragem nos planos editoriais e de conteúdos, os quais passam a apoiar de forma decisiva e explícita o novo poder político”<sup>144</sup>. Ou seja, numa primeira fase, a Imprensa passa a estar com o MFA.

Logo a 2 de Maio, dia em que acontece a primeira reunião do SJ em liberdade, é exigido, à JSN, “que os indivíduos que ao longo destes anos têm oprimido a livre expressão e amordaçado a Imprensa sejam imediatamente demitidos dos seus cargos, sugerindo-se posterior inquérito à sua actuação”. É declarado, sem equívocos, o apoio à “destruição de todo o aparelho corporativo fascista”<sup>145</sup>. Quanto à organização das redacções, propõe-se a criação de Conselhos de Redacção, que passariam a ter “poderes deliberativos e autónomos perante os da direcção” e com “direito de reunião permanente nas instalações laborais”<sup>146</sup>.

---

<sup>140</sup> Maria Inácia Rezola, “Justiça e Transição: os juízes dos tribunais plenários”. In *Democracia e Ditadura: Memória e Justiça Política*, Coord. Irene F. Pimentel e M. Inácia Rezola. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, pp. 177-178.

<sup>141</sup> António Costa Pinto, “Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia 1974-1976” In *O País em Revolução*, Dir. J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Editorial Notícias 2001, p. 364.

<sup>142</sup> Helena Lima, *Os Diários Portuenses...* *Op. Cit.*, p. 184.

<sup>143</sup> António Costa Pinto, “Enfrentando o...”, *Op. Cit.*, p. 371.

<sup>144</sup> Joel da Silveira, *A Construção do...* *Op. Cit.*, p. 129.

<sup>145</sup> *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1974.

<sup>146</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 3 de Maio de 1974.



Paralelamente, com mais ou menos semelhanças, as transformações nos jornais vão ocorrendo, tendo eco nas páginas dos respectivos (e noutros) periódicos. De uma maneira geral, vamos assistir à aceitação das reivindicações dos trabalhadores por parte das administrações, embora, em alguns casos, as negociações se tenham arrastado para além do desejável. No quadro 1 é possível verificar o resultado das mudanças ocorridas nas direcções dos jornais de Lisboa, em 1974.

**Quadro 1 – Mudanças nas direcções dos jornais de Lisboa (1974)**

<b>Jornal</b>	<b>Antes de 25 de Abril</b>	<b>Pós 25 de Abril</b>
<b><i>A Capital</i></b> (vespertino)	Henrique Martins Carvalho e José Júlio Gonçalves (adjunto) (até 30/4/74)	Rodolfo Iriarte (interino até 6/7/74) David Mourão Ferreira (a partir de 8/7/74)
<b><i>Diário Popular</i></b> (vespertino)	Martinho Nobre de Melo (até 2/5/74)	José de Freitas e Jacinto Baptista (interinos a 3/5/74); Manuel Magro (interino de 4/5/74 a 19/12/74)
<b><i>Diário de Lisboa</i></b> (vespertino)	António P. Ruella Ramos	António P. Ruella Ramos e José Cardoso Pires (adjunto, a partir de 21/9/74)
<b><i>Diário de Notícias</i></b> (matutino)	Fernando Fragoso (até 6/5/74)	João Diniz (interino); José Ribeiro dos Santos e José Carlos de Vasconcelos (adjunto) (a partir de 25/6/74)
<b><i>O Século</i></b> (matutino)	Manuel Figueira (até 13/2/75)	Adelino Tavares da Silva (interino a partir de 15/2/75)
<b><i>Jornal do Comércio</i></b> (matutino)	Carlos Machado	Fernando Teixeira (a partir de 27/1/75)
<b><i>República</i></b> (vespertino)	Raul Rêgo (até 16/5/74)	Vítor Direito (interino de 17/5/74 e 17/7/74) *
<b><i>Expresso</i></b> (semanário)	Francisco Pinto Balsemão	Francisco Pinto Balsemão

**Fonte:** várias edições dos jornais referidos.

\*Em virtude de Raul Rêgo ter sido nomeado Ministro da Comunicação Social.

No interior do *Diário de Lisboa*, histórico jornal com 54 anos e ligado à oposição democrática, as transformações são imediatas. Propriedade da Renascença Gráfica, dirigido por António Pedro Ruella Ramos (também co-proprietário), o jornal vai assistir à tomada de posição dos seus trabalhadores no sentido de ocuparem “as instalações da Rua Luiz Soriano, junto do equipamento técnico, para melhor coordenação dos serviços e de modo a fortalecer a unidade entre os trabalhadores”<sup>147</sup>. Da mesma forma, substituiu-se o chefe de redacção, António Lopes do Souto, pelo jornalista Carlos Veiga Pereira, que passa a ser coadjuvado por Torcato da Luz, Nuno Vieira, Pedro Alvim e Fernando Dacosta.

<sup>147</sup> *Diário de Lisboa*, 3 de Maio de 1974.

O director mantém-se, apoiado pelos colegas, já que o passado de Ruella Ramos estava longe de ser identificado com a ditadura. Os jornalistas viram as suas reivindicações aprovadas, recebendo a “aceitação plena para a linha de trabalho que decidiram pôr em prática e que tem como objectivo e condição basilar a completa independência da Redacção frente à Administração”<sup>148</sup>.

N’A *Capital*, cuja segunda fase se iniciara em 1968, com grande dificuldade em se afirmar perante a concorrência, são demitidos compulsivamente os directores, Henrique Martins de Carvalho e José Júlio Gonçalves (adjunto), e o antigo chefe de redacção, Rodolfo Iriarte, assume a direcção interinamente. Reunidos em plenário, os trabalhadores decidem que o próximo director terá de ter a sua aprovação.

O vespertino *Diário Popular*, que nascera em 1942, vive também um momento de mudanças. O Conselho de Administração, após analisar as reivindicações dos trabalhadores, decide aceitar os pedidos de demissão do seu vice-presidente, Guilherme Brás Medeiros, e do director, Martinho Nobre de Mello (ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros), o que era, aliás, uma das reivindicações dos trabalhadores, além da exigência de “não interferência da administração nos assuntos da redacção”<sup>149</sup>. Manuel Magro é nomeado, interinamente, para a direcção. O Conselho de Administração informa ainda que irá “assegurar o rigoroso cumprimento do disposto na lei relativamente à competência exclusiva do director na orientação do jornal”, reconhecendo, à Comissão de Redacção entretanto eleita, “o direito de apresentar recomendações à chefia da redacção no que respeita à execução de reportagem, entrevistas e outros assuntos de agenda”<sup>150</sup>. Na prática, a administração aceita as exigências dos trabalhadores, o que os leva a prosseguir a produção do jornal sem interrupções.

No *Diário de Notícias*, jornal fortemente conotado com o regime derrubado<sup>151</sup>, o ambiente é dos mais tumultuosos. Em plenário de trabalhadores da Empresa Nacional de Publicidade (proprietária do DN), estes exigem o afastamento dos quadros dirigentes. O então Director-geral da Informação, major Sanches Osório, relata, em detalhe, os problemas que ocorriam no jornal:

---

<sup>148</sup> *Diário de Lisboa*, 3 de Maio de 1974.

<sup>149</sup> *O Século*, 4 de Maio de 1974.

<sup>150</sup> *Diário Popular*, 4 e 5 de Maio de 1974.

<sup>151</sup> Na prática, o jornal pertencia ao Estado, uma vez que a Caixa Geral de Depósitos era detentora da empresa “Portugal e Colónias” e esta da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do *Diário de Notícias*.

“(…) competiria ao governo, por proposta do Ministro da Comunicação Social, fazer o saneamento da Direcção e da Administração. Mas isso não se fez apesar daquela mesma Direcção, algumas semanas antes, apoiar o governo de Marcelo Caetano e estar agora a apoiar a Revolução. Era evidente que esse apoio não tinha a mínima honestidade e era perfeitamente indigno. Mas como o Ministro [da Comunicação Social] Raul Rêgo não fazia o saneamento, os trabalhadores entraram em greve, fecharam a Direcção nos gabinetes e exigiram a sua expulsão. Raul Rêgo e o seu secretário Manuel Serra decidiram dialogar com os trabalhadores (...). Raul Rêgo, que falava frequentemente em «caos na imprensa», desenvolveu contudo um esforço muito grande, enquanto Ministro, para que o PS (partido a que pertencia), conquistasse o *Diário de Notícias*, o que efectivamente aconteceu”<sup>152</sup>.

Os “porta-estandartes do fascismo”, como os trabalhadores se lhes referem num relatório de Saneamento Interno publicado no jornal, acabarão por ser afastados mais de um mês depois. Deixam os seus cargos Fernando Fragoso (director), João Coito (chefe de redacção) e outros trabalhadores. Os administradores da ENP – Ulisses Cortez (ex-ministro de Salazar), Esteves da Fonseca (ex-Secretário de Estado da Indústria) e Vitória Pires (ex-Secretário de Estado de Marcello Caetano) - são também destituídos, à excepção de João Pires Dinis, representante dos accionistas privados, que assume interinamente a direcção enquanto novas medidas de saneamento estavam na forja<sup>153</sup>.

Dias depois, uma nova direcção é nomeada, composta por José Ribeiro dos Santos, antigo chefe de redacção do *República* e do *Diário de Lisboa* e director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian, e por José Carlos Vasconcelos, seu adjunto, advogado que também havia passado pelo *Diário de Lisboa*, dois nomes próximos do Partido Socialista e do grupo de militares moderados do MFA.

Nos jornais *Expresso* e *República*, por outro lado, os dias que se seguiram ao derrube da ditadura foram vividos de forma distinta. O primeiro, surgido em 1973, nasceu logo em ruptura com o regime, já que o seu fundador, principal proprietário e director, Francisco Pinto Balsemão (que havia iniciado a sua carreira jornalística no *Diário Popular*, propriedade da sua família), era deputado da “Ala Liberal” (constituída por um grupo de deputados que assumiram uma posição crítica e de ruptura em relação ao Estado Novo) e um dos principais defensores, na Assembleia Nacional, do fim da Censura. Mantém-se, portanto, pacificamente à frente do semanário.

Quanto ao *República*, apenas se verificarão mudanças no final de 1974 e início de 1975, quando “ocorre a grande «migração política» de jornalistas comunistas” que

---

<sup>152</sup> Sanches Osório, *O Equívoco do 25 de Abril*. Lisboa: Intervenção, 1975, pp. 55-57.

<sup>153</sup> *Diário de Notícias*, 6 de Junho de 1974.

vão “«reforçar» as redacções de outros jornais, em especial *O Século*, *Diário de Lisboa* e *Diário de Notícias*”<sup>154</sup>. Finalmente, uma referência ao *Jornal do Comércio* e *O Século*, que, como pudemos observar, seguiram caminhos diferentes e bem mais conturbados, com os trabalhadores a entrar em greves até que as suas reivindicações fossem aceites.

Em suma, com maior ou menor nível de contestação ou complexidade, neste momento inicial da revolução verifica-se uma depuração – com algumas excepções, como vimos – a nível de direcções, chefias de redacção e administrações dos órgãos de comunicação social escrita. Tendo em conta o nível de reivindicações dos trabalhadores desses órgãos, o que podemos também constatar é que as administrações perdem, para já, poderes, nomeadamente no que respeita à definição e orientação dos conteúdos dos jornais.

No fundo, tal como defendia o então Primeiro-ministro Vasco Gonçalves – segundo o qual a “democracia não se edifica com gente demasiadamente comprometida com o regime anterior”, sendo necessária “justiça sem crueldade”<sup>155</sup> – o objectivo inicial de reposicionar a Imprensa de acordo com a nova ordem foi, pelo menos no que respeita às suas estruturas, concretizado. Todavia, a “serenidade”, “calma” e “paciência” indispensáveis a um processo de saneamento “sem pôr em perigo a construção das estruturas da nova sociedade”<sup>156</sup>, como pretendia o ministro Raul Rêgo, não parece obter eco nos profissionais da Informação. A evolução dos acontecimentos vai determinar outros tipos de saneamentos que resultam, essencialmente, das clivagens ideológicas que os meses seguintes vão revelar.

#### **2.4.2. Os saneamentos ganham outros contornos**

De acordo com António Costa Pinto, um dos autores portugueses que mais se tem dedicado ao estudo da “justiça de transição”, “em termos gerais, o processo de saneamento (purgas políticas) não se regeu por estratégias claras nem por nenhum padrão coerente. Diferiu muito de sector para sector”. Se, em 1974, os “saneamentos baseavam-se num conceito estrito de colaboracionismo”, em 1975 “vários tipos de

---

<sup>154</sup> Pedro Foyos, *O Caso do Jornal Assaltado*. Lisboa: Prelo, 2016, p. 34.

<sup>155</sup> *Diário Popular*, 26 de Julho de 1974.

<sup>156</sup> *Diário de Notícias*, 24 de Junho de 1974.

atitudes autoritárias de industriais e empresários eram considerados como associados ao antigo regime”<sup>157</sup>.

Efectivamente, o que se vai verificar é que, longe de terminarem nos meses seguintes ao derrube da ditadura, os processos de saneamento ganham outros – e diversos – contornos. Fugindo, “muitas vezes, ao controlo das autoridades, num processo cheio de particularidades e tensões, reflexo da complexidade da revolução portuguesa”<sup>158</sup>, as purgas vão sendo concretizadas nas várias áreas. Ou seja, a par de saneamentos levados a cabo de acordo com a legislação em vigor, são efectuados “saneamentos selvagens” (à margem das leis entretanto produzidas). As Comissões de Trabalhadores tiveram, neste contexto, particular responsabilidade, uma vez que os pedidos de afastamento eram feitos através dessas Comissões “onde o PCP tinha de partilhar o controlo com os outros partidos da extrema-esquerda”<sup>159</sup>.

Na bibliografia nacional são escassos os trabalhos que glosam a temática das purgas políticas na comunicação social. À excepção de trabalhos sobre a rádio e televisões públicas e o jornal *Diário de Notícias* já mencionados, desconhecem-se outras investigações. Tendo em conta esta realidade, iremos referir-nos, neste ponto do nosso trabalho, a alguns casos particulares que ocorreram nas redacções nacionais e que pudemos apurar através da imprensa da época. Estando conscientes de que provavelmente estão longe de reflectir a totalidade dos processos, acreditamos, porém, que nos permitem uma aproximação a uma nova (e diversificada) realidade de saneamentos ocorridos no sector. Em conjunto com os referidos no ponto anterior e os ocorridos (e já mencionados) nos jornais *Época*, *O Século* e *Jornal do Comércio*, demonstram, por um lado, que foram, sem dúvida mais um factor de instabilidade no sistema de média nacional (com fortes consequências na organização e trabalho da redacção, bem como nas relações entre trabalhadores) e, por outro lado, que acompanharam, *grosso modo*, as principais tendências do movimento de saneamentos do período revolucionário.

No *Diário de Lisboa*, em inícios de Agosto, dois jornalistas são afastados da redacção. Invocando “justa causa” no despedimento de Margarida Silva Dias e Jorge Almeida Fernandes por parte da administração, a decisão foi aceite por 15 dos 29

---

<sup>157</sup> António Costa Pinto, “O Legado do Autoritarismo e a Transição para a Democracia, 1974-2004” In *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*, Coord. M. Conceição Meireles e Manuel Loff. Porto: Editora da Univ. do Porto, 2006, p. 45.

<sup>158</sup> Maria Inácia Rezola, “Justiça e Transição...”, *Op. Cit.*, p. 179.

<sup>159</sup> António Costa Pinto, “O Legado do...”, *Op. Cit.*, p. 44.

(margem de um voto) jornalistas que votaram na Assembleia geral do periódico. Para os redactores, o seu despedimento tinha um “evidente carácter político”<sup>160</sup>. Idêntico entendimento tinha o Sindicato dos Jornalistas, que, exigindo a readmissão dos camaradas, considera estar presente uma tentativa de “silenciar as vozes destes dois jornalistas que se batem pelo pluralismo informativo no seio dos jornais”<sup>161</sup>.

Em Novembro de 1975, um plenário de trabalhadores surpreende o repórter Mendes Pedro (militante do MRPP e membro dos corpos gerentes do SJ), que se diz vítima de uma “manobra desenvolvida pelos controladores ideológicos do *Diário de Lisboa* com o fito” de o afastarem. Para o repórter, tal inseria-se “na tentativa que o PCP faz para controlar os órgãos de Informação”<sup>162</sup>. Poucos dias depois, o periódico avançara para uma Comissão de Inquérito ao caso<sup>163</sup>, que era já amplamente divulgado pela Imprensa e que se prolonga para lá do 25 de Novembro.

N’A *Capital*, o fim de 1974 é marcado pelo início de um processo de saneamento de trabalhadores que, segundo a imprensa, haviam estado ligados à PIDE, Legião Portuguesa e ANP. Em plenário, são divulgados 9 nomes, entre os quais o do administrador Carlos Mascarenhas de Lemos, suspeito de colaborar com a polícia política<sup>164</sup>. Porém, não seriam necessários muitos dias para a Comissão encarregada de investigar o caso apresentar as suas conclusões e, em novo plenário, decide o fim da suspensão do administrador, por falta de provas, bem como o “regresso à normalidade de toda a actividades” dos restantes oito<sup>165</sup>. Um caso de recuo de uma proposta de saneamento, que não deixa, porém, de ser um reflexo da vaga de acusações e tensões (por vezes, como se demonstra, precipitadas) existentes nas empresas jornalísticas.

Então jornalista n’ A *Capital*, Oscar Mascarenhas refere-se com sentido de humor, ao ambiente no vespertino e à questão das purgas políticas:

“um jornal onde não houve saneamentos, legionários inofensivos (um deles tinha cometido o crime de tocar pífaro na banda da Legião) foram reintegrados por quase unanimidade, com os próprios a votar o seu não saneamento. Em A *Capital*, onde todos gritávamos uns com os outros, onde chegávamos a pegar em telefones a ameaçar dá-los na

---

<sup>160</sup> *Diário Popular*, 20 de Agosto de 1974.

<sup>161</sup> Informação Nº 26, 27/8/1974. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.

<sup>162</sup> *Expresso*, 15 de Novembro de 1975.

<sup>163</sup> *República*, 18 de Novembro de 1975.

<sup>164</sup> *Diário de Lisboa*, 7 de Dezembro de 1974.

<sup>165</sup> *Diário de Notícias*, 12 de Dezembro de 1974.

moleirinha do chefe de redação, um trabalhador não despedia outro trabalhador”<sup>166</sup>.

Num outro diário, o *Popular*, é a administração que está no centro das atenções, com os trabalhadores a organizarem piquetes de vigilância enquanto exigem o seu afastamento. Justificam-se dizendo que havia sido “incapaz de reestruturar o jornal”, tomava “decisões antipopulares”, bloqueava as “decisões dos trabalhadores”, etc<sup>167</sup>. Quanto aos novos administradores, estes teriam de ser aprovados num novo plenário. Exigem ainda o afastamento de um colaborador, António Dias Miguel, que diziam ter sido professor na Escola da PIDE<sup>168</sup>.

No que diz respeito a *O Século*, as convulsões são, efectivamente, grandes e prolongam-se pelo ano de 1975. Num cenário de “agitação permanente”, Maria Antónia Palla recorda um episódio de tentativa de saneamento da colega Antónia de Sousa, completamente à margem de qualquer respaldo legal:

“A Antónia de Sousa (...) era casada com o advogado Marcelo Curto, à época ministro do Trabalho. Com um filho dela, um filho dele e mais outro, filho de ambos, decidiram alugar uma casa maior para que todos se sentissem bem. A renda era de nove contos. A Comissão de Trabalhadores considerou um escândalo! A partir daí moveram-lhe um processo de saneamento, acusando-a de fascista, já que só um burguês fascista podia ter uma casa com aquele preço. Acontece que a Antónia de Sousa, além de excelente jornalista, é uma mulher seríssima, combativa, que tinha sempre sido de esquerda, da Oposição ao Regime. Naturalmente, democrata, coisa que os seus opositores não eram. Nós reagíamos com indignação e, ao mesmo tempo, com riso, olhando e ouvindo aqueles que queriam fazer o seu pezinho de revolucionário”<sup>169</sup>.

Logo no início do ano, é decidido, em plenário, o afastamento do director Manuel Figueira (substituído, interinamente, pelo jornalista Adelino Tavares da Silva) e a suspensão dos administradores da SNT. O caso leva à intervenção do governo, nomeadamente do Ministro do Trabalho, que se reúne com a Comissão de Trabalhadores da empresa<sup>170</sup>. Dias depois, é nomeado o major Aventino Teixeira para administrador, ficando a situação normalizada, mas por pouco tempo. Menos de cinco

---

<sup>166</sup> *Diário de Notícias*, 14 de Fevereiro de 2014.

<sup>167</sup> *Diário de Lisboa*, 9 de Abril de 1975 e *O Primeiro de Janeiro*, 9 de Abril de 1975.

<sup>168</sup> *Diário Popular*, 7 de Abril de 1975.

<sup>169</sup> Maria Antónia Palla e Patrícia Reis, *Viver pela... Op. Cit.*, pp. 167-168.

<sup>170</sup> *Expresso*, 15 de Fevereiro de 1975.

meses depois, algumas notícias dão conta de problemas entre trabalhadores e o novo administrador, chegando a ser noticiada a sua exoneração<sup>171</sup>.

Em Outubro, surgem novas informações acerca de problemas internos n' *O Século*. Aventava-se a hipótese de o director (Adelino Tavares da Silva) e o chefe de redação (Joaquim Benite) serem substituídos por, respectivamente, Roby Amorim e Luís Alves, depois de um referendo, concretizado em plenário, ter-lhes dado maior número de votos<sup>172</sup>. A razão prendia-se com o facto de a direcção em funções ter transformado o jornal num “órgão partidário”. A débil situação económica do periódico agravava ainda mais as tensões<sup>173</sup>, com os trabalhadores a afirmarem, em comunicado, que a “manobra”, “radica na proposta das cúpulas do PS – aquando da formação do VI governo – de encerramento puro e simples do *Século*”<sup>174</sup>.

Segundo Maria Antónia Palla, houve, efectivamente, “um choque bastante grande entre, por um lado, jornalistas que pertenciam ou estavam próximos ou eram simpatizantes do MRPP, tinham posições mais próximas dos que eram socialistas ou simplesmente democratas e as pessoas do PC e da extrema-esquerda”<sup>175</sup>. Entretanto, perante as divisões entre trabalhadores com ideologias distintas, assume, interinamente, a direcção o tipógrafo Francisco Lopes Cardoso, que trabalhava há cerca de 40 anos n' *O Século*. Dezas seis trabalhadores são suspensos, por uma parte dos profissionais da empresa que os acusa de “acções de sabotagem”, enquanto outros se apressam a afirmar que a atitude dos “responsáveis da célula do PCP”, “expulsando da empresa 16 trabalhadores que se lhes opunham, vem denunciar claramente que os seus objectivos são os de agravar até ao extremo a divisão entre os trabalhadores”<sup>176</sup>. A direcção do SJ reage, falando em saneamento dos jornalistas que se opõem a nomeação de Lopes Cardoso e apelidando *O Século* de “segunda edição do *Avante*”<sup>177</sup>.

Depois de uma tumultuosa manifestação de apoio<sup>178</sup>, de um jornal de luta, de novos plenários, no final do mês de Novembro, o nome de Lopes Cardoso é confirmado como director, numa votação em que participaram 300 dos cerca de 800 trabalhadores

---

<sup>171</sup> *Diário Popular*, 9 de Julho de 1975.

<sup>172</sup> Comunicado Nº 16, 31/10/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.

<sup>173</sup> *Diário Popular*, 28 de Outubro de 1975.

<sup>174</sup> *Diário Popular*, 30 de Outubro de 1975.

<sup>175</sup> Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 19 de Fevereiro de 2013.

<sup>176</sup> *Diário Popular*, 5 de Novembro de 1975.

<sup>177</sup> Comunicado Nº 17, 3/11/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.

<sup>178</sup> *Diário de Lisboa*, 6 de Novembro de 1975.



da empresa e que não esteve isenta de contestação<sup>179</sup>, prolongando-se para lá do 25 de Novembro.

No que respeita ao velho jornal de Avenida da Liberdade – o *Diário de Notícias* – o pós 11 de Março afigura-se como um momento conturbado em termos de relações entre os profissionais da ENP. Com a tomada de posse, em Abril, da nova direcção próxima do PCP (Luís de Barros/José Saramago), alguns jornalistas são afastados. Um dos primeiros é Carlos Pinto Coelho, que recorda o que se passou no seu caso:

“fui chamado ao gabinete de Barros – por ironia, a mesma sala verde onde Augusto de Castro me recebera, sete anos antes – e ali solenemente convidado a escrever uma carta a despedir-me da empresa. Que era melhor assim... livrava-me do carimbo de «saneado»... veja lá as consequências disso em pleno processo revolucionário... E estendia-me uma folha de papel com um texto já redigido, à espera de assinatura. Deus ou o Diabo pegou na minha mão direita e assinei aquilo”<sup>180</sup>.

A Haendel de Oliveira acontecera algo semelhante, mas a atitude do jornalista foi distinta da do seu colega, pelo que acabara, efectivamente, saneado:

“(...) fui chamado ao Luís de Barros, executante fidelíssimo das decisões do director Saramago. Propôs-me que pedisse a demissão do jornal, pois caso contrários os trabalhadores votariam em plenário o meu saneamento. Como a consciência de nada me acusava recusei frontalmente a proposta (...). Acusavam-nos pura e simplesmente, de anti-comunistas.

A ameaça cumpriu-se. E soube que num plenário no dia 17 de Abril foi apresentada a proposta do meu saneamento juntamente com a de mais quatro colegas de redacção (...)”<sup>181</sup>.

Porém, o caso que vai gerar maior celeuma ocorre em pleno «Verão Quente», quando um grupo de trinta jornalistas (cerca de metade da redacção) se manifesta contra a orientação ideológica do *DN*, acusando a direcção de estar ao serviço do PCP<sup>182</sup>. Em conturbados plenários de trabalhadores, os redactores acabam suspensos e, vinte e dois

---

<sup>179</sup> *Diário Popular*, 19 de Novembro de 1975.

<sup>180</sup> Entrevista de Carlos Pinto Coelho a Avelino Rodrigues. Cf. José Rebelo (Org.), *Ser Jornalista em Portugal – Perfis Sociológicos*. Lisboa: Gradiva, 2011, p. 242.

<sup>181</sup> *O Diabo*, 12 de Maio de 1992.

<sup>182</sup> *Diário Popular*, 13 de Agosto de 1975.

deles, saneados, sem direito a qualquer indemnização<sup>183</sup>, depois de uma Comissão de Inquérito ter analisado o caso.

O grupo de saneados não deixará que o seu processo seja esquecido, desdobrando-se em acções para o divulgar e denunciar. São múltiplos os comunicados dos vários intervenientes no caso presentes na imprensa (incluindo, naturalmente, a administração do *DN*), conferências de Imprensa, intervenções na Assembleia Constituinte, uma manifestação de solidariedade na Avenida da Liberdade, publicação de um jornal de luta e até uma reunião dos directores do jornal com o Presidente da República.

O «Caso dos 24», como ficara conhecido, figura, ainda hoje, como um dos mais emblemáticos envolvendo órgãos de comunicação social, chamando a atenção para o facto de estarem a ser realizados saneamentos completamente à margem das leis, mas também para as tentativas de controlo dos órgãos de comunicação por parte de forças político-militares. Aos saneados, em 1976, é-lhes dada razão e a possibilidade de retomarem os seus postos de trabalho (ou, se preferissem, serem indemnizados). Já a direcção e alguns dos jornalistas (14 no total) acabam suspensos após o 25 de Novembro<sup>184</sup>.

Finalmente, refira-se que o próprio Sindicato dos Jornalistas, ao longo do ano, efectuara várias diligências tendo em vista aferir se algum dos sócios colaborara com órgãos da ditadura. Porém, o saneamento desses jornalistas não pôde ser efectuado, em virtude de a Comissão de Extinção da PIDE/DGS “nunca ter dado seguimento às diversas diligências efectuadas” pela direcção do Sindicato, entre as quais se conta o envio de processos de 556 associados (a quase totalidade)<sup>185</sup>.

Em suma, a vaga de saneamentos perpassa praticamente todos os jornais de Lisboa, sendo que estes casos que mencionámos permitem-nos, desde já, destacar alguns dos contornos dos processos. Apenas alguns exemplos: o papel absolutamente determinante dos plenários de trabalhadores (e do resultado das votações de propostas de saneamentos); o papel de outros órgãos de comunicação social na divulgação das posições dos vários lados das contendas; a ampla mobilização dos trabalhadores na defesa das suas posições (traduzida na realização de greves, manifestações, jornais de

---

<sup>183</sup> *Diário de Notícias*, 28 de Agosto de 1975. Cf. Pedro Marques Gomes, *Os Saneamentos Políticos... Op. Cit.*

<sup>184</sup> Cf. Pedro Marques Gomes, *Os Saneamentos Políticos... Op. Cit.*

<sup>185</sup> Informação de 13/1/1976. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77. Já em 1976, a Comissão responderá, lamentando, devido à falta de recursos humanos e disponibilidade, não poder dar resposta à solicitação do órgão sindical (Comunicado Nº 25, 1/4/1976).

luta, etc.); as diferentes motivações para as purgas (colaboracionismo com órgãos do regime deposto, posicionamentos ideológicos distintos, questões laborais, etc.); os ataques entre trabalhadores tendo como base ideologias políticas e, finalmente, a defesa da liberdade de Imprensa e do pluralismo presente em grande parte dos discursos, independentemente de quem os profere.

## **2.5. A agitação revolucionária nos jornais de Lisboa**

Os meses que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 são marcados pelo braço de ferro entre o Presidente da República, António de Spínola, e a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas. Desde logo, porque o primeiro recusara os nomes propostos pela Comissão Coordenadora para o cargo de primeiro-ministro, vindo a escolher Adelino da Palma Carlos. Depois, porque enquanto a Coordenadora do MFA defendia o estrito cumprimento do seu programa quanto à descolonização, Spínola pretendia uma solução federalista, uma descolonização de tipo referendário. Em suma, enquanto este preconizava uma transição gradual, a Comissão Coordenadora exigia uma rápida ruptura com o passado colonial<sup>186</sup>.

A sociedade portuguesa vivia um momento de grande agitação. As greves e as manifestações de rua multiplicavam-se por todo o país, “com largas camadas da população em luta pela rápida melhoria das suas condições de vida e pelo exercício de direitos até então espezinhados”<sup>187</sup>. Entretanto, partidos políticos saem, finalmente, da clandestinidade e outros vão ser criados, casos do PPD (6 de Maio) e do CDS (19 de Julho).

Se é verdade que nesta primeira fase António de Spínola goza de uma conjuntura que lhe é favorável, após a demissão do primeiro-ministro – que vê rejeitada, pelo Conselho de Estado, uma proposta de reforço dos seus poderes e dos do Presidente da República – a correlação de forças inverte-se. Com a tomada de posse do II Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, “o MFA iniciou a sua organização autónoma e foi sob sua iniciativa que Spínola assinou a lei 7/74, que proclamou o direito à independência das colónias”, assistindo-se, a partir de então, a um avanço nas negociações<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> Cf, por exemplo, José Medeiros Ferreira, *Portugal em...Op. Cit.*, pp. 45-50

<sup>187</sup> António Reis, “O Processo de Democratização”, in António Reis (Coord.) *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 22.

<sup>188</sup> António Costa Pinto, “A Vida Política”, in António C. Pinto (Coord.) *A Busca da Democracia*. Lisboa: Objectiva, 2015, p. 42.

Os confrontos entre MFA e Spínola intensificam-se e este último perde, progressivamente, poder, passando a estar numa posição bastante frágil. “Crescentemente isolado no aparelho de estado e militar, ameaçando constantemente demitir-se”, Spínola decide “apelar à *maioria silenciosa*, numa tentativa de captar apoios dos sectores da direita civil para reverter a situação”<sup>189</sup>. Apesar de forças de direita, como o Partido Liberal e o Partido do Progresso, avançarem com a preparação de uma manifestação de apoio a Spínola para dia 28 de Setembro, o plano fracassa. O objectivo de proclamar o Estado de Sítio não se concretiza e o Presidente da República, pressionado pelas forças de esquerda e pelo MFA, rejeita a manifestação, demitindo-se dois dias depois. Para o seu lugar, é escolhido outro militar, Francisco da Costa Gomes.

Outras questões podem ser destacadas no período que antecede o *11 de Março* de 1975: os graves problemas económicos que o país enfrentava, a agitação em torno da aprovação da lei que impôs a existência de uma única central sindical, as diferentes visões quanto ao posicionamento externo de Portugal, além das inúmeras transformações sociais em curso. Importa, todavia, reter que este é, sem dúvida, um período bastante conturbado - nas ruas, nas fábricas e empresas, nos quartéis, nos órgãos governamentais e na política em geral, com os portugueses a conhecerem dois Presidentes da República e três governos provisórios. Em suma, como sustenta António Reis, uma “nova contradição” surgia, tendo por base visões diferentes para o futuro do país: “o modelo democrático-socializante de base parlamentar, ainda que transitoriamente sob tutela militar, e o modelo revolucionário-socialista, de base populista e sob a égide de uma vanguarda militar”. O PCP, sustenta o historiador, “passa agora a exhibir um comportamento progressivamente mais ofensivo e, sobretudo, a explorar as possibilidades de uma aliança com todo um sector do MFA, agrupado em torno de Vasco Gonçalves”<sup>190</sup>.

É, pois, neste contexto que o jornalismo, as suas práticas, rotinas e conteúdos se alteram radicalmente. A primeira medida que possibilitou esta transformação foi, naturalmente, a abolição da censura, com que os jornalistas lidaram – ou tentar contornar – durante quase cinco décadas. Mas muitos outros factores, mais ou menos imprevistos, contribuem para as transformações que vão ocorrer no sector da Informação.

---

<sup>189</sup> Maria Inácia Rezola, *25 de Abril: Mitos de Uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 105.

<sup>190</sup> António Reis, “O Processo de...” *Op. Cit.*, pp. 24-25.

A par dos conflitos que, como vimos, se multiplicaram nos periódicos, onde jornalistas e outros profissionais de Informação intervieram activamente, havia uma adaptação a fazer a uma nova realidade político-social e, com ela, a uma nova forma de praticar jornalismo. É, portanto, com um pano de fundo de confrontos entre os vários sectores que integram as empresas jornalísticas, de reivindicações e protestos, e de uma sociedade em mutação que os jornalistas e os jornais se vão integrar num “tempo vivido apaixonadamente, onde a política se vivia e construía fora dos cânones”<sup>191</sup>. Por isso, é em torno de diferentes projectos políticos para o país – ou, se quisermos, de visões políticas para a Imprensa do novo regime – que se vão confrontar várias correntes entre 1974 e 1975. Partilhamos a tese de Mário Mesquita, segundo o qual existem, no essencial, três correntes:

“ – Os herdeiros do antigo regime, que procuravam retardar o pleno desmantelamento dos mecanismos censórios (...), defendendo, no plano legislativo, a existência de formas de repressão administrativa *a posteriori* (através da aplicação de multas e suspensões).

- Os defensores de teses revolucionárias e vanguardistas (...), que, paradoxalmente, eram favoráveis, no plano legislativo (pelo menos no caso do PCP e dos seus aliados) à adopção de formas de censura *a posteriori*.

- Os partidários de concepção pluralistas do sistema de comunicação social, (...) que, no domínio jurídico, preconizavam a ausência de formas de repressão administrativa, ficando os órgãos de CS sujeito apenas à apreciação jurisdicional”<sup>192</sup>.

No imediato pós 25 de Abril, o tipo de jornalismo praticado em alguns periódicos ainda reflecte muito do que era feito em ditadura. Na redacção do *DN*, o director adjunto José Carlos de Vasconcelos (desde 25 de Junho) confronta-se com uma “desgraça completa”, pois, “salvo raras excepções”, praticava-se “um jornalismo oficioso, do «realizou-se ontem», sem veia, sem força, muito burocrático e muito ligado obviamente ao regime”<sup>193</sup>. Era, na verdade “uma experiência nova. Nós sempre tínhamos escrito até ali a pensar que aquele texto tinha que passar na censura”, recorda Maria Antónia Palla, então n’*O Século Ilustrado*<sup>194</sup>. Nos meses seguintes, novos redactores vão chegando, assim como novas formas de organização das redacções, de trabalho e de produção jornalística vão sendo adoptadas.

---

<sup>191</sup> Francisco Rui Cádima, “Os média na...”, *Op. Cit.*, p. 358.

<sup>192</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, pp. 360-361.

<sup>193</sup> Entrevista a José Carlos de Vasconcelos, Lisboa, 9 de Fevereiro de 2012.

<sup>194</sup> Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 19 de Fevereiro de 2013.

A importância da Imprensa num contexto como é o de uma revolução é evidente. Trata-se de um veículo privilegiado para a população obter informações sobre possíveis rumos para o país, bem como de opções políticas e transformações a ocorrer na sociedade. Por outro lado, as lutas políticas mais vastas têm também eco nas páginas dos periódicos, com todas as suas contradições e tentativas dos protagonistas dos acontecimentos de chegarem (e, em alguns casos, dominarem) a opinião pública.

“A política e o debate ideológico estavam no centro da vida e eram a alma da informação jornalística, longe, ainda, das práticas entronizadas dos princípios da objectividade e do contraditório”, observa João Figueira<sup>195</sup>. Era o jornalismo a absorver e a ser absorvido pelo seu contexto, a acompanhar os acontecimentos, envolvendo-se neles e deixando a reflexão sobre questões éticas, deontológicas e de outras regras da profissão para mais tarde. Neste contexto, era “impossível” manter a neutralidade jornalística e a situação em que os próprios jornalistas se encontravam explica, em grande parte, essa realidade:

“a habituação à censura, que forçava a uma linguagem cifrada, a inexistência do ensino de comunicação ou de jornalismo, a ausência de homogeneidade (não apenas a nível político propriamente dito, mas no sentido e um mínimo de entendimento comum sobre o que é e como se pratica o jornalismo) nas equipas redactoriais herdadas do período anterior ao 25 de Abril”<sup>196</sup>.

Perante estes factores, os relatos dos próprios jornalistas reforçam o que surge como evidente: o ideal de jornalismo que, com maior ou menor diferença, todos defendem, estava longe ser possível pôr em prática. Havia uma “quase unanimidade dos directores e jornalistas quanto ao seu papel de protagonistas políticos”, sustenta Kenneth Maxwell<sup>197</sup>.

À época no *República*, Diogo Pires Aurélio lembra que no “jornalismo daquela altura” a “discussão era política a 100%”, pois “não havia pruídos da mais independência profissional”. O jornalismo, acrescenta, “assumia-se como revolucionário”<sup>198</sup>. Artur Portela Filho, fundador do *Jornal Novo*, tem uma opinião semelhante, afirmando que o jornalista era, então, “um profissional politicamente

---

<sup>195</sup> João Figueira, *O essencial sobre...* Op. Cit., p. 8.

<sup>196</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, Op. Cit., pp. 363-364.

<sup>197</sup> Kenneth Maxwell, *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press, 1980, p. 15.

<sup>198</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio, Lisboa, 10 de Julho de 2017.

empenhado”<sup>199</sup>. Outro jornalista, Luís de Barros, subchefe de redacção do *Expresso* antes de assumir a direcção do *DN*, reforça a ideia de que “se fazia política em todo o sítio” e, por isso, “os jornais, evidentemente, eram, por excelência, meios para a comunicação política”<sup>200</sup>. Com algumas variações, a verdade é que esta tendência para a exposição das opções políticas no jornalismo foi uma constante, fazendo parte das discussões diárias nas redacções.

Integrando a redacção do *Diário de Notícias*, Silva Pires descreve a politização do jornal e as suas óbvias consequências no modo de fazer jornalismo:

“Posso dizer que escrevi a fuga do general Spínola e asseguro-lhe que a peça que saiu não era exactamente aquela que eu escrevi; posso dizer, ainda que escrevi um texto sobre o ex-presidente de Angola, e que o fiz com a convicção de que não iria sair, mas saiu. Tenho consciência dos extremos de um certo jornalismo marcado por um momento político”<sup>201</sup>.

Num tempo de confrontação e de transformação, emergem novos conceitos e novas formas de olhar os jornais, de os construir e de viver o seu dia-a-dia. É por isso que no seu universo, assumem grande protagonismo, sendo frequentemente utilizadas, expressões como:

- “a) unidade antifascista, ou seja todas as práticas que não forem enquadradas nesse conceito vago serão no mínimo [acusadas] de fazer o jogo da reacção ou de estarem objectivamente ao serviço do fascismo”;
- b) jornalismo ao serviço do Povo, do MFA e da Revolução (...);
- c) imprensa popular vs imprensa de direita ou fascista (...);
- d) trabalhadores da informação, confundindo nesse conceito jornalistas, tipógrafos, administradores e outros trabalhadores das empresas jornalísticas;
- e) órgãos colectivos opostos às estruturas hierárquicas existentes, sejam os conselhos de redacção ou os plenários de trabalhadores e a deslocação do poder decisório em conjuntura de crise para este último;
- f) custo social da informação, conceito que irá justificar por parte do Estado os prejuízos das empresas jornalísticas (...)”<sup>202</sup>.

---

<sup>199</sup> Entrevista de Artur Portela Filho a João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como... Op. Cit.*, p. 208.

<sup>200</sup> João Figueira, *Os Jornais como... Op. Cit.*, p. 198.

<sup>201</sup> Entrevista de Silva Pires a Dinis de Abreu. Cf. José Rebelo (Org.), *Ser Jornalista em Portugal – Perfis Sociológicos*. Lisboa: Gradiva, 2011, p. 842.

<sup>202</sup> Joel da Silveira, *A Construção do... Op. Cit.*, p. 131.

Conceitos que, em bom rigor, tinham eco na generalidade da sociedade portuguesa, nomeadamente em fábricas, empresas e cooperativas e que estavam presentes nos gritos entoados em manifestações ou escritos em cartazes e murais.

O ritmo da revolução acelerava de forma impressionante. Conflitos político-militares, manifestações, greves, ocupações, avanços e recuos de legislação sucedem a todo o momento. A matéria jornalística abundava, o que constituía também uma enorme desafio para os jornalistas, além de acarretar óbvias responsabilidades. “Pela primeira vez as redacções viram-se confrontadas com a necessidade de cobrir uma cadência constante informativa, por oposição ao marasmo vivido anteriormente”. Como resultado, “os jornais espelharam nas suas páginas o clima de sobressalto que se apoderou do país”, sustenta Helena Lima<sup>203</sup>.

Lidar com o Poder – com os diversos poderes – constituía, também, um grande desafio. Acresce a dificuldade por parte dos jornalistas em distanciarem-se das forças com as quais se identificavam e em conseguir verificar as informações que surgiam em catadupa. Não surpreende, portanto, o facto de ondas de boatos e informações não confirmadas serem frequentemente publicadas, incluindo em manchetes:

“O poder estava disperso por várias instâncias – e todas elas emitiam opiniões, tomavam decisões, enviavam recados. Os partidos pronunciavam-se a toda a hora, acerca de tudo e todos. Os militares, sob a capa do pseudo-apartidarismo revolucionário, emitiam opiniões entre si contraditórias. As intencionas, os golpes de Estado e os golpes de papel de jornal espreitavam em cada esquina”<sup>204</sup>.

Maria João Avillez, redactora do *Expresso*, “passava os dias nos quartéis ou no Conselho da Revolução, que era sobretudo para onde o dr. Balsemão me mandava. Era preciso estar em todo o lado ao mesmo tempo e nós estávamos”<sup>205</sup>. “O fluxo noticioso era tao intenso que não sobrava tempo quase para brincadeiras”, lembra Miguel Sousa Tavares, então a dar os primeiros passos no jornalismo<sup>206</sup>. José Jorge Letria (*República*) vai mais longe, recordando que havia “informação a mais e ao mesmo tempo”, sendo “contraditória e pouco organizada”<sup>207</sup>. No mesmo sentido, José Carlos de Vasconcelos

---

<sup>203</sup> Helena Lima, *Os Diários Portuenses... Op. Cit.*, p. 144.

<sup>204</sup> Mário Mesquita, “Os Meios...”, *Op. Cit.*, p. 362.

<sup>205</sup> Maria João Avillez, “O fim da revolução”. In António Barreto, Manuel Braga da Cruz *et al.* (Org.) *O 25 de Novembro e a democratização portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 2016, p. 269.

<sup>206</sup> Entrevista de Miguel Sousa Tavares a Avelino Rodrigues. Cf. José (Org.), *Ser Jornalista... Op. Cit.*, p. 699.

<sup>207</sup> José Jorge Letria, *E tudo era... Op. Cit.*, p. 193.



(*Diário de Notícias*) lembra que “era a altura dos homens sem sono. A gente fechava o jornal lá para as três, quatro da manhã... Uma notícia que estava certa à uma, às duas já não estava”<sup>208</sup>.

Outro jornalista, Dinis de Abreu, então no *Diário Popular* reforça o que são, genericamente, as recordações dos seus colegas, afirmando que, no fundo, as redacções não eram mais do que um espelho do que se vivia no país:

“O ambiente revolucionário transbordara para as redacções, que respiravam o dia-a-dia, entre notícias contraditórias de golpes e de contragolpes, de quartéis em armas, de aviões nos céus de Lisboa, de comandos sublevados, de forças populares nas ruas, sem rei nem roque. Passei muitas horas agarrado aos telefones em contactos, a esclarecer boatos que desaguavam, a todo o momento, na redacção”<sup>209</sup>.

O capitão de Abril e conselheiro da revolução (órgão de que foi porta-voz), Vasco Lourenço, refere-se a essa realidade, confirmando as ligações entre jornalistas e fontes de poder, no sentido de estas obterem destaque no espaço mediático: “Na altura toda a gente conspirava e contra-conspirava. Toda a gente tinha as suas ligações aos jornais para fazerem passar as coisas que lhes interessava e os jornais estavam interessados”<sup>210</sup>.

O resultado do ritmo frenético e “apaixonado” de trabalho dos jornalistas estava longe de ser o mais útil aos leitores naquele momento e que é, no fundo, a missão de um jornal: informar. Muitas vezes, não era clara a distinção entre artigos opinativos e informativos, o que, naturalmente, dificultava o acesso a determinadas informações e, claro, afectava a sua credibilidade. Outra característica do jornalismo deste período: a esmagadora maioria dos artigos não revelava o seu autor (excepto artigos de opinião, embora nem sempre). Acresce a dificuldade em interpretar textos pouco claros, bastante adjectivados e em que os *leads* não respondiam às questões fundamentais. De acordo com Francisco Rui Cádima, nos primeiros meses após o golpe militar, o tom dos órgãos de comunicação social era muito semelhante:

---

<sup>208</sup> Entrevista a José Carlos de Vasconcelos, Lisboa, 9 de Fevereiro de 2012.

<sup>209</sup> Dinis de Abreu, “O 25 de Novembro e os *media*”. In António Barreto, Manuel Braga da Cruz *et al.* (Org.) *O 25 de Novembro... Op. Cit.*, p. 276.

<sup>210</sup> Entrevista a Vasco Lourenço, Lisboa, 10 de Julho de 2012.

“Os média, de alguma maneira, reflectiam uma certa subserviência política ao MFA, e com elevada dose de paternalismo, numa primeira fase, faziam constantemente asserções à necessidade de o MFA proteger a comunicação social dos discursos da «reação», designadamente nos meses que antecedem o 28 de Setembro de 1974 e muito em particular aquando da manifestação da maioria silenciosa”<sup>211</sup>.

Por outro lado, as vendas dos jornais subiam exponencialmente e nas bancas surgiam novos títulos, de géneros diversos, mesmo que a sua duração fosse, muitas vezes, reduzida. A agitação jornalística estendia-se às ruas do Bairro Alto e do Chiado, onde se concentrava a maioria das redacções e onde se “respirava jornais e jornalismo”. “Todos os dias eu saía d’A *Capital*, Chiado abaixo, pela Brasileira. Eram gritos dos arduos por todo o lado...”, conta Fernando Gaspar<sup>212</sup>.

Já abordámos alguns momentos/episódios conflituosos que foram surgindo em redacções. No entanto, importa salientar que a politização dos conteúdos dos jornais é também, não raras vezes, causa ou consequência (consoante os casos) dos confrontos que vão surgindo no interior dos periódicos, entre administradores, directores, jornalistas e outros trabalhadores. As divergências tinham sobretudo que ver com a “repartição de poderes no interior das empresas jornalísticas”. “Outros sectores profissionais”, que não jornalistas, “conquistaram a sua zona de influência na determinação do conteúdo dos jornais”. “Pela sua combatividade”, destaca-se, neste domínio, o sector gráfico. “As células comunistas e da extrema-esquerda revolucionária das tipografias conseguiram, em certos casos, impor a sua vontade nas empresas”, sustenta Mário Mesquita<sup>213</sup>.

A Lei de Imprensa começava a ser preparada, pelo que era um tema ainda em aberto. Tratava-se, essencialmente, de decidir a quem pertencia a função de definir o conteúdo de um periódico. No *Diário de Lisboa*, por exemplo, “a direcção de Ruella Ramos foi aceite com «agrado», mas os trabalhadores assumiram o controlo da produção do jornal e, mercê da união redactores-técnicos, o PCP e a extrema-esquerda aumentavam a sua influência”<sup>214</sup>. N’A *Capital*, apesar de “ser um jornal dinâmico, boa

---

<sup>211</sup> Francisco Rui Cádima, “Os média na...”, *Op. Cit.*, p. 328.

<sup>212</sup> Entrevista a Fernando Gaspar, Lisboa, 21 de Janeiro de 2017.

<sup>213</sup> Mário Mesquita, “Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975 da comissão ad hoc à Lei de Imprensa”. In *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8. Lisboa: CECL, 1988, pp. 93 e 104.

<sup>214</sup> Álvaro Costa Matos, “Diário de Lisboa”. In *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril*. Coord. António Reis, M. Inácia Rezola e Paula B. Santos. Porto: Figueirinhas, 2016, p. 139.

camaradagem, uma redacção que se dava bem, vivia-se ali um regime imposto pelo sistema”, isto é, pelo poder dominante<sup>215</sup>.

Em Dezembro de 1974, no *Expresso*, é aventada a hipótese de um boicote de ardinhas à venda do semanário, aparentemente devido “às margens de lucro” dos vendedores. A atribuição de “implicações políticas” ao boicote é imediata, obrigando a uma intervenção do governo<sup>216</sup>. N’*O Século*, “os plenários eram frequentes” e o clima ia subindo de tom, com trabalhadores a confrontarem-se várias vezes, devido a visões distintas quanto à sua linha editorial<sup>217</sup>.

A importância das Comissões de Trabalhadores era evidente. Mais uma vez, sublinhe-se, tal não era unicamente característico das empresas de comunicação, estendendo-se aos mais diversos campos. Estas Comissões, bem como Conselhos de Redacção entretanto criados, passam a “exercer uma influência determinante sobre o que é publicado”<sup>218</sup>, enquanto administradores e os próprios directores dos jornais perdem poder decisório. Não havia, de facto, regulamentação para esta questão determinante na rotina de um jornal, o que só virá a acontecer em 1975, com a aprovação da Lei de Imprensa.

## **2.6. As nacionalizações e a intensificação das lutas pelo controlo da Imprensa**

A 12 de Março de 1975, o *República* informa na capa: “A institucionalização imediata do MFA e a criação do Conselho de Revolução – decisões tomadas na Assembleia de Militares”<sup>219</sup>. Dois dias depois, a manchete do *Diário de Lisboa* anuncia a nacionalização da banca<sup>220</sup>. Estas são, sem dúvida, duas questões fundamentais no novo contexto revolucionário.

Não cabe aqui descrever os acontecimentos que rodeiam a tentativa de golpe de *11 de Março*, mas antes referir o seu óbvio significado em termos de alterações político-militares no processo revolucionário. Como já se disse, o poder militar é institucionalizado, através da criação do Conselho da Revolução, passando agora a ser apresentado como o “motor” da revolução. As primeiras e mais emblemáticas medidas

---

<sup>215</sup> Entrevista a Fernando Gaspar, Lisboa, 21 de Janeiro de 2017.

<sup>216</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 32.

<sup>217</sup> Maria Antónia Palla e Patrícia Reis, *Viver pela... Op. Cit.*

<sup>218</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 15.

<sup>219</sup> *República*, 12 de Março de 1975.

<sup>220</sup> *Diário de Lisboa*, 14 de Março de 1975.

tomadas pelo CR são “no campo-económico a nacionalização da banca e dos seguros” e, no plano militar, “destinadas a expulsar os implicados no golpe e a reorganizar a estrutura militar, para que a hierarquia formal coincidissem com a revolucionária”<sup>221</sup>.

Medidas que representavam, sem dúvida, um posicionamento à esquerda (outras nacionalizações vão ocorrer), que não era, de todo, alheio à preponderância do sector próximo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves (que ficara conhecido como «gonçalvista») nas estruturas político-militares e ao crescente protagonismo do PCP na cena política. Sucediam, então, as primeiras ocupações de terras no Alentejo, ganhando terreno o chamado “poder popular”, que se traduzia “no controlo por autogestão de centenas de pequenas fábricas e na ocupação de casas devolutas por grupos de populares com o apoio do COPCON e de partidos de extrema-esquerda”<sup>222</sup>.

Também a constituição do IV Governo Provisório significava um alinhamento à esquerda, reflectindo, “no essencial, um maior controlo do MFA e do sector gonçalvista sobre o Executivo”. Enquanto o PS perde influência, “a deriva comunista tinha alcançado o ponto máximo, depois de ter invertido por algumas semanas o crescente peso do sector moderado, visível desde Janeiro de 1975”<sup>223</sup>. Em Abril, é assinado o Pacto entre o MFA e os principais partidos políticos, que, assumindo uma via socializante para o país, é, no fundo, “uma proposta de instituição de regime de dominante militar ou dele bastante próximo”<sup>224</sup>. No final do mês, realizam-se as primeiras eleições livres e democráticas – para a Assembleia Constituinte – com uma vitória do PS com 37,9 % dos votos e com o PCP (12,5%) a ficar atrás do PPD (26,9%).

Legitimados pelo resultado obtido nas eleições, os socialistas vão potenciar a sua popularidade nas ruas através da organização de grandes manifestações e comícios. Os incidentes no 1º de Maio, onde dirigentes do partido são impedidos de chegar à tribuna e discursar, acabam por conferir uma “nova dimensão e dramatismo” ao “confronto entre a via revolucionária e a via eleitoral, protagonizada em termos políticos pelo PCP e seus aliados e pelo PS”<sup>225</sup>.

---

<sup>221</sup> Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola*. Lisboa: Assírio&Alvim, 1993, p. 229.

<sup>222</sup> António Reis, “O Processo...”, *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>223</sup> António José Telo, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*. Vol.1. Lisboa: Presença, 2007, p. 128.

<sup>224</sup> Maria Inácia Rezola, *25 de Abril... Op. Cit.*, p. 158.

<sup>225</sup> José Medeiros Ferreira, *Portugal em... Op. Cit.*, p. 170.

Acresce os problemas que envolveram o encerramento do jornal *República* e que levam Mário Soares e os restantes ministros socialistas a abandonarem o governo. Depois de atitude idêntica tomada pelo PPD, o Executivo cai. A agitação nas ruas sobe de tom, assistindo-se a uma vaga de assaltos a sedes de partidos de esquerda e de sindicatos, que contribui para um clima de pré-guerra civil. Em pleno «Verão Quente», o campo militar encontra-se profundamente dividido e os vários documentos produzidos, apontando rumos distintos para o país, são, a esse respeito, exemplificativos:

“O MFA fica dividido em três grupos, com programas e apoios partidários distintos: Grupo dos Nove, liderado por Melo Antunes e próximo do PS; o Grupo Gonçalves, alinhado com o PCP; e a esquerda radical populista, de Otelo Saraiva de Carvalho, apoiada pela extrema-esquerda. A tão apregoada unidade do MFA cai definitivamente por terra. O país era atingido por uma verdadeira epidemia de planos”<sup>226</sup>.

Contra a posição da ala militar moderada ou partidos como o PS e o PPD, o Presidente da República acabará por chamar Vasco Gonçalves para a liderança daquele que será o muito contestado (e curto) V Governo Provisório. Porém, na tomada de posse, Costa Gomes não deixa de se referir à sua óbvia fragilidade: “A solução que hoje vos apresento é uma medida transitória, um governo de passagem que espero seja a pausa política para, em clima de ordem, disciplina e trabalho, se poder construir algo de mais significativo”<sup>227</sup>. É neste contexto de fortes cisões militares, grande agitação social e de confrontos políticos, com o PCP a passar de uma posição de preponderância para um momento em que é fortemente contestado por um PS cada vez mais forte, que o sector da Informação atravessa o seu período mais tenso e conturbado.

As já referidas nacionalizações do pós *11 de Março* têm efeitos imediatos na Imprensa nacional. Grande parte das empresas que pertencia ao sector bancário acaba por ser, por essa via, estatizada e os jornais não fogem à regra. De grandes grupos económicos passam a pertencer ao sector público o *Diário Popular* e o *Jornal do Comércio* (Grupo Quina, do Branco Borges & Irmão); *A Capital* (também Grupo Quina e, depois, Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa); *O Século*, incluindo a *Vida Mundial*, o *Século Ilustrado* e *Modas & Bordados* (grupo económico de Jorge de Brito,

---

<sup>226</sup> Maria Inácia Rezola, 25 de Abril... *Op. Cit.*, p. 222.

<sup>227</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Agosto de 1975.

do Banco Internacional Português) e o *Diário de Lisboa*, uma vez que 1/3 do seu capital pertencia ao Banco Nacional Ultramarino e as suas elevadas dívidas à banca fizeram com que passasse a ser dominado pelo Estado. No caso do *Diário de Notícias*, este já estava, como se disse, por via indirecta, integrado no sector público<sup>228</sup>.

Da imprensa lisboeta, apenas se mantêm como privados o diário *República* e o semanário *Expresso*. Ainda que a lei das nacionalizações tenha origem no Conselho da Revolução, a verdade é que, como observa Mário Mesquita, “nunca foi justificada, sob o ponto de vista político, a estatização da imprensa”<sup>229</sup>. Consequência indirecta do que sucedera no sector bancário, era óbvio que uma imprensa sob controlo do Estado propiciava, desde logo, a escolha de nomes, por exemplo para administrações e direcções, por parte do governo e do CR. Teriam estes “aproveitado” a sua posição privilegiada para colocar personalidades da sua área política nos jornais? Teriam essas figuras motivações políticas no exercício das suas novas funções? E nos casos em que não houve alterações nesses órgãos, houve mudanças nos conteúdos? A bibliografia existente sobre o assunto parece levar-nos a responder afirmativamente a essas questões.

De acordo com o relatório do Conselho de Imprensa, acentua-se, neste período, “a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afectos ao Partido Comunista e a organizações de extrema-esquerda”<sup>230</sup>. Vários autores admitem que tal se tratava, efectivamente, de uma estratégia previamente definida e estruturada por essas forças políticas. Francisco Rui Cádima, por exemplo, defende que “as escaladas comunista e esquerdista no assalto ao poder – umas vezes coincidentes, outras não – estavam lançadas e estrategicamente conquistavam as primeiras linhas de batalha”, que eram os média.<sup>231</sup> Helena Lima destaca “a articulação entre os interesses do Partido Comunista instalados nos organismos de representatividade das redacções e do sector da impressão com a cúpula militar que passou a dominar o poder a partir do II Governo Provisório”<sup>232</sup>.

Também Raquel Varela, que estudou a acção do Partido Comunista na revolução, sustenta que o “controlo directo ou influência política” do PCP “sobre a

---

<sup>228</sup> Cf. Ana Cabrera, *Marcello Caetano... Op. Cit.*; Suzana Cavaco, *Mercado Media... Op. Cit.*; *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979.

<sup>229</sup> Mário Mesquita, “Os Meios...”, *Op. Cit.*, p. 368.

<sup>230</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 43.

<sup>231</sup> Francisco Rui Cádima, “Os média...”, *Op. Cit.*, p. 331.

<sup>232</sup> Helena Lima, *A Imprensa Portuguesa... Op. Cit.*, p. 207.

maioria dos jornais diários era evidente”<sup>233</sup>. Mário Mesquita acrescenta um outro elemento determinante neste contexto - a notória “influência da 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, que coordenava a *agit prop* da ala pró-comunista do MFA”<sup>234</sup>. Finalmente, uma referência a António Telo, que destaca, como parte dessa estratégia, a mobilização dos trabalhadores “que tinham apoiado as células do PCP e do MDP na crença que elas traziam consigo a segurança do posto de trabalho”<sup>235</sup>.

Ainda assim, como também salienta Mesquita, os efeitos do controlo dos média estiveram longe de atingir o sucesso desejado. Foram, como se sabe, limitados. Um dos exemplos que este autor apresenta é o do resultado das primeiras eleições livres (para a Assembleia Constituinte): “apesar da sua esmagadora preponderância na informação, o PCP e os seus aliados foram nitidamente derrotados nas eleições em benefício das correntes defensoras da democracia representativa”<sup>236</sup>.

A conjuntura criada pelo novo momento político-militar potenciou práticas e posicionamentos já verificados nos últimos meses, agravando-os. O clima extremado e polarizado chegara, inevitavelmente, ao sector da Informação, tendo atingido o seu ponto mais crítico no Verão. Vejamos o que acontece em alguns jornais.

O *Diário de Notícias* volta a ser um exemplo paradigmático. Num plenário de trabalhadores, é retirada a confiança no director do jornal, sob acusação de este ter, no seu editorial, condenado as propostas, alegadamente feitas em Assembleia do MFA, de fuzilamento dos militares implicados no 11 de Março<sup>237</sup>. José Ribeiro dos Santos e o seu adjunto, José Carlos de Vasconcelos, acabam por se demitir, sendo a administração também substituída. O governo nomeia, ainda em Março, uma nova administração<sup>238</sup> e direcção, esta última passando a ser composta por Luis de Barros e José Saramago, dois nomes próximos do PCP, sendo o segundo militante.

---

<sup>233</sup> Raquel Varela, “O PCP quis «tomar o poder»?”. In *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2012, p. 149.

<sup>234</sup> Mário Mesquita, “Os Meios...”, *Op. Cit.*, p. 369.

<sup>235</sup> António José Telo, *História Contemporânea...* *Op. Cit.*, p. 129. Opiniões divergentes dos autores citados têm, por exemplo, Jacques Frémontier, *Portugal – os pontos...* *Op. Cit.*; José Saramago, *Os Apontamentos*, *Op. Cit.*; Ribeiro Cardoso, *O 25 de Novembro...* *Op. Cit.*

<sup>236</sup> Mário Mesquita, “Os Meios...”, *Op. Cit.*, p. 365. Cf. ainda Jean Seaton e Ben Pimlott, “The Portuguese media...”, *Op. Cit.*, pp. 105-106.

<sup>237</sup> O editorial referia: “O grito é quase de horror, pelos ecos que nos chegam de que algumas vozes se têm erguido nada menos do que para pedir a pena de morte em Portugal, cuja abolição, há mais de um século, nos valeu a admiração do mundo e a inscrição do nosso nome no quadro de honra dos povos civilizados”. Cf. *Diário de Notícias*, 14 de Março de 1975.

<sup>238</sup> Despachos do Ministério da Comunicação Social. Depósito do Pendão/ GMCS. Documentação do Ministério da Comunicação Social. Pasta Despachos 1974-1982.

Novos jornalistas vão, igualmente, chegar à redacção, caso de José Jorge Letria (vindo do *República*), que recorda a acção do director-adjunto e o posicionamento ideológico que imprimiu no jornal: “Saramago, como já antes acontecera no *Diário de Lisboa*, estava muito pouco presente na vida da redacção, mas muito activo na definição da sua linha política, tendo a seu cargo a redacção dos editoriais que reflectiam fielmente as posições do PCP”<sup>239</sup>. O seu colega, Mário Contumélias, vai mais longe, considerando mesmo que “o *Diário de Notícias* era, a partir de um dado momento, o jornal do Partido Comunista”<sup>240</sup>.

Quanto ao conteúdo, os investigadores britânicos Jean Seaton e Ben Pimlott dão-nos uma percepção clara do efectivo posicionamento político-ideológico do jornal, comparando-o com a postura subserviente que assumira na ditadura:

“A situação mais dramática (mas, também, a mais previsível) foi a do *Diário de Notícias*, o matutino de Lisboa de maior circulação, que tinha sempre seguido as posições do antigo regime. Em 1974, o *Diário de Notícias* transcrevia fielmente os procedimentos do congresso da União Nacional Portuguesa (o partido do governo). Em Abril de 1975, reportava com a mesma calma e tom referencial os encontros da central sindical comunista, Intersindical. Os mesmos jornalistas escreviam da mesma maneira, com a mesma aceitação da autoridade política prevalecente”<sup>241</sup>.

Também João Figueira, que analisou o discurso jornalístico do periódico durante o Verão de 1975, conclui que “o PCP, o MFA e o general Vasco Gonçalves foram, respectivamente, o partido, a instituição e a figura que mais vezes foram referidos nos títulos” do periódico, tendo essas referências sido sempre feitas “de forma elogiosa e com maior destaque e acesso ao espaço do jornal que os opositores ao conteúdo proposicional apresentado pelo jornal”<sup>242</sup>. Em Agosto, o Ministro da Comunicação chega, inclusivamente, a chamar a atenção do director do jornal para que exerça o “mais rigoroso controle” acerca de “notícias”, “títulos” e “paginação” que estejam relacionados com “as Forças Armadas, personalidades políticas de nomeada e descolonização de Angola”<sup>243</sup>. Mas o *DN* era também um jornal afectado por um clima

---

<sup>239</sup> José Jorge Letria, *E tudo era...* Op. Cit., p. 230.

<sup>240</sup> Entrevista a Mário Contumélias, Lisboa, 21 de Março de 2011.

<sup>241</sup> Jean Seaton e Ben Pimlott, “The Portuguese media in transition” In Kenneth Maxwell (dir.), *The Press.. Op. Cit.*, p. 102.

<sup>242</sup> João Figueira, *Os Jornais como...* Op. Cit., p. 97.

<sup>243</sup> Ofício nº 962/GM/75 do Ministério da Comunicação Social, 9/8/1975. Depósito do Pendão/ GMCS. Ofícios diversos, imprensa, 1975.



tenso, resultado de conflitos entre trabalhadores, directores e administradores, como bem ilustra o «caso dos 24», já mencionado.

No vespertino *A Capital*, os problemas também se avolumam. Desde logo, pela tensão que envolveu a censura de um artigo da escritora Natália Correia, levando à demissão, em solidariedade, do director David Mourão Ferreira. Depois, dado o seu conteúdo, que não agradava a todos os jornalistas. Um deles, Daniel Ricardo (chefe de redacção), acaba por bater com a porta por não ver, nas suas páginas, a independência que muitos defendiam:

“Na altura tinha um peso muito grande aquilo que era decidido nos plenários de trabalhadores e o plenário de trabalhadores d’*A Capital* tinha decidido, e confirmado a decisão várias vezes, que *A Capital* tinha que ser um jornal independente, equidistante de todas as forças políticas. Não estava a ser”<sup>244</sup>.

Para o *Diário de Lisboa* é nomeado um novo administrador (militar), representando o Estado. De acordo com o director de então, as “perturbações” e “lutas partidárias pela conquista do poder dentro do jornal”, entre outros factores, “amargou a alegria da liberdade e enfraqueceu ainda mais um jornal que já havia entrado fraco no regime democrático”<sup>245</sup>. O vespertino que, antes de abordar o “Documento dos Nove” nas suas páginas, submeteu-o a apreciação<sup>246</sup>, criara uma “imagem demasiado radical, que provocou o afastamento de parte considerável dos seus leitores tradicionais” e o *Diário Popular*, que vê também nomeado um novo administrador (militar), “hiperpolitizou-se” e “afastou-se da vocação «popular» implícita no título”<sup>247</sup>.

Fora do domínio do Estado estava o *Expresso*, que “enveredou por um jornalismo de combate, em defesa de um regime democrático”<sup>248</sup>. O semanário “atacou e criticou sem receio o primeiro-ministro Vasco Gonçalves”, sendo “a mais influente e escutada voz do centro-direita”<sup>249</sup>. Por último, refira-se duas leituras sobre esta questão. A primeira, do jornalista comunista Jacques Frémontier, que, em contraste com os estudos já citados, considera que o “avanço comunista” na imprensa estatizada limitou-

---

<sup>244</sup> Entrevista a Daniel Ricardo, Lisboa, 29 de Setembro de 2011.

<sup>245</sup> António Ruella Ramos, “A Primeira de todas as liberdades”. In Mário Mesquita e José Rebelo (Org.) *O 25 de Abril nos Média Internacionais*. Porto: Afrontamento, 1994, p. 287.

<sup>246</sup> Helena Lima, “A Imprensa na 3ª República”. In *Uma História da Imprensa Lusófona*. Vol. II, Portugal. Org. Jorge P. Sousa, Helena Lima et. al. Lisboa: Média XXI, 2017, p. 421.

<sup>247</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 387.

<sup>248</sup> José Pedro Castanheira, “Expresso”. In *Dicionário de História...* *Op. Cit.*, p. 389.

<sup>249</sup> João Figueira, *Os Jornais como...* *Op. Cit.*, p. 132.

se a três jornais: *DN*, *O Século* e *Diário de Lisboa*<sup>250</sup>. Outra, de Jean Seaton e Bem Pimlott, que acrescentam, aos três mencionados por Frémontier, *A Capital*, o *Diário Popular* e o *República* (este também com tendência de extrema-esquerda), em Outubro de 1975<sup>251</sup>. Uma questão sem dúvida polémica que só poderá ser esclarecida com novas investigações acerca destes periódicos e de como estes narraram e se envolvem nos acontecimentos da revolução.

A caracterização que é feita da informação veiculada pelos meios estatizados coloca em evidência o “tom monolítico e, em muitos casos, propagandístico”<sup>252</sup>. A situação da imprensa, não havia dúvidas, agravara-se e o jornalismo embrenhara-se, cada vez mais, na revolução, assumindo posições e defendendo orientações para o país. A “vocação” dos jornais não era “explicar ou persuadir, mas agitar e mobilizar” e a “informação era servida «em bruto», mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas”<sup>253</sup>. Refira-se, a este propósito, que os órgãos de comunicação social estavam obrigados a difundir os comunicados dos vários ministérios e conselho de ministros, ao abrigo da Lei de Imprensa, o que nem sempre era feito, obrigando o Ministro da Comunicação Social a chamar a atenção para o incumprimento da lei<sup>254</sup>.

A mobilização dos trabalhadores, nomeadamente do sector gráfico, através das respectivas Comissões e da convocação de plenários, mantém-se e, em alguns casos, o seu poder dentro dos jornais aumenta consideravelmente. Um relatório encomendado pelo Ministério da tutela em 1975, dá conta dessa realidade, assumindo-a como uma fragilidade dos média nacionais. Segundo o relatório, havia, de facto, “movimentações das massas trabalhadoras” nos jornais, tendo “incidência no conteúdo”, que resultavam em “tensões e conflitos que exprimem oposições partidárias, algumas inelutáveis”<sup>255</sup>.

Não raras vezes, os leitores manifestam-se contra os conteúdos produzidos, quer através de cartas enviadas às redacções, quer de protestos públicos como queimas de lotes de jornais ou impedimento da sua distribuição. Um desses casos (em que exemplares do *Diário de Lisboa* e do *Diário Popular* são incendiados), ocorrido em Rio

---

<sup>250</sup> Jacques Frémontier, *Portugal – os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes Editora, 1976, p. 134.

<sup>251</sup> Jean Seaton e Bem Pimlott, “The Portuguese media...”, *Op. Cit.*, p. 107.

<sup>252</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 43-44.

<sup>253</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, pp. 363-364.

<sup>254</sup> Circular do Ministério da Comunicação Social, Outubro de 1975. Depósito do Pendão/ GMCS. Pasta de Offícios Diversos Imprensa de 1975.

<sup>255</sup> Relatório sobre a situação da Imprensa Diária, 1975. Depósito do Pendão/ GMCS.

Maiores a 14 de Julho, figura na manchete do *Diário de Lisboa* como um “grave atentado à liberdade de informação”<sup>256</sup>.

No capítulo dos jornais após o 11 de Março, não poderíamos, claro, deixar de referir o caso que ocorreu no *República*, periódico com uma conhecida tradição depositor ao Estado Novo. Desde o início de Maio que o clima no *República* era tenso. Primeiro, porque o sector gráfico se opôs à contratação de dois novos jornalistas, acusando a direcção de ter realizado uma contratação partidária. Depois, um novo protesto ocorre quando a administração pede a demissão do director comercial, Álvaro Belo Marques. A 19 de Maio, a Comissão de Trabalhadores decide suspender a direcção (Raul Rêgo e Vítor Direito) e chefia de redacção (João Gomes), acusando-os de estarem ao serviço do PS (recorde-se, Rêgo e Gomes eram conhecidos militantes do partido) e ocupando as instalações do jornal.

No editorial que publicam nesse dia, os trabalhadores referem-se-lhes como “elementos marcadamente antifascistas mas também marcadamente partidários”<sup>257</sup>. Propõem ainda que Rêgo e companhia abandonem o jornal, o que estes recusam liminarmente. Ao seu lado, tinham a maioria da redacção (22 dos 24 jornalistas) que se opõe à decisão da Comissão de Trabalhadores. Em comunicado, dizem estar perante uma manobra que visa “calar uma – e provavelmente a mais forte – das vozes livres deste país”<sup>258</sup>. Fechado no seu gabinete, Raul Rêgo telefona a Mário Soares, que se desloca à Rua da Misericórdia juntamente com outros nomes do partido e muitos cidadãos para se manifestarem contra a ocupação do *República*. Canta-se o hino nacional e gritam-se palavras de ordem como “Este jornal não é do Cunhal”. O caso passava para o plano dos confrontos entre PS e PCP, com Soares a responsabilizar os comunistas pelos problemas que estavam a ocorrer<sup>259</sup>.

Os acontecimentos em redor do caso sucedem-se: a edição de dia 19 sai à revelia da direcção e o nome de Álvaro Belo Morais surge no lugar do director; o Ministro da Comunicação Social, Correia Jesuino, tenta, sem sucesso, resolver o conflito; o COPCON sela as instalações do *República*; na maioria da imprensa internacional o caso é visto com um ataque do PCP à liberdade de expressão (uma das excepções é o *Le*

---

<sup>256</sup> *Diário de Lisboa*, 15 de Julho de 1975.

<sup>257</sup> *República*, 19 de Maio de 1975.

<sup>258</sup> *Jornal Novo*, 20 de Maio de 1975.

<sup>259</sup> Sobre o «Caso República» cf., por exemplo, Fernando Dil e Carlos Pina, *Operação República*. Lisboa: Terceiro Mundo, 1975; Mário Mesquita, “O Caso República ou o Símbolo Destruido» in *Cadernos de Imprensa*. Lisboa: Clube Português de Imprensa, 1987; Mário Mesquita e José Rebelo (Org.), *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Afrontamento, 1994.

*Monde*); o PS suspende a sua participação em reuniões de Conselho de Ministros até à resolução do problema e, a 10 de Julho, o jornal reaparece com um novo director (coronel Pereira de Carvalho), nomeado pelo Conselho da Revolução, sob proposta dos trabalhadores. Ou seja, muito embora o governo tenha ordenado a devolução, tal como preceituado na Lei de Imprensa recém aprovada, à administração e direcção, o COPCON não cumpre a ordem e entrega o *República* à Comissão de Trabalhadores. Saía vitoriosa, como sustenta Joel da Silveira, a “concepção da imprensa popular em antítese com tudo que não fosse revolucionário, incluindo as correntes do socialismo democrático, cimentada pela unidade anti-fascista e ao serviço dos trabalhadores, nesse caso, encarnados nos gráficos do *República*”<sup>260</sup>.

Este é, indiscutivelmente, um dos casos mais mediáticos e relevantes do processo revolucionário. Coloca em causa a Lei de Imprensa (de que falaremos no quarto capítulo deste trabalho), que dava razão à direcção e administração do jornal, mas, sobretudo, cria – ou contribui fortemente para criar – uma crise no governo. Após a saída para as bancas do *República*, sob direcção de Pereira de Carvalho e com uma nova redacção, os socialistas emitem um comunicado onde lembram que “o Conselho da Revolução, bem como o Conselho de Imprensa, tinham decidido que o jornal deveria ser entregue à direcção, e que Costa Gomes tinha afirmado publicamente que o caso estava já resolvido”<sup>261</sup>. Anunciavam a saída dos seus ministros e secretários de Estado do IV Governo Provisório, a que se segue, dias depois, atitude idêntica por parte do PPD.

Várias questões se colocam sobre a natureza deste conflito e os seus contornos, que envolvem, seguramente, questões laborais, mas também político-ideológicas, com, pelo menos, PS, PCP e extrema-esquerda no centro da polémica. Algo, porém, é incontornável:

“Através do caso *República* discutiram-se a Lei de Imprensa, o controlo operário, a organização da empresa jornalística, os poderes do director e do conselho de redacção, o direito à informação, a unidade da esquerda portuguesa e francesa, o eurocomunismo, os regimes do Leste Europeu”<sup>262</sup>.

---

<sup>260</sup> Joel da Silveira, *A Construção do... Op. Cit.*, p. 135.

<sup>261</sup> David Castaño, *Mário Soares e a Revolução*. Lisboa: Dom Quixote, 2013, p. 320.

<sup>262</sup> Mário Mesquita, “O Caso República...”, *Op. Cit.*, p. 9.

Perante um panorama de jornais estatizados como o que foi descrito, os problemas no diário privado *República* e um pano de fundo político-social agitadoíssimo, vai ser o sector da imprensa privada – com os jornais que vão nascer, analisados na segunda parte deste trabalho – a levar o Conselho de Imprensa a considerar que o “monolitismo da imprensa não é total”<sup>263</sup>. Mas, ainda relativamente aos jornais, falta ter em conta outro vector de extrema importância e que determina também, de alguma forma, a sua dependência do Poder: a crise que abalara o sector da informação, com graves consequências económicas nos periódicos.

## **2.7. A crise económico-financeira na Imprensa**

Quando ocorre o golpe militar a conjuntura económica nacional não se afigurava muito favorável. A análise dos resultados obtidos entre 1974 e 1975, feita por António Sousa Franco, está longe de ser animadora. São marcas destes anos a “grande e inusitada quebra do produto interno bruto”, a diminuição das exportações e das importações, a subida do défice do Orçamento do Estado, o aumento da taxa de desemprego, etc<sup>264</sup>.

Numa altura em que conquistas como a fixação do salário mínimo nacional já tinham sido concretizadas, o plano económico-social desenvolvido por uma equipa liderada pelo Ministro Melo Antunes poderia ter sido a tradução de uma nova estratégia nacional na área, mas nunca chega a ser posto em prática. O *11 de Março* vem alterar o rumo político, com consequências drásticas a nível económico. A efectiva concretização das nacionalizações significa, sem dúvida, uma grande transformação.

Os grandes grupos económicos privados são desmantelados, passando para alçada do Estado. No total, cerca de 250 empresas passam para o sector público. O critério na escolha de nomes para cargos de gestão “privilegiou mais a ligação partidária ou pessoal que a competência”. Os resultados são desoladores: “o orçamento de Estado ou outros orçamentos da administração financiaram planos de investimento inviáveis e colossais”; “prejuízos repetidos ou alegadas e misteriosas prestações de «serviço público»”; “a gestão foi subordinada a interesses de pura política global”, entre outros.

---

<sup>263</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 44.

<sup>264</sup> António Sousa Franco, “A Experiência Revolucionária (1974-1975)”. In *Portugal: 20 anos de Democracia*. Coord. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 187. Outras visões sobre este problemáticas podem ser encontradas em: Pedro Lains et al, *História Económica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011 e Luciano Amaral, *A Economia Portuguesa – as últimas décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.

Em suma, parece não ter havido “nenhum sector ou segmento onde da nacionalização tenham resultado ganhos duradouros, de carácter técnico, económico ou social”<sup>265</sup>.

A situação das empresas jornalísticas, integrada no contexto descrito, agravava-se. Créditos bancários e aumentos de preços de recursos indispensáveis como a tinta ou o papel foram factores igualmente determinantes. Um ano depois do *25 de Abril*, como vimos, seis jornais de Lisboa passam a pertencer ao Estado (embora com as nuances já explicadas) e, por isso, sofrem dos problemas da generalidade das empresas nacionalizadas, aos quais se acrescentam os específicos da área.

Num comunicado difundido no início de Abril de 1975, o Ministro da Comunicação Social refere-se à “gravíssima situação económica” da Imprensa, dando conta de que estariam a ser preparadas “medidas de severa austeridade, reconhecidas já como inadiáveis e de importância vital para o restabelecimento da nossa economia”<sup>266</sup>.

De acordo com o relatório redigido por J. Van Springel, professor da Universidade de Gand (Bélgica), entregue à Associação de Imprensa Diária, são diversos os factores que contribuem para a crise no sector:

- “- A baixa de receitas publicitárias;
- A flutuação importante nas vendas de jornais;
- A ausência de assinaturas;
- A alta importante dos cargos de pessoal;
- O aumento da concorrência;
- O aumento do custo das matérias-primas, em particular o papel”<sup>267</sup>.

Acresce o facto de Portugal ter, à época, um elevado índice de analfabetismo (cerca de 26% da população, segundo a Pordata), o que, cremos, teria também um reflexo na leitura e venda de jornais. Mas, na verdade, o relatório oficial do Conselho de Imprensa e vários autores dão conta do aumento de tiragens, sobretudo no Verão de 1975. Infelizmente, não dispomos de números oficiais que nos permitam comprovar esta ideia, mas apenas dados recolhidos pelos investigadores britânicos Jean Seaton e Bem Pimlott, que apresentam como fonte o Ministério da Comunicação Social<sup>268</sup>.

---

<sup>265</sup> António Sousa Franco, “A Experiência...”, *Op. Cit.*, pp. 198-199.

<sup>266</sup> *Diário de Notícias*, 4 de Abril de 1975.

<sup>267</sup> Relatório da autoria de J. Van Springel apresentado ao Presidente da Associação de Imprensa Diária, Agosto 1976. Depósito do Pendão/ GMCS. Pasta Reestruturação Imprensa.

<sup>268</sup> Segundo os investigadores as tiragens, em exemplares, dos jornais eram, em Outubro de 1975: *O Século* – 40 000, *Diário de Notícias* – 106 000, *A Capital* – 60 000, *Diário de Lisboa* – 38 000, *República* – 20 000, *Diário Popular* – 73 000. Cf. Jean Seaton e Bem Pimlott, “The Portuguese media...”, *Op. Cit.*, p. 107.

No que respeita às quebras publicitárias, um dos factores mais relevantes para a crise no sector informativo, os valores são alarmantes: uma redução na ordem dos 60% (até 1976). Se, em 1974, as receitas de publicidade situam-se em cerca de 478 000 contos, no final do ano seguinte o valor desce para 264 000 contos. Em 1976, várias agências de publicidade acabam, inclusivamente, por abrir falência<sup>269</sup>. A par do aumento do número de títulos nas bancas (que deixam de se publicar ao domingo, uma reivindicação dos vendedores), o seu preço (dos diários) sofreu também uma considerável alteração: de 2\$50 (Fevereiro de 1974) os diários passam a custar 4\$00 (Janeiro de 1975)<sup>270</sup>.

O preço do papel duplica, passando este a ter de ser pago antecipadamente. A massa salarial das empresas também aumenta para todos os funcionários, independentemente da sua função, assim como a sobrecarga das taxas de expedição postal, o que traz consequências negativas para a distribuição dos jornais<sup>271</sup>. Note-se que a ideia de uma “imprensa de expansão nacional” não tem uma tradução prática na altura, já que “a presença dos jornais de Lisboa e do Porto é muito reduzida no interior sul e norte”. Portugal estava, assim, dividido “em duas regiões, quase estanques, com sede em Lisboa e no Porto, situando-se a fronteira na zona de Coimbra”<sup>272</sup>. “Não há imprensa de massa em Portugal”, o que nos leva também a relativizar a sua influência na opinião pública. É nas classes socio-económicas média e alta que se concentra a maioria dos leitores portugueses, o que leva Seaton e Pimlott a considerar que “a imprensa portuguesa continua a ser provavelmente a mais elitista da Europa”<sup>273</sup>.

Por último, é importante também referir que a dificuldade de obtenção de créditos bancários para suprir as despesas mensais, sendo uma realidade da época, foi igualmente uma das limitações das empresas de média. Ainda assim, as dívidas à banca das empresas ultrapassavam 1 milhão de contos<sup>274</sup>.

Preocupado com a situação das empresas, o Conselho de Imprensa chega a contactar o Primeiro-ministro, fazendo propostas para minimizar os problemas ou

---

<sup>269</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 114.

<sup>270</sup> Relatório da autoria de J. Van Springel apresentado ao Presidente da Associação de Imprensa Diária, Agosto 1976. Depósito do Pendão/ GMCS. Pasta Reestruturação Imprensa.

<sup>271</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 115-119.

<sup>272</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 384.

<sup>273</sup> De acordo com dados de 1976. Cf. Jean Seaton e Bem Pimlott, “The Portuguese...”, *Op. Cit.*, pp. 108 e 111.

<sup>274</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 113.

exigindo, por exemplo, a suspensão das taxas de expedição posta, sob pena de implicarem o “desaparecimento de alguns órgãos de Informação”<sup>275</sup>. Também na Imprensa se verificou a já mencionada preponderância de critérios partidários em detrimento das qualidades profissionais. “A maior parte das direcções foi substituída por pessoas cuja aderência política era muito mais importante do que as capacidades de gestão de uma empresa jornalística”, o que se estendeu às redacções e tipografias. De acordo com o relatório de J. Van Springel já citado, “nesta euforia de liberdade, não há disciplina em parte nenhuma e acontece mesmo que uma empresa jornalística chega a aceitar exigências de 18 sindicatos”<sup>276</sup>.

Coloca-se, no fundo, em evidência a falta de uma visão estratégica, de organização e, sobretudo, de gestão das empresas e que vai levar a curto e médio prazos ao encerramento ou fusão de algumas dessas empresas. O resultado financeiro dos jornais no final de 1975 é, de facto, desastroso:

**Quadro 2 – Situação financeira dos jornais em 1975**

<b>Jornal</b>	<b>Resultado financeiro (milhares de contos)</b>
<i>Diário de Notícias</i>	- 126 000
<i>O Século</i>	Sem informação
<i>A Capital</i>	- 57 612
<i>Diário de Lisboa</i>	Sem informação
<i>Diário Popular</i>	- 35 188
<i>Jornal do Comércio</i>	- 26 380

Fonte: Adaptação do relatório da autoria de J. Van Springel, de Agosto 1976.

A participação, a nível de apoios financeiros, do Estado às empresas jornalísticas foi uma constante em 1975, ainda que sempre referida como algo provisório. No início de Maio, os beneficiários dos empréstimos estatais foram *O Século* e o *Diário de Lisboa*, tendo o primeiro marcado um plenário de trabalhadores especificamente para debater os problemas da empresa<sup>277</sup>. Dias depois é o *Diário de Notícias* que solicita ao Ministro da tutela um financiamento no valor de 27 000 contos que permitiria pagar salários e saldar dívidas ao Banco Pinto & SottoMayor<sup>278</sup>.

<sup>275</sup> Ofícios n.º 793/GM/75, 25/6/1975 e n.º 702/GM/75, 3/6/1975. Depósito do Pendão/ GMCS. Documentação do Ministério da Comunicação Social. Ofícios diversos, imprensa, 1975.

<sup>276</sup> Relatório da autoria de J. Van Springel apresentado ao Presidente da Associação de Imprensa Diária, Agosto 1976. Depósito do Pendão/ GMCS. Pasta Reestruturação Imprensa.

<sup>277</sup> *Jornal Novo*, 12 de Maio de 1975.

<sup>278</sup> Ofício n.º 556/GM/75, 22/5/1975. Depósito do Pendão/ GMCS. Documentação do Ministério da Comunicação Social. Ofícios diversos, imprensa, 1975.



### Quadro 3 – Financiamento do Estado, em avales, às empresas jornalísticas (1975)

Empresa	Financiamento (milhares de contos)
Empresa Nacional de Publicidade <i>Diário de Notícias</i>	12 500
Sociedade Nacional de Tipografia <i>O Século</i>	37 600
Sociedade Gráfica de A Capital <i>A Capital</i>	N/A
Renascença Gráfica <i>Diário de Lisboa</i>	8 000
Sociedade Industrial de Imprensa <i>Diário Popular</i>	3 800
Empresa do Jornal do Comércio <i>Jornal do Comércio</i>	3 100

Fonte: Relatório do Conselho de Imprensa, 1979, p. 113.

O Ministério da Comunicação Social (MCS) trabalhava em estreita colaboração com o Ministério das Finanças (MF), nomeadamente quando estavam em causa “pedidos de financiamento a instituições bancárias por parte de empresas jornalísticas, editoras e audiovisuais”<sup>279</sup>. Entretanto, como documenta um ofício do ministro Correia Jesuino, encontravam-se em preparação medidas que visavam “disciplinar este sector”. “Esquemas de austeridade” que incluíam a “redução do número de páginas, horários de trabalho, vencimentos, etc”<sup>280</sup>. Aos órgãos de comunicação social, o ministro diz que os prejuízos da imprensa, para o Estado, rondam os 42 000 contos mensais, falando mesmo em “escândalos” ao nível de pagamentos a trabalhadores. Por isso, propõe medidas que passam “pelos próprios vencimentos dos jornalistas que, em certos casos, auferem vencimentos superiores a vencimentos de ministro, além dos escândalos que se verificam no domínio das acumulações, ajudas de custo, horas extraordinárias e «despesas de serviço»”<sup>281</sup>.

Quando toma posse o VI Governo Provisório, o novo ministro Almeida Santos tratará de preparar novos projectos de resolução dos problemas económico-financeiros da Imprensa. Todavia, quanto ao ano de 1975, várias questões podem ser colocadas relacionando os campos económico com o político. Apenas dois exemplos: poderia uma Imprensa ser pluralista e independente do poder instituído, estando dependente deste financeiramente? A colocação de figuras ideologicamente próximas do Executivo em cargos-chave dos jornais (administrações, direcções, redacções), em detrimento de

<sup>279</sup> Ofício n° 703/GM/75, 4/6/1975. Depósito do Pendão/ GMCS. Documentação do Ministério da Comunicação Social. Ofícios diversos, imprensa, 1975.

<sup>280</sup> Ofício n° 919/GM/75, 21/7/1975. Depósito do Pendão/ GMCS. Documentação do Ministério da Comunicação Social. Ofícios diversos, imprensa, 1975.

<sup>281</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 26 de Agosto de 1975.

figuras da área da economia e gestão ou recrutadas pelo seu mérito noutras áreas, condicionava ou não as respectivas linhas editoriais e a viabilidade económica das empresas?

Ainda que uma qualquer resposta a estas questões seja sempre subjectiva e difícil de comprovar, pelo menos aparentemente este tipo de opções são mais susceptíveis de crítica e contestação, colocando em causa a transparência dessas nomeações. Em todo o caso, perante o diagnóstico feito e não restando dúvidas da fragilíssima situação económico-financeira das empresas jornalísticas estatizadas, não faltaram propostas que visassem resolver muitos dos problemas. De acordo com o relatório da Comissão para o estudo da situação financeira e administrativa das empresas jornalísticas, havia várias medidas imediatas a tomar, entre as quais:

- “- criação de uma empresa pública de distribuição de publicações, com uma delegação em Lisboa e outra no Porto (...);
- proibição de importação de trabalhos gráficos (...);
- exploração de possíveis acordos com os novos países africanos (...);
- redução das tiragens de *O Século* cujas sobras de modo nenhum justificam as tiragens anuais (...);
- criação de um órgão estatal com a função de distribuir equitativamente a publicidade obrigatória (...);
- redução do número de páginas dos jornais diários (...)”<sup>282</sup>.

Medidas que se referiam aos problemas mais visíveis das empresas, da área da gestão, mas que deixavam, efectivamente, de fora questões relacionadas com o domínio político ou do controlo político da Imprensa. Aborda-se, pelo contrário, a “manipulação pública por um Conselho de Redacção ou Comissão de Trabalhadores conquistado por um dado aparelho partidário”, sugerindo-se o seu combate com a assinatura dos artigos jornalísticos (algo que, como se disse, não era comum), “de tal modo que o jornalista ficasse responsabilizado perante os leitores que comprem o jornal”<sup>283</sup>.

---

<sup>282</sup> Relatório sobre a situação da Imprensa diária de 1975, Ministério da Comunicação Social. Depósito do Pendão/ GMCS.

<sup>283</sup> *Idem*.

### 3. OS JORNALISTAS

Durante o Marcelismo a situação profissional dos jornalistas conhece consideráveis alterações, resultado, em grande parte, da acção do seu Sindicato. Os Contratos Colectivos de Trabalho (CCT) introduzem benefícios claros, “ao nível das remunerações” e “das condições de trabalho nas redacções”, o que é acompanhado “por uma crescente exigência das habilitações literárias”. Outra alteração fundamental pretende-se com a dignificação do estatuto do jornalista, que “adquire um maior prestígio social, também pelas tomadas de posição pública acerca da liberdade de Imprensa e pela escolha das suas direcções sindicais”<sup>284</sup>.

Os dados recolhidos por Ana Cabrera no arquivo do Sindicato dos Jornalistas dão conta de um grande aumento do número de jornalistas a partir de 1969 e consequentemente das redacções dos jornais, de uma considerável diminuição da média de idades (de 54 anos em 1960 para 47 anos em 1973), de mais mulheres nas redacções, embora continuem em número muito reduzido (de 7 em 1970 para 16 em 1973) e, finalmente, de um crescimento dos salários dos trabalhadores sempre superior ao dos valores da inflação, com todos os periódicos a seguirem uma tabela remuneratória superior ao salário mínimo estabelecido nos Contratos Colectivos de Trabalho<sup>285</sup>.

Nas redacções são claros os reflexos desta renovação no campo jornalístico. Verifica-se, no essencial, duas tendências que não são imunes a alguma tensão, dadas as diferentes visões sobre a prática do jornalismo e, como não poderia deixar de ser, os posicionamentos ideológicos distintos. Por um lado, encontramos a “velha tradição jornalística, cuja continuidade era assegurada pela permanência dos redactores mais antigos e pela ausência de modalidades de formação profissional alternativas à tarimba”; por outro, há “uma nova geração de repórteres licenciados ou com frequência universitária” com “uma inclinação política de esquerda forjada nas lutas académicas ou no progressismo católico”<sup>286</sup>.

A questão do recrutamento e acesso à profissão de jornalista sofreu também mudanças. “Até meados dos anos 60” decorria essencialmente de “conhecimentos pessoais”<sup>287</sup>, de contactos entre jornalistas e directores. A partir de 1971, resultado da aprovação do novo Contrato Colectivo de Trabalho, é criada uma Comissão de

---

<sup>284</sup> Ana Cabrera, *Marcello Caetano... Op. Cit.*, p. 159.

<sup>285</sup> *Idem.*, *ibidem*, pp. 161-187.

<sup>286</sup> Carla Baptista, *Apogeu, morte e... Op. Cit.*, p. 213.

<sup>287</sup> Carla Baptista e Fernando Correia, *Jornalistas: do Ofício... Op. Cit.*, p. 309.

Avaliação, que incluía jornalistas nomeados pelo Sindicato, pelo Grémio e pela Corporação da Imprensa e Artes Gráficas. A admissão de jornalistas passa a ser avaliada por essa Comissão, integrando “um questionário de cultura geral, incluindo especialmente temas da actualidade, e a realização de uma reportagem no exterior (CCT, 1971, 5)”. Os “diplomados por cursos oficiais de jornalismo” não necessitavam de seguir este procedimento<sup>288</sup>. O ensino do jornalismo começa também a ser objecto de debate, ensaiando-se algumas experiências neste domínio<sup>289</sup>.

Como veremos, as novas propostas do Contrato Colectivo de Trabalho de 1973 acabarão por apenas entrar em vigor em Dezembro de 1974, quando este é, finalmente, assinado.

### 3.1. Os jornalistas na revolução

Ainda que a escassez de dados oficiais dificulte um trabalho de sistematização como este que propomos acerca da situação profissional do jornalista na revolução e das suas características, algumas informações recolhidas permitem-nos observar tendências e traçar um retrato que julgamos aproximado.

De acordo com Mário Mesquita, “a 25 de Abril o estado moral da profissão não era o mais desejável”. Era óbvia a falta de preparação para exercer jornalismo em liberdade e num período tão “quente” como o revolucionário, de transição para uma nova ordem ainda indefinida. Assim, as contradições e movimentações da época tiveram eco também na classe dos jornalistas, existindo, inclusivamente, “quem mudasse, de um dia para o outro, de reacionário para progressista”. É certo que houve quem “resistisse às pressões e se batesse pela dignificação profissional”, mas, olhando para o conjunto da situação, observa Mesquita, “talvez se tenha, afinal, pedido aos jornalistas mais do que poderiam dar”<sup>290</sup>.

Depois de anos de contenção na escrita, as redações conhecem uma “explosão” de ideologias e a possibilidade de envolvimento activo na política (com reflexos praticamente imediatos) foi aproveitada por muitos jornalistas e outros profissionais da área da Informação. Só mais tarde, passados os meses de revolução, é que seria possível a profissão “alargar-se a novas camadas sociais, procurar novos públicos, reconstituir-se

---

<sup>288</sup> Rosa Maria Sobreira, *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em Construção*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 80.

<sup>289</sup> Sobre o ensino do jornalismo ainda antes do 25 de Abril cf. Carla Baptista e Fernando Correia, *Jornalistas: do... Op. Cit.*

<sup>290</sup> Mário Mesquita, “Estratégias liberais...”, *Op. Cit.*, pp. 94 e 96.

como conjunto profissional, estabelecer o seu compromisso moral, tentar afirmar a sua jurisdição, acompanhando e estimulando a formação de um universo da informação”<sup>291</sup>.

Durante o período revolucionário as redacções vão admitindo jornalistas, mas “os critérios partidários sobrepuseram-se a qualquer referência de outro tipo”. As qualidades profissionais ficaram em segundo plano relativamente à “militância política”, verificando-se ainda a entrada de jornalistas vindos das antigas colónias africanas, “que terão sido, no seu conjunto, um contrapeso à esquerdização resultante dos recrutamentos” referidos<sup>292</sup>.

Efectivamente, são vários os jornalistas que dão conta da militância política da classe e do cruzamento entre os dois campos (jornalístico e político), então muito vincado. Joaquim Vieira, que iniciara o seu percurso jornalístico precisamente em 1975, na RTP, recorda:

“Os responsáveis editoriais eram, quase sempre, homens de mão dos governos. Por outro lado, os jornalistas, ou eram independentes ou adaptavam-se, ou eram militantes de uma linha política. Eu também puxava a brasa à minha sardinha. Só mais tarde, depois da normalização democrática, é que começo a apreender mais os valores da independência jornalística”<sup>293</sup>.

Santos Jorge, subchefe de redacção do *DN*, lembra que, após o 25 de Abril, acabou por ver a sua função direccionada para trabalho secundário, longe dos grandes assuntos políticos, consequência de estratégias político-partidárias:

“Todos pensavam que eu era comunista. A maioria da redacção era da situação. Eu conversava à vontade na tipografia e em todo o jornal, sobretudo acerca da guerra colonial, e convenceram-se de que eu era comunista. Quando chegaram os socialistas, mostrei-lhes tudo e disse-lhes o que precisavam de saber. Os comunistas não gostaram. Depois veio o Saramago, com o seu staff – os outros também haviam levado -, e eu fiquei subchefe de coisas só do dia-a-dia, como já aconteceram com os socialistas, embora quase todos fossem meus amigos”<sup>294</sup>.

---

<sup>291</sup> José Luís Garcia, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: ICS, 2009, p. 35.

<sup>292</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 364.

<sup>293</sup> Entrevista de Cesário Borge a Joaquim Vieira. Cf. José Rebelo (Org.), *Ser Jornalista... Op. Cit.*, p. 449.

<sup>294</sup> Entrevista de Adelino Gomes a José Estêvão Santos Jorge. Cf. José Rebelo (Org.), *Ser Jornalista... Op. Cit.*, pp. 534-535.

José Jorge Letria, que transita do *República* para o *DN* em 1975, é bastante mais claro, confirmando que recebera orientações partidárias – no caso, do PCP – no sentido de se deslocar para outro jornal:

“O partido deu-nos uma orientação para sairmos dali [do *República*] e irmos reforçar posições que precisavam de ser reforçadas. Houve jornalistas que foram para o *Diário de Notícias*, outros foram para a ANOP, que também precisava de ser reforçada, e um ou dois foram para a RTP. Portanto, eu desde que tive essa orientação tive uma orientação também para ir falar com o Luís de Barros”<sup>295</sup>.

O facto de não existir um código deontológico da profissão poderá, eventualmente, explicar algumas práticas dos jornalistas que estavam longe dos princípios genéricos que norteiam o desempenho da profissão. Todavia, parece-nos que o factor determinante terão sido as circunstâncias revolucionárias, propícias a alguns excessos. De qualquer forma, o debate em torno da criação de um código deontológico já vinha de 1973, quando o Sindicato Nacional de Jornalistas nomeou uma Comissão para elaborar um projecto nesse sentido. Este acabará por ser chumbado pela Assembleia Geral do Sindicato, que considerou fundamental para a sua aprovação a eliminação dos mecanismos de Censura (já Exame Prévio). Apesar de a Lei de Imprensa de 1975 determinar a elaboração de um código deontológico no prazo de 90 dias, este só verá a luz do dia depois do processo revolucionário, em Setembro de 1976<sup>296</sup>.

Relativamente ao retrato dos jornalistas entre 1974 e 1975, encontramos, na bibliografia existente, números com algumas variações, embora tal não altere substancialmente a visão geral que aqui pretendemos apresentar e que tem que ver, no fundo, com o aumento dos postos de trabalho nos órgãos de comunicação social. As razões para esse acréscimo são diversas:

“Quer pela criação de novas publicações e implantação no país de agências até então interditas, que num ou noutro caso empregam jornalistas de nacionalidade portuguesa, quer para acorrer a novas necessidades, tanto na imprensa como na rádio e na televisão, de uma informação finalmente liberta do espartilho da censura fascista”<sup>297</sup>.

---

<sup>295</sup> Entrevista a José Jorge Letria, Lisboa, 17 de Maio de 2011.

<sup>296</sup> Cf. Sara Pina, *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*. Coimbra: MinervaCoimbra, 1997, pp. 44-54.

<sup>297</sup> Elisabete França e Guiomar Belo Marques, “O acesso à profissão de jornalista” In *I Congresso dos Jornalistas: conclusões, teses, documentos*. Lisboa, 1982, p. 241.

Esse crescimento traduz-se da seguinte forma:

**Quadro 4 – Evolução do número de jornalistas (1974-1975)**

Ano	1974 (Jan)	1974 (Dez)	1975 (Dez.)
Nº jornalistas sindicalizados	750	786	872
Nº de mulheres jornalistas	41	45	59

Fonte: Listagens de novos associados do Arq. Sindicato dos Jornalistas. Dados de Janeiro de 1974 em Elisabete França e Guiomar Belo Marques, “O acesso...”, *Op. Cit.*, p. 240.

Efectivamente, através da Quadro 4 é possível verificar que entre 1974 e 1975 assiste-se a um aumento acentuado do número de jornalistas sindicalizados (36 ao longo de 1974 e 86 em 1975), bem como de mulheres na redacção em 1975 por comparação com o ano anterior (mais 13 do que em 1974). Todavia, a presença feminina era ainda muitíssimo tímida, essencialmente porque o jornalismo era visto como uma profissão de homens, sendo dificultada a entrada de mulheres, sobretudo para fazer trabalho de repórter ou de redacção em temas como a política ou a economia, por exemplo (muitas vezes eram colocadas na Agenda ou a redigir as páginas femininas). Ainda que não possamos generalizar estes dados ao universo total de profissionais (muitos não eram sindicalizados), conseguimos obter, pelo menos, uma visão (a possível) acerca da evolução dos jornalistas nestes dois anos.

A partir de 1965 passou a ser exigido o curso geral dos liceus como habilitação mínima para o exercício da profissão. No que respeita às habilitações literárias, o panorama entre 1974 e 1975 era, pois, o seguinte:

**Quadro 5 – Habilitações literárias dos jornalistas (1973 e 1975)**

Nº de jornalistas por habilitações literárias	1973	1975
Instrução primária	35 (5%)	35 (4%)
1º Ciclo	51 (8%)	60 (7%)
2º Ciclo	160 (25%)	190 (23%)
3º Ciclo	160 (24%)	220 (26%)
Frequência universitária	141 (21%)	185 (22%)
Licenciatura	115 (17%)	150 (18%)

Fonte: Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, pp. 402-403.

De acordo com a Quadro 5 é possível concluir que houve, de facto, um aumento de jornalistas com mais habilitações literárias, mantendo-se o 2º e 3º ciclos como os níveis de escolaridade predominante entre jornalistas. Quanto à média de idades, essa passa de 45 anos em 1974 para 40 no ano seguinte. A grande maioria dos jornalistas

trabalhava em órgãos de comunicação social com sede em Lisboa, de acordo com os estudos já citados.

O resultado dos recrutamentos de jornalistas no PREC acaba por ser traduzir num jornalismo predominantemente militante (muitos jornalistas militavam em partidos políticos, alguns deles seriam, inclusivamente, eleitos deputados em 1975) ou que toma partido político-ideológico, nomeadamente misturando opinião com informação e destacando ou ignorando certos acontecimentos. Envolvidos nas lutas políticas, assumindo e defendendo projectos políticos, os jornalistas têm um papel de destaque em muitos dos acontecimentos que ocorrem entre 1974 e 1975. Era o *modus operandi* de uma época em que a defesa de certos princípios ou ideias que nada tinham que ver com a profissão – mas sim, predominantemente, com o “combate político” – se sobrepunham, muitas vezes, aos do jornalismo. A forma de admissão e as movimentações de jornalistas são disso ilustrativos. Em paralelo, as redacções vão crescendo, acompanhando as tendências de renovação que teve início na década de 1970: jornalistas mais novos, com mais habilitações literárias e um aumento (ainda que continue tímido) da presença de mulheres.

### **3.2. A situação profissional dos jornalistas**

A situação profissional dos jornalistas após o 25 de Abril reflecte os avanços do Contrato Colectivo de Trabalho, que começa a ser trabalhado em 1973 (revisão do CCT de 1971), é assinado a 17 de Abril de 1974, e homologado apenas em Novembro desse ano<sup>298</sup>. As conquistas alcançadas relativamente ao Contrato de 1971 são evidentes e substanciais, como podemos constatar na Quadro 6.

---

<sup>298</sup> A Comissão encarregue de elaborar a proposta de alteração do CCT foi composta por António Sousa Franco (árbitro e presidente), José Carlos de Vasconcelos (árbitro designado pelo Sindicato dos Jornalistas) e Manuel Ribeiro Maurício (árbitro designado pelo Grémio). Cf. Boletim do Ministério do Trabalho, N° 45, 8 de Dezembro de 1974.



**Quadro 6 – Contratos Colectivos de Trabalho 1971 e 1974**  
(jornais de grande expansão)

Contrato Colectivo de Trabalho	1971	1974
<b>Chefe de Redacção</b>	9 700\$00	16 500\$00
<b>Subchefe de Redacção</b>	8 400\$00	14 250\$00
<b>Secretário de Redacção</b>	Sem informação	12 500\$00
<b>Redactor</b>	6 300\$00	11 000\$00
<b>Repórter</b>	5 300\$00	9 500\$00
<b>Repórter fotográfico</b>	5 300\$00	10 000\$00
<b>Estagiário 2º ano</b>	4 000\$00	7 250\$00
<b>Estagiário 1º ano</b>	3 000\$00	5 500\$00
<b>Período de Experiência</b>	2 500\$00	4 500\$00

Fonte: Contratos Colectivos de Trabalho e revisões. Arq. Sindicato dos Jornalistas.

Acrescia ainda o direito a uma gratificação, no Natal, correspondente ao vencimento mínimo da categoria do trabalhador. Era, de facto, um sinal claro do crescente protagonismo que o Sindicato Nacional dos Jornalistas ocupava, do seu poder negocial e da preocupação em dignificar uma profissão, que continuava com salários baixos. Um número considerável de jornalistas mantinha uma situação de duplo emprego, exactamente para tentar contornar esse problema.

Em Maio de 1974 uma vaga reivindicativa atinge a sociedade portuguesa. Formas de luta tradicionais vão ser utilizadas pelos trabalhadores para chegarem aos seus objectivos: reduções de produção, greves, concentrações, manifestações, etc. No total, ocorrem 149 conflitos só naquele mês, sendo que, curiosamente, “a greve com ocupação é inaugurada pelos jornalistas da Rádio Renascença e a ocupação com laboração pelos seus colegas do *Diário de Lisboa*”<sup>299</sup>.

As preocupações dos trabalhadores nesse mês centram-se nos aumentos de salários e de outros rendimentos, como subsídios ou complementos, diminuição da carga horária de trabalho, aumento do número de dias de férias, entre outras. Com o passar dos meses e com o evoluir dos acontecimentos e da própria revolução, os operários passam a reclamar, também, a defesa dos seus postos de trabalho, o pagamento de salários em atraso e o não encerramento das empresas. A exigência de saneamentos mantém-se constante ao longo do tempo<sup>300</sup>.

<sup>299</sup> Fátima Patriarca, “A Revolução e a Questão Social: que Justiça Social?”. In *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Org. Fernando Rosas. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 139.

<sup>300</sup> *Idem., ibidem*, pp. 139-145.

Na comunicação social, as reivindicações de aumentos salariais e de diminuição da carga horária de trabalho parecem ser as que mais se destacam entre 1974 e 1975, não se cingindo apenas aos jornalistas, mas a todos os trabalhadores dessas empresas. João Candeias, tipógrafo e membro da Comissão de Trabalhadores do *Diário de Notícias*, revela as conquistas laborais então atingidas, fruto do poder reivindicativo que os trabalhadores passaram a ter:

“Eu cheguei a mandar mais do que o Presidente do Conselho de Administração, porque aquilo que nós decidíamos era praticamente irrecusável. Nós tivemos reuniões por causa dos ardinhas. Os ardinhas não queriam distribuir o jornal ao domingo. As nossas folgas eram feitas rotativamente e nós passámos a ter folgas fixas exactamente para que não ficássemos prejudicados”<sup>301</sup>.

O director do mesmo periódico, Luís de Barros, confirma que, de facto, a “Comissão de Trabalhadores começa a atingir um poder porventura excessivo” e que “difícilmente se poderia combater”<sup>302</sup>. Na verdade, um pouco por todas as empresas nacionais, as Comissões de Trabalhadores assumem um papel determinante, fazendo tudo para que os objectivos da classe sejam alcançados. “Surgidas no calor da luta, em processos de assembleias e apresentação de reivindicações”, as Comissões ganham um enorme protagonismo em áreas como a da comunicação social, em assuntos relacionados com condições laborais mas também em relação a praticamente todos os temas que envolvem as empresas, fazendo “parte do repertório tradicional das formas de luta da classe operária” durante a revolução<sup>303</sup>.

Efectivamente, uma das primeiras medidas tomadas foi a não publicação de jornais ao domingo, a partir de 1 de Junho, por imposição dos vendedores. De acordo com o relatório sobre a situação da Imprensa diária de 1975, elaborado por uma Comissão a pedido do Ministério da Comunicação Social, a situação profissional dos jornalistas era a seguinte:

- 36 horas semanais de trabalho (6 horas diárias ou 5 horas se for serviço seguido);

---

<sup>301</sup> Entrevista a João Candeias, Lisboa, 3 de Julho de 2012.

<sup>302</sup> Entrevista a Luís de Barros, Lisboa, 23 de Abril de 2011.

<sup>303</sup> Miguel Pérez Suárez, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução portuguesa (1974-1975)*. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da UNL, 2008, p. 47.

- Folgas variáveis;
- Salários compreendidos entre 7.000\$00 e 16.500\$00 (dependendo da categoria profissional; média: 12.338\$00);
- 25% adicional ao salário, no caso de trabalho nocturno;
- 30 dias de férias por ano<sup>304</sup>

Porém, naturalmente, são realizados alguns contratos com valores bastante superiores aos mínimos indicados. Uma vez que apenas conseguimos apurar valores salariais de três redacções (a partir de dados entregues ao Sindicato dos Jornalistas), não é possível traçar um quadro exacto dos níveis remuneratórios então em vigor. Todavia, através do quadro que construímos (nº 7), confrontamos os valores mínimos determinados na revisão de 1974 do Contrato Colectivo de Trabalho, com os praticados no *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *A Capital*. Refira-se ainda que, em 1974, é criado o Salário Mínimo em Portugal, fixando-se em 3,300\$00 (em 1975 passa a 4,000\$00), segundo dados da PORDATA. Valores que, como podemos ver, ficam bastante abaixo dos praticados nos jornais.

**Quadro 7 - Salários das redacções do *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *A Capital***

Categoria prof./ Jornal	<i>Diário de Notícias</i>		<i>Diário Popular</i>		<i>A Capital</i>		Contrato Colectivo Trabalho
Data	1974 (31 Jan.)	1975 (31 Jan.)	1974 (28 Jan.)	1975 (29 Jan.)	1974 (sem inf.)	1975 (14 Jul.)	1974 (Nov.)
<b>Director</b>	40 000\$00	35 000\$00	Sem inf.	Sem inf.	s/i	30 000\$00	Sem inf.
<b>Director-adjunto</b>	N/A	30 000\$00	Sem inf.	Sem inf.	s/i	N/A	Sem inf.
<b>Secretário de Redacção</b>	22 000\$00	22 900\$00	Sem inf.	Sem inf.	s/i	17 500\$00	12 500\$00
<b>Chefe de Redacção</b>	31 615\$00	27 500\$00	20 700\$00	Sem inf.	s/i	31 500\$00	16 500\$00
<b>Sub-Chefe de Redacção</b>	16 500\$00 a 19 000\$00	17 400\$00 a 21 675\$00	18 500\$00 a 19 500\$00	20 500\$00 a 21 250\$ 00	s/i	19 950\$00 a 28 000\$00	14 250\$00
<b>Redactor</b>	7 500\$00 a 16 630\$00	11 000\$00 a 18 000\$00	6 500\$00 a 17 500\$00	10 000\$00 a 19 250\$00	s/i	9 500\$00 a 21 000\$00	11 000\$00
<b>Repórter</b>	5 300\$00 a 7 500\$00	10 400\$00 a 13 250\$00	5 300\$00 a 8 250\$00	7 000\$00 a 10 500\$00	s/i	9 500\$00	9 500\$00
<b>Estagiário</b>	6 500\$00	8 150\$00	6 000\$00	7 250\$00	s/i	8 000\$00	7 250\$00

<sup>304</sup> Relatório sobre a situação da Imprensa Diária, 1975. Depósito do Pendão/ GMCS.

<b>2º ano</b>			a 7 000\$00	a 9 500\$00		a 10 000\$00	
<b>Estagiário 1º ano/ candidato</b>	3 000\$00 a 3 250\$00	4 500\$00	7 000\$00	4 500\$00 a 5 500\$00	s/i	8 000\$00	5 500\$00
<b>Repórter fotograf.</b>	5 300\$00 a 9 815\$00	6 360\$00 a 13 900\$00	6 500\$00 a 8 600\$00	10 000\$00	s/i	8 000\$00 a 14 000\$00	10 000\$00

**Fonte:** Tabelas de pessoal dos jornais e CCT. Arq. Sindicato dos Jornalistas.

No geral, como podemos aferir no Quadro 7, verifica-se um aumento dos salários nas várias categorias, com algumas excepções, como a do cargo de director do *Diário de Notícias*, cuja remuneração mensal reduz, de 1974 para 1975, 5 000\$00. No caso do chefe de redacção, o valor diminui 4 115\$00. Comparando os valores apresentados nos mapas salariais dos jornais, com o estabelecido, como mínimo, na actualização do Contrato Colectivo de Trabalho (Novembro de 1974) para a imprensa de grande expansão, é possível concluir que, salvo algumas excepções, os salários aplicados são superiores aos estipulados no CCT. Apenas alguns redactores (*A Capital*), repórteres (*Diário Popular*), estagiários no 1º ano (*Diário de Notícias* e *Diário Popular*) e repórteres fotográficos (*Diário de Notícias* e *A Capital*) não recebem mensalmente os mínimos estabelecidos na lei.

Os relatórios de contas de praticamente todas as empresas jornalísticas, relativos a 1974, atestam aumentos salariais em vários jornais: o *Jornal do Comércio* destaca um “acréscimo de mais de 60% dos gastos com pessoal”; *A Capital* não deixa de mencionar os “reflexos de altas salariais a responderem a reivindicações que na quase totalidade dos casos foram atendidas em base que se considerou justa” e que vêm contribuir para prejuízos da empresa em 1975; o *Diário Popular* fala num acréscimo de remunerações na “ordem dos 44%”. *O Século*, por outro lado, revela ter começado a aplicar medidas de contenção como o controlo da “prática escandalosa de horas extraordinárias – cujo pagamento representou 10 800 contos em 1974”<sup>305</sup>.

Ao longo de 1975 ocorrem negociações para alterar, igualmente, aspectos relacionados com a situação laboral de profissionais como administrativos e revisores da Imprensa, que reclamam a elaboração de um novo Contrato Colectivo de Trabalho, com, por exemplo, aumentos salariais<sup>306</sup>. Também o diploma que revê o regime legal dos despedimentos motiva uma forte reacção dos jornalistas, que o consideram uma “lei

<sup>305</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 239, 253, 291, 297 e 303.

<sup>306</sup> *Diário de Lisboa*, 10 de Abril de 1975.

social-fascista”. Em causa, artigos como o que determina que se o trabalhador “mostrar não estar em condições de poder permanecer no seu posto de trabalho, ou se, por circunstâncias objectivas, a manutenção da relação de trabalho for incompatível com os interesses globais da economia”<sup>307</sup>. Perante o diploma, a Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas denuncia “o seu carácter antipopular e contrário a todo o ideário «socialista» que diz defender”, incentivando todos os profissionais de Informação a iniciar uma campanha tendo em vista a imediata revogação da lei<sup>308</sup>.

Em 1975 é ainda aprovado o alargamento do Contrato Colectivo de Trabalho aos jornalistas desportivos, que, até então, se encontravam desprovidos de regulamentação deste tipo<sup>309</sup>. Em síntese, parece ficar claro que o sector da Imprensa acompanha, efectivamente, a tendência reivindicativa e de lutas de trabalhadores por mais e melhores condições laborais, que marca, indiscutivelmente, o processo revolucionário português. No caso dos jornalistas, a grande conquista é a efectiva aplicação do Contrato Colectivo de Trabalho em preparação desde 1973.

### **3.3. O Sindicato dos Jornalistas**

Criado em 1934, o Sindicato Nacional de Jornalistas vai desenvolver a sua actividade em estreita colaboração com o regime. De acordo com o diploma que criara os Sindicatos Nacionais, não poderia ser de outra maneira. Exigia-se uma conduta de defesa dos interesses da Nação e a sua subjugação ao governo em questões como a elegibilidade de membros da direcção<sup>310</sup>. Na sua primeira direcção destacava-se, desde logo, o nome de António Ferro, que já havia realizado uma serie de entrevistas a Oliveira Salazar e dirigia, desde 1933, o Secretariado de Propaganda Nacional. Era, como se sabe, uma figura do regime, muito próxima do Presidente do Conselho.

Ainda que a subordinação ao poder político e a ausência de liberdade tenha incontornavelmente, condicionando a acção sindical ao longo de 40 anos, assistiu-se, de facto, a uma evolução do organismo e, como já referimos, a algumas conquistas no plano laboral já na fase final da ditadura. Em 1970 é, inclusivamente, eleita uma

---

<sup>307</sup> Decreto-lei Nº 372-A/75, de 16 de Julho de 1975.

<sup>308</sup> Comunicado Nº 9, 29/08/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.

<sup>309</sup> Boletim do Ministério do Trabalho, Nº 4, 29 de Janeiro de 1975.

<sup>310</sup> Cf. Ana Cabrera, *Marcello Caetano... Op. Cit.* pp. 143-146. Veja-se também Helena Ângelo Veríssimo, *Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003, pp. 45-58.

“direcção de esquerda” no Sindicato, liderada por Manuel da Silva Costa e onde encontramos, pela primeira vez, nomes femininos nos seus corpos gerentes.

Houve, também, ao longo do tempo algumas oscilações em termos do que se considerou ser um “jornalista profissional”. Se, aquando da criação da Carteira Profissional em 1941, jornalistas eram os que “«há mais de um ano» exercessem de «forma efectiva e remunerada, em jornais diários», as funções de chefe e subchefe de redacção, redactor, repórter, repórter fotográfico ou correspondentes de agências telegráficas nacionais ou estrangeiros”. Mais tarde, deixam de fazer parte da lista colaboradores, directores e subdirectores de jornais diários, bem como, entre outros, quem trabalhava na rádio. Em 1962, subdirectores e directores voltariam a ser integrados, mas também profissionais da imprensa desportiva (algo que, porém, apenas se irá efectivar em 1970). A rádio e a televisão continuariam de fora<sup>311</sup>.

Não é objectivo desta investigação analisar detalhadamente a vasta actividade do Sindicato desde a sua criação, mas tão somente dar conta da evolução da sua estrutura desde o fim da ditadura até 1975, procurando revelar, em traços gerais, o seu papel num período em que o sindicalismo assume grande protagonismo. Ou seja, se o Sindicato acompanha ou não essa tendência de grande actividade sindical.

Em 1973, novos corpos gerentes (também de esquerda) do Sindicato Nacional de Jornalistas tomam posse, sendo esses que chegam ao 25 de Abril e se mantêm em exercício. A presidir à direcção, Luís de Barros, à Assembleia Geral, Silva Costa, e ao Conselho Técnico e de Disciplina, João Gomes. O Presidente da direcção acabaria, no entanto, por substituído, em virtude de ter assumido, em Agosto de 1974, o cargo de Subsecretário de Estado da Comunicação Social do II Governo Provisório. É Afonso Praça quem assume a função.

As preocupações das primeiras assembleias gerais do Sindicato têm, essencialmente, que ver com o saneamento de indivíduos ligados ao regime deposto; com o controlo dos jornalistas relativamente às “condições e qualidade do seu trabalho, direcção e orientação de todos os órgãos de informação”, sendo, para isso, criados Conselhos de Redacção com poderes deliberativos e autónomos dos das direcções; a garantia do direito à greve; o avanço no projecto de estatutos do Sindicato ou a preparação de um novo regime legal para a Imprensa<sup>312</sup>. É, entretanto, alargada a

---

<sup>311</sup> Rosa Maria Sobreira, *Os jornalistas portugueses... Op. Cit.*, pp. 26-27.

<sup>312</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 27.

participação no Sindicato a jornalistas da imprensa não diária, da rádio, da televisão e dos jornais de actualidades cinematográficas. O órgão muda também a sua designação para apenas Sindicato dos Jornalistas (SJ).

A questão da unicidade sindical é, na altura, um dos temas dominantes, estando longe de ser pacífica, com o PCP a defender a existência de apenas uma confederação e o PS opondo-se-lhe. Perante a proposta de lei apresentada pelo Secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas (militante comunista), o Ministro da Justiça, Salgado Zenha (dirigente socialista) opõe-se publicamente ao que considera ser a imposição de uma “unicidade sindical por via administrativa”. A Intersindical Nacional acabará por ser oficializada em Abril de 1975<sup>313</sup>, o que, na prática, consagra “a hegemonia dos comunistas no mundo sindical”<sup>314</sup>.

Vivia-se, de facto, no movimento sindical um “tempo de expectativa, porque existia a fundada convicção de que se estava num daqueles períodos em que tudo podia, repentinamente, mudar”<sup>315</sup> e os trabalhadores alcançarem novas e melhores condições de trabalho. No caso concreto do órgão sindical dos jornalistas, este teve uma “vida intensíssima no pós 25 de Abril”, com Assembleias gerais “sempre muito agitadas”, lembra Orlando Raimundo, então redactor n’*O Século*<sup>316</sup>.

Meses depois, a discussão em torno do projecto de Lei de Imprensa é assunto prioritário em Assembleia Geral, assim como o debate acerca do papel dos seus representantes nos trabalhos do Conselho de Imprensa. Já em 1975, o novo Contrato Colectivo de Trabalho e projectos de lei que envolveram jornais e jornalistas, caso dos relativos aos despedimentos que já referimos, a permanência ou não do SJ na Intersindical, foram igualmente objecto de análise e de tomadas de posições públicas pelo organismo sindical.

Multiplicam-se as assembleias muito participadas, muitas vezes tensas e agitadas, com discussões acesas e radicalizadas, que resultaram em comunicados de Imprensa não raras vezes duros relativamente às várias forças político-militares em presença, nomeadamente aos Ministros da Comunicação Social. Sobre Almeida Santos chega a ser aprovado “um voto de total desconfiança” à sua “política chantagista,

---

<sup>313</sup> Decreto-lei Nº 215/75, de 30 de Abril de 1975.

<sup>314</sup> António Reis, “O Processo de Democratização...”, *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>315</sup> José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *A UGT na História do Movimento Sindical Português, 1970-90*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 123.

<sup>316</sup> Entrevista a Orlando Raimundo, Lisboa, 16 de Fevereiro de 2011.

reacionária, antipopular e contra-revolucionária”<sup>317</sup>. Em paralelo, prepara-se uma reestruturação do Sindicato, tendo em vista a “defesa de uma estrutura orgânica que impeça qualquer tendência para o sindicalismo de cúpula e que proporcione, portanto, poder efectivo aos órgãos e base”<sup>318</sup>.

No mês de Agosto um novo acto eleitoral decorria no Sindicato dos Jornalistas. Em confronto, duas listas, naturalmente, com propostas específicas sobre os temas que marcaram a actualidade: a Lei de Imprensa, os “casos” que envolviam órgãos de comunicação social e as lutas pelo seu controlo, as questões laborais, etc. “Por uma Informação em defesa das massas populares e dos trabalhadores contra a manipulação partidária” era como se apresentava a lista A, que propunha Adelino Cardoso (para Presidente da Direcção), Manuel da Silva Costa (para Presidente da Assembleia Geral) e Afonso Praça (Conselho Técnico), e a lista B, intitulada “Por um Jornalismo ao Serviço do Povo”, propondo Mário Contumélias (para Presidente da Direcção), Adriano de Carvalho (Assembleia Geral) e José António Barradas Alves (Conselho Técnico).

Ambas as listas desdobram-se em acções de campanha, que têm forte eco na Imprensa. Também alegados posicionamentos ideológicos dos candidatos são objecto de notícias, com o *Diário de Lisboa* a considerar a lista A composta por “elementos sem partidos e outros afectos a organizações de esquerda” e que “se têm tornado notados por uma prática sindical intensa, constituindo o que pode chamar-se uma oposição no seio do Sindicato”<sup>319</sup>. Quanto à lista B, avança *O Século*, integra “profissionais afectos ao Partido Socialista e ao Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado” (MRPP)<sup>320</sup>.

Acabará por sair vitoriosa a lista B, passando o SJ a ser dirigido por Mário Contumélias (*Diário de Notícias*), que terá como vice presidente António Ribeiro (*O Primeiro de Janeiro*)<sup>321</sup>. Os resultados das votações traduziram-se em 196 votos à lista B, contra 127 da lista A<sup>322</sup>. Quanto à tomada de posse, esta acaba por decorrer na residência do Vice-presidente da Assembleia Geral cessante, Mário Castrim, que apresentara motivos de saúde como impedimento para se deslocar ao Sindicato.

---

<sup>317</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 18 de Outubro de 1975.

<sup>318</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 31 de Janeiro de 1975.

<sup>319</sup> *Diário de Lisboa*, 30 de Julho de 1975.

<sup>320</sup> *O Século*, 30 de Julho de 1975.

<sup>321</sup> Composição de lista vencedora das eleições do SJ, 1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.

<sup>322</sup> Resultados das eleições para o SJ, 13/8/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.



Situação que levará a lista vitoriosa a sublinhar o facto de, nesse mesmo dia, Castrim ter podido comparecer à Assembleia de Voto<sup>323</sup>. O clima não era, de todo, pacífico.

Se os anteriores órgãos dirigentes do SJ estavam mais próximos do Partido Comunista, a nova equipa terá diferente coloração partidária, havendo “uma influência forte na direcção do Sindicato do MRPP”. De acordo com o novo Presidente, a direcção do SJ passa a ser composta por “PS’s, MRPP’s e depois tem independentes de esquerda”<sup>324</sup>.

Menos de um mês depois, os novos estatutos do SJ são, finalmente, aprovados, introduzindo algumas novidades importantes. Desde logo, ao assinalar que “os jornalistas devem fazer da sua actividade profissão única”. Depois, eliminam categoriais profissionais como as de repórter e de redactor, substituindo-as pela de jornalista. Finalmente, definem-se novos requisitos para admissão de sócios ao órgão sindical:

- “a) ter mais de 18 anos;
- b) possuir como habilitação mínima a escolaridade obrigatória, enquanto não existirem diplomados por uma escola oficial de jornalismo;
- c) Não ter pertencido, a partir dos 18 anos de idade, à UN/ANP, PIDE/DGS, Brigada Naval, Legião Portuguesa, FAC e demais organizações fascistas (...);
- d) Declarar que o exercício da profissão de jornalista será a sua profissão única remunerada;
- e) Não ser proprietário do meio de produção onde exerce a actividade, ressalvando-se os casos de autogestão e cooperativismo (...)”<sup>325</sup>.

Até Novembro, o Sindicato dos Jornalistas desenvolve uma actividade assinalável, sendo efectuadas 13 assembleias gerais, tomando posições sobre casos como os do *República*, do *Diário de Notícias* ou da Rádio Renascença, a reintegração na Intersindical, promovendo a eleição de novos delegados sindicais, concedendo bolsas para estágios profissionais de jornalistas em órgãos de comunicação social do Conselho

---

<sup>323</sup> Comunicado, 13/8/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.

<sup>324</sup> Entrevista a Mário Contumélias, Lisboa, 21 de Março de 2011. O jornalista Francisco Máximo diz que “o SJ nessa altura era dominado pelo MRPP” (Entrevista a Francisco Máximo, Lisboa, 23 de Março de 2011).

<sup>325</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 4 de Setembro de 1975.

da Europa, preparando discussões acerca do novo Contrato Colectivo de Trabalho e uma possível revisão da Lei de Imprensa, entre outras acções<sup>326</sup>.

Todavia, o trabalho dos corpos gerentes do Sindicato não estará isento de polémicas, nomeadamente de alguns sócios que não concordavam com a linha traça pela nova direcção. Mário Contumélias, aludindo à conhecida capacidade de mobilização sindical do PCP, defende que as Assembleias do SJ tinham uma preponderância de sócios que militavam ou eram próximos do Partido. Ainda que com algum exagero por força do discurso oral, Contumélias recorda o peso dos comunistas e o seu esforço no sentido de criar uma oposição a essa tendência:

“A vida do Sindicato era assim: você uma semana tinha uma Assembleia Geral convocada pelo PC e nessa Assembleia você apanhava com uma moção de censura. Depois, na semana a seguir, tinha uma Assembleia geral convocada pelo PC e apanhava com uma moção de desconfiança. (...) o que eu fiz muitas vezes, que era passar pelas redacções (...) ir à *Luta* e dizer «Epa, João Gomes, isto não pode ser. Vocês não me podem deixar sozinho, manda lá aí o pessoal da redacção às Assembleias»...”<sup>327</sup>.

As celeumas estendiam-se também à própria cúpula do SJ. Três membros acabam mesmo por se demitir: Adriano Carvalho (Presidente da Assembleia Geral), José Freire Antunes e Manuel Geraldo. Este último, discordando dos “desvio praticados na orientação política que a presente direcção [do SJ] de início defendia”<sup>328</sup>.

Em Novembro, o SJ acaba por ver a sua direcção suspensa, na sequência da aprovação de uma moção de desconfiança, por parte de “um grupo de jornalistas afectos ao PCP”<sup>329</sup>. Motivando uma enorme polémica, que só será resolvida no início de 1976 (a direcção irá manter-se em funções), a imprensa dá conta de um “crescente descontentamento por parte da classe em relação ao comportamento que os corpos gerentes daquele órgão têm tido praticamente desde que foram eleitos”<sup>330</sup>.

Refira-se ainda a existência de outros sindicatos e associações relacionados com o sector da Informação, sobre os quais, porém, existe muito pouca informação. É o caso do Sindicato de Trabalhadores da Imprensa (substitui o Sindicato dos Empregados de

---

<sup>326</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Outubro de 1975; Informação Nº 2, 10/12/1975. Arq. Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados Jan.73 a Fev.77.

<sup>327</sup> Entrevista a Mário Contumélias, Lisboa, 21 de Março de 2011.

<sup>328</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 12 de Novembro de 1975.

<sup>329</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 23 de Novembro de 1975.

<sup>330</sup> *Diário de Lisboa*, 22 de Novembro de 1975.

Administração e Revisores de Imprensa), que vai tomar posições acerca de casos como a greve do *Jornal do Comércio* e os problemas n' *O Século* ou ainda acerca do Contrato Colectivo de Trabalho; do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos dos Distritos de Lisboa e do Porto, que como o próprio nome indica, se dedicou a reivindicações do sector gráfico da Imprensa; a Associação Portuguesa dos Vendedores de Jornais e Lotarias, desenvolvendo a sua acção em questões como as percentagens recebidas pelos vendedores de periódicos, a consagração do descanso semanal para estes profissionais ou a situação de menores que vendiam jornais; a Associação da Imprensa diária e, por último, a Associação da Imprensa não diária, sendo uma das suas principais preocupações as dificuldades de abastecimento de papel, que chegaram a pôr em causa a saída de jornais não diários, mas lutando igualmente contra as tarifas de correios aplicadas à imprensa<sup>331</sup>.

A mobilização dos trabalhadores quer em lutas por melhores condições laborais ou pela defesa daquilo que acreditavam ser o caminho político que o país deveria seguir marcou o sector da comunicação social entre 1974 e 1975. Uma vez mais, não podemos deixar de mencionar que tal acompanhou, *grosso modo*, o que acontecia noutros sectores. O mesmo poder-se-á dizer quanto à actividade do Sindicato dos Jornalistas e, em particular, às reuniões gerais dos seus sócios, com debates acesos e polémicos. Também as alterações na estrutura do SJ inseriam-se no movimento sindical em curso no Verão de 1975 e que arredou do domínio comunista muitos e importantes Sindicatos. Outros partidos, como o PS e o MRPP, ganham peso no movimento sindical, que “estava a modificar-se de uma forma contínua e consistente, abrindo caminho para alternativas que, meses antes, não se poderiam vislumbrar”<sup>332</sup>.

---

<sup>331</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979.

<sup>332</sup> J. M. Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *A UGT na História... Op. Cit.*, p. 125.

#### 4. O PODER

Se a Censura foi um dos pilares da ditadura e da durabilidade de Salazar à frente do governo<sup>333</sup>, nem a mudança de designação para “Exame Prévio” alterou, substancialmente, a forma autoritária com que o regime percepcionava os órgãos de comunicação social e a informação que estes veiculavam. De facto, contra as expectativas de alguma mudança no campo da liberdade de Imprensa, a postura de Marcelo Caetano foi no sentido oposto, considerando que “aos governados deve ser dada informação, mas, simultaneamente, cumpre também ao Estado defender a opinião pública daqueles que actuam no sentido de o destabilizar”<sup>334</sup>. Na verdade, como refere Fernando Rosas, quando Caetano chega a Presidente do Conselho, “as suas antigas convicções antipartidárias e autoritárias continuavam basicamente incólumes”<sup>335</sup>.

Além das formas de controlo do governo, importa igualmente conferir relevo a outro tipo de condicionantes à prática jornalística. Destaca-se, a este nível, uma outra forma de censura – não de menor importância – que vinha do interior das redacções:

“Como prova de lealdade, dirigentes media propunham-se exercer censura interna que como é fácil de depreender é mais perversa do que a censura oficial, pois praticamente de forma oculta, deixa o jornalista desprotegido, sem o apoio do próprio órgão de comunicação social onde trabalha”<sup>336</sup>.

A auto censura dos jornalistas, no sentido de “contornarem”, com palavras e formas de elaborar os seus textos, possíveis cortes dos censores não é de somenos importância neste contexto. Ainda assim, foi sendo feita, por alguns jornais, a oposição “possível” ao regime. O *Diário de Lisboa* e o *República* são dois dos títulos sucessivamente referidos<sup>337</sup>.

Uma das principais “bandeiras” do MFA no 25 de Abril foi, sem dúvida, a defesa da liberdade, o que tem óbvios reflexos no campo da Informação. Mas até que ponto foram, efectivamente, profundas as transformações dos média neste domínio? Houve uma nova concepção ou forma de “olhar o jornalismo” por parte do Poder?

---

<sup>333</sup> Fernando Rosas, Salazar e o Poder: *A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012; Graça Franco, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993; Alberto Arons de Carvalho, *A Censura à Imprensa na época Marcelista*. Coimbra: MinervaCoimbra, 1999.

<sup>334</sup> Ana Cabrera, Marcello Caetano... Op. Cit., p. 257.

<sup>335</sup> Fernando Rosas, “O Marcelismo e a crise final do Estado Novo”. In: Fernando Rosas (Org.) *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 17.

<sup>336</sup> Suzana Cavaco, *Mercado Media... Op. Cit.*, p. 198.

<sup>337</sup> Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho, 1999.

Abolida a Censura, foram ou não impostos aos média novos mecanismos condicionantes?

Analisando a actividade do Estado e, em particular, a acção do Ministério da Comunicação Social e órgãos associados, pretendemos compreender a sua política relativamente à Informação. O Poder é, pois, aqui entendido na sua acepção institucional, isto é, o Poder do Estado.

Sem negar a pertinência do estudo de outras variantes desta questão, para este trabalho entendemos ser de maior relevância a vertente institucional. Dois motivos essenciais permitem-nos fundamentar esta opção: 1) consideramos necessário a compreensão do sistema de relações Estado/Média no período de transição para a democracia, pois só assim é possível aferir mudanças e continuidades relativamente à ditadura (sobre a qual existem já várias investigações); 2) a análise do posicionamento institucional surge como imprescindível ao estudo da Imprensa num período em que uma boa parte dela é fortemente intervencionada pelo Estado. Refira-se, por último, que, apesar desta delimitação metodológica, dado que diferentes poderes actuam muitas vezes sob os mesmos acontecimentos, não os deixaremos de referir e analisar sempre que nos parecer pertinente.

#### **4.1. Uma política de Informação revolucionária?**

Depois do golpe militar que derrubou a ditadura, os órgãos e instituições do Estado são destituídos. Apresentado e divulgado de imediato o Programa do MFA, os portugueses ficaram a saber as linhas gerais traçadas para o país. No que respeita à comunicação social, duas medidas merecem particular destaque: “a abolição da censura e exame prévio” e a promoção da “liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma”. Prometia-se, assim, o fim das limitações à liberdade de imprensa que há quase cinquenta décadas dominavam o sector. Outras duas medidas cabiam ainda no programa: a criação de uma Comissão *ad hoc* para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema e a publicação de novas leis reguladoras desses órgãos (a partir de então a Comissão seria extinta)<sup>338</sup>.

---

<sup>338</sup> Programa do MFA disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07> [Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra].

Na prática, como veremos, com a proposta de uma Comissão de controlo da comunicação social, ficava patente a recusa por parte do poder de abdicar de um papel de supervisão e até de condicionamento dos média. Como observa Mário Mesquita, o Programa do MFA revelava uma dupla preocupação, que exigia um difícil equilíbrio: “traduzia, aliás, um esforço de síntese entre a vontade de extinguir o sistema de exame prévio e o receio do vazio legislativo, bem como da eventual perda de controle sobre a comunicação social no período de transição pré-constituente”<sup>339</sup>.

Entre 25 de Abril e 14 de Maio de 1974 o poder pertenceu à JSN. Até à constituição do governo provisório, é aos militares da JSN que compete garantir o cumprimento do Programa do MFA. A liderar o organismo iremos encontrar o general António de Spínola, uma escolha que não teve isenta de controvérsia e sobre a qual existem várias versões, entre as quais a de Costa Gomes – o nome que os capitães preferiam para o cargo – que justifica, da seguinte forma, o seu apoio a Spínola:

“realmente eu estava convencido de que o general Spínola, pelas suas relações com os políticos e com os conhecimentos que tinha na imprensa – desde o Raul Rêgo e o *República* até ao *Diário de Lisboa* e ao *Expresso* – era a pessoa indicada para ocupar o cargo”<sup>340</sup>.

Não deixa de ser simbólico e representativo da importância conferida à imprensa nesta época, que as relações entre Spínola e a comunicação social sejam apresentadas como um das justificações para a sua ascensão ao cargo de Presidente da JSN.

Quanto à actividade da JSN, esta começa por nomear delegados para os vários ministérios, podendo estes “praticar actos de competência dos respectivos ministros”. Porém, como refere Maria Inácia Rezola, a sua autonomia vai ser “relativa”, uma vez que, “enquanto Presidente da JSN, António de Spínola segue de perto a sua acção e, a 8 de Maio, convoca-os para uma reunião”<sup>341</sup>. Entre os cerca de 60 delegados encontrava-se o Major Mariz Fernandes, delegado para a comunicação social, que tinha na sua equipa principal mais três militares: o comandante Correia Jesuíno, o major Sanches Osório e o capitão Barbeitos.

A preocupação do Poder relativamente aos média revela-se de imediato, como atesta a reunião que ocorre logo no dia 27 de Abril, entre Spínola e os directores de órgãos de comunicação social, na qual o general lhes pede para agirem, no “momento,

---

<sup>339</sup> Mário Mesquita, “Estratégias liberais...”, *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>340</sup> Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes – O Último Marechal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, p. 217.

<sup>341</sup> Maria Inácia Rezola, *25 de Abril... Op. Cit.*, p. 68.

com a maior firmeza”<sup>342</sup>. Até à nomeação da Comissão *ad hoc* referida no Programa do MFA, são designadas, por Spínola, outras “comissões *ad hoc* para cada um dos órgãos de «mass media», mormente rádio e televisão”, sem chegar a haver promulgação governamental”<sup>343</sup>.

Quanto à Comissão *ad hoc* para os média propriamente dita, a justificação, apresentada pelo MFA para a sua criação, baseou-se, no essencial, em duas premissas. Por um lado, a “necessidade de salvaguardar os segredos militares”; por outro, “evitar perturbações na opinião pública”. Sublinhando o seu “carácter transitório”, o Programa do MFA defende que a Comissão deverá ficar “directamente dependente da JSN, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro governo provisório”. Nomeada a 20 de Junho<sup>344</sup> pela JSN, da sua composição fazem parte figuras como o Major Ramalho Eanes (que virá a ser Presidente da RTP e, a partir de 1976, Presidente da República) e o Capitão de Fragata Correia Jesuíno (futuro Ministro da Comunicação Social), como se pode verificar no Quadro 8.

#### Quadro 8 - Composição da Comissão *ad hoc* para os média

1ª fase (a partir de 20/6/1974)	2ª fase (a partir de 16/9/1974)
Cap.-de-Mar-e-Guerra, na reserva, Manuel Mendonça (Presidente)	Cor., na reserva, Amândio da Conceição Ferreira (Presidente)
Cap.-de-Fragata Correia Jesuíno	Maj. de Inf. António Correia
Cap.-Ten. Daniel Rodrigues	Cap. de Inf. José Santa-Clara Gomes
Cor. Jorge Pereira de Carvalho	Maj. de Inf., na reserva, António Freire
Ten. Cor. Infante	Cap. Santos Silva
Major Ramalho Eanes	Cap. Tomás Rosa
Ten. Godinho	Primeiro-Tenente Lobo de Oliveira
	Segundo-Tenente Cunha Lauret

**Fonte:** *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 21-24.

Quanto ao regulamento da Comissão, este prevê a aplicação de sanções às empresas jornalísticas que não cumpram os pressupostos ali definidos: multas até 500 000\$00 e penas de suspensão dos órgãos de comunicação até ao limite de 60 dias. De

<sup>342</sup> Afonso Praça *cit in* Nuno Crato, *Comunicação Social – A Imprensa*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 211.

<sup>343</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 21.

<sup>344</sup> Decreto-lei n° 281/74 de 29 de Junho de 1974, Diário do Governo n° 156 – I Serie.

acordo com o texto regulamentar, são considerados vários tipos de infracções, tendo também em atenção as diferentes entidades, assuntos ou figuras referidos nos textos:

- 1) **Campo militar** – “o incitamento ou provocação, ainda que indirectos, à desobediência militar, incluindo nesta o desrespeito pelas leis e regulamentos militares”; “as referências a operações militares cuja divulgação não tenha sido autorizada pela legislação em vigor”;
- 2) **Órgãos e figuras de Estado** – “as ofensas ao Presidente da República e aos membros do Conselho de Estado e do Governo”; “as ofensas a Chefes de Estado estrangeiros ou representantes diplomáticos acreditados em Portugal”;
- 3) **Campo laboral** – “incitamento a greves, paralisações de trabalho ou manifestações não autorizadas pela legislação em vigor;
- 4) **O Programa do MFA** – “agressões ideológicas que contrariem a execução do Programa do MFA”
- 5) **Outros crimes** – “prática ou incitamento à prática de quaisquer outros actos que a lei geral classifique como crimes”.

Refira-se, finalmente, um novo artigo mencionando o PR, que revela, por si só, as precauções e os cuidados que a JSN reservava às notícias que se lhe dirigiam: “a reprodução das declarações do PR deverá sempre basear-se nos textos fornecidos pelos serviços oficiais, sem omissão ou adjunção de títulos que possam alterar-lhes o sentido”<sup>345</sup>.

As preocupações num sentido “censurante” quanto à acção dos jornalistas no novo momento político ganham, indiscutivelmente, fundamento com este decreto-lei. A necessidade de restringir ou condicionar o trabalho dos jornalistas abria espaço a críticas e a dúvidas sobre o grau de liberdade de imprensa que o Poder desejava para o país. Na prática, pretendia-se privilegiar a informação oficial, em detrimento de um jornalismo interpretativo ou de investigação.

Por outro lado, deve também ser mencionado que a ausência de legislação neste domínio poderia, eventualmente, traduzir-se em abusos prejudiciais ao curso da

---

<sup>345</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 153 e 154.



revolução, pelo que este decreto-lei tentava acautelar essa situação. Algo, porém, parece claro nestes primeiros momentos após o derrube da ditadura:

“de um ponto de vista formal, as relações entre poder e media não diferiram muito das estabelecidas no salazarismo e no marcelismo. De um modo mais ou menos provinciano e com maior ou menor dedicação e saber, a verdade é que os mecanismos protocolares e officiosos na informação predominaram muito para além da madrugada libertadora, embora com outras tonalidades políticas, atributos e princípios (...)”<sup>346</sup>.

As reacções à criação desta Comissão têm, de imediato, eco na Imprensa. Uma reunião de trabalhadores de vários sectores da Informação, que decorre na Casa da Imprensa, critica duramente o decreto-lei, aprovando uma moção de repúdio e exigindo a sua revogação<sup>347</sup>. Já o Sindicato dos Jornalistas, admitindo a criação da Comissão “enquanto medida transitória”, não deixa, porém, de manifestar “preocupação pelo tom geral dos termos em que o regulamento está redigido”, bem como a “discordância por alguns princípios estatuídos”<sup>348</sup>.

A Comissão *ad hoc* para os média inicia, então, funções, numa primeira fase entre Junho e Julho, intervindo sobre artigos de cinco publicações: o *República* (duas vezes), *A Capital*, *a Revolução*, *Economia e Finanças* e *A Verdade*. Todos eles foram multados em valores entre 5 000\$00 e 100 000\$00, a maioria por notícias sobre questões militares. A título meramente exemplificativo, atente-se a duas notícias do *República* alvo de multa. A primeira, publicada a 27 de Junho, sobre “a prisão de dois oficiais milicianos que se recusaram a cumprir ordens recebidas, fazendo-se eco, na mesma notícia, duma manifestação de protesto, para o dia seguinte, contra a decisão das autoridades militares”. A segunda, publicada um dia depois, “referindo-se a um comunicado dum agrupamento político e à aludida manifestação de protesto”. Para a Comissão, não restavam dúvidas de que as “notícias poderiam levar a incidentes susceptíveis de incitar e provocar à desobediência militar”, sendo que isso “contraria o programa do MFA”. Resultado: uma multa de 30 000\$00, proposta pela Comissão *ad hoc*, enviada ao director-geral da Informação e, por este, ao director do *República*<sup>349</sup>.

---

<sup>346</sup> Francisco Rui Cádima, “Os media...”, *Op. Cit.*, p. 321.

<sup>347</sup> *Diário de Lisboa*, 26 de Junho de 1974. Cf. outras tomadas de posição, *Diário de Lisboa*, 19 de Junho de 1974.

<sup>348</sup> *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1974.

<sup>349</sup> Ofício enviado pelo Presidente da Comissão *ad hoc* ao director-geral da Informação, 1/7/1974 e, por este, ao director do jornal *República*. Pasta C.5. Processo Jornais P-U. Depósito do Pendão/ GMCS.

Foi a fase “Spínolista” da Comissão, como lhe chamou Mário Mesquita, considerando que esta “procurou disciplinar e estabelecer limites aos órgãos de comunicação social, nomeadamente no sentido de evitar a pressão esquerdista sobre as Forças Armadas, que visava influenciar a descolonização”<sup>350</sup>. Entretanto, a Comissão decide demitir-se em peso, depois de, à sua margem, Spínola suspender os vespertinos *República*, *A Capital* e o *Diário de Lisboa* devido ao relevo que estes conferiram “à notícia de uma manifestação de forças políticas de esquerda que se havia realizado” a 31 de Julho. Depois da solidariedade manifestada por vários periódicos, que não se publicariam até ao levantamento da suspensão, a 3 de Agosto tudo voltaria à normalidade<sup>351</sup>. Terminava assim a primeira fase de trabalhos da Comissão *ad hoc*, que é recordada por um dos seus membros, Ramalho Eanes, como não sendo a mais indicada naquele contexto:

“A Comissão *Ad Hoc* pretendeu impedir que os jornais, também eles mergulhados em profunda desorientação, fossem veículos perturbadores da instituição militar. Devo dizer-lhe com toda a franqueza que o comportamento da Comissão Ad Hoc, nomeadamente o meu, não foi o mais ajustado, porque tentámos tratar a comunicação social utilizando modelos de intervenção militar, portanto, explicando menos e impondo mais, o que não criou um bom relacionamento e não resolveu algumas questões que, de outra maneira, poderiam ter sido resolvidas”<sup>352</sup>.

A partir de Setembro, inicia-se uma nova fase na Comissão, com novos membros (Quadro 8) e um novo foco (sobretudo jornais regionais, mais conservadores e com ligações à Igreja). Até Fevereiro de 1975 vão ser sancionados órgãos como o *Tempo Novo*, *Resistência*, *Revolução*, *Bandarra*, *Economia e Finanças*, *Voz da Graça*, *O Templário*, *O Clarim*, *Paz e Amor*, *Voz de Fátima*, mas também o *Diário de Lisboa* e o *Expresso*. Alguns destes jornais, findo o ano de 1974, continuavam sem liquidar as suas multas, caso do *Resistência* e *Bandarra*, que requerem o pagamento em prestações, a *Revolução*, *O Raio*, *O Templário*, entre outros. O semanário *Expresso* recorre para os

---

<sup>350</sup> Mário Mesquita, “Estratégias liberais...”, *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>351</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 22.

<sup>352</sup> *Cit. in* Mário Mesquita, “Estratégias liberais...”, *Op. Cit.*, p. 89.

tribunais ordinários acabando por vencer o recurso. Os outros processos seguiram para o Ministério Público sendo promovida a sua execução<sup>353</sup>.

Refira-se, quanto às queixas que chegaram à Comissão *ad hoc*, que estas nem sempre resultaram em aplicação de multa ou suspensão. A 8 de Outubro, por exemplo, uma nota do Comandante do Batalhão de Comandos Nº 11 da Amadora, Major Jaime Neves, protestava junto da 5ª Divisão do EMGFA contra uma notícia d’*O Século*. Isto porque, quatro dias antes, o periódico referira-se a um alferes como uma “figura sinistra que na Guiné teve actuação de autêntico assassino”.

Não obstante no dia seguinte *O Século* ter desmentido a notícia e ter apresentado desculpas ao alferes e à sua cooperação militar, pede-se a aplicação de medidas punitivas perante aquela “grave difamação”<sup>354</sup>. A 5ª Divisão envia a queixa à Comissão *ad hoc*, que não cede na sua decisão de não punir o diário lisboeta, visto ter sido o próprio a reconhecer o erro, retratando-se publicamente. Na sua resposta a Jaime Neves, a Comissão acaba por revelar uma consciência, pouco divulgada publicamente, de que também a Imprensa vivia um período de adaptação e, simultaneamente, transformação, pelo que eventualmente mereceria alguma tolerância:

“Não correríamos então o risco de sermos acusados de falta de tolerância e compreensão – de perseguidores, até – numa altura em que o nosso povo e a nossa imprensa estão ainda a “aprender” a viver em liberdade, após tantos anos de férrea censura?

Erros, mesmo os mais graves, têm de admitir-se e compreender-se até, desde que os seus autores venham, como o fez *O Século* espontaneamente, à luz da ribalta, reconhecê-los e penitenciar-se sem rodeios”<sup>355</sup>.

Esta segunda fase, que coincide com o crescente protagonismo de Vasco Gonçalves, resulta em multas aplicadas sobretudo a órgãos de direita, nos quais “todo e qualquer escrito que condenasse a actuação dos comunistas era rotulado de reacionário e castigado”. A Imprensa estava, como sublinha Helena Lima, perante uma “nova política de condicionamento informativo, uma vez mais regida pela lógica o discurso único,

---

<sup>353</sup> Ofício 584-DGI/G, de 30/12/1974, da Secretaria de Estado da Informação e Turismo e Proc. Nº4/75, da Procuradoria-Geral da República, de 24/1/1975. Pasta Procs. 1/75-25/75. Depósito do Pendão/ GMCS.

<sup>354</sup> Nota Nº 11/74, de 8710/1974, do Batalhão de Comandos Nº 11. Pasta C.5 Processos Jornais P-U. Depósito do Pendão/ GMCS.

<sup>355</sup> Ofício 113/74-C, de 26/11/1974, da Comissão *ad hoc* para a imprensa, rádio, televisão, cinema e televisão, cinema e teatro, dirigido ao CEM. Depósito do Pendão/ GMCS.

agora de pendor marxista-leninista”<sup>356</sup>. Poucos foram os protestos, nesta fase, contra as sanções aplicadas pela Comissão *ad hoc*. Depois de 43 sanções aplicadas na segunda fase (entre Setembro de 1974 e Fevereiro de 1975), a Comissão acabará por ser suspensa no que diz respeito à Imprensa, em virtude da entrada em vigor da Lei de Imprensa, tal como preceituado no Programa do MFA. Será, no entanto, extinta pelo CR apenas em Outubro de 1975<sup>357</sup>.

Em suma, nas semanas que se seguiram ao 25 de Abril parece ter havido, efectivamente, uma especial atenção ao sector da informação. Spínola, ao reunir com os directores dos órgãos de comunicação social ainda em Abril e, depois, ao suspender três jornais, revela, além de uma atitude de algum autoritarismo sobre os média, um receio sobre o poder que estes poderiam vir a ter num momento de afirmação da sua política contra algumas das ideias da Comissão Coordenadora do MFA. Acresce que muitos dos jornais alvo de punição da Comissão *ad hoc* (sobretudo na 1ª fase) foram-no por publicarem notícias sobre aspectos militares e, em concreto, acerca da questão colonial, principal foco de tensão entre Spínola e a Coordenadora do MFA.

O delegado nomeado pela JSN para a comunicação social e os membros da sua equipa eram militares, assim como todos os que integraram a Comissão *ad hoc* para os média nas duas fases. Nas administrações dos jornais vão surgir igualmente nomes de vários militares. Seria o suficiente para afirmar que estávamos perante uma política de Informação revolucionária? Ou apenas uma tentativa de colocar um freio, através da acção militar, num dos sectores então mais agitados? Independentemente das respostas, o que verificamos é que o resultado não será favorável a Spínola, que não terá nunca o apoio dos principais jornais nacionais e muito menos significará uma estabilização do sector.

Por outro lado, a acção da Comissão *ad hoc* não teve grande êxito, sendo ultrapassada pelas circunstâncias revolucionárias e pela multiplicação de pontos de influência: “nos órgãos de expressão nacional tudo se processou à sua margem, quer por influência dos principais centros de decisão política (governo e órgãos dirigentes do MFA)”, mas também “ao sabor da movimentação dos partidos, sindicatos e grupos de pressão no interior das empresas de comunicação social”<sup>358</sup>.

---

<sup>356</sup> Helena Lima, *Os Diários Portuenses... Op. Cit.*, p. 154.

<sup>357</sup> Resolução do Conselho da Revolução, de 10/10/1975. Diário do Governo 251, I Serie, de 29 de Novembro de 1975.

<sup>358</sup> Mário Mesquita, “Estratégias liberais...”, *Op. Cit.*, p. 90.

O fim da censura e a possibilidade da liberdade de Imprensa são medidas-chave do Programa do MFA e, por isso, símbolos da revolução. Mas a definição de uma política de Informação no contexto revolucionário ia muito além disso, acabando por ser dificultada pela instabilidade existente nos organismos militares (MFA e CR) e políticos (governo, onde a pasta da comunicação social conhece quatro ministros).

#### **4.2. Os Ministros e o Ministério da Comunicação Social**

Depois de três semanas em que a JSN liderou a governação do país, a 16 de Maio toma posse o I Governo Provisório. Para o chefiar, Spínola escolhe Adelino da Palma Carlos, depois da Comissão Coordenadora do MFA propor três outras personalidades, entre as quais o conhecido oposicionista à ditadura e jornalista Raul Rêgo. Quase que Portugal teria no cargo de Primeiro-ministro desse Executivo um jornalista, já que Spínola chega mesmo a convidar informalmente Rêgo. Porém, “Mário Soares, assim que regressa de Paris, é colocado perante essa inesperada e insólita situação e facilmente consegue dissuadir Raul Rêgo de uma eventual aceitação, invocando as suas responsabilidades partidárias”<sup>359</sup>.

Rêgo, que passara pelo *Jornal do Comércio*, *Seara Nova*, *Diário de Lisboa* e era director do *República*, acaba por assumir a pasta da comunicação social de um governo que, por ser provisório, “não poderá proceder a grandes reformas de fundo”, mas que prevê, no seu programa, três medidas no capítulo das liberdades cívicas, relacionadas com a comunicação social: “Publicação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema”, a “garantia da independência e pluralismo dos meios de informação, com salvaguarda do carácter nacional da Radiotelevisão portuguesa e da Emissora Nacional” e a “montagem de esquemas antimonopolistas em matéria de informação”<sup>360</sup>. A primeira estava prevista no Programa do MFA e as outras duas promoviam uma “nova Informação”, plenamente identificada com um regime democrático.

Cerca de um mês depois, e já com a Comissão *ad hoc* para os média em funções, o diagnóstico feito pelo Primeiro-ministro não era propriamente elogioso. Palma Carlos denunciava o facto de “certos jornais” estarem ocupados por maiorias activistas que dificultam a acção dos corpos redactoriais, das direcções, das próprias administrações”. Situação que, em sua opinião, “não pode manter-se”, pois “cada um tem de mandar na

---

<sup>359</sup> António José Telo, *História Contemporânea... Op. Cit.*, p. 49.

<sup>360</sup> *Diário de Lisboa*, 16 de Maio de 1974.

sua casa e imprimir aos órgãos que dirige a sua própria orientação, dentro dos condicionalismos legais”<sup>361</sup>.

Para completar o gabinete de Raul Rêgo, são escolhidos o Major Sanches Osório (Director-geral da Informação) e Pedro Feytor Pinto (Director de Serviços de Informação). A permanência deste último no cargo que exercera no anterior regime, não estará isenta de alguma polémica. Feytor Pinto mantém-se no cargo logo após o 25 de Abril, a pedido do Major Mariz Fernandes, “confrontado com uma situação que não sabia como controlar”. Depois, tem “um bom relacionamento” com o Ministro Raul Rêgo, que lhe “expressou o seu apoio”. Mas o facto de ter sido uma figura próxima de Marcelo Caetano nunca foi bem visto no Ministério, sendo motivo de uma conversa privada com o Primeiro-ministro:

“A razão por que me chamara era para prevenir-me que «eles», sempre «eles», me queriam prender, dizendo que andava a conspirar, mudando constantemente de carro, pelo que deveria ter cuidado. Naturalmente, expliquei-lhe que mudava de carro pois ao fim do dia retomava o meu carro pessoal, deixando o transporte do Estado em que me deslocava, mas que passaria a ter cuidado”<sup>362</sup>.

A verdade é que, de um governo que dura apenas 57 dias e que, na análise de António José Telo, “não conseguiu encontrar uma coesão, pela falta de uma política conjunta ou de liderança” e em que os ministros seguiram “estratégias partidárias da sua simpatia”<sup>363</sup>, desconhece-se grande actividade do MCS além do início dos trabalhos da Comissão *ad hoc* para os média, que, na verdade, dependia da JSN e de escolha ou aprovação de nomes para direcções e administrações de jornais.

Após a crise governamental provocada pela demissão de Palma Carlos, com o qual se solidarizaram os ministros Sá Carneiro, Vasco Vieira de Almeida, Firmino Miguel e Magalhães Mota, vários nomes são aventados para a pasta da comunicação social, entre os quais os do Comandante Correia Jesuíno e do Coronel Infante, que integraram a já referida Comissão *ad hoc*, e do Major Sanches Osório. Será este último – por recomendação do Presidente da República - a tomar posse com os restantes ministros e o novo Primeiro-ministro (Vasco Gonçalves) do II Governo Provisório, a 17 de Julho. Próximo de Spínola e tendo participado desde as reuniões iniciais do

---

<sup>361</sup> *Diário de Lisboa*, 25 de Junho de 1974.

<sup>362</sup> Pedro Feytor Pinto, *Na Sombra do...* *Op. Cit.*, pp. 273-274, 276.

<sup>363</sup> António José Telo, “I Governo Provisório”. In *Dicionário de História...* *Op. Cit.* Vol. 4., p. 271.

Movimento dos Capitães, o novo Ministro da Comunicação Social é, na verdade, a “única consolação do Presidente da República na formação de um Executivo que reflectia a sua importante perda de poder”<sup>364</sup>. De imediato, retoma uma medida há muito anunciada, destacando, com uma das suas principais preocupações, “a promulgação da Lei de Imprensa, que acha indispensável para que o país possa enveredar pelo caminho da democratização”<sup>365</sup>.

Sanches Osório terá de lidar, desde logo, com o afastamento de Feytor Pinto:

“O Ministro Raul Rêgo, no último dia do seu Ministério, demitiu o Dr. Feytor Pinto. Quando eu tomei posse do Ministério deixado pelo Dr. Raul Rêgo entendi que devia manter o Dr. Feytor Pinto nas suas funções. E entendi isso porque se tratava de um funcionário muito competente e a razão apresentada pelo Dr. Raul Rêgo era para mim insuficiente”<sup>366</sup>.

Porém, a contestação à permanência do director de serviços continuava, como o próprio recorda: “a minha secretária, Maria do Rosário, telefonou-me assustada, pedindo-me para não ir para o Palácio Foz pois as paredes estavam pintadas com o meu nome dizendo que eu tinha sido «saneado» mas que continuava e acrescentando que «Sanches Osório é igual a Feytor Pinto»”<sup>367</sup>. Perante este cenário, pede a demissão. Para o seu lugar é escolhido Carlos Teixeira da Mota, enquanto o Capitão-de-fragata Carlos Montez é o novo director-geral da Informação. Em Agosto, é criado o cargo de Subsecretário de Estado da Comunicação Social, para o qual é designado o Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Luís de Barros.

Em Agosto, a equipa ministerial dá conta de que, além dos trabalhos de preparação da Lei de Imprensa, cuja Comissão de trabalho é nomeada no dia 12, avançava-se no saneamento e reorganização do Ministério e no estudo de uma eventual criação de um fundo especial de publicações de “obras de iniciação política, de carácter pedagógico e didáctico e outras”. Sanches Osório revelava-se ainda um acérrimo defensor do cumprimento das leis e do respeito pelas instituições, numa altura em que surgiam casos de decisões tomadas, por exemplo, em assembleias de trabalhadores. “Que o governo se exponha a críticas e dê ocasião ao Povo de apreciar a maneira como exerce a autoridade, é uma coisa. Outra, completamente diferente é o repúdio da

---

<sup>364</sup> António José Telo, “II Governo Provisório”. In *Dicionário de História...* Op. Cit. Vol. 4., p. 275.

<sup>365</sup> *Diário de Lisboa*, 18 de Julho de 1974.

<sup>366</sup> Sanches Osório, *O Equívoco...* Op. Cit., p. 74.

<sup>367</sup> Pedro Feytor Pinto, *Na Sombra do...* Op. Cit., pp. 279-280.

autoridade enquanto tal”. Quanto às linhas de acção para o sector da Informação, é cauteloso, dizendo apenas que “terão de ser colhidas no Programa do MFA e no espírito que presidiu à sua elaboração. São elas a isenção e o pluralismo”<sup>368</sup>.

O Ministro mostrava-se desagradado com a “escalada para a conquista dos meios de informação pelo Partido Comunista”, opondo-se a ela através de “várias soluções mas todas elas tinham necessidade de uma base comum: a autoridade do governo”. A sua estratégia passava por colocar figuras de direita no seu Ministério, para fazerem frente ao PCP:

“(…) procurando uma aliança partidária que considere indispensável, propus a criação de um cargo de Subsecretário de Estado da Comunicação Social com a finalidade de convidar o Partido Popular Democrático a indicar-me um nome para o seu preenchimento. (...) Com mágoa o digo, mas não foi possível porque, mais uma vez, as pessoas não realizaram o que de facto se estava a passar no país. (...) Fazia-se demasiado jogo partidário e pessoal o que dava enorme vantagem aos comunistas disciplinados e motivados”<sup>369</sup>.

Os acontecimentos de 28 de Setembro vão ditar a saída de Sanches Osório do governo. “Considero que o pluralismo político que está na letra e no espírito do Programa do MFA não está a ser respeitado”, lia-se no texto do pedido de demissão do Ministro<sup>370</sup>.

No III Governo Provisório, que toma posse a 30 de Setembro, caberá ao Major Vítor Alves, Ministro sem pasta, assegurar a gestão do Ministério da Comunicação Social e, em concreto, a fase final dos trabalhos da Lei de Imprensa. Mas apenas por cinco meses, já que o Comandante Jorge Correia Jesuíno<sup>371</sup> assume funções a 24 de Fevereiro de 1975. Descrito como uma “pessoa muito culta”, de “prestígio na Armada e noutros sectores” e um “dos mais directos e importantes colaboradores” do Almirante Rosa Coutinho, governador de Angola<sup>372</sup>, mantém-se como Ministro até ao V Governo Provisório. Quanto ao seu posicionamento ideológico à época, assume ter feito parte

---

<sup>368</sup> Conferência de Imprensa de Sanches Osório, 8 de Agosto de 1974, Arq. RTP.

<sup>369</sup> Sanches Osório, *O Equívoco... Op. Cit.*, p. 124.

<sup>370</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 117.

<sup>371</sup> Formado em Filosofia e Ciências Pedagógicas, ex-Secretário de Estado da Comunicação Social em Angola.

<sup>372</sup> *Diário de Lisboa*, 20 de Fevereiro de 1975; *Diário de Notícias*, 20 de Fevereiro de 1975.



“da chamada facção gonçalvista” do MFA<sup>373</sup>. Refira-se que, ainda que se reconheça uma proximidade de ideias entre «gonçalvistas» e o PCP, nunca se provou a existência de uma ligação partidária entre ambos.

### Quadro 9 – Principais cargos do Ministério da Comunicação Social

	Ministro da Comunicação Social	Secretário de Estado da Comunicação Social	Subsecretário de Estado da Comunicação Social	Director-geral da Informação	Director de Serviços de Informação
<b>I Governo Provisório</b>	Raul Rêgo	N/A	N/A	Sanches Osório**	Pedro Feytor Pinto
<b>II Governo Provisório</b>	Sanches Osório** (até 30/9/74*); Correia Jesuíno** (a partir de 24/2/75)	Guilherme Conceição e Silva** (a partir de 2/10/74 até 24/2/75)	Luís de Barros	Rui Montez** (a partir de 24/2/75)	Carlos Teixeira da Mota
<b>III Governo Provisório</b>	Correia Jesuíno**	N/A	N/A	Rui Montez**	Carlos Teixeira da Mota
<b>IV Governo Provisório</b>	Correia Jesuíno**	N/A	N/A	Rui Montez**	Carlos Teixeira da Mota (até 1/5/75)
<b>V Governo Provisório</b>	Correia Jesuíno**	N/A	N/A	Rui Montez**	N/A
<b>VI Governo Provisório</b>	António Almeida Santos	Ferreira da Cunha**	N/A	N/A	N/A

**Fonte:** Relatório do Conselho de Imprensa, 1979 e imprensa.

\*A partir de 3/10/1974, o Primeiro-ministro delega no Ministro sem Pasta Vítor Alves a pasta da Comunicação Social. \*\* Militar.

Ao tomar posse, Correia Jesuíno rompe com o discurso que vinha a ser feito sobre os média, nomeadamente pelo seu antecessor, deixando expressa a ideia de que a falta de isenção apontada aos órgãos de Informação carecia de fundamento:

“Sobre o problema da informação em Portugal gostaria aqui de frisar que tenho notado uma certa ligeireza na condenação dirigida aos órgãos de comunicação social, acusados de partidarismo, juízo que poderá até ser correcto mas que raramente tem sido apoiado em factos concretos e análises bem documentadas. Julgo oportuno alertar para este equívoco (...)”<sup>374</sup>.

O próprio Presidente da República, ao conferir posse a Correia Jesuíno, revela uma visão bem diferente da do agora Ministro, afirmando que “a Informação não tem

<sup>373</sup> Entrevista de Jorge Correia Jesuíno a Sara Ribeiro. Cf. Sara Ribeiro, *O Caso República no contexto político-militar de 1975*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Lisboa: ISCTE, 2013, p. VIII.

<sup>374</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 25 de Fevereiro de 1975.

tido as características de isenção e de abertura completa e franca”. Por isso, prevê um trabalho difícil para o novo membro do Executivo:

“(…) vai ter de enfrentar graves e complexos problemas porque estamos numa altura em que a informação é essencial ao nosso país e eu estou convencido que se ela não for dirigida com muito senso, com muita isenção e com muita inteligência, pois esses problemas que hoje já temos serão muito mais agudizados”<sup>375</sup>.

Costa Gomes deixava, assim, no seu discurso, um pedido de equilíbrio para o comando de um sector cada vez mais desestabilizado. Numa altura em que os casos *República* e Rádio Renascença, bem como outros problemas já identificados neste trabalho, faziam com que a comunicação social fosse um tema “quente” da agenda política, as posições do Ministro Jesuíno mantêm-se no sentido de relativizar os ataques feitos às tentativas de controlo dos média, não deixando, porém, de levantar a ideia de que poderá existir um aproveitamento político dessa questão:

“o que me interessa é pois o conteúdo e não as pessoas que fazem as considerações. Há portanto que analisar bem se não tem havido até uma exploração intencional, pretendendo fazer crer que a imprensa portuguesa está a ser no seu conjunto manipulada por determinado partido que torna a situação asfixiante. E muito mais quando não são produzidas provas”<sup>376</sup>.

Correia Jesuíno defendia também a descentralização do sector da Informação, com o objectivo de acabar com a hegemonia de jornais em Lisboa e no Porto, um pouco à semelhança do que se pretendia para outros sectores da sociedade portuguesa. A Dominique Pouchin, do *Le Monde*, o Ministro concretiza, de forma clara, o que desde o início tinha vindo a aflorar. “Não, o Partido Comunista não controla a Imprensa em Portugal. Ele tem o seu próprio jornal: o *Avante*”, afirma. E que actuação desejaria Jesuíno para a Imprensa? A resposta é, também ela, clara e prende-se com uma certa visão da Informação “ao serviço da Revolução”, isto é, ainda que, porventura, “crítica”, o que se pretendia é que fosse dada cobertura aos principais princípios do governo, seguindo-os:

---

<sup>375</sup> Cerimónia de tomada de posse dos Ministros da Defesa e da Comunicação Social, 24/2/1975, Arq. RTP.

<sup>376</sup> *Expresso*, 24 de Maio de 1975.

“Ela deve ter plenamente no espírito as prioridades do governo. Fazer uma verdadeira política da informação, hoje, em Portugal, é responder às prioridades do governo. «Seguidismo» podereis dizer. Talvez, mas um «seguidismo» inteligente, que não hesita em criticar (...). Informar actualmente é, por exemplo, mobilizar os meios de comunicação para que a batalha de produção seja compreendida”<sup>377</sup>.

Ao *Nouvel Observateur*, Jesuíno anuncia algumas medidas para a imprensa – redução do número de jornais, das suas páginas, etc. – avançando com propostas bem mais polémicas. “No que se refere à política redaccional, talvez tenhamos que pôr militares nas redacções”, pensando “ser necessário que exista um jornal do MFA”. Finalmente, note-se a curiosa descrição feita por Dominique Pouchin acerca da postura e posicionamento ideológico de Jesuíno:

“Nacionalista até nas menores reacções, convicto da missão libertadora e progressista do MFA, é sem dúvida uma das «cabeças pensantes» do Movimento. Explica-nos, com uma franqueza por vezes desconcertante, a política que os militares intentam praticar no domínio da informação”<sup>378</sup>.

Essa política, era, no fundo, sintetizada num ensaio que o próprio Correia Jesuíno apresentara no Conselho de Informação dois meses antes. Ali se expõe a ideia de que “a informação é uma arma revolucionária” e que, perante a “deficiente qualidade dos jornalistas na sua generalidade”, seria necessário “reinventar métodos para que o tom geral da informação seja coerente com o programa do MFA, apoie a acção do governo mesmo criticando, dentro do conceito de crítica que aceitamos”. Uma concepção de jornalismo fora dos preceitos de isenção e neutralidade possível e próxima da intervenção e da participação activa na defesa de um ideal, neste caso o “revolucionário”, aqui entendido como o posicionamento da facção político-militar identificada com o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Também neste campo, a “legitimidade revolucionária” era utilizada para justificar um certo comportamento de jornais e jornalistas muito mais próximo das técnicas de propaganda do que do respeito pelos princípios jornalísticos. Uma outra passagem do texto reforça esta nossa interpretação:

---

<sup>377</sup> *Diário de Notícias*, 30 de Junho de 1975.

<sup>378</sup> *Idem*.

“A missão da informação não é relatar mas sim participar construtivamente com as armas de que dispõe. Portanto num processo revolucionário claramente colocado ao serviço do Povo, a informação do estado deverá servir o processo e ser servida por revolucionários conscientes das suas responsabilidades e não será acusada de ser alienante ou ditatorial.

Tem de ser crítica do processo, ter que o interpretar mas não o deve atacar”<sup>379</sup>.

Quanto à imprensa privada, na impossibilidade de agir directamente sobre ela, propunha-se outro tipo de acesso tendo em vista a concretização do mesmo objectivo – o seu controlo:

“ (...) pode ser influenciada e assim controlada indirectamente, através duma política global de esclarecimento nos órgãos de Estado, que dê a tónica de informação, crie novos padrões de vida, reedue os gostos, pois estes são os de maior e mais importante audiência, assim marginalizando a médio prazo a imprensa irresponsável que não se adapte às novas necessidades do informado, necessidades estas criadas pela imprensa nacionalizada”<sup>380</sup>.

O IV governo chegará ao fim nas circunstâncias que já abordámos – a saída dos Ministros do PS e do PPD na sequência do caso *República* -, não sem antes assistir ao “arranque do período mais intenso da grande e multifacetada vaga de resistência à deriva comunista, conducente ao completo isolamento de Vasco Gonçalves em cerca de três meses”<sup>381</sup>. O mais provisório dos governos provisórios (o V) forma-se a 8 de Agosto, mas não terá força sequer para levar a bom porto propostas de leis de “repressão administrativa” sobre os média (de que falaremos no ponto 4.5.). Apesar de circularem boatos sobre uma possível mudança de Correia Jesuino para os Negócios Estrangeiros, enquanto Ramiro Correia ou o capitão Graça e Cunha assumiam a comunicação social, tal não se verificará<sup>382</sup>.

---

<sup>379</sup> Esboço para uma definição de uma política para a Informação em Portugal num processo histórico revolucionário, Abril 1975. Acta da reunião do Conselho de Informação de 9/04/1975. Pasta Conselho de Informação - Agenda 1975. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>380</sup> Refere ainda: “Quanto à sua responsabilização perante o público, legislação adequada providenciará quanto a este assunto, punindo através dos tribunais competentes criados ou a criar as agressões infundadas a pessoas individuais ou colectivas, ou aos valores essenciais da Pátria portuguesa”. Cf. Esboço para uma definição de uma política para a Informação em Portugal num processo histórico revolucionário, Abril 1975. Acta da reunião do Conselho de Informação de 9/04/1975. Pasta Conselho de Informação - Agenda 1975. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>381</sup> José António Telo, “V Governo Provisório”. In *Dicionário de História... Op. Cit.* Vol. 4., p.291.

<sup>382</sup> *Diário de Lisboa*, 6 de Agosto de 1975.

No final do mês, quando era já evidente a queda do Executivo, um comunicado do Presidente da República traçava um panorama desolador da comunicação social portuguesa: “Verifica-se que, na generalidade, a informação falada e escrita tem contribuído, grandemente, para o agravamento das tensões políticas hoje vividas no país, pondo em risco a sobrevivência da própria revolução”<sup>383</sup>. Correia Jesuino, recordando o tempo do Executivo, defende que o seu principal problema não era a sua linha ideológica maioritária, mas sim o facto de não conseguir garantir estabilidade:

“Falava-se muito do V governo por ser um governo pró-comunista. Muito pior do que ser pró-comunista, é que não havia, de facto, liderança. Vivíamos numa situação de descomando. O governo não tinha força sobre os militares, sobre o real poder militar que era o Otelo”.

Talvez por isso, recorde que, entre os inúmeros problemas que teve de enfrentar, com particular destaque para o caso *República*, chegou a pensar demitir-se. “Não me demiti por causa daquela coisa dos militares, que estão muito condicionados para a lealdade e obediência”, afirma<sup>384</sup>. Artur Portela Filho, nas páginas do *Jornal Novo*, chegara inclusivamente a considerar Jesuino um “erro político”<sup>385</sup>.

Com o afastamento de Vasco Gonçalves da cena política, algumas figuras que lhe eram próximas (como Correia Jesuino) também abandonam o governo. Vivia-se, então, um momento de impasse com difíceis negociações para a formação de um novo Executivo. “Ninguém quer as pastas quentes”, colocava o *Diário de Lisboa* em manchete, referindo-se, entre outras, à da comunicação social. Multiplicam-se as reuniões negociais com o Presidente da República e o Primeiro-ministro, tendo, quanto à Informação, contado com a participação de representantes dos três principais partidos: Alberto Arons de Carvalho (PS), Francisco Pinto Balsemão (PPD) e Miguel Urbano Rodrigues (PCP)<sup>386</sup>.

A 1 de Setembro era dada como certa a substituição de Vasco Gonçalves pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, sendo a sua constituição baseada nos resultados das eleições à Assembleia Constituinte<sup>387</sup>. A 15, questionava a imprensa: “Quem quer a

---

<sup>383</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 28 de Agosto de 1975.

<sup>384</sup> Entrevista de Jorge Correia Jesuino a Sara Ribeiro. Cf. Sara Ribeiro, *O Caso República... Op. Cit.*, p. IX.

<sup>385</sup> *Jornal Novo*, 11 de Agosto de 1975.

<sup>386</sup> *Expresso*, 13 de Setembro de 1975.

<sup>387</sup> *Diário de Notícias*, 1 de Setembro de 1975.

pasta da comunicação social?”<sup>388</sup>. Era mais do que evidente que se tratava de uma das pastas mais difíceis de gerir, porque no centro dos problemas com ele relacionados estava o duríssimo confronto entre PS e PCP. O Comandante Ramiro Correia, delegado de Pinheiro de Azevedo para o sector dos média, foi um dos nomes avançados para o cargo, à semelhança do Major Loureiro dos Santos, algo que não se vem a confirmar.

Para surpresa de muitos, a 19 de Setembro é António Almeida Santos quem assume a referida pasta “quente”, quando o programa do governo já tinha sido apresentado publicamente e, no que respeita à Informação, anunciava apenas “assegurar o pluralismo nos meios de comunicação social dependentes do Estado”. Antigo Ministro da Coordenação Interterritorial (excepto no V Governo Provisório), um civil independente que se encontrava em missão diplomática em Timor, Almeida Santos não esconde, pouco depois, a falta de entusiasmo perante o desafio que lhe era agora colocado, descrito como “um sacrifício necessário à solução da crise política”:

“Logicamente, ninguém queria este lugar. Eu muito menos, já que para ele me não considerava particularmente vocacionado e apto. Parece que só um independente poderia ser aceite pelos três partidos da coligação (perdão, da união). As dificuldades tentam-me. Os desafios atraem-se. Um pouco por isso, um pouco porque era preciso sem demora um VI Governo (talvez o último em termos de normalidade constitucional) e sobretudo porque, não sei por que bulas, parece que a aceitação por mim deste lugar era condição de termos governo, deixei-me crucificar”<sup>389</sup>.

Prometendo “uma maior dinâmica no Ministério”, a começar pelo estabelecimento de “contactos frequentes com os directores e chefes de redacção dos jornais diários e semanários”<sup>390</sup>, a acção do novo ministro não escapará a críticas. Nas páginas do *Diário de Notícias*, por exemplo, Mário Ventura Henriques chega a pedir a sua demissão<sup>391</sup>. Recordando os meses em que dirigiu a pasta, Almeida Santos descrevo-os de forma muito negativa e refere-se aos obstáculos que teve de enfrentar:

“o sector da comunicação social era um verdadeiro inferno. Controlado até ao exagero pela vanguarda revolucionária, começou por considerar-me um corpo estranho e ensaiou a minha rejeição. (...) Mas, entre sequestros, comunicados hostis e convites dos jornalistas para

---

<sup>388</sup> *Diário de Lisboa*, 15 de Setembro de 1975.

<sup>389</sup> *Jornal Novo*, 13 de Outubro de 1975.

<sup>390</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 25 de Setembro de 1975.

<sup>391</sup> *Diário de Notícias*, 6 de Novembro de 1975.

diálogos semanais com o propósito, que consegui frustrar, de me espalharem ao comprido, consegui aguentar, tant bien que mal, até ao 25 de Novembro”<sup>392</sup>.

Em concreto, o antigo ministro menciona os contactos com jornalistas, deixando no ar a ideia de que as discussões nem sempre terão sido propriamente fáceis:

“Recordo os diálogos semanais com os jornalistas. Tive de enfrentar, com o pouco que do assunto sabia, jornalistas inteligentes e até ardilosos. Os que mais dificuldades me criaram foram o José Saramago e o Artur Portela. Que brilhantes sofistas!...”<sup>393</sup>.

Durante o mês de Setembro, face aos problemas e conflitos que envolviam a Informação e opunham PS e PCP, os dois partidos iniciam conversações, mediadas por Ramiro Correia, tendo em vista, senão a resolução, pelo menos a pacificação deste foco de instabilidade entre ambos, que há muito durava. Em cima da mesa estava, entre outras, a proposta de criação de uma Comissão interpartidária a funcionar junto do Ministério da Comunicação Social<sup>394</sup>, mas esta última tentativa cai por terra, não se chegando a nenhum acordo. Em Novembro, uma nova polémica vai abalar o Ministério de Almeida Santos, com os seus trabalhadores a contestarem a permanência em funções do Secretário de Estado Ferreira da Cunha, acusado de ter colaborado com o Centro de Documentação Internacional, organismo ligado à PIDE/DGS<sup>395</sup>.

Em suma, é possível concluir que a preocupação com os meios de comunicação social esteve muito presente em discursos das principais figuras do Estado. O Presidente da República Costa Gomes, os Primeiro-ministros Palma Carlos e Vasco Gonçalves, entre outros, não deixaram de se manifestar cautelosos quanto à acção dos média, não raras vezes criticando-os. É evidente o protagonismo que lhe concediam e a consciência quanto ao seu relevante papel no processo revolucionário em curso. Se os profissionais da Imprensa estavam ainda a adaptar-se ao exercício do jornalismo em liberdade, cometendo, por vezes, excessos, também as figuras político-militares teriam de conviver com essa realidade.

---

<sup>392</sup> António Almeida Santos, *Quase Memórias. Do Colonialismo e da Descolonização*. I Vol. Lisboa: Casa das Letras, 2006, p. 478.

<sup>393</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 479.

<sup>394</sup> *Expresso*, 20 de Setembro de 1975.

<sup>395</sup> Cf., por exemplo, *Diário Popular*, 10 de Outubro de 1975; *República*, 3 de Novembro de 1975; *Diário de Notícias*, 6 de Novembro de 1975; *Expresso*, 8 de Novembro de 1975.

Também os quatro ministros da comunicação social que integravam os governos provisórios – excepto o primeiro, Raul Rêgo, os outros não vinham do “mundo” dos jornais – viveram “debaixo de fogo” nestes meses, confrontados com um sector agitadíssimo e com grande capacidade de mobilização. Correia Jesuíno parece ser o que maior polémica suscitou, governando num período particularmente “quente”, em que, porventura, a sua falta de sensibilidade para enfrentar questões relacionadas com a “liberdade de Imprensa” acabou por marcar, negativamente, a sua acção. Por outro lado, Almeida Santos, sofrerá ampla contestação devido aos projectos de reestruturação da Imprensa que tentará leva a cabo, já depois do 25 de Novembro<sup>396</sup>.

Os limites da acção do Poder sobre os média não estavam ainda totalmente definidos e regulamentados e, também por isso, pareciam inevitáveis, nesta fase da revolução, os conflitos e a troca de comentários críticos. Em ambos os lados, existiram atitudes e propostas radicais, próprias do contexto, que só o caminho para a consolidação democrática poderia clarificar e, em alguns casos, travar.

#### **4.3. Linhas de acção de um sector agitadíssimo**

Tendo em conta os pouquíssimos dados disponíveis, é impossível efectuar, com rigor, um balanço da actividade do MCS ao longo dos meses revolucionários. É certo que o poder decisório dos Ministros – e dos governos provisórios – é bem menor do que o que possamos supor, desde logo porque os órgãos militares têm, de facto, preponderância. A este respeito, referindo-se ao IV governo, António Telo lembra que “os Governos Provisórios, que o Programa do MFA tinha transformado no centro do «poder civil», eram colocados de lado, sendo as reformas de fundo aprovadas pelo MFA e pelo recentemente formado CR”<sup>397</sup>. No caso concreto da comunicação social, além das posições dos Ministros e de figuras como o Presidente da República ou o Primeiro-ministro relativamente a este sector, e que tentámos evidenciar, podemos destacar algumas linhas de acção deste período:

---

<sup>396</sup> Cf. *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 80-82.

<sup>397</sup> António José Telo, “IV Governo Provisório”. In *Dicionário de História... Op. Cit.*, p. 284.



- a nomeação de administradores e directores para alguns órgãos de comunicação social;
- a preparação e aprovação da Lei de Imprensa;
- os apoios financeiros prestados aos órgãos de comunicação social dependentes do Estado;
- a preparação da reestruturação da Imprensa;
- as tentativas de resolução de conflitos em órgãos de comunicação, seguindo o preceituado na Lei de Imprensa (por ex. caso *República*);
- o desenvolvimento de um programa de aplicação imediata para a imprensa estatizada;
- o desenvolvimento de legislação no sentido de controlar conteúdos jornalísticos (Projecto Jesuíno);
- a reorganização/saneamento do Ministério da Comunicação Social.

Refira-se duas das questões mencionadas (as restantes já foram analisadas ou serão nas próximas partes deste estudo): o programa de aplicação imediata para a imprensa nacionalizada e a reorganização/saneamento do MCS.

Quanto à primeira, deriva da já apontada crise no sector da Imprensa e da necessidade de fazer face aos seus prejuízos e descontentamento dos trabalhadores. A 19 de Junho, uma circular do MCS dá precisamente conta da necessidade de se “preparar uma Campanha Nacional de Austeridade”, transversal a todos os ministérios, “cuja principal finalidade é informar e preparar o público para as medidas a adoptar”<sup>398</sup>. Estudados os problemas da comunicação social, em Julho, o Ministro avança com soluções concretas: os jornais estatizados passam a ter entre 12 e, no máximo, 20 páginas; beneficiam de um subsídio a cada jornal no valor de 30% sobre o total despendido em papel; devem assegurar entre 9 e 15 páginas de “informação útil”, etc<sup>399</sup>. Um mês depois, novas medidas de “alta sensibilidade”, são propostas, como a “redução de todos os vencimentos para os valores mínimos dos CCT em vigor” ou a “obrigatoriedade de reforma imediata para todos os profissionais abrangidos pela previdência com mais de 65 anos”. Com um carácter político, salientam-se medidas como a necessidade de um “estudo de revisão da Lei de Imprensa” e a

---

<sup>398</sup> Circular Nº 433-GAB, da Direcção dos Serviços de Informação do Ministério da Comunicação Social, 19/06/1975. Pasta Circulares/Notas de Serviço 1974-1982. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>399</sup> Decreto-lei s/n, de 21/07/1975, do Ministério da Comunicação Social. Secretaria-geral da PCM. Arq. da Presidência do Conselho de Ministros.

“institucionalização imediata de Comissões de Trabalhadores para o Controlo da Produção”<sup>400</sup>.

Numa altura em que se aproximava a queda do último governo de Vasco Gonçalves, Correia Jesuino apresenta as derradeiras medidas revolucionárias. Polémicas, como se compreende, já que significavam não só alterações na organização dos jornais mas também nas condições, designadamente remuneratórias, dos trabalhadores. Por outro lado, há também um avanço no que respeita ao ensino do Jornalismo, sendo finalmente aprovado o decreto-lei que promove a criação do Instituto Português de Comunicação Social<sup>401</sup>.

Finalmente, no que diz respeito à reorganização do MCS, é o saneamento dos seus funcionários que, desde os primeiros meses da revolução, figura como uma das suas principais preocupações, acompanhando o processo de saneamento do funcionalismo público. Depois de, em Julho, ter sido criado o diploma que regulamenta o processo de saneamento e define, em concreto, os tipos de punições a aplicar e a criação de uma Comissão Interministerial de Reclassificação<sup>402</sup>, no mês seguinte são apresentadas as suas prioridades e definidas as medidas a considerar nos processos (aposentação compulsiva, demissão e transferência) e os seus fundamentos. Neste campo, a Comunicação Social tem particular destaque, pois o seu ministério figura em primeiro lugar na ordem de prioridades, logo seguido da Economia e da Educação e Cultura<sup>403</sup>. Segundo o planeamento, os trabalhos deveriam iniciar-se de imediato, o que leva à nomeação, no dia 20, dos três elementos do Ministério que farão parte da Comissão Ministerial de Inquérito para o Saneamento e Reclassificação<sup>404</sup>.

De acordo com as declarações então proferidas por Sanches Osório, havia que afastar completamente o que restara do organismo herdado da ditadura. Solicitando “espírito de justiça” à Comissão de Saneamento, o Ministro deixava ainda no ar eventuais problemas entre os funcionários do ministério, dirigindo-lhes também um pedido:

---

<sup>400</sup> Ofício-circular nº 147/75, 23/08/1975. Secretaria-geral da PCM. Arq. da Presidência do Conselho de Ministros.

<sup>401</sup> Decreto-lei s/n, de 14/08/1975, dos Ministérios da Comunicação Social, Educação e Investigação Científica, Finanças e Trabalho. Arq. da Presidência do Conselho de Ministros.

<sup>402</sup> Decreto-lei Nº 277/74 de 25 de Junho de 1974.

<sup>403</sup> Critérios gerais de aplicação das medidas previstas no Decreto-lei nº 277/74, da Comissão Interministerial de Reclassificação. Arq. da Presidência do Conselho de Ministros.

<sup>404</sup> *Diário de Notícias*, 21 de Agosto de 1974. Os três elementos foram: Sebastião José de Sousa Diniz, chefe da Repartição de Estudos e Publicações da Direcção-geral da Informação; Augusto Neves Pinto, dos Serviços Jurídicos da Secretaria Geral e Irene Costa Fernandes Calado, da Secção do Teatro, Música e Bailado, da Direcção-geral da Cultura Popular e Espectáculos.

“acabem, se algumas vezes existiram aqui, com vinganças pessoais: que tenhamos todos uma consciência nítida dos nossos deveres e que deixemos a Comissão trabalhar com inteira isenção, com espírito de justiça, sem pressões”<sup>405</sup>.

Os saneamentos no MCS eram, de facto, vistos como uma espécie de desígnio, na linha das prioridades definidas pela CIR. Só assim se entende as declarações do Ministro que, um mês depois, vê necessidade de explicar a forma como estava a decorrer o processo no MCS, dando azo a especulações acerca da existência de problemas. Revela, também, alguma dureza no discurso e exigência nos trabalhos: “o processo de saneamento deve fazer-se sem tibieza, com verdade, serenidade, objectividade e isenção de motivações pessoais”<sup>406</sup>.

Em Novembro, numa altura em que há já processos a decorrer, uma Ordem de Serviço ministerial é clara quanto aos funcionários que “tenham sido ou venham a ser objecto de medidas” pela Comissão de Saneamento, devendo estes “abster-se de entrar e permanecer em quaisquer instalações” do Palácio Foz. Prevê-se ainda “medidas disciplinares” para quem facilitar o acesso a esses funcionários<sup>407</sup>. Em paralelo, são definidos critérios para todos os funcionários do MCS - em termos de regime de faltas, licenças, exonerações, horários, etc. – considerando que o sistema de funcionamento dos serviços se encontrava “há muito ultrapassado e consequentemente de notória ineficácia”<sup>408</sup>.

Depois de meses de trabalho, no início de Fevereiro a CIR torna público o relatório com a situação dos processos de saneamento até Dezembro de 1974. Perante as exigências de punição, “os dados são desoladores”, sendo “indiscutível que o processo legal de saneamento foi lento e pouco eficaz”, embora muitos «saneamentos selvagens» decorram em paralelo<sup>409</sup>. Apenas 8,8% do total de processos instaurados encontravam-se concluídos. Salientavam-se as limitações da lei e as dificuldades em obter informações da Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS e outras organizações, como razões para os resultados insuficientes. Ainda assim, é possível concluir que realmente o

---

<sup>405</sup> *Diário de Notícias*, 28 de Agosto de 1974.

<sup>406</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 23 de Setembro de 1974.

<sup>407</sup> Ordem de serviço nº 5/74, 5/11/1974. Pasta Circulares/Notas de Serviço 1974-1982. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>408</sup> Circular de 7/01/1975, do grupo de trabalho para a mecanização dos vencimentos do MCS. Pasta Circulares 1976-1985. Depósito do Pendão/ GMCS.

<sup>409</sup> Maria Inácia Rezola, “Justiça e Transição...”, *Op. Cit.*, p. 184.

MCS é o ministério com menos funcionários com processos instaurados. De um total de 610, apenas 29 funcionários foram visados e, destes, 12 processos encontravam-se concluídos (11 submetidos a despacho ministerial e um remetido à CIR)<sup>410</sup>. Nos meses seguintes, o MCS preocupar-se-á em reunir também informações acerca de funcionários que tinham ou não integrado os serviços de censura, até a pedido de outros ministérios, sendo nomeada uma Comissão para a análise dos documentos da Censura<sup>411</sup>.

Não dispomos de dados oficiais a partir de então, mas, em termos gerais, de acordo com António Costa Pinto, “entre Março e Novembro de 1975, o número de afastamentos e suspensões deve ter aumentado significativamente”. Depois disso, nova legislação foi produzida, “as comissões de saneamento foram dissolvidas e foi criada uma comissão de reabilitação”<sup>412</sup>.

Efectivamente, a acção do MCS ao longo do período revolucionário vai ser pautada, em grande medida, pelas questões internas que evidenciámos – a procura de respostas para a grave crise que afectava o sector, o complexo e polémico processo de reorganização e saneamento, a intervenção em vários casos que envolveram os órgãos de comunicação social, etc. Apesar de serem relativamente conhecidas diferentes visões dos quatro ministros para o sector, correndo o risco de simplificar demasiado, diríamos que a sua acção foi mais num sentido de “resposta a problemas” que foram surgindo e de controlar os média do que de, efectivamente, pensar uma política para o sector da Informação num novo regime.

É certo que o ritmo dos acontecimentos, que se traduz, por vezes, em mudanças de orientação política não facilitava a definição de estratégias estruturadas. Acresce as inúmeras pressões que este sector sofria – de partidos políticos, de militares e de outros organismos – criando-se barreiras, resistências e focos de conflito difíceis de ultrapassar. Como agir e pensar um novo papel para a comunicação social num momento em que, por todo o lado, se reclamava maior protagonismo mediático? Em que muitas das forças em presença definiam, elas próprias, estratégias nesse campo, tendo mais força do que o governo para as executar? Em que os próprios governantes faziam parte de facções político-militares diferentes, cada um defendendo uma linha política distinta?

---

<sup>410</sup> Proporcionalmente, outros ministérios, com um número de funcionários muito maior, têm muito menos processos instaurados e concluídos. Relatório - situação do processo de saneamento em 31 de Janeiro de 1975. Pasta: 11007.016. Arq. Fundação Mário Soares/Casa Comum.

<sup>411</sup> Ofício 14/CE, 28/05/1975, do Ministério da Economia dirigido ao Director-geral da Informação; despacho do Director-geral da Informação, 29/08/1975. Pasta C-11. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>412</sup> António Costa Pinto, “Enfrentando o legado...”, *Op. Cit.*, pp. 364 e 373.

Já nos referimos pontualmente a algumas dessas forças, destaque-se agora mais uma, a controversa actuação da 5ª Divisão do EMGFA, sobretudo no “consulado” de Vasco Gonçalves, que fora, aliás, o seu primeiro líder, ainda que não oficialmente. Tratava-se do organismo que ficaria responsável pelas “relações públicas do MFA”<sup>413</sup>. Desenvolvendo um intensíssimo trabalho, entre programas de rádio e de televisão, a produção do Boletim do MFA, as sessões de esclarecimento das populações por todo o país, entre outras, a 5ª Divisão é também vista como um órgão que “coordenava a agit-prop da ala pró-comunista do MFA”<sup>414</sup>. Corroborando esta ideia, Helena Lima defende que, da sua acção, resultaram “situações de grande instabilidade, até porque era coadjuvada pela máquina de propaganda do PCP”<sup>415</sup>. José Freire Antunes chama-lhe “oficina ideológica” defendendo que “o gonçalvismo serve-se da comunicação social e cria entre as redacções dos jornais e a 5ª Divisão um cordão umbilical”. Nesse sentido, acrescenta que, além da rádio e televisão públicas, “o *Diário de Notícias* e *O Século* desfilam um noticiário tendencioso e panfletário”<sup>416</sup>.

Perante as citadas relações entre a 5ª Divisão – e, nesta, em participlar o seu chefe no Verão de 1975, Ramiro Correia – e o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o PCP é possível percepçionar um foco de pressão sobre as políticas do Estado para a comunicação social e, em concreto, no domínio do controlo dos seus conteúdos. Como sintetiza Vasco Ribeiro

“a 5ª Divisão foi a primeira estrutura pública portuguesa num período de liberdade a desenvolver um profissional e sofisticado trabalho de comunicação política governamental, nomeadamente através da tentativa de controlo de informação interna, da tentativa de manipulação e intimidação de jornalistas, das campanhas de instrumentalização, da opinião pública, entre muitas outras”<sup>417</sup>.

Perante este tipo de estruturas organizadas, de posicionamentos e visões distintas para os média – com maior protagonismo para a visão de “instrumentalização” dos média – a estabilização do sector parecia uma tarefa impossível e as novas iniciativas do

---

<sup>413</sup> Vasco Ribeiro, “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”. In *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV Série, Vol. 4, 2014, p. 81. Cf. Ivo Veiga, *O Boletim do MFA e o Processo Revolucionário Português*. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 2008.

<sup>414</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 369.

<sup>415</sup> Helena Lima, *Os Diários Portuenses...* *Op. Cit.*, p. 173.

<sup>416</sup> José F. Antunes, *O Segredo do 25 de Novembro*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980, p. 67.

<sup>417</sup> Vasco Ribeiro, “Os primeiros passos...”, *Op. Cit.*, p. 91.

governo e do CR, designadamente em termos legislativos, para isso continuavam a contribuir.

#### 4.4. Os Conselhos de Informação e de Imprensa

No final de 1974, o ministro Vítor Alves avança com a criação de um órgão para discussão interna no MCS acerca dos problemas da área da Informação. Perante os conflitos e questões que marcavam a actualidade relativamente ao sector, o surgimento de um Conselho de Informação poderia vir a significar uma nova forma de encarar o exercício do Poder face aos média, integrando uma componente de “debate e intercâmbio de ideias entre o MCS e os órgãos de comunicação social dependentes do Estado”. Num contexto pré-*11 de Março*, o Conselho de Informação, que reunia quinzenalmente (ou extraordinariamente sempre que necessário), apoiava o Secretário de Estado da Comunicação Social, porventura porque o ministro que ficara encarregado da pasta após a demissão de Sanches Osório teria muitas outras prioridades de trabalho. O Conselho tinha, assim, as seguintes atribuições:

“a) Proceder periodicamente à análise e debate da forma como a opinião pública nacional e estrangeira vem sendo informada, especialmente em matéria de informação governamental;

b) Analisar os resultados das sondagens de opinião pública empreendidas por entidades públicas ou privadas, sempre que tais sondagens se reportem a questões relacionadas com a política de informação;

c) Identificar aspectos e problemas, específicos para os quais sejam necessárias acções concertadas e em profundidade e no sentido de neutralizar informações inexactas e tendenciosas;

d) Sugerir e programar acções concertadas de esclarecimento e mobilização da opinião pública, a serem empreendidas pelo Ministério da Comunicação Social e demais órgãos de comunicação social dependentes do Poder Público”<sup>418</sup>.

A sua composição era variada, incluindo o Secretário e o Subsecretário de Estado da Comunicação Social, directores da RTP, EN e ANI, membros da Comissão ad hoc, da 5ª Divisão, entre outros<sup>419</sup>. Ao analisarmos as actas das reuniões é possível

---

<sup>418</sup> Despacho s/n do Ministério da Comunicação Social, de 30/12/1974. Pasta Conselho de Informação – Agenda 1975. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>419</sup> Composição do Conselho de Informação: Secretário (Capitão Conceição e Silva) e o Subsecretário de Estado da Comunicação Social (Luís de Barros), os Directores-gerais da Informação (Comandante Montez) e da Cultura Popular e Espectáculos (Pinto Leite), os Presidente da administração da RTP (Major Ramalho Eanes) e da direcção da Emissora Nacional (Ten. Coronel Galvão Borges) e da ANI

perceber que existiu, de facto, um amplo debate entre os conselheiros sobre questões variadas que definiam o sistema mediático português. Em discussão, além dos problemas financeiros que afectavam o sector, as estratégias a seguir no MCS relativamente a “um programa de divulgação económico ao país”; a atuação da RTP e da Comissão *ad hoc* para os média na campanha eleitoral para a Constituinte, condições laborais dos trabalhadores, a ausência de informação no estrangeiro para os emigrantes portugueses, entre outras.

Entre as múltiplas posições partilhadas no Conselho de Informação destacamos, por um lado, algumas que dão conta de uma certa visão da Informação “ao serviço” de órgãos de Poder. Alguns exemplos: o Major Aventino (delegado do governo na SNT), defendendo que a Comissão a nomear para estudar a situação financeira da imprensa “terá que ter em vista a política do Conselho da Revolução”<sup>420</sup>, o ministro Jesuíno a realçar que “sobre todas as medidas tomadas pelo governo, a informação terá que ter um «sentido de estereoscopia» e realçar aquilo que é mais urgente e o que mais interessa sensibilizar”<sup>421</sup> ou o Comandante Montez, constatando a “necessidade de se desenvolver a nível nacional uma campanha, através dos órgãos de comunicação social, denominada «A Batalha de Produção»”<sup>422</sup>. Finalmente, uma crítica incisiva de César Oliveira, proferida no decorrer de um debate: “a imprensa portuguesa é manifestamente incapaz de relacionar factos relevantes e de avançar um comentário formativo de opinião pública”<sup>423</sup>.

O Conselho de Informação pretendia ser, de uma certa forma, um órgão consultivo do MCS, saindo dali muitas das medidas a aplicar. Os seus trabalhos decorreram sobretudo enquanto Correia Jesuíno comandou o ministério e, até pelo esboço do programa político para a Informação apresentado no Conselho pelo ministro,

---

(Villaverde Cabral) e dois membros da Comissão *ad hoc* para os média (Majores Almeida Correia e Namorado Freire). Em Fevereiro passam igualmente a integrar “elementos das Forças Armadas, designados pelo Governo para fazerem parte dos corpos gerentes das empresas públicas e privadas ligadas aos órgãos de comunicação social”. No mês seguinte, militares da dinamização central do MFA (5ª Divisão) juntam-se ao grupo: Comandante Bogonha e Capitão Paulino. Outros nomes vão surgindo ao longo do tempo, entre os quais o de José Saramago e de César Oliveira. Refira-se que apenas tivemos acesso à documentação produzida pelo Conselho entre Janeiro e Maio de 1975

<sup>420</sup> Acta da reunião do Conselho de Informação Sessão de 19/03/1975. Pasta Conselho de Informação - Agenda 1975. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>421</sup> Acta da reunião do Conselho de Informação Sessão de 15/04/1975. Pasta Conselho de Informação - Agenda 1975. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>422</sup> Acta da reunião do Conselho de Informação Sessão de 7/05/1975. Pasta Conselho de Informação - Agenda 1975. Depósito do Pendão/GMCS.

<sup>423</sup> Acta da reunião do Conselho de Informação Sessão de 23/04/1975. Pasta Conselho de Informação - Agenda 1975. Depósito do Pendão/GMCS.

é possível percepcionar um posicionamento acerca da Imprensa perfeitamente enquadrado na lógica “revolucionária” preconizada pelo sector gonçalvista.

Poder-se-á até concluir que se tratava de definir uma estratégia a ser seguida pela imprensa nacionalizada fiel aos propósitos dos governos de Vasco Gonçalves. Porém, como nota Mário Mesquita, há um grande obstáculo ao êxito dessa estratégia: “conjugar a Lei de Imprensa, de inspiração liberal, com o propósito dirigista subjacente à criação do Conselho de Informação”<sup>424</sup>. Acrescentamos ainda outro factor que tem que ver com a mobilização de uma parte dos trabalhadores que, já no «Verão quente», se opõe às políticas de informação do governo e do Conselho da Revolução – e também ao que dizem ser o controlo político de alguns jornais – vindo também a contribuir para o fracasso dessas iniciativas. Por essa ou por outras razões, o Conselho de Informação não se reunirá mais após a queda do V Governo Provisório.

No que respeita ao Conselho de Imprensa (CI), a sua criação deriva do articulado da Lei de Imprensa, aprovada em Fevereiro de 1975, que previa a “constituição de um órgão independente” a funcionar “junto do Ministério da Comunicação Social durante o período de vigência do Governo Provisório”. O Conselho não nasce de qualquer movimento do sector no sentido de considerar necessário um órgão de análise ou de avaliação da Imprensa e, muito menos, de reflexão acerca da ética e deontologia dos profissionais de Informação. Alberto Arons de Carvalho, lembra que a ideia de criar um CI “surgia muito mais como uma cópia de experiências alheias (a tradição e o prestígio do *Press Council* inglês e sobretudo o modelo de competências dos conselhos oeste-alemão e austríaco) do que como resposta a qualquer imperativo interno ou mesmo sugestão do sector”<sup>425</sup>.

Tendo sido criado neste contexto – a partir de legislação produzida por uma Comissão nomeada pelo governo – o CI ficará “estruturalmente ligado à sede do poder legislativo – a Assembleia da República – e nunca se liberta na prática de uma inédita participação na sua composição de elementos dos partidos políticos”<sup>426</sup>. Das suas competências, destaca-se a salvaguarda da liberdade de Imprensa como um imperativo face aos poderes político e económico.

---

<sup>424</sup> Mário Mesquita, “Estratégias liberais...”, *Op. Cit.*, p. 108.

<sup>425</sup> Alberto Arons de Carvalho, *Conselho de Imprensa Português: dez anos de actividade*. Trabalho de síntese para prova de competência científica, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, Lisboa, 1986, p. 6. Cf. ainda Arq. Torre do Tombo, Fundo Conselho de Imprensa, 1975-1990.

<sup>426</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 8.



Podendo receber queixas de qualquer cidadão que se encontre insatisfeito com a actuação da Imprensa, o CI inicia funções a 13 de Maio de 1975, tendo, na base, as seguintes atribuições:

- “a) Colaborar na elaboração da legislação antimonopolista prevista no Artigo 8º e acompanhar a sua execução;
- b) Emitir parecer sobre a política de informação;
- c) Pronunciar-se sobre matérias de deontologia e de respeito pelo segredo profissional;
- d) Organizar e divulgar o controlo da tiragem e difusão das publicações em termos a regulamentar;
- e) Apreciar as queixas apresentadas pelos particulares, nos termos dos números seguintes;
- f) Verificar a alteração de orientação dos periódicos, nos termos do nº 1 do Artigo 23º;
- g) Classificar as publicações periódicas para os efeitos do Artigo 3º e do nº 7 do Artigo 2º;
- h) Apreciar os recursos a que se refere o nº 2 do Artigo 18º<sup>427</sup>.

Na sua composição inicial contam-se 22 membros, que não recebem qualquer tipo de remuneração excepto sobre as deslocações dos que residiam fora de Lisboa. O juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo, Henrique Ramalho Ortigão foi o primeiro Presidente, coadjuvado por Francisco Pinto Balsemão (em representação da Imprensa não diária) e pelo Major António Freire (designado pelo MFA). Destacam-se, entre os membros do CI, os jornalistas Carlos Veiga Pereira, Manuel Silva Costa e Maria Antónia Palla; Adriano da Cunha Lucas (representante da Imprensa diária); representantes dos quatro partidos do governo (Arons de Carvalho – PS, Norberto Lopes – PPD, Armando da Silva Carvalho – PCP e Manuel de Azevedo – MDP/CDE) e membros co-optados em representação da opinião pública, como a ex-ministra (e futura Primeira-ministra) Maria de Lurdes Pintasilgo e a escritora Luísa Dacosta<sup>428</sup>.

Criado em Abril de 1975, nas 21 reuniões que ocorrem ao longo de 1975, o CI teve o complexo desafio de apreciar o «Caso *República*», reflectir sobre a revisão da Lei de Imprensa, o controlo de tiragem e a difusão de publicações, entre outros temas. Refira-se, a título meramente exemplificativo, o facto de o CI se pronunciar acerca da “Comissão de Participação Crítica” d’*O Século*, considerando que esta “pode atentar gravemente contra a liberdade de Imprensa” e ter verificado, quanto ao caso *República*,

---

<sup>427</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 126.

<sup>428</sup> Cf. Alberto Arons de Carvalho, *Conselho de Imprensa... Op. Cit.*, p. 434.

a “violação da Lei de Imprensa vigente”<sup>429</sup>. Entre as 13 queixas que recebe, várias prendem-se com a “garantia do direito de resposta, verificação da alteração de orientação dos periódicos e outras questões que contrariem aquela liberdade”<sup>430</sup>. Curiosamente, mesmo tendo sido a existência e funções do CI divulgada pela imprensa e objecto de legislação nos primeiros tempos do Conselho, “muitas queixas não lhe são directamente remetidas, sendo as outras entidades solicitadas – Ministérios da Comunicação Social e Justiça, EMGFA, Conselho da Revolução, etc – quem as envia para o CI”<sup>431</sup>.

A verdade é que, tendo desde o início ficado assente a natureza independente do CI, designadamente do governo, era necessária uma estreita articulação do Conselho com o MCS, pois cabia ao primeiro acompanhar e pronunciar-se sobre alguns dos trabalhos – e alguns dos mais importantes – do segundo. A conselheira Maria de Lurdes Pintasilgo chega mesmo a exprimir alguma “preocupação por ver este órgão transformar-se num «braço administrativo» daquele ministério”<sup>432</sup>. Davam-se os primeiros passos no que se chama regulação da comunicação e, nesse sentido, é óbvia a relevância, sob vários pontos de vista, deste organismo na análise da Imprensa e o seu pioneirismo no tratamento de questões de deontologia do jornalismo. O seu esforço de pluralismo na escolha dos conselheiros era, nesta matéria, um aspecto bastante positivo. Ao chamar à reflexão figuras representativas da opinião pública, o CI dava também sinal de que a construção do sistema mediático na era democrática deveria ser encarada como um trabalho conjunto, envolvendo várias franjas da sociedade.

#### **4.5. A Lei de Imprensa e a legislação que não foi aplicada**

A primeira Lei de Imprensa da democracia portuguesa é promulgada pelo governo menos de um ano após o derrube da ditadura, concretizando assim uma das medidas previstas no Programa do MFA.

---

<sup>429</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 130-134.

<sup>430</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 129.

<sup>431</sup> Alberto Arons de Carvalho, *A Liberdade de Imprensa e o Conselho de Imprensa, 1975-1985*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social, 1986, p. 351.

<sup>432</sup> *Idem.*, *ibidem*, pp. 358-359.

A prova de que a elaboração da lei constituía, de facto, uma prioridade, é o facto de ter sido constituída, logo em Agosto, uma Comissão para o efeito. Nomeada a 12, teria um mês para apresentar um projecto, o que foi plenamente cumprido. A composição da Comissão revelava, desde logo, pluralismo, sendo presidida pelo jurista, administrador da Caixa Geral de Depósitos e membro do PPD, António de Sousa Franco, que foi também o autor, juntamente com Rui de Almeida Mendes, do ante-projecto. Completam o elenco mais oito figuras ligadas à comunicação social, entre eles Francisco Pinto Balsemão, Arons de Carvalho e Marcelo Rebelo de Sousa<sup>433</sup>.

Ao dar posse à Comissão, o Ministro Sanches Osório deixava patente a relevância do seu trabalho, mas sublinhava também o carácter transversal da nova lei, que viria a ser, aliás, objecto de debate público: “A discussão de uma lei deste tipo toca em algo de profundo na vida de todos nós, que é a liberdade de expressão, norma lógica do direito natural”<sup>434</sup>. Sousa Franco recorda as instruções que então recebera de Sanches Osório, no sentido de cessarem as formas de repressão na imprensa. Pedia-lhe que fizesse “um trabalho rápido, que permitisse pôr cobro à actuação da Comissão *ad hoc* para a imprensa e que garantisse a liberdade de imprensa com respeito pelos diversos intervenientes privados (empresas jornalísticas, director e jornalistas)”<sup>435</sup>.

Cumprido, como se disse, o prazo para entrega do projecto-lei depois de 17 reuniões de trabalho, iniciava-se um período de mais de um mês de debates públicos. “Uma das mais notáveis conquistas do povo e do MFA”, como se lhe referiu o *Diário de Lisboa*, salientando a “ausência de quaisquer censura prévias ou medidas administrativas de coação”<sup>436</sup>. O Sindicato dos Jornalistas, porém, aponta algumas críticas ao projecto-lei, entre as quais se destacam, por um lado, o papel das administrações, ainda dominadas pelas grandes empresas da área da banca (“retirando, sem dúvida, ao Estatuto actual grande parte do seu arsenal repressivo, não causa – diga-se já – a mais leve beliscadura ao poder económico, dono e senhor da chamada grande

---

<sup>433</sup> Composição da Comissão: Adriano Lucas (em representação do Grémio Nacional da Imprensa Diária); Francisco Pinto Balsemão (em representação do Grémio Nacional da Imprensa Não Diária); José da Silva Pinto (em representação do Sindicato dos Jornalistas); Alfredo Figueiredo Filipe (em representação do Sindicato dos Jornalistas); Alberto Arons de Carvalho (em representação do Partido Socialista); Marcelo Rebelo de Sousa (em representação do Partido Popular Democrático); Pedro Soares (em representação do Partido Comunista Português) e João Maria Menezes Ferreira, secretário sem voto. Cf. *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 24-25.

<sup>434</sup> *Diário de Lisboa*, 13 de Agosto de 1974.

<sup>435</sup> António de Sousa Franco cit. in Joel da Silveira, *A Construção do... Op. Cit.*, p. 125.

<sup>436</sup> *Diário de Lisboa*, 13 de Setembro de 1974 e *O Primeiro de Janeiro*, 13 de Setembro de 1974.

imprensa”) e, por outro, a polémica questão acerca de quem competia definir a orientação editorial dos jornais:

“O actual projecto determina sem equívocos que ao director – e só a ele compete a orientação, superintendência e determinação do conteúdo do periódico, bem assim como a designação do chefe de redacção. Que significa isto, quando no projecto se afirma que o director «será designado pela empresa proprietária do jornal»? Isto significa, pegue-se por onde se pegar, que o actual projecto pura e simplesmente, proíbe qualquer interferência consequente na orientação dos jornais por parte dos trabalhadores que os produzem, ou do público (na grande maioria trabalhador também) que os lê»<sup>437</sup>.

Às críticas do SJ juntam-se outras, como a do sector técnico d’A *Capital*, mas, na generalidade, “o projecto foi acolhido com benevolência, conforme se verifica através de depoimentos publicados na imprensa”. Ao Conselho de Ministros chegam, entretanto, muitas reacções à lei, que serão analisadas pela Comissão e apreciadas no Conselho, ao longo do mês de Dezembro, já com Vítor Alves a gerir a pasta da comunicação social. Nesse período, Sousa Franco envia ao ministro uma revisão do projecto-lei tendo em atenção as críticas resultantes do debate público, submetendo o novo texto ao governo<sup>438</sup>.

A aprovação da lei enfrenta, todavia, algumas dificuldades, que derivam de diferentes opiniões de membros do governo, mas que acabam por ser ultrapassadas. A 8 de Fevereiro, o Conselho de Estado concluía a análise da lei, sendo promulgada pelo Presidente da República no dia 26. Entre os 72 artigos que a compunham, encontram-se a consagração do direito à informação, o acesso às fontes, o sigilo profissional, a inserção de publicidade, o direito de resposta, as formas de responsabilidade civil e criminal, o processo judicial, a criação do Conselho de Imprensa, entre outros.

Ficavam, no articulado, explicitadas questões que dominavam o sector e que vinham a suscitar vários conflitos no interior e fora dos jornais nacionais:

- **a recusa da censura:** “a liberdade de expressão do pensamento pela imprensa será exercida sem subordinação a qualquer forma de censura, autorização, caução ou habilitação prévia” (art. 4º);

---

<sup>437</sup> A *Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 37-38.

<sup>438</sup> Justificação da revisão do Projecto de Lei de Imprensa, s/d. Secretaria-geral da PCM. Arq. da Presidência do Conselho de Ministros.

- **a escolha do director:** “o director será designado pela empresa proprietária, com voto favorável do conselho de redacção, quando existir, cabendo recurso para o Conselho de Imprensa” (art. 18º);

- **a definição da orientação dos jornais:** “ao director compete, sem prejuízo do disposto no artigo 22º: a) a orientação, superintendência e determinação do conteúdo do periódico (...)” (art. 19º);

- **as competências e escolha do Conselho de Redacção** – “nos periódicos com mais de cinco jornalistas profissionais serão criados conselhos de redacção, compostos por jornalistas profissionais, eleitos por todos os jornalistas profissionais que trabalham no periódico (...)”; “compete ao conselho de redacção: a) dar voto favorável ao director, ao director-adjunto ou subdirector designado pela empresa proprietária, quando necessário, bem como ao chefe de redacção escolhido pelo director (...)” (art. 21º e 22º)<sup>439</sup>.

Mudanças na organização e nas estruturas da Imprensa bastante liberais, mas que acabarão por ficar marcadas pelo contexto em que a lei entrará em vigor – o pós *11 de Março*. O resultado é a sua contestação pouco tempo depois de ser promulgada. Os acontecimentos que ocorrem no *República* vão ditar isso mesmo, fazendo prevalecer a «legitimidade revolucionária» à «legalidade democrática». Ao recusar respeitar a Lei de Imprensa no artigo que atribui ao director a definição dos conteúdos dos jornais (ainda que os jornalistas pudessem também manifestar a sua opinião através do conselho de redacção), o COPCON, através do seu Comandante, dava um sinal claro de que os critérios “revolucionários” se sobreponham às leis.

Enganou-se quem achou que, ao aprovar nova legislação, cessavam os conflitos que opunham desde Abril de 1974 os trabalhadores da Imprensa e que estes iriam cumprir algo que, afinal, era uma característica de um Estado democrático – o princípio de que todos devem respeitar as leis. As declarações então proferidas por Otelo Saraiva de Carvalho são elucidativas: “as leis vigentes num país em revolução só devem ser cumpridas desde que não contrariem a revolução”<sup>440</sup>.

Com um espírito totalmente oposto ao da Lei de Imprensa, Governo e CR vão preparar nova legislação durante o Verão. A ideia subjacente era a de preservar a ordem

---

<sup>439</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, pp. 179-214. A 9 de Março são introduzidas algumas alterações à Lei de Imprensa, documentadas no referido relatório, pp. 215-221.

<sup>440</sup> Otelo Saraiva de Carvalho *cit. in* José Rebelo e Mário Mesquita, *O 25 de Abril nos... Op. Cit.*, p. 94.

pública e, no caso de violação das regras propostas, aplicar-se-iam sanções (novas formas de repressão, mas aplicadas após a publicação de notícias). Um claro retrocesso relativamente à Lei de Imprensa e, porventura, uma resposta às críticas a ela dirigidas por um sector político-militar mais “revolucionário”. Ambos os projectos-lei são conhecidos durante o V Governo Provisório.

O primeiro texto base para uma nova lei é publicado em exclusivo pelo *Jornal Novo* no início de Agosto. Um “grave atentado à liberdade de informação”, sustentava o periódico, segundo o qual a lei estava a ser preparada no MCS e seria apresentada no CR por intermédio do conselheiro Almirante Rosa Coutinho<sup>441</sup>. Na génese do «Projecto Jesuíno» - como ficara conhecido por ser atribuída a sua autoria a Correia Jesuíno – encontrava-se o Plano de Acção Política (PAP) do MFA, que “admitia explicitamente uma via pluralista e diferentes concepções do socialismo”<sup>442</sup>, prevendo, em relação à imprensa, a “transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos oficiosos, cujo noticiário e doutrina naturalmente reflectiam as posições do MFA”<sup>443</sup>.

O PAP aflora também a possibilidade de se produzir uma nova “legislação revolucionária”, tendo em conta a evolução do processo revolucionário. Ora este projecto parece ir ao encontro dessa realidade, ou não se referisse, logo no início, ao próprio PAP. Era claramente um projecto-lei de cariz revolucionário, ignorando o avanço da Lei de Imprensa quanto esta remete para os tribunais a responsabilidade de aferir a possível conduta criminal dos jornais.

A Comissão de Análise dos Meios de Comunicação Social, proposta na lei, deveria funcionar junto do MCS, mas estaria dependente do CR, integrando militares que este nomearia. Vejamos as medidas administrativas propostas, a serem aplicadas após a publicação dos artigos jornalísticos: multas até 500 000\$00 e penas de suspensão até ao limite máximo de 180 dias – uma clara inspiração na Comissão ad hoc plasmada no Programa do MFA. Quanto às “práticas condenáveis”, seriam:

“a) A publicação de notícias falsas ou tendenciosas, qualquer que seja o pretexto invocado e independentemente das responsabilidades que possam ser imputadas à própria origem;

---

<sup>441</sup> *Jornal Novo*, 5 de Agosto de 1975.

<sup>442</sup> António Reis, “O Processo de...”, *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>443</sup> Plano de Acção Política do CR, 21/6/1975, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12> [Consultado a 1 de Setembro de 2017].

- b) A manipulação de notícias, ou seja, a divulgação de factos com intenção parcializante e não manifesta;
- c) A violação do direito à Informação por parte dos cidadãos, nomeadamente a negligência perante a obrigação de sensibilizar as populações para as grandes tarefas nacionais;
- d) A adopção sistemática de posições contra-revolucionárias, implicando a irresponsabilização e o alheamento perante a realidade e o processo em curso”<sup>444</sup>.

Note-se que, apesar de atribuída a paternidade do projecto ao Ministro Jesuíno, este é um aspecto que ainda hoje se reveste de algumas dúvidas. São várias as vozes que se referem à autoria do texto. Do *Expresso*, Marcelo Rebelo de Sousa afirma: “Para um homem culto e viajado, ministro afável e dialogante, que aspira à promoção para as Necessidades [MNE] – este projecto é um atestado de sub-capacidade política”<sup>445</sup>. José Saramago (*DN*), assegura: “este documento Jesuíno é muito menos Correia Jesuíno do que aquilo que parece à primeira vista”<sup>446</sup>. O próprio *Jornal Novo* esclarece que o texto publicado não teria sido recebido através do gabinete do ministro, mas de zona próxima do Conselho da Revolução. A verdade é que, independentemente desta incógnita, é ao nome de Correia Jesuíno que ficará sempre associado.

Depois da divulgação, uma chuva de críticas perpassa na imprensa nacional, sendo aprovadas várias moções de protesto e chegando ser notícia no *New York Times*, através de um texto do seu correspondente em Lisboa, Henry Giniger, onde este refere que os portugueses “receiam que as novas e severas regulamentações para a informação propostas pelo ministro da Informação possam significar a morte do que resta de uma imprensa livre e independente em Portugal”<sup>447</sup>. Na *Vida Mundial*, observava-se a impossibilidade de “obedecer ou desobedecer [à lei] em conhecimento de causa”, dando um exemplo: “quando escrevo que é Otelo, por exemplo, a esperança da revolução dos cravos, posso estar a alhear-me do processo em curso, ou, pelo contrário, estar a inserir-me nele conforme as conveniências do Ministério da Comunicação Social no momento”<sup>448</sup>. No fundo, como salienta Francisco Rui Cádima, “tratava-se em particular

---

<sup>444</sup> *Jornal Novo*, 5 de Agosto de 1975.

<sup>445</sup> *Idem*.

<sup>446</sup> *Diário de Notícias*, 19 de Agosto de 1975.

<sup>447</sup> Cit. in *Diário Popular*, 7 de Agosto de 1975. Porém, em alguns jornais, opta-se pelo silêncio relativamente ao «Projecto Jesuíno», caso do *DN*.

<sup>448</sup> *Vida Mundial*, 21 de Agosto de 1975.

de ensaiar um novo reforço do poder da ala pró-comunista”<sup>449</sup>, já que as sanções se dirigiam, sobretudo, aos jornais fora da alçada do Estado.

O Sindicato dos Jornalistas também não é alheio ao clima de contestação em curso, tendo a lista vencedora para a sua direcção produzido vários comunicados, cujos títulos são, só por si, reveladores do seu posicionamento: “Um projecto fascista de Lei de Imprensa”; “A censura continua, o ministro para a rua”, etc<sup>450</sup>. Face às críticas e à mobilização dos trabalhadores do sector mas também dos partidos políticos (nomeadamente discursando na Assembleia Constituinte) o «Projecto Jesuíno» acabará por nunca ver a luz do dia. Um projecto que contém inúmeras ambiguidades e que revela o clima radicalizado do «Verão quente», mas que, como nota Mesquita, “não passou de um nado-morto. Em Agosto de 1975, o gonçalvismo já não teria força para tanto...”<sup>451</sup>.

Um mês depois a Imprensa voltaria a revoltar-se contra uma nova lei que recuperava formas de censura. Não restavam dúvidas quanto à intenção do Poder de controlar os conteúdos da comunicação social. A 8 de Setembro, numa reunião do CR, é Costa Gomes quem divulga um novo projecto-lei, que pretendia “impedir a influência perniciosa pelos órgãos da comunicação social sobre a disciplina no âmbito militar”<sup>452</sup>. A Lei 5/75, que ficaria conhecida como «Lei da Censura Militar» (recupera, na essência, o «Projecto Jesuíno»), apontava:

“1. É proibida aos órgãos de comunicação social a divulgação de relatos ou notícias de quaisquer acontecimentos ocorridos em unidades ou estabelecimentos militares ou que se reportem a tomadas de posição, individuais ou colectivas de militares;

2. É igualmente proibida a divulgação de quaisquer comunicados, moções ou documentos de idêntica natureza relativos aos acontecimentos ou tomadas de posição referidas no número anterior, salvo se provenientes de uma das seguintes entidades:

- a) Presidente da República;
- b) Conselho da Revolução;
- c) Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas;
- d) Chefe do Estado-Maior da Armada;
- e) Chefe do Estado-Maior do Exército;
- f) Chefe do Estado-Maior da Força Aérea;
- g) Comandante do COPCON”<sup>453</sup>.

<sup>449</sup> Francisco Rui Cádima, “Os Media...”, *Op. Cit.*, p. 343.

<sup>450</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, p. 55.

<sup>451</sup> Mário Mesquita, “Os Meios...”, *Op. Cit.*, p. 381.

<sup>452</sup> Acta do Conselho da Revolução de 8/09/1975 cit. in Maria Inácia Rezola, *Os Militares na... Op. Cit.*, p. 406.

<sup>453</sup> *Diário de Lisboa*, 9 de Setembro de 1975.



As infrações seriam punidas com suspensão do órgão de comunicação de 1 a 10 dias e, no caso de ser um jornal não diário, de 1 a 40 dias. Tal como sucedera em relação ao «Projecto Jesuíno», esta lei não foi, de todo, bem acolhida pelos órgãos de comunicação social, que voltavam a mobilizar-se em protesto<sup>454</sup>. O conselho de redacção do *Diário Popular* considerou estar perante “não só uma ameaça à liberdade de Imprensa, mas também à liberdade dos cidadãos”<sup>455</sup>, enquanto, uma vez mais, a *Vida Mundial* mostra a sua revolta publicando um longo texto – “Silenciar não é solucionar” – onde revela as posições de Mário Mesquita, Augusto Seabra, Mota Pinto, Vital Moreira, Marcelo Rebelo de Sousa e Nuno Brederode Santos<sup>456</sup>. O *Diário de Lisboa* é incisivo: “Temos de nos entender: confirmar notícias junto de quem as pode confirmar, é uma coisa. Proibir notícias só tem um nome: censura”<sup>457</sup>.

A oposição à lei por parte dos jornais assume, entretanto, outra forma. “Passarão a boicotá-la, publicando informações de carácter militar”, notam Adelino Gomes e José Pedro Castanheira<sup>458</sup>. É criado um Secretariado de Luta dos Trabalhadores da Informação e o Sindicato dos Jornalistas exige a revogação imediata da lei<sup>459</sup>. Perante este cenário, o CR, através de Ramiro Correia, reúne com representantes dos órgãos de comunicação social, tentando esclarecer o âmbito e a importância da lei. Porém, a impopularidade das medidas propostas era mais do que óbvia, obrigando a um recuo do CR, que acaba por revogá-la antes de ter sequer sido posta em prática. O Conselheiro Sousa e Castro refere-se publicamente a essa situação, admitindo o falhanço da proposta:

“Foi visível que a lei conseguiu pôr de acordo contra o CR formações políticas de todos os quadrantes. Depois de reflectir no efeito causado e nas razões aduzidas contra ela, devo concordar que a lei não atingiu os seus fins e, portanto, que não foi a melhor via para resolver os problemas, reais e importantes, que a originaram”<sup>460</sup>.

---

<sup>454</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 12 de Setembro de 1975.

<sup>455</sup> *Diário Popular*, 9 de Setembro de 1975.

<sup>456</sup> *Vida Mundial*, 18 de Setembro de 1975.

<sup>457</sup> *Diário de Lisboa*, 9 de Setembro de 1975.

<sup>458</sup> Adelino Gomes e José Pedro Castanheira, *Os Dias Loucos do PREC*. Lisboa: Público/Expresso, 2006, p. 293.

<sup>459</sup> *Diário Popular*, 10 de Setembro de 1975.

<sup>460</sup> *Expresso*, 13 de Setembro de 1975.

Num momento em que o próprio CR acabava de ser reestruturado e em que a reintegração de militares moderados criava alguma expectativa, esta “medida de força”, como lhe chamou Maria Inácia Rezola, revelava uma “inquietante falta de lucidez e preparação política do Conselho”<sup>461</sup>.

Não deixava de ser curioso que esta legislação surgisse numa altura em que se iniciava, na Assembleia Constituinte, o debate sobre os artigos a integrar na futura Constituição acerca da comunicação social. Por certo, contribuíram para a reflexão então em curso quanto aos limites da liberdade de Imprensa e o papel do Estado nesse contexto. Por outro lado, o fracasso que significou a rejeição dos dois projectos-lei de repressão administrativa reforça a ideia de que o controlo da Imprensa por parte de militares ocorrera muito mais no plano teórico do que na prática (uma das excepções foi a comissão ad hoc para os média). Até à aprovação da Constituição não mais ousaram propor algo semelhante.

Os deputados constituintes, atentos a tudo o que sucedera ao longo do ano de 1975, vão esforçar-se por elaborar um articulado que se afasta da lógica censória e controladora que tanta tinta fizera correr nos últimos tempos. Muitos desses deputados – casos de Marcelo Rebelo de Sousa, Mário Mesquita, entre outros – protagonizaram no hemicycle momentos marcantes em defesa da Liberdade de Imprensa, sobretudo no período de “antes da ordem do dia”. O resultado dos trabalhos vão ser artigos “sem paralelo em termos de direito constitucional comparado”, que revelam “o esforço, quase obsessivo, para esconjurar os fantasmas censórios do antigo regime e as novas censuras que os «desvios» da revolução interpretada pelas Forças Armadas, traziam no bojo”<sup>462</sup>. Também na comunicação social – ainda que bem longe de cessar a agitação que dominava o sector – davam-se novos passos rumo à institucionalização da democracia e de um Estado pluralista.

---

<sup>461</sup> Maria Inácia Rezola, *Os militares na... Op. Cit.*, p. 409.

<sup>462</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 383.

## II PARTE

### *Novos Tempos, Novos Jornais*

Procurámos traçar aquele que foi, no essencial, o panorama da imprensa portuguesa entre 1974 e 1975, designadamente como evoluíram e se foram modificando os jornais que já existiam antes da revolução, como lidaram (e/ou foram afectados) os jornalistas com as mudanças políticas então operadas e de que forma se relacionaram os profissionais de Informação com os órgãos de poder e vice-versa. Só assim se poderá compreender a criação de novos títulos.

Em Abril de 1975, estavam, efectivamente, reunidas várias condições propícias ao surgimento de uma imprensa privada diária e semanal, apresentada como alternativa à esmagadora maioria dos títulos existente. Desde logo, porque, por ser privada, afastava-se do “rótulo” dos jornais estatizados, que os identificava com o poder instituído. Depois, porque, *grosso modo*, assumia como adversários Vasco Gonçalves, os que lhe eram próximos e, em parte, o comunismo, ao contrário de vários dos jornais existentes. Finalmente, apresentavam características que os diferenciavam dos demais periódicos: o tipo de jornalismo praticado mais “vivo” e criativo, um grafismo inovador, artigos de opinião de alguns dos mais notáveis intelectuais portugueses e outros de articulistas mais polémicos, uma forte aposta na opinião, na reportagem de investigação e nos espaços de humor, entre outros. Era, de algum modo, uma imprensa de elite<sup>463</sup>.

Nas páginas seguintes, tentaremos apresentar estes quatro jornais – *Jornal Novo*, *O Jornal*, *Tempo* e *A Luta* – e compreender a sua organização e as suas características principais, conscientes de que, dada a sua riqueza, muitos aspectos acabarão por ficar de fora. Acreditamos que, antes de olharmos para a forma como certas questões políticas são tratadas por estes jornais (capítulo 6), é imprescindível conhecê-los em detalhe, assim como quem os pensou, criou e neles escreveu. Por fim, importa salientar um outro contexto que parece também ter influenciado, de algum modo, estes novos periódicos: a realidade internacional. Porventura com a excepção d’*A Luta*, que pretende dar continuidade ao projecto *República*, os outros foram assumidamente influenciados pela imprensa inglesa e francesa.

À semelhança do que sucedia em Portugal, o contexto de imprensa internacional era, também ele, marcado pela crise. Em 1975, “na maior parte dos países”, o número

---

<sup>463</sup> Dados de 1976 revelam que jornais como *A Luta* e o *Jornal Novo* eram lidos sobretudo por pessoas de classe sócio-económica alta. Cf. Jean Seaton e Bem Pimlott, “The Portuguese...”, *Op. Cit.*, pp. 110-112.

de jornais encontrava-se a “decrecer, devido a problemas económicos e conflitos de trabalho”<sup>464</sup>. Mas havia títulos incontornáveis, de entre os quais destacamos três - *Le Monde*, *Le Nouvel Observateur* (revista) e *The Times* - referidos pelos nossos entrevistados quando nos falaram do processo de criação dos novos periódicos portugueses. Os dois primeiros, franceses, inseriam-se num modelo político-mediático semelhante ao português, com características como uma “imprensa de elite politicamente orientada”, um “jornalismo orientado para o comentário”, “um paralelismo político elevado” e uma “intervenção forte do Estado”. Quanto à imprensa inglesa, integra-se numa “imprensa comercial de circulação em massa”, com um grau de “profissionalização forte” e um “jornalismo orientado para a informação”<sup>465</sup>.

Embora com tendências políticas nem sempre fáceis de fixar de forma rigorosa, tratavam-se de três conceituados títulos do jornalismo nos respectivos países e não só. Com jornalistas que eram também uma referência na profissão, contando com um público fiel, tinham características distintas entre si, algumas delas inovadoras nos conteúdos e na forma (tipo de letra, imagem, etc). Razões, a somar a outras, que levam os fundadores dos novos jornais privados portugueses a olharem com atenção para estes exemplos europeus, como veremos de seguida.

---

<sup>464</sup> *Jornal Novo*, 10 de Maio de 1975.

<sup>465</sup> Daniel Hallin e Paolo Mancini, *Sistemas de media... Op. Cit.*, p. 81.

## 5. O SURGIMENTO DE NOVOS JORNAIS

### 5.1. *Jornal Novo*

#### 5.1.1. Um novo diário em preparação

É no contexto descrito na primeira parte deste trabalho que se prepara um novo periódico – o primeiro privado, de âmbito nacional, a ser criado após o 25 de Abril. Nome indissociável do projecto, Artur Portela Filho, que integrara a redacção do *Diário de Lisboa* (e era filho de um dos mais prestigiados jornalistas nacionais, Artur Portela), recorda os primeiros passos que foram dados:

“(…) Quem decidiu foi uma pessoa chamada Francisco Agarez, que era director-geral da empresa de publicidade onde eu trabalhava na altura e que, após algumas conversas entre mim e ele, decidimos partir para a criação do jornal, cuja ideia foi tomada com ambas as mãos pelos dirigentes da CIP”<sup>466</sup>.

A partir de então o processo desenrola-se, havendo, pelo menos, duas versões dos factos. Marcelo Rebelo de Sousa recorda que lhe coube “indicar a António Vasco e Melo e José Manuel Morais Cabral (da CIP) o nome de Artur Portela Filho e sondá-lo para director”<sup>467</sup>. Por sua vez, Artur Portela Filho lembra que, antes do seu, outros nomes estiveram em cima da mesa para liderarem o periódico:

“Eu próprio sugeri a criação do jornal – que era para se chamar *O País*, mas o Vacondeus registara aquele nome na véspera – e propus que se convidasse para director o Eduardo Lourenço, que não aceitou. Posteriormente, falei com o Vitorino Magalhães Godinho, que me fez um discurso de tal ordem acerca do que ele entendia por um jornal, que ao fim de 20 minutos dei comigo a pensar que se eu mantivesse o convite e ele fosse o director, não saía um único exemplar. Foi assim que as coisas se passaram. Agora, se o Vasco de Melo e o Morais Cabral falaram com o Marcelo sobre o meu nome, desconheço por completo”<sup>468</sup>.

---

<sup>466</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como...Op. Cit.*, p. 207.

<sup>467</sup> Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o nascimento do PPD*, Vol. 1. Lisboa: Bertrand, 2000, p. 305.

<sup>468</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como...Op. Cit.*, p. 208.

José Sasportes, que integra o projecto desde o início com Portela, com quem, aliás, já havia trabalhado no *Diário de Lisboa*, corrobora a recordação do colega:

“O Artur Portela tem a ideia de fazer o *Jornal Novo*. A realidade era que a imprensa estava completamente dominada, salvo o *Expresso*. No fundo, havia espaço para um jornal diário que fosse independente. Reunimos os dois (...). Decidimos fazer um jornal com uma perspectiva progressista mas completamente independente de qualquer partido”<sup>469</sup>.

A CIP (Confederação da Indústria Portuguesa), criada em Maio de 1974, era, à época, a estrutura patronal mais importante. A “direita institucional”, como lhe chamou Joel da Silveira<sup>470</sup>. Presidida por Vasco de Melo, defendia a iniciativa e a actividade privada, o que, no contexto do pós *11 de Março*, de “euforia nacionalizante”, seria, compreensivelmente, uma característica polémica. Nesse mês de Março, a sua sede é, inclusivamente, assaltada e saqueada.

É, pois, com o apoio de figuras ligadas à CIP, que se avança na preparação do projecto, que se chamará *Jornal Novo*. A redacção é escolhida por Portela Filho e José Sasportes, com a ajuda de alguns jornalistas desde cedo ligados ao projecto, caso de Mário Mesquita (vindo do *República*). “É claro que uns trouxeram outros, mas jamais houve a menor interferência da administração na constituição do corpo redactorial. Lembro-me que o Mário Mesquita, convidado por mim, levou o Diogo Pires Aurélio e o Mário Bettencourt Resendes; o José Sasportes convidou o Mega Ferreira e por aí adiante”<sup>471</sup>. Diogo Pires Aurélio tem, pouco depois de ser convidado, uma conversa com Raul Rêgo, informando-o da sua decisão de sair do jornal:

“Quando eu saio do *República* para o *Jornal Novo*, o *República* estava desde há uns 5/6 meses... digamos a luta lá dentro estava em crescendo, muito forte. Lembro-me perfeitamente de ter uma conversa com o então director do jornal nessa altura, o Dr. Raul Rêgo, que era contra a minha saída. (...) dizia que, numa altura em que as coisas estavam, digamos, a adensar e a extremar de uma forma tal, ele achava que não nos devíamos dispersar. Eu lembro-me perfeitamente de lhe dizer que pensava o oposto, pensava que se apostássemos numa estratégia de defender o quadrado nós acabávamos todos por ser ali cilindrados e que o que se deveria era

---

<sup>469</sup> Entrevista a José Sasportes, Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.

<sup>470</sup> Joel da Silveira, *A Construção do...* Op. Cit., p. 158.

<sup>471</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como...* Op. Cit., p. 208.

multiplicar um pouco como na guerrilha, multiplicar os pontos de ataque”<sup>472</sup>.

Ficava patente a ideia de que os contornos destas decisões (mudar de jornal, fundar um novo, etc) eram, essencialmente, políticos, no sentido em que se defendia uma determinada linha editorial que rompesse com a, à época, dominante. É também por isso que é possível o apoio de membros da CIP, para os quais “era a ditadura comunista que estava a caminho. Ora, um jornal que criasse uma clareira de liberdade, que lutasse pela democracia, isso já lhes bastava”<sup>473</sup>.

Outros jornalistas, por razões diversas, sabendo dos preparativos do novo periódico, tentam um lugar na redacção. É o caso de Luís Paixão Martins, que acabara de ser afastado da Rádio Renascença, em plenário de trabalhadores. Bate, então, à porta do *Jornal Novo*:

“Entrei. Não havia recepcionista, mas uma pessoa descia, meio agitada, a escadaria que ligava ao 1º andar. Apresentei-me, ele disse que se chamava Carlos Ventura Martins e eu expliquei-lhe que era um camarada da Renascença que andava à procura de trabalho. Dez minutos mais tarde estava sentado no gabinete de outra pessoa que nunca tinha visto na vida, José Sasportes, o chefe de redacção do *Jornal Novo* ainda em projecto”<sup>474</sup>.

O novo jornal unia várias figuras com o objectivo assumido de ser uma alternativa à imprensa estatizada e, sobretudo, aos apelidados “porta-vozes” do comunismo e do gonçalvismo. A opção foi por um jornal diário, já que os acontecimentos decorriam a uma velocidade que um semanário não poderia acompanhar com a mesma atenção de um jornal que chegava às bancas logo no dia seguinte. Numa revolução, lembra Diogo Pires Aurélio, “fazer passar uma mensagem numa terça-feira para ter uma resposta na quarta é muito importante”. Além disso, acrescenta o jornalista, o projecto era “interessante sobretudo porque era criar um novo jornal, que ia contra a maré reinante em 95% dos jornais portugueses e da comunicação social portuguesa”<sup>475</sup>.

Decorrem então algumas reuniões de preparação, onde o futuro director apresenta em traços gerais o periódico, dando conta da linha editorial a seguir e os

---

<sup>472</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>473</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como...Op. Cit.*, p. 213.

<sup>474</sup> Luís Paixão Martins, *Tinha tudo para correr mal*. Lisboa: Chiado Editora, 2015, p. 29.

<sup>475</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

nomes de novos jornalistas, alguns dos quais não chegam a integrar a redacção ou ficam por muito pouco tempo:

“Não houve muitas reuniões... Foram mais ou menos pacíficas, as pessoas que foram às reuniões eram pessoas que já estavam, digamos, dispostas a ir lá. Lembro-me que houve uma ou duas pessoas que estiveram nessas reuniões, que acabaram depois por não ir. Por exemplo, lembro-me da Maria Elisa estar numa dessas reuniões e depois nunca esteve no jornal. Outro colega meu no *República*, que também esteve nessas reuniões e que também esteve para ir, era o José Manuel Barroso, que era nessa altura militar, esteve depois uma semana ou duas no *Jornal Novo* e transitou também”<sup>476</sup>.

Houve também quem, como Maria Antónia Palla, recusasse participar no projecto. No caso da jornalista d’*O Século* a decisão é tomada numa conversa com Portela Filho: “Eu fui convidada para o *Jornal Novo* pelo Artur Portela, ainda fui a uma reunião, mas há uma coisa... eu perguntei: Quem paga o jornal? Quem financia o jornal? Ele nunca disse. (...) Eu não queria perder a minha autoridade moral n’*O Século*”<sup>477</sup>.

Lançadas as bases para o novo periódico, ali vamos encontrar “uma administração a pensar à direita” e “uma redacção a escrever à esquerda”<sup>478</sup> (embora com nuances entre os jornalistas), o que ainda hoje é recordado como um caso *sui generis* ocorrido em pleno PREC e que só poderá ser entendido à luz de uma luta política comum entre ambas, a que já aludimos. Até por isso, a expectativa perante a chegada do “factor *Jornal Novo*”, como se lhe referiram José Pedro Castanheira e Adelino Gomes, é elevada:

“Há razões para a expectativa que rodeia a sua chegada, pois junta dois elementos cuja aliança é vista com particulares reservas na época: o dinheiro da estrutura patronal mais importante deste tempo, a CIP, e a pena de nomes de prestígio na vida cultural, em particular da intervenção jornalística, impossíveis de catalogar no lado direito do espectro político”<sup>479</sup>.

O jornalista Luís Paixão Martins nota as nuances ideológicas que compunham a redacção. Por lá conviviam “alguma militância política do PS e «compagnons de route»,

---

<sup>476</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>477</sup> Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 19 de Fevereiro de 2013.

<sup>478</sup> João Figueira, *O essencial sobre...* Op. Cit., p. 22.

<sup>479</sup> José Pedro Castanheira e Adelino Gomes, *Os dias loucos...* Op. Cit., p. 77.



«escondidos» da direita e meia-dúzia de «esquerdistas» e não alinhados. Eu fazia parte deste último grupo”, lembra<sup>480</sup>.

A redacção do *Jornal Novo* encontrava-se pronta a funcionar, no primeiro andar do número dois, da Rua de Santa Catarina, um Palacete Oitocentista com vista para o Tejo. Instalações que têm por trás uma história curiosa e característica do período revolucionário. Segundo Sasportes, “aquele palácio tinha sido o palácio do Alfredo da Silva, que era da família dos Mello e que, na altura, por uma razão qualquer, estava livre e eles tinham medo que fosse ocupado. Portanto, puseram logo aquilo à disposição para evitar que fosse ocupado”<sup>481</sup>.

Faltavam oito dias para as primeiras e mais participadas eleições do Portugal democrático, quando o novo título chega às bancas nacionais.

### 5.1.2. O *Jornal Novo* e a sua «vocação socialista»

A 17 de Abril, o *Jornal Novo* publica o seu primeiro número. Em plena campanha eleitoral, com o processo de nacionalizações a avançar velozmente e o Conselho da Revolução a posicionar-se como motor da revolução, não faltavam notícias “quentes” para preencher um jornal. Na primeira capa, podemos observar temas como as anunciadas medidas contra o desemprego e, a nível internacional, a situação política no Camboja. Espaço ainda para um breve questionário (com 3 perguntas) aos directores do *Le Monde* (Jacques Fauvet), *The Observer* (David Astor) e *República* (Raul Rêgo) sobre jornalismo e democracia, a propósito do qual o *Jornal Novo* afirma seguir esses jornais como modelo. Artigos do filósofo e ensaísta Eduardo Lourenço e do historiador Vitorino Magalhães Godinho anunciavam-se também na capa, tal como uma entrevista com Jorge Sampaio, Secretário de Estado da Cooperação Externa<sup>482</sup>.

Para o director, era óbvio que o contexto revolucionário determinava os objectivos do periódico, ao mesmo tempo que justificava a sua criação. “O *Jornal Novo* nasceu numa e de uma revolução. Estavam em causa valores democráticos essenciais, bem como o jornalismo e os órgãos de comunicação social”, pelo que “a intenção era levar ao limite a razão de ser de um jornal”<sup>483</sup>. No seu primeiro editorial, cujo título

---

<sup>480</sup> Luís Paixão Martins, *Tinha tudo...*, Op. Cit, p. 29.

<sup>481</sup> Entrevista a José Sasportes, Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.

<sup>482</sup> *Jornal Novo*, 17 de Abril de 1975.

<sup>483</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Céu e Silva. Cf. João Céu e Silva, 1975 – *O Ano do Furacão Revolucionário*. Porto: Porto Editora, 2013, p. 157.

remete, desde logo, para a ideia de combate por algo novo (“Lutar é criar”) são esclarecidos vários aspectos que estão na base deste novo projecto e no seu posicionamento futuro no panorama político e mediático nacional. Em síntese, podemos destacar as seguintes questões:

- **A assumida vocação socialista** – “Porque cremos que a via socializante é a via mais eficaz, e mais rápida, para a construção de uma sociedade livre, justa e próspera, *Jornal Novo* é um jornal de vocação socialista. Não sendo partidário, *Jornal Novo* toma partido”;

- **A ideia de jornalismo subjacente ao periódico** – “Para *Jornal Novo*, lutar não é destruir, é criar. Para *Jornal Novo*, informar não é bloquear, é esclarecer. Para *Jornal Novo*, o rigor, a verdade, a crítica, são a própria condição do avanço seguro, e definitivo, da revolução democrática. (...) Jornalismo de acção, de intervenção, de esclarecimento, *Jornal Novo* recusa a violência, o sectarismo, a segregação”;

- **O seu papel no sector da imprensa nacional** – “*Jornal Novo* não vem ensinar nada a uma profissão ilustre e honrada. Vem ocupar, tranquilamente, um espaço. O espaço criado pela expectativa, pela exigência, pela impaciência crescente de consideráveis zonas de público leitor. (...) não podemos deixar de tentar responder, também nós, a quantos, e são cada vez mais, reclamam uma imprensa livre, e crítica, e profissional”;

- **A afirmação da sua independência** – “Somos e queremos continuar a ser um jornal independente”<sup>484</sup>.

A identificação clara de uma “vocação socialista” originava várias interpretações e associações políticas. Na verdade, a ideia de socialismo da época não implicava necessariamente uma ligação ao Partido Socialista nem a qualquer outro partido político. Até porque a grande maioria dos partidos se referia, nos seus programas, a uma “transição para o socialismo”, divergindo, contudo, na concepção de socialismo. Artur Portela, referindo-se precisamente a essa questão causadora de algumas dúvidas, esclarece o que tinha em mente quando redigiu esse primeiro editorial: “Estava, sim, a pensar no socialismo em termos de base sociológico-política, mas em sentido amplo. Aliás, uma boa parte da redacção, que não era muito numerosa, e eu próprio, não

---

<sup>484</sup> *Jornal Novo*, 17 de Abril de 1975.

pertencíamos a qualquer partido político”<sup>485</sup>. Na mesma linha de pensamento, o chefe de redacção, José Sasportes, assegura que se defendia “uma situação socialista, mas sem vínculo a partido nenhum e sem ideologias restritivas. Que fosse um socialismo democrático, aberto”<sup>486</sup>. O seu colega de redacção, Diogo Pires Aurélio, referindo-se à mesma questão, sustenta que o conceito de liberdade era a base do novo projecto editorial:

“Eu penso que era uma linha que era liberal. Com todos os socialismos que lá aparecem. Liberal não no sentido neoliberal, liberal no sentido que prezava, acima de tudo, uma sociedade com liberdades, a começar pela liberdade de expressão. Nós tínhamos muito a sensação do que se passava nos outros jornais. Era um pouco assim, se quisermos, um jornal social-democrata”<sup>487</sup>.

Alexandre Pomar, que ingressa na redacção pouco depois desta estar formada, defende que “embora exteriormente pudesse ser visto como um jornal à direita ou um jornal com cumplicidades à direita, não era essa a posição de grande parte da redacção”<sup>488</sup>. De acordo com Mário Mesquita, de uma perspectiva política, o *Jornal Novo* encontrava-se “próximo do Grupo dos Nove e da Intervenção Socialista (à esquerda do PS)”, com um forte pendor de “combate ao «gonçalvismo»”<sup>489</sup>.

Na sua análise do periódico durante o Verão de 1975, João Figueira conclui que este fora “um actor político sem equívocos: socialista, defensor de uma unidade de esquerda e suporte principal do Documento dos Nove”, definira “o PS e Mário Soares como as traves-mestras pelas quais passaria a solução política do país, ao mesmo tempo que criticava Vasco Gonçalves e procurava desligar das posições dele o PCP”<sup>490</sup>. Porém, a tese segundo a qual o *Jornal Novo* promovera – ou tinha como objectivo – uma “unidade de esquerda” entre PS e PCP não é, de todo, consensual. José Sasportes diz-nos que, à época, pensavam “que essa unidade de esquerda era condição” e que, embora não precisasse “de ser feita”, “precisava de ser assumida”, até “para travar esse aspecto revanchista e não só da direita”<sup>491</sup>. No sentido oposto, Diogo Pires Aurélio é taxativo: “Eu não acredito que alguém, a não ser por militância, acreditasse que aquele

---

<sup>485</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como... Op. Cit.*, p. 207.

<sup>486</sup> Entrevista a José Sasportes, Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.

<sup>487</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>488</sup> Entrevista a Alexandre Pomar. Lisboa, 18 de Julho de 2017.

<sup>489</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, pp. 378-379.

<sup>490</sup> João Figueira, *Os Jornais como... Op. Cit.*, p. 190.

<sup>491</sup> Entrevista a José Sasportes, Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.

jornal estava a aproximar o PCP do PS. O jornal é criado em meados de Abril. No princípio de Maio estoura o caso *República*, ora o caso *República* é imediatamente aproveitado pelo PS contra o PCP”<sup>492</sup>. Independentemente destas interpretações divergentes, algo parece consensual: tratava-se de um jornal que se opunha a Vasco Gonçalves.

Na primeira edição do periódico é publicado o seu Estatuto Editorial. Um texto que remete, também ele, para a ideia de participação activa na construção de um regime democrático em Portugal. Apoando “as forças progressistas”, o jornal assume as suas pretensões quanto ao exercício de uma “crítica saudavelmente vigilante” e à apresentação de “propostas concretas de acção”. Quanto aos conteúdos do periódico, fica expresso que estes são definidos, em exclusivo, pela direcção e chefia de redacção. Ao contrário do que vinha a ser observado em termos de tendências no jornalismo de então, os Estatutos do *Jornal Novo* afirmam que a escolha dos seus jornalistas e colaboradores é feita “com base na qualidade e experiência”, sendo atribuídos direitos notáveis ao Conselho de Redacção, que fica assim com um considerável poder na empresa:

- “a) direito de veto na transmissão de acções;
- b) direito de dois representantes seus assistirem às reuniões da Assembleia Geral;
- c) direito de intervir na admissão e despedimento de jornalistas;
- d) direito de confirmar a aprovação do orçamento anual no que respeita especificamente aos meios necessários à execução da política editorial;
- e) direito de a sociedade só ficar obrigada com a assinatura conjunta da administração e do director, ou de quem a substituíra, relativamente a todos os actos e contratos que digam respeito ou de qualquer forma se relacionem com a execução técnica do jornal ou com o exercício da actividade profissional dos jornalistas;
- f) direito de receber cópia dos relatórios ou informações da sociedade de revisão de contas;
- g) direito de confirmar a eleição do presidente do Conselho de Administração, do administrador delegado e do presidente do Conselho Fiscal”<sup>493</sup>.

Apresentadas que estavam as inovações a nível de Estatutos, são revelados os nomes que integram a sua redacção. Aos já referidos, juntavam-se jornalistas que se encontravam a dar os primeiros passos na profissão, casos de Mário Bettencourt

---

<sup>492</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio, Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>493</sup> *Jornal Novo*, 17 de Abril de 1975.

Resendes, Maria Guiomar e Alexandre Pomar, por exemplo, e outros com alguma experiência, como Carlos Pina (*Diário de Notícias*), António Mega Ferreira (*Comércio do Funchal*) e Torquato da Luz (*Diário de Lisboa* e *A Capital*). Uma redacção com muitos jornalistas de esquerda, três deles candidatos à Assembleia Constituinte: Mário Mesquita e António Ribeiro, pelo Partido Socialista, e Alfredo Alexandre, pela Liga Comunista Internacionalista (LCI). Apenas o primeiro será eleito.

Para secretário de redacção é escolhido Carlos Ventura Martins, jornalista que passara pelo *Diário de Lisboa*, pela *Província de Angola* e *Notícia*, tendo ainda integrado a direcção do Sindicato de Jornalistas de Angola. Recém chegado de África, “queria fazer uma coisa mais de organização”, “descansar um bocadinho da turbulência” que vivera em Angola, pelo que a função ia ao encontro do que pretendia:

“[tinha] de coordenar toda a informação, não só a informação que é recebida do exterior, mas a informação que é retirada dos jornais. (...) Para além da agenda propriamente dita com base nos acontecimentos que vão desenrolar-se, é feita também a partir daquilo que é a nossa leitura e o nosso conhecimento (...). Depois, é claro que a agenda tem de coordenar coisas diversas, os colaboradores do jornal têm de ter os seus trabalhos entregues a tempo e isso é feito pela secretaria de redacção (...)”<sup>494</sup>.

Por diferentes razões, alguns redactores vão saindo do projecto, ao mesmo tempo que outros vão chegando com o passar dos meses, o que pode ser conferido no Quadro 10. Alexandre Pomar foi um desses jornalistas, que, à época, fala com Artur Portela, pedindo-lhe directamente emprego:

“Saí da tropa em Maio de 1975. Dias antes de sair fui ter com o Portela Filho e pedi-lhe trabalho. Eu era técnico de psicologia e funcionário público, já não regresssei a esse emprego. Entrei directamente para o jornal”.

Admitido de imediato, o seu primeiro trabalho aborda o 13 de Maio e as aparições de Nossa Senhora de Fátima. E porquê a escolha do *Jornal Novo* por alguém que não tinha qualquer experiência no jornalismo?

“Porque era efectivamente um jornal novo e porque a orientação do jornal me agradava completamente. Não me lembro de ter pensado

---

<sup>494</sup> Entrevista a Carlos Ventura Martins, Lisboa, 14 de Dezembro de 2017.

noutro jornal. Foi tudo muito rápido: sair da tropa, bater à porta e entrar. De facto, o *Jornal Novo* tinha uma linha editorial, um humor e uma frescura em relação aos outros jornais que era cativante”<sup>495</sup>.

Carlos Pinto Coelho, recém-afastado do *Diário de Notícias* num processo que já referimos, acaba também por entrar na redacção, mas de forma distinta da do seu colega:

“Preocupado com a vida, rumei ao bar Snob, meu refúgio de há anos, e ali esperava-me o imprevisito: havia um novo jornal que estava para sair, daí a uma semana, e acontece que o previsto editor de política internacional desistira, poucas horas antes, incapaz de manejar os novos equipamentos da redacção – e um jornalista fora encarregado de ir ao Snob procurar alguém capaz de ocupar a vaga. Estava lá eu, no lugar certo”<sup>496</sup>.

**Quadro 10 – Composição da Redacção do *Jornal Novo* (1975)**

Secção/cargo	Jornalistas (a 17/4/1975)	Outros jornalistas que ingressaram na redacção
<b>Director</b>	Artur Portela Filho	
<b>Chefe de Redacção</b>	José Sasportes	
<b>Subchefe de Redacção</b>	Diogo Pires Aurélio (de 28/4/75 a 24/6/75)	Rui Pimenta (a partir 24/5/75), Torquato da Luz (a partir de 24/6/75); Carlos Veiga Pereira, José Manuel Teixeira
<b>Secretário de Redacção</b>	Carlos Ventura Martins	Francisco Agarez
<b>Nacional</b>	Mário Mesquita, José Manuel Barroso, Diogo Pires Aurélio, António José Ribeiro, Alfredo Alexandre, Maria Guiomar	José Manuel Teixeira, Luís Paixão Martins, Maria Helena Mensurado, Alexandre Pomar, Manuel Giraldes, José Manuel Serras Gago; Alfredo Alexandre; Antunes Ferreira; Carlos Plantier Martins
<b>Internacional</b>	Carlos Pina, Carlos Pinto Coelho, Alfredo Costa, Luís Filipe Vieira, Théa Sequerra	Carlos Marques; Marcelo Dias
<b>Educação</b>	António Mega Ferreira, Domingos Morais, António Goulão	
<b>Economia</b>	Cândido de Azevedo, José Manuel Henriques	Mário Bettencourt Resendes
<b>Reportagem</b>	Wilton Fonseca, Jorge Serrão	
<b>Desporto</b>	Francisco Sobral, Alfredo Laranjinha	Fernando Soromenho
<b>Cultura</b>	Rui Rodrigues (Sociologia), Maria Emília (Ciência), Maria José Nobre (Música), Jorge Leitão Ramos (Cinema), Pedro D'Orey (teatro)	António Caeiro, António Franco Alexandre (Literatura), Torquato da Luz; Eurico da Fonseca

**Fonte:** Várias edições do *Jornal Novo*.

<sup>495</sup> Entrevista a Alexandre Pomar. Lisboa, 18 de Julho de 2017.

<sup>496</sup> Entrevista a Carlos Pinto Coelho por Avelino Rodrigues. Cf. José Rebelo, *Ser Jornalista em... Op. Cit.*, p. 238.

Os salários dos redactores são também sucessivamente referidos como superiores aos então praticados, muito embora desconheçamos os valores. Além dos jornalistas, são também revelados os nomes do único repórter fotográfico, José Nogueira (mais tarde entram Luís de Vasconcelos, Carlos Lopes e Nuno Calvet), e de trabalhadores com outras funções<sup>497</sup>. Para editar o *Jornal Novo* é criada uma nova empresa, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, denominada “Novimprensa – Sociedade de Publicações, S.A.R.L”, e constituída por 11 outorgantes, dos quais três vão integrar o Conselho de Administração: António Vasco de Melo, José Manuel Morais Cabral e Carlos Robalo (que viria a ser deputado pelo CDS)<sup>498</sup>. Como referimos, alguns dos nomes dos fundadores da empresa encontravam-se ligados à CIP, sendo oito deles casados entre si, o que é devidamente referido no documento de constituição da empresa, datado de 27 de Março de 1975. O jornal é composto e impresso na “Mirandela & C<sup>a</sup>”, em Lisboa, e nas oficinas do “Comércio do Porto”, no Porto.

Refira-se que os testemunhos que recolhemos são unânimes a negar a intervenção da administração nas questões editoriais do jornal. O director diz mesmo que esta foi “nula” sob esse aspecto<sup>499</sup>. Aliás, além do Estatuto Editorial, também na constituição da empresa proprietária do jornal, esse aspecto é explicitado: “A sociedade aceita, por considerar essencial, a autonomia total da direcção do *Jornal Novo* no que se refere quer à sua linha ideológica, definida no Estatuto Editorial, quer à sua organização, estruturação das funções e execução técnica”. Por fim, uma nota sobre a recepção do novo vespertino. No segundo número o êxito era comemorado na primeira página: anunciavam-se 100 000 leitores, juntamente com breves depoimentos de alguns desses leitores, que revelavam expectativas em relação ao futuro do periódico<sup>500</sup>. A partir daí, e ao contrário de outra imprensa, o *Jornal Novo* não dá conta dos números da

---

<sup>497</sup> Gráficos – José Rego, Daniel Ferreira, Abílio Castanheira, Isabel Leginhas; Documentação – Fernando Costa; Ilustrações – António Alfredo, Vasco Costa, I. Leginhas e Luiz Duran; Chefe dos Serviços Administrativos – Marcial Alves; Chefe dos Serviços de Publicidade e Promoção – Maria Helena Nunes. Cf. *Jornal Novo*, 17 de Abril de 1975.

<sup>498</sup> Foram outorgantes da empresa os seguintes nomes: António Vasco de Melo, Álvaro José Magalhães dos Santos, José Manuel Gonçalves de Morais Cabral, Maria da Pureza Morais Cabral, Sebastião Manuel de Lencastre, Margarida Maria da Câmara Ribeiro Ferreira de Lencastre, Carlos Martins Robalo, Matilde Frias Ferreira Pinto de Paula Martins Robalo, Maria da Penha Guimarães Belo, Maria Fernanda Moreira Portugal, João António Andrade Belo. Maria da Pureza Morais Cabral é ainda procuradora de Maria Luísa Ferraz da Costa. Cf. *Jornal Novo*, 17 de Abril de 1975.

<sup>499</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como...Op. Cit.*, p. 213.

<sup>500</sup> *Jornal Novo*, 18 de Abril de 1975.

sua tiragem, mas autores como João Figueira situam-na em 70 000 exemplares<sup>501</sup> e Jean Seaton e Bem Pimlott em cerca de 100 000<sup>502</sup>.

### 5.1.3. Um jornal vespertino criado para agitar

“O público deseja uma imprensa renovada”, destacava o *Jornal Novo* ainda na sua primeira edição, baseando-se nos resultados de uma sondagem, que encomendara à empresa NORMA, acerca do nível de satisfação dos leitores com a imprensa portuguesa. Os resultados revelavam que 63% da população não se encontrava totalmente satisfeita com jornais que existiam e 43% pensava existir uma insuficiente informação sobre política nacional. Mais de metade dos inquiridos (53%) considerava ainda relevante um jornal ser imparcial politicamente<sup>503</sup>. O *Jornal Novo* socorria-se, assim, destes novos dados para sustentar a necessidade de um novo título de imprensa, com características distintas dos que já existiam.

Para João Figueira, não restam dúvidas de que o periódico “marcou de forma indelével” o Verão de 1975, tendo sido “uma das vozes mais irreverentes, mas ao mesmo tempo mais escutadas, fora dos campos extremados e pouco dialogantes da esquerda e da direita”<sup>504</sup>. A ideia de agitador e de provocador do poder político-militar está, desde o início, ligada ao jornal. As suas manchetes são disso exemplo, com fortes e polémicos editoriais e fotomontagens que fizeram história – às quais nos referimos no próximo tópico deste estudo. Juntam-se o grafismo, que, efectivamente, o diferenciava dos outros títulos, o formato tabloide e os vários exclusivos que consegue naqueles meses de “brasa”. Como recorda Artur Portela, houve, de facto, “uma intervenção sonora, polémica e insubmissa”<sup>505</sup>. As próprias mesas-redondas, que eram organizadas pelo jornal e reproduzidas nas páginas, foram, por vezes, provocadoras nas afirmações dos convidados (escolhidos de acordo com o tema), que falaram de temas tão diversos como a emigração, o caso *República*, as relações Portugal/Espanha, a advocacia, os jornais independentes, a situação dos Açores, entre outros. Temas actuais que obrigavam a um trabalho rápido para logo serem publicados os textos finais, por vezes prolongando-se por mais do que uma edição.

---

<sup>501</sup> João Figueira, *Os Jornais como...* Op. cit., p. 161.

<sup>502</sup> Jean Seaton e Bem Pimlott, “The Portuguese...”, Op. Cit., p. 107.

<sup>503</sup> *Jornal Novo*, 17 de Abril de 1975.

<sup>504</sup> João Figueira, *Os Jornais como...* Op. Cit., pp. 160-161.

<sup>505</sup> Entrevista de Artur Portela Filho a João Céu e Silva. Cf. João Céu e Silva, 1975 – *O Ano do Furacão Revolucionário*. Porto: Porto Editora, 2013, p. 156.



Identificando claramente as suas secções, o leitor, ao folhear o *Jornal Novo*, facilmente percepção os temas em foco em cada página, sendo muitos dos textos assinados, o que era pouco comum à época. Muito embora algumas secções nem sempre estejam presentes em todos os números do jornal, variando conforme os assuntos que marcam a actualidade, para melhor entendermos o modo como o periódico se encontrava organizado, apresentamos um exemplo de estrutura no quadro 11. Por outro lado, este periódico claramente não aposta em rubricas, nem em colunas de opinião fixas. Ainda assim, guarda espaço para as cartas de leitores ao director. Já em Novembro, por iniciativa dos leitores, inicia-se a preparação de uma “Associação de Leitores”. Em várias edições vão sendo apresentadas possíveis formas de participação dos leitores no jornal, levantando-se as hipóteses de criarem um suplemento semanal com textos próprios e a colaboração em sondagens e inquéritos acerca de temas por eles propostos<sup>506</sup>. Uma iniciativa que se prolongará além de 25 de Novembro.

**Quadro 11 – Estrutura da primeira edição do *Jornal Novo* em termos de secções**

Nº de Página	Secção	Breve descrição
2	Imprensa	Actualidade do sector da Informação nacional e internacional.
3	Terceira página	Duas crónicas/ensaios de Vitorino Magalhães Godinho e Eduardo Lourenço.
4	Educação	Actualidade do sector da Educação. Inclui ainda a rubrica “Livros na mesa”, com sugestão de um livro.
5	Educação	
6	Trabalho	Questões laborais e sindicais. Inclui um artigo de opinião.
7	Economia	Questões económicas, designadamente nacionalizações.
8	Desporto	Várias modalidades desportivas e outras questões como a inclusão do desporto na Constituição como um direito e a alfabetização desportiva.
9	Desporto	
10	Nacional	Actualidade de política nacional, com artigo de opinião do director do jornal e lista de comícios partidários no âmbito das eleições para a Assembleia Constituinte.
11	Nacional	
12	Nacional	
13	Cultura	Inclui “Folhetim Artístico” de José Augusto-França.
14	Espectáculos	Actualidade cinematográfica, teatral e de música.
15	Sem título	Programação televisiva, cinematográfica, radiofónica, contactos de farmácias e meteorologia.
16	África	Questões relacionadas com as ex-colónias portuguesas e outros países africanos.
17	Internacional	Actualidade internacional.
18	Sem título	Continuação dos textos da terceira página.
19	Internacional	Actualidade internacional. Informa-se da criação de um grupo de enviados especiais do jornal.
20	Internacional	

Fonte: *Jornal Novo*, 17 de Abril de 1975<sup>507</sup>. Descrições das páginas elaboradas com base na análise do jornal.

<sup>506</sup> *Jornal Novo*, 22 de Novembro de 1975.

<sup>507</sup> Esta primeira edição do jornal inclui um suplemento com informações como: Estatuto Editorial, Estudo encomendado à Norma, Estrutura do jornal, Estatutos da empresa, exclusivos do jornal.

O ambiente na redacção é, por todos, descrito como de grande azáfama. O director do jornal lembra um trabalho quotidiano “de tal modo frenético, que não havia tempo para respirar”. Por vezes, chegava mesmo “a mudar títulos e paginações da primeira página na mudança das bobinas”<sup>508</sup>. Por sua vez, o chefe de redacção conta que dividia a supervisão dos trabalhos com o director, tendo horários diferentes para cumprir esse objectivo:

“O jornal funcionava assim, sobretudo, na fase mais crítica: eu entrava no jornal aí às quatro da tarde e saía às seis da manhã e o Portela fazia ao contrário. Portanto, estávamos ali, de contínuo, a seguir o que se estava a passar e tudo o que saía no jornal nós sabíamos o que era”<sup>509</sup>.

O jornalista Diogo Pires Aurélio recorda os contactos constantes com as fontes de informação:

“A equipa de redacção prolongava-se pela noite dentro, porque havia reuniões do MFA que nunca mais acabavam. Jornalistas que iam ao Procópio... Ou dirigentes políticos e militares que, às 3 ou 4 da manhã, iam falar com o jornal. Lembro-me de estar muitas vezes a receber membros do Conselho da Revolução ou altas patentes militares às 4/5 da manhã”<sup>510</sup>.

Outro aspecto interessante do relacionamento entre os jornalistas do *Jornal Novo* e as suas fontes, tinha que ver com o modo como eram partilhadas algumas informações. “Toda a gente pensava que os nossos telefonemas estavam sob escuta”, recorda Carlos Ventura Martins, descrevendo a forma como, para evitar fugas de informação, era utilizada uma linguagem codificada:

“As nossas fontes de informação funcionavam, sobretudo em determinados períodos, de uma forma que parecia quase um filme do 007. Aquilo era por códigos e por senhas. Nós tínhamos os nossos informadores, pessoas que nos informavam e entregavam documentos, etc. E aquilo era codificado. Havia quatro códigos ou cinco e esses códigos correspondiam a locais onde eram deixados determinados documentos. (...) Havia uma busca de documentos em cabines telefónicas, em vários sítios e nunca nos sítios próprios”<sup>511</sup>.

---

<sup>508</sup> Entrevista de Artur Portela Filho a João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como...Op. Cit.*, p. 208.

<sup>509</sup> Entrevista a José Sasportes, Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.

<sup>510</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>511</sup> Entrevista a Carlos Ventura Martins, Lisboa, 14 de Dezembro de 2017.

O director assumia um papel fundamental, sendo a sua forma de comandar o jornal um dos motivos que levava ao ritmo de trabalho relatado. Descrito por Alexandre Pomar como alguém “muito imaginativo”, Artur Portela não deixava de ler os textos dos jornalistas, acontecendo “recusar e mandar escrever outra vez. Isso era uma coisa que caracterizava uma certa firmeza dele e uma certa capacidade de intervenção”<sup>512</sup>. “O Portela Filho era a alma do jornal”, afirma, sem hesitação, Pires Aurélio, recordando que tinha “ideias a uma velocidade superior à que uma equipa pode executar”. E sintetiza: “Era um mouro de trabalho. Nós dormíamos lá rigorosamente. Puxávamos as cadeiras, íamos lavar a cara e recomeçávamos novamente”<sup>513</sup>. “Quantas directas eu fiz ali? Quantas directas alguns fizeram?”, questiona o próprio Portela Filho<sup>514</sup>. Era “impossível” haver rotina na redacção, sustenta José Sasportes, dado que “os acontecimentos eram de tal modo velozes, alguns dos quais provocados por nós, que era preciso estar atento”<sup>515</sup>.

Só assim se compreendem as reacções quase imediatas aos acontecimentos, que o *Jornal Novo* conseguia junto das principais figuras políticas e militares, assim como a publicação, em suplementos ou edições extra, de documentos fundamentais do período. Também neste domínio, são destacados os papéis do chefe de redacção, José Sasportes, e do secretário de redacção, Carlos Ventura Martins, cujo trabalho é recordado de forma bastante elogiosa pelo colega Alexandre Pais: “Toda a actividade dos jornalistas passava por ele, pois tinha a agenda na cabeça e resolvia qualquer problema que se nos deparasse – e deparavam-se muitos. Era uma máquina!”<sup>516</sup>.

Com o ritmo acelerado da redacção, pouco tempo sobrava para reuniões onde se discutisse o trabalho e questões relacionadas com a profissão. Tal é assumido pelo director, ao relembrar que “reuniões para estabelecer critérios, etc, etc, etc..., não, não havia tempo para isso”. “Não vivíamos a questão do rigor e da isenção como um decálogo. Mas eu acho que éramos honestos, sinceros, empenhados, verdadeiros”<sup>517</sup>. Por outro lado, muito embora a organização da redacção não fosse, ao que parece, muito estruturada no sentido de reunir diariamente e de reflexão sobre os conteúdos do jornal, Diogo Pires Aurélio sublinha: “a redacção era pequena e se havia qualquer problema

---

<sup>512</sup> Entrevista a Alexandre Pomar. Lisboa, 18 de Julho de 2017.

<sup>513</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>514</sup> Entrevista a Artur Portela Filho, Lisboa, 18 de Janeiro de 2018.

<sup>515</sup> Entrevista a José Sasportes, Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.

<sup>516</sup> *Sábado*, 9 de Agosto de 2017.

<sup>517</sup> Entrevista de Artur Portela Filho a João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como...Op. Cit.*, p. 209.

nós reuníamo-nos um pouco ad hoc”<sup>518</sup>. O director recorda que havia “um mutuo enriquecimento entre a parte gráfica, publicitária, grandes páginas, grandes títulos (...) e depois os redactores, assim mais laboriosos e mais tradicionais”<sup>519</sup>.

Ao longo de meses de intensa actividade jornalística, são várias as histórias recordadas pelos redactores do vespertino e que são também reveladoras do modo como este funcionava. Desde logo, os telefonemas recorrentes para casa do Secretário-geral do Partido Socialista, sobre os quais lembra Wilton Fonseca: “davam-nos notícias. «Ele não acordou, ligue daqui a meia hora», dizia-nos a Dra. Maria Barroso, «Ó doutora, com certeza». Ligávamos mais tarde e ele lá comentava a actualidade: «Isto que aqueles gajos estão a fazer é uma patifaria» (...)”<sup>520</sup>.

Também acerca de Mário Soares, Artur Portela Filho relembra um episódio envolvendo uma entrevista ao político socialista:

“Um dia, estava eu a paginar, anunciam-me: «Está ao telefone o Dr. Mário Soares.» Atendo. Diz-me Mário Soares: «Dou-lhe uma entrevista, na condição de que, antes da publicação, me deixe ver as provas!» Respondo: «Nessa condição, não queremos.» E ele: «Você é louco! Tenho aqui em cima da secretária, uma quantidade enorme de pedidos de entrevista de portugueses e de estrangeiros!» E eu: «Perfeitamente. Mas, neste jornal é assim: ou há uma relação de confiança ou não há. Se há, e só pode haver, não se pede para ver as provas. Portanto, nesses termos, não há entrevista!» Mário Soares percebeu imediatamente. A entrevista fez-se”<sup>521</sup>.

Embora não saibamos se se trata do mesmo episódio – até porque, neste caso, não houve entrevista – as páginas do *Jornal Novo* documentam uma quezília entre o jornalista e o político acerca deste assunto. A propósito das declarações de Soares, publicadas no jornal a 26 de Abril, no rescaldo das eleições à Constituinte, o líder do PS dirige uma carta a Portela Filho (publicada na manchete de 29) corrigindo o que fora publicado: “Nas palavras apressadas que trocámos na madrugada de sábado gerou-se de certo um equívoco – que me permito pensar que foi seu – visto que a afirmação que me atribui coloca-se nos antípodas do meu pensamento”<sup>522</sup>.

---

<sup>518</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>519</sup> Entrevista a Artur Portela Filho, Lisboa, 18 de Janeiro de 2018.

<sup>520</sup> *Jornal i*, 9 de Maio de 2016.

<sup>521</sup> Entrevista de Artur Portela Filho a João Céu e Silva. Cf. João Céu e Silva, 1975 – *O Ano do...* Op. Cit., pp. 157-158.

<sup>522</sup> *Jornal Novo*, 29 de Abril de 1975.

A resposta do director, colocada logo abaixo da carta de Soares, começa com a sua habitual ironia: “Acho inteiramente ministerial, e profundamente Negócios Estrangeiros, que o Mário Soares venha agora corrigir aquilo que disse, apressadamente, de madrugada, a sorrir glória e dois milhões de votos, por sobre uma gravata PS”. Depois, perante a aceitação do político de uma entrevista na condição de poder ver as provas, o jornalista revela publicamente a sua posição, recusando liminarmente tal coisa:

“Na verdade, Mário Soares, neste jornal, as provas das entrevistas não vão às mãos dos entrevistados. E isto porque os jornalistas não são, exactamente, estenógrafos. Nem do seu ministério, nem de nenhum ministério. E porque os entrevistados, ou confiam na isenção, e no profissionalismo dos nossos jornalistas, e são entrevistados, ou não confiam e não são. É um incómodo que lhes poupamos. E nos poupamos”<sup>523</sup>.

Assim, o director do jornal aproveita, inteligentemente, este episódio para, primeiro, polemizar, chamando-o à capa (“Mário Soares escreve a *Jornal Novo* e vice-versa”) e, depois, para reafirmar o seu carácter apartidário e isento, dando uma espécie de “lição” de jornalismo, no que respeita ao contacto com as fontes.

Algo diferente é a história que envolve Otelo Saraiva de Carvalho, enquanto Comandante do COPCON, e uma reportagem feita pelo jornal:

“Um dia [Otelo] ligou-me a pedir que entregássemos ao COPCON fotografias de uma iniciativa de um partido de extrema-esquerda para identificar as pessoas. Recusei. Respondeu-me que então teria de mandar os seus homens buscar as fotografias. E entregar-lhas desse por onde desse. Contestei: «Faça o que quiser! As fotografias não serão entregues!» O COPCON não veio ao jornal”<sup>524</sup>.

Otelo refere-se, aliás, várias vezes à forma como é noticiado ou mencionado nas páginas do *Jornal Novo*. Também neste caso, o periódico aproveita bem as declarações que se lhe dirigem, naquilo que parece fazer parte da estratégia enquanto “polemizador”, ao dar-lhes destaque e, por vezes, respondendo. A 26 de Abril, o periódico chamava a capa uma fotografia de Otelo com a citação: “O *Jornal Novo* diz

---

<sup>523</sup> *Jornal Novo*, 29 de Abril de 1975.

<sup>524</sup> Entrevista de Artur Portela Filho a João Céu e Silva. Cf. João Céu e Silva, 1975 – *O Ano do Furacão Revolucionário*. Porto: Porto Editora, 2013, p. 158.

que eu sou um homem que parte a loiça toda”<sup>525</sup>. Dois dias depois, novas declarações do Comandante do COPCON figuram na capa: “Levei um remoque no *Jornal Novo* que considero muito bem feito”<sup>526</sup>. Em Junho, um novo episódio é apresentado de forma bem diferente. Um telefonema de Otelo esclarecendo uma notícia é transcrito (de memória):

“«Vocês continuam a bater-me», disse-nos, alegremente, o general.  
«Sempre que for justo, Sr. general».  
«Pois, mas desta vez foram injustos (...)»”<sup>527</sup>.

Um texto improvável sobretudo para a capa de um jornal, mas que dá conta de como se processavam os contactos entre jornalistas e algumas das figuras mais relevantes da cena político-militar de então, como era o caso de Otelo Saraiva de Carvalho: de forma simples, directa e muitas vezes sem intermediários. Neste caso, o jornal a partir das declarações de Otelo, acaba por esclarecer a notícia que antes publicara.

Em suma, o *Jornal Novo* surge como uma lufada de modernidade no sistema mediático nacional, aliando uma certa rebeldia no tratamento dos temas a uma intervenção que, por vezes, levava a uma confusão entre informação e opinião em textos jornalísticos, como uma simples notícia. Sem dúvida defensor da democracia representativa, e também por isso não surpreende o relevo conferido à Assembleia Constituinte, o *Jornal Novo* pretendia dar, na opinião do seu director, “uma imagem apaixonada, viva e vibrante e, nessa medida, muito empenhada da realidade”. Ao olharmos para as suas páginas, é com essa percepção que ficamos: um jornal que não é apectico, assumindo vários combates, como o da liberdade de imprensa, sem dúvida um dos principais. Um outro, porventura o mais polémico, envolvia o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves: “Para nós, ele era a voz da ameaça, protagonista de um discurso excessivo, exaltado e de um vanguardismo arriscado para as instituições e para a consolidação da democracia”<sup>528</sup>.

Apenas mais um exemplo: a cobertura jornalística e a campanha a favor dos chamados “retornados” portugueses, que se encontravam a regressar de uma Angola

---

<sup>525</sup> *Jornal Novo*, 26 de Abril de 1975.

<sup>526</sup> *Jornal Novo*, 28 de Abril de 1975.

<sup>527</sup> *Jornal Novo*, 7 de Junho de 1975.

<sup>528</sup> Entrevista de Artur Portela Filho a João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como...Op. Cit.*, pp. 208 e 211.

prestes a tornar-se independente e onde os conflitos eram cada vez mais evidentes. No Verão de 1975 serão milhares as pessoas nestas circunstâncias, que teriam de ser integradas na sociedade portuguesa, reconstruindo as suas vidas. Além dos apoios institucionais que vão receber de organismos como o IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais) e outros, vários movimentos da sociedade civil vão emergir em auxílio a estas pessoas. O *Jornal Novo* (tal como o *Tempo*, que veremos mais à frente) decide participar, organizando uma campanha junto dos seus leitores tendo como objectivo criar um fundo, a ser entregue ao IARN. Começa a receber donativos nas suas instalações durante várias semanas, dando conta, em paralelo, de como corria o processo de integração dos “retornados”. Por vezes até de forma muito crítica, como no dossier que publica no final de Setembro, com várias fotografias revelando as (más) condições onde estes se encontravam a viver e perguntando: “Governo português, o que é isto?”<sup>529</sup>. Mais um assunto polémico e que marcava a actualidade nacional, o que, naturalmente, não passava ao lado do *Jornal Novo*.

#### **5.1.4. Os editoriais, as fotomontagens e as críticas a Correia Jesuino**

A existir uma “imagem de marca” associada ao *Jornal Novo*, será, sem dúvida, os editoriais e fotomontagens publicados nas manchetes. “Notáveis peças jornalísticas”<sup>530</sup>, ambas se destacavam pela enorme criatividade, fina ironia e, claro, por se referirem às grandes questões da actualidade. Os editoriais contavam com a qualidade de escrita e de pensamento de Artur Portela, que, frequentemente, dava também o mote para as montagens de fotografias, um espaço de humor que caricaturou e criticou figuras de proa dos meios político e militar. “O Portela foi sempre um grande defensor das fotomontagens. Ele é que criou, é que imaginou”, lembra Carlos Ventura Martins<sup>531</sup>.

“Tanto os editoriais como as fotomontagens que publicávamos disparavam em vários sentidos”, sublinha Artur Portela Filho. As consequências foram, muitas vezes, polémicas e de confrontos com figuras e órgãos de Poder. Assumindo, de facto, a existência de uma multiplicidade de acontecimentos, pessoas e problemáticas objecto da

---

<sup>529</sup> *Jornal Novo*, 30 de Setembro de 1975.

<sup>530</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 379.

<sup>531</sup> Entrevista a Carlos Ventura Martins, Lisboa, 14 de Dezembro de 2017.

“leitura crítica” de Portela, referimos alguns exemplos de forma a revelar algumas tendências que perpassam editoriais e fotomontagens.

Desde o início fica claro que a opção do *Jornal Novo* quanto ao futuro político do país passa pela realização de eleições, tal como preceituado no Programa do MFA. Anunciadas para 25 de Abril de 1975, o vespertino ainda consegue acompanhar a última semana de campanha para a Assembleia Constituinte, que teria como objectivo fundamental elaborar uma Constituição democrática para Portugal. Uma campanha que não estará isenta de polémicas, designadamente quanto às diferentes opiniões sobre a relevância do acto eleitoral. Na prática, assiste-se a movimentações da extrema-esquerda, que se opunha à realização de eleições, de partidos como o PS, PPD e CDS defendendo-as intransigentemente e ainda os que apelavam ao voto em branco, de que faziam parte o PCP, uma franja militar, entre outros. As justificações eram variadas: falta de informação e esclarecimento dos portugueses, elevado índice de analfabetismo, oposição à democracia representativa, etc. Emergem então dois grupos com posições assumidas e divulgadas publicamente:

“De um lado os que, aconselhando o voto em branco «a todos os que não sabia em quem votar», acabam por desvalorizar o peso e importância das eleições. Integram este grupo uma parte importante da 5ª Divisão, vários elementos do CR afectos à linha gonçalvista, o MES e o PCP, entre outros. Do outro, PS, PPD, CDS e os restantes partidos para quem a realização do acto eleitoral era um passo importantíssimo para o processo de democratização”<sup>532</sup>.

O *Jornal Novo* não fica indiferente a esta polémica e, num dos seus primeiros editoriais, aproveita para deixar patente a sua posição, insurgindo-se contra quem se opunha às eleições ou apelava ao voto em branco. Um dos alvos é Otelo Saraiva de Carvalho, que vê declarações suas esmiuçadas por Portela Filho:

“Vir dizer a este país, quatro dias antes das eleições, que não há, em Portugal, nenhum partido pelo qual se possa votar, vir dizer a este país, na ante-antevéspera das eleições, que não há em Portugal nenhum bom partido, vir dizer a este país, no alvoreço das suas primeiras eleições livres, que elas não vão, de forma nenhuma, mostrar a verdade que o povo quer, é das gaffes socio-políticas mais monumentais deste último ano português”<sup>533</sup>.

---

<sup>532</sup> Maria Inácia Rezola, *Os militares na... Op. Cit.*, pp. 182-183.

<sup>533</sup> *Jornal Novo*, 22 de Abril de 1975.



A via da legalidade democrática era a via defendida por Portela e a sua equipa. Tal vai ser, sucessivamente, evocado em editoriais e noutros textos, numa clara oposição a partidos como o PCP e a militares “gonçalvistas”. Nas vésperas do acto eleitoral, um outro editorial concluía: “As eleições são, amanhã, a democracia”<sup>534</sup>. E, já na posse dos primeiros resultados, Portela Filho respondia aos que não defenderam as eleições: “o que não temos é um país a votar em branco. E ainda bem”. A vitória do PS (37,9%), o segundo lugar do PPD (24,4%) e o modesto terceiro lugar do PCP (12,5%) constituíam motivo de contentamento no jornal, até porque, como sublinha, “os partidos progressistas são a expressão da vontade da maioria do povo português, e isso é o fundamental”<sup>535</sup>. Até a fotografia escolhida para capa do periódico – Artur Portela Filho com Mário Soares – é reveladora do partido que apoiava.

Outra questão que marcava a actualidade política era a tensão/rivalidade entre PS e PCP, algo que, como já foi dito, se acentua no contexto do pós eleições constituintes, em parte devido ao maior protagonismo assumido pelo PS a partir de então. Dias antes, num editorial intitulado “Pela unidade de esquerda” (escrito, a título excepcional, por José Manuel Barroso) referiam-se duas reuniões entre os líderes dos partidos e algumas declarações que poderiam indiciar uma nova atitude entre ambos. O texto de opinião questionava: seriam esses indícios suficientes para “colocar o primado da revolução acima do primado partidário?”. A resposta poderia passar pela leitura dos resultados eleitorais (então desconhecidos), mas desde logo se afirmava que “sem unidade das forças de esquerda qualquer processo, como o iniciado em 11 de Março, tenderá ao bloqueamento”. Um apelo, ainda que tímido, à unidade de esquerda referida no título do texto? Uma resposta positiva parece bastante plausível, mas, porventura mais importante era entender que tipo de unidade se pretendia. E, sob esse aspecto, o texto é muito vago: “a unidade PS/PC tem de ter um sentido único, hoje e amanhã. A revolução”<sup>536</sup>. Dias depois, Mário Soares, precisamente ao *Jornal Novo*, afirmava que não existia “uma aliança exclusiva entre o PS e o PCP”, mas sim “uma cooperação no quadro da vasta coligação de forças políticas existentes no III Governo Provisório”<sup>537</sup>.

O PCP vai ser ainda o foco principal de outros editoriais, como o intitulado “anti-comunismo”, algo que é considerado por Portela uma “coisa doente e desastrada”

---

<sup>534</sup> *Jornal Novo*, 24 de Abril de 1975.

<sup>535</sup> *Jornal Novo*, 26 de Abril de 1975.

<sup>536</sup> *Jornal Novo*, 19 de Abril de 1975.

<sup>537</sup> *Jornal Novo*, 7 de Maio de 1975.

ou o texto em que, dias depois, se afirma que a “revolução precisa do PCP”<sup>538</sup>. Já em Agosto, quando o Partido Comunista atravessava um momento particularmente sensível com a perda de protagonismo político para um PS cada vez mais fortalecido, a análise de Portela Filho revelava alguma preocupação quanto ao futuro do partido, cuja estratégia, defende, estava “ultrapassada”, uma vez que não se conseguira “refazer do abalo que lhe produziu a alteração dos dados da situação”. Por isso, sustenta: “o PCP tem de compreender imediatamente que só pode reconverter a sua estratégia. E reconverter a sua estratégia com uma velocidade superior à sua velocidade normal”<sup>539</sup>. Longe de serem radicalizados, estes textos defendiam a participação do PCP no curso da revolução, embora salvaguardando a necessidade de o partido alterar a sua postura (a sua política?), perante o processo revolucionário em curso.

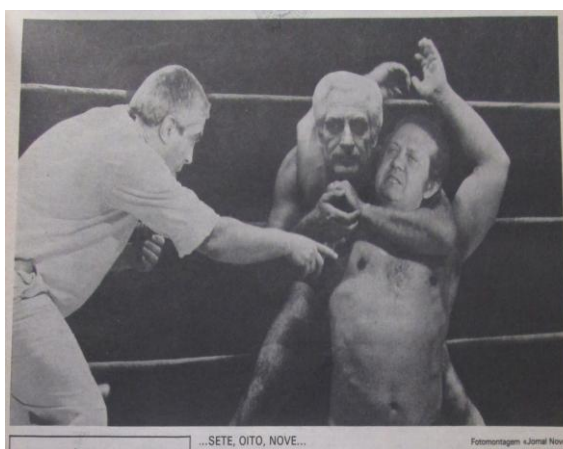
Refira-se que, também em fotomontagens, PCP e PS são, muitas vezes, representados. Soares e Cunhal são alvo de paródia nas páginas do *Jornal Novo* com imagens divertidas e que colocavam em evidência não só a oposição que os caracterizava, mas também a tão falada hipótese de uma aliança entre os respectivos partidos. A primeira fotomontagem do jornal (5 de Maio) é, aliás, sobre estes dois políticos.



**Figura 1**

*Jornal Novo*, 5 de Maio de 1975

**Figura 2**



*Jornal Novo*, 3 de Julho de 1975.

**Figura 3**



*Jornal Novo*, 20 de Agosto de 1975.

<sup>538</sup> *Jornal Novo*, 9 de Julho de 1975 e 24 de Julho de 1975.

<sup>539</sup> *Jornal Novo*, 9 de Agosto de 1975.

“Marca fortíssima” do periódico, as fotomontagens eram, na maioria dos casos, criadas por Artur Portela. O seu espírito irreverente e irónico, por muitos salientado, é transposto para estas imagens, por vezes acompanhadas por pequenas legendas e inspiradas nas obras de Rafael Bordalo Pinheiro. “Eram uma singularidade e consideradas insolentes pelo espírito de seriedade e pelo dramatismo do discurso político e da acção política”, lembra o então director do *Jornal Novo*, esclarecendo ainda que a ideia destas ilustrações nasce porque alguns membros da sua equipa tinham “experiência de soluções gráficas mais avançadas, daí as fotomontagens”<sup>540</sup>. Quanto ao modo de as elaborar, acabava por ser sempre algo improvisado e sem grandes meios:

“Eu telefonava-lhe [ao fotografo Luís Vasconcelos] e dizia: «precisamos de fotografias, a ideia anda à volta de...». Ele saía, fotografava, chegava lá, estendiam-se as fotografias (...) e com uma tesoura e um frasco de cola, «este aumenta a cabeça...». Nós tínhamos uma fórmula que era a cabeça tinha de ser sempre maior que o tronco para dar a ideia de cabeçudo, da sátira”<sup>541</sup>.

E fizeram história também pela inovação de integrarem manchetes, chegando a ser motivo de protesto de forças políticas como o MRPP (fotomontagem nº 4), por exemplo. Face a este tipo de situações, o periódico retorquia: “Só uma visão pouco desafogada do papel da imprensa e da vida política de um país, e de uma revolução, condena o papel da imaginação, da alegria e do informalismo no tratamento das grandes figuras políticas internacionais e das figuras políticas nacionais”<sup>542</sup>.

**Figura 4**



*Jornal Novo*, 25 de Julho de 1975.

**Figura 5**



*Jornal Novo*, 21 de Agosto de 1975.

<sup>540</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Céu e Silva. Cf. João Céu e Silva, 1975 – *O Ano...Op. Cit.*, pp. 158-159.

<sup>541</sup> Entrevista a Artur Portela Filho, Lisboa, 18 de Janeiro de 2018.

<sup>542</sup> *Jornal Novo*, 29 de Julho de 1975. Em Setembro, uma outra polémica envolveu o Chefe do Estado-Maior da Armada, a propósito de outras fotomontagens, tendo Portela Filho chegado a responder às críticas que este lhe dirigiu. cf. *Jornal Novo*, 4 de Setembro de 1975.

Outros, como Vasco Lourenço, reagem com sentido de humor. O então capitão, ao ser caricaturado pelo jornal, telefona ao director, dando conta do seu agrado. Terá, então, dito: “É para dizer que achei imensa piada e que não vou agir revolucionariamente”<sup>543</sup>.

Regressando aos editoriais, falemos de outra fórmula utilizada por Portela Filho para cativar os seus leitores – a escrita dos textos em formato de “carta aberta” a uma figura ou entidade. Apenas dois exemplos. O primeiro, de Abril, dirigindo-se ao MFA e tendo na base uma crítica à facção gonçalvista do movimento, que propagou o “voto em branco”. “O MFA também erra”, diz-nos o director do *Jornal Novo*, ao mesmo tempo que defende uma adaptação das políticas à nova realidade que emergira dos resultados eleitorais. Por outras palavras, o abandono de medidas revolucionárias. Escreve Portela:

“Ora como o MFA não é a democracia ela própria, como a democracia é a vontade de seis milhões de eleitores, é muito mais saudável que o MFA coincida com essa vontade do que essa vontade coincida com o MFA. (...) O que o MFA não pode fazer é, isolado, o socialismo”<sup>544</sup>.

De certo modo um apelo à união, numa altura em que a divisão do MFA em facções era cada vez mais nítida. No mês de Maio, uma carta dirigida a António Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, é destacada na capa do jornal. Em causa, declarações do Ministro dando conta de que Angola seria independente dentro de meses, nomeadamente referindo: “Não somos indiferentes à linha política de Angola que nos preparamos para deixar”. Artur Portela reage de imediato, questionando se tal significaria o abandono de “Angola à violência, ao neo-colonialismo, ao fascismo?”. A crítica a Almeida Santos surge um pouco depois no texto, ao lembrar que o “25 de Abril fez-se por causa de Angola, embora não só”. As declarações de Almeida Santos não agradavam, de todo, ao director do *Jornal Novo*, que as considerava insuficientes por não explicarem o que se passaria no futuro próximo de Angola e o papel de Portugal nesse contexto. Por isso, dirige-se ao ministro de forma muito directa: “Não ser indiferente não basta. Não ser indiferente não é o nosso estilo. Nem a nossa vantagem específica. Mantermo-nos à margem também não é a nossa maneira. Nem a nossa revolução”<sup>545</sup>.

---

<sup>543</sup> *Jornal Novo*, 11 de Setembro de 1975.

<sup>544</sup> *Jornal Novo*, 28 de Abril de 1975.

<sup>545</sup> *Jornal Novo*, 13 de Maio de 1975.

Perante estes reparos, Almeida Santos responde ao *Jornal Novo*, recebendo também destaque de primeira página. Explica, desde logo, que a resposta às críticas dirigidas por Artur Portela se encontra nas declarações completas publicadas n' *O Século*, das quais o *Jornal Novo* apenas apresenta um breve excerto. Com algum sarcasmo, escreve:

“(…) eu próprio entendo que o meu amigo foi generoso, limitando-se a um “puxão de orelhas” escrito em prosa cristalina. Outros, mais lógicos, pediram hoje o que eu teria pedido: o meu afastamento do cargo.

Como vê, era fácil: eu deixava o ministério, o Alto Comissário o comissariado, os chefes militares a chefia e era a paz, a concórdia, o triunfo das boas ideias em Angola”<sup>546</sup>.

Como seria de esperar, Artur Portela responde logo no dia seguinte:

“O bom senso, Almeida Santos, é uma coisa inteiramente estimável mas não é, em rigor, a qualidade mais revolucionária de todas.

Ora o Almeida Santos é ministro de um governo revolucionário”<sup>547</sup>.

Sem dúvida que a descolonização constituía uma das questões mais relevantes, mas também mais polémicas, da revolução. O *Jornal Novo* não ficava à margem do tema, marcando a sua posição e contribuindo para acentuar a controvérsia em torno dos processos de independência, ao ponto do próprio ministro sentir necessidade de responder, de forma pública, ao periódico.

Já em Agosto, tendo Costa Gomes decidido renomear Vasco Gonçalves como primeiro-ministro do V Governo Provisório, explicando que se tratava de um Executivo transitório, o *Jornal Novo* volta ao ataque, lançando farpas ao Presidente da República. Ao ignorar os críticos das políticas «gonçalvistas», a decisão de Costa Gomes de não romper com elas – como, por exemplo, defendiam PS e PPD – era vista como grave para o país:

“Vejam, meu caro Presidente, perdemos nós, país, a noção daquele mínimo de gravidade, daquele quórum de pudor, daquele quanto basta de sensatez, que a política, mesmo ela, tem de ter?

---

<sup>546</sup> *Jornal Novo*, 14 de Maio de 1975.

<sup>547</sup> *Jornal Novo*, 15 de Maio de 1975.

Um governo por dias? Um governo por um minuto?  
Um governo por um cabelo?”<sup>548</sup>.

Outra figura que é objecto de especial atenção tanto em editoriais como em fotomontagens é o Ministro da Comunicação Social – aliás a temática da comunicação e da liberdade de imprensa é uma constante neste jornal. Alvo de críticas ferozes, Correia Jesuíno é muitas vezes incluído na capa do periódico e, também a ele, Portela Filho dirige uma carta aberta. A propósito do caso *República* e da intervenção do governo, são feitas mais de duas dezenas de questões ao ministro, entre elas várias sobre o controlo dos órgãos de comunicação. “Quanto tempo vai durar a aparente hegemonia PC em jornais de um Estado que apostou em superar os partidos, logo o PC?”. Questionava directamente Portela, tocando num dos assuntos mais polémicos do sector, já que o ministro sempre negara o controlo político dos órgãos de comunicação estatizados. Com este tipo de artigos, o ministro via as suas políticas a serem arrasadas nas páginas do *Jornal Novo*. Outro exemplo: “Que é isto de um jornal nacionalizado? É ele um «Diário do Governo» ilustrado?”<sup>549</sup>.

Um mês depois essa tendência é ainda mais notória. Face às declarações de Jesuíno, defendendo que a imprensa “deve ter plena consciência das prioridades do governo”, Portela Filho não só considera qualquer tipo de “seguidismo” um “absurdo político”, como rejeita, por completo, a visão ministerial sobre o sector:

“A imprensa, mesmo a do Estado, e até, talvez, sobretudo, a do Estado, está obrigada à sua interpretação do que são os interesses nacionais, à interpretação nacional do que são os interesses nacionais, e não sistematicamente, à interpretação governamental do que são os interesses nacionais”<sup>550</sup>.

Correia Jesuíno passa a ser uma das figuras político-militares mais escrutinadas pelo jornal, a que não é alheio o facto de Jesuíno tutelar o ministério da área. Em Agosto, quando é publicado o já mencionado «Projecto Jesuíno», as críticas ao ministro sobem definitivamente de tom. Num texto intitulado “Depois de Jesuíno o dilúvio”, Portela é ainda mais duro. Primeiro, ridicularizando alguns dos aspectos do projecto, como a aplicação de multas a jornais estatizados:

---

<sup>548</sup> *Jornal Novo*, 21 de Agosto de 1975.

<sup>549</sup> *Jornal Novo*, 20 de Maio de 1975.

<sup>550</sup> *Jornal Novo*, 30 de Junho de 1975.

“sendo a maioria os jornais, das rádios e toda a televisão do Estado, e sendo jornais, rádio e televisão da responsabilidade do ministro da Comunicação Social, aí teríamos essa coisa viva que seria o Sr. Correia Jesuíno multar-se a si próprio, suspender-se a si próprio, em suma, maltratar-se a si próprio”<sup>551</sup>.

Depois, recorrendo ao humor para associar o ramo militar do Ministro (Marinha) a um decreto-lei, que, para o jornal, teria três consequências drásticas:

“Primeira: a destruição da liberdade de Imprensa.  
Segunda: a destruição da liberdade.  
Terceira: a destruição da revolução.  
De resto, é um documento estimável.  
Que vem na linha de um Direito ilustre – o Direito Marítimo”<sup>552</sup>.

Dias depois, o título de um novo editorial dirigido a Jesuíno era, por si só, revelador. “Obviamente, demita-se”, escrevera, utilizando a célebre frase de Humberto Delgado acerca de Salazar. Portela, considerava o ministro “um erro político deste governo”<sup>553</sup>. Depois de meses a fazer “oposição” às políticas de Jorge Correia Jesuíno, o *Jornal Novo* faz o “cheque mate” final, considerando que o militar da facção gonçalvista do MFA não tinha condições para se manter no cargo. Uma vez mais, e sem surpresas, era o jornal a tomar partido, a agitar e a criar polémica, não poupando nas palavras nem hesitando em arrogar o seu papel de actor político. Assumia a sua discordância relativamente à linha revolucionária preconizada por Jesuíno e propagava-a em editoriais, artigos de opinião e também em fotomontagens, onde o retrato de Jesuíno não era diferente, sendo-lhe associadas as imagens de censura à imprensa (utilização de tesoura) ou mesmo de alguém que a pretender “matar” (tourada).

**Figura 6**



*Jornal Novo*, 7 de Julho de 1975.

**Figura 7**



*Jornal Novo*, 5 de Agosto de 1975.

<sup>551</sup> *Jornal Novo*, 5 de Agosto de 1975.

<sup>552</sup> *Idem*.

<sup>553</sup> *Jornal Novo*, 11 de Agosto e 1975.

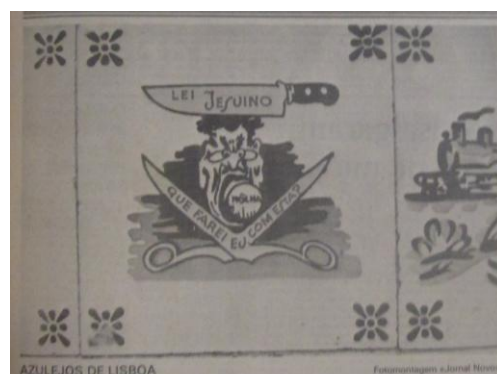


**Figura 8**



*Jornal Novo*, 7 de Agosto de 1975.

**Figura 9**



*Jornal Novo*, 13 de Agosto de 1975.

Destacamos mais algumas montagens fotográficas do vespertino que revelam, por um lado, a abrangência e diversidade das figuras alvo do *Jornal Novo* e, por outro, que, pelo menos até Novembro, o periódico não abrandava de tom, de críticas e, muito menos, do estilo de humor com que já habituara os leitores. Poucos escapavam à pena afiada do periódico e até a onda de boatos que domina a sociedade portuguesa em Novembro inspira um hipotético cartaz de uma peça de revista (fotomontagem N°12), onde José Saramago (escritor e director-adjunto do *DN*) era o autor do poema, José Jorge Letria (músico e jornalista do *DN*) era o responsável pela música e, entre outros, contava com os “actores”, atracções principais, Pinheiro de Azevedo, Vasco Lourenço, Franco Charais, entre outros. “Hoje há golpe!”, foi o título escolhido para ridicularizar o ambiente então vivido.

**Figura 10**



*Jornal Novo*, 31 de Outubro de 1975.

**Figura 11**



*Jornal Novo*, 3 de Novembro de 1975.



**Figura 12**



*Jornal Novo*, 19 de Novembro de 1975.

Refira-se que, devido ao seu conteúdo, o *Jornal Novo* chega também a ser queimado publicamente, por leitores descontentes. É o próprio que dá conta de uma “queima” que ocorrera no final de Agosto, no Barreiro, não se mostrando preocupado. Dirigindo-se a quem toma tais atitudes, Artur Portela Filho diz que mais não são do que a “prova que não é, nem a verdade, nem a inteligência, nem a História, nem a generosidade, que está contra nós, mas o ódio, a estupidez, a opacidade, a malvadez, a sem-razão, o insulto, que o fogo é”<sup>554</sup>.

### **5.1.5. Um núcleo variado de colaboradores**

A par dos editoriais escritos pelo director e de artigos da autoria dos jornalistas de casa, sem periodicidade regular, o *Jornal Novo* contou também com um núcleo de colaboradores especiais que escreviam – uns mais que outros – regularmente. O objectivo era o de “cultivar um saudável leque de opiniões e de sensibilidades”, onde se incluíam personalidades “mais de esquerda e outras mais de direita”, lembra Diogo Pires Aurélio, acrescentando que, também por esse aspecto, “as pessoas tinham a noção de estar num jornal que não era da situação”<sup>555</sup>.

Ao folhearmos as páginas do *Jornal Novo* vamos, então, encontrar textos assinados por Eduardo Lourenço (filósofo e professor universitário), Fernando Piteira Santos (historiador, jornalista e destacado oposicionista à ditadura), Marcelo Rebelo de

<sup>554</sup> *Jornal Novo*, 29 de Agosto de 1975.

<sup>555</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

Sousa (jornalista e deputado Constituinte pelo PPD), Mário Sottomayor Cardia (portavoz do PS e deputado Constituinte pelo PS), Vital Moreira (deputado Constituinte pelo PCP), Vitorino Magalhães Godinho (historiador e professor universitário), Vergílio Ferreira (escritor), entre outros.

De Marcelo Rebelo de Sousa, colega do semanário *Expresso*, são vários (e sobre assuntos variados) os textos publicados. No rescaldo do *11 de Março*, quando é divulgado o relatório dos acontecimentos, o jornalista e deputado defende que “para além do dia 25 de Abril, e da meta próxima das eleições, o que está agora por fazer é todo o repensar da actuação da esquerda portuguesa no futuro”. Entre os caminhos possíveis, defende a “urgência de acentuar formas de colaboração concreta dos partidos e forças progressistas com o MFA”<sup>556</sup>. Algo que fará ainda mais sentido depois de realizadas as eleições, cujo resultado, segundo Rebelo de Sousa, “representou a opção serena, maciça e concludente” do povo português “por uma via socialista respeitadora da liberdade e da democracia restaurada”<sup>557</sup>. Uma visão, de certo modo, partilhada pelo jornal, que além de defender um rumo idêntico para o país, era também apologista de entendimentos partidários. Tal como em alguns editoriais, também aqui – num artigo de opinião de um colaborador externo – se fala na necessidade de uma mudança de atitude da extrema esquerda portuguesa.

Estratégia ou não, a verdade é que a “causa” comum da via democrática saía reforçada com a introdução de vozes externas ao jornal, com confluência de posições. Não será sempre assim, existindo até algumas polémicas (em artigos de opinião, como veremos), mas, no caso de Rebelo de Sousa, tal parecia aplicar-se. Esta ideia é ainda reforçada a propósito do «Projecto Jesuíno», em Agosto, sobre o qual escreve um contundente artigo em defesa da liberdade de imprensa, considerando o diploma “juridicamente medíocre” e “anti-democrático”<sup>558</sup>.

Um mês depois, já com o nome de Vasco Gonçalves afastado da possibilidade de encabeçar um novo Executivo, e quando pairavam inúmeras incógnitas quanto à sua composição, o subdirector do *Expresso* partilha várias opiniões acerca do novo momento político. Defende a integração do PS e PPD no VI governo, atribuindo-lhes “um papel particularmente significativo”. O PCP também integraria o Executivo, mas com uma ressalva: “na medida em que demonstrar em paralelo com a sua proposta

---

<sup>556</sup> *Jornal Novo*, 24 de Abril de 1975.

<sup>557</sup> *Jornal Novo*, 28 de Abril de 1975.

<sup>558</sup> *Jornal Novo*, 5 de Agosto de 1975.

socialista, um respeito permanente e inequívoco das regras do jogo democrático pluralista”. Quanto à integração de militares do MFA, mais uma afirmação algo polémica: “a já elucidativa história de V governos e poderosas razões do momento parecem indicar que quanto menor foi o seu número melhor”<sup>559</sup>.

Outro intelectual, Vergílio Ferreira, num artigo intitulado “Mitologia” aborda sensivelmente o mesmo assunto – o respeito pelos resultados eleitorais - razão de divergências entre forças militares e políticas. De um lado extrema-esquerda, PCP e militares “gonçalvistas” e do outro partidos como o PS e PPD e militares moderados do MFA. Por outras palavras, legitimidade revolucionária versus legalidade democrática. A pergunta do escritor era: “e como sobrepomo-nos ao povo, fornecendo-lhe não aquilo que ele disse gostar, mas o que outros entendem que deve ser o seu gosto?”. E concretiza:

“Foi o que se passou, por exemplo, a propósito do resultado das eleições. Quem votou em favor de certas minorias partidárias, esse é que estava mais informado; como quem votou em partidos das maiorias, era naturalmente escasso em informação.

(...) Assim é ao nível das nossas possibilidades que teremos de decidir, sendo portanto absurdo ou só compreensível no domínio da propaganda, que se julgue mal informado aquele de entre o povo que não votou em quem nós queríamos”<sup>560</sup>.

Sem preocupações de exaustividade - já que muitos outros textos e autores poderiam ser mencionados – aos já referidos, juntam-se, por exemplo, Miller Guerra (médico e membro destacado da “Ala Liberal”), Mário Dionísio (escritor e pintor) e Eduardo Prado Coelho (escritor e filósofo) – destacamos uma polémica que ocupou espaço em vários números do periódico, entre Eduardo Lourenço e Eduardo Prado Coelho, na sequência da publicação de um texto deste último, n’*A Capital*, muito crítico de Mário Soares.

Eduardo Lourenço, socialista, tece duras críticas a Prado Coelho, comunista, considerando que o seu texto “se enreda num discurso-charge habitualmente mais desvinculado do anedotário político tão caro ao subjectivismo lusíada”. Elogiando Soares e o PS, o ensaísta aproveita para criticar o Partido Comunista, destacando aquilo que considera ser o seu “anti-democratismo visceral” e o seu “sovietismo agressivo”<sup>561</sup>.

---

<sup>559</sup> *Jornal Novo*, 3 de Setembro de 1975.

<sup>560</sup> *Jornal Novo*, 9 de Julho de 1975.

<sup>561</sup> *Jornal Novo*, 26 de Julho de 1975.

Prado Coelho responde dias depois, num texto tão longo que obriga o jornal a dividi-lo em três partes, publicando-as em três dias. Os ataques ao PS estão, sem surpresa, em destaque:

“o Partido Socialista tudo fez para recuperar força e prestígio, e para poder aparecer como um grande partido popular. E nesse tudo fazer, fez de mais. Com a tendência manobreira dos seus dirigentes (e creio que nenhum político português se baralha e contradiz tanto nas suas afirmações e é tantas vezes desmentido como Mário Soares), o Partido Socialista utilizou-se de todos processos para recuperar o terreno perdido. (...) O mais grave, o mais deplorável, o mais desastroso desses processos foi o desfiar de uma campanha contra o Partido Comunista (...)”<sup>562</sup>.

Eduardo Lourenço responde, num “Post-scriptum para Eduardo Prado Coelho”, onde inclusivamente assume alguma convergência de pensamento:

“partilho – creio que isso se encontra em filigrama ou literalmente exposto nalgum dos meus artigos «políticos» – a sua lúcida, e a meu ver, a mais estruturada análise até hoje vinda a público, da hiperpolitização verbal que invadiu a cena portuguesa depois do 25 de Abril, criando um espaço ideológico, conceptualmente demente, de consequências incalculáveis”<sup>563</sup>.

Mas logo depois argumenta em sentido contrário ao de Prado Coelho. Ainda assim, esta polémica que ocupa várias edições do jornal permite observar que há também espaço para vozes dissonantes nas suas páginas. Artigos de uma densidade argumentativa notável, que não cabe aqui dissecar, escritos por dois intelectuais de ideologias políticas distintas e que deixavam patente precisamente as suas visões sobre o actual e futuro político do país. O *Jornal Novo* oferecia, assim, aos leitores, através desta polémica, textos que, muito embora marcados por um tempo de discursos apaixonados e radicalizados, se distinguiam claramente de muito do que era então publicado.

Por fim, refira-se uma das raras colunas regularmente publicadas no *Jornal Novo*, o “Folhetim Artístico de José Augusto-França”. Escritos pelo historiador e crítico de arte, desde antes da revolução, os textos referem-se a questões culturais e artísticas, tendo subjacente a ideia de que, numa altura em que a política dominava os debates e

---

<sup>562</sup> *Jornal Novo*, 13 de Agosto de 1975.

<sup>563</sup> *Jornal Novo*, 20 de Agosto de 1975.

preocupações da sociedade, “a arte tem que entrar em tratamento em Portugal”<sup>564</sup>. Por isso mesmo, os folhetins de Augusto-França vão ter espaço, semana após semana, nas páginas do vespertino lisboeta.

#### 5.1.6. A “catcha” Documento dos Nove e a “confissão” do “pasquim”

Se pensarmos em grandes “furos” jornalísticos do Verão de 1975, dificilmente nos esqueceríamos da publicação, em exclusivo, do «Documento dos Nove». A sua saída no *Jornal Novo*, porém, não é muito surpreendente, uma vez que “a informação e cachas do *Jornal Novo* sobre a situação militar são frequentemente dadas por militares do Conselho da Revolução do Grupo dos Nove” mas também por “dirigentes partidários, do PS”<sup>565</sup>. Artur Portela corrobora a versão do colega, explicando que as fontes eram

“pessoas ligadas ao Grupo dos Nove, a algumas pessoas do PS, mas esses minorizados. Nós estávamos mais próximos do Melo Antunes designadamente, mas não havia, digamos, organização e reuniões... Eram mais eles que nos procuravam do que nós os procurávamos a eles”<sup>566</sup>.

Havia, de facto, muitas ligações entre os jornalistas e aquele grupo de militares do MFA, que se opunha à visão dominante então no movimento (a esquerda revolucionária). São frequentemente entrevistados pelo periódico e, por isso, seria natural que ali publicassem o texto do seu projecto político. A verdade é a intenção inicial dos militares era a de o publicar n’ *O Jornal*, tendo encetado contactos nesse sentido:

“Tínhamos o José Carlos de Vasconcelos n’ *O Jornal*, com quem tínhamos combinado... «durante a tarde... há aí uma coisa que é preciso publicar amanhã» (...). Ele estava à espera que o documento saísse. Mas houve alguém, que não sei quem foi, que tinha ligações ao Artur Portela Filho, que lhe fez chegar o documento e ele faz uma edição especial do *Jornal Novo* só para publicar o documento”<sup>567</sup>.

---

<sup>564</sup> *Jornal Novo*, 17 de Abril de 1975.

<sup>565</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio. Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>566</sup> Entrevista a Artur Portela Filho. Lisboa, 18 de Janeiro de 2017.

<sup>567</sup> Entrevista a Vasco Lourenço, Lisboa, 10 de Julho de 2012.

Portela Filho levou a melhor e o «Documento dos Nove» acabou por ser publicado um dia antes do previsto, já que a edição semanal d'*O Jornal* só sairia no dia seguinte.

Tanto o *Jornal Novo* como *O Jornal* (que é criado dias depois) aproximavam-se ideologicamente dos “Nove”. Estes militares “demarcam-se quer do modelo socialista burocrático do Leste, quer do modelo social-democrata”, defendendo, no fundo, um “«projecto nacional de transição para o socialismo», «inseparável da democracia política pluralista, das liberdades, direitos e garantias fundamentais»”. Para tal, exigiam “o afastamento da «equipa dirigente» do MFA, que consideram falha de credibilidade e capacidade governativa”<sup>568</sup>.

O documento acaba por chegar a Artur Portela, com o pedido de publicação para o dia seguinte. Uma vez mais, era notória a importância da imprensa naquele momento, enquanto veículo de transmissão das grandes e imediatas “mensagens” políticas:

“Quem nos levou o Documento dos Nove foi o Castro Mendes [assessor de Melo Antunes] (...). Pois bem, ele chegou ao jornal a meio da tarde, com o Documento e com o pedido para que fosse publicado na íntegra na edição do dia seguinte. Uma loucura: porque o Documento era de uma importância capital, mas, por outro lado, dada a sua extensão, seria impossível garantir a sua publicação no dia seguinte se o fôssemos compor. Decidi, então, fotografar as páginas do Documento, ao mesmo tempo que contratámos ardinas específicos que foram anunciar pela cidade o Documento dos Nove ou Documento Melo Antunes, como também é conhecido, nesse fim de tarde-noite”<sup>569</sup>.

Para Artur Portela foi logo óbvio que estava perante uma “peça fundamental na afirmação da democracia representativa e de um Estado de Direito”. Era, efectivamente, um projecto alternativo à linha política que vinha a ser seguida, mas assumidamente um documento de esquerda. “Ao anoitecer, já os ardinas gritavam e as rádios e as agências noticiosas anunciavam o título da edição”<sup>570</sup>. A terceira edição do *Jornal Novo*, de quinta-feira 7 de Agosto de 1975, apresentava em manchete: “Documento Melo Antunes – o grupo não-radical propõe uma alternativa para a crise política”. O nome

---

<sup>568</sup> António Reis, “O Processo de...”, *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>569</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Figueira. Cf. João Figueira, *Os Jornais como... Op. Cit.*, p. 210.

<sup>570</sup> Entrevista a Artur Portela Filho por João Céu e Silva. Cf. João Céu e Silva, *1975 – O Ano do... Op. Cit.*, p. 157.

dado ao documento era ainda o do seu principal autor, Melo Antunes, passando depois a ser designado pelo número de subscritores inicial<sup>571</sup>.

O choque frontal com o gonçalvismo vai ter como uma das consequências imediatas o afastamento dos moderados do Conselho da Revolução, o que também é noticiado no periódico. Os acontecimentos sucedem-se e o jornal está na primeira linha ao acompanhá-los. No dia 8, Mário Soares assume o apoio ao documento dos militares, numa carta aberta que dirige ao Presidente da República, mais um grande exclusivo do *Jornal Novo*, que o publica. “Repare, Sr. Presidente”, escrevia Soares, pedindo a demissão de Vasco Gonçalves e do seu “governo ultra-minoritário sem credibilidade que não representará hoje 18% do eleitorado português. Um governo se não de comunistas, de cripto-comunistas ou de elementos estreitamente associados”. O conteúdo da carta revelava bem a posição do PS, de recusa total do modelo de “gonçalvistas” e comunistas. Para Soares, tratava-se de “salvar a revolução, que está a ser comprometida por uma minoria arreigadamente totalitária e de vocação suicida”<sup>572</sup>. A carta, datada de 7 de Agosto, acabará por ser publicada no dia da tomada de posse do V governo, que mantém Vasco Gonçalves no poder por mais 29 dias.

Dez dias depois, o Primeiro-ministro profere um longo discurso em Almada, tentando recolher apoios, numa altura em que era amplamente contestado. O «Documento dos Nove», os apelos à constituição de um governo de Salvação Nacional, as reservas de Álvaro Cunhal (manifestadas no discurso de Alhandra relativamente ao Primeiro-ministro), a agitação na Região Militar do Norte são disso exemplos.

Em cerca de hora e meia, o Primeiro-ministro aborda vários temas. O «Documento dos Nove», as divisões no seio do MFA, o V Governo Provisório, o anti-comunismo e a questão da comunicação social foram alguns deles. Defendendo intransigentemente o seu governo, decide atacar a chamada “nova imprensa”. A sua tática, defende, é a utilização de “linguagem sumptuosa, o culto do esgar grosseiro, o recurso irresponsável ao boato e mesmo à mentira”, que faz com que a “libertinagem” impere em “certa imprensa”. Essa “roça hoje quase pela obscenidade, o que faz temer que ela venha a tornar-se perigosamente fascista a muito breve prazo”, afirma publicamente o general. Referindo-se ao *Expresso*, *Jornal Novo* e *Tempo*, chamara-lhes

---

<sup>571</sup> Sobre o Documento dos Nove, cf. Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes... Op. Cit.*, pp. 306-315.

<sup>572</sup> *Jornal Novo*, 8 de Agosto de 1975.

“pasquins”, “libertinos da informação”, acusa-os de estarem “interessados em isolar a classe trabalhadora” e não no “socialismo”<sup>573</sup>.

Perante os ataques aos títulos fora da alçada do Estado, o *Jornal Novo* responde com uma capa tão sarcástica quanto polémica: “Eu pasquim me confesso”, era o título. Portela Filho não perde oportunidade de responder, à letra, a Vasco Gonçalves, desclassificando o seu discurso:

“Deste jornal, o Sr. Vasco Gonçalves não terá, nunca, a resposta direitista que o absurdo do seu discurso suplica. A tranquilidade, a coerência, resultantes do socialismo que somos, da independência que demonstrámos, da credibilidade que conquistámos, permitem-nos situar, compreender, e lamentar, a frio, este desespero”<sup>574</sup>.

Noutra passagem, a acusação velada de que o primeiro-ministro não pretendia, no fundo, uma imprensa independente do poder político, mas sim alinhada com o seu governo: “o que há de grave nesta passagem do discurso do Sr. Vasco Gonçalves não é que ele não nos estime, não nos leia, não nos queira, é que ele considere insuportável a imprensa independente, crítica, viva na vontade popular”<sup>575</sup>.

Em suma, apesar de títulos como o *Diário de Notícias* sublinharem a “firmeza e coragem moral” de Vasco Gonçalves em Almada, outros, como Vergílio Ferreira, colaborador do *Jornal Novo*, consideram-no um “espectáculo extraordinário de desespero”<sup>576</sup>. “O tom exaltado, despropositado e desconexo do discurso do primeiro-ministro é interpretado como um verdadeiro suicídio político”, acentua Maria Inácia Rezola<sup>577</sup>, dando conta de que a queda do governo estaria para breve. No dia seguinte, Costa Gomes intensifica conversações tendo em vista a formação de um novo Executivo liderado por outra personalidade.

A par de ataques públicos, como o de Vasco Gonçalves, ao tipo de jornalismo que praticava, no auge da radicalização política, em que o *Jornal Novo* era cada vez mais colado à “direita”, as ameaças aos seus trabalhadores e, até mesmo às instalações, passam a ser uma realidade. “Telefonemas a gritar «seus fascistas, nós vamos aí e

---

<sup>573</sup> *Expresso*, 23 de Agosto de 1975.

<sup>574</sup> *Jornal Novo*, 19 de Agosto de 1975.

<sup>575</sup> *Idem*.

<sup>576</sup> *Cit. in* António Luís Marinho e Mário Carneiro, *1975 – o ano que terminou em Novembro*. Lisboa: Temas e Debates, 2015, p. 361.

<sup>577</sup> Maria Inácia Rezola, *25 de Abril... Op. Cit.*, p. 224.



partimos isso tudo», isso atendi”, conta Pires Aurélio<sup>578</sup>. O seu colega Alexandre Pomar, acrescenta alguns detalhes:

“As coisas evoluíram muito depressa, provavelmente a partir de Agosto ou coisa do género já tínhamos um carro da polícia dentro do jardim e o edifício a ser patrulhado pelo MRPP à volta. Também por essa altura era muito claro o risco em que a gente incorria. A certa altura, é identificado mais do que um telefonema a saber a hora de saída de cada um, as moradas e coisas do género. Portanto, a partir de certa altura (o Verão Quente) eu ia para casa, morava em Miraflores, e saía com uma bombinha de gás - nunca a cheguei a usar - mas estávamos no regime de precaução, de cautela”<sup>579</sup>.

Também Artur Portela recorda um episódio semelhante:

“Sabe-se que vão assaltar o *Jornal Novo* nessa noite e vão escavar tudo. Aí aparece Torquato da Luz: «Epa, temos que fechar as portas para não entrarem». Eu disse: «pelo contrário, as portas mantêm-se abertas porque isto é a liberdade. É assim mesmo». Acabaram por não assaltar”<sup>580</sup>.

O nível de tensão é de tal forma elevado que o *Jornal Novo* vai viver um episódio muito semelhante aos que aconteciam na imprensa estatizada. A 2 de Outubro, os tipógrafos que trabalhavam na Mirandela recusam-se a imprimir uma edição do jornal, com o exclusivo da publicação de um comunicado do PS. Nele era aventada a preparação de um golpe de Estado por forças comunistas e de extrema-esquerda. Entre discussões em plenário e votação final, acabaram por viabilizar a publicação do comunicado, na condição de ser incluída a moção dos trabalhadores de Mirandela na qual a sua “posição apartidária” ficasse explicitada<sup>581</sup>. Tarde demais, o documento perdera oportunidade e a direcção do *Jornal Novo* opta por não o publicar, algo que será imediatamente aproveitado pelo *Diário de Notícias*. Ao ser informado do que se passara, prepara a manchete do dia seguinte: “frustrada uma edição do *Jornal Novo* que divulgava a posição do PS”<sup>582</sup>.

---

<sup>578</sup> Entrevista a Diogo Pires Aurélio, Lisboa, 10 de Julho de 2017.

<sup>579</sup> Entrevista a Alexandre Pomar, Lisboa, 18 de Julho de 2017.

<sup>580</sup> Entrevista a Artur Portela Filho, Lisboa, 18 de Janeiro de 2017.

<sup>581</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 60.

<sup>582</sup> *Diário de Notícias*, 3 de Outubro de 1975.

## 5.2. O Jornal

### 5.2.1. “E se fizéssemos um jornal com estes gajos?”

A ideia de criar um novo semanário de informação é recordada de, pelo menos, duas formas, havendo, no entanto, consenso quanto ao facto de ter partido de conversas entre jornalistas empenhados numa nova aventura profissional.

Em finais de 1974, José Silva Pinto, então redactor do *Diário de Notícias*, escreve num dos “«linguados» de papel amarelado que eram usados para escrever os originais” do *DN*, “uma pergunta muito simples: E se fizéssemos um jornal com estes gajos?”. Acompanhava-a uma lista de nomes. O receptor, o seu colega “Beça Múrias, escreveu outra lista, na qual, curiosamente, os nomes eram quase todos os mesmos.” E quem constava da referida lista?

“Era, ainda, um rol muito incompleto aquele conjunto de nomes por nós redigido, mas, se bem me lembro, já lá estavam os nomes do Joaquim Letria, do Afonso Praça, do Pedro Rafael dos Santos, do Francisco Sarsfield Cabral, do Carlos Cáceres Monteiro, do Hernâni Santos, do Fernando Gaspar e do Joaquim Lobo — e poucos mais”<sup>583</sup>.

Curiosamente, um dos referidos no papel, Joaquim Letria - jornalista com ampla experiência em vários órgãos de comunicação e uma das figuras mais populares da informação da televisão portuguesa à época - revela-nos uma história ligeiramente distinta, que diz ter acontecido antes do episódio relatado por Silva Pinto. Num dia de chuva, Letria saía perto da “uma e meia da manhã da televisão” quando se confronta com uma situação invulgar: “Não vejo quem é que lá estava, mas vejo um carro que me faz sinais de luzes. E fui ver quem era. Então eram dois antigos camaradas meus de profissão, que era o Hernâni Santos (...) e o Manuel Beça Múrias”. Letria entra então no carro e a conversa entre os três prolonga-se durante algumas horas:

“Perguntam-me: És feliz?.

- Sou feliz como?
- Gostas do que estás a fazer?
- Eu disse: Não. Vocês conhecem-me, veem o que é que eu faço todos os dias, não é difícil pensar que não tenho razões para estar muito feliz.

---

<sup>583</sup> José Silva Pinto, “Génese de um jornal irrepetível” in *Sítio do Clube dos Jornalistas*, 2015 [http://www.clubedejornalistas.pt consultado em Dezembro de 2016], p. 1.

- Não queres fazer um jornal?”<sup>584</sup>

“Repartimos entre nós os contactos” a partir de então, acrescenta Letria, que aceita imediatamente o desafio que lhe propuseram. Duas versões com detalhes discrepantes mas que, eventualmente, até poderão ter ocorrido sensivelmente ao mesmo tempo. Neste contexto, estes quatro nomes terão sido os primeiros a discutir o novo projecto jornalístico. Por outro lado, Manuel Beça Múrias é o elemento comum às duas versões, o que deixa patente a sua relevância na génese deste novo periódico.

O primeiro denominador comum entre os vários jornalistas que se vão juntando a um projecto ainda em preparação é o descontentamento em relação ao panorama da imprensa nacional, intensificado logo após o *11 de Março* e a nacionalização de vários jornais. Referindo-se a esta realidade, Joaquim Letria lembra que “fazer *O Jornal*” foi “em parte uma resposta às pressões na informação estatizada, à situação do *Diário de Notícias*, à impossibilidade de se fazerem coisas sérias nos jornais”<sup>585</sup>. No mesmo sentido, Silva Pinto revela que a “busca de uma solução jornalística nova” prendeu-se com o “facto de, no final de 1974, sucessivas tentativas de controlo partidário e diversos desvarios pseudo-revolucionários começarem a tornar insustentável a permanência num jornal estatizado como era, então, o *Diário de Notícias*”, onde, tal como Beça Múrias, era subchefe de redacção<sup>586</sup>.

Após as conversas iniciais, tornava-se urgente recrutar novos elementos para que o projecto começasse a ganhar forma. Definiu-se, então, uma regra. “Chegámos a um acordo que era o da bola preta. Portanto, se houver alguém que você quer que entre, basta um que não queira e já não entra”, lembra Letria<sup>587</sup>. Os jornalistas desdobraram-se em contactos e em convites a colegas com quem se haviam cruzado em redacções e que, por isso, conheciam bem pessoal e profissionalmente. Ainda que alguns deles se encontrassem, nessa altura, noutros órgãos de comunicação social, tinham quase todos em comum a experiência de trabalho no *Diário de Lisboa*, n’ *A Capital* ou na *Flama* (veja-se a quadro 12).

Fernando Gaspar, repórter d’*A Capital*, é contactado por Beça Múrias, que conhecera enquanto subchefe de redacção desse jornal. “Precisamos de uma casa para reunir”, diz-lhe. Gaspar coloca a sua à disposição, servindo assim de “escritório

---

<sup>584</sup> Entrevista a Joaquim Letria, Lisboa, 10 de Maio de 2013.

<sup>585</sup> Entrevista de Joaquim Letria a Avelino Rodrigues. Cf. José Rebelo (Org.) *Ser Jornalista...Op. Cit.*, p. 432.

<sup>586</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 1.

<sup>587</sup> Entrevista a Joaquim Letria, Lisboa, 10 de Maio de 2013.

improvisado” para delinear os principais contornos do novo projecto. “Na minha casa ter-se-ão feito as três, quatro primeiras reuniões. Cada vez mais alargadas, mais fumarada, mais cinzeiros a despejar...”, recorda o jornalista, que se considera “honrado por ter sido convidado”: “Era uma coisa nova, um projecto nosso, só por si aliciante”<sup>588</sup>.

João Segurado é convidado por Letria, que já o conhecera dos tempos das lutas académicas dos anos 60 e de Londres, onde ambos viveram (Segurado como exilado). Recorda-se perfeitamente dos encontros com os colegas, “uma coisa completamente louca”, “com muito fumo”. Alguns deles também acontecem em sua casa, no bairro de Santos, em Lisboa. Quanto à primeira reunião, lembra:

“Nessa primeira reunião, foi um almoço num restaurante Chinês na Av. de Roma, era o Luís de Barros, que depois não entrou para o grupo, acabou por ser substituído pelo José Carlos de Vasconcelos, era o Manuel Beça Múrias, o Silva Pinto e o Letria. Um almoço em que se discutiu a ideia de fazer um jornal. Depois houve uma série de reuniões. Houve várias aqui em casa (...)”<sup>589</sup>.

Pouco depois, José Carlos de Vasconcelos foi outro dos convidados. Advogado dedicado à defesa de causas relacionadas com a liberdade de imprensa, era director-adjunto do *Diário de Notícias*. Acaba por abandonar o jornal da Avenida da Liberdade após o *11 de Março*, na sequência de um episódio algo nebuloso<sup>590</sup>. Por esse motivo, “embora desde o início, participante na sociedade e nos trabalhos preparatórios do lançamento do novo jornal”, acaba por apenas “entrar a tempo inteiro nas vésperas da saída do primeiro número, mas ainda a tempo de produzir a primeira manchete”<sup>591</sup>.

Nomes como os de Afonso Praça, Carlos Cáceres Monteiro, Joaquim Lobo ou Pedro Rafael dos Santos, entre outros, são também desafiados, juntando-se ao grupo de jornalistas (quadro 12). Outros optaram por recusar integrar um projecto arriscado que não oferecia garantias de sucesso. “As reuniões prosseguem, algo improvisadas e em vários espaços, à medida que o grupo era alargado”<sup>592</sup>.

---

<sup>588</sup> Entrevista a Fernando Gaspar, Lisboa, 21 de Janeiro de 2017.

<sup>589</sup> Entrevista a João Segurado, Lisboa, 21 de Março de 2017.

<sup>590</sup> Num plenário, os trabalhadores do *Diário de Notícias* decidem retirar o apoio ao director do jornal, José Ribeiro dos Santos, acusado de ter escrito um editorial a condenar as propostas, feitas em Assembleia do MFA, de fuzilamento de militares implicados no 11 de Março. José Carlos de Vasconcelos demite-se, em solidariedade com Ribeiro dos Santos. Sobre o caso, veja-se Pedro Marques Gomes, *Os Saneamentos... Op. Cit.*, p. 49.

<sup>591</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>592</sup> Segundo Silva Pinto, “o projecto começou a ser delineado, em reuniões aqui e ali, por exemplo num andar da Rua Barata Salgueiro, onde o Joaquim Letria trabalhava também como delegado de um jornal de Moçambique”. Passariam, pouco depois, para a Sala Kyoto, no Hotel Altis, onde as reuniões eram “bem

A ideia avançada, desde as primeiras conversas, era a de fundar um “jornal de jornalistas”, em que estes tivessem poder e autonomia para definir a sua linha editorial. De algum modo, a inspiração vinha do *Le Monde*, cujos redactores passaram, a partir de 1951, a deter uma parte do seu capital, participando, assim, na estrutura do jornal francês, enquanto “sociedade de redactores”. Em 1975, a França contava com 32 sociedades de redactores<sup>593</sup>.

Pretendiam que cada um dos fundadores tivesse uma parte do capital social da empresa para que, no total, contassem com mais de metade. Mas, como não tinham meios para comprar a percentagem de acções que cabia a cada um, decidem desde o início trabalhar sem receberem salários, revertendo o respectivo valor para a compra das acções. Faltava, porém, algum capital que permitisse fazer face às despesas iniciais.

“Fomos ter com o Eduardo Fortunato de Almeida (...) todos nós tínhamos trabalhado com ele nos tempos da *Flama* e tínhamos boa impressão do Fortunato de Almeida. Sendo um tipo que não tinha nada a ver com o 25 de Abril, pelo contrário, também não era um contra-revolucionário. E era um tipo com dinheiro. Fomos ter com ele: «Você não gostaria de entrar neste esquema?». E ele, ao fim de algum tempo, disse que sim e entrou com o dinheiro.”<sup>594</sup>

Eduardo Fortunato de Almeida era, efectivamente, um dos sócios da editora Casa Viva (tal como António dos Reis e Diogo da Fonseca, outros dois nomes invocados), que chegara a acordo com os jornalistas, ficando a editora com 40% do capital da empresa jornalística. Resolvida que estava a questão da compra da totalidade do capital do jornal, era ainda necessário assegurar a produção e impressão do futuro semanário. Neste campo, António Pedro Ruella Ramos, conceituado nome da imprensa nacional, é um apoio decisivo:

“Depois eu fui ter com o meu querido amigo Ruella Ramos, dono e director do *Diário de Lisboa*, que nos deu uma coisa mais importante ainda que o dinheiro, que foi o crédito. Naquela altura era preciso fotogravura... Toda a produção do jornal, já em offset, era ali feita, e a impressão e o papel”<sup>595</sup>.

---

longas e animadas — e fumava-se tanto que até os alarmes de incêndio chegavam a disparar...”, Cf. José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>593</sup> *O Jornal*, 2 de Maio de 1975.

<sup>594</sup> Entrevista a Joaquim Letria, Lisboa, 10 de Maio de 2013. Cf. *O Jornal*, 27 de Novembro de 1992.

<sup>595</sup> Entrevista a Joaquim Letria, Lisboa, 10 de Maio de 2013

Refira-se, uma vez mais, a convergência de nomes ligados ao *Diário de Lisboa*. Aos jornalistas que trabalharam na sua redacção e que estavam, naquele momento, a preparar o novo semanário, juntava-se o nome do próprio proprietário e director do vespertino.

Como se disse, os fundadores do novo semanário acordaram não receber salários, o que aconteceu durante os primeiros três meses. Por isso, mantiveram os seus empregos nos jornais onde trabalhavam até conseguirem assegurar a compra das suas acções, acabando por “trabalhar para *O Jornal* de noite, de madrugada, enfim, quando pudessem”<sup>596</sup>. Luís Almeida Martins, por exemplo, “continuava a ir à *Capital* da parte da manhã e depois à tarde ía para *O Jornal*. Foi assim que a gente capitalizou...”<sup>597</sup>.

Estavam, portanto, reunidas várias condições para o projecto do novo semanário avançar, faltando apenas acertar alguns detalhes, como o valor dos salários dos jornalistas, o que rapidamente acontece:

“Decidimos que todos ganhávamos o mesmo - 20 contos - o que na altura era bastante dinheiro. E todos mantínhamos o emprego fora do jornal, porque essa era a nossa forma de realizar o capital (...) dinheiro mesmo em papel é que era do Fortunato de Almeida, que eram os outros 40%. Com o crédito do Ruela Ramos arrancámos...”<sup>598</sup>.

Outra questão premente dizia respeito à necessidade de encontrar instalações para a redacção. Inicialmente, os trabalhos decorrem “num andar na Avenida Sidónio Pais”, de forma provisória, segundo Silva Pinto, até que as obras da redacção terminassem<sup>599</sup>. O semanário acabaria por instalar-se definitivamente no rés do chão do nº 323 da Avenida da Liberdade. A renda, 10 contos, um valor algo reduzido para a época e para a dimensão do espaço.

Havia também que dar um nome ao novo semanário, mas, tal como vinha sendo hábito, necessitava da concordância de todos os jornalistas. “Cada um punha dois ou três títulos”, recorda Letria, que sugeriu *A Tribuna*. Outros avançaram com *O Globo*, *O Mundo* ou *A Gazeta*<sup>600</sup>. Porém, “ganhou *O Jornal*, sugerido por José Silva Pinto, a partir

---

<sup>596</sup> Entrevista a Joaquim Letria por Dora Santos Rosa. Cf. Dora S. Rosa, *Joaquim Letria... Op. Cit.*, p. 55.

<sup>597</sup> Entrevista a Luís Almeida Martins, Paço D’Arcos, 12 de Janeiro de 2017.

<sup>598</sup> Entrevista a Joaquim Letria, Lisboa, 10 de Maio de 2013

<sup>599</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>600</sup> Entrevista a Joaquim Letria, Lisboa, 10 de Maio de 2013

do diário italiano de sucesso na altura”, *Il Giornal*<sup>601</sup>. O título era difícil de identificar nas bancas, como facilmente se compreende. Luís Almeida Martins lembra mesmo que “deu azo a alguma confusões”, pois “as pessoas tinham de dizer «o jornal *O Jornal*»”, quando pretendiam comprá-lo<sup>602</sup>.

Finalmente, faltava decidir qual dos jornalistas assumiria o cargo de director. Assente que estava que não haveria um director-adjunto, o nome a escolher teria de ser unanimemente aceite e seria eleito por um ano. Tarefa facilitada porque existia, no grupo, um jornalista particularmente popular em Portugal, Joaquim Letria. Assim, as razões para a sua escolha foram “óbvias”: “Embora o seu ‘perfil’ não fosse o de dirigir, o que também não era muito suposto fazer, o importante é que era conhecidíssimo da televisão, uma das figuras mais populares do país – além, claro, de um grande repórter”, sustenta José Carlos de Vasconcelos<sup>603</sup>.

Uma “verdadeira estrela televisiva”<sup>604</sup>, no dizer de Silva Pinto, Joaquim Letria acaba por ver o seu apelido muitas vezes referido como título do semanário. Leitores e arduas tratavam-no por “jornal do Letria”, uma forma de identificar mais facilmente o semanário, de entre os múltiplos títulos que enchiam as bancas de jornais. O último passo: a formalização da empresa. Chamar-se-ia “Publicações Projornal, Lda”, mas a sua escritura só seria, efectivamente, assinada após a saída do jornal para as bancas. O motivo parece residir nas movimentações do mês de Maio, relacionadas com a composição da redacção.

Pensado como um “jornal de jornalistas”, para que esse propósito fosse efectivamente alcançado havia que convidar e, em alguns casos, convencer colegas a abraçarem o ainda embrionário projecto. Como se disse, os nomes iniciais encarregam-se dessa tarefa, sendo Beça Múrias e Silva Pinto, porventura, os mais activos. “Não se pense que foi fácil convencer todos os futuros societários a entrar na aventura — talvez por isso mesmo: porque era uma aventura...”, lembra Silva Pinto.

Francisco Sarsfield Cabral foi um dos relutantes em integrar a nova redacção. O jornalista do *Diário Popular* acabou por aceitar o desafio, mas com uma condição relativamente à forma de trabalhar para o jornal:

---

<sup>601</sup> Entrevista a Joaquim Letria por Dora Santos Rosa. Cf. Dora S. Rosa, *Joaquim Letria... Op. Cit.*, p. 61.

<sup>602</sup> Entrevista a Luís Almeida Martins, Paço D’Arcos, 12 de Janeiro de 2017.

<sup>603</sup> Entrevista a José Carlos de Vasconcelos por Adelino Gomes. Cf. José Rebelo (Org.) *Ser Jornalista...Op. Cit.*, p. 506.

<sup>604</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 2.

“Lembro-me perfeitamente do que me custou vencer as resistências do Francisco Sarsfield Cabral. Nesse tempo, não estava ainda instituída a moda dos almoços de trabalho, mas lembro-me, como se fosse hoje, de conversarmos sobre o assunto à mesa de um restaurante chamado “O Chocalho”, no Largo de Santos, e de ele só aceder mediante uma condição *sine qua non*: só trabalharia em casa...”<sup>605</sup>.

Por outro lado, o então redactor d’A *Capital*, Luís Almeida Martins, aceita o desafio sem hesitações. “Suponho que foi o Beça Múrias que falou com o Cáceres Monteiro, o Cáceres falou comigo e com o Joaquim Lobo, fotografo, que também estava n’A *Capital* na altura”, recorda, destacando o que o aliciou no projecto: “Achei que era um desafio. Era uma coisa que era nossa. Podíamos escrever o que quiséssemos, fazer um jornal nosso, um jornal de jornalistas. Na altura foi uma coisa revolucionária”<sup>606</sup>.

A redacção era já composta por 14 elementos, entre jornalistas, gráficos e fotógrafos: Afonso Praça, Carlos Cáceres Monteiro, Fernando Gaspar, Francisco Sarsfield Cabral, Hernâni Santos, João Segurado, Joaquim Letria, Joaquim Lobo, José Carlos de Vasconcelos, José Silva Pinto, Luís Almeida Martins, Manuel Beça Múrias, Pedro Rafael dos Santos e Rui Pimenta. São estes nomes que vão figurar na ficha técnica do primeiro número d’ *O Jornal* (2 de Maio). “Rapazes mais ou menos idealistas, mais ou menos jovens, na casa dos vinte e tais / trinta e poucos anos”, recorda Silva Pinto<sup>607</sup>. Na semana seguinte, havia já dois novos jornalistas a figurar na ficha técnica.

Efectivamente, no primeiro mês de vida, o semanário viu algumas alterações na composição da sua redacção. Aos 14 nomes iniciais, juntam-se mais dois: António Carlos Carvalho e Ribeiro Cardoso (9 de Maio). Este último, redactor do *Diário de Lisboa*, recorda o momento em que foi convidado por Afonso Praça e Silva Pinto:

“«Queremos muito falar contigo... um convite... Nós vamos fazer um jornal, um semanário. Nós não vamos deixar os nossos postos de trabalho. Vai-nos sair do pêlo, mas vamos fazer uma coisa gira, uma coisa fora do normal (...) Somos jornalistas. É preciso dizer a esta cambada que há gajos que são jornalistas e que querem é dizer a verdade»”<sup>608</sup>.

---

<sup>605</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>606</sup> Entrevista a Luís Almeida Martins, Paço D’Arcos, 12 de Janeiro de 2017.

<sup>607</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>608</sup> Entrevista a Albino Ribeiro Cardoso, Lisboa, 23 de Novembro de 2015.



Aceita de imediato, mantendo-se também no *Diário de Lisboa*. A composição do jornal elevava-se para 16, mas não por muito tempo. Duas semanas depois, o número fixara-se em 15 (os fundadores accionistas d' *O Jornal*). Fernando Gaspar abandonara o barco, optando por continuar apenas n' *A Capital* e, a 23 de Maio, já não figura na lista de redactores d' *O Jornal*.

A escritura da empresa é assinada 17 dias após a primeira edição d' *O Jornal* sair para as ruas. Sendo a redacção composta por 15 jornalistas, acertaram uma solução que ia ao encontro do pretendido: cada um dos fundadores teria 4% do capital social da empresa, o que perfazia um total de 60%. Formou-se então, a 19 de Maio, uma Sociedade Comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada “Publicações Projornal, Lda”, constituída entre 15 jornalistas (60% do capital) e a Casa Viva Editora, Lda (40%)<sup>609</sup>.

Note-se que os conteúdos e aspecto do jornal são inteiramente da responsabilidade do gerente designado pelos jornalistas, recaindo a escolha em José Silva Pinto. Ao gerente nomeado pela Casa Viva cabia administrar a publicidade, promoção, vendas e assuntos comerciais da empresa.

#### Quadro 12 – Fundadores accionistas de *O Jornal*

Nome do jornalista	Principais órgãos de comunicação em que trabalharam
Afonso Praça	<u>Diário de Lisboa</u> , República
Carlos Cáceres Monteiro	<u>A Capital</u> , Diário de Notícias
Francisco Sarsfield Cabral	Diário Popular
Hernâni Santos	BBC, Diário de Notícias
João Segurado (editor gráfico)	Sem experiência anterior em jornais
Joaquim Letria	<u>Flama</u> , <u>Diário de Lisboa</u> , BBC, RCP, Associated Press, RTP
Joaquim Lobo (fotógrafo)	<u>Flama</u> , <u>A Capital</u>
José Carlos de Vasconcelos	<u>Diário de Lisboa</u> , Diário de Notícias
José Silva Pinto	<u>Flama</u> , <u>Diário de Lisboa</u> , O Século, Diário de Notícias
Luís Almeida Martins	<u>Flama</u> , <u>A Capital</u>
Manuel Beça Múrias	<u>Flama</u> , <u>Diário de Lisboa</u> , Associated Press; Diário de Notícias
Pedro Rafael dos Santos	<u>Diário de Lisboa</u> , Diário de Notícias
Rui Pimenta	Sem informação
Albino Ribeiro Cardoso	<u>Diário de Lisboa</u>
António Carlos Carvalho	Sem informação

**Fonte:** Diário da República N° 169, III Série, de 24 de Julho de 1975 e entrevistas com jornalistas.

<sup>609</sup> “O capital social é de 2 170 000\$00, encontrando-se integralmente realizado, em dinheiro, e corresponde à soma das seguintes quotas: 868 000\$00 de Casa Viva, Editora, Lda, e 86 800\$00 de cada um dos sócios (...). A gerência dos negócios sociais compete a dois sócios, sendo um a sócia Casa Viva, Editora, Lda, e o outro eleito em assembleia geral, de entre os restantes sócios, em votação de que só estes últimos participarão”. Cf. Escritura da empresa publicada em Diário da República N° 169, III Série, de 24 de Julho de 1975.

### 5.2.2. 2 de Maio de 1975: o sonho é concretizado

Quem consultar a primeira edição do semanário *O Jornal* encontrará, no cabeçalho, o dia 2 de Maio de 1975 como a data em que este saíra das máquinas de impressão. Todavia, é colocado à venda, um dia antes, aproveitando as celebrações do dia do Trabalhador. A sua divulgação é preparada com entusiasmo, com direito a conferência de imprensa de lançamento e anúncio televisivo.

A tónica colocada nas notícias acerca do lançamento d' *O Jornal* não poderia deixar de ser a experiência inédita em Portugal de formar uma “sociedade de redactores”. De modo genérico, afirmou-se que “*O Jornal* estará ao serviço das classes trabalhadoras e, embora apartidário, não será independente”, uma vez que “os seus responsáveis afirmam-se comprometidos no processo revolucionário português, com vista a atingir uma sociedade socialista”. Um outro e curioso aspecto foi salientado pelo *Diário de Lisboa*, a propósito da referida conferência de imprensa: “Ponto salientado: a amizade e a camaradagem que une todos os elementos de *O Jornal*, a contrastar com uma boa parte das redacções actuais dos jornais portugueses”<sup>610</sup>.

Além da conferência de imprensa, um anúncio passara nos dias anteriores na televisão pública, apresentando o slogan “Não guardaremos notícias na gaveta”. Era a promessa dos fundadores do novo semanário português, que assim afirmavam a sua independência e entusiasmo por poderem escrever sem as amarras da censura prévia, com que todos tiveram de conviver no início das suas carreiras, ou sob controlo partidário. O anúncio televisivo tinha, na base, a metáfora do passarinho escolhido para apresentar o projecto jornalístico:

“O grupo de jornalistas que, contra ventos e marés, se abalançara naquele projecto, transportara, à força dos próprios pulsos, as secretárias para o relvado do Parque Eduardo VII (desde a primeira redacção, que se situou num primeiro andar da Avenida Sidónio Pais). Dentro das secretárias, havia passarinhos, que voaram quando as gavetas se abriram. Era a informação em liberdade. Pássaros que rumavam rumo ao céu azul, como a gaivota que voava, voava, da canção que se tornou uma espécie de hino ao 25 de Abril de 1974”<sup>611</sup>.

Ainda que a primeira edição do jornal tenha, efectivamente, ido para as ruas no 1º de Maio, um imprevisto quase ditou o fracasso da iniciativa. Assegurada a sua

---

<sup>610</sup> *Diário de Lisboa, Diário Popular, O Primeiro de Janeiro*, 30 de Abril de 1975.

<sup>611</sup> *O Jornal*, 27 de Novembro de 1992.

impressão na Lisgráfica, propriedade do *Diário de Lisboa*, o papel “adquirido à empresa das listas telefónicas, não se adequava à rotativa e a impressão foi várias vezes interrompida”<sup>612</sup>. Valeu a insistência dos técnicos, que conseguiram, com esforço, imprimir o jornal.

“Uma lufada de ar fresco no panorama da imprensa da época”, assim é descrita a chegada de *O Jornal*, por Figueira. Um “semanário assumidamente de esquerda, mas sem qualquer colagem partidária”, era também um “espaço de interpretação da actualidade”<sup>613</sup>. No mesmo sentido, mas identificando-o com uma facção militar específica, Mário Mesquita defende que *O Jornal* “navegava em zonas afins do Grupo dos Nove. Praticava um jornalismo analítico e de investigação, semelhante ao do *Expresso*, mas situando-se numa zona política mais à esquerda”<sup>614</sup>.

O seu primeiro director, Joaquim Letria, não rejeita a leitura que é feita pelos dois investigadores, referindo-se à orientação d’*O Jornal* como tendo por objectivo “ser de esquerda mas não uma esquerda extremista como seria o Partido Comunista ou outra esquerda mais regimentada”. Comparando os semanários portugueses com a realidade francesa, constata:

“O *Le Point* era à direita e nós tínhamos o nosso *Le Point* que era *O Tempo*, do Nuno Rocha [apenas surge a 29 de Maio]; o *L’Express* era o *Expresso*, do Balsemão, praticamente na mesma linha do *L’Express* francês ou do *L’Espresso* italiano; e depois não havia a esquerda, que estava completamente destapada e que eu acha que devíamos ser nós... No fundo, ocupámos aquele que seria em França o espaço do *Le Nouvel Observateur*”<sup>615</sup>.

Albino Ribeiro Cardoso, por outro lado, recorda que o semanário era “claramente de esquerda mas não era anti-comunista”, acrescentando que, “claro, havia mais simpatia pelo PS, mas havia ainda mais simpatia com o MFA”<sup>616</sup>. Cáceres Monteiro, embora também sublinhando que se tratava de “um projecto independente, alinhado à esquerda”, afirma que *O Jornal* era “um contraponto à tendência dominante do Movimento das Forças Armadas”<sup>617</sup>, neste caso a facção Gonçalvista dos militares. Posição que não difere muito da de Lurdes Feio, a primeira mulher a ingressar na

---

<sup>612</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>613</sup> João Figueira, *O Essencial sobre...* *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>614</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de ...”, *Op. Cit.*, p. 379.

<sup>615</sup> Entrevista a Joaquim Letria, Lisboa, 10 de Maio de 2013.

<sup>616</sup> Entrevista a Albino Ribeiro Cardoso, Lisboa, 23 de Novembro de 2015.

<sup>617</sup> *Público*, 27 de Novembro de 2002.

redacção: “Aquilo não era nenhuma voz do Partido Socialista, nem nenhuma voz do Documento dos Nove. Situava-se nessa área, mas tentava, efectivamente, ter uma visão abrangente da sociedade”<sup>618</sup>.

A tão propagada independência face aos vários poderes era uma das principais bandeiras do jornal, sendo defendida nos seus Estatutos. Compostos por seis pontos e uma breve introdução, os Estatutos da Redacção deixam claro o facto de competir à redacção, conselho de redacção e director a definição da orientação informativa do periódico, mas também valores como o da isenção e da verdade, associados aos conteúdos que apresentam.

Os fundadores do jornal dizem-se empenhados em “trabalhar por uma informação objectiva e esclarecedora” e, portanto, “desligada” de “pressões de sectores económicos”, bem como da “influência de quaisquer forças políticas, económicas, culturais ou religiosas”. Em seis pontos, traçam o perfil e propósitos do novo semanário nacional:

“1. A informação de O JORNAL será livre, isenta, objectiva e verdadeira, sendo apresentada de forma escrupulosa e clara.

2. A opinião de O JORNAL deverá ser expressa sob a forma de editorial, cujo conteúdo será obrigatoriamente de aprovação pelo Conselho de Redacção (...).

3. O Director de O JORNAL, bem como a chefia da Redacção, serão sempre eleitos de entre os jornalistas fundadores, através de sufrágio (...).

4. Toda a colaboração de elementos não pertencentes à Redacção e destinada a publicação deverá, tal como a inserção de matérias publicitárias, ser aprovada por maioria simples do Conselho de Redacção.

5. No caso de empate em votações da Sociedade ou do Conselho de Redacção o director de O JORNAL exercerá voto de qualidade.

6. A orientação de O JORNAL no que respeita aos aspectos informativos, concepção gráfica, posições políticas e opiniões em geral será de exclusiva responsabilidade da Direcção e da Redacção (...)”<sup>619</sup>.

Tratavam-se de Estatutos que pressupunham amplos consensos entre os redactores do jornal para que pudessem, efectivamente, ser concretizados. Algo compreensível se tivermos em conta que todos eles detêm partes iguais do capital social

---

<sup>618</sup> Entrevista a Lurdes Feio, Cascais, 10 de Janeiro de 2017. Sobre o mesmo assunto, afirma João Segurado: “Nós eramos um jornal independente, de esquerda, mas muito mais na área, digamos, do PS, depois dos Nove”. Entrevista a João Segurado, Lisboa, 21 de Março de 2017.

<sup>619</sup> *O Jornal*, 2 de Maio de 1975.

da empresa que fundaram, exactamente para que nenhum pudesse ter maior intervenção. Note-se que até o conteúdo dos editoriais depende da aprovação do Conselho de Redacção, constituído por cinco redactores. Todavia, estas competências são exclusivas dos jornalistas fundadores, sendo vedado, aos proprietários dos restantes 40% da empresa, igual responsabilidade. O ponto seis dos Estatutos, relativo à orientação editorial, gráfica e opinativa do jornal, é firme nesse aspecto, considerando que “estão excluídas, neste domínio, qualquer intervenção de outros detentores do capital da empresa”<sup>620</sup>.

Relativamente às intenções dos fundadores do novo semanário, estas são explicadas num artigo publicado na sua primeira edição, não assinado e que, por isso, se presume ter sido da responsabilidade de todos os redactores. “Porquê *O Jornal*?” é a questão colocada. Entre os vários tópicos de resposta, destacam-se: a intenção de “participar activamente”, no âmbito jornalístico, no curso dos acontecimentos do processo revolucionário; o descontentamento relativo às condições de trabalho em outros órgãos de comunicação social e às tentativas de controlo das suas orientações editoriais; o desejo de criarem um ambiente de saudável trabalho em equipa na redacção do jornal, “de franca, aberta e leal amizade e camaradagem”; o facto de acreditarem que apenas uma sociedade de jornalistas poderá “contribuir de modo criador para um processo revolucionário”.

É ainda manifestado “apoio à proposta socialista do MFA e dos partidos progressistas”, embora mantendo “uma posição crítica e um amplo debate de ideias”. O tipo de jornalismo que pretendem praticar afigura-se, assim, como uma grande novidade face a algum conservadorismo que marcava grande parte da escrita jornalística da época (reflexo de uma longa ditadura e um regime censório).

“Um jornalismo crítico e interveniente”, “substantivo e não adjectivo”, “independente, livre, vivo, criador, alegre, lúcido”, prometiam os jovens jornalistas que tinham também como preocupação “não misturar ou confundir o comentário e o juízo de valor com a informação e a notícia”<sup>621</sup>.

A 2 de Maio é, então, lançado o novo semanário português. A informação do cabeçalho de *O Jornal* era completada com o preço – 7\$50 – e o nome do seu director, Joaquim Letria. Saía às sextas-feiras, um dia antes do *Expresso*. Composto por 32 páginas, saltava à vista, desde logo, o seu grafismo inovador e o logotipo simples e

---

<sup>620</sup> *O Jornal*, 2 de Maio de 1975.

<sup>621</sup> *Idem*.

moderno. João Figueira considera mesmo que “nenhum jornal de grande informação nascido depois de Abril de 1974 possuía um desenho tão moderno e bem conseguido como este que João Segurado, que estivera exilado em Londres, desenvolveu”<sup>622</sup>. Apostava-se em fotografias de grande dimensão, além de títulos expressivos, de que falaremos mais adiante.

Em destaque, na primeira capa, uma “catcha” de José Carlos de Vasconcelos, que conseguira através do capitão Duran Clemente<sup>623</sup>: “O Conselho da Revolução decidiu: a Intersindical já é Confederação”. Em causa, o facto de, em reunião do CR ter sido reconhecida legalmente a designação de Confederação Geral dos Sindicatos à Intersindical. Dois outros temas em evidência são a guerra civil de Angola e a presença de “proeminentes” oficiais do MFA nas comemorações do 1º de Maio. A ocupar uma boa parte da manchete, uma fotografia dos preparativos das referidas comemorações.

Como chamadas de capa, encontramos a análise de Rosa Coutinho às eleições à Assembleia Constituinte; o “Vietnam - finalmente a paz”; a crise da indústria automóvel, João Abel Manta, que “desenha o 1º de Maio” e as colaborações especiais (José Gomes Ferreira, Miller Guerra, César Oliveira e Mário Murteira). No canto inferior esquerdo, o único – e pequeno - anúncio publicitário à empresa MAPLES. No primeiro editorial duas questões internacionais são destacadas: o fim da guerra do Vietname e o facto de Espanha estar “à beira da democracia”.

No que respeita às secções do semanário, algumas são apresentadas logo no primeiro número (Quadro 13). À semelhança de muitos outros periódicos, o nome das secções surge no cabeçalho de cada página, sendo óbvio, desde a primeira edição, que algumas não são fixas, surgindo apenas quando o tema marca a actualidade. Assim, se na primeira edição d’*O Jornal* encontramos temas como “Eleições” (referindo-se às recentes eleições à Assembleia Constituinte) ou “Automóveis”, na segunda surgem secções como “Medicina” e “Autogestão”. Mais tarde, “Reforma Agrária”, “Comissões de Moradores”, “Nacionalizações”, “Organizações Populares de Base” são outras secções apresentadas no semanário, a par de nomes de países em concreto, como Espanha, Angola ou Moçambique, entre outros. “Terceiro Mundo”, “Economia”, “Internacional” – possivelmente devido à sua grande abrangência e à óbvia relevância - marcam presença recorrentemente nas páginas do jornal.

---

<sup>622</sup> João Figueira, *O Essencial...* Op. Cit., p. 24.

<sup>623</sup> Entrevista a José Carlos de Vasconcelos por Adelino Gomes. Cf. José Rebelo (Org.) *Ser Jornalista...* Op. Cit., p. 509.

### Quadro 13 – Estrutura da primeira edição d' *O Jornal* em termos de secções

Nº de página	Secção	Breve descrição
2 a 7	Eleições	Rescaldo das eleições à Assembleia Constituinte.
8	Nacional	Política nacional. Inclui uma breve entrevista.
9	Publicidade	
10	Economia	Temas diversificados relacionados com a actualidade económica.
11	Emigração	
12	Sem título	Editorial, Estatutos, “Escreve connosco”
13	Cartoon	Autoria de João Abel Manta
14 a 20	Documento	Dossier sobre História do 1º de Maio
21	Internacional	Temas diversificados sobre a actualidade de diversos países
22 a 23	Terceiro Mundo	Sobre temas concretos que envolvam os chamados países do “terceiro mundo”
24	Automóveis	
25	Ambiente e Ciências Sociais	Inclui coluna de João Medina
26 - 27	Imprensa	Sobre diversos órgãos de comunicação social ou classe jornalística
28 a 29	Artes/Espectáculos	Críticas a exposições, cinema, televisão, música popular
30	Programa	Sugestões de cinema, teatro, rádio, discos, televisão e banda desenhada
31	Publicidade	
32	Jornal do Dia	Breves de última hora

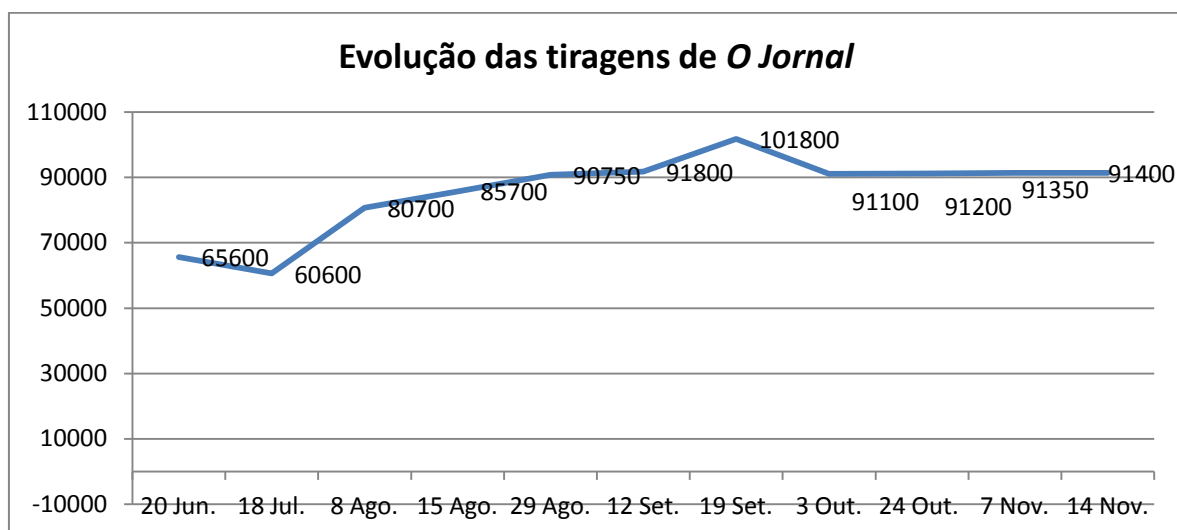
Fonte: *O Jornal*, 2 de Maio de 1975. Descrições das páginas elaboradas com base na análise do jornal.

Espaço também para a redacção do jornal se dirigir directamente aos leitores, revelando o desejo de que estes apreciem o seu trabalho e prometendo ser seu intermediário no acompanhamento das questões prementes da sociedade portuguesa”<sup>624</sup>.

O nível de aceitação do jornal, pode, em parte, ser medido pela sua tiragem. Ainda que não dispondo de valores oficiais, *O Jornal*, a partir de 20 de Junho, apresenta, semanalmente, o número de tiragem, informando que este é confirmado pela Renascença Gráfica. Assim, se a 20 de Junho a tiragem se situava em 65 600 exemplares, atingirá o seu ponto mais alto a 19 de Setembro, com 101 800 exemplares, descendo depois para uma tiragem na ordem dos 90 000, sendo que podemos considerar que é a partir de 8 de Agosto (com uma edição especial sobre o «Documento dos Nove») que se verifica, efectivamente, um aumento considerável e de algum modo estável, em termos de tiragem, do semanário, ultrapassando a marca de 80 000 exemplares (Gráfico 1).

<sup>624</sup> *O Jornal*, 2 de Maio de 1975.

**Gráfico 1 – Evolução do número de tiragens de *O Jornal* (20 de Jun. a 14 de Nov. de 1975)**



Fonte: Gráfico construído com base na análise de várias edições de *O Jornal*.

Propriedade das “Publicações Projornal, Lda”, com sede na Avenida da Liberdade, em Lisboa, mas ainda numa redacção provisória na Avenida Sidónio Pais, junto ao Parque Eduardo VII, *O Jornal* era composto e impresso na LISGRÁFICA, que pertencia ao *Diário de Lisboa*.

### **5.2.3. O trabalho diário num semanário e os “Nove” como fonte privilegiada**

O dia-a-dia numa redacção em que praticamente todos os seus jornalistas mantinham emprego noutros órgãos de comunicação era de grande azáfama. Joaquim Letria recorda, a este propósito, que “não havia horas: se fosse preciso trabalhar a noite toda, trabalhava-se. Dias e noites, o que fosse preciso”. Não deixa também de salientar o “entusiasmo” de toda a equipa e o facto de se divertirem “imenso” a trabalhar no semanário<sup>625</sup>. Foram “longas madrugadas” de trabalho, com alguns “à volta de uma manchete que resistisse e não se desactualizasse facilmente”, outros “a consumir tempo e cigarros no gabinete do arquitecto João Ruella Ramos, na Renascença Gráfica/*Diário de Lisboa* (onde *O Jornal* era composto e impresso)” ou ainda “no Procópio, cuja proprietária, Alice Pinto Coelho, estava sempre pronta a abrir a porta ao «piquete de serviço»”<sup>626</sup>.

<sup>625</sup> Entrevista a Joaquim Letria por Dora Santos Rosa. Cf. Dora S. Rosa, *Joaquim Letria... Op. Cit.*, p. 58.

<sup>626</sup> *O Jornal*, 27 de Novembro de 1992.



A multiplicação de acontecimentos a todo o instante obrigava, como se disse, a uma intensa actividade jornalística, o que dava origem a atrasos no fecho das edições do jornal. O objectivo era o de apresentar a informação o mais actualizada possível. José Silva Pinto lembra que ele e os seus colegas “viveram sobre o fio da navalha, prolongando as quintas-feiras até alta madrugada, pois era difícil prever a evolução dos acontecimentos”<sup>627</sup>.

Na Renascença Gráfica, no Bairro Alto, juntava-se, se não todos, a maioria dos jornalistas, para discutir a paginação e, sobretudo, a manchete do jornal. “Consoante as últimas notícias do dia... Era tudo decidido ali”, recorda Luís Almeida Martins<sup>628</sup>. Por vezes, “não havia maneira de se conseguir fechar *O Jornal* antes das 3 ou 4 horas da manhã”, o que dava origem a uma situação caricata para garantir que o periódico fosse distribuído fora de Lisboa: “o Joaquim Letria e eu, entre outros, íamos para a estação de Santa Apolónia tentar convencer o chefe da estação a adiar a partida do comboio para o Porto...”<sup>629</sup>. Mais tarde, começam a organizar-se em piquetes de fecho do jornal.

Realizava-se, uma vez por semana, uma reunião de redacção, logo após a saída do jornal, precisamente para discutir o seu conteúdo. Um momento de discussão sem rodeios, segundo conta Joaquim Letria:

“*O Jornal* saía à sexta-feira e nós fazíamos uma reunião onde “deitávamos abaixo” aquele número. Ali valia tudo, com dureza, mas olhos nos olhos. Se fosse preciso dizer «vai-te lixar, andaste a engonhar toda a semana e depois fizeste tudo à última da hora e o texto está uma merda», dizíamos. Falávamos de tudo com grande frontalidade e isso era bonito”<sup>630</sup>.

A par da agitação própria de uma redacção em efervescência com o processo revolucionário, os relatos dos jornalistas são unânimes em destacar o bom ambiente vivido. Joaquim Letria recorda o entusiasmo com que a equipa trabalhava: “Divertíamos-nos imenso. Aliás, acho que boa parte do êxito se devia ao entusiasmo com que todos trabalhávamos”<sup>631</sup>. Ainda que formalmente não existisse um chefe de redacção e tenha sido apresentada a já referida equipa de três coordenadores de redacção, segundo vários jornalistas, Beça Múrias teria um papel destacado. “Era ele que coordenava as coisas

---

<sup>627</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>628</sup> Entrevista a Luís Almeida Martins, Paço D’Arcos, 21 de Janeiro de 2017.

<sup>629</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>630</sup> Entrevista a Joaquim Letria por Dora Santos Rosa. Cf. Dora S. Rosa, *Joaquim Letria... Op. Cit.*, p. 65.

<sup>631</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 58.

todas. Digamos que marcava os serviços, dava uma olhadela nos textos. Era um grande jornalista”, sustena Luís Almeida Martins<sup>632</sup>.

Passados cerca de três meses do início da aventura, com o volume de trabalho a aumentar, o grupo de redactores decide, em conjunto, dedicar-se exclusivamente a *O Jornal*. Abandonam, assim, os órgãos de comunicação social onde também trabalhavam, explicando-o aos leitores no editorial de 18 de Julho<sup>633</sup>. No mesmo dia, desaparecem dois nomes da ficha técnica do jornal. Saem Ribeiro Cardoso e António Carlos Carvalho. O primeiro, um dos que estimulou a reunião que pôs fim ao duplo emprego dos fundadores do semanário, recorda o momento em que comunicou aos colegas que iria abandonar o projecto, durante a referida reunião:

“O jornal só tinha, do meu ponto de vista, a melhorar se todos os fundadores estivessem a *full time*. E fez-se uma ronda por todos para saberem o que é que pensam. Todos acharam que se deveria fazer isso. E eu disse: «bom, mas eu quero comunicar-vos uma coisa. Fico muito contente que realmente se vá por aí, mas eu não vou. Por cansaço e acima de tudo porque quero estar num jornal diário a viver a revolução»”<sup>634</sup>.

Assim, opta por manter-se exclusivamente no *Diário de Lisboa*, até porque, lembra, “naqueles tempos era muito importante intervir na vida política. Um diário é uma coisa, um semanário é outra”<sup>635</sup>. No mesmo dia, também António Carlos Carvalho toma idêntica decisão. O motivo, esse, é distinto: “a sua peculiar visão pessimista do mundo e sua posterior transformação em sacerdote ortodoxo, depressa o levou a abandonar a “nave de loucos” que era, para ele, a redacção de *O Jornal...*”, conta o colega Silva Pinto<sup>636</sup>.

Ao longo do ano de 1975 outros vão ingressando na redacção d’ *O Jornal*. António Jorge Branco e José Pinto Nogueira (gráfico) passam a figurar na ficha técnica a 18 de Julho, sendo que o primeiro acaba por deixar o jornal cerca de dois meses depois (12 de Setembro), mantendo-se o jornal com 14 jornalistas até 31 de Outubro. Nessa data, assiste-se à entrada de José Manuel Barroso, Rui Letria Dias e de Lurdes Feio, esta última já colaboradora do periódico, que passava, assim, a contar com 17 jornalistas.

---

<sup>632</sup> Entrevista a Luís Almeida Martins, Paço D’Arcos, 12 de Janeiro de 2017.

<sup>633</sup> *O Jornal*, 18 de Julho de 1975.

<sup>634</sup> Entrevista a Albino Ribeiro Cardoso, Lisboa, 23 de Novembro de 2015.

<sup>635</sup> *Idem*.

<sup>636</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 4.

Como se disse no terceiro capítulo deste trabalho, nos anos setenta era ainda reduzida a presença de mulheres nas redacções dos jornais portugueses. *O Jornal* não foge a essa regra. Desde logo, porque nos 15 fundadores não consta nenhum nome feminino. Depois, porque a primeira mulher a integrar a redacção não surge por convite, como acontecera com os homens. Lurdes Feio entra para *O Jornal* com 23 anos, sem ter nenhum grau de parentesco com algum jornalista (razão pela qual algumas jornalistas ingressaram na profissão). Havia sido assistente de dois jornalistas, chefes das delegações da Associated Press e da Reuters, tentando a sua sorte no novo periódico, em Julho de 1975: “Eu fui bater à porta d’ *O Jornal* sem cunhas. Não conhecia absolutamente ninguém. A única coisa que eu sabia é que eu queria ser jornalista. Estava acabar o curso de Jornalismo na Escola Superior de Meios de Comunicação Social”, recorda.

De entre os múltiplos títulos que existiam na imprensa portuguesa, Lurdes Feio opta por literalmente pedir emprego no “semanário dos jornalistas” sobretudo porque se identificava com a sua linha editorial e princípios:

“De toda a imprensa portuguesa que existia naquela altura, *O Jornal* foi o jornal que mais me fascinou. Porquê? Porque eu considerava-me de esquerda mas não era comunista. Mas também não era da área do *Tempo*, por exemplo, que era de direita. Eu situava-me entre a esquerda moderada. Eu achava que *O Jornal* era uma pedrada no charco em vários aspectos. Primeiro porque era um jornal de esquerda mas moderado. Depois, porque era um jornal que vinha romper com aquela tradição dos jornais propriedades de empresários, de grupos. Era um jornal de jornalistas”<sup>637</sup>.

O grupo de fundadores decide então dar uma oportunidade à jovem aspirante a jornalista, marcando-lhe um trabalho “à experiência”, depois do qual acabou por confirmar-se a sua entrada na redacção, como jornalista estagiária, ganhando à peça, durante os cerca de três meses que durara o seu estágio, findo os quais passa ao quadro.

Navegando nas águas da esquerda moderada, não surpreende que as principais fontes d’*O Jornal* se situem nesta área. São quatro os nomes destacados pelos jornalistas, três deles integrando o chamado «Grupo dos Nove», a que já nos referimos: Melo Antunes, Sousa e Castro e Vasco Lourenço (a que se soma Ramalho Eanes). Sousa e Castro e Melo Antunes tiveram também relevo nas páginas do semanário

---

<sup>637</sup> Entrevista a Lurdes Feio, Cascais, 10 de Janeiro de 2017.

enquanto entrevistados, no ano de 1975, o que acentua a importância conferida pela publicação a esta facção militar.

O director, Joaquim Letria, lembra que, a par dos “excelentes contactos fora do país”, “tinha boas relações com os militares, que vinham quer por parte do Eanes quer do Melo Antunes. Outros, ainda, porque os tinha encontrado na Guiné ou em Angola”<sup>638</sup>. O seu camarada Ribeiro Cardoso não tem dúvidas em informar que “Sousa e Castro era um grande informador d’*O Jornal*” e seu, em particular, já que se conheciam desde o tempo em que ambos frequentavam a Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas<sup>639</sup>. João Segurado corrobora o que é dito pelo colega: “o tipo que está mais ligado a *O Jornal*, que depois acaba por ser colaborador com o pseudónimo de Manuel F. Andrade, é o Sousa e Castro. (...) Mais tarde também o Pezarat [Correia]”<sup>640</sup>.

Também José Carlos de Vasconcelos menciona o nome deste conselheiro da Revolução, bem como o de Vasco Lourenço: “Comecei a ter contactos com ele [Vasco Lourenço]. Com ele e, a seguir, com outros elementos desse grupo, em especial, durante um largo período, já em *O Jornal*, com o Sousa e Castro, que era o porta-voz do Conselho da Revolução”<sup>641</sup>. O já referido «Documento dos Nove» é entregue, a 7 de Agosto, na redacção d’*O Jornal* por Álvaro Guerra e publicado na íntegra no dia seguinte<sup>642</sup>. Só não será um exclusivo porque, como vimos, o *Jornal Novo* antecipa, no próprio dia 7, uma edição exclusiva para a sua publicação.

Outros militares (mais do que políticos) acabam por ter um contributo decisivo em muitas das notícias avançadas pelo semanário, como é o caso do capitão do MFA Duran Clemente:

“Nunca na vida dei tantas caixas como nesse período. Até porque, fora desse grupo [dos Nove], também tinha outros contactos, como o Duran Clemente, que, salvo erro, foi o «secretário» do CR, logo que criado – foi ele, por exemplo, que me deu a caixa da capa do nº 1 de *O Jornal*, sobre a Intersindical. Era mais por essa via do que da área política”<sup>643</sup>.

---

<sup>638</sup> Entrevista a Joaquim Letria por Dora Santos Rosa. Cf. Dora S. Rosa, *Joaquim Letria... Op. Cit.*, pp. 58-59.

<sup>639</sup> Entrevista a Albino Ribeiro Cardoso, Lisboa, 23 de Novembro de 2015.

<sup>640</sup> Entrevista a João Segurado, Lisboa, 21 de Março de 2017. O nome Manuel F. Andrade foi escolhido porque tinha as iniciais do MFA.

<sup>641</sup> Entrevista a José Carlos de Vasconcelos por Adelino Gomes. Cf. José Rebelo (Org.) *Ser Jornalista... Op. Cit.*, pp. 508-509.

<sup>642</sup> *O Jornal*, 27 de Novembro de 1992.

<sup>643</sup> Entrevista a José Carlos de Vasconcelos por Adelino Gomes. Cf. José Rebelo (Org.) *Ser Jornalista... Op. Cit.*, p. 509.

As informações privilegiadas d' *O Jornal* são também destacadas por Letria, que acentua ainda o facto de nunca ter havido desmentidos às notícias publicadas no periódico: “Era fácil as coisas virem-nos parar às mãos. Dávamos histórias fantásticas, chegando a informações que mais ninguém chegava. Enquanto lá estive nunca tivemos um processo nem um desmentido”<sup>644</sup>. É o próprio jornal que, por exemplo, pede desculpa a Melo Antunes por, no processo de edição de uma notícia, ter acabado por eliminar algumas linhas do texto, fazendo com que a parte referente ao ministro acabasse por não ficar correcta. “Desculpe lá, senhor ministro”, “foi um lapso lamentável, que escapou à revisão de página”, lê-se na edição da semana seguinte ao sucedido<sup>645</sup>.

Em suma, durante o ano de 1975, *O Jornal* deu, efectivamente, particular destaque ao sector militar (e, neste, à facção moderada). Não quer isso necessariamente dizer que tenha passado para segundo plano os políticos, até porque as duas áreas, muitas vezes, se confundiam. Poderá, todavia, significar que, a nível ideológico, o semanário dos jornalistas se identificava mais com a proposta do grupo liderado por Melo Antunes do que com outras. Uma proposta de esquerda, tal como defendiam os jornalistas desde o início.

#### **5.2.4. Colaboradores de primeira linha: de Sttau Monteiro a Abel Manta**

Ao folharmos as páginas d' *O Jornal* torna-se claro que a criação de rúbricas não é uma grande aposta dos seus fundadores. Desde logo, devido ao seu número reduzido. Depois, porque, na sua maioria, dizem respeito a sínteses sobre a actualidade nacional e internacional. Possivelmente, uma forma de apresentar a informação que não foi objecto de grande investigação dos jornalistas e que não cabe no que são os propósitos de um semanário, mas que, ainda assim, não querem deixar de apresentar aos leitores.

Ainda assim, encontramos várias rúbricas. “Escreva connosco”, a com maior impacto, apela, como o próprio nome indica, à participação dos leitores. Críticas, elogios e sugestões são o mote de muitos dos breves textos publicados semanalmente, que chegam à redacção da Avenida da Liberdade por carta, por vezes ocupando mais do

---

<sup>644</sup> Entrevista a Joaquim Letria por Dora Santos Rosa. Cf. Dora S. Rosa, *Joaquim Letria... Op. Cit.*, p. 59.

<sup>645</sup> *O Jornal*, 16 de Maio de 1975.

que uma página. Outra rubrica, no sentido oposto e com periodicidade irregular, tem como título “Diálogo com o leitor”. Sob este título, são publicados esclarecimentos aos leitores relacionados com textos do jornal.

Outras cinco rubricas, com nomes distintos, enquadram-se na já referida maioria dedicada a breves sínteses da actualidade, uma delas recorrendo apenas a citações. Rubricas com periodicidade irregular e que, em alguns casos, não surgem logo com a fundação do jornal (quadro 14). Paralelamente, encontramos textos de crítica a espectáculos, inseridos na secção Artes/Espectáculos, de que falámos no ponto anterior. Estes, escritos por críticos de cada área: Televisão (Correia da Fonseca), Exposições (José Luís Porfírio), Música Popular (Sérgio Fernandes) e Cinema (Carlos Pina).

**Quadro 14 – Rubricas d’ *O Jornal***

Nome da rubrica	Breve descrição
Escreva Connosco	Cartas de leitores
Diálogo com o leitor	<i>O Jornal</i> dirige-se aos leitores
<i>O Jornal</i> convida um jornalista	Artigo de opinião de um jornalista de outro jornal
Discurso Directo	Citações de diversas personalidades (p. ex. ditas a outros jornais)
Relance	Notícias breves sobre actualidade
O jornal do mundo	Notícias breves de jornais estrangeiros
Em foco	Notícias breves sobre actualidade
Itinerário de uma semana	Principais acontecimentos por cada dia de semana

Fonte: Quadro criado com base na análise de várias edições d’ *O Jornal*.

Refira-se, todavia, uma rubrica que se afasta do padrão das restantes e que constitui uma particularidade deste semanário – um espaço para um jornalista, que varia de semana para semana, de outro periódico escrever um artigo de opinião (“O jornal convida um jornalista”). Nomes com ampla experiência na profissão, de diversos órgãos de comunicação social, vão colaborar neste espaço, abordando temas também eles diversificados. Há, porém, um assunto em destaque. O estado do jornalismo e dos jornais portugueses é frequentemente abordado nestes artigos de opinião<sup>646</sup>.

Fernando Assis Pacheco, redactor do *Diário de Lisboa*, assina um texto particularmente curioso. Com o sentido de humor que lhe é característico e um estilo de escrita muito próprio, num “artigo tão mal amanhã”, não deixa de lançar farpas aos jornalistas:

<sup>646</sup> Alguns dos autores dos artigos foram: Baptista Bastos, Jacinto Baptista, Augusto Abelaria, Mário Zambujal, Dinis de Abreu (todos do *Diário Popular*), João Paulo Dinis, Fernando Dacosta, João Mendes (*Diário de Notícias*), António Mega Ferreira (*Jornal Novo*), Urbano Tavares Rodrigues (*O Século*), entre outros.

“uma pessoa como o meu amigo da barriga e da barba o sr. Assis Pacheco às vezes põe-se tão fornicado com isto tudo e bate-me nos ombros e vai ó Manel faz ele ó Manel se eu mudasse de vida e eu digo-lhe e digo ao sr. Joaquim Letria os jornais são uma merda vocês têm um bocado a culpa mas façam lá os senhores o que puderem e eu e a minha senhora não é por causa dos quatro paus mas temos dias que já não compramos o jornal”<sup>647</sup>.

Foram publicadas várias visões críticas do jornalismo e da sua prática, que reflectiam o que, desde o início, foi defendido pelos fundadores d’*O Jornal*. Porventura reflexo da necessidade de pelo menos alguns jornalistas debaterem estas questões, de se adaptarem ao novo contexto político e de encontrarem uma forma de exercer a profissão que se afastasse do “tom revolucionário” e marcadamente ideológico por muitos salientado. No fundo, muitos destes artigos defendiam um jornalismo mais neutro do que vinha sendo praticado no último ano.

“Não tínhamos excessivos complexos de esquerda”, resume Joaquim Letria ao referir-se à diversidade, no campo ideológico, de quem escrevia, com maior ou menor regularidade, artigos de opinião no semanário. Pretendia-se um jornal plural, pelo que os colaboradores (convidados ou não) reflectiam essa vontade. Letria lembra, inclusivamente, que algumas propostas de artigos vinham de colegas de outros periódicos, o que revela, em última análise, que o objectivo pluralista do jornal era já reconhecido pelos pares:

“Até alguns jornalistas que não conseguiam publicar certos artigos nos seus próprios jornais, vinham bater-nos à porta. E a isenção era uma coisa que nunca perdíamos de vista: às vezes publicavam-se coisas com as quais não concordávamos, mas tentávamos dar voz a todos os quadrantes”<sup>648</sup>.

No primeiro número, nomes como os de Miller Guerra, deputado da Ala Liberal e, depois, da Constituinte, e César Oliveira, historiador, antigo militante comunista e fundador do MES, escrevem sobre os resultados das eleições à Assembleia Constituinte. No número dois, é a vez de Salgado Zenha, destacado dirigente do PS. Uma semana depois, Marcelo Rebelo de Sousa, fundador do PPD e deputado Constituinte, debruça-se sobre “o que se espera da Assembleia Constituinte”. O comunista Octávio Pato refere-se

---

<sup>647</sup> *O Jornal*, 8 de Agosto de 1975.

<sup>648</sup> Entrevista a Joaquim Letria por Dora Santos Rosa. Cf. Dora S. Rosa, *Joaquim Letria... Op. Cit.*, p. 58.

à batalha de produção, em artigo de 23 de Maio, data em que também se publica um texto de Gonçalo Ribeiro Telles, fundador do PPM, acerca da Reforma Agrária. Nas semanas seguintes apresentam-se textos do secretário de Estado e militante comunista Carlos Carvalhas, de Armando Bacelar, ex-militante comunista e deputado constituinte pelo PS, de Macaísta Malheiros, membro do PS, de José Augusto Seabra, deputado à Assembleia Constituinte pelo PPD, entre outros. Comunistas, socialistas e popular democratas, entre outros, tinham, assim, espaço no jornal, com relativa frequência. Mais tarde, do CDS, Adelino Amaro da Costa escrevia para *O Jornal*, com a particularidade do próprio se deslocar à redacção e ali concluir os textos. “Sentava-se na minha secretária”, recorda Lurdes Feio, acrescentando que “ia lá, sentava-se na redacção, escrevia os artigos à máquina e depois ia-se embora”<sup>649</sup>.

Das áreas do jornalismo, história, literatura e artes são variadíssimas as figuras que assinam textos de opinião. Nomes incontornáveis e prestigiados como os de José Cardoso Pires, Mário Dionísio e José Gomes Ferreira, por um lado, de João Medina, Eduardo Prado Coelho ou João Bénard da Costa, por outro, enriqueciam as páginas do semanário abordando assuntos das respectivas especialidades ou, por vezes, ensaios sobre a actualidade nacional. Note-se ainda a colaboração de destacados anti-fascistas, como Fernando Piteira Santos ou Mário Brochado Coelho, e de outras personalidades convidadas a escrever sobre os temas de sua especialidade.

Todavia, se as figuras mencionadas colaboraram esporadicamente com *O Jornal*, há outro nome que, iniciando a sua colaboração logo em Maio, mantém uma coluna regular nas páginas do semanário. Intitulada “Cadernos de um escritor”, a coluna, publicada quase todas as semanas, é da responsabilidade de Fernando Namora, prestigiado escritor, já com uma extensa obra literária. Escolhe temas diversificados, sobre a actualidade nacional, a par de outros de cariz mais filosófico, onde o confronto entre posições de autores estrangeiros está muitas vezes presente.

A partir de 22 de Agosto, uma nova coluna ganha forma nas páginas do semanário. “O Primo da Guidinha” surge na sequência de outra coluna, criada por Luís de Sttau Monteiro (“Redacções da Guidinha”) no suplemento *A Mosca*, que era dirigido pelo escritor José Cardoso Pires, no *Diário de Lisboa*.

As crónicas de Luís de Sttau Monteiro n’ *A Mosca* conquistaram grande êxito, num género de crítica de costumes com elevado teor humorístico. Reflexo disso é a sua

---

<sup>649</sup> Entrevista a Lurdes Feio, Cascais, 10 de Janeiro de 2017.



compilação em livro, logo em 1971<sup>650</sup>. Escritor à época já com várias obras publicadas, sobretudo peças teatrais com forte teor político, nomeadamente de oposição à guerra colonial, Sttau Monteiro, filho do embaixador português em Londres e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros Armindo Monteiro, chegara a ser preso pela PIDE, precisamente devido ao conteúdo das suas obras.

Partindo de temas de actualidade nacional, Sttau Monteiro ficciona, satiriza, algumas das questões mais emblemáticas do processo revolucionário português. O resultado: textos críticos, por vezes caricaturais, escritos nos tons humorístico e provocatório que são característicos do seu estilo, acentuando, com frequência, o lado ridículo das situações abordadas. Ao leitor são oferecidas as peripécias do “primo da Guidinha” e do seu núcleo familiar, relacionadas com a luta de classes, a batalha de produção, a proliferação de órgãos de poder e de comunicados na esfera pública, manifestações, ocupações de casas e de órgãos de comunicação social, entre muitos outros assuntos. Entre os vários textos, destacamos dois. Um que diz respeito a questões como as já referidas e outro que envolve directamente uma figura de relevo da área político-militar (Vasco Gonçalves).

Aquando da publicação da primeira crónica do “primo da Guidinha”, o jornal apresenta “com orgulho as suas preocupações [do primo da Guidinha] na certeza de ele e outras figuras da prolífera família da Graça – se virem a tornar familiares nas nossas colunas”. A primeira preocupação, isto é, o tema do primeiro texto, prende-se com os desentendimentos entre partidos políticos. Para os ilustrar, descreve o ambiente no seu “escritório” (um clara metáfora para a sociedade portuguesa), marcado pela presença de todos os partidos, “do PCP ao PS e do Sporting ao Animador da Esperança”. A dificuldade de comunicação e o constante confronto entre os partidos leva o “escritório” (o país?) a estar “praticamente paralisado”. A partir da curta história que conta, outras questões controversas do período revolucionário – como as decisões tomadas em plenários de trabalhadores, as múltiplas reestruturações de empresas e os saneamentos políticos – são abordadas:

“Um do PC, por exemplo, vai à caixa pedir selos do correio para mandar facturas aos clientes e, como a menina da caixa é do PS, nem daí a dois dias o desgraçado recebe os selos. Como os clientes não recebem as facturas, não fazem os pagamentos a tempo e horas, e a gente não recebe o carão no fim do mês. Já vamos no terceiro plenário e na quarta

---

<sup>650</sup> Luís de Sttau Monteiro, *Redacções da Guidinha*. Lisboa: Ática, 1971.

reestruturação da empresa por causa dos selos. Da primeira vez saneámos o porteiro, que era do Benfica (...)”<sup>651</sup>.

Quanto à referência directa a figuras político-militares, o primo da Guidinha não poupa nas críticas e na ironia. O primeiro visado é Vasco Gonçalves, que a 19 de Setembro, quando a crónica é publicada, já deixara a cadeira do palácio de S. Bento. Sttau Monteiro socorre-se da “batalha de produção” tão propagada pelo antigo primeiro-ministro, das variadas “reivindicações” e das “greves” que se repetem nas ruas para criticar a postura de Vasco Gonçalves, nomeadamente os apelos que, enquanto chefiou governos, dirigiu, nestes domínios, aos portugueses:

“Uma das coisas que mais me impressionaram no tempo do outro Primeiro-Ministro, por exemplo, foi a batalha de produção. Fiquei taradinho de todo, tão taradinho, que resolvi pôr-me ao dispor de S. Ex<sup>a</sup> e desatar a produzir. Produzi que nem um cavalo, que nem uma besta, que nem um animal para usar expressões antigas. (...) Imbuído de espírito patriótico e consciente da gravidade do momento que atravessávamos, especializei-me na produção de greves. S. Ex<sup>a</sup> pedia para a gente reivindicar e eu reivindicava. S. Ex<sup>a</sup> pedia para a gente produzir e eu produzia. Produzia reivindicações e greves”<sup>652</sup>.

Em suma, textos sobre algumas das temáticas que desencadearam divisões e confrontos ao longo do processo revolucionário, mas que, dada a qualidade da escrita de Sttau Monteiro e a forma como muitas críticas são apresentadas – destacando-se o nível de humor que perpassa as crónicas – fizeram sucesso entre os leitores. O “primo da Guidinha”, manter-se-á nas páginas do periódico nos anos seguintes.

Na verdade, a colaboração de Luís de Sttau Monteiro com *O Jornal* não se limitou aos escritos do “primo da Guidinha”. O escritor recupera também o pseudónimo - já utilizado na revista *Almanaque* e n’*A Mosca*, do *Diário de Lisboa* – Manuel Pedroso para assinar uma crónica gastronómica semanal (a partir de 29 de Agosto), adaptada aos tempos revolucionários que se viviam. Ambientes, costumes e, sobretudo, as alterações que verificavam no sector gastronómico nacional, nada escapava ao olhar crítico de Manuel Pedroso na coluna que intitulou “Gastromania”.

Refira-se ainda outros espaços de opinião que surgem n’ *O Jornal* após o Verão. Três deles versando sobre a actualidade nacional e internacional, caso das colunas “Diário da Revolução”, da responsabilidade do escritor Nuno Bragança (desde final de

---

<sup>651</sup> *O Jornal*, 22 de Agosto de 1975.

<sup>652</sup> *O Jornal*, 19 de Setembro de 1975.

Outubro); “O Mundo a Correr”, escrita pelo jornalista d’*O Século* Francisco Mata (a partir de Novembro); e da “Crónicas de Jornal”, da autoria do redactor da casa Afonso Praça, a qual só encontrámos na edição de 19 de Setembro. O outro espaço surge a partir de 17 de Outubro: a coluna “Notícias de Santo Estéban” do “correspondente de Rivera Dulce”, com um acentuado registo ficcional a partir da “reserva de Santo Estéban”, escrita por Nuno Brederode Santos, fundador do MES (Movimento Esquerda Socialista) e futuro membro do PS.

A par dos conteúdos escritos, os *cartoons* publicados n’ *O Jornal* ganham amplo destaque. O autor era João Abel Manta, um nome incontornável da arquitectura e das artes. A sua vasta obra divide-se por áreas diversificadas, desde a pintura, a ilustração ou o desenho, passando pela cerâmica, pela tapeçaria ou as artes plásticas. Com projectos arquitectónicos premiados, Abel Manta destaca-se enquanto cartoonista sobretudo em dois períodos essenciais, primeiro durante o Estado Novo e, depois, na Revolução<sup>653</sup>. No final da década de 1940 chega a ser preso pela PIDE, tendo visto muitos dos seus desenhos censurados durante a ditadura.

Para o historiador João Medina, a “inteligência crítica e a superior qualidade do desenho de Manta colocam-no destarte nos cumes do grafismo satírico nacional”<sup>654</sup>. Os *cartoons* que elabora ao longo do período revolucionário tornaram-se emblemáticos, retratando as contradições, confrontos e a agitação então vivida. Começam a ser produzidos logo no dia 25: “Fiquei tão entusiasmado que comecei, nesse mesmo dia, a fazer tantos bonecos que até sobravam para o dia seguinte!”, recorda o próprio. A partir daí, “desenhava freneticamente. Fazia aqueles cartazes todos para as campanhas de dinamização cultural”<sup>655</sup>. Mas, a par dos trabalhos que executa para as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA - que tinha como objectivo, entre outros, prestar esclarecimentos sobre o programa do MFA à população portuguesa mais rural<sup>656</sup> - multiplicam-se os *cartoons* na imprensa. No *Diário de Lisboa*, no *Diário de Notícias*, entre outros.

Em 1975 começa a colaborar com *O Jornal*. Semanalmente os desenhos de Manta satirizam a actualidade política nacional. Passa a ter uma ou, com frequência,

---

<sup>653</sup> Telmo Alcobia, *Os Cartoons de João Abel Manta*, Dissertação de Mestrado em Desenho, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2008.

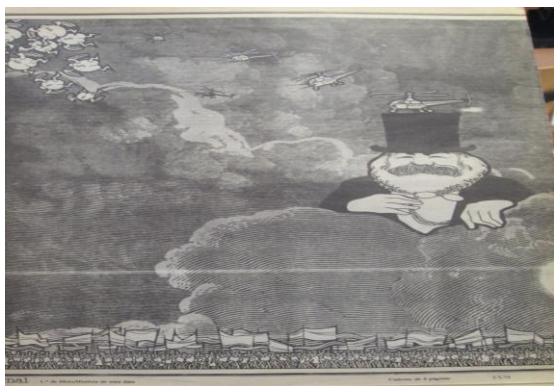
<sup>654</sup> João Medina, *Portugal Democrático*, In. *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Vol. XIV. Lisboa: Ediclube, 1995, p. 224.

<sup>655</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 2015.

<sup>656</sup> Cf. Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

duas páginas inteiras à disposição da sua criatividade<sup>657</sup>. Sobre a rapidez com que Manta era, muitas vezes, obrigado a trabalhar, num ambiente de efervescência de acontecimentos, José Carlos de Vasconcelos recorda: “À sua espantosa força criadora e competência técnica, João Abel Manta alia uma invulgar rapidez de execução. De tal como que lhe cheguei a pedir, e ele a fazer, trabalhos de um dia para o outro, até da tarde para o princípio da noite”<sup>658</sup>.

É extremamente difícil destacar algum dos trabalhos de Manta n’ *O Jornal*, entre os múltiplos e geniais *cartoons* que desenhou semanalmente para o periódico. No primeiro desenho (figura 13), publicado na primeira edição do jornal, o tema não poderia ser outro que não o das comemorações do 1º de Maio, que perpassa nas páginas do semanário. Abel Manta desenha então uma ampla manifestação popular, mas numa escala de tamanho muito reduzido por comparação à figura em grande destaque, a caricatura de Marx envolto em nuvens negras. Vários cifrões no ar e helicópteros do MFA compõem o desenho. Na base, a evolução histórica de uma data que tem como um das suas principais figuras a de Karl Marx e, também por isso, a representação do povo e do capital, conceitos muito explorados na sua obra.



**Figura 13**

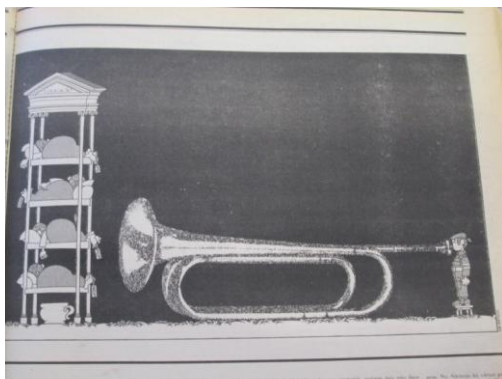
*O Jornal*, 2 de Maio de 1975.

A 27 de Junho, o tema é bem diferente. Abel Manta refere-se ao “aviso” do MFA, através do seu Plano de Acção Política, aos partidos da coligação que compõe o IV Governo Provisório (PS, PPD, PCP e MDP). Na imagem (figura 14), uma figura que representa o MFA a soprar um trombone tentando acordar os quatro partidos “adormecidos”. Subjacente, a ideia de que, perante a ausência de um plano comum dos partidos políticos do governo, o MFA apresenta o seu próprio plano, “obrigando” os partidos a entenderem-se quanto às posições a tomar no futuro

---

<sup>657</sup> *Idem., ibidem*, p. 15.

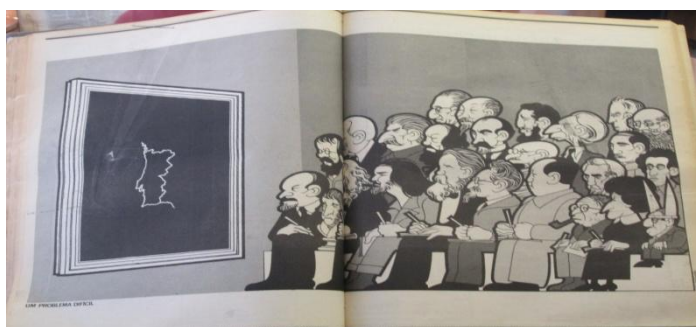
<sup>658</sup> *Idem., ibidem*, p. 16.



**Figura 14**

*O Jornal*, 27 de Junho de 1975.

No mês seguinte é publicado, em duas páginas, um dos *cartoons* mais icónicos do artista (figura 3). Abel Manta coloca o “problema difícil” (legenda do desenho) que é Portugal em pleno «Verão Quente». A olhar para Portugal, diversas figuras internacionais (políticos, filósofos, líderes religiosos) a observarem o país e a tomarem apontamentos. Quem são esses “intrigados” (de acordo com Manta)? Karl Marx, Che Guevara, Engels, Trotsky, Fidel Castro, Jean Paul Sartre, Rosa Luxemburg, Mahatma Gandhi ou Gramsci, entre outros. Um detalhe curioso: a representação do Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, no canto inferior direito, com orelhas de burro e com um tamanho bem mais reduzido com os restantes (embora Kissinger tivesse uma estatura pequena). Efectivamente, o mundo estava de olhos postos em Portugal, encarando com apreensão o seu futuro, o rumo que a revolução portuguesa estava a tomar, numa altura em que os ministros socialistas e populares democratas haviam abandonado o governo e se multiplicavam as propostas políticas para o país.



**Figura 15**

*O Jornal*, 11 de Julho de 1975.

Para o historiador João Medina, Abel Manta destaca-se pela “qualidade intrinsecamente artística do seu traço, pela enorme cultura artística pessoal e por uma ironia de essência mais subtil, ainda que quando sarcástica ou vitriólica”. Por isso, Medina coloca o artista num patamar “infinitamente mais alto” do que muitos outros cartoonistas do mesmo período<sup>659</sup>. Era, pois, um colaborador que prestigiava o

<sup>659</sup> João Medina, *Portugal Democrático... Op. Cit.*, p. 224.

periódico, contribuindo, com a qualidade e originalidade dos seus trabalhos, para o objectivo de apresentar um jornal com conteúdos diferentes dos outros.

### **5.2.5. Um grafismo inovador, o génio de Beça Múrias para os títulos e algumas polémicas**

“Eu fui metido no grupo porque não tinha vícios de gráfico”, lembra João Segurado. Exilado em França e Inglaterra, é neste último país que tira o curso de Design. Sem nunca ter tido experiência em jornais, mas apenas em *ateliers* de publicidade, é a Segurado que se deve o logotipo e todo o aspecto gráfico do jornal. “Vinha muito habituado à imprensa inglesa. As minhas primeiras maquetes d’*O Jornal* tinham a ver com o *The Times*, o *The Guardian*... Eram, digamos, pontos de referência. E depois, os *Sunday papers*, o *The Sunday Times* e o *The Observer*”, lembra o editor gráfico. Inspirado nestes periódicos de referência, a aposta vai ser em grandes fotografias, títulos que por vezes ocupam toda a largura das manchetes e a utilização do tipo de letra *Times*. Quanto ao logotipo, optou por “desenhar um tipo [de letra] que pudesse parecer um bocadinho com a da máquina de escrever”, para “ser completamente diferente” do que era habitual na imprensa<sup>660</sup>.

A par do aspecto gráfico, outra característica é sucessivamente associada ao semanário. Os seus criativos títulos marcaram o período revolucionário, sendo um traço distintivo relativamente a grande parte da imprensa, talvez só equiparável aos do *Jornal Novo*. Muitas vezes “os títulos da primeira página eram estudados na banca da gráfica”, tendo em conta os últimos acontecimentos da semana. “As páginas todas ali... e agora? O título da primeira página? Ficava lá toda a gente a puxar pela cabeça... o Manuel Beça Múrias, volta e meia, arrancava coisas que eram geniais”, recorda Lurdes Feio<sup>661</sup>.

Frequentemente, os títulos d’*O Jornal* remetiam para vários sentidos e interpretações, recorrendo a jogos de palavras e sendo provocatórios e polémicos. O nome de Beça Múrias é, por todos, destacado quando se aborda a questão dos títulos das manchetes, e de artigos em geral. “Era ele um dos mais talentosos construtores de títulos jornalísticos que alguma vez conheci, pertencendo-lhe a autoria dos que mais se distinguiriam nas capas de *O Jornal*”, recorda Silva Pinto<sup>662</sup>. Tinha o “maior génio para

---

<sup>660</sup> Entrevista a João Segurado, Lisboa, 21 de Março de 2017.

<sup>661</sup> Entrevista a Lurdes Feio, Cascais, 10 de Janeiro de 2017.

<sup>662</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 9.

fazer títulos”, remata Ribeiro Cardoso<sup>663</sup>. O director, Joaquim Letria, lembra um em particular:

“Lembro-me de um sobre os tipos do MFA, que eram os “homens sem sono”, já que a revolução era permanente. O título era: «Os homens sem sono andam a dormir». Aquilo vendeu que foi uma coisa doida. Enquanto muitos guardavam as notícias, nós púnhamos cá para fora. *O Jornal* provocava em todas as direcções”<sup>664</sup>.

A 30 de Maio, escreve-se: “os partidos assinam a paz na guerra das cadeiras”. Isto é, os partidos políticos com assento na Assembleia Constituinte chegam a um acordo quanto à distribuição geográfica dos seus representantes no hemiciclo. Na mesma edição, “anúncio de sabão para escanhoar a reacção”. A 20 de Junho um outro título – “Constituinte: o pão nosso de cada sessão” – referia-se às “estéreis lutas partidárias que já se tornaram o pão nosso de cada sessão no hemiciclo de São Bento”. Na manchete dessa semana, um apelo ao IV governo provisório: “Por favor! Governem a sério que o Povo faz a Revolução”. O Plano de Acção Política do MFA, em destaque n’ *O Jornal* de 27 de Junho, é apresentado como o derradeiro teste ao entendimento das diversas forças políticas que integram o governo, o que explica o título “O ‘exame’ é em Julho e não há segunda época”. A 4 de Julho, o assunto era a Europa, motivo para um curioso título: “A Europa ouve os nossos espirros mas não quer saber das pneumonias”.

As ameaças de golpes provenientes de várias forças políticas e militares estiveram na base da manchete da semana sede 3 de Outubro, onde se acentuavam as dúvidas quanto às suas origens: “Golpe de esquerda, de direita ou de misericórdia?”.

Muitos outros exemplos poderiam ser salientados. Algo, porém, parece inequívoco: a vivacidade prometida pelos fundadores d’ *O Jornal* está bem patente nos títulos que escolhem para as suas notícias, conjugando criatividade com assuntos muitas vezes controversos e em que a tensão política e social é evidente. Muitas das questões formuladas nas manchetes podem ainda ser encaradas como chamadas de atenção – porventura um tipo de jornalismo mais interpretativo do contexto então vivido – do nível de radicalização que os acontecimentos sugerem estar a verificar-se no processo revolucionário.

---

<sup>663</sup> Entrevista a Albino Ribeiro Cardoso, Lisboa, 23 de Novembro de 2015.

<sup>664</sup> Entrevista a Joaquim Letria por Dora Santos Rosa. Cf. Dora S. Rosa, *Joaquim Letria... Op. Cit.*, p. 56. No original, o título é uma questão, tendo como antetítulo “Uma pergunta ao MFA”, cf. *O Jornal*, 4 de Julho de 1975.

Ainda que longe das controvérsias a que vários outros jornais estiveram ligados no período revolucionário, *O Jornal* envolveu-se (ou esteve associado) a alguns episódios que fizeram correr alguma tinta em 1975.

A primeira reacção negativa, assumida publicamente, a uma notícia d' *O Jornal* surge por parte de um partido político. O MDP/CDE mostra-se profundamente indignado com um texto publicado na edição de 30 de Maio, que dava conta de rumores “segundo os quais a cúpula do partido prepararia a sua demissão”, perspectivando-se uma “ampla remodelação das estruturas do antigo Movimento Unitário da Esquerda”. Abordava-se ainda “conhecidas divergências” no seio do partido, que podiam ameaçar a sua unidade<sup>665</sup>. Algo que, de resto, era também invocado na manchete do *Diário de Lisboa* do mesmo dia, que avançava com a reprovação de uma proposta de “dissolução do MDP como partido e sua transformação numa Frente Unitária Revolucionária”, apresentada por membros da sua Comissão Central<sup>666</sup>.

Refira-se que o MDP/CDE, fundado em 1969, assumiu-se como um forte opositor ao Estado Novo, tendo como principais dirigentes José Manuel Tengarrinha e Francisco Pereira de Moura. Tendo sido representado nos I, IV e V governos provisórios, conquistou cinco lugares nas eleições à Assembleia Constituinte. Perante a notícia d' *O Jornal*, o comunicado do partido é particularmente incisivo, lançando farpas ao tipo de jornalismo praticado no semanário, inserindo-o “na campanha caluniosa desencadeada desde há muito por forças contra-revolucionárias contra o MDP/CDE”. A resposta do semanário de Letria não tarda e é publicada logo na semana seguinte. Recusando qualquer servilismo político, reafirma o conteúdo da notícia publicada, rejeitando a acusação de ser “contra-revolucionário”. “O MDP/CDE – só porque demos uma notícia sem primeiro lhe perguntarmos, de chapéu na mão, se nos dava a bênção para tal – entendeu socorrer-se do processo antigo, invertendo-o apenas, e chamando-nos contra-revolucionários”, pode ler-se no editorial do semanário<sup>667</sup>.

A 19 de Setembro uma nova polémica tem origem na manchete d' *O Jornal*. O motivo, a entrevista concedida por Alpoim Calvão, em exclusivo, ao jornalista Hernâni Santos, que se deslocara de propósito a Madrid. Uma “prova evidente de que existem forças organizadas, no interior e no exterior do país, apostas em contrariar o actual curso da revolução socialista ou o caminho do socialismo”, escreve o periódico na capa.

---

<sup>665</sup> *O Jornal*, 30 de Maio de 1975.

<sup>666</sup> *Diário de Lisboa*, 30 de Maio de 1975.

<sup>667</sup> *O Jornal*, 6 de Junho de 1975.



O antigo capitão-tenente Alpoim Calvão, que liderara a invasão de Conakry em 1970 (Operação Mar Verde), era uma das principais figuras do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), a par de António de Spínola, o seu líder máximo. Um movimento clandestino formado após o *11 de Março* e que se opunha à acção do PCP e da extrema-esquerda<sup>668</sup>. Da entrevista, resultam vários alertas sobre os objectivos do MDLP – apelidado, pelo jornal, de “contra-revolucionário” - sendo o mais polémico o facto de pretender “tomar o poder até ao fim do ano”<sup>669</sup>.

A polémica é imediata. De um lado, a imprensa estrangeira a revelar muita curiosidade relativamente às declarações de Alpoim Calvão. Do outro lado, alguns órgãos de comunicação social portugueses a criticarem a sua publicação. Os primeiros, publicando artigos dos seus enviados especiais e correspondentes em Lisboa acerca da entrevista e enviando à redacção d’ *O Jornal* “diversos telegramas” pedindo “elementos ou pistas para contactar” o MDLP. O jornalista Igor Fessounenko, correspondente da televisão e rádio da União Soviética, chegou mesmo a entrevistar Hernâni Santos<sup>670</sup>.

Quanto à imprensa nacional, *O Jornal* diz-se vítima de uma “campanha”, “onde não faltou a calúnia e a difamação”. Aponta o dedo, em concreto, à Rádio Renascença e a *O Século*, que afirmam ter *O Jornal* entrevistado “um dos seus patrões”<sup>671</sup>. O *Avante* revela toda a sua indignação num artigo onde chega a proferir ataques pessoais. Acusando *O Jornal* de utilizar o “figurino de falsa independência” e referindo-se a Hernâni Santos como um “repórter sem escrúpulos”<sup>672</sup>. Mesmo na redacção do semanário, o assunto não foi pacífico, com alguns jornalistas a discordarem da publicação da entrevista. “Houve discussão acesa”, lembra João Segurado<sup>673</sup>.

Uma semana depois, era a manchete do *Tempo* que suscitava polémica semelhante à d’*O Jornal*. Neste caso estava em causa uma entrevista a um elemento do ELP (Exército de Libertação de Portugal). Com contornos diferentes, a verdade é que os dois episódios deixam bem patente o quão sensível era ainda abordar estas temáticas. Os rumores de golpes e as ameaças às liberdades alcançadas um ano antes, em muito contribuíam para os receios e preocupações quanto a eventuais posições de força tomadas pelos líderes deste tipo de organizações.

---

<sup>668</sup> Cf. Eduardo Dâmaso, *A Invasão Spínolista*. Lisboa: Fenda, 1999.

<sup>669</sup> *O Jornal*, 19 de Setembro de 1975.

<sup>670</sup> *O Jornal*, 26 de Setembro de 1975.

<sup>671</sup> *O Século*, 22 de Setembro de 1975.

<sup>672</sup> *Avante*, 25 de Setembro de 1975.

<sup>673</sup> Entrevista a João Segurado, Lisboa, 21 de Março de 2017.

A verdade é que, em pleno «Verão Quente», o “jornal dos jornalistas” vive momentos particularmente tensos. Circulam, então, boatos de que a sua redacção seria ocupada. “Os amigos telefonavam-nos, a perguntar, se, efectivamente, tínhamos sido «ocupados»”, dá conta o próprio jornal, que, pelo menos publicamente, não mostra sinais de preocupação: “A nossa «ocupação foi, de facto, grande – mas no sentido de procurar captar nas estrelas notícias que nos ajudassem a compreender – e assim transmitir aos leitores, correctamente - as linhas com que se cose este país”<sup>674</sup>. Silva Pinto recorda-se perfeitamente de ameaças dirigidas ao periódico:

“Pouco depois de ter aparecido, em circunstâncias em que era difícil assumir posições independentes, sendo um jornal que se assumia como “independente de esquerda”, *O Jornal* chegou a receber ameaças da esquerda que estava no poder antes do 25 de Novembro de 1975”<sup>675</sup>.

Ainda que com contornos bastante distintos dos referidos anteriormente, houve alguns momentos de maior crispação envolvendo *O Jornal* e Vasco Gonçalves. A este respeito, é emblemático o editorial acerca do discurso do primeiro-ministro em Almada, possivelmente o texto de opinião mais crítico publicado no semanário acerca do general. O “homem transparente”, que fez um “discurso opaco”, é assim descrito.

Proferindo afirmações como “há sectores da Informação que objectivamente servem o fascismo” ou referindo-se à “libertinagem que impera em certa Imprensa”, o primeiro-ministro acaba por ser acusado de não defender a liberdade de imprensa e de não manter a mesma postura face aos vários órgãos de comunicação:

“Não precisou o Primeiro-Ministro de que comunistas se tratava, mas seriam dos que «estavam com ele conluiados». Parece-nos que não foi claro na discriminação e na defesa que fez dos órgãos presumivelmente controlados, enquanto para os «pasquins» que «roçam a obscenidade» não hesitou em nomeá-los. O mínimo que se lhe poderá apontar é um certo simplismo, dado que não pode ignorar que o dirigismo, mesmo quando bem intencionado, não deixa de ser pernicioso e, por outro lado, afirmando-se pelo pluralismo, o Chefe do governo tem de defender a Informação mesmo que esta lhe seja desagradável”<sup>676</sup>.

---

<sup>674</sup> *O Jornal*, 22 de Agosto de 1975.

<sup>675</sup> José Silva Pinto, “Génese...”, *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>676</sup> *O Jornal*, 22 de Agosto de 1975.

Outras afirmações do Primeiro-ministro são destacadas, como ter-se referido ao «Documento dos Nove» como um “golpe de baixa política”, ao que o periódico replica: “parece-nos que o general lá terá as suas razões, mas são suas”. Fica, todavia, a ideia de que *O Jornal* se afastava totalmente do posicionamento ideológico do primeiro-ministro, tema ao qual voltaremos no sexto capítulo deste estudo. Num momento em que este era cada vez mais contestado, as críticas que surgiam em periódicos como *O Jornal* contribuíam para sublinhar o desgaste e a, para muitos, evidente necessidade de o substituir. Porém, Vasco Gonçalves não deixa de se manifestar publicamente contra notícias que lhe são desfavoráveis, até mesmo depois de deixar a liderança governativa.

Um artigo publicado a 17 de Outubro, da autoria de Rui Pimenta, motiva um vivo protesto de Vasco Gonçalves, que endereça uma carta ao semanário, pedindo a sua publicação. A notícia, intitulada “Golpe a golpe enche a contra-revolução o papo”, referia-se aos rumores de que um golpe de Estado estaria para acontecer em breve e diversas movimentações político-militares. Em causa, entre outras questões, a “viabilidade de uma tentativa para tomar o poder em Portugal por parte das forças políticas que estivessem principalmente interessadas em fazer a outorga da soberania de Angola, no próximo dia 11 de Novembro, ao MPLA”. E que forças seriam essas? A fonte d’ *O Jornal* (“alguns sectores militares portugueses”) esclarece: “a acção seria concretizada pelos militares mais ligados à linha Vasco Gonçalves”, com o apoio do PCP e “seus aliados directos”<sup>677</sup>.

O general insurge-se contra afirmações contidas no artigo, avançando com a hipótese de existir um objectivo não explícito por trás da notícia. Uma vez mais, a ideia de “campanha” contra Vasco Gonçalves é aventada:

“a menos que *O Jornal* tenha o intuito deliberado de contribuir para a criação do desenvolvimento de uma nova escalada de injúrias e mentiras, contra mim, que possam ser propícias a novos golpes de direita contra o processo revolucionário português”<sup>678</sup>.

Como seria de esperar, o semanário não deixa de responder à carta que lhe é dirigida. No mesmo dia, através de uma posição conjunta da redacção (na semana seguinte, pela pena de Rui Pimenta):

---

<sup>677</sup> *O Jornal*, 17 de Outubro de 1975.

<sup>678</sup> *O Jornal*, 24 de Outubro de 1975.

“Nestas colunas, pode o general Vasco Gonçalves estar certo, não haverá campanhas contra quem quer que seja, e muito menos com injúrias e mentiras, e tudo continuaremos a fazer para não contribuir para elas, que infelizmente já são tantas; como também não haverá campanhas a favor de quem quer que seja (...) pois entendemos que a campanha, como a propaganda, são a negação da informação, para mais quando se quer revolucionária”<sup>679</sup>.

Tal como sucede relativamente a outros jornais, como os também privados *Jornal Novo* e *Tempo*, o conteúdo d’ *O Jornal* é alvo de reprovação de Vasco Gonçalves.

#### 5.2.6. Alguns temas em destaque

Focando a sua actividade jornalística, como é natural, na actualidade dos acontecimentos, e com um cunho óbvio de reportagem de investigação, *O Jornal* cobriu assuntos diversificados, além dos preponderantes temas político-militares. Destacamos alguns pela relevância, acompanhamento e destaque conferidos, assim como, por vezes, pelos comentários interpretativos ou posicionamentos assumidos pelo semanário.

A par de notícias que digam respeito a problemas ou episódios que envolvam órgãos de comunicação social, encontramos, n’ *O Jornal*, vários artigos de análise do sector informativo nacional. É, sem dúvida, um tema muito explorado pelo periódico, que não se coíbe de marcar as suas posições neste campo (nomeadamente em editoriais), até porque, desde cedo, assumira que pretendia afirmar-se com um tipo de jornalismo diferente do praticado em Portugal.

Confrontado com os acontecimentos que envolviam o *República*, *O Jornal* dedica-lhe um editorial. Já nos referimos a este caso, com mais detalhe, no segundo capítulo deste trabalho, no entanto, importa destacar um aspecto que levará *O Jornal* a tornar pública a sua posição: o desrespeito pela Lei de Imprensa. Segundo a lei, competia ao director a orientação do jornal e ao conselho da redacção pronunciar-se sobre despedimentos de jornalistas, o que não havia sido respeitado pela Comissão de Trabalhadores do *República*.

*O Jornal* defendia a aplicação da lei. Sustentava que “não pode haver ordem, autoridade e disciplina sem que a legalidade democrática seja respeitada. Quando o não

---

<sup>679</sup> *O Jornal*, 24 de Outubro de 1975.

for, os infactores terão de ser punidos nos termos da mesma lei” e - “se a (uma) lei não está bem – muda-se”<sup>680</sup>. Ao tornar pública esta sua posição, o semanário mostrava-se contra atitudes tomadas tendo por base “princípios revolucionários” não respaldados legalmente, caso, por exemplo, dos chamados “saneamentos selvagens” que proliferavam em vários sectores da sociedade portuguesa, incluindo o da Informação.

A 1 de Agosto, pela pena de Beça Múrias, *O Jornal* coloca a questão: “que é afinal a liberdade de Imprensa?”. O assunto era motivado pelos rumores de que esteve em cima da mesa o “estabelecimento de uma censura militar” relativamente a informações sobre Angola, em virtude de o Presidente da República e o Conselho da Revolução afirmarem-se “profundamente descontentes com a forma como a chamada grande Imprensa” noticiara os acontecimentos naquela colónia, nomeadamente os conflitos entre Movimentos de Libertação e o envolvimento de tropas nacionais<sup>681</sup>.

A propósito deste caso, Beça Múrias chama a atenção para duas questões em particular. Por um lado, reforçando a crítica, várias vezes partilhada, ao conteúdo de outros órgãos de comunicação: “O Povo português, que já está cansado da manipulação partidária dos órgãos informativos nacionais, recorre já com frequência a meios de comunicação estrangeiros tidos como respeitados”. Por outro, opondo-se liminarmente a qualquer medida censória, que considera ser “pior do que meter a cabeça na areia”. Para o redactor, o caminho era outro e passava necessariamente pela responsabilização dos próprios jornalistas:

“Defendemos que a má informação só se combate com melhor informação. Defendemos que compete aos jornalistas verdadeiramente revolucionários em luta por uma Imprensa verdadeiramente popular independente separar a verdade da mentira e pôr a primeira ao serviço do poder popular, do socialismo, da independência nacional, mesmo quando neste caso se trate de um outro povo”<sup>682</sup>.

O tema volta a merecer atenção uma semana depois, a propósito da divulgação do «Projecto Jesuíno». À semelhança do que sucedera no *Jornal Novo*, através de um editorial, o semanário condena o conteúdo do documento, recusando, uma vez mais, a prática de qualquer censura ou limitação da liberdade de imprensa. Desta vez, vai mais longe, estendendo as consequências deste tipo projectos a outras limitações. Um grito

---

<sup>680</sup> *O Jornal*, 23 de Maio de 1975. Também o caso Renascença é tema de um editorial do jornal (*O Jornal*, 4 de Julho de 1975).

<sup>681</sup> *O Jornal*, 1 de Agosto de 1975.

<sup>682</sup> *Idem*.

de alerta, contendo também uma crítica a responsáveis governativos que defendam este género de propostas:

“Será bom não esquecer que a limitação da liberdade de Imprensa costuma pedir outras sucessivas limitações de outras liberdades. E mal vai um País democrático e livre quando os homens encarregados de gerir os negócios públicos entendem que a Imprensa é incómoda – mesmo quando se limita a apontar que o rei vai nu”<sup>683</sup>.

No mês seguinte, e estando em causa a já aprovada Lei da Censura Militar – que previa, como vimos, a aplicação de multas relativamente a notícias de cariz militar - *O Jornal* anuncia a sua participação no Secretariado Coordenador da luta contra o decreto do Conselho da Revolução, subscrevendo a moção de repúdio relativamente ao mesmo. Num editorial onde não poupa críticas ao teor da nova lei, o semanário evoca o seu *slogan* inicial, garantindo: “Não guardaremos notícias na gaveta!”<sup>684</sup>.

Nas múltiplas posições que *O Jornal* torna públicas acerca do seu entendimento do papel da Imprensa num momento tão complexo como é o processo revolucionário fica bem patente uma visão de que os órgãos de comunicação social podem ter, assumidamente, o seu posicionamento ideológico e que tal não significa que sejam tendenciosos ou que não respeitem as boas práticas jornalísticas. Em suma, o semanário distinguia claramente entre o que era assumir opções ideológicas e o que era a prática de um jornalismo “sectário”:

“Cremos que uma publicação deve ter as suas próprias opções ideológicas, traduzidas para uma linha editorial definida. E isto independentemente do governo que esteja no Poder ou da personalidade política que chefie o Gabinete. Uma linha editorial que sirva o Povo terá de ser uma orientação inteligente em face da marcha da história das sociedades humanas e que saiba distinguir o transitório do fundamental; por outras palavras: o revolucionário do sectário”<sup>685</sup>.

O Programa do MFA plasmava, inequivocamente, que, no prazo de doze meses após o derrube da ditadura, deveriam convocar-se eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, por sufrágio directo, universal e secreto. Todavia, o processo não foi alheio a tensões e a tentativas de reduzir o seu significado político. Desde logo, através do adiamento do acto eleitoral. A verdade é que, depois de vários adiamentos, as

---

<sup>683</sup> *O Jornal*, 8 de Agosto de 1975.

<sup>684</sup> *O Jornal*, 12 de Setembro de 1975.

<sup>685</sup> *O Jornal*, 31 de Outubro de 1975.

eleições são marcadas no prazo limite previsto no Programa do MFA, precisamente para 25 de Abril de 1975. 91,2% dos portugueses recenseados acorreram às urnas. O Partido Socialista sai como grande vencedor, com 37,9% de votos, seguido do PPD com 26,4%. O grande derrotado, o PCP, com 12,5% dos sufrágios; o CDS obteve 7,6% e o MDP/CDE 4,5% dos votos. Entrava-se, assim, numa “fase qualitativamente nova”, no dizer de António Reis, verificando-se uma “quebra da unidade do MFA, dividido em facções que se irão digladiar entre si”. Por outro lado, a nível partidário, as eleições conferiram aos “partidos políticos que apostavam no modelo democrático-parlamentar pluralista, e particularmente ao seu vencedor, o PS, um novo protagonismo na cena política, que levará a pôr em causa o vanguardismo militar até então em ascensão”<sup>686</sup>.

O *Jornal*, claramente defensor de um tipo de regime democrático pluralista, concedeu uma considerável cobertura aos trabalhos que decorreram ao longo de mais de um ano na Assembleia. Não apenas no que dizia respeito à evolução dos debates em torno do conteúdo da Constituição da República a elaborar, mas também às frequentemente acesas discussões que decorriam no período de “antes da ordem do dia”. Porventura porque era nesse momento que os constituintes intervinham “para denunciar os radicalismos revolucionários e contra-revolucionários, os atentados aos direitos do homem, os desvios ao pluralismo dos órgãos de comunicação social estatizada e, por fim, a própria questão do Pacto MFA-Partidos”<sup>687</sup>. São, portanto, vários os textos acerca das tomadas de posição de deputados em plena Assembleia.

Reflexo da relevância concedida à Assembleia Constituinte, logo no seu primeiro número (dias depois do acto eleitoral) o periódico confere várias páginas de análise aos resultados eleitorais. O conselheiro da revolução Rosa Coutinho - a quem muitos apelidam de “almirante vermelho” por se aproximar ideologicamente do Partido Comunista - é um dos convidados a prestar um depoimento. Miller Guerra, eleito deputado à Constituinte pelo PS, o escritor José Gomes Ferreira, o ex-militante comunista e fundador do MES César Oliveira completam o leque de analistas.

Alternando géneros jornalísticos, *O Jornal* entrevista Jaime Gama, secretário nacional do PS e eleito deputado à Constituinte. Paralelamente, traça o perfil dos deputados eleitos, dando a conhecê-lo aos leitores. Salienta, desde logo, um certo “doutorismo” da Assembleia eleita, já que grande parte das cadeiras do hemiciclo vai ser ocupada por advogados, engenheiros, professores universitários, médicos, etc.

---

<sup>686</sup> António Reis, “O Processo de...”, *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>687</sup> José Medeiros Ferreira, *Portugal em...* *Op. Cit.*, p. 173.

Depois, são explicadas várias das questões que estarão em debate, assim como o funcionamento da Assembleia<sup>688</sup>.

Nas semanas seguintes, novos artigos acompanhando ou analisando o desenvolvimento da actividade dos vários deputados e comissões de trabalho. A 16 de Maio, Marcelo Rebelo de Sousa, jornalista e deputado pelo PPD, escreve sobre “o que se espera da Assembleia Constituinte”<sup>689</sup>. A 6 de Junho, a óbvia entrevista ao recém-eleito Presidente da Constituinte, Henrique de Barros. Duas semanas e setes sessões depois, perante as acesas discussões travadas, *O Jornal* questionava, num artigo com o sugestivo título “Constituinte: o pão nosso de cada sessão”:

“Conseguirá a Constituinte sobreviver às estéreis lutas partidárias que já se tornaram o pão nosso de cada sessão no hemiciclo de São Bento, enquanto o clima social no País se vai degradando progressivamente, sem que ninguém possa, conscientemente, prever o desfecho da representação?”<sup>690</sup>.

Volvido um mês, um novo artigo dava conta também de um ambiente renovado no Parlamento. “A Constituinte navega em águas mais calmas”, era o título. Discutidos os projectos de Constituição de todos os partidos, “os trabalhos da Assembleia Constituinte parecem agora facilitados por uma aragem de boa vontade que terá entrado pela claraboia do hemiciclo de S. Bento quando menos se esperava”<sup>691</sup>. A 14 de Novembro a notícia era o sequestro dos deputados no interior da Assembleia Constituinte, por parte de operários da construção civil. Joaquim Letria relata os ânimos no interior da Assembleia, e algumas frases de ordem vindas da rua. “O discreto «charme» da Constituinte foi abalado”, escreve<sup>692</sup>.

O pós 25 de Abril fica também marcado, no campo dos valores e das mentalidades, por uma abertura significativa. Ainda que muitos tabus apenas tenham sido quebrados volvidos vários anos (em alguns casos, décadas), são vários os temas que passaram a emergir na esfera pública, quando antes não faziam de todo parte dos assuntos objecto de discussão. Segundo Cecília Barreira, “o sexo questionava-se agora abertamente nas escolas, nos debates públicos e privados. Os divórcios aumentaram em

---

<sup>688</sup> *O Jornal*, 2 de Maio de 1975.

<sup>689</sup> *O Jornal*, 16 de Maio de 1975.

<sup>690</sup> *O Jornal*, 20 de Junho de 1975.

<sup>691</sup> *O Jornal*, 25 de Julho de 1975.

<sup>692</sup> *O Jornal*, 14 de Novembro de 1975.



flecha, sobretudo após a legalização, em 1975, do divórcio para indivíduos casados pela Igreja. O debate sobre o aborto torna-se público também”<sup>693</sup>.

A legislação produzida reflecte, também, em parte esta tendência, cobrindo várias destas áreas. A lei da maternidade e paternidade, por exemplo, “formula simultaneamente a igualdade de deveres e direitos dos pais, libertando as mulheres da responsabilização quase exclusiva”<sup>694</sup>. Ainda que sobretudo de “caracter habitacional e laboral”, as reivindicações feministas acabam por dar os seus frutos no campo jurídico. De acordo com Irene Pimentel, “muitas mulheres tomaram consciência da opressão e das discriminações de que eram vítimas e passaram a intervir na luta pela cidadania no trabalho e na sociedade, reivindicando mudanças e saindo à rua com reclamações igualitárias”<sup>695</sup>.

*O Jornal* não se mostrou indiferente à variedade de novos temas que ganhavam relevo na sociedade portuguesa. Acompanhando, por exemplo, a questão do divórcio de pessoas casadas pela Igreja, dá conta de que existe legislação a ser preparada com “importantes inovações”, como a reposição da possibilidade “do divórcio por mútuo consentimento”, que havia sido invalidada em 1966<sup>696</sup>.

Consideravelmente mais polémica, a temática do aborto é tratada pelo semanário no sentido de revelar a “conspiração do silêncio” à sua volta. Segundo o periódico, os partidos com representantes no governo “mantêm um silêncio e uma reserva prudentes” relativamente ao aborto e a “legislação repressiva continua em vigor, promovendo francamente a clandestinidade, favorecendo ou possibilitando a eventual corrupção das autoridades”<sup>697</sup>.

O tema volta a ser noticiado por Lurdes Feio, que faz a cobertura dos debates da semana de solidariedade internacional, iniciativa do Movimento para a Contracepção e Aborto Livre e Gratuito. O título era, por si só, elucidativo, sendo simultaneamente um alerta para uma realidade vivida por milhares de mulheres, como explica o texto. “Contracepção e aborto livre: remédio para a angústia de cem mil mulheres”<sup>698</sup>. Sobre

---

<sup>693</sup> Cecília Barreira, “Os estilos de vida e o convívio quotidiano”. In *Portugal 20 anos de democracia*, Coord. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 494.

<sup>694</sup> Maria Clementina Diniz, “O amor e a sexualidade”. In *Portugal 20 anos de democracia*, Coord. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 499.

<sup>695</sup> Irene Flunser Pimentel, “Enfim, cidadã. As mulheres na democracia portuguesa”. In *Mulheres Portuguesas*, Irene F. Pimentel e Helena P. de Melo. Lisboa: Clube do Autor, 2015, p. 375.

<sup>696</sup> *O Jornal*, 2 de Maio de 1975 e 11 de Julho de 1975.

<sup>697</sup> *O Jornal*, 27 de Junho de 1975.

<sup>698</sup> *O Jornal*, 1 de Agosto de 1975.

as “mães solteiras”, o periódico dá conta, com visível agrado, da criação de um grupo de trabalho da Secretaria de Estado da Segurança Social para estudar o assunto.

Também as questões da droga e da toxicodependência são abordadas. A 18 de Julho, por exemplo, António Carlos Carvalho assina um artigo, de certo modo, provocador em que traça o historial de tráfico e consumo de estupefacientes em Portugal, que diz remontar aos anos 60. Entre outras provocações, escreve: “somos todos drogados – só a escolha e a quantidade de droga é que variam de um para outro”<sup>699</sup>. A 5 de Setembro, *O Jornal* falava sobre a educação sexual nas escolas da Europa, contrastando com a sua ausência em Portugal, sendo, porventura, uma tentativa de colocar o assunto na ordem do dia e tentar que a situação se alterasse no futuro<sup>700</sup>.

Em suma, uma vez mais, ficava bem patente o pendor interventivo do periódico, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade moderna, mediatizando problemáticas que haviam estado arredadas da esfera pública, cobrindo eventos pioneiros neste contexto e instigando os leitores a reflectirem e intervirem.

Finalmente, refira-se que também a descolonização foi amplamente noticiada n’*O Jornal*. A sua complexidade, os momentos de enorme tensão e conflito, a par das suas implicações em esferas como a social e económica não deixam de ser exploradas nos muitos artigos produzidos pelos jornalistas. São vários os repórteres (alguns até convidados) que se deslocam às colónias, como enviados especiais, para noticiarem *in loco* os acontecimentos. “Repleta de ambiguidades”, a descolonização “terá como protagonistas múltiplos actores que, a par das negociações oficiais, se envolvem frequentemente numa ‘diplomacia paralela’ difícil de acompanhar”, lembra Maria Inácia Rezola<sup>701</sup>. E são precisamente essas negociações oficiais e não oficiais, bem como tomadas de posição de figuras político-militares que, muitas vezes, surgem nas páginas do jornal.

Na verdade, o processo de descolonização carregava uma série de problemas associados, que explicava também a variedade de ângulos de abordagem dos artigos jornalísticos. Não era, de facto, fácil acompanhar as várias questões que surgiam e que afectavam a descolonização. Como nota Medeiros Ferreira, “o Estado português teve que definir uma política imediata em relação a África, entre 1975 e 1976, tantos eram os

---

<sup>699</sup> *O Jornal*, 18 de Julho de 1975.

<sup>700</sup> *O Jornal*, 5 de Setembro de 1975.

<sup>701</sup> Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes... Op. Cit.*, pp. 127-128.

problemas suscitados a resolver”. A acrescentar à quantidade, havia ainda a dificuldade da abrangência desses problemas:

“retorno dos nacionais; segurança dos portugueses que pretendiam ficar; interesses económicos a defender para não tornar mais pesado o fardo colonial ao povo português; diversificação dos mercados tradicionais em abastecimentos de café, açúcar, algodão, petróleo etc.; e ainda julgar das consequências geo-estratégicas da descolonização”<sup>702</sup>.

A 16 de Maio é o director do jornal quem se dirige a Moçambique para entrevistar o almirante Vítor Crespo, Alto-comissário na colónia. Em Lourenço Marques, Joaquim Letria obtêm também informações sobre a exploração de energia em Cabora Bassa, concluindo ainda que se verificava uma “tranquila marcha para a alegria da independência”<sup>703</sup>. Na semana seguinte, o assunto volta a estar no centro das atenções, com o jornal a oferecer aos leitores um dossier especial sobre a descolonização, lançando uma questão: “Poderá Portugal sobreviver sem as colónias?”. Paralelamente, o repórter Rui Pimenta cobria as movimentações em Bissau<sup>704</sup>.

Nas semanas seguintes, mais notícias, mais desenvolvimentos. A última manchete de Junho destacava Moçambique e Angola. No interior falava-se ainda de S. Tomé. O Dossier (Documento) de 4 de Julho era, por sua vez, relativo aos acontecimento em Cabo Verde. As informações multiplicavam-se a um ritmo difícil de acompanhar. Não era de estranhar, por isso, que, nessa mesma data, Joaquim Letria se encontrava em Macau, acompanhando a Cimeira que “serviu para regular o processo gradual de descolonização de Timor”<sup>705</sup>. Uma semana depois, Silva Pinto deslocara-se a Cabo Verde, onde “só a esperança não morreu de sede”. O retrato descrito pelo jornalista é desolador, afirmando mesmo que “torna-se difícil imaginar país mais pobre e tragicamente subdesenvolvido do que este”<sup>706</sup>. A par das questões políticas e militares, o jornal ia revelando outros aspectos – em grande parte dramáticos - que marcavam o dia-a-dia nos territórios africanos.

Em Setembro e Outubro intensifica-se o noticiário acerca de Angola. A independência aproximava-se e, sendo esta “uma das mais importantes etapas da

---

<sup>702</sup> José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe – Notas de Política internacional e Política de Defesa*. Aveiro: Publicações Pandora, 1985, p. 88.

<sup>703</sup> *O Jornal*, 16 de Maio de 1975.

<sup>704</sup> *O Jornal*, 23 de Maio de 1975.

<sup>705</sup> *O Jornal*, 4 de Julho de 1975.

<sup>706</sup> *O Jornal*, 11 de Julho de 1975.

descolonização empreendida por Portugal”, Silva Pinto questionava: “O que vai acontecer no dia 11 de Novembro, dentro de apenas um mês e meio, quando Angola se tornar independente”? A resposta era dada em parte pelo seu texto, que remetia Portugal para segundo plano no processo que se iria seguir à independência<sup>707</sup>. A 14 de Novembro, ainda que com menos relevo, Angola voltava a figurar na capa do semanário. “Ausência de Portugal ensombra a independência de Angola” era o título<sup>708</sup>.

Independentemente das diversas interpretações que se possam fazer acerca do processo de descolonização e até mesmo do desenrolar dos acontecimentos nas várias colónias, interessa aqui sobretudo sublinhar o grau de importância conferido pel’*O Jornal* a esta temática. Ainda que seja óbvia a sua relevância jornalística, o periódico vai além de uma comum cobertura dos acontecimentos. Ao longo destes meses chamou-os frequentemente à capa, produziu manchetes em que os destacava e dossiers especiais sobre o tema, enviou repórteres ao terreno - o que permitiu descrever, detalhadamente, a realidade das colónias - e publicou variadíssimos textos informativos e (em menor escala) opinativos que versaram este controverso assunto. Mais: se há temas em que é possível verificar a aposta na reportagem de investigação por parte do semanário, um deles é, sem dúvida, o da descolonização.

---

<sup>707</sup> *O Jornal*, 26 de Setembro de 1975.

<sup>708</sup> *O Jornal*, 14 de Novembro de 1975.

### 5.3. *Tempo*

#### 5.3.1. Um projecto em construção e o carimbo de “conservador”

Um longo caminho foi percorrido até o *Tempo* chegar às bancas nacionais. Congeminada a criação de um novo órgão de comunicação social logo após o golpe de 25 de Abril de 1974, é no Verão que as bases são lançadas. O jornalista Nuno Rocha é a alma do projecto, a quem se vão juntando outras figuras do jornalismo. “Morto o fascismo, fechou-se com essa morte um ciclo da Imprensa em Portugal. A um País novo, devia corresponder uma Imprensa nova”, defendia, com entusiasmo, Rocha<sup>709</sup>.

Nuno Rocha iniciara a carreira de jornalista na cidade onde nascera, o Porto (n’ *O Norte Desportivo* e n’ *O Primeiro de Janeiro*). Já em Lisboa, ingressa no *Diário Ilustrado* e, depois, no *Diário Popular*, onde tem oportunidade de desenvolver inúmeras reportagens em Portugal e no estrangeiro, algumas delas, mais tarde, publicadas em livro<sup>710</sup>. Funda, entretanto, várias publicações, entre as quais se destaca o jornal *Publituris*, especializado na temática do Turismo. Em 1973, muda-se para o *Diário de Lisboa*.

Cerca de dois meses depois do 25 de Abril é aventada a hipótese de ser criado um novo projecto, uma “revista completamente diferente das existentes em Portugal”. Nuno Rocha lembra como surgiu a ideia: “Em casa de Carlos Cruz, uma noite, na presença de Diniz de Abreu, falámos num projecto deste tipo”. Depois, “durante uma viagem de avião”, redige “um plano de estatutos de uma empresa jornalística, em moldes novos” e entrega a jornalistas escolhidos pelos três<sup>711</sup>.

Em traços gerais, o projecto inicial consistia na produção de uma “revista quinzenal tipo *L’Express* de Paris, com 44 páginas, impressa em offset e cujo título será *O País*.” Do brevíssimo plano da empresa então apresentado, constavam os nomes de 11 jornalistas de diferentes órgãos de comunicação, referidos como “redactores” da publicação<sup>712</sup>.

Após os primeiros contactos, o projecto sofre consideráveis alterações. De férias no Algarve, Nuno Rocha concentra-se na redacção do “primeiro projecto para a edição

---

<sup>709</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um ano de Revolução*. Lisboa: Edição Somuna, 1975, p. 58.

<sup>710</sup> Cf. Nuno Rocha, *França, a emigração dolorosa*. Lisboa: Ulisseia, 1965 e Nuno Rocha, *Guerra em Moçambique: um repórter na zona dos combates*. Lisboa: Ulisseia, 1969.

<sup>711</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, p. 58.

<sup>712</sup> *Idem.*, *ibidem*, pp. 59-60.

de um novo jornal diário matutino, intitulado *Tempo*”. Não esquecendo a ideia de lançar a já planeada *newsmagazine*, a prioridade era agora este novo periódico. Segue-se o mesmo processo. Rocha elabora um plano de viabilidade do novo jornal, que deveria ser matutino, no qual inclui um relatório sobre o panorama da imprensa nacional.

A perspectiva que apresenta é bastante crítica, considerando, desde logo, a imprensa “velha em métodos e velha em ideias”, mas também destacando, “como aspecto muito grave, na maioria dos casos, o seu compromisso partidário.” Por isso, afigurava-se como “indiscutível” a necessidade de “um grande jornal da manhã, independente”, em Portugal. Um jornal para “apoiar todos os partidos de centro, centro-esquerda e centro-direita, sem excluir, evidentemente, todo o noticiário de partidos da esquerda e da extrema-esquerda.”<sup>713</sup>

Quanto à organização do jornal propriamente dita, são múltiplas as ideias e propostas avançadas. Apenas um exemplo: a criação de um “colégio de que farão parte um representante do Conselho de Administração, o Director, o Director-Adjunto, o Chefe de Redacção, o Chefe de Redacção-Adjunto e os três Subchefes de Redacção”, constituindo-se, assim, o sector editorial. São estes os elementos que “poderão decidir sobre matéria que intervenha com a linha política do jornal.” Ou seja, ainda que estivessem previstas reuniões de redacção, a orientação do periódico era, em última análise, controlada por esse “núcleo duro”. Eventualmente, tratava-se já de uma atitude preventiva sobre possíveis conflitos no interior da futura redacção, à semelhança de episódios que já se haviam passado em outros órgãos de comunicação, que opunham trabalhadores de diferentes áreas em torno da definição editorial dos jornais.

No plano do novo jornal são também referidos aspectos mais práticos da sua orgânica. No esquema da redacção é mencionado, taxativamente, que o director será Nuno Rocha e que a redacção será composta por vinte redactores, sendo que o seu recrutamento “será feito exclusivamente por votação dos fundadores e, portanto, com o seu pleno apoio.” Finalmente, destaque-se a vertente técnica do projecto. O jornal “terá que ser impresso em «offset»”, mas, “como se julga impraticável a compra de equipamento”, é proposta a realização de um contrato com o *Diário de Lisboa* ou o *Diário Popular*, que tinham o equipamento necessário<sup>714</sup>.

A trabalhar no *Diário de Lisboa*, Nuno Rocha pede, então, uma licença sem vencimento para poder dedicar-se a tempo inteiro à fundação do *Tempo*. “Com o

---

<sup>713</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, pp. 72 - 73.

<sup>714</sup> *Idem.*, *ibidem*, pp. 73-82.

projecto debaixo do braço” tenta angariar os apoios necessários à sua viabilidade. O objectivo, elaborar “uma lista de pessoas susceptíveis de se interessarem pela ideia, enviar-lhes cópia do plano e esperar contribuições que fossem válidas”<sup>715</sup>. A partir de então, as polémicas sucedem-se. Nas páginas dos jornais multiplicam-se as críticas ao periódico em preparação. Apelidam-no, desde logo, de “conservador”<sup>716</sup>.

No seu livro de memórias, Nuno Rocha defende-se. “Homem independente, não era, no dia 25 de Abril, um revolucionário.” Aponta também uma possível razão para as críticas que lhe são dirigidas: “o facto de ter fundado um jornal de turismo em 1958 e de ter uma vez por ano o dr. Moreira Baptista [Secretário de Estado da Informação e, depois, Ministro do Interior de Marcelo Caetano] na reunião de aniversário daquele jornal, apontaram-me logo a seguir à revolução como um possível fascista”<sup>717</sup>.

A 7 de Setembro o *Expresso* publica dois textos que acentuam a polémica. O primeiro, sobre a estratégia dos novos partidos de direita em Portugal. Naturalmente, o recém-criado CDS é assunto em destaque, sendo a sua penetração em órgãos de comunicação social motivo de especulações. Afirma-se que “a compra de um vespertino (fala-se da *Capital*) e a presença no novo matutino *Tempo* poderão ser hipóteses plausíveis”. O outro artigo volta a classificar o futuro jornal de “diário conservador”. Desta vez, com uma associação ao líder do CDS: “*Tempo* foi o título de um jornal linha OPUS DEI, que circulou na Universidade Portuguesa com a Direcção de Adelino Amaro da Costa, secretário-geral da CDS. Isto sucedeu há uns tempos, até que o dito jornal desapareceu...”<sup>718</sup>. “Significativo”, refere, deixando no ar a efectiva ligação do novo periódico ao CDS.

Dias depois, esclarece-se a questão da linha editorial de cariz “conservador”: “aceitamo-la, na medida em que também são conservadores jornais como *Le Monde*, *Times* ou *Frankfurt Allgemeine Zeitung*”. Por outro lado, “é destituída de qualquer fundamento a ligação deste título com o do jornal *Tempo*”, que diz ter-se dedicado a “temas universitários”, até porque “*Tempo* é, simplesmente, o nome de código de um projecto”. Nega-se também eventuais “compromissos partidários, nomeadamente com o CDS”<sup>719</sup>. Nas páginas do *República*, uma nota semelhante, baseada no esclarecimento

---

<sup>715</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 83.

<sup>716</sup> Veja-se, por exemplo, *Expresso*, 31 de Agosto de 1974.

<sup>717</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, p. 12.

<sup>718</sup> *Expresso*, 7 de Setembro de 1974.

<sup>719</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, p. 95.

de Rocha, onde se indica que o nome do jornal deverá ser *Jornal Diário* e que “Diniz de Abreu não será o chefe de Redacção”<sup>720</sup>.

A par destas polémicas<sup>721</sup>, o título e o preço do jornal constituíam, neste momento, grande preocupação. O primeiro porque, de acordo com o então Director-geral da Informação, Comandante Rui Montez, já se encontrava registado e, portanto, teria de ser adquirido directamente ao proprietário do registo. Para escolher o nome, Rocha inspirara-se no “*Times* londrino, cuja escola, no fundo, queria seguir”, entrando em contacto com quem detém o título: “pedira-me 150 contos e eu ofereci-lhe 50. Por isso fui registar o título «O Jornal» com o subtítulo «Diário Independente».”<sup>722</sup>

Relativamente ao preço, a questão apresenta-se mais complexa. Rocha abraça uma “nova campanha – a do aumento do preço dos jornais”, defendendo que, se cada exemplar de jornal se mantivesse com preço fixo de 2\$50, “a crise económica da Imprensa era inevitável”<sup>723</sup>. Neste sentido, apressa-se a revelar o seu ponto de vista ao Ministro da Comunicação Social, Sanches Osório, aproveitando a oportunidade para lhe entregar o projecto do *Tempo*<sup>724</sup>. Sem conseguir atingir o seu objectivo, dirige-se ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro e a outros membros do governo, pedindo intervenção.

Duas questões parecem, para já, evidentes. A persistência de Nuno Rocha junto de altas instâncias de poder para obter as condições que considerava necessárias para avançar com o projecto e, por outro lado, os ataques que jornais como o *Expresso* já dirigiam ao periódico em preparação. Quanto a esta última, várias questões podem ser colocadas: tratava-se de uma tentativa de boicote a um futuro jornal e, por isso, futuro rival? Ou, porém, uma reacção às críticas feitas por Rocha à imprensa nacional? Seriam simplesmente receios quanto à linha editorial do jornal? Interrogações ainda sem resposta e que continuarão na ordem do dia.

Paralelamente, continuavam a ser publicados artigos sobre o novo jornal lisboeta. A 24 de Setembro a imprensa faz eco de um comunicado do MDP/CDE, dando conta do tal diário «independente e conservador», que estaria para ter o nome de *Tempo*.<sup>725</sup> Um dia depois, é a vez de *A Capital* apresentar um texto considerando-o

---

<sup>720</sup> *República*, 20 de Setembro de 1974.

<sup>721</sup> Cf. *Expresso*, 21 de Setembro de 1974.

<sup>722</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, pp. 98 e 117 Curiosamente, *O Jornal* e *O Diário* foram nomes escolhidos para dois jornais surgidos em 1975 e 1976, respectivamente.

<sup>723</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, pp. 83-84.

<sup>724</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 84.

<sup>725</sup> *A Capital*, 24 de Setembro de 1974.



“insólito e por vezes sibilino”. Refere-se-lhe como o “novo diário da manhã” - expressão escolhida para título da notícia<sup>726</sup>. O *Diário da Manhã*, que fora criado em 1931, havia sido o jornal oficioso da União Nacional, tendo como primeiro director Garcia Pulido, figura muito próxima de Salazar.

Pouco depois, uma outra polémica é dada à estampa. A 9 de Outubro, novamente *A Capital* reproduz um artigo do *Washington Post* (que por sua vez cita o *Le Canard Enchaîné*) afirmando que o *Tempo* viria a ser subsidiado pela CIA:

“A Central Intelligence Service (CIA) americana foi utilizada como instrumento para persuadir representantes de empresas multinacionais, em Lisboa, a subsidiarem um jornal conservador denominado «O Tempo» bem como partidos políticos da direita, segundo revela o último número de «Le Canard Enchaîné» semanário satírico parisiense.”<sup>727</sup>

A notícia cai como uma bomba. As insinuações sobre o jornal tinham ultrapassado o limite de apenas ser necessário um esclarecimento público. Desta vez, Nuno Rocha assume recorrer a vias judiciais e denunciar a notícia ao Instituto Internacional de Imprensa. Quanto ao conteúdo da mesma, replica: “É evidente que se o capital já existisse da CIA (onde não conheço ninguém nem quero conhecer) ou de qualquer outra origem, o jornal já teria aparecido.”<sup>728</sup> Apesar da publicação do desmentido de Nuno Rocha, o *Expresso* não deixa também de noticiar o suposto financiamento da CIA ao *Tempo*, o que leva à republicação do desmentido agora nas páginas do semanário de Pinto Balsemão<sup>729</sup>.

No mesmo mês é a vez da *Seara Nova*, pela pena de Vasco Gomes, publicar um longo texto de análise do projecto de novo jornal, onde proliferam as críticas. Classificando-o repetidamente de “sectariamente conservador”, diz que este se prepara “para apoiar os partidos conservadores e para (mal) tratar o noticiário de esquerda”. Feito “por jornalistas conservadores, fazendo uma profissão de fé conservadora e sujeitando-se a regras conservadoras de promoção”, assim seria o novo periódico, segundo a *Seara Nova*<sup>730</sup>.

---

<sup>726</sup> Cf. Carla Baptista, *Apogeu, morte e ressurreição... Op. Cit.*, pp. 104-106.

<sup>727</sup> *A Capital*, 9 de Outubro de 1974.

<sup>728</sup> *A Capital*, 10 de Outubro de 1974.

<sup>729</sup> *Expresso*, 12 de Outubro de 1974 e 26 de Outubro de 1974.

<sup>730</sup> *Seara Nova*, Outubro de 1974.

Mas a *Seara Nova* não fica sem resposta e, no mês seguinte, publica o texto de Nuno Rocha, que, face às múltiplas vezes em que o seu futuro jornal é apelidado de “conservador”, escreve:

“ser conservador não constitui uma ideologia mas uma atitude, frente às circunstâncias. Um jornal pode ser conservador perante sucessivos regimes, pois basta que defenda as instituições vigentes e não pugne pela sua transformação. Aí está um jornal conservador. Vejamos exemplos concretos de jornais conservadores: *Le Monde*, *Times* e *Pravda* que são dos jornais mais respeitados do Mundo.”<sup>731</sup>

Rocha não nega, portanto, ter apresentado o seu novo projecto como um jornal “independente e conservador”, aproveitando apenas a oportunidade para aclarar o seu entendimento do termo. Finalmente, e esclarecida essa questão, faltava justificar de que forma o *Tempo* seria, efectivamente, independente, por oposição à imprensa que o seu futuro director tanto criticara. A resposta é dada de forma directa: “suprimindo nele [jornal] todos os adjectivos.” Rocha garante que “não haverá, pois, adjectivos, nem haverá, no conteúdo informativo, conteúdo ideológico (pelo menos que se veja à vista desarmada)”. Na prática, veremos que isto não se irá verificar – por diversas vezes o periódico recorre à adjectivação (como vimos, uma tendência da época), algo que tentaremos demonstrar no último capítulo deste trabalho.

Nuno Rocha desdobrava-se igualmente em contactos para angariar possíveis accionistas, de forma a avançar o mais rapidamente possível com o novo periódico. “Os accionistas, numa fase inicial, eram recrutados directamente junto de empresários fortes. O Nuno Rocha é que fazia isso”, conta Marise Oliveira, uma das fundadoras. Fala com Morais Cabral, da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), mas sem sucesso. Na verdade, a CIP acabaria por fundar, no ano seguinte, um novo título diário, o *Jornal Novo*. Já em 1975, consegue o “apoio decisivo” de Manuel Avides Moreira, empresário do Norte, que foi “o acionista mais importante do *Tempo* nos primeiros anos”<sup>732</sup>.

Rocha começara, entretanto, a rodear-se de colaboradores para estas tarefas. O principal era o jornalista José Vacondeus, a quem pediu que “arranjasse um redactor indicado pelo Partido Comunista, o que ele fez, falando com Jorge Campinos” (que não

---

<sup>731</sup> *Seara Nova*, Novembro de 1974.

<sup>732</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016. Manuel Avides Moreira vem a ser, em 1980, um dos fundadores da revista *Futuro Presente*, “que introduziu em Portugal as ideias da nouvelle droite francesa e da direita conservadora anglo-saxónica”, cf. Riccardo Marchi, *As raízes profundas não gelam? Ideias e percursos das direitas portuguesas*. Lisboa: Texto Editores, 2014.

integra o jornal). Além do seu cunhado, Plácido Souto, contava também com “Carlos Pina [*Diário de Notícias*] sem esquecer outras colaborações como a de Maria Guadalupe, Marise Oliveira e algumas outras pessoas – o jornalista Jorge Feio, homem de prestígio, vindo de *O Século*”<sup>733</sup>.

A equipa reúne-se na sede do já mencionado Publituris, na Rua Marechal Saldanha, em Lisboa. Marise Oliveira acompanha desde cedo o processo. Desempregada, dedica os seus dias a fazer contactos com possíveis assinantes do futuro jornal. Sem experiência profissional na área Imprensa, chega à equipa de Rocha por intermédio de um amigo comum:

“Eu fui ter com o Vasco Granja, porque eu sabia que ele tinha um irmão que era jornalista n’A *Capital* e eu queria ser jornalista. Fui pedir-lhe uma influência. E ele disse «Ah, esse concurso já acabou. Mas há um amigo meu que vai lançar um jornal. Vai ter com ele». (...) E o Nuno Rocha falou comigo, disse-me uma coisa que me chocou bastante: «Eu sou contra mulheres na redacção, porque as mulheres nas redacções normalmente andam na biqueira dos sapatos dos chefes de redacção. (...) Mas se quiser eu tenho lugar para si (...). Você pode ser secretária de direcção». E eu vim para casa...”<sup>734</sup>

Acaba por aceitar a proposta e integra a equipa inicial mesmo sem contrato e sem ser remunerada. A prioridade era a angariação de fundos que permitissem avançar com o projecto. “Era preciso muito dinheiro, então começámos a tentar arranjar dinheiro e a tentar arranjar assinaturas (...) Eu fui ao Patriarcado buscar listas de padres...”, lembra Marise Oliveira, que era auxiliada nesta tarefa por Sofia Blanco (sobrinha de Nuno Rocha) e Maria Helena Perdigão, que também vêm a integrar a equipa do futuro jornal.

Um acordo constituído com o *Diário Popular*, para a impressão e distribuição do jornal, era também essencial para a viabilidade do projecto. Entretanto, conseguem finalmente um espaço para montar a redacção, na Travessa das Chagas, em Lisboa:

“Um administrador do *Diário de Notícias*, que era o Comendador Gonçalves, era o dono de uma serie de prédios que estavam na iminência de serem ocupados pelas comissões de moradores (...) Ele propôs o seguinte:

---

<sup>733</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.* Sobre Jorge Feio, Nuno Rocha refere ainda: “Era um profissional conhecido e competente e apenas tinha como inconveniente ter trabalhado, em tempos, na ANI.”

<sup>734</sup> Entrevista com Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

«Vocês durante 6 meses não pagam renda e, depois, esses 6 meses transformam-se em acções». Começámos a tratar das águas e das luzes...»<sup>735</sup>

Aparentemente, o empenho da equipa de Nuno Rocha na criação do *Tempo* parecia estar, finalmente, a colher os seus frutos. Tudo isso cairá por terra em Fevereiro de 1975. “O telefone da minha casa retiniu para Carlos Pina me dizer que a Comissão de Trabalhadores do *Diário Popular* havia decidido impedir a administração de firmar contrato connosco para a composição, impressão e distribuição do *Tempo*.”<sup>736</sup> Rocha diz-se, uma vez mais, vítima de calúnias e de tentativa de boicote do seu novo projecto jornalístico. Decide então dirigir-se directamente aos trabalhadores do *Diário Popular*, por via de uma carta que lhes escreve, defendendo-se da acusação de que “não oferecia garantias de luta anti-fascista”.

Entretanto, juntara-se à equipa do *Tempo* o advogado Manuel Agrela, que havia chefiado a secção de estrangeiro no *Diário Popular* e colaborado com as Selecções do Reader’s Digest. Outros problemas avizinhavam-se, desta feita no seio da equipa constituída pelo próprio Nuno Rocha:

“(...) falhando o apoio do *Diário Popular*, não tínhamos dinheiro para o fazer. Multiplicaram-se as reuniões sem a minha presença, nas quais Manuel Agrela perorava, disposto a ser personalidade importante dentro do jornal. Perante a minha surpresa a secretária do *Tempo* Marise Oliveira (...) revelou-me que Agrela, Feio e Pina haviam decidido propor-me para o lugar de presidente do Conselho de Administração retirando-me, portanto, a direcção do jornal.”

Num momento particularmente quente do processo de criação do *Tempo*, em que estava previsto um plenário no *Diário Popular* para debater o assunto, as divisões na equipa de Rocha levam à primeira ruptura. A imprensa dá conta de que três jornalistas cortam relações com Nuno Rocha e, consequentemente, com o projecto que este liderava. A justificação tinha precisamente que ver com “recentes atitudes” e o “insólito comportamento” de Rocha, que demonstrara “não pretender apenas ser director”, mas ainda “exercer pessoalmente o absoluto controle do jornal, em todos os domínios.”<sup>737</sup>

Rocha justifica, nas suas memórias, a dissidência dos três jornalistas devido ao facto de estes terem proposto um valor superior para os salários dos trabalhadores do

---

<sup>735</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

<sup>736</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, p. 128.

<sup>737</sup> *O Século*, 22 de Fevereiro de 1975 e *Expresso*, 22 de Fevereiro de 1975.

*Tempo* e Rocha não ter concordado. A incógnita residia agora em como se solucionaria o problema da impressão do jornal, já que o definitivo plenário do *Diário Popular* votara contra o estabelecimento de um acordo com o *Tempo*.

A situação financeira da futura empresa encontrava-se também bastante debilitada, em parte devido aos problemas que envolviam os grandes empresários numa altura particularmente quente da revolução – os momentos que rodearam o 11 de Março. “Íamos conseguindo dinheiro (...) mas essas pessoas iam sendo presas. Quando eram presas as famílias vinham-nos pedir para nós devolvermos o dinheiro e nós devolvíamos”, conta Marise Oliveira, que era quem guardava o dinheiro angariado junto dos empresários. Nuno Rocha tinha “medo que as instalações da Publituris fossem assaltadas”, pedindo ajuda a sua secretária, que “levava o dinheiro para casa, dentro de uma bolsa.”<sup>738</sup> O clima era cada vez mais tenso, dentro e fora do jornal.

Fechadas as portas do *Diário Popular*, outras acabam por se abrir. Nuno Rocha recebe pouco depois duas propostas para solucionar o problema da falta de condições para imprimir o novo periódico. “Silva Nobre, director do semanário *Actualidades*, telefonou-me oferecendo-me, numa prova de grande camaradagem, as suas instalações e as suas máquinas para eu poder fazer o *Tempo*”, conta o jornalista. Rapidamente surge a segunda proposta, feita pelos “dirigentes da empresa do *Jornal do Comércio*”, que também disponibilizaram condições para a produção do jornal nas suas instalações<sup>739</sup>.

Com a promulgação da Lei de Imprensa, a 26 de Fevereiro, fica estabelecido que os preços de venda dos jornais são definidos pelas administrações das respectivas empresas<sup>740</sup>, o que resolvia um dos principais entraves ao avanço do projecto do novo periódico. Entretanto, Nuno Rocha conseguira, finalmente, comprar o título do jornal.

Mas os altos e baixos do processo de criação do *Tempo* pareciam estar longe de terminar. Apesar das boas novas recentes, o pós *11 de Março* terá consequências negativas para o projecto, aumentando o cepticismo quanto à sua efectiva viabilidade. No início do mês de Março, Rocha viaja até ao Porto com aquele que era agora o seu “núcleo duro”: José Vacondeus, Vera Lagoa (colunista do *Diário Popular*) e as secretárias Marise Oliveira e Laurentina Capela. Reuniram-se, na invicta, com possíveis

---

<sup>738</sup> Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

<sup>739</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, p. 145.

<sup>740</sup> Art.8º, alínea 1) “Os preços de venda ao público, as tabelas de publicidade e as margens de comercialização de publicações periódicas serão estabelecidas pelas administrações das empresas jornalísticas, tendo em vista o seu justo equilíbrio económico e as condições de efectiva concorrência, salvaguardados os Interesses dos consumidores e o regime geral de preços.” (Lei de Imprensa – Decreto-Lei N.º 85-C/75 de 26 de Fevereiro).

accionistas, a quem explicaram detalhadamente o seu projecto jornalístico. “Logo ali arranjàmos algum dinheiro e o restante ficou para nos ser enviado dias depois”, conta o jornalista. Todavia, o *11 de Março* afecta drasticamente o curso das negociações:

“Precisamente no dia 11 de Março, a Dora Couto tinha partido para o Porto para contactar os accionistas e tudo se perdeu (...). Quem é que estava com disposição para ouvir falar em novos jornais, em novos empreendimentos?

Seguiram-se dias amargos. O meu sonho de dar um novo jornal à revolução estava outra vez perdido.”

Por outro lado, à medida que era divulgada a lista com os nomes dos empresários que haviam manifestado interesse em apoiar o novo periódico – lista que era anexada às cartas onde se solicitava apoio a outras figuras – começam a surgir alguns “problemas”. “As pessoas começavam a ser incomodadas e pediam para retirar o nome delas da lista.” E quem eram esses empresários? A referida lista não se encontra arquivada – tal como acontece com a restante documentação do jornal – mas era constituída por nomes “da indústria, do comércio, pessoas importantes”<sup>741</sup>.

A 9 de Abril o inesperado acontece. Nuno Rocha é detido, em sua casa, pelo COPCON, numa operação aparatosa. Pelo mandado de captura fica a saber que o motivo da sua detenção era o de “pertencer a uma associação de malfeitores”. Mas, para Rocha, tornava-se claro que o motivo era outro: o “simples facto de querer fazer um jornal”. Inserir, portanto, a sua detenção no âmbito dos vários boatos e tentativas de boicote ao seu projecto jornalístico, de que há meses dizia ser alvo. Durante a fase de interrogatório a que é sujeito na prisão de Caxias, o capitão Fernandes, da Comissão de Inquérito ao *11 de Março*, questiona-o sobre como passou os dias próximos de *11 de Março* e se reconhecia nomes de uma lista que lhe foi apresentada. Dezassete horas depois de entrar em Caxias, é libertado<sup>742</sup>.

Perante as dificuldades em conseguir accionistas, Nuno Rocha acaba por perceber que “o *Tempo* está condenado e quando muito poderá sair um dia como semanário”, afastando o objectivo que traçara desde o início de criar um jornal diário. Por esta altura, a orientação ideológica do periódico é definida de forma clara pelo seu

---

<sup>741</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

<sup>742</sup> Várias notícias surgem, então, na imprensa, dando conta que Nuno Rocha tinha sido “preso”, conjuntamente com 28 oficiais e sargentos acusados de implicação no *11 de Março* (*República*, 9 de Abril de 1975). O jornalista desloca-se então às redacções para esclarecer o que havia acontecido (*O Século*, 10 de Abril de 1975).

futuro director, tentando pôr fim à “etiqueta” de conservador que não cessava de lhe ser colada: “Rigorosamente, a sair, o jornal será de centro-esquerda.”<sup>743</sup>

Com as forças canalizadas para a fundação de um semanário, prepara-se a sua imagem gráfica, sob a responsabilidade de Vítor da Silva, autor do *design* de, entre outros, o *Expresso*. A equipa de Nuno Rocha não desistia e as condições essenciais para o arranque do projecto pareciam estar reunidas, com muitos apoios a surgirem recentemente e outros a firmarem-se após alguns contactos:

“Estabelecemos contactos com o *Jornal do Comércio*. Não precisávamos de muito dinheiro pois as rendas da casa foram-nos oferecidas pelo dr. José Gonçalves (só pagaríamos no caso do jornal triunfar), os móveis também nos foram entregues sem data de pagamento, favor que ficamos a dever a João Osório de Castro e o mesmo aconteceu com as máquinas de escrever da Regisconta postas na nossa Redacção sem um papel e com um prazo enorme de pagamento. Guardamos o dinheiro existente para os salários e resolvemos todos trabalhar um mês sem receber”<sup>744</sup>.

Estabelecido que estava que no primeiro mês os trabalhadores não recebiam salário e com muitos dos problemas, surgidos nos últimos meses, resolvidos, o *Tempo* vê, finalmente, a luz do dia. Depois do *Jornal Novo* e de *O Jornal*, a 29 de Maio o novo periódico surge nas bancas nacionais.

### **5.3.2. 29 de Maio de 1975: o *Tempo* finalmente nas bancas**

“Primeiro dia”. Foi este o título escolhido para aquele que era também o primeiro editorial do novo semanário nacional: *Tempo – Semanário de grande informação*. As primeiras palavras do texto – “respondendo ao apelo da revolução” – revelavam, desde logo, a motivação por trás da criação do jornal, identificando-o claramente com o contexto revolucionário vivido. Algo que já era recorrente para responder às tentativas de colagem do jornal a uma linha conservadora e que se manterá no seu léxico nos meses seguintes. Depois, a explicação para o facto de se tratar de um semanário e não de um jornal diário como inicialmente previsto. “Dificuldades financeiras não nos permitem, por enquanto, ir além de uma edição semanal às quintas-

---

<sup>743</sup> Nuno Rocha, *Memórias de um...Op. Cit.*, p. 44.

<sup>744</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 150.

feiras de manhã (a qual, no entanto, incluirá noticiário da véspera).” O objectivo, esse, era referido de forma clara: assim que possível, torná-lo diário<sup>745</sup>.

O longo primeiro editorial coloca claramente em destaque que o jornal será “livre e independente”. Duas características que são esmiuçadas no texto, numa tentativa de distanciamento relativamente ao tipo de jornalismo praticado na imprensa estatizada. Esta constituía, aliás, a razão central para justificar o aparecimento do novo periódico. Em contraste com uma imprensa subjugada às forças preponderantes no poder político-militar no pós *11 de Março*, o *Tempo* surgia “independente de vários poderes políticos e livre das sujeições económicas”. A justificação para a efectiva ligação destas duas características ao novo periódico era apresentada pelo próprio:

“Somos independentes dos poderes políticos, porque vivemos da nossa força de trabalho e não recebemos o menos subsídio financeiro ou apoio de qualquer individuo ou partido; somos independentes do poder económico, porque a nossa sociedade é formada por trabalhadores. O nosso capital é o título que encima as nossas páginas e a partir de hoje faz parte das nossas vidas”<sup>746</sup>.

Todavia, para que não se pense que o novo semanário não conferirá relevância a questões políticas, prementes na sociedade portuguesa, é sublinhado que o entendimento do conceito de independência “não significa ser indiferente e muito menos apolítico”. Pelo contrário, mostra-se “disposto a recolher nas suas páginas as vozes progressistas de todos os partidos sem distinções de qualquer espécie.” Reforçando a particularidade de “auto-gestão” em que é administrado o jornal, o editorial inclui ainda a curiosa afirmação - “desejamos marchar à frente do processo histórico em curso, dando o exemplo revolucionário” - muito semelhante à que, menos de dois meses antes, utilizara Luís de Barros ao tomar posse como novo director do *Diário de Notícias*, um dos periódicos de que o *Tempo* se tenta distanciar<sup>747</sup>.

Segundo aqueles que integraram a redacção do jornal desde a fundação, a proposta do *Tempo* era clara. “Lutar contra os exageros da revolução (...) pretendíamos a normalização do país através das eleições e de governos democraticamente eleitos”,

---

<sup>745</sup> *Tempo*, 29 de Maio de 1975.

<sup>746</sup> *Idem*.

<sup>747</sup> No discurso de tomada de posse, Luís de Barros, dirigindo-se à redacção do *Diário de Notícias*, afirma: “o DN deve acompanhar o exemplo de perseverança e coragem do MFA e tem de estar voltado para a defesa dos interesses do povo português, indo, porventura, à frente do processo revolucionário em curso”. Cf. *Diário de Notícias*, 10 de Abril de 1975.



assume Marise Oliveira<sup>748</sup>. Outro dos fundadores, José Antunes, diz que, à época, “pretendia-se combater a esquerda revolucionária”, considerando o *Tempo* um jornal de “direita moderada”. Um projecto alternativo, que “apresentava algumas notícias de uma forma diferente da do *Expresso* e, garantidamente, alternativa aquilo que a Imprensa estatal publicava que era tudo mais do mesmo... que era o comunismo, o gonçalvismo”<sup>749</sup>. Ao encontro destas posições, o investigador João Figueira defende que o público-alvo do *Tempo* “era uma direita e centro-direita mais conservadora e menos intelectual e cosmopolita que aquela que lia e se mantinha fiel ao *Expresso*”. Todavia, não deixa também de destacar que o “seu jornalismo esteve longe de se afirmar como uma referência, mesmo no universo da social-democracia, onde o jornal gravitava”<sup>750</sup>. Os princípios orientadores do semanário estão também presentes no seu Estatuto Editorial, divulgado igualmente na primeira edição do jornal.

A nível de conteúdos, o Estatuto Editorial era parco em palavras, optando por conceitos genéricos e que encerram múltiplas interpretações. Afirma-se uma “absoluta fidelidade aos factos reais e autênticos”, uma “informação objectiva e independente” e uma “atitude inteiramente progressista, seguidora do espírito que orientou o 25 de Abril de 1974”. Assim é sintetizada a conduta editorial do novo periódico, passando-se imediatamente a questões de carácter orgânico, relacionadas com a gestão e administração da empresa recém-formada. Recusando abandonar o propósito inicial de tornar o jornal diário, é criada uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada (a “Imprenova, Imprensa Nova, SARL”<sup>751</sup>) cujos “subscritores das acções iniciais – todos fundadores do *Tempo*” – entendem “que dependerá muito do apoio e do interesse dos futuros accionistas” a efectiva publicação diária do periódico. Todos os trabalhadores do jornal eram, assim, seus accionistas.

É então esclarecido que serão bem-vindos “pequenos capitais não comprometidos com ideologias contrárias às liberdades conquistadas”, desde que estejam de acordo com os estatutos da Sociedade, dos quais sobressaem as vantagens de se ser trabalhador-accionista e o poder do director do semanário, com um voto de qualidade em caso de situações de empate em votações do Conselho de Redacção:

---

<sup>748</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

<sup>749</sup> Entrevista a José Antunes, Lisboa, 3 de Dezembro de 2016.

<sup>750</sup> João Figueira, *O Essencial sobre...* Op. Cit., p. 29.

<sup>751</sup> A sociedade é constituída por 10 membros: Nuno Rocha, José Vacondeus, João Peixe Dias, Humberto Ferreira, João Rosa, Hermínio Clemente, Dora Couto, Marise Oliveira, José Lemos e Sobral de Oliveira. Cf. Diário da República, III Série, N° 184, de 11 de Agosto de 1975.

1- “Que os lucros apurados no final de cada ano serão sempre divididos, 50% para todos os trabalhadores e 50% para os accionistas.

2- Que a administração será exercida apenas pelos trabalhadores-accionistas, que elegerão, cada dois anos, os seus representantes.

3- A maioria simples do Conselho de Redacção é bastante para aprovar ou reprová as decisões que venham a ser postas à votação e, no caso de empate, o director do *Tempo* exercerá voto de qualidade. Na ausência do director, o director-adjunto ocupará as suas funções.

4- *Tempo* compromete-se a cumprir rigorosamente o que estiver estipulado na Lei de Imprensa e todos os seus trabalhadores declaram aceitar reciprocamente as ideias dos seus camaradas, desde que se enquadrem no âmbito dos princípios definidos”<sup>752</sup>.

Quanto à constituição dos corpos gerentes, esta é apenas divulgada na edição seguinte do semanário. O motivo, o facto de a escritura da Sociedade apenas ter sido firmada a 30 de Maio, um dia depois de o periódico ser lançado<sup>753</sup>.

Situada num prédio da Travessa das Chagas, em pleno Príncipe Real, a redacção do *Tempo* era bastante reduzida, sobretudo por comparação com o projecto inicial. Além do director, director-adjunto e chefe de redacção – que, ainda que ocupassem cargos de chefia, não deixavam de participar no jornal enquanto jornalistas - seis redactores, um repórter e um repórter fotográfico completavam a redacção (no plano inicial, previam-se, desde logo, 20 redactores), que incluía duas secretárias de redacção e direcção. Por outro lado, o *Tempo* contava com 14 colaboradores permanentes, em áreas tão diversas como a agricultura, o desporto, a música, o ensino, touromaquia, astrologia e temáticas como “África” e “crianças”, entre outras. Do estrangeiro, colaboravam no jornal 11 correspondentes, em cidades como Nova Iorque, Paris, Estocolmo, Bruxelas, Moscovo ou Bona.

Com um núcleo duro formado, como vimos, bem antes da efectiva criação do jornal, entre os quais apenas se vão manter José Vacondeus (director-adjunto), Vera Lagoa (colaboradora) e Marise Oliveira (secretária de direcção), tornava-se urgente recrutar jornalistas para integrar a nova redacção. O nome de João Peixe Dias surge de imediato: “O Nuno Rocha não tinha jornalistas na altura... Conheceu o Peixe Dias

---

<sup>752</sup> *Tempo*, 29 de Maio de 1975.

<sup>753</sup> O Conselho de administração é então composto pelo director (Nuno Rocha), Director-adjunto (José Vacondeus) e Chefe de Redacção (Peixe Dias); para o Conselho Fiscal vão Eduardo Lemos (Consultor Jurídico), Márise Oliveira (Secretária da Direcção) e Sobral de Oliveira (Jornalista); finalmente, a Assembleia Geral é composta pelo jornalista João Rosa, pela secretária da redacção Dora Couto e pelo repórter fotográfico Hermínio Clemente.

quando foi a Moçambique (...) foi falar com o Peixe Dias, que recomendou uma série de jornalistas que conhecia e que tinham vindo de África”<sup>754</sup>.

José Antunes, um jovem que tinha trabalhado na agência Lusitânia e que se encontrava desempregado devido à extinção da agência de notícias, tem conhecimento de que estaria para nascer um novo jornal, dirigindo-se à redacção: “Falei da minha experiência anterior e fui logo admitido, porque naquela altura não havia muita gente que quisesse trabalhar em projectos de direita”. É exactamente por este motivo que explica o facto da redacção ser composta por vários jornalistas vindos das colónias portuguesas. “Os que estavam cá não se metiam naquilo. Eles é que estavam revoltados. Já tinham perdido tudo lá, não tinham nada para perder aqui”, sustenta. Dada a sua juventude e pouca experiência no meio jornalístico, ingressa na redacção como repórter estagiário, o chamado «foca» – “o repórter de rua que ia aos trabalhos chatos”<sup>755</sup>.

Recentemente afastado do *Diário de Notícias* pela direcção Luís de Barros/José Saramago, Handel de Oliveira, jornalista há cerca de 20 anos, também ingressa no *Tempo*, entusiasmado com as novas condições de trabalho:

“Doente e com o labéu de «saneado», sem possibilidade de conhecer sequer os motivos que levaram a tal decisão, estive quase dois meses na situação de impedido de exercer a minha profissão. Eis senão quando aparece um jornal que respeitando as regras deontológicas me convida para ingressar nos seus quadros: o *Tempo* – sem outras condições que não fossem escrever só e apenas a verdade”<sup>756</sup>.

A história de Hermínio Clemente é ligeiramente diferente. Como repórter fotográfico passara pelo *Notícias da Amadora*, *Época* e *O Século*. Regressado da Guiné, onde cumprira comissão de serviço (colabora então com a *France Press* e a *Voz da Guiné*), é convidado a colaborar no *Jornal Novo* e no *Tempo*, pelo próprio Nuno Rocha, com quem colaborara no *Publituris*. “A minha posição no *Tempo* era melhor... era o repórter principal”, sustenta o próprio, que opta por integrar o semanário. No *Tempo*, confronta-se, tal como os restantes colegas, com uma redacção literalmente por construir:

“Quando entrei não havia nada. Entrei numa sala vazia. Começámos a acatar as coisas, a montar as coisas. Não havia laboratório fotográfico. Eu

---

<sup>754</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

<sup>755</sup> Entrevista a José Antunes, Lisboa, 3 de Dezembro de 2016.

<sup>756</sup> *Tempo*, 27 de Maio de 1976.

tinha um laboratório pessoal, montado em casa dos meus pais e disponibilizei o meu equipamento (...) o jornal não tinha dinheiro para comprar”<sup>757</sup>.

Note-se que, a 31 de Julho, o *Tempo* passa também a contar com uma Comissão de Trabalhadores, constituída por Dora Couto (secretária de redacção), Handel de Oliveira (redactor) e Humberto Ferreira (redactor). É então também partilhada uma informação concreta sobre o número de trabalhadores do jornal, que se situa em 25. Em Dezembro de 1975, o *Tempo* contava já com 27 trabalhadores (os seus concorrentes directos, *Expresso* e *O Jornal*, tinham respectivamente 55 e 30 trabalhadores).

**Quadro 15 - Ficha técnica do jornal *Tempo***

Função	Nº de colaboradores	Nomes
Director	1	Nuno Rocha
Director-adjunto	1	José Vacondeus (até 6/11/75)
Chefe de Redacção	1	João Peixe Dias
Redactores	6	Armando Ramos, Handel de Oliveira, Humberto Ferreira, João Rosa, Sobral de Oliveira e Varela Soares
Repórter	1	José Antunes (a 25/9/75 passa a coordenar o Arquivo do jornal)
Repórter fotográfico	1	Hermínio Clemente; Eduardo Neves (a partir de 14/8/75)
Secretária da Direcção	1	Marise Oliveira
Secretária da Redacção	1	Dora Couto
Conselho de Redacção	3	João Rosa, Dora Couto e Sobral de Oliveira
Gráfico	1	Hernâni Lopes
Gráfico-Adjunto	1	Rui Viana
Revisores	2	Domingos de Azevedo e Norberto Figueiredo

Fonte: Quadro construído a partir dos dados apresentados no *Tempo* ao longo de várias edições.

A composição da redacção do jornal vai sofrendo algumas oscilações ao longo do tempo. Até ao 25 de Novembro de 1975 apenas ingressa no jornal um novo repórter fotográfico – Eduardo Neves a 14 de Agosto, vindo de Moçambique – verificando-se a passagem do repórter José Antunes para a coordenação do Arquivo do jornal e a saída do director-adjunto, José Vacondeus, a 6 de Novembro. Relativamente aos colaboradores permanentes<sup>758</sup> e correspondentes no estrangeiro<sup>759</sup>, a realidade é bem

<sup>757</sup> Entrevista a Hermínio Clemente, Lisboa, 5 de Dezembro de 2016.

<sup>758</sup> Quanto à lista de **colaboradores permanentes**, é a seguinte: António Carepa (Ensino), Camilo Silveira da Costa (Agricultura), Carlos Pimentel (Música), David Sequerra (Desporto), D. Rodriguez (Touros), Fernando Soromenho (Geral), Fernando Teles (Teatro), Francisco Oliveira (Técnica), Luís Laçrifa (Cinema), Maria Fernanda Granadeiro (África), Maria do Sameiro Souto (Crianças), Professor Horus (Astrologia), Tomás Ribas (Letras), Vera Lagoa (Crónica). Mais tarde integram o núcleo de colaboradores permanentes: António Nabais (Geral), M. Castelo Branco e Penha Coutinho (Análise

distinta. Em ambos os casos verificam-se algumas mutações a nível de colaboradores, por substituição ou simplesmente abrangendo áreas, temas ou países onde o jornal não tinha representação. Entre o vasto leque de colaboradores, encontravam-se os nomes de Sousa Franco, à época militante do PPD, ilustre professor de direito e, mais tarde, ministro das Finanças de dois governos constitucionais, e de várias mulheres: Maria Fernanda Granadeiros (que, em 1976, passa a integrar a redacção do jornal), Filipa Vacondeus (mulher do director-adjunto do *Tempo* e responsável por programas de culinária de grande popularidade na RTP) e Maria do Sameiro Souto (mulher de Nuno Rocha e responsável de programas infantis na RTP).

O preço estabelecido para o novo jornal foi de 7\$50 (e não 3\$50, nem 5\$10, como se previa nos planos elaborados). O mesmo, aliás, que o dos seus concorrentes directos *Expresso* e *O Jornal*. Difere, todavia, no dia de publicação, escolhendo a quinta-feira (*O Jornal* saía às sextas-feiras e o *Expresso* ao sábado). No cabeçalho apenas o título – *Tempo* – é referido, sendo o subtítulo – *Semanário de grande informação* – remetido para a ficha técnica.

Cinco artigos compõem a primeira capa (três deles remetendo para maior desenvolvimento no interior e apenas um ilustrado com fotografia), um editorial, e cinco chamadas de capa. Os temas variam: a descoberta de petróleo no Algarve, uma Assembleia extraordinária do MFA, o encontro entre Vasco Gonçalves e Gerald Ford, a estratégia de Melo Antunes nos Negócios Estrangeiros e uma notícia breve sobre as novas tarifas nos correios e telefones. No canto inferior direito surge um espaço de publicidade a um relógio da marca Tissot, algo que se manterá nas restantes edições.

Um jornal com vinte páginas, mais oito para o suplemento temático, a seis colunas, formato berliner e com uma paginação e estilo não muito inovador. A partir de Setembro, conta com mais quatro páginas. Relativamente às suas secções, nota-se uma preocupação inicial em identificá-las no topo de cada página. Algo que rapidamente é posto de lado (quadro 16). Sobretudo a partir do terceiro número, em que grande parte

---

Política); Jorge Afonso (Artes); Maria Basileu (Cinema) substituindo o anterior colaborador; António Nabais (Ensino) substituindo o anterior colaborador; José Neves Dias (Informação política); Manuel Portugal e José Rabaça (Crónica); João Ferreira (Palavras Cruzadas); Filipa Vacondeus (Culinária); Domingos de Azevedo e Belmiro Santos (Tempos Livres).

<sup>759</sup> Quanto a **correspondentes**, são os seguintes: Casimiro Viegas (Bona), Johann Paquet (Bruxelas), Dénes Gyápáy (Budapeste), César Faustino (Estocolmo), Jorge Heitor (Londres), Vladimir Chernv (Moscovo), John Fercsey (Nova Iorque), José Martins (Pacífico Sul), Daniel Gomes (Paris), Oldrich Bures (Praga), Teresa Marino (Vigo). Mais tarde integram o núcleo de correspondentes também: António Cunha Ribeiro (Angra do Heroísmo); Pop Simion (Bucareste); Joaquim Del Rio (Cáceres); Ferreira Simões (Joanesburgo); Artur Ferreira (Luanda); António A. Costa (Nova Bedford); Gustavo Moura (Ponta Delgada); José Manuel Soares (Porto); Johann Paquet (Tunis) e Clara Sá Carneiro (Rio de Janeiro).

das secções deixa de existir, passando apenas a indicar-se páginas como as dos “correspondentes no estrangeiro”.

**Quadro 16 – Estrutura da primeira edição do *Tempo* em termos de secções**

Nº de Pág.	Secção	Breve descrição
2	Tempo/Nacional	Actualidade de política nacional; coluna “Horizonte” e continuação de editorial.
3	Tempo/ Informação	Rúbrica “Confidencial”; artigos sobre questões relacionadas com o sector da Informação em Portugal e no estrangeiro.
4	Tempo/Estrangeiro	Artigos sobre assuntos que marcam a actualidade noutros países (p. ex. eleições).
5	Tempo/Aberto	Artigos relacionados com as colónias portuguesas.
6	Tempo/Opinião	Artigos de opinião e rubricas com participação de leitores.
7	Tempo/Polivalente	Artigos sobre economia, finanças, trabalho e assuntos Sociais
8	Tempo/Batalha de Produção	Questões laborais e ofertas de serviços
9	Tempo/Revolução Cultural	Artigos sobre líderes partidários
10	Tempo/Entrevista	Publicadas duas entrevistas
11	Tempo/Reportagem	Publicada uma pequena reportagem e uma breve entrevista
12	Tempo	Artigos sobre turismo e rubrica “Parágrafos”
13	Tempo/Norte	Uma breve entrevista (não relacionada com o norte) e um artigo sobre a dicotomia Lisboa/resto do país
14	Tempo/Perspectiva	Artigo sobre a situação de portugueses no estrangeiro e um artigo sobre saneamentos numa empresa pública
15	Tempo/Desporto	Artigos sobre modalidades desportivas (futebol e tauromaquia)
16	Passa/Tempo	Artigo sobre televisão, música e cinema
17	Tempo	Artigos sobre temas diversos
18	Tempo	Breves notícias sobre temas diversos; rubrica “Estante” e Passatempos
19	Tempo/Literatura	Publicação de um conto de um anónimo e rubrica “Contemporâneos”
20	Ainda o Tempo	Um artigo e várias breves sobre temas diversos

Fonte: *Tempo*, 29 de Maio de 1975. Descrições das páginas elaboradas com base na análise do jornal.

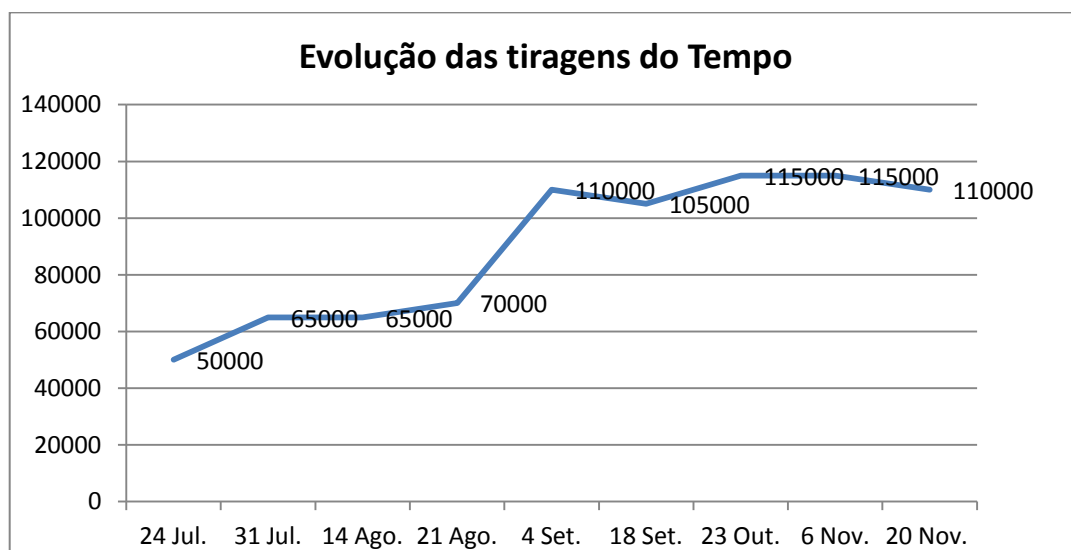
Note-se a tentativa de criar uma página feminina no jornal – Tempo/Ela – que não vai além do segundo número do semanário. A justificação para a criação desta página é *sui generis*, tal como o confronto entre a introdução – portanto os objectivos propostos na secção – e os artigos que figuram na página. Recusa-se a ideia de uma página dedicada à mulher como algo discriminatório, uma vez que “ela [mulher] tem determinadas preocupações que lhe são muito características (...) o que não a torna necessariamente num ser inferior, discriminatório”, e sublinha-se que não se trata “exclusivamente ao que diz respeito à culinária, aos produtos de beleza, às «mãos de fada»”.

Quanto aos temas que figuram na página, estes não são mais que: um consultório culinário; preços de peixe, frutas, legumes e hortaliças de três mercados de Lisboa; uma sugestão de moda; um texto sobre “penteados «retro»”; um confuso artigo sobre “a

mulher na revolução” e outro sobre “a mulher face ao momento político”<sup>760</sup>. Ainda que alguns títulos destaquem a nova realidade política criada pela revolução no que concerne à mulher, nada é dito relativamente a direitos conquistados – como o do voto, por exemplo – e a perspectivas de mudança do seu papel numa nova sociedade em construção.

Quanto à tiragem do *Tempo*, esta foi aumentando exponencialmente ao longo dos meses. A 24 de Julho, a primeira vez que é apresentada, a tiragem do jornal é de 50 000 exemplares, enquanto a 20 de Novembro a mesma situa-se em cerca de 110 000 exemplares (Gráfico 1). Uma curiosidade é que a 27 de Novembro – portanto, no rescaldo do 25 de Novembro, em que a imprensa estatizada se encontrava suspensa – a tiragem do jornal chega aos 150 000 exemplares. Note-se que estes números são os disponibilizados pelo próprio jornal.

**Gráfico 2 – Evolução do número de tiragens do *Tempo* (24 Julho a 20 de Novembro de 1975)**



Fonte: Gráfico construído com base na análise de várias edições do jornal *Tempo*.

Relativamente à composição, impressão e distribuição do periódico, estas são realizadas, como já se referiu, na empresa do Jornal do Comércio, em Lisboa.

Finalmente nas bancas, o *Tempo* é saudado por alguns – mas poucos – colegas. Curiosamente, apesar das polémicas que envolveram ambos os jornais, o *Diário*

<sup>760</sup> *Tempo*, 5 de Junho de 1975.

*Popular* não deixa de desejar o “melhor êxito” ao novo semanário, “na pessoa dos seus responsáveis e de quantos nele trabalham.”<sup>761</sup>

Recebe também telegramas e cartas de felicitações de leitores anónimos, publicando algumas na sua segunda edição. Um leitor de Ponte de Lima, por exemplo, sublinha o facto de ter lido “um jornal verdadeiramente livre das manipulações partidárias”; “o *Tempo* entusiasmou-me”, escreve um leitor de Lisboa<sup>762</sup>.

### 5.3.3. O dia-a-dia na redacção e os conteúdos do jornal

No que diz respeito ao dia-a-dia na redacção, começamos por referir as reuniões semanais. Nuno Rocha recorda esses momentos que nem sempre estavam isentos de tensões e das habituais discussões em torno dos assuntos a destacar no jornal: “às vezes discutimos duramente, nas nossas reuniões de redacção e nos nossos plenários. Às vezes há uma certa tensão, uma ligeira crise”<sup>763</sup>.

Se para a secretária da direcção, o director “era a peça fundamental do jornal”, outros, como José Antunes, têm opinião distinta. Para o então jovem estagiário, “o grande mentor editorial do *Tempo*” fora o seu chefe de redacção, Peixe Dias, cuja opinião “era decisiva”, mesmo relativamente à direcção do semanário<sup>764</sup>. Hermínio Clemente, por sua vez, lembra que Nuno Rocha “estava sempre muito próximo, sempre ligado à redacção”, enquanto o director-adjunto, José Vacondeus, “tinha uma interferência maior na área comercial, administrativa”<sup>765</sup>.

O ambiente na redacção era de uma “camaradagem extraordinária”, recorda Marise Oliveira, adiantando que, mais tarde, passada a euforia revolucionária, “começou a haver uma certa rivalidade” entre colegas<sup>766</sup>. Opinião idêntica à de José Antunes, segundo o qual a equipa do jornal era “muito unida”, uma espécie de “segunda família”, assumindo, todavia, algumas divergências profissionais que o próprio tinha com o director. O antigo repórter refere a importância do grupo de colegas que tinha vindo de Moçambique (Peixe Dias, Sobral de Oliveira, Dora Couto e, pouco depois, Eduardo Neves) para o bom funcionamento da redacção do *Tempo*. Um “grupo aglutinador”, cujos integrantes, pela experiência que traziam de Moçambique, “tinham

---

<sup>761</sup> *Diário Popular*, 29 de Maio de 1975.

<sup>762</sup> *Tempo*, 5 de Junho de 1975.

<sup>763</sup> *Tempo*, 27 de Maio de 1976.

<sup>764</sup> Entrevista a José Antunes, Lisboa, 3 de Dezembro de 2016.

<sup>765</sup> Entrevista a Hermínio Clemente, Lisboa, 5 de Dezembro de 2016.

<sup>766</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.



uma visão diferente do mundo. Eram pessoas mais esclarecidas. (...) Este grupo foi muito importante na união e depois, todos os outros, os de Angola e os de cá se sentiam muito bem. Percebiam que eram respeitados, que eram valorizados”<sup>767</sup>.

A descrição de Nuno Rocha sobre o ambiente vivido na redacção do jornal não poderia ser mais positiva, enquadrada no ambiente boémio do Bairro Alto de Lisboa:

“gostamos de nos ver, de falar uns com os outros. Encontramo-nos às vezes à hora do almoço, muitas vezes junto à rotativa, às quartas-feiras, para esperar pela saída do *Tempo*. Depois, vamos sorver a lassidão do dever cumprido, junto de um copo de vinho, ou de um whisky, na Severa, onde ficamos a ver correr a noite, ouvindo um fado”<sup>768</sup>.

Uma redacção em que contrastavam figuras com ampla experiência jornalística e idade avançada, com outros mais jovens e que ingressaram há pouco na profissão. Neste contexto, o chefe de redacção assume um papel fundamental, gerindo estes contrastes e tendo especial atenção aos mais novos. Um deles, José Antunes, recorda-se bem de quando era chamado por Peixe Dias: “Havia um erro ou havia uma frase mal acabada, com um sentido que podia ser interpretado de maneira diferente, ele chamava-me... «olhe, sente-se lá aí. Aqui você fez isto assim e assim. E se fizesse assim?»”<sup>769</sup>.

Handel de Oliveira recorda o modo de exercer a profissão de jornalista no *Tempo*, dando também conta dos riscos corridos:

“Encontrei uma tribuna onde, para lá de todos os defeitos inevitáveis em obra humana, corajosamente, com risco da própria liberdade e integridade física de cada trabalhador, semana a semana, se apontavam erros e prepotências dos detentores do poder, assim como se elogiava o pouco que se fazia em nome da Democracia e da Liberdade”<sup>770</sup>.

Uma redacção pequena, heterogénea, onde não figuravam mulheres (excepto no secretariado, serviços administrativos e como colaboradoras), mas onde era notório o “entusiasmo das pessoas que queriam montar um jornal”<sup>771</sup>, num momento em que pouco tempo lhes sobrava para a vida pessoal, dada a intensa actividade jornalística.

Logo no seu primeiro número o *Tempo* apresenta uma série de propostas de rubricas a terem continuidade nas futuras edições dos jornais. Umas elaboradas pelos

---

<sup>767</sup> Entrevista a José Antunes, Lisboa, 3 de Dezembro de 2016.

<sup>768</sup> *Tempo*, 27 de Maio de 1976.

<sup>769</sup> Entrevista a José Antunes, Lisboa, 3 de Dezembro de 2016.

<sup>770</sup> *Tempo*, 27 de Maio de 1975.

<sup>771</sup> Entrevista a Hermínio Clemente, Lisboa, 5 de Dezembro de 2016.

trabalhadores e colaboradores do jornal, outras apelando à participação e criatividade dos leitores. O segundo caso é, desde logo, uma das marcas do jornal, alcançando um êxito considerável.

As rubricas que o jornal apresenta aos seus leitores são diversificadas, como se pode verificar no quadro 17. Desde logo, a coluna “Confidencial”, que se mantém semanalmente no semanário, apresentando breves notícias, não raras vezes os chamados “fait divers”. Da responsabilidade de Nuno Rocha, a principal fonte de informação para estes textos era Maria Guadalupe, colaboradora do Grémio Literário, “uma senhora muito conhecida da alta sociedade”, que “levava muita informação” ao director do jornal<sup>772</sup>.

A rubrica “Parágrafo/Turismo” exclusivamente dedicada à temática do turismo, porventura influência de Nuno Rocha, já que era um dos seus temas de eleição (desde que fundara o Publituris), e a rubrica “A voz dos deputados”, que apresentava semanalmente o perfil de um deputado Constituinte também se mantém no jornal, embora esta última com algumas intermitências. Outras, porém, deixam de se publicar (“A semana dos seus filhos”, “Tempo/Antologia”, etc).

**Quadro 17 – Rubricas do jornal *Tempo* elaboradas pela equipa do jornal**

Nome da rubrica	Breve descrição
“Confidencial”	Espaço com publicação de breves notícias, muitas delas “fait divers”, e curiosidades de diversas áreas da sociedade.
“Diz-se, diz-se”	Breves textos construídos a partir de frases proferidas por figuras diversas (por exemplo, declarações aos média).
“Parágrafo/Turismo”	Textos sobre a temática do turismo. Começa por ser assinada por José Vacondeus para passar, pouco depois, a não ser assinada.
“A Voz dos Deputados”	Apresenta-se semanalmente o perfil de um deputado à Assembleia Constituinte (Mini-biografia e breve entrevista).
“Janela Aberta”	Dada a oportunidade a um político de fazer uma pergunta directa a uma pessoa à sua escolha. A ideia é que na semana seguinte haja resposta. Não tem continuidade.
“Estante”	Espaço com sugestões de livros. Apresenta breves informações acerca das obras.
“ConTemporâneos”	Seleção de passagens de livros.
“Tempo Astrológico”	Previsões astrológicas
“A Semana dos seus filhos”	Coluna de Maria do Sameiro Souto com sugestões de livros, teatro, exposições, televisão, colóquios, etc. Deixa de se publicar.
“Consultório culinário”	Perguntas de leitores e respostas de Filipa Vacondeus.
“Tempo Antologia”	Suplemento de 8 páginas sobre um tema específico e variável, escrito por um especialista na área. Trata-se de cumprir a “missão recreativa”, refere o jornal. Temas abordados: “Conselhos e Receitas destinados às mulheres que trabalham”, Coord. Filipa Vacondeus (29/5); Petróleo, Coord. Francisco José Oliveira (5/6); “Técnica do Jornalista”, extraído de um

<sup>772</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

	curso de jornalismo italiano de 1955/56 (12/6); “Divulgação agrária”, Coord. Eng. Camilo Silveira da Costa (19/6); Banda Desenhada (26/6 e 10/7); Cinema, Coord. Afonso Baptista (3/7); Artes Plásticas (17/7); Testemunhas de Jeová (31/7). Deixa de ser publicado.
--	--

**Fonte:** Quadro criado com base na análise de várias edições do jornal *Tempo*.

Relativamente às rúbricas que apelam à participação dos leitores (quadro 17), salienta-se, desde logo, o fracasso do pedido de participação de emigrantes que não obtém efectivo retorno. Já as iniciativas “Rossio” e “Correspondentes” conquistam um êxito considerável. O *Tempo* apela à participação dos leitores através do preenchimento de um cupão disponibilizado para recorte numa página do jornal. Através do “Rossio – *Tempo* dá-lhe a palavra” apelava-se aos leitores de todo o país que enviassem os seus “desabafos”, “erros, defeitos ou injustiças que prejudiquem, não uma pessoa, mas um grupo ou classe”. O retorno é tão elevado que o *Tempo* sucessivamente evoca falta de espaço para justificar a não publicação de muitas cartas. Chega a publicar, em algumas edições, quinze cartas de leitores.

A proposta para “*Tempo* no interior do país – Correspondentes” afigura-se como semelhante. Mas, nesta rúbrica, pretende-se criar uma “rede de correspondentes que seja porta-voz de cada região junto das zonas de decisão”, sendo condição “que os seus autores sejam reconhecidos, pelas populações onde residem, como personalidades interessadas na reconstrução de um Portugal novo”. A forma de se chegar ao jornal mantinha-se: preenchimento do cupão disponibilizado no próprio periódico.

**Quadro 18 - Rúbricas do jornal *Tempo* com participação de leitores**

Nome da rúbrica	Breve descrição
“Um conto por semana”	Publicação semanalmente de um conto escrito por um autor anónimo. Deixa de se publicar.
“Ofertas de serviços”	Espaço para desempregados divulgarem a sua experiência profissional. Apenas são aceites ofertas de desempregados enviadas através dos respectivos Sindicatos.
“Rossio – <i>Tempo</i> dá-lhe a pala	Espaço que ambiciona servir de porta-voz aos leitores de todo o país, que pretendam divulgar injustiças, erros ou defeitos “que prejudiquem, não uma pessoa, mas um grupo ou uma classe”. Sempre que haja necessidade, o <i>Tempo</i> solicita prova testemunhal.
“ <i>Tempo</i> no interior do Correspondentes”	Espaço que pretende servir uma rede de correspondentes leitores, que exponham problemas ou assuntos da “chamada província”. “A única condição que se põe é a de que os seus autores sejam reconhecidos, pelas populações onde residem, como personalidades interessadas na reconstrução de um Portugal novo e que estejam totalmente identificados com a democracia”. O jornal publica uma “Ficha de Correspondente do <i>Tempo</i> ”, que os leitores devem preencher.
“Convite aos emigrantes”	Espaço dedicado aos emigrantes portugueses. Apela-se à participação

	de leitores que se encontrem a trabalhar fora do país e que desejem ser porta-vozes de núcleos de emigrantes portugueses. Não chega a ser publicado.
“Sondagem à opinião pública”	<i>Tempo</i> faz uma pergunta aos seus leitores, nas ruas da cidade de Lisboa. Temas: “Caso República” (5/6); “caso Rádio Renascença” (12/6). Deixa de se publicar.

Fonte: Quadro construído com base na análise de várias edições do jornal *Tempo*.

São diversos os espaços de opinião nas páginas do *Tempo*. Colunas com periodicidade regular, outras nem tanto, debruçam-se sobre a actualidade política ou acerca de outros temas. Escritas por jornalistas do semanário ou por colaboradores, assim se formava o núcleo opinativo do *Tempo*, onde se destacavam dois nomes – Vera Lagoa e Manuel de Portugal – que, precisamente devido à sua relevância, optámos por autonomiza-los e tratá-los no ponto seguinte deste capítulo.

“Horizonte” é a coluna de opinião mais estável do jornal. Publicada todas as semanas desde o primeiro número, sem assinatura (excepto numa edição em que é assinada por Nuno Rocha), dedicava-se sobretudo à actualidade nacional, referindo-se a dois/três temas por edição. Frequentemente um dos temas era a liberdade de Imprensa, mas também gozaram de particular atenção as questões laborais, a realidade internacional e a actualidade político-militar. Sobre esta última, destaque-se, por exemplo, o texto que considera “uma grande vitória para a democracia” a saída dos ministros do PS e PPD do IV Governo Provisório (24/7), ou aquele que destaca a constituição do Triunvirato (Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo) como equivalente a uma “ditadura militar” (31/7).

Sob o título “TEMPORal” – jogando com o nome do semanário – José Vacondeus assinava outra coluna, que se mantém semanalmente. Os textos são igualmente dedicados à actualidade, mas sob um ângulo económico-financeiro. Por outro lado, questões de âmbito político-militar não deixam de ser também, por vezes, referidas. Por exemplo, a 24 de Julho, José Vacondeus acusa a política traçada por Vasco Gonçalves de ser “contrária a uma democracia pluralista”.

Diferente é a proposta da coluna “O nosso Tempo”. Com periodicidade irregular – há semanas em que não é publicada – a autoria dos textos vai variando. João Rosa, Peixe Dias, Armando Ramos e Humberto Ferreira são alguns dos redactores que assinam estes artigos, na sua maioria versando sobre temáticas da actualidade político-militar. Ainda mais irregulares – quanto à frequência de publicação – são os artigos de opinião de Carlos Viveiros (pseudónimo de Manuel Avides Moreira), que chega a ter

uma coluna intitulada “A Respeito”; de José Rabaça, cuja coluna inicialmente tinha como nome “Tempo Quente” ou de Penha Coutinho, o verdadeiro nome de Manuel de Portugal. Os múltiplos acontecimentos que marcavam a actualidade nacional serviam de inspiração aos autores destes artigos, sendo que, por diversas vezes, o PCP e Vasco Gonçalves foram alvo de críticas negativas por parte dos autores.

#### 5.3.4. Dois colunistas em destaque: Vera Lagoa e Manuel de Portugal

O segundo número do *Tempo* traz uma novidade em matéria de artigos de opinião. Uma nova coluna figura nas páginas do semanário, ainda que, em parte, se trate de recuperar um espaço de opinião que durante cerca de nove anos existira no *Diário Popular* (agora no *Tempo* com um cunho bastante mais político). A sua autora era Vera Lagoa, pseudónimo escolhido por Maria Armada Falcão.

Secretária de Humberto Delgado, acompanhou a sua campanha à Presidência da República em 1958. Dois anos depois, surge nas emissões experimentais da televisão pública nacional. Fora casada com José Manuel Tengarrinha, fundador do MDP/CDE. Vera Lagoa era redactora e cronista do *Diário Popular*, onde assinava uma coluna bissemanal intitulada “Bisbilhotices” e que havia sido suspensa há cerca de um ano<sup>773</sup>.

Vera Lagoa, ainda que mantendo-se como redactora do *Diário Popular*, passa a assinar semanalmente a sua “Crónica” no *Tempo*. Textos, na sua maioria, envoltos em polémica, referindo-se a figuras relevantes da política ou do sector militar, mas também a outras com menos notoriedade, que, devido ao seu conteúdo, acabam por atingir bastante protagonismo. O estilo da escrita, esse, é incontornável: mordaz, provocador e irónico. A cronista não se inibe de mencionar nomes, referir episódios privados, pedir demissões e tecer acusações. O sucesso é imediato.

No final de Junho, Vera Lagoa recupera as personagens que criara no *Diário Popular*, já antes do 25 de Abril, para retratar “a pequena burguesia portuguesa”. As histórias que envolvem o casal D. Alsácia e Sr. Amadeu, contadas num estilo irónico e, por vezes, metafórico, têm subjacentes as visões da autora acerca do curso da revolução e, em concreto, das questões que marcam a actualidade do país.

---

<sup>773</sup> Devido ao seu êxito, uma parte das crónicas são publicadas em Vera Lagoa, *Bisbilhotices*, Amadora: Editorial Ibis, 1968.

Um casal sobre o qual Lagoa escrevia no Estado Novo, vive agora num país em revolução. As mudanças que se operam na sociedade portuguesa servem de mote para uma crítica mordaz à forma como – no entendimento da jornalista – uma franja dessa sociedade “actuou” e se “adaptou” à nova realidade política. No caso concreto da crónica publicada a 26 de Julho, a crítica dirige-se a um certo discurso branqueador do que era a realidade de algumas famílias portuguesas de classe média/alta nas colónias portuguesas em África. Em concreto, aponta o dedo, de forma irónica e utilizando um episódio por si ficcionado, a forma como os empregados africanos eram tratados por essas famílias de acordo com aquilo que são as descrições feitas pelas famílias que acabam de regressar a Portugal:

“Ah! A guerra colonial! Que saudades! Saudades do Mussa. Saudades do Zacarias. Sim. Porque o marido da Alsácia esteve na guerra colonial mas sempre sem fazer mal a ninguém. Que ideia! Até o Mussa e o Zacarias «adoravam» o senhor comandante. Imaginem que uma vez o senhor comandante chegou a pôr tintura de iodo na perna do Mussa! Não acreditam? Pois é verdade. Embora as vizinhas dissessem que aquilo tinha sido duma canelada da D. Alsácia, numa daquelas sessões de dinamização cultural da época em que esses métodos indutivos eram largamente aplicados. Bons tempos, meu patrão”<sup>774</sup>.

Menos de um mês depois, recorre novamente à ironia para abordar a chamada “aliança Povo-MFA”. O tom da crónica é, em grande medida, humorístico. Criativa, Vera Lagoa descreve as “férias portuguesas” da D. Alsácia e do Sr. Amadeu. As críticas são apresentadas de forma subtil, na conversa do casal:

“O que há de melhor no Algarve, além do sol, claro? O turismo? Que disparate! Isso era dantes. O turismo é reaccionário, contra-revolucionário, etc. A miséria não. A miséria é a revolução. Pois, sem turismo, o que há de melhor são os hotéis”<sup>775</sup>.

Implicitamente, a ideia de que a revolução não se encontra ao “serviço do povo” como exaustivamente é declarado. O fim da crónica sublinha precisamente esse ponto de vista, o que pode ser interpretado como uma crítica a um certo pensamento de sectores mais à esquerda da sociedade portuguesa: “Que o povo se lixe? Não foi

---

<sup>774</sup> *Tempo*, 26 de Junho de 1975.

<sup>775</sup> *Tempo*, 17 de Julho de 1975.

isso que disse. Disse: «Que santa aliança». Gaita, que estão sempre a querer que eu me engane!».

As polémicas em torno do conteúdo das crónicas de Vera Lagoa não tardam. A 24 de Julho, a jornalista insurge-se contra o facto de o actor, militante comunista e deputado à Assembleia Constituinte, Rogério Paulo, ter recusado conceder uma entrevista ao *Tempo*. Lança-lhe um forte ataque pessoal: “Não seria eu a entrevistar-te. Mas ia ensinar o entrevistador a perguntar-te, por exemplo, à custa de quantas mulheres subiste tu na vida”.

Depois de desenvolver o assunto, explorando aquilo que defendia ser a vida pessoal do actor, coloca em causa a sua qualidade profissional. Considerando-o “muito mau actor”, aconselha-o a abandonar a profissão: “Já agora, que estás bem instalado na vida (aliás como se vê, sempre estiveste) aproveita para deixares de representar. Poupa-nos isso”<sup>776</sup>.

Perante este texto, chegam às redacções dos jornais comunicados do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e do Comité de Defesa da Revolução dos Trabalhadores de Espectáculos afirmando-se solidários com Rogério Paulo<sup>777</sup>. Já o Conselho de Redacção do *Tempo* não hesita em defender a cronista. A 5 de Agosto, o *Diário de Lisboa* publica um manifesto assinado por cerca de cem artistas solidarizando-se com Rogério Paulo, revelando “profunda indignação” perante um “acto nitidamente contra-revolucionário”. Assinam nomes como Luís Sttau Monteiro, Urbano Tavares Rodrigues, Ary dos Santos, Maria do Céu Guerra ou Carlos do Carmo<sup>778</sup>. O tema motiva mais textos provocatórios da articulista.

Ainda no final de Agosto Vera Lagoa escreve um “desabafo consequente dum estado de desespero”, sendo Vasco Gonçalves a figura central da nova crónica. Muito embora comece por salientar que foi “das que acreditaram” no Primeiro-ministro, considera-o “um homem manipulado”.

Depois do discurso de Almada, a que nos referimos mais à frente, em que Vasco Gonçalves trata o *Tempo* por “pasquim”, a cronista insurge-se, acusando-o de ser manipulado precisamente por outros jornais.

---

<sup>776</sup> *Tempo*, 24 de Julho de 1975.

<sup>777</sup> Assinam, ainda, a moção Costa Ferreira, João Lourenço e Paulo Renato. Cf. *Diário Popular*, 29 de Julho de 1975.

<sup>778</sup> *Diário de Lisboa*, 5 de Agosto de 1975.

Dirige-se então ao Primeiro-ministro e exorta-o a deixar o cargo: “Vá-se embora. Definitivamente embora. Siga a sua carreira. Seja general ou qualquer coisa semelhante que lhe apeteça. Mas vá-se embora do governo”<sup>779</sup>.

A 9 de Outubro o alvo de Vera Lagoa é Otelo Saraiva de Carvalho. Manifestando total apoio ao VI Governo Provisório e sublinhando a sua admiração por Pinheiro de Azevedo, a cronista lança farpas ao já graduado em general. Ao destacar frases de Otelo como “podia ter sido o Fidel Castro da Europa”, Lagoa não perde oportunidade de ridicularizar a sua postura:

“Só o nome, só a expressão “general Otelo” nos dá a ideia de como vai este país. Um general Otelo fala e o país desata a rir. Desata a rir, mas o general continua no seu posto, detendo parte da força que podia (não brutalizar) mas ajudar a manter a ordem.

O general Otelo fala e declara que “as armas roubadas estão em boas mãos”. Roubadas ao exército (pagas por nós) estão em boas mãos? E o general Otelo mantém-se no seu posto. Ninguém o demite.”

A conclusão da jornalista é semelhante à que havia chegado relativamente a Vasco Gonçalves. Tal como o Primeiro-ministro, também Otelo deveria ser demitido. Talvez mais do que as suas análises e conclusões, é a linguagem que Vera Lagoa utiliza que marca a sua coluna opinativa e que lhe vale inúmeras críticas sobretudo de sectores mais à esquerda (além dos visados nos textos). Uma crónica sobre o Presidente da República é exemplificativa a esse respeito, como veremos de seguida. O título é, desde logo, sugestivo: “Senhor Presidente, perdi-lhe o respeito”. Quanto ao conteúdo, não deixa margem para dúvidas. É claro o ataque a Costa Gomes. De entre as várias acusações que lhe são dirigidas, destacamos três:

- De aproveitamento político de outras figuras:

“Não foi uma capa o general Spínola? Não foi uma capa o general Vasco Gonçalves? Spínola não era a solução. Sei-o bem. Mas serviu-lhe. Gonçalves não era a solução. Sei-o bem. Mas serviu-lhe. Só um general neste país de generais se aguenta sempre à tona de água. O senhor, senhor Presidente.”

- De responsabilidade na (débil) situação do país:

“O senhor não se considera responsável pela miséria, pelo caos, pela tragédia a que chegou este país?”

---

<sup>779</sup> *Tempo*, 28 de Agosto de 1975.



- De proximidade ao Partido Comunista:

“Faça eleições, senhor Presidente, e veja quem vota em si. São todos contrarrevolucionários. Todos. Excepto, claro, o Partido a quem chamam do povo e que o povo odeio. Não odiava, não. Nem eu. Mas foi uma vacina. Ficámos todos vacinados contra esse Partido. Ficámos todos vacinados contra o senhor Presidente. Não. Não acredito que seja filiado. Não. O senhor não caía nessa. (...) a protecção que tem dado à escalada comunista tem sido evidente.”

Finalmente, um apelo que não surpreende: “o senhor só tem um caminho. Resignar igualmente. Antes que algum atrevido como eu lhe diga o que eu lhe digo. «Vá-se também embora»”<sup>780</sup>.

Depois de Vasco Gonçalves e Otelo, também Costa Gomes é exortado a demitir-se. Por outro lado, ao contrário dos dois primeiros, o Presidente da República era uma figura geralmente elogiada nos textos de informação do *Tempo*. Esta crónica acaba por quebrar essa tendência do semanário, provocando o primeiro grande conflito no seu interior. Dois dias depois do texto chegar às bancas, o *Jornal Novo* dava conta de que oficiais do COPCON haviam estado em casa de Vera Lagoa com o intuito de a prender, o que não veio a acontecer uma vez que a jornalista se encontrara no Porto, em trabalho<sup>781</sup>.

De acordo com o *Tempo* a sua cronista recebeu uma “ordem de detenção” do COPCON e não de captura, partindo a iniciativa do Conselho da Revolução, após análise do texto sobre Costa Gomes. O *Diário de Lisboa* avança que estão em causa “alegadas injúrias ao Presidente da República”, afirmando que Vera Lagoa se disponibilizou, desde logo, a apresentar-se às autoridades<sup>782</sup>.

O *Tempo* acaba por explicar que o Ministério da Comunicação Social decidira cumprir a Lei de Imprensa, pelo que o mandato de detenção ficava sem efeito. Mas, perante a controvérsia instalada, Vera Lagoa decide dedicar-lhe uma nova crónica. Primeiramente, assumindo que é a única responsável pelo polémico texto. Depois, fornecendo algumas informações que dão conta da insatisfação do director relativamente à sua prosa:

---

<sup>780</sup> *Tempo*, 18 de Setembro de 1975.

<sup>781</sup> *Jornal Novo*, 20 de Setembro de 1975. Cf. também *Diário Popular*, 22 de Setembro de 1975.

<sup>782</sup> *Diário de Lisboa*, 22 de Setembro de 1975.

“De braço ao pescoço, para que seja ilibado o director Nuno Rocha, tanto mais inocente que se opôs (tenazmente) a que a minha crónica «Senhor Presidente, perdi-lhe o respeito» fosse publicada. Tanto mais tenazmente que chegou a cortá-la e só quem não me conhece é que não entende que teve de transigir comigo. Tanto mais inocente que a referida crónica saiu mutilada, com menos quinze linhas (...)”<sup>783</sup>.

Por outro lado, Vera Lagoa deixa no ar, subtilmente, uma ideia de uma certa subserviência de Nuno Rocha relativamente a Costa Gomes – o que poderia até explicar a oposição de Rocha ao conteúdo da crónica, assim como o destaque conferido ao Presidente nas capas do jornal: “Há um culpado? Sou eu. Não o meu director. O meu director não perdeu o respeito ao Senhor Presidente. Bem pelo contrário. O meu director cada vez respeita mais os Presidente. Quem não respeita sou eu”<sup>784</sup>.

O certo é que a 23 de Outubro, em vez do habitual texto de Vera Lagoa, surge uma “explicação aos leitores”, assinada pelos “trabalhadores da redacção do *Tempo*.” Em causa, o pedido de demissão da jornalista, que fora objecto de análise em três plenários de trabalhadores do jornal. Sem conclusões a apresentar aos leitores, o comunicado apenas avança que “todos os esforços feitos no sentido de conciliar as partes em causa têm resultado, até agora, infrutíferos.”<sup>785</sup>

Mas a demissão de Vera Lagoa leva a outra baixa no semanário, a do director-adjunto, que escrevo um texto a explicar-se. Novos elementos vêm à tona. Vera Lagoa terá escrito uma carta, que pretendia ver publicada no *Tempo*, onde se manifestava contra os cortes propostos por Nuno Rocha à sua crónica e a que chamara “cortes de censura”. Porém, o director encontrava-se no Brasil, em reportagem, pelo que foi o seu adjunto a gerir o caso. José Vacondeus consulta então a redacção, que se manifesta contra a publicação da referida carta antes do regresso do director. Decide avançar com o pedido de demissão, essencialmente por dois motivos – os cortes na crónica de Vera Lagoa e a não publicação da sua crónica<sup>786</sup>.

Na semana seguinte é a versão do director que surge na capa do semanário. Nuno Rocha defende que o “*Tempo* não é um jornal conjuntural destinado a derrubar governos ou personalidades”, acrescentando que “nunca recusara uma crónica devido ao seu tema” – rejeitando, portanto, a ideia de que Costa Gomes seria uma figura “protegida” pelo jornal – “mas que era obrigado a suprimir palavras ou imagens

---

<sup>783</sup> *Tempo*, 22 de Setembro de 1975.

<sup>784</sup> *Idem*.

<sup>785</sup> *Tempo*, 23 de Outubro de 1975.

<sup>786</sup> *Tempo*, 30 de Outubro de 1975. Note-se que Vera Lagoa e José Vacondeus fundam, ambos, novos jornais em 1976: *O Diabo* e *O País*, respectivamente.

literárias consideradas injuriosas para as pessoas visadas”. Para Rocha a questão era, portanto, o conteúdo do texto de Lagoa mais do que o facto de se referir ao Presidente da República.

Relativamente ao conteúdo, propriamente dito, do texto inicial de Lagoa, Nuno Rocha defende que este até poderia ter consequências drásticas para o jornal: “Para salvar o *Tempo* decidi ser intransigente quando verifiquei que ela não queria aceitar ligeiras correcções nas suas palavras mais violentas e nas suas afirmações de conformação duvidosa”<sup>787</sup>.

A verdade é que o *Tempo* via partir duas das suas figuras de maior peso. José Vacondeus, que praticamente desde o início lutara pela criação do jornal, ocupava o relevante cargo de director-adjunto; Vera Lagoa, que também desde antes da fundação do semanário para ele contribuía e que assumia uma coluna permanente e de grande popularidade. Enquanto Vacondeus não tem sucessor imediato, o espaço de Lagoa (terceira página do jornal) passa a ser ocupado pelas crónicas de Manuel de Portugal, que chegam de forma curiosa:

“Tudo começou assim, tal e qual: estava eu muito bem sentado, mais ou menos tranquilo da vida, vieram trazer-me a carta. Fora deixada, sem indicação precisa do remetente, em nome do pai, por via de uma vida melhor para a prole. (...) Soletrei, reli, pasmei – e dei à estampa, pela calada, pela surra, como quem não quer a coisa (...) a primeira crónica de Manuel de Portugal”<sup>788</sup>.

É desta forma que o Chefe de Redacção do *Tempo*, Peixe Dias, descreve como teve conhecimento daquele que vem a ser um dos cronistas mais reconhecidos do semanário.

Publicado a partir de 24 de Julho, o elevado sucesso leva a que rapidamente passe da página 15 para a quinta página e, com a saída de Vera Lagoa, para a terceira. Mais tarde, lançará dois livros com os textos publicados.

O curioso método de entrega dos textos mantém-se desde o primeiro dia. Marise Oliveira recorda-se daqueles primeiros tempos, em que “começam a surgir umas crónicas vindas pelo correio que são consideradas extraordinárias”. Manuel de Portugal

---

<sup>787</sup> *Tempo*, 6 de Novembro de 1975.

<sup>788</sup> Manuel de Portugal, *Crónicas e Cartas de Manuel de Portugal*. Lisboa: Ulisseia, 1976, p. 13.

só sairá do anonimato mais tarde. “Viemos a saber que era o Manuel Penha Coutinho, que era um funcionário da segurança social”<sup>789</sup>.

As crónicas de Manuel de Portugal destacavam-se, desde logo, pela originalidade e pelo estilo de escrita. Recorrendo a personagens fictícias ou reais, muitas vezes a acontecimentos e figuras históricas, o cronista criava histórias, compunha personagens sempre retratando assuntos da actualidade do país. Paralelamente, a utilização de metáforas, trocadilhos, ironia e, por vezes, um cunho satírico faziam com que os textos de destacassem das habituais crónicas de imprensa.

A primeira crónica de Manuel de Portugal é publicada a 24 de Julho com o enigmático título de “Carta Aberta a Sua Majestade El-Rei D. Miguel de Portugal”. Nas palavras do seu autor tratava-se de “um grito de revolta”, saído da “alma ante tanta iniquidade que o Gonçalvismo começava a cometer”<sup>790</sup>. Neste primeiro texto, Manuel de Portugal tornava já evidente a quem remeterá, ao longo das semanas, as mais duras críticas. Perfeitamente enquadrado na linha do jornal, é também a Vasco Gonçalves que o novo cronista se dirige de forma negativa, apresentando-o na figura de D. Miguel. Apesar do estilo de escrita nem sempre fácil de entender, uma leitura mais atenta detecta as críticas presentes no texto e os seus alvos:

“Defende Sua Majestade o Trono, o Poder e o Exclusivo de representar o Povo. Reclamam os que se lhe opõem – e muitos são já do Minho ao Algarve – que um só homem, uma só corrente, um só partido, não consubstanciam uma Nação. Nem sintetizam sequer a extensão do comum das gentes. Não detêm o mandato de todos o proveito egoísta da pequenez de alguns”<sup>791</sup>.

E, se dúvidas existissem, ficam dissipadas noutra passagem do texto, em que a governação de Vasco Gonçalves é considerada catastrófica e, por oposição, os ministros socialistas e sociais democratas que abandonaram o IV Governo Provisório são apresentados de forma bastante elogiosa:

“Mas temo que El-Rei saia da História antes mesmo de nela ter começado a entrar, como alguns homens públicos honrados abandonaram já a Vossa Governação para se não vincularem a diluvianas catástrofes que poderão desabar sobre as nossas cabeças”<sup>792</sup>.

---

<sup>789</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

<sup>790</sup> Manuel de Portugal, *Crónicas e Cartas...* Op. Cit., p. 27.

<sup>791</sup> *Tempo*, 24 de Julho de 1975.

<sup>792</sup> *Idem*.

A partir de então proliferam, no espaço reservado às crónicas de Manuel de Portugal, cartas dirigidas a figuras específicas ou recorrendo a expressões mais abstractas. Vasco Gonçalves continua a ser objecto de apreciações por parte do cronista – como na “Carta Aberta ao Doutor António Oliveira Salazar”, em que se considera que “tanto o Gonçalvismo, como o Salazarismo, fugiam das urnas e das eleições como o Diabo da cruz” e que “Vasco Gonçalves não passava dum pequeno Salazar na ambição do mando”<sup>793</sup>.

Outros textos referem-se a outras figuras. A “Carta aberta a 3 melros famosos” é, porventura, o melhor exemplo da abrangência em termos de actores político-militares referidos nas crónicas de Manuel de Portugal, bem como da sua criatividade. Criando uma narrativa infantil que gravita em torno de personalidades bem conhecidas dos leitores, propõe-se um retrato político nacional. O recurso a metáforas é sucessivamente utilizado ao longo do texto, que, escrito em jeito de conto infantil, nem por isso deixa de se referir a questões sérias e centrais na sociedade portuguesa:

“a Família Melro (os Mellos da CUF), o Álvaro Pardal, bem falante, excepcionalmente esperto (Álvaro Cunhal), o bonito playboy Pavão de Melro (Galvão de Melo), a ave italiana que entrevistou o chefe dos pardais (Orianna Fallaci), o linguajar vasconço (discursos apatetados do Vasco Gonçalves), os patos a grasnarem (Octávio Pato do PC), o pisco-ferreiro em greve (agitação social na Metalurgia), a pintassilga que abandonou o governo (Maria de Lourdes Pintassilgo «corrida» dos Assuntos Sociais por não alinhar no jogo dos progressistas moscovitas), as pegas a fazer das suas (aumento da prostituição), o passarão-chefe (Costa Gomes) sempre a tentar conciliar pardais (comunistas) e melrinhos (não comunistas), o Melro Moderado (Melo Antunes), o MFA (Movimento de Fomento das Aves), etc.”<sup>794</sup>.

Crónica após crónica, Manuel de Portugal deixava patente o seu descontentamento em relação ao rumo que a revolução tomava e o seu profundo desacordo com as atitudes e posturas dos protagonistas desse processo.

Em suma, apesar dos estilos de escrita e temas distintos, as crónicas de Vera Lagoa e de Manuel de Portugal constituíram uma referência do *Tempo*. Tratava-se dos colaboradores mais polémicos, os que escreviam de forma mais mordaz sobre as principais figuras do país. Outra característica comum entre ambos é o facto de provocarem polémicas no exterior mas também no interior do jornal. É que os textos de

---

<sup>793</sup> Manuel de Portugal, *Crónicas e Cartas... Op. Cit.*, p. 35.

<sup>794</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 51.

Manuel de Portugal geravam também algum desconforto na redacção, nomeadamente ao director-adjunto. A publicação das crónicas chega até a ser interrompida. O motivo? “O senhor José Vacondeus não apreciar a minha prosa”, conta Manuel de Portugal<sup>795</sup>.

### 5.3.5. O *Tempo* entre conflitos e polémicas

A 14 de Agosto, o *Tempo* insurge-se contra a intervenção do redactor do *Diário Popular* Rodrigues da Silva, em reunião eleitoral da Lista A para o Sindicato dos Jornalistas. Segundo o semanário, o jornalista mostrou-se espantado pelo facto de “existir em Lisboa imprensa fascista como, por exemplo, um «pasquim» que entrevistou Freitas do Amaral e Galvão de Melo”. Afirmação obviamente dirigida ao *Tempo*, que, na sua resposta, é implacável: “o incapaz jornalista” levantou “calúnias abjectas próprias do seu espírito mesquinho e doente”<sup>796</sup>.

A 25 de Setembro, o *Tempo* refere-se ao *Avante*, que também critica as entrevistas publicadas no semanário. Desta feita, trata-se da “entrevista com um membro do Comité Central da UNITA, na qual se procura dar a impressão de que Angola seria um paraíso se o MPLA não existisse”. O *Avante* prossegue e acusa o *Tempo* de sonhar “com a volta do fascismo” e que, sendo os “seus fins” claros, eles “estão em todas as entrevistas que o *Tempo* e outros órgãos da reacção pretendem impingir como documentos humanos”<sup>797</sup>.

Como vem sendo hábito, o semanário comenta as críticas de que é alvo. Lança, desta vez, várias questões retóricas, tentando sublinhar algumas contradições entre o discurso ideológico comunista e a sua prática, assim como algumas diferenças entre o *Tempo* e o *Avante*: “Quem não está enfeudado a nenhum grupo político ou económico? Quem é uma sociedade de trabalhadores e não uma empresa de tipo capitalista?”<sup>798</sup>.

A polémica em torno das entrevistas acentua-se, pouco depois, como veremos adiante. Porém, verifica-se, desde já, uma reacção desfavorável ao destaque conferido

---

<sup>795</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 114.

<sup>796</sup> *Tempo*, 14 de Agosto de 1975.

<sup>797</sup> *Avante*, 18 de Setembro de 1975.

<sup>798</sup> *Tempo*, 25 de Setembro de 1975.

pelo *Tempo* a figuras situadas mais à direita do espectro político, bem como à abordagem da situação em Angola<sup>799</sup>.

Um assalto ao *Tempo* e agressões a um dos seus jornalistas marcam negativamente a redacção nos meses de Outubro e Novembro. Quanto ao primeiro, ocorrera a 16 de Setembro. Cheques, vales de correio, dinheiro, um rádio e dois gravadores foram levados do jornal, que publica a relação do prejuízo causado<sup>800</sup>. Algo que, aliás, há muito se vinha falando na redacção. Devido à contestação que o conteúdo do jornal suscitava em alguns sectores da sociedade, os seus trabalhadores estavam “sempre à espera que a redacção fosse assaltada”<sup>801</sup>. Marise Oliveira recorda-se perfeitamente desses momentos de tensão, que perturbavam o trabalho e provocavam medo: “Houve várias ameaças de bomba. Várias vezes saímos todos para a rua e chamamos a polícia judiciária. Eu também fui incomodada muitas vezes em casa com telefonemas anónimos a ameaçar-me”<sup>802</sup>.

O segundo episódio prende-se com a agressão a um repórter fotográfico, que ocorre quando o mesmo se encontrava a realizar uma reportagem sobre os “últimos retornados”, no aeroporto de Lisboa. Perante um atrito entre pessoas que se encontravam no aeroporto, o repórter é agredido violentamente. Nas suas páginas, o *Tempo* lança um apelo: “Deixem-nos trabalhar em paz. Não ensombrem o drama dos retornados”<sup>803</sup>.

Apesar deste episódio não se ter passado consigo, mas com o seu colega Eduardo Neves, Hermínio Clemente recorda-se de que ser repórter fotográfico no *Tempo* era “muito complicado”. Desde logo, por ser “de um jornal de uma linha editorial, digamos, não muito simpática à situação que estava instalada”. Depois, devido à “grande confusão que se passava no país”, com múltiplas manifestações e tumultos pelas ruas. “Uma vez queriam-me mandar ao Tejo, num comício, em Almada, do Partido Comunista”, relembra<sup>804</sup>.

A 18 de Setembro o *Tempo* anuncia, em primeira página, a publicação de uma entrevista a um elemento do ELP (Exército de Libertação de Portugal) na edição da semana seguinte. O ELP havia sido criado pelo antigo subdirector da PIDE, Barbieri

---

<sup>799</sup> *Sempre Fixe*, 23 de Agosto de 1975. O comentário do *Tempo* é duríssimo, considerando tratar-se de um tipo de imprensa, “para além de roçar quase pela obscenidade, se embrenha, se atola no obscurantismo, no facciosismo político, na destruição das liberdades” (*Tempo*, 28 de Agosto de 1975).

<sup>800</sup> *Tempo*, 2 de Outubro de 1975.

<sup>801</sup> Entrevista a Hermínio Clemente, Lisboa, 5 de Dezembro de 2016.

<sup>802</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

<sup>803</sup> *Tempo*, 6 de Novembro de 1975.

<sup>804</sup> Entrevista a Hermínio Clemente, Lisboa, 5 de Dezembro de 2016.

Cardoso, estando ligado a Spínola. Considerada uma organização terrorista, de extrema-direita, insurgira-se, por exemplo, contra o COPCON, a LUAR ou o PCP.

A entrevista era anunciada com pompa e circunstância. “Um trabalho jornalístico que se reveste de grande significado profissional”, “uma reportagem inédita”, que “traduz todo um sentido de busca, de perseguição da notícia”. Adivinhando a polémica que a sua publicação poderia originar, o jornal faz questão de se demarcar dos objectivos e atitude da organização: “Para lá da notícia, existe o interesse do país. Contra tudo que o contrarie, condenamos qualquer acção armada”<sup>805</sup>.

Incumbidos de realizar a entrevista, Sobral de Oliveira e Hermínio Clemente partem para Madrid. O encontro acontece num hotel, numa sala onde elementos do ELP “tinham montado uma mesa, com a bandeira do ELP, mais umas bandeiras nacionais. Eles ao centro (...) era uma coisa com ar sinistro”, conta o repórter fotográfico. Chegados a Lisboa, os dois deparam-se com uma fuga de informação que origina grandes complicações no processo de conclusão da entrevista:

“O COPCON sabia que a gente tinha ido fazer a entrevista ao ELP, a Madrid, e estava à nossa espera. Entretanto, eu andei a dormir fora de casa. Fiz as fotos e dei a um amigo. O Sobral de Oliveira também andou a escrever a entrevista em várias residências (...) até que se conseguiu ter tudo em ordem para publicar”<sup>806</sup>.

Note-se que, dias depois do anúncio da entrevista, o próprio ELP envolve-se em mais uma polémica ao reivindicar para si a responsabilidade dos rebentamentos ocorridos em várias localidades do país, incluindo na Messe da Armada, em Cascais, onde se encontrava o Primeiro-ministro<sup>807</sup>. No dia seguinte, um comunicado da Comissão de Trabalhadores do *Jornal do Comércio* chega às redacções de vários jornais. Motivado pelo anúncio do *Tempo*, os trabalhadores do *Jornal do Comércio* vêm agora publicamente afirmar que, “logo após a publicação do primeiro número, se têm mantido atentos ao teor «confuso» das ideias expressas por aquele semanário”, tendo já sido aberto um inquérito para analisar o conteúdo do *Tempo*. O impressor e distribuidor do semanário opõe-se, portanto, à publicação, da entrevista<sup>808</sup>.

---

<sup>805</sup> *Tempo*, 18 de Setembro de 1975.

<sup>806</sup> Entrevista a Hermínio Clemente, Lisboa, 5 de Dezembro de 2016.

<sup>807</sup> *Diário de Lisboa*, 22 de Setembro de 1975.

<sup>808</sup> *Jornal do Comércio*, *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*, 23 de Setembro de 1975.



A verdade é que, ao contrário do previsto, a entrevista da “discórdia” não é publicada na edição de dia 25. Em seu lugar, o *Tempo* divulga o seu posicionamento perante o *Jornal do Comércio*. Os trabalhadores mostram-se, portanto, “magoados com o tom” do comunicado do *Jornal do Comércio*, o qual, dizem, “foi publicado sem quaisquer conversações prévias entre trabalhadores das duas empresas”<sup>809</sup>. O *Avante* fala em “manobra contra-revolucionária” e “provocação vergonhosa” por parte do *Tempo*, “um pasquim fascista”<sup>810</sup>.

Depois de tamanha polémica, estando em risco a composição e impressão do *Tempo* no *Jornal do Comércio*, a entrevista acaba por não ver a luz do dia. Os seus opositores conseguiram o que pretendiam e o *Tempo*, confrontado com as necessidades práticas de pôr o jornal nas bancas, não teve força para se lhes impor. Contudo, logo a 26 de Setembro (um dia depois de estar prevista a publicação da entrevista) o *Diário de Lisboa* apresenta uma curiosa manchete, precisamente sobre o ELP – “rede terrorista descoberta em Colares”<sup>811</sup>.

### 5.3.6. A dificuldade em conseguir entrevistas, as fontes e os temas em destaque

Repetindo a ideia até à exaustão, o *Tempo* informa os seus leitores acerca das dificuldades que, desde o início, enfrentara ao tentar entrevistar algumas figuras políticas e militares. A manchete do periódico, logo a 10 de Julho, dá conta do pedido, feito “há já algum tempo”, de uma entrevista ao histórico líder comunista Álvaro Cunhal. A “falta de tempo” do secretário-geral do PCP – justificava um dos seus secretários – era o motivo pelo qual tardava o agendamento. Todavia, o semanário não deixa de sublinhar a sua “independência”, que motivava as tentativas de recolha de “opiniões de todas as ideologias políticas”<sup>812</sup>.

Uma semana depois, sem obter respostas, o semanário opta por informar os leitores acerca das figuras a quem solicitara uma entrevista. A lista era já considerável: Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho, Álvaro Cunhal, Octávio Pato, Pereira de Moura, José Manuel Tengarrinha, Manuel Serra, Nuno Teotónio Pereira, Américo

---

<sup>809</sup> *Tempo*, 25 de Setembro de 1975.

<sup>810</sup> *Avante*, 25 de Setembro de 1975.

<sup>811</sup> *Diário de Lisboa*, 26 de Setembro de 1975.

<sup>812</sup> *Tempo*, 10 de Julho de 1975.

Duarte e Vasco Lourenço. Figuras com diferentes posições ideológicas, ainda que tidas como de esquerda, tardavam em aceitar o repto do *Tempo*.

Pelo contrário, socialistas como Mário Soares e Manuel Alegre, Sá Carneiro, Mota Pinto e Emídio Guerreiro do PPD, Freitas do Amaral (CDS) e moderados do Conselho da Revolução, como Sousa e Castro e Pezarat Correia, concedem entrevistas ao *Tempo*, que são, aliás, amplamente destacadas pelo jornal. De fora das páginas do jornal ficavam, assim, entrevistas a figuras à esquerda do Partido Socialista, o que poderá ter contribuído para reforçar a ideia, por muitos defendida, de que o jornal se situava ideologicamente mais à direita e, por isso, ignorava os partidos à esquerda do PS.

O *Tempo* continua a dar conta das suas tentativas para conseguir entrevistar as personalidades já mencionadas. Decide publicar as respostas que ia obtendo – justificações muito semelhantes para, no fundo, todos recusarem os convites que lhes são dirigidos. Otelio Saraiva de Carvalho lamenta não ser possível conceder entrevistas “nos tempos mais próximos”, enquanto o comunista Octávio Pato diz “não poder marcá-la desde já por absoluta falta de tempo”, tal como Álvaro Cunhal, que “não concede de momento entrevistas”. Vasco Gonçalves, por sua vez, pedira que lhe fossem enviadas previamente as questões. O *Tempo* não deixa, porém, de sublinhar uma aparente contradição entre estas respostas que recebe e o facto de outros jornais – nomeadamente estrangeiros – conseguirem, “com facilidade”, entrevistas com essas figuras. Ainda assim, a esperança de obter respostas afirmativas às solicitações mantém-se<sup>813</sup>.

Dias depois, o *Avante* revela, sem rodeios, a visão dos comunistas acerca do semanário de Nuno Rocha. As críticas dificilmente poderiam ser mais duras, ao considerar que se trata de “uma folha voltada para o boato, para o ataque pessoal e mesquinho e calunioso, para a exploração de detalhes escandalosos”. Acusam ainda o *Tempo* de tratar a informação de carácter político recorrendo ao “caminho da intriga”<sup>814</sup>.

Marcando, de algum modo, uma posição de protesto, o *Tempo* acaba por publicar as perguntas que havia preparado para a aguardada entrevista ao Primeiro-ministro. Depois de ter sido solicitada a 1 de Julho e de o Chefe de Gabinete de Vasco Gonçalves ter pedido a lista de questões, o *Tempo*, após o envio, opta por algo inédito,

---

<sup>813</sup> *Tempo*, 7 de Agosto de 1975.

<sup>814</sup> *Avante*, 4 de Setembro de 1975.

dando a conhecer aos leitores o conteúdo da referida lista. Apenas um exemplo de uma pergunta que consta do documento:

“Fala-se que o general Vasco Gonçalves possui uma vivenda em Cascais – além da sua casa de Lisboa -, que foi administrador de uma empresa de construção civil e que herdou uma conhecida casa de câmbios da capital. Considera o Sr. primeiro-ministro que este conjunto de propriedades não estará em contradição com o espírito capitalista contra o qual tanto se debate no momento actual da vida portuguesa em vias de socialização?”<sup>815</sup>.

Confrontado com múltiplas recusas de personalidades em falarem ao jornal, o *Tempo* tira disso partido, aproveitando para o mediatizar – referindo, semana após semana, a ausência de respostas – e utilizar como fundamento para o argumento que desde o início mais vinculou ao jornal – a sua independência.

Por outro lado, como acontece em todos os órgãos de comunicação social, também o *Tempo* tinha as suas fontes privilegiadas de informação. Se, como conta Hermínio Clemente, “cada um [jornalista] tem os seus contactos e as suas informações” e está responsável por cobrir determinados assuntos<sup>816</sup>, Marise Oliveira destaca uma fonte em particular: o herói da revolução dos cravos, Salgueiro Maia. A então secretária de direcção não tem dúvidas em afirmar que, a nível militar, o capitão Maia “foi a grande fonte de Nuno Rocha” e uma “das principais fontes do jornal”. “Todas as semanas ele [Salgueiro Maia] falava com Nuno Rocha”, cedendo contactos de militares sempre que lhe solicitavam<sup>817</sup>. José Antunes recorda também a participação dos leitores neste domínio, pois, por vezes, “faziam chegar a informação, portanto eram uma fonte”<sup>818</sup>.

De entre os diversos assuntos a que o *Tempo* se refere nas suas páginas, podemos destacar dois, que, dada a frequência com que surgem mas também o espaço e protagonismo que assumem, nos parecem particularmente relevantes. O primeiro, a questão da liberdade de imprensa e do pluralismo nos média; o segundo, a problemática dos chamados “deslocados de Angola”. Dois temas que, como vimos, têm bastante relevo no semanário criado semanas antes, *O Jornal*.

---

<sup>815</sup> *Tempo*, 28 de Agosto de 1975.

<sup>816</sup> Entrevista a Hermínio Clemente, Lisboa, 5 de Dezembro de 2016.

<sup>817</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016. Também Hermínio Clemente, em entrevista, destaca que “Salgueiro Maia tinha uma boa relação com o jornal”.

<sup>818</sup> Entrevista a José Antunes, Lisboa, 3 de Dezembro de 2016.

Desde cedo o *Tempo* toma uma posição relativamente à imprensa nacionalizada. Perante a crise que afectava o sector, propunha que os jornais fossem “cedidos aos próprios trabalhadores”. Uma dupla vantagem sustentava a iniciativa: “prescindindo o Estado não só do pagamento de todas as dívidas (mais de 350 mil contos como resultado da nacionalização da Banca!), como ainda concedendo, simultaneamente, isenção de taxas e de impostos às empresas ou cooperativas a formar”<sup>819</sup>.

O *Tempo* afasta completamente os jornais privados da situação de crise do sector da Informação. Ainda que considere injustos os apoios recebidos pela imprensa nacionalizada, defende que os periódicos privados vivem uma “situação próspera”. É, todavia, arrasador relativamente a títulos como o *Diário de Notícias*, o *Diário de Lisboa*, *Jornal de Notícias* ou *O Século*. Apenas o *Diário Popular* “poderá sobreviver”, segundo a análise do *Tempo*, que sublinha, também, o “espectacular sucesso d’*O Comércio do Porto*” (considera-o um jornal “liberal” e “defensor da democracia”, apesar de pertencer ao Estado) e o “prestígio” d’*O Primeiro de Janeiro*, um título “independente” que demonstra “respeito pela verdade e pela democracia”. Quanto ao próprio *Tempo*, eis a sua auto-avaliação:

“Independente. Liberal. Conotações com todos os partidos democráticos. Defensor de um socialismo onde sejam respeitadqdos os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Linha redactorial tentando seguir os exemplos de “Le Monde” e de “Le Nouvel Observateur”<sup>820</sup>.

A tónica era, portanto, colocada na oposição entre a Imprensa do Estado e a Imprensa privada. Defendendo a segunda, como a mais adequada a um regime democrático, o *Tempo* reacende a polémica no sector da Informação, acentuando-se a rejeição que já sofrera por parte desses órgãos de comunicação.

O *Tempo* manifesta-se ainda contra os projectos de repressão administrativa que então surgiam e sobre os quais já escrevemos. Desde logo, o «Projecto Jesuíno». Em Assembleia geral, os trabalhadores do jornal “recusam-se a aceitar o conteúdo” de um projecto com o qual “seria instituído, de novo, a censura em Portugal”<sup>821</sup>.

Na mesma edição, pela pena do Chefe de Redacção Peixe Dias, é publicado um “recado para Jesuíno”. Nele é recusada a ideia de que o Ministro da Comunicação

---

<sup>819</sup> *Tempo*, 24 de Julho de 1975.

<sup>820</sup> *Tempo*, 25 de Setembro de 1975.

<sup>821</sup> *Tempo*, 14 de Agosto de 1975.

Social é o efectivo autor do documento, dada a sua formação académica e também o seu perfil pouco típico de um político. Um ministro “cada dia mais provisório, cinco vezes provisório” (embora apenas tenha integrado três governos...), e cuja capacidade ministerial não é, de todo, reconhecida. Em suma, dirigindo-se a Jesuíno, Peixe Dias aconselha-o a abandonar o cargo:

“Dedica-te à filosofia; mas manda a política aos políticos, a história aos historiadores, a bajulice aos bajuladores e prega uma valente descompostura no pateta que, em teu nome e abusivamente, escreveu o já tristemente famoso «Documento». Conheço-te suficientemente bem para te crer incapaz de tal «preciosidade» - uma pilhéria surrealista de mau gosto e má fé. O inverso de ti”<sup>822</sup>.

Ainda que tomando uma posição de oposição ao projecto de lei, o *Tempo* não embarca nos ataques, por muitos dirigidos a Correia Jesuíno e amplamente divulgados pela imprensa. Pelo, contrário, elogia-o, afastando-o da autoria do documento.

O «Projecto Jesuíno» acabará, como vimos, por cair por terra mesmo antes de ser discutido em Conselho de Ministros. Porém, semanas depois, uma nova proposta causa semelhante celeuma: a Lei de Censura Militar.

Uma lei que será revogada pelo próprio CR pouco tempo após a sua aprovação em Conselho de Ministros (Lei 5/75). Ainda longe de se vislumbrar este desfecho, o *Tempo* deixa patente a sua total discordância quanto aos propósitos da lei. “O espectro da censura voltou”, coloca em manchete. Considerando que o “Conselho da Revolução excedeu as suas atribuições de vigilante do processo revolucionário em curso, legislando o que só pode competir a um governo legítimo”<sup>823</sup>, o *Tempo* pede a revogação imediata da lei<sup>824</sup>.

Questão basilar do pós 25 de Abril, a descolonização é tema dominante no ano de 1975. De entre as várias colónias, o processo de descolonização angolano “foi o mais complexo e aquele que mais consequências internas e internacionais teve”, em parte

---

<sup>822</sup> *Tempo*, 14 de Agosto de 1975.

<sup>823</sup> *Tempo*, 11 de Setembro de 1975.

<sup>824</sup> É criado um Secretariado Coordenador de luta contra a lei 5/75, com o objectivo de preparar a contestação dos órgãos de comunicação ao projecto de lei. O *Tempo* revelado o seu posicionamento contra o projecto, solicita a sua adesão à referida Comissão. Porém, da reunião n’ *A Capital* é recusada com o fundamento de que os “trabalhadores da Informação não permitirão que reaccionários se tentem aproveitar da sua luta para fins contra-revolucionários”<sup>824</sup>. Outros, como o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Diário Popular*, a Rádio Renascença, mas também jornais privados como o *Jornal Novo*, o *Expresso* e *O Jornal* integram a Comissão. Cf. *Diário de Lisboa*, 12 de Setembro de 1975.

porque Angola “estivera sempre no centro das políticas ultramarinas de Lisboa”<sup>825</sup>. Em Janeiro de 1975, a celebração do Acordo do Alvor, assinado pelo governo português e os três movimentos de libertação angolanos (FNLA, MPLA e UNITA), marcava a data da independência de Angola para 11 de Novembro de 1975, reconhecendo os três movimentos como “únicos e legítimos representantes do Povo angolano”<sup>826</sup>.

Não cabe aqui elencar as causas do fracasso do Acordo do Alvor, mas, pelo contrário, salientar o que se lhe seguiu: confrontos entre os movimentos angolanos, início da guerra civil, internacionalização do conflito e a perda de influência das autoridades portuguesas são alguns exemplos. E, sobretudo, destacar, tal como refere Medeiros Ferreira, que “o resultado de todas essas realidades e contingências foi o fenómeno social do retorno de cerca de meio milhão de residentes nos territórios africanos para Portugal” ao longo de cerca de um ano. Ficariam, por isso, conhecidos como “retornados”<sup>827</sup>.

As solicitações de reservas de passagens aéreas para Lisboa aumentaram logo após o 25 de Abril de 1974, mas, no início do Verão de 1975, atingiram níveis elevadíssimos, existindo inclusivamente listas de espera numerosas. Com o apoio de vários países é criado “um plano geral de evacuação dos nacionais ainda residentes em Angola”<sup>828</sup> e criada uma “ponte aérea” que possibilitaria a chegada a Lisboa de 137 686 retornados, até 12 de Outubro, número que foi aumentando.

Havia, por outro lado, que acolher todas essas pessoas e integrá-las na sociedade portuguesa. É criado o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), a quem compete arranjar soluções de alojamento. Das colónias chegavam também os poucos pertences que os retornados puderam enviar em contentores. Portugal recebe apoios internacionais à integração de retornados, são criadas associações de apoio e, tendo em conta a evolução do processo e as necessidades que vão surgindo, “os benefícios concedidos pelo IARN foram ampliados, passando a abranger subsídio de desemprego, abono de família, assistência médica, medicamentosa e hospitalar”, entre outras<sup>829</sup>.

---

<sup>825</sup> José Medeiros Ferreira, *Portugal em... Op. Cit.*, p. 57.

<sup>826</sup> Cf. o texto completo do Acordo do Alvor no sítio do Centro de Documentação 25 de Abril, em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>.

<sup>827</sup> José Medeiros Ferreira, *Portugal em... Op. Cit.*, p. 69.

<sup>828</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 69.

<sup>829</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 72.

Em 1976, esses apoios representavam 11% das despesas do Estado, sendo que pode-se considerar que “a sua reintegração correu melhor do que o previsto”<sup>830</sup>. Todavia, as dificuldades e particularidades que envolveram a chegada de retornados à metrópole fez correr muita tinta na imprensa. O *Tempo* não foi excepção, assumindo uma postura de apoio e solidariedade relativamente aqueles a que a redacção preferiu chamar “desalojados” de Angola, “para não ser tão agressivo” em relação aos visados<sup>831</sup>.

Nas páginas do *Tempo* multiplicavam-se os textos sobre a “dramática situação de centenas de deslocados” com a “tragédia de Angola” - tema de um dossier especial do semanário relativo ao assunto, que se prolonga por várias edições. Os títulos de artigos que o compõem falam por si: “Drama brutal”, “O governo abandonou-nos como bastardos pestilentes”, “minha mulher suicidou-se”, “comissão de moradores tenta desalojar os desalojados”, “perdido o esforço de anos de trabalho”, “quiseram violar-me a filha”, “roubaram-me tudo”<sup>832</sup>. A grande maioria dos artigos referindo-se a testemunhos de pessoas vindas de Angola, que revelam histórias dramáticas e episódios violentos. O outro lado da questão, isto é, o desenvolvimento de mecanismos de apoio aos retornados é, em contraste, pouco mencionado. Este ângulo de abordagem dá também origem a algumas críticas, caso do *Avante*, que fala numa “vergonhosa exploração dos sofrimentos dos retornados de Angola e a invenção de episódios macabros” que se tornam “dia a dia um trampolim para manobras claramente reaccionárias”<sup>833</sup>.

É então que chega à redacção do *Tempo* uma carta de um leitor, num envelope onde se encontrava também uma nota de cem escudos. A proposta consistia em ajudar aqueles que partiram de Angola rumo a Lisboa, descritos como “escravos brancos que por lá lutaram vítimas da política de Lisboa”. Apela então à recolha de roupas e dinheiro.

O *Tempo* embarca, desde logo, na proposta do seu leitor de Tavira e compromete-se a entregar o que chegar à redacção para a apoio a esta causa ao IARN<sup>834</sup>. Insistindo na “Campanha de Auxílio aos Desalojados”, o semanário vai dando conta das contribuições recebidas, publicando ainda um “Correio dos Desalojados” –

---

<sup>830</sup> RAMOS, Rui, “A revolução de 25 de Abril e o PREC (1974-1976)”. In *História de Portugal*, Coord. Rui Ramos. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 720.

<sup>831</sup> Entrevista a José Antunes, Lisboa, 3 de Dezembro de 2016.

<sup>832</sup> *Tempo*, 11 de Setembro de 1975.

<sup>833</sup> *Avante*, 18 de Setembro de 1975.

<sup>834</sup> *Tempo*, 14 de Agosto de 1975.

espaço de partilha de histórias de apoio aos portugueses vindos de Angola. A 2 de Outubro, o semanário dava conta de que recebera já 54 731\$50, publicando o nome dos contribuintes<sup>835</sup>. A 23 de Outubro, o valor aumentara para 63 931\$50. Do Movimento Nacional de Fraternidade do Ultramar, uma das organizações a que, entretanto, entregara alguns dos mantimentos recebidos (o IARN deixara de ter espaço para receber doações), o *Tempo* recebe elogios e agradecimentos:

“Se todos os jornais do nosso país tomassem a mesma humanitária iniciativa, muitos sofrimentos e carências seriam amenizadas e também muitos portugueses receberiam um incentivo para desenvolver o seu espírito generoso”<sup>836</sup>.

Já em Novembro, o jornal contava um total de 70 634\$00 recebidos, muitas ofertas de roupa, medicamentos, brinquedos e utensílios de uso doméstico.

Envolvendo-se claramente nesta causa, o *Tempo* pretendia mediatizar e destacar o que considerava ser uma “tragédia”, dando essencialmente relevo a histórias de vida dramáticas que envolviam o regresso a Lisboa de pessoas que constituíram a sua vida em Angola. Estaria este envolvimento do *Tempo* nesta causa relacionado com o facto de boa parte da sua redacção ser composta também por jornalistas que, eles próprios, retornaram das ex-colónias portuguesas? Independentemente disso, a verdade é que, ainda que a visão apresentada pelo semanário sobre o modo como os retornados foram recebidos na metrópole, seja deveras negativa, o balanço deste episódio é bastante positivo, quando feito por historiadores. Para Rui Pires, por exemplo, este processo, apesar de ter “ocorrido numa altura de crise económica nacional e internacional”, de “ter envolvido efectivos muito elevados” e de “a maioria dos retornados ser emigrante de primeira geração”, houve, de facto, “uma rápida e bem sucedida integração da maioria dos retornados, não só no plano profissional, mas também no da participação social e política”<sup>837</sup>.

Finalmente, uma referência ao célebre discurso em Almada (18 de Agosto), de Vasco Gonçalves, destacado também, como vimos, pelo *Jornal Novo* e *O Jornal*. Se historiadores como António Reis classificam o discurso de “desesperado”<sup>838</sup>, para jornais como o *Diário de Lisboa* Vasco Gonçalves fez “uma análise impiedosa, lúcida,

---

<sup>835</sup> *Tempo*, 2 de Outubro de 1975.

<sup>836</sup> *Tempo*, 23 de Outubro de 1975.

<sup>837</sup> Cit. in José Medeiros Ferreira, *Portugal em... Op. Cit.*, p. 75.

<sup>838</sup> António Reis, “A Revolução de 25 de Abril...”, *Op. Cit.*, p. 35.



de um patriotismo enorme e de uma tocante sinceridade”<sup>839</sup>. Assim que chegam ao jornal informações relativas ao discurso de Vasco Gonçalves, designadamente o que este disse acerca do jornal, a redacção do *Tempo* viveu momentos de alguma tensão. “Nós ficámos bastante aflitos. Pensámos que o jornal ia ser atacado. Então nessa noite os colegas retiraram tudo o que era de valor e puseram na minha casa que era no terceiro andar”, conta Marise Oliveira<sup>840</sup>. Nada aconteceu e a normalidade foi reposta logo no dia seguinte.

“O ataque ao *Tempo* do Sr. Primeiro-ministro”. A manchete do jornal, no dia 21, não deixava margem para dúvidas sobre a indignação provocada pelo discurso de Vasco Gonçalves, que, como já se disse, apelida o semanário de “pasquim”. O *Tempo* considera que Vasco Gonçalves foi “injusto e despropositado” e defende que este “nunca foi desconsiderado” nas suas páginas. “O mais que pode ter acontecido é não lhe termos feito elogios ou não termos manifestado apoio à sua política”, lê-se no semanário. De facto, tanto em artigos opinativos, como vimos, como em termos informativos, Vasco Gonçalves é amplamente – e, muitas vezes, com recurso a um léxico “combativo” – criticado. Claramente que a solução política defendida pelo *Tempo* não passava pelo general nem pelo PCP, a quem, invariavelmente, o associava. Era essa, aliás, a questão mais relevante, segundo o periódico:

“O que sempre está em causa é o consenso nacional que não aceita para já – como está amplamente provado – o predomínio na governação de personalidades afectas ao Partido Comunista Português, que se considera minoritário. (...) O que tem estado sob crítica é a capacidade operativa dos seus governos, que tem sido, geralmente, considerado inexistente”<sup>841</sup>.

Em suma, se este não foi o primeiro ataque ao *Tempo* devido ao seu conteúdo, também não será o último. São diversos os episódios que vão envolver o periódico no “Outono escaldante” que se avizinhava. Porém, se as críticas dirigidas ao Gonçalvismo e ao Comunismo eram constantes no semanário, o VI Governo Provisório e Pinheiro de Azevedo beneficiarão de uma postura diametralmente oposta. O apoio do *Tempo* à sua política é evidente.

---

<sup>839</sup> *Diário de Lisboa*, 19 de Agosto de 1975.

<sup>840</sup> Entrevista a Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.

<sup>841</sup> *Tempo*, 21 de Agosto de 1975.

## 5.4. A Luta

### 5.4.1. Do «caso *República*» à criação de um novo diário

Já abordámos com maior detalhe, na primeira parte deste trabalho, os acontecimentos que envolveram o jornal *República* no ano de 1975. Importa, todavia, salientar alguns aspectos deste caso, essenciais para se compreender o processo de formação de um novo diário português, no final de Agosto do mesmo ano.

Em Maio de 1975 aquele que, conjuntamente com o *Diário de Lisboa*, fazia a oposição possível (num regime de censura) à ditadura, vive um momento de grande tensão entre os seus trabalhadores. De um lado, a Comissão de Trabalhadores que decide suspender a direcção e chefia de redacção sob acusação de estarem ao serviço do Partido Socialista. Do outro, a esmagadora maioria dos jornalistas do *República* (22 contra 2), que se coloca do lado dos colegas suspensos. O clima sobe de tom, passando a um confronto que envolvia, pelo menos, PS, PCP e extrema-esquerda. Em frente à sede do jornal, na Rua da Misericórdia, manifestam-se nomes como Mário Soares, Salgado Zenha e Manuel Alegre. O *República* acaba selado e noticiado internacionalmente (sobretudo em França), sendo propagada até à exaustão a tese de que o jornal socialista tinha sido ocupado por comunistas.

Voltará às bancas em Julho. À margem do Conselho da Revolução, que determina a reabertura do jornal de acordo com a Lei de Imprensa (segundo a qual a orientação de um jornal deveria ser definida pelo seu director e conselho de redacção), o COPCON entrega o *República* à Comissão de Trabalhadores. Surge então a 10 de Julho, com uma redacção praticamente toda renovada. Para os socialistas, o que se passava no jornal que tinha sido dirigido por Raul Rêgo (fundador do PS), estava naturalmente inserido na estratégia do Partido Comunista de controlo dos média, de que era exemplo a substituição da direcção do *Diário de Notícias* (próxima do PS), em Abril, por dois directores ligados ao PCP. Mário Soares é taxativo na sua análise:

“Julgaram possível reeditar no *República* aquilo que tinham feito no *Diário de Notícias*. Pensavam que nós iríamos protestar, mas nunca imaginaram que estávamos decididos a bater-nos até ao último cartucho pelo que considerávamos ser a nossa liberdade e a de todo o Povo Português. Os comunistas tinham um plano, elaborado e aprovado ao mais alto nível, para nos amordaçar e nos destruir. Acerca disso não pode haver dúvida alguma. O primeiro director nomeado para o *República* pela

Comissão de Trabalhadores foi Álvaro Belo Marques, de quem toda a gente conhece as simpatias comunistas. É sintomático”<sup>842</sup>.

Porém, como observa Mário Mesquita, não foram os comunistas que tomaram conta do periódico. “A extrema-esquerda reabriu o jornal transformando-o num órgão de propaganda revolucionária”<sup>843</sup>, o que sugere múltiplas interpretações, além daquela que é veiculada, ainda hoje, pelos sectores próximos dos socialistas.

Entretanto, o grupo de jornalistas, directores (Raul Rêgo e Vítor Direito) e chefe de redacção (João Gomes) afastados, lançam, a 29 de Maio, um periódico de luta: o *Jornal do Caso República*<sup>844</sup>. Com uma publicação irregular, são dados à estampa 10 números, com 8 páginas cada e a 2\$50, o último a 15 de Julho. Os obstáculos à sua produção são logo evidentes, a começar pela impressão do jornal, cuja dificuldade em fixar uma tipografia estaria relacionada com as questões ideológicas envoltas no conflito do *República*<sup>845</sup>.

Pedro Foyos e Vítor Direito foram os elementos destacados para a produção do jornal. Entre as suas tarefas, estavam as de encontrar tipografias, acompanhar a composição, estabelecer a ligação com a redacção, etc. Foyos recorda essa “aventura”, descrevendo aquilo que apelida de “horas dramáticas”:

“As adversidades sucederam-se a um ritmo alucinante. Tão-logo havia notícia de que se preparava uma edição do *Jornal do Caso República* em determinado local, apareciam os “abafadores”. Eram sindicalistas fanáticos, que irrompiam pelas empresas, forçavam plenários entediantes, e, invocando a solidariedade das «classes trabalhadoras», pressionavam os tipógrafos ao boicote. Sabíamos de cor o discurso invariável e bacoco que acompanhávamos à distância (...)”<sup>846</sup>.

---

<sup>842</sup> Mário Soares, *Portugal: que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas&Realidades, 1976, pp. 142-143.

<sup>843</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 375.

<sup>844</sup> A redacção do *Jornal do Caso República* era apresentada da seguinte forma: Director- Raul Rêgo; Redactores – Alberto Arons de Carvalho, Álvaro Guerra, Álvaro Tavares, Antónia de Sousa, Artur Alpedrinha, Bélard da Fonseca, Carlos Soares, Grego Esteves, Helena Marques, Jaime Gama, Jardim Gonçalves, João Gomes, Jorge Morais, José Man, Manuel Arons de Carvalho, Marcelino Mesquita, Nuno Coutinho, Paz Ferreira, Pedro Foyos, Rocha Vieira, Rui Camacho, Vasco Fernandes, Vítor Direito.

<sup>845</sup> Segundo Mário Mesquita: “o Sindicato dos Gráficos, afecto ao PC, desencadeou pressões sobre tipógrafos das empresas onde esse jornal de luta era composto e impresso. Ameaças de represália de natureza vária levaram a que os nove números [na verdade, foram dez] do *Jornal do Caso República* tivessem saído de seis tipografias diferentes, desde as oficinais de *O Setubalense*, onde a impressão foi impedida já com a rotativa a funcionar, até às da *Gazeta do Sul*, no Montijo, onde os delegados do Sindicato dos Gráficos forçaram a quatro votações sucessivas em plenário de trabalhadores, até obterem maioria favorável aos seus desígnios”. Cf. Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, pp. 403-404.

<sup>846</sup> Pedro Foyos, *O Caso do Jornal Assaltado*. Lisboa: Prelo, 2016, p. 46.

A redacção e administração do jornal funcionavam em casa do advogado, militante e fundador do PS, Gustavo Soromenho (que havia sido administrador-delegado do *República*), na Rua da Emenda, em Lisboa, como o próprio periódico dá conta na última página. O conteúdo tinha naturalmente que ver com a luta do grupo de jornalistas, o que fica explícito no cabeçalho: “jornalistas em luta pela liberdade de expressão”. Ao folhear as várias edições do periódico, o leitor vai tomando conhecimento em detalhe do caso que envolveu o *República*, dos apoios que os jornalistas iam recebendo, de tomadas de posição de figuras de fora do jornal (do socialista Salgado Zenha, dos escritores Fernando Namora e Mário Braga, do deputado José Medeiros Ferreira, do Secretário-geral do Partido Comunista Espanhol Santiago Carrillo, do secretário do Comité Central do Partido Comunista Italiano Giancarlo Pajetta, entre outros), de textos relacionados com a liberdade de imprensa e ainda os nomes e valores dos cidadãos que resolveram apoiar financeiramente o projecto.

No primeiro número, um artigo de Raul Rêgo, deixava bem patente o espírito subjacente à luta travada pelo *Jornal do Caso República*. “Liberdade”, título do texto, resumia o seu objectivo:

“O que está em jogo é o direito à livre expressão, reconhecer a todos os homens e a todos os movimentos, políticos e outros, iguais possibilidades de contacto com o público e de captação de adeptos. Não há igualdade cívica se não forem dados a todos os cidadãos oportunidades iguais”<sup>847</sup>.

No segundo número, o jornal dá conta do seu sucesso. “Um recorde de audiência”, com uma tiragem sem sobras, de 100 000 exemplares<sup>848</sup>. Entre os jornalistas que alinharam na aventura deste projecto encontrava-se João Grego Esteves, segundo o qual “o *Jornal do Caso República* surgiu como um instrumento de resistência antes de mais e, além disso, no mínimo de sobrevivência para um conjunto de gente que ficou desempregada e sem acesso a nada”. É então que, perante “o entusiasmo com que foi feito e a recepção que teve logo dentro das pessoas, germinou a ideia, que se calhar já estaria em cérebros mais estratégicos, de lançar um jornal”<sup>849</sup>. Francisco Belard, outro dos redactores, lembra a atitude do grupo perante o contexto político então vivido: “Nós

---

<sup>847</sup> *Jornal do Caso República*, 29 de Maio de 1975.

<sup>848</sup> *Jornal do Caso República*, 31 de Maio de 1975.

<sup>849</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

não queríamos deixar de fazer jornalismo. Ainda por cima aquilo era quase uma militância. Era também uma luta política, para nós, pela liberdade de expressão”<sup>850</sup>.

Perante o “vazio que a *República* tinha deixado” e a “necessidade de continuar a lutar, a escrever e a estar presente na sociedade portuguesa”, o grupo prepara um novo jornal de informação geral<sup>851</sup>. A ideia parte de uma figura bem conhecida da redacção, o líder do PS, Mário Soares, que avança com uma proposta aos jornalistas: “a fundação de um novo jornal diário, sucessor do irrecuperável *República*, com a mesma direcção, a mesma administração, as mesmas chefias, os mesmos redactores, porventura acrescentando novos elementos”. Com ideias claras para o futuro projecto – que já havia concertado com Soromenho e Rêgo - Soares prossegue, sugerindo que este venha a ter “instalações próprias, propriedade dos jornalistas do antigo *República*, sob a forma de sociedade cooperativa”<sup>852</sup>.

O processo é, então, iniciado. “Nós sentíamos a necessidade, mesmo do ponto de vista político, do ponto de vista de tomar posições”, de criar um novo título, lembra João Gomes<sup>853</sup>. As reuniões multiplicam-se, tendo em vista “repor a *República*, o que ela representava e aquilo contra o que ela lutava. Portanto, um projecto opondo-se frontalmente ao Gonçalvismo”<sup>854</sup>. Alguns testemunhos por nós recolhidos apontam a casa de Gustavo Soromenho como sendo o centro dessas reuniões (além da primeira), outros referem-se a uma outra habitação, também situada em Lisboa, na Rua do Telhal. Porém, algo parece consensual: o papel de Soromenho, que virá a ser também administrador do novo projecto jornalístico, em todo o processo. “A grande força, a grande alma daquela casa foi o Dr. Soromenho. Foi realmente a força que nos manteve coesos”, afirma a jornalista Helena Marques<sup>855</sup>.

As “ruidosas reuniões” decorriam “constantemente” e “toda a gente falava o que queria para tentar estabelecer consensos”. Presentes, “a cúpula de jornalistas, que vinha da *República*, uns com mais protagonismo do que outros, e gente ligada ao Partido

---

<sup>850</sup> Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.

<sup>851</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

<sup>852</sup> Pedro Foyos, *O Caso do... Op. Cit.*, p. 101. De acordo com a ficha técnica do jornal, foi então criada uma sociedade cooperativa, intitulada “Editorial A Luta, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada”. Todavia, apesar das nossas várias tentativas, com este nome não foi detectada nenhuma escritura empresarial nos serviços competentes.

<sup>853</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

<sup>854</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>855</sup> Entrevista a Helena Marques, Oeiras, 12 de Maio de 2017. João Gomes, no mesmo sentido, recorda o “respeito e consideração” que os jornalistas tinham por Soromenho, dado o seu passado de luta contra a ditadura”. Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

Socialista”<sup>856</sup>. Optaram por organizar-se em vários grupos de actuação, com tarefas específicas no processo de preparação do novo jornal, que se pretendia que fosse o mais célere possível: “Dividíamo-nos em pequenos grupos. Um pensava como é que se iria organizar o novo jornal, o outro ía fazer um levantamento do custo das impressões em várias oficinas...”, conta Helena Marques<sup>857</sup>. A Pedro Foyos cabe a “missão empolgante”, nas suas palavras, de criar a imagem gráfica do novo diário, “de raiz, do cabeçalho ao rodapé da última página, à semelhança do que já havia feito anos antes no *República*, quando Raul Rêgo assumiu a direcção do jornal”<sup>858</sup>.

Outro tema em debate prendia-se com o nome a dar ao novo periódico. Em cima da mesa, várias hipóteses. Francisco Belard recorda-se de algumas:

“Eu na altura sugeri um título que era *O Mundo*, que tinha sido um jornal antigo. O título era detido pelos irmãos Tavares Rodrigues, portanto não estava disponível. O título *O Diário* também foi falado, mas era considerado demasiado neutro. O Raul Rêgo foi partidário do título que ficou, que era *A Luta*, inspirado no antigo *A Lucta*, de Brito Camacho”<sup>859</sup>.

Recupera-se assim o nome de um periódico – *A Lucta* - que existiu entre 1874 e 1887, sendo o jornal do Partido Regenerador e que, depois (1906), foi um jornal de direita republicana, dirigido por Brito Camacho.

Conseguem-se também instalações para a futura redacção. Um apartamento, situado num prédio da Rua do Loreto, no Bairro Alto de Lisboa. As condições estavam longe de serem as ideais. “Não era possível um jornal ser feito ali”, afirma Grego Esteves<sup>860</sup>. O colega João Gomes reforça a sua opinião, destacando o empenho da redacção, apesar das limitações com que se defrontavam: “Era um andar normal. Nós fizemos a redacção ao fundo, onde as pessoas cabiam muito apertadas (...). Dada aquela falta de meios que havia, nós todos recorriamos um bocado a uma militância para que o jornal fosse um êxito”<sup>861</sup>. Maria Antónia Palla, também se refere ao assunto, dizendo que as “condições de trabalho eram precárias”, tendo ficado, com a colega Antónia de

---

<sup>856</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>857</sup> Entrevista a Helena Marques, Oeiras, 12 de Maio de 2017.

<sup>858</sup> Pedro Foyos, *O Caso do...* *Op. Cit.*, p.103.

<sup>859</sup> Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.

<sup>860</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>861</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

Sousa, “instaladas na cozinha”. “Talvez por sermos mulheres...”, relembra<sup>862</sup>. Apenas o director teve direito a um gabinete individual.

A par das instalações, havia também falta de equipamento e materiais. “A redacção foi montada com as nossas próprias máquinas de escrever”, conta Maria Antónia Palla<sup>863</sup>. Terão, porém, havido apoios internacionais, caso do Partido Social Democrata (SPD), da Alemanha<sup>864</sup>. Na imprensa, surgiam, ainda em Julho, rumores de que estaria para sair um novo jornal “constituído pelos jornalistas da *República* fieis a Raul Rêgo”, especulando-se sobre algumas informações, como o seu nome. *Povo e Lobo* foram alguns dos títulos avançados<sup>865</sup>.

#### 5.4.2. Nas bancas em pleno «Verão Quente»

A *Luta* chega às bancas a 25 de Agosto, dia em que são feitas duas edições. Jornal diário, vespertino, com 16 páginas e um preço de 4\$00, prometia, no texto de apresentação, esforçar-se “para a construção de uma sociedade onde caibam todos os portugueses, comunidade verdadeiramente socialista e livre”. O “socialismo” está, aliás, marcadamente presente neste texto, até porque, defende o corpo redactorial do jornal, “nem há socialismo sem democracia, sem liberdade de opinião e de expressão”. Quanto ao contexto político vivido - especificamente as lutas políticas entre facções com projectos políticos distintos para o país - também esse é objecto de reflexão no jornal. Mais: sem referir concretamente a quem se dirige, *A Luta* lança várias farpas aqueles que se imaginam serem os seus adversários em termos político-ideológicos:

“Saímos de uma luta contra o totalitarismo e não vamos depor as armas diante daqueles que, só por se dizerem democratas, se atribuem situações de favor e seguem na esteira dos que, até 25 de Abril, nos algemaram. Não nos interessam os nomes que se deem à tirania, à usurpação, ao fascismo; nem basta dizer-se progressivo para se ser democrata. (...) O que classificávamos de crime antes de 25 de Abril, não vamos agora chamá-lo de virtude”<sup>866</sup>.

---

<sup>862</sup> Maria Antónia Palla e Patrícia Reis, *Viver pela ...Op. Cit.*, p. 166.

<sup>863</sup> Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 19 de Fevereiro de 2013.

<sup>864</sup> Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.

<sup>865</sup> *Jornal Novo*, 24 de Julho de 1975.

<sup>866</sup> *A Luta*, 25 de Agosto de 1975.

O cabeçalho da primeira página d'A *Luta* revelava também a sua “linha orientadora”. A frase escolhida, por sugestão de Mário Soares<sup>867</sup> – “Jornal socialista, pluralista e independente” – ainda que longe de ser pacífica, dadas as várias interpretações possíveis sobre os três conceitos, afigurava-se como uma tentativa, por parte do periódico, de fixar (uma vez que o cabeçalho permanece inalterado ao longo do tempo) uma imagem sobre si próprio. No fundo, demarcar-se dos jornais que tanto criticava e que considerava não se integrarem em nenhum dos três conceitos.

A palavra “socialismo” é, sem dúvida, a que mais interrogações suscita. Ainda que o socialismo possa ser entendido num sentido mais vasto – e que, à época, estava presente na linguagem e linhas de acção de partidos políticos e grupos militares ideologicamente muito distintos – acaba por acentuar ainda mais as ligações do jornal ao Partido Socialista. João Grego Esteves lembra que, aquando da discussão da frase que haveria de caber no cabeçalho do jornal, “foi assumido aquilo [socialismo] porque entendeu-se que tinha que haver frontalidade”<sup>868</sup>. João Gomes, por outro lado, afirma que, na frase, “talvez o mais importante fosse querer dar-se importância ao pluralista. Chamar-lhe independente era, digamos, que não estava dependente do Partido Socialista”<sup>869</sup>. Na discussão do assunto, Francisco Belard chega a apresentar uma proposta alternativa, mas sem sucesso: “A meio da conversa eu perguntei: «Porque é que não é jornal pluralista e socialista independente?». Socialista independente queria dizer que era socialista mas não era socialista PS”<sup>870</sup>.

Tendo como administrador um fundador do Partido Socialista (Gustavo Soromenho) e como director (Raul Rêgo) e chefe de redacção (João Gomes), além de fundadores, deputados à Assembleia Constituinte pelo partido, as ligações d'A *Luta* ao PS são evidentes. Maria Antónia Palla assume claramente esse facto, algo que, esclarece, não “atingiu” o seu trabalho: “Não me chocou ser um jornal do Partido Socialista, porque o PS, naquela altura, (...) foi a principal força contra uma nova ditadura”<sup>871</sup>. O seu colega Grego Esteves é taxativo ao afirmar que não existiu influência partidária “do ponto de vista técnico-profissional da cobertura” jornalística. Nota, porém, algumas tensões que surgiram a este propósito:

---

<sup>867</sup> Pedro Foyos, *O Caso do... Op. Cit.*, p.101.

<sup>868</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>869</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

<sup>870</sup> Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.

<sup>871</sup> Maria Antónia Palla, Lisboa, 19 de Fevereiro de 2013.



“Que o jornal era muito próximo do Partido Socialista, sim. Mas posso dizer-lhe que, já nessa altura, de vez em quando, havia um pouco de tentativa de ajustamento entre as pessoas do projecto mais próximas do Partido Socialista e as pessoas que, sendo da área e sobretudo sendo do projecto, não eram nem tencionavam ser militantes do partido. Portanto, logo de início começou a haver uma hipersensibilidade à história do partido meter o pé. E ali valeram na altura muito os valiosíssimos e discretos esforços de uma velha raposa e ultra diplomata que era justamente o Gustavo Soromenho... Lá ia, digamos, apaziguando tensões que iam surgindo”<sup>872</sup>.

O chefe de redacção “era uma pessoa que poderíamos pensar mais ligada ao aparelho do PS e que ali tentava representar posições mais ligadas ao partido”, recorda Francisco Belard<sup>873</sup>. O próprio João Gomes assume o contacto privilegiado que tinha no interior do PS: “Eu era dirigente nacional e também era deputado à Constituinte e como tal estava no âmago, digamos, dos acontecimentos”. E qual era, efectivamente, o papel ou a intervenção do partido de Mário Soares no jornal?

“A influência através das ideias e dos acontecimentos. Nós tínhamos um contacto muito grande com o Partido Socialista, com o Mário Soares, com o Zenha, com as figuras principais. Nesse sentido, de conversas, de eles nos informarem dos acontecimentos políticos... Era nesse sentido que se verificava a influência”<sup>874</sup>.

Ainda assim, no seio da redacção, existiam, segundo Francisco Belard, “pessoas que se sentiam na obrigação de veicular as posições oficiais do Partido Socialista e que o faziam, sem autoritarismo mas faziam-no na prática”<sup>875</sup>. No entanto, *A Luta* não deixa de propagar a sua independência partidária, estando essa questão plasmada no Estatuto Editorial. Publicado exactamente um mês após o primeiro número do jornal, o Estatuto referia que o periódico “não é órgão de qualquer partido político” e que “define-se como jornal socialista, pluralista e independente, no sentido que crê garantir a verdadeira democracia”. Garante ainda defender “a unidade das forças progressistas, antifascistas e anticapitalistas”, recusando qualquer tipo de ingerência nos seus conteúdos jornalísticos:

---

<sup>872</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>873</sup> Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.

<sup>874</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

<sup>875</sup> Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.

“A *Luta* garante ao público o exercício da actividade profissional dos seus jornalistas em inteira liberdade, não sendo admitida qualquer espécie de censura, interna ou externa, nem interferências do poder político, do poder económico ou de quaisquer grupos de pressão”<sup>876</sup>.

Perante as acusações que são dirigidas ao grupo de fundadores d’A *Luta* de terem criado uma espécie de jornal “oficioso” do PS, este Estatuto Editorial apresentava-se - conforme é, aliás, costume num texto desta natureza – como uma afirmação da sua independência e de luta contra qualquer tipo de controlo da Informação. Porém, não é, de facto, comum a publicação (ou divulgação) de um Estatuto Editorial apenas um mês depois da fundação de um jornal. As circunstâncias em que é criado o periódico acabaram por ditar esse facto. “Para nós [o Estatuto Editorial] tinha uma importância restrita, porque o que interessava ali, fundamentadamente, era o nosso espírito e o que púnhamos no trabalho que fazíamos diariamente”, recorda João Gomes<sup>877</sup>.

Refira-se ainda outra questão, relacionada com a organização e definição da linha editorial do jornal da Rua do Loreto. De acordo com o Estatuto, a direcção e o conselho de redacção tinham uma posição preponderante nesta matéria, em representação de toda a redacção:

“(…) e) A orientação de A *Luta* é da exclusiva competência da Direcção e do Conselho de Redacção, que traduz a expressão democrática da vontade dos jornalistas e da sua interferência activa e responsável na elaboração do jornal;

f) A Direcção do jornal exerce as suas funções como mandatária dos jornalistas e dos membros da Cooperativa Editorial A *Luta* (...)”<sup>878</sup>.

Em suma, embora propagando exaustivamente a sua independência, algo comum na Imprensa da época, sempre pronta a negar ligações partidárias, A *Luta* não conseguirá demarcar-se do Partido Socialista. No ano de 1975, o nível de aproximação, no plano ideológico, é evidente. Para tal, muitos factores parecem ter contribuído, desde logo, o seu conteúdo informativo, mas também as ligações da redacção ao partido ou, ainda, as figuras que vão escrevendo artigos de opinião no jornal, também elas próximas ou militantes socialistas. Não será exagerado, portanto, concluir que os esforços de afirmação de independência e isenção jornalística terão resultado em vão.

---

<sup>876</sup> A *Luta*, 25 de Setembro de 1975.

<sup>877</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

<sup>878</sup> A *Luta*, 25 de Setembro de 1975.

Grande parte oriunda do *República* e, depois, do *Jornal do Caso República* (20 dos 24 jornalistas que compunham o seu corpo redactorial), a redacção d'A *Luta* é composta inicialmente por 27 jornalistas. De acordo com Grego Esteves, “quando se pensa em estruturar o jornal não era possível só com os que tinham ficado [do *República*]. E aí começaram a chegar pessoas, rapaziada jovem na altura a começar, como o Zé Pedro Castanheira, Eduardo Paz Ferreira...”. Havia, no grupo de fundadores, “líderes fáticos, como Álvaro Guerra, o Vítor Direito, João Gomes e Raul Rêgo”, sendo que “grande parte dos nomes também vinha canalizada por essas vias”<sup>879</sup>. Outros jornalistas vieram das ex-colónias africanas, casos de Francisco José Oliveira, Maria Augusta Silva e Martinho de Castro.

#### Quadro 19 – Redacção inicial d'A *Luta*

Função/Secção	Nome do jornalista
Director	Raul Rêgo
Director-adjunto	Vítor Direito
Chefe de redacção	João Gomes
Chefe de redacção adjunto	Rui Camacho
Economia/Social	Helena Marques, Vítor Baltasar, José Pedro Castanheira, Júlio Valente
Província	Carlos Soares, Marcelino Mesquita, Jorge Morais, F. Sales Lopes
Política Nacional	João Grego Esteves, Eduardo Paz Ferreira, Rocha Veiria
África	Francisco José Oliveira
Estrangeiro	José Gabriel Viegas, Nuno Coutinho, Miguel Sousa Tavares
Cultura/Espectáculos	Álvaro Guerra, Francisco Belard
Desporto	Manuel Arons de Carvalho, Ilídio Trindade
Educação	Manuel Giraldes, Maria Augusta Silva
Reportagem	Antónia de Sousa, Maria Antónia Palla

Fonte: A *Luta*, 25 de Agosto de 1975<sup>880</sup>.

Aos 27 nomes iniciais, juntam-se, progressivamente, outros nomes. Os primeiros são Fernando Dacosta e Martinho de Castro, pouco depois da fundação do periódico. Criara-se uma redacção onde convivem jornalistas já com ampla experiência jornalística e outros ainda a dar os primeiros passos. Entre os primeiros, encontramos os nomes incontornáveis de Raul Rêgo, que passara por títulos como *Seara Nova*, *Jornal do*

<sup>879</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>880</sup> Integravam ainda a ficha técnica do jornal outros trabalhadores, além de jornalistas: Secretaria de redacção – Artur Alpedrinha, Vasco A. Fernandes e António Xavier; Orientação gráfica – Pedro Foyos e Isabel Lobinho; Fotografia – Álvaro Tavares; Documentação – Rafaela Mendes e Teresa Menezes; Serviços Administrativos e Comerciais – Gomes da Costa; Publicidade – Carlos Saraiva, Luís Figueiredo e Helena Sequeiro.

*Comércio e Diário de Lisboa*, além de ter dirigido e encetado uma renovação do *República* antes de 1974 e ter sido Ministro da Comunicação Social do I Governo Provisório (1974), Vítor Direito e João Gomes, ambos jornalistas no *Diário de Lisboa* e *República*, Rui Camacho, que integrara as redacções do *Diário de Notícias do Funchal*, *Flama*, *Jornal do Comércio e República*, ou Álvaro Guerra, escritor com várias obras publicadas e jornalista no *República*, entre outros.

Quanto aos mais jovens, ali iniciaram a sua carreira jornalistas que vêm a dar cartas mais tarde: José Pedro Castanheira, que integrará depois *O Jornal* e o *Expresso* como Repórter Principal, tendo visto várias reportagens premiadas ao longo da sua carreira, Eduardo Paz Ferreira (que em 1974 já integrara o *República*), prosseguindo depois a carreira académica chegando a Professor Catedrático de Direito, ou Miguel Sousa Tavares, que passará pelas três estações de televisão (RTP, SIC e TVI), assinando artigos de opinião no *Público* e *Expresso*, entre outros jovens jornalistas. Na redacção d'A *Luta* esforçavam-se por aprender com os mais experientes e, mesmo com o ritmo acelerado em que viviam, pediam muitas vezes opinião sobre os seus trabalhos. “Tinham a convicção de que estavam a amadurecer. Vinham sempre mostrar aos mais velhos se aquilo estava bem. Queriam aprender, queriam melhorar. Era um grupo muito coeso”, lembra Helena Marques<sup>881</sup>.

Finalmente, refira-se ainda o facto de haver, na redacção, quatro mulheres jornalistas, todas com considerável experiência na profissão. Maria Antónia Palla (*Diário Popular*, *Vida Mundial* e que se mantém, simultaneamente, n'O *Século Ilustrado*), Antónia de Sousa (*A Capital* e *República*), Helena Marques (*Diário de Notícias do Funchal*, *A Capital* e *República*) e Maria Augusta Silva (imprensa angolana). Integrando secções como Reportagem, Educação e Economia/Social, viam n'A *Luta* o seu trabalho reconhecido e valorizado. “Não havia discriminação nenhuma”, recorda Helena Marques, a quem coube também fazer muitos trabalhos de âmbito internacional, já que “não havia [na redacção] muita gente que falasse inglês fluentemente” como ela<sup>882</sup>.

A redacção d'A *Luta*, organizada de forma relativamente clássica – por secções, obedecendo a uma hierarquia - vivia, no entanto, um momento de grande agitação, tentando acompanhar o ritmo dos acontecimentos que ocorriam nos vários sectores da sociedade. Entre as paredes do apartamento da Rua do Loreto o reflexo desse contexto é

---

<sup>881</sup> Entrevista a Helena Marques, Oeiras, 12 de Maio de 2017.

<sup>882</sup> *Idem*.

evidente. O ambiente era de “criatividade permanente, desorganização permanente, conflitos ocasionais e ao fim do dia havia jornal”, descreve João Grego Esteves<sup>883</sup>. Não havendo reuniões diárias, era o chefe de redacção quem “marcava a agenda” de trabalhos, tendo depois a preocupação de “suscitar que viessem os textos todos o mais completos possível”. O ritmo era, como se disse, frenético. “Estávamos constantemente ao telefone, a saber tudo o que havia para que o jornal saísse o mais forte possível. No seu conjunto [pretendia-se] que fosse um jornal de opinião mas que também fosse um jornal informativo”<sup>884</sup>.

Quanto à hierarquia superior do jornal, os testemunhos por nós reunidos parecem convergir no sentido da sua boa relação com a redacção em geral, assim como a sua presença constante e acompanhamento dos trabalhos. O director, Raul Rêgo, “ficava mais para fazer artigos de fundo, tomar as atitudes escritas”, no editorial que assinava diariamente, sob a designação genérica de “Momento”. “Era de facto a grande figura que nós todos acatávamos”, lembra João Gomes. Já o director-adjunto, Vítor Direito, é referido como o “grande cozinheiro do jornal. Quem punha a máquina a andar, quem tomava decisões, o tamanho das coisas, «onde é que vai, aguenta por isto, vai aqui, é preciso mais notícias...»”<sup>885</sup>. Os dois, mais o chefe de redacção, já tinham, como se viu, trabalhado juntos no *República* e portanto estavam habituados aos seus diferentes e complementares estilos, o que ajudava a que o trabalho na redacção decorresse de forma mais eficaz e sem atritos.

A apoiar a redacção, um secretariado que inclui inicialmente três elementos (Artur Alpedrinha, Vasco A. Fernandes e António Xavier - os dois primeiros vindos do *República*), aos quais se juntam a recém-saneada do *Diário de Notícias*, Alda Mafra, que acaba por coordenar a equipa, dada a rede de contactos que acumulara dos muitos anos em que ocupou funções idênticas no *DN*.

Não são reveladas, nem pelo próprio jornal, as suas tiragens. Porém, segundo Pedro Foyos, a tiragem inicial d’A *Luta* fora de 40 000 exemplares<sup>886</sup>, enquanto os investigadores britânicos Jean Seaton e Ben Pimlott, a partir de fontes do Ministério da Comunicação Social, avançam que a mesma se situava nos 80 000 exemplares, em Outubro de 1975<sup>887</sup>.

---

<sup>883</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>884</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

<sup>885</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>886</sup> Pedro Foyos, *O Caso do... Op. Cit.*, p. 104.

<sup>887</sup> Jean Seaton e Ben Pimlott, “The Portuguese...”, *Op. Cit.*, p. 107.

### 5.4.3. A política no centro do jornal

Seguindo o modelo de organização da redacção, também as páginas d'*A Luta* apresentam uma estrutura clássica a nível de secções. Em praticamente todas as páginas do jornal o leitor encontra identificada, de forma muitíssimo clara, a secção/tema geral das notícias que a compõem (daí que os títulos das secções sejam, por si só, explicativos da conteúdo correspondente). Embora a presença de algumas secções varie de edição para edição, acompanhando os assuntos que marcam a actualidade, há secções que - dada a sua importância e os múltiplos acontecimentos que ocorrem nessas áreas - são recorrentes, casos da “política”, do “trabalho” ou do “estrangeiro”. O espaço conferido à secção “política” é, aliás, variável (duas ou mais páginas), presume-se que consoante a relevância e quantidade de acontecimentos ocorridos nesta área. No quadro 20 podemos encontrar um exemplo de organização das 16 páginas de uma edição do periódico.

**Quadro 20 - Estrutura da primeira edição d' *A Luta* em termos de secções**

Nº de página	Secção/conteúdo
1	Capa
2	Artigos de opinião de vários autores
3	Entrevista
4 e 5	“Trabalho”
6 e 7	“Estrangeiro”
8 e 9	“Política”
10	“Educação”
11	Aborda assuntos sobre colónias
12 e 13	“Desporto”
14	“Espectáculos”
15	“Agenda”
16	“Últimas”

**Fonte:** *A Luta*, 25 de Agosto de 1975.

Refira-se que, à semelhança de outros jornais, também *A Luta* pede a colaboração dos seus leitores. O pedido acontece relativamente a uma temática específica – os assuntos de província. Isto porque, “quando se pensa no que deve ser o «conteúdo-Província» de um diário de grande expansão, assusta a amplitude e a quase impossibilidade da tarefa”. Por isso, o jornal dirige-se ao leitor, tratando-o por “amigo”, sugerindo que colabore com informações diversificadas:

“Uma opinião, um acontecimento, o seu comentário sobre um dado fenómeno, as carências da sua comunidade, uma solução que eventualmente ache oportuno alvitar, tudo pode contribuir não só para

que nos conheçamos melhor uns aos outros – e melhores condições tenhamos, assim, para a tarefa conjunta de reconstrução deste País – mas também para que, através do conhecimento dimensionado de irregularidades e dificuldades, mais fácil se torne o encontro das soluções adequadas”<sup>888</sup>.

O leitor podia, assim, participar activamente na produção noticiosa do jornal e, ao mesmo tempo, o próprio periódico beneficiava de contactos no interior do país. No entanto, as solicitações não alcançam êxito.

Nas páginas d’*A Luta* não se verifica uma grande aposta em rubricas específicas quer sejam de cariz mais opinativo ou informativo. As excepções que encontramos ao folheá-lo são, sobretudo, os espaços intitulados “Flash”, que dizem respeito a notícias curtas sobre diversas temáticas (economia, desporto, estrangeiro, etc.). “Ecos da Sociedade”, outro espaço, refere-se também a textos pouco extensos, mas, neste caso, trata-se de conteúdos vulgarmente chamados de “fait divers”, curiosidades da vida quotidiana nacional, muitas vezes acompanhadas de comentários<sup>889</sup>.

Encontramos ainda um espaço no jornal – “Vai acontecer” – em que é apresentada uma agenda sobre a actualidade. Outro, denominado “Aqui e Agora”, assinado por Vicente Gil, é apresentado como uma rubrica de breves comentários relativos a figuras ou acontecimentos nacionais. O próprio autor diz-se partidário e esclarece os leitores que “a terem de encontrar alguma coisa, que seja o lado tragico-cómico desta Revolução – o que aliás não é muito difícil”<sup>890</sup>. Os comentários são, na sua grande maioria, escritos com um apurado sentido de humor, não deixando de conter implicitamente um tom crítico, como é o caso de um referente ao Partido Comunista: “Com tantas reuniões que o PCP tem feito em Moscavide, não se admirem se, qualquer dia, aquela zona de Lisboa passar a chamar-se Moscovide”. Um outro, sobre Otelo: “Quem, ultimamente, tem tido muito que fazer são as manicuras. Desde que o general Otelo disse que as armas desaparecidas de Beirolas estavam em boas mãos, toda a gente correu a arranjar as unhas, para ver se consegue uma G3”<sup>891</sup>.

Parece-nos, em suma, claro que as questões políticas ou político-militares assumem particular protagonismo n’*A Luta*, mesmo fora da secção dedicada a esse

---

<sup>888</sup> *A Luta*, 30 de Agosto de 1975.

<sup>889</sup> Por exemplo, a 28 de Agosto, a notícia de uma queda no Parlamento do deputado e chefe de redacção d’*A Luta*, João Gomes, com o irónico comentário: “Sempre «à la page», João Gomes sofreu golpe autêntico em tempo de golpes falsos. *A Luta*, 28 de Agosto de 1975.

<sup>890</sup> *A Luta*, 18 de Outubro de 1975.

<sup>891</sup> *Idem*.

tema. Efectivamente, mesmo os poucos espaços (rúbricas) que não se integram no género “notícia” no sentido mais restrito do conceito, referem-se a conteúdos de âmbito político.

Depois da saída do primeiro número do novo diário, entre os vários cumprimentos e felicitações há um que se destaca. O histórico *Diário de Notícias* publica um breve texto de “cumprimentos” que é, simultaneamente, uma crítica/acusação de partidarismo do jornal, ainda que encapotada:

“o jornal que se autodefine como socialista, pluralista e independente, é dirigido por Raul Rêgo, conhecido militante do PS. (...) Vítor Direito (director-adjunto) e Álvaro Guerra – outro conhecido militante do PS – assinam colunas na página de opinião (...). Aquela página de *A Luta* é ainda preenchida por um artigo de Natália Correia, ex-colunista de *A Capital*, jornal que abandonou graças à oposição manifestada pelos trabalhadores à publicação de um seu artigo”<sup>892</sup>.

Finalmente, as felicitações do *Diário de Notícias*, em concreto, sublinham, uma vez mais, a questão partidária: “Que o novo colega se afirme, efectivamente, como jornal socialista e nessa qualidade tenha longa vida, eis os nossos votos sinceros”<sup>893</sup>.

A resposta d’*A Luta* é imediata e escrita em moldes muito semelhantes. Se o *DN* sugeria as ligações d’*A Luta* ao Partido Socialista, este vespertino refere as ligações do *DN* ao Partido Comunista: “ (...) tem como director-adjunto José Saramago, conhecido militante do PCP. (...) o dito director e Mário Ventura Henriques – outro conhecido militante do PCP – assinam colunas de opinião naquele antigo órgão oficioso. As páginas de opinião do *Diário de Notícias* caracterizam-se, aliás, pelo mesmo critério pluralista acima referido”<sup>894</sup>.

O clima entre os dois periódicos adensava-se, estando em causa linhas editoriais obviamente distintas e jornalistas com posicionamentos político-ideológicos também eles claramente opostos. Na verdade, ao longo do «Verão Quente», o *DN* adoptou “como sua toda a acção política de Vasco Gonçalves e das forças identificadas com ele e com o PCP”, “em que mais de metade da informação dada” pelo jornal relativamente

---

<sup>892</sup> *Diário de Notícias*, 26 de Agosto de 1975.

<sup>893</sup> *Idem*.

<sup>894</sup> *A Luta*, 26 de Agosto de 1975.



ao PS, “surge em tom crítico e de forma negativa”<sup>895</sup>. Por outro lado, *A Luta* praticaria “um jornalismo de combate muito agressivo em relação ao «gonçalvismo»”<sup>896</sup>.

Efectivamente, e como já se disse, a tónica dominante desde o início d’*A Luta* era, de facto, constituir-se como uma alternativa, sendo defensora da denominada “legalidade democrática”. Os próprios jornalistas destacam essa mesma atitude. João Gomes é um dos acérrimos defensores da posição do vespertino:

“Era a luta pela democracia. Nós vivíamos constantemente com receio de que o Partido Comunista pudesse vencer. Foi uma luta em que se puseram em confronto várias posições e nós situávamo-nos do lado de quem estava a defender a democracia. (...) No fundo o espírito que dominava era esse espírito contra o Gonçalvismo e contra o que ele representava”<sup>897</sup>.

Maria Antónia Palla dá conta do ambiente então vivido na redacção, em torno dos mesmos ideais: “Gostávamos do que fazíamos e sentíamos que estávamos a lutar contra as tendências totalitárias que não paravam de se manifestar”<sup>898</sup>.

Porventura devido ao facto de assumir o seu posicionamento desde que fora criada, e, portanto, identificar-se com uma linha político-ideológica concreta, *A Luta* é, desde o início, alvo de algumas ameaças. Logo no primeiro número, o periódico dá conta de que fora montado, na madrugada anterior, um dispositivo de segurança da Polícia de Segurança Pública e COPCON, já que haviam sido informados de que “brigadas civis ligadas a agrupamentos políticos de extrema-esquerda planeavam assaltos a vários jornais (*A Luta*, *Expresso*, *Jornal Novo* e *O Jornal*)”<sup>899</sup>. Noutros momentos, ocorreram outro tipo de situações, como “caixas deixadas na escada para obrigar a chamar a polícia” ou “ameaças físicas às instalações e às pessoas”, recorda Grego Esteves<sup>900</sup>. As intimidações estendiam-se ainda a empresas que colaboravam directamente com o jornal, caso da sua distribuidora, a Regimpresa, cujos veículos de distribuição poderiam ser “barrados e queimados os jornais”. Por isso, um dispositivo de segurança é montado de imediato, integrando “em certos percursos «problemáticos»

---

<sup>895</sup> João Figueira, *Os Jornais como...* *Op. Cit.*, pp. 125 e 97.

<sup>896</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 379

<sup>897</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017. Também Francisco Belard corrobora esta posição. Para o jornalista, *A Luta* “era um jornal que se inseria no combate ao que se chama o «Gonçalvismo». Isso é evidente”. Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.

<sup>898</sup> Maria Antónia Palla e Patrícia Reis, *Viver pela...* *Op. Cit.*, p. 167.

<sup>899</sup> *A Luta*, 25 de Agosto de 1975.

<sup>900</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

duas viaturas ligeiras com milicianos prontos a ripostar às tentativas de barragem dos furgões de distribuição”<sup>901</sup>.

Acautelando possíveis danos não só à equipa do jornal, mas também aos seus valores físicos, os jornalistas apressam-se a tomar algumas precauções. Começam por levar “para casa as máquinas de escrever, temendo que num assalto noturno fossem roubadas”. Porém, pouco depois, avançam para uma solução mais ambiciosa:

“Álvaro Guerra alertou para um facto óbvio: as máquinas de escrever seriam o menos, muito pior seria a destruição de todo o recheio do prédio ou o próprio prédio por meio de fogo posto. Foi assim que ao terceiro dia começou a vigorar uma «escala de segurança» integrando sete jornalistas selecionados entre os que se consideravam mais libertos de compromissos familiares e tivessem cumprido o serviço militar (...)”<sup>902</sup>.

Momentos mais tensos que estavam longe de abalar a coesão da redacção, segundo os testemunhos que conseguimos recolher. Todavia, quando estes episódios ocorriam não deixavam de prejudicar, nomeadamente atrasando, os trabalhos em curso no jornal.

Apresentada que estava, desde o início, a linha editorial que *A Luta* pretendia seguir, as suas fontes privilegiadas acabariam, invariavelmente, por reflectir isso mesmo. Desde logo – e a mais óbvia – o PS. João Grego Esteve é taxativo a este respeito, dizendo que “havia uma predominância no sentido global, do universo PS”<sup>903</sup>.

As fontes relacionadas com o partido constituíam, de facto, uma peça relevante no quotidiano da redacção d’*A Luta*, já que muitos dos contactos e informações que obtinham em primeira mão vinham por essa via. “Nós através do Partido Socialista tínhamos todos os contactos políticos e tínhamos todas as informações (...), que vinham através dessas pessoas”, recorda João Gomes<sup>904</sup>. Ele próprio, inserido na estrutura do partido, tinha, naturalmente, muitas informações exclusivas. Quanto a outros partidos, nomeadamente os “de direita”, conta Grego Esteves: “eles próprios é que nos procuravam”<sup>905</sup>, dado que não encontravam espaço nem protagonismo em muitos dos outros jornais nacionais.

---

<sup>901</sup> Pedro Foyos, *O Caso do...* Op. Cit., p.186.

<sup>902</sup> *Idem.*, p.105.

<sup>903</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>904</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

<sup>905</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

A par das fontes partidárias, o jornal de Raul Rêgo tinha ainda contactos concretos com forças militares. Neste caso, diziam respeito a uma facção particular do MFA: o já referido Grupo dos Nove. Efectivamente, como recorda Francisco Belard, o “Grupo dos Nove foi fonte para *A Luta*, para o semanário *O Jornal*, foi fonte para o *Jornal Novo*... Eram jornais através dos quais o Grupo dos Nove actuava porque tinha lá pessoas que conhecia”<sup>906</sup>. No caso d’*A Luta*, uma dessas pessoas era o jornalista Álvaro Guerra, que “servia de ponte de ligação, porque era muito amigo do Melo Antunes. Era uma fonte de informação privilegiada”. Tratava-se, como já mencionámos, de um grupo de militares de esquerda, partidário da via da democracia representativa, tal como o jornal da Rua do Loreto. Por isso, João Grego Esteves não hesita em afirmar que “o Grupo dos Nove, e o que ele representava, foi uma referência permanente” para os jornalistas d’*A Luta*”<sup>907</sup>.

#### 5.4.4. As colunas de opinião e o núcleo de colaboradores

São três as colunas fixas de opinião d’*A Luta*. Os seus nomes, “Momento”, “Ponto Crítico” e “De vez em quando”. Sob a pena de jornalistas da “casa”, tratam-se, essencialmente, de textos escritos no “calor do momento” sobre os “assuntos do momento”. A política nacional domina as atenções dos cronistas, ainda que, não raras vezes, outras temáticas se sobreponham. Os autores dos textos, três nomes fortes do jornal: Raul Rêgo, Vítor Direito e Álvaro Guerra.

Sendo o director do jornal, é Raul Rêgo o autor dos editoriais diários. Chama-lhes “Momento”, o mesmo nome que havia dado aos editoriais que escrevera no *República*. “Não sei bem porquê. Comecei a escrevê-lo como um comentário à hora que passa e depois passou a ser o editorial”, recorda Rêgo em entrevista, décadas depois, a José Pedro Castanheira<sup>908</sup>. O tom era igual ao que utilizara no *República*. “Simples e, muitas vezes, coloquial”, “sem grandes construções literárias, o editorialista exprime-se com o recurso a inúmeras metáforas e comparações, expostas de um modo muito claro”<sup>909</sup>.

Com grande impacto nos círculos oposicionistas, os editoriais de Rêgo não eram poupados pela censura, que o obrigava a longas conversas telefónicas para “defender os

---

<sup>906</sup> Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.

<sup>907</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>908</sup> *Revista Expresso*, 9 de Fevereiro de 2002.

<sup>909</sup> Natália Neves dos Santos, *Raúl Rêgo, O Jornalista e o Político*. Macedo de Cavaleiros: Poética Edições, 2014, p. 150.

seus textos”. N’A *Luta*, naturalmente, esse problema já não se colocava. Os seus editoriais, porém, não deixaram de ter impacto junto dos leitores, até porque, “naquela altura, [o editorial] era um instrumento de combate decisivo”<sup>910</sup>.

De conteúdo político, destacamos, desde logo, textos que se enquadram em três temas caros ao jornal, ainda que por razões distintas. Em primeiro lugar, a defesa da via eleitoral:

“Só a vontade do povo conta e não há que iludi-la sob pena de estarmos a fazer divisionismo. A vontade do MFA e do governo não pode ser outras senão a do Povo. Este é quem mais ordena e nas únicas eleições realizadas votou, sem dúvida, pelo MFA de 25 de Abril de 1974 e não pela sua 5ª Divisão ou por outros grupos que o queiram manipular em proveito de um grupo apenas”<sup>911</sup>.

Depois, as críticas à acção de Vasco Gonçalves enquanto Primeiro-ministro:

“Durante mais de um ano o general Vasco Gonçalves esteve à frente do governo e não se pode dizer que o seu contributo tenha sido dos melhores. Conseguiu dividir a sociedade mais do que já estava e mostrou-se o servidor fiel apenas de um partido que nem sequer é dos que mereceu mais confiança ao povo nas eleições”<sup>912</sup>.

O terceiro, o apoio ao governo de Pinheiro de Azevedo;

“Impopular a obra que o VI governo tem de realizar? Com certeza; mas é obra de construção que alguns parecem apostados em comprometer com incêndios, acusações e desordens, o conjunto atizado pelo «verbalismo pseudo revolucionário de certa informação»”<sup>913</sup>.

Finalmente, refira-se que nem todos os editoriais d’A *Luta* tinham teor político e combativo. Outros temas surgiram nos textos de Raul Rêgo, como um de homenagem a Aquilino Ribeiro, quando passavam 90 anos do nascimento do escritor, considerado por Rêgo “um dos maiores da história literária portuguesa”<sup>914</sup>.

Quanto ao “Ponto Crítico” de Álvaro Guerra, também ele vinha do *República*, tendo sido então “inspirado na tradição do “billet” no jornalismo grande referência em

---

<sup>910</sup> Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.

<sup>911</sup> A *Luta*, 27 de Agosto de 1975.

<sup>912</sup> A *Luta*, 1 de Setembro de 1975.

<sup>913</sup> A *Luta*, 15 de Outubro de 1975.

<sup>914</sup> A *Luta*, 13 de Setembro de 1975.

Robert Escarpit (no *Monde*), essa breve anotação traduzia-se num animado esgrima, jogado nas entrelinhas, com vista a “driblar” o censor de serviço”, recorda Mário Mesquita<sup>915</sup>. N’*A Luta*, a fina ironia do jornalista e escritor mantém-se, assim como o recurso a analogias e metáforas. É, porém, o tom crítico – como o próprio título da coluna sugere – o aspecto mais saliente destes textos. Tal é notório, por exemplo, quando se refere à governação de Vasco Gonçalves:

“O V [governo] foi um pesadelo, transitório, de passagem, mas carregado de fantasmas e tão agarrado à cadeira como o defunto lente de Coimbra que só abalou quando, de podre, a cadeira cedeu. Tenho cá para mim que São Bento tem feitiço, assim como jazigo de família de onde só se sai ao fim de muito tempo, só ossos e pó, e já sem rasto de saudades”<sup>916</sup>.

Outro exemplo, ao referir-se ao clima de insegurança existente no país, Álvaro Guerra culpabiliza Costa Gomes, Carlos Fabião e Otelo:

“Se um militar chamado Costa Gomes é o chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, se um militar chamado Carlos Fabião é o chefe de Estado-Maior do Exército, se um militar chamado Otelo Saraiva de Carvalho é o comandante do COPCON, então têm o dever de garantir ao nosso povo a segurança, a tranquilidade, a paz, a justiça, de que ele carece para construir a sociedade socialista.

Porque não estão a garantir coisa nenhuma?”<sup>917</sup>.

O “Ponto Crítico” de Álvaro Guerra constituía, de facto, um importante espaço de opinião do jornal, em parte também devido à influência e reconhecimento atingidos pelo seu autor enquanto “homem de letras”, com obra publicada. Não era, pois, de estranhar que a sua coluna de opinião fosse vista “como se fosse um editorial”, ainda que substancialmente mais curto. “Aquele bilhete diário que o Álvaro Guerra fazia era um dos que tinha maior aceitação na opinião pública”, lembra João Gomes<sup>918</sup>.

Por fim, refira-se a terceira coluna, “De vez em quando”. Com textos maioritariamente escritos por Vítor Direito, algumas vezes surgem também assinados por Álvaro Guerra. Tratam-se de artigos curtos sobre situações ou acontecimentos da actualidade e que, dependendo do assunto, são mais críticos ou mais humorísticos (ou

---

<sup>915</sup> *Público*, 21 de Abril de 2002.

<sup>916</sup> *A Luta*, 26 de Agosto de 1975.

<sup>917</sup> *A Luta*, 11 de Outubro de 1975.

<sup>918</sup> Entrevista a João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.

uma mistura de ambos). Invariavelmente, um dos textos refere-se ao V Governo Provisório e, em concreto, à sua queda. Subjacente, a crítica à sua actuação:

“(…) Mas serve (apenas) para assinalar o princípio do fim do quinto governo provisório. Como as crianças quando fazem birra, ou como quem quer despachar-se para gozar, sem sobressaltos, a tranquilidade de domingo, o executivo alijou a sua carga. Acabou o 5º governo. Ora aqui está como termina o que nunca houve”<sup>919</sup>.

Outro texto refere-se a um tema mais surpreendente – a utilização da expressão “pá” – ainda que tendo como subjacente outra questão bem mais polémica, as críticas ao pluralismo da televisão portuguesa:

“Há quem ande por aí a dizer mal da nossa (?) televisão. Calúnias. Se outros méritos não tivesse, e muitos (não é verdade Sr. Cunhal?), bastava um para justificar, de todos os portugueses, um inequívoco (que de equívoco estamos fartos) preto de admiração. Esse mérito foi o de institucionalizar o «pá» na língua portuguesa. (...) Tendo em vista a presente conjuntura e atendendo ao esforço de divulgação da TV, proponho: Todo o português que não disser «pá» entre cada quatro palavras, deve ser considerado contra-revolucionário. Abaixo o burguesismo do bem falar português”<sup>920</sup>.

Três colunas de opinião (contando com o Editorial) que foram, muitas vezes, coincidentes nas suas tomadas de posição – crítica ao V Governo e apoio ao VI Governo Provisório, por exemplo – e que, fundamentalmente, reflectem também o posicionamento do próprio jornal (a que não é alheio, claro, o facto de serem escritos por três dos seus mais destacados jornalistas): uma vez mais a defesa da legitimidade democrática é defendida em muitos destes textos, directa ou indirectamente.

Relativamente às caricaturas do jornal, elaboradas por Rui Massano, estas eram publicadas todos os dias na capa e referiam-se ao assunto em destaque nessa edição e às principais figuras dos sectores político e militar. A 30 de Agosto os visados são Costa Gomes e Vasco Gonçalves, estando em causa a nomeação do segundo para Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. A ideia transmitida é a de uma postura servilista do Presidente da República relativamente a Vasco Gonçalves, algo que era sucessivamente aventado (e por muitos criticado) há algum tempo (figura 16).

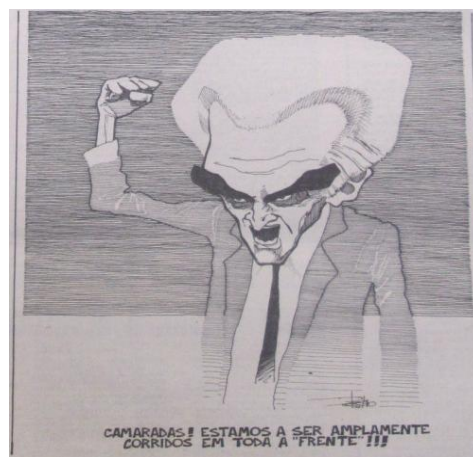
---

<sup>919</sup> A *Luta*, 8 de Setembro de 1975.

<sup>920</sup> A *Luta*, 27 de Agosto de 1975.



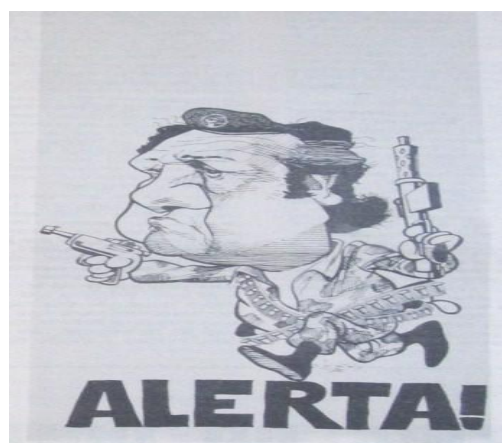
**Figura 16** – *A Luta*, 30 de Agosto de 1975.



**Figura 17** – *A Luta*, 2 de Setembro de 1975.

Já em Setembro, nas vésperas da tomada de posse de Pinheiro de Azevedo como Primeiro-ministro de um governo em que o PCP apenas conta com um ministro (seguindo os resultados das eleições à Assembleia Constituinte), é Álvaro Cunhal o caricaturado. A legenda dá precisamente conta da perda de protagonismo do seu partido, bem como da sua visível irritação: “Camarada! Estamos a ser amplamente corridos em toda a «frente»!!!” (Figura 17).

No início de Outubro, a notícia é a acusação do PS de que um “golpe de Estado contra revolucionário e anti-popular” tinha sido preparado por “grupos provocadores ultraminoritários de pseudo-esquerda”<sup>921</sup>. A respectiva caricatura é icónica: Mário Soares, armado, com fardamento militar e a palavra “alerta!” (figura 18).



**Figura 18** - *A Luta*, 2 de Outubro de 1975.

Muitos outros exemplos poderíamos apresentar de desenhos que figuraram nas manchetes d’*A Luta*. Porém, a ideia fundamental é, de facto, a de que, com estas caricaturas, o jornal acompanha algumas das questões mais polémicas destes últimos (e quentes) meses da revolução, colocando em evidência aspectos que, através da imagem humorística, se tornam mais expressivos, como contradições ou características pessoais.

<sup>921</sup> *A Luta*, 2 de Outubro de 1975.

As caricaturas apresentam-se, assim, como complementos – acrescentando interpretações – dos textos que contêm informação acerca do que é caricaturado.

Além dos jornalistas, que assinavam colunas regulares, há um nome que se destaca entre o núcleo de figuras que escreve textos de opinião n’*A Luta*. Trata-se de Natália Correia, cujos artigos surgem frequentemente no jornal. Com uma obra variada, onde se destaca a sua poesia, oposicionista à ditadura, figura polémica da sociedade portuguesa, colaborara em diversos órgãos de comunicação social, dos quais se destaca *A Capital*. N’*A Luta* debruça-se essencialmente sobre assuntos da actualidade político-militar. Colabora desde o primeiro número, onde assina um texto colocando uma questão algo polémica - “de quem é a revolução?” - à qual tenta responder, sendo particularmente crítica do momento que o processo revolucionário atravessava:

“(…) em princípio, devia ser do povo que não a fez, mas para quem foi feita. (...) Desencadear um processo revolucionário cuja velocidade o povo não pode seguir, prova, ao contrário, que a revolução está a ser feita para uns poucos, que lhe imprimem esse ritmo vertiginoso”<sup>922</sup>.

Dias depois, as críticas são dirigidas a Vasco Gonçalves. Numa altura em que já era certa a sua substituição enquanto primeiro-ministro, a escritora não poupa nas farpas que lhe lança, considerando-o mesmo “patético”, ainda que admita que se personalizou demasiado os problemas na sua figura: “É certo que o patético primeiro-ministro se prestou a protagonizar a defesa de todos os falhanços e situações e sinistras maquinações que haveriam de arrastar a revolução pelas ruas da amargura e da ira populares”<sup>923</sup>.

Todavia, o futuro era bastante incerto e motivo de preocupação, nas palavras de Natália Correia. É que, se a “falta de talento histórico” era notória, “a sua substituição pode colocar na ribalta – interprete mais talentoso e, por isso mesmo, mais perigosamente eficaz em escudar o núcleo corruptor da revolução”<sup>924</sup>. Prosseguindo o tom crítico que perpassa a grande maioria dos seus artigos, Natália Correia volta a referir-se à facção Gonçalvista do MFA. Aos militares que a integram, dirige palavras duras, considerando-os responsáveis pelo rumo que a revolução tomava e no qual a cronista, de todo, não se revia. O que sucedeu – descreve – foi que “distribuiu-se pelo poder em Jesuínos, Ramiros, Judas e Coutinhos e outras atracções da maneira mais

---

<sup>922</sup> *A Luta*, 25 de Agosto de 1975.

<sup>923</sup> *A Luta*, 1 de Setembro de 1975.

<sup>924</sup> *Idem*.



rápida de estragar uma revolução”<sup>925</sup>. Natália referia-se em concreto ao Ministro da Comunicação Social Correia Jesuino, ao responsável pela 5ª Divisão do EMGFA Ramiro Correia, ao Tenente da Armada Miguel Judas e a Rosa Coutinho, conselheiro da revolução. Porém, existe, na Armada, um nome que a cronista destaca positivamente e que se afigura como uma excepção entre os militares de um ramo que é visto de forma tão negativa pela escritora. Trata-se de Vítor Crespo, alto comissário em Moçambique, “cuja habilidade e idoneidade políticas foram marcadamente construtivas na fase mais aguda da descolonização de Moçambique”<sup>926</sup>.

Em síntese, nos textos de Natália Correia é revelada uma certa desilusão relativamente ao rumo que a revolução tomara e, sobretudo, quanto à acção de alguns militares que estiveram no poder – sendo o melhor exemplo disso Vasco Gonçalves. Esta conclusão pode ser retirada de textos em que Natália se refere a acontecimentos ou figuras militares concretas, como os que referimos, mas também de outros, como quando aborda a forma de resolução, pelos órgãos de poder, dos problemas dos arquipélagos da Madeira e Açores<sup>927</sup>. Um outro exemplo, a polémica que envolveu Vera Lagoa e Costa Gomes, nas páginas do *Tempo*, que já descrevemos. Sobre o assunto, escreve Natália: “Só a Vera Lagoa não pode embirrar com as lentes fumadas da Presidência. Só a Vera Lagoa é escolhida para exemplificar a inauguração de uma autoridade que, com tal arranque, provoca o riso”<sup>928</sup>.

Todavia, Natália Correia não deixa também de revelar alguns sinais de esperança, nomeadamente sobre a actuação do VI Governo Provisório:

“No momento em que ao VI governo cabe a última alternativa de uma via democrática para o socialismo, compete-lhe a grande responsabilidade de fechar a goela que se apresta para engolir a revolução. Fechá-la é a missão histórica do sexto governo”<sup>929</sup>.

Uma vez mais, o binómio V/VI Governos Provisórios é um dos temas fortes dos textos de carácter opinativo. Ainda que não tão frequentemente como Natália Correia, outros escrevem artigos de opinião n’*A Luta*. No período em que analisamos o jornal, por vezes, algumas dessas figuras apenas escrevem uma vez. O Partido Socialista domina, com alguns destacados militantes a assinarem textos, casos de Manuel Alegre,

---

<sup>925</sup> *A Luta*, 23 de Setembro de 1975.

<sup>926</sup> *Idem*.

<sup>927</sup> *A Luta*, 15 de Setembro de 1975.

<sup>928</sup> *A Luta*, 29 de Setembro de 1975.

<sup>929</sup> *Idem*.

Salgado Zenha, Marcelo Curto, Mário Sottomayor Cardia ou Vasco da Gama Fernandes. Outros, de áreas diversas – que vão da Literatura à História, passando pelo Jornalismo e pela Filosofia – comentam igualmente a actualidade nacional (e outros temas, naturalmente relacionados com as respectivas áreas de especialização). Fernando Namora, Eduardo Lourenço, Oliveira Marques ou Norberto Lopes, entre outros, são alguns desses nomes.

Para a associação de muitos destes nomes ao jornal, terá contribuído em muito a acção do líder do Partido Socialista. Pedro Foyos dá conta disso mesmo, dizendo que Mário Soares teve “um papel de influente propagandista do novo jornal, incentivando as maiores figuras da cultura e do jornalismo a escreverem nas suas páginas”<sup>930</sup>. No que diz respeito aos políticos, verificam-se, tendo em conta as suas ligações partidárias, vários textos críticos relativos aos sectores e partidos à esquerda do Partido Socialista e do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Apenas três exemplos: textos de Manuel Alegre, Sottomayor Cardia e de Marcelo Rebelo de Sousa.

A 10 de Setembro, Manuel Alegre publica um artigo arrasador para o PCP e para Vasco Gonçalves, considerando-os sectários, vanguardistas e acusando-os de conspirarem contra a democracia:

“A nossa revolução está doente. Está doente de sectarismo e vanguardismo têm sido as doenças mortais de todas as revoluções. A versão portuguesa desta doença é o cunhalismo-gonçalvismo. (...) o PCP, a 5ª Divisão, Vasco Gonçalves e seus apêndices têm vindo a transformar a revolução de Abril numa conspiração permanente contra a democracia”<sup>931</sup>.

Mais de um mês depois, o deputado socialista Sottomayor Cardia insiste nas críticas ao Gonçalvismo, numa altura em que o VI Governo Provisório já tomara posse. Coloca, portanto, a tónica nas expectativas criadas quanto ao novo Executivo e, sobretudo, naquilo que considera representar por contraste com os governos de Vasco Gonçalves, isto é, a garantia de um futuro democrático para o país:

“O VI governo representa a legitimidade revolucionária do 25 de Abril de 1974 e a legitimidade democrática do 25 de Abril de 1975. O VI governo tem a possibilidade de salvar a democracia e a liberdade. (...) O

---

<sup>930</sup> Pedro Foyos, *O Caso do... Op. Cit.*, p.104.

<sup>931</sup> *A Luta*, 10 de Setembro de 1975.

MFA gonçalvista desprestigiou-se pela demagogia que desencadeou e pelos atropelos que praticou”<sup>932</sup>.

Finalmente, uma voz de outro espectro político, Marcelo Rebelo de Sousa, do PPD, mas que se manifesta também em oposição ao PCP e em defesa do VI governo:

“A obstinação do PCP em querer paralisar ou dificultar a acção governativa, com o argumento de discutir a sua actual composição, só pode suscitar a incompreensão e a reprovação claras de todos os que apostam na democracia e no socialismo em Portugal”<sup>933</sup>.

Ainda que nem todos os textos de opinião convirjam nas críticas às forças político-militares já referidas – casos, por exemplo, dos textos de Eduardo Lourenço sobre o filósofo José Marinho<sup>934</sup> e de José Magalhães Godinho acerca do antifascista Luciano Barata<sup>935</sup> - a verdade é que, efectivamente, essa é a tendência dominante, sendo que, conjuntamente com outro tipo de artigos (informativos), estes textos são mais uma peça que nos ajuda a entender/confirmar a linha editorial d’*A Luta*, ou não fossem eles escritos por, maioritariamente, figuras próximas (e, em alguns casos, militantes) do Partido Socialista.

#### **5.4.5. As polémicas e os temas em destaque**

No mês de Outubro três polémicas envolvem *A Luta*, dando origem a múltiplas e fortes críticas em trocas de comunicados, que são publicados no periódico. A primeira acontece no início do mês, com um texto enviado pelo COPCON à redacção d’*A Luta*. No essencial, aquele organismo militar acusa o jornal de apoiar uma “campanha de alarmismo demagógico e divisionista” do PS, “fazendo graves acusações a militares do COPCON, com especial relevo para os do RALIS”<sup>936</sup>.

Refira-se que o Regimento de Artilharia Militar de Lisboa era uma unidade pertencente ao COPCON, atacada durante a tentativa de golpe de *11 de Março* (quando ainda tinha a designação de Regimento de Artilharia Ligeira), tendo como segundo comandante o major Diniz de Almeida, que ganha grande protagonismo nesse contexto.

---

<sup>932</sup> *A Luta*, 25 de Outubro de 1975.

<sup>933</sup> *A Luta*, 24 de Outubro de 1975.

<sup>934</sup> *A Luta*, 3 de Setembro de 1975.

<sup>935</sup> *A Luta*, 10 de Outubro de 1975.

<sup>936</sup> *A Luta*, 4 de Outubro de 1975.

Desde logo, por aparecer como um militar corajoso que defende a sua unidade, mas também porque, na célebre «Assembleia Selvagem» do MFA, é um dos promotores da alegada proposta de fuzilamento dos militares implicados no *11 de Março*. A partir de então, o RALIS, sob o seu comando, “transforma-se num palco privilegiado de acontecimentos voltados para a consolidação do projecto revolucionário”<sup>937</sup>.

Regressando à polémica que envolvera *A Luta*, estava em causa uma notícia – intitulada “Armas Pesadas reforçam o «arsenal público»” – que dava conta de que armas do RALIS estariam a ser distribuídas a elementos civis, algo que, segundo o jornal, não era inédito, gerando “intranquilidade” na “opinião pública”<sup>938</sup>. De facto, no mês anterior, o desvio de cerca de mil espingardas G3 do Depósito Geral de Material de Guerra, de Beirolas, já havia sido denunciado pela imprensa, originando grande celeuma<sup>939</sup>. Para tal, não terão sido alheias as palavras de Otelo Saraiva de Carvalho, dias depois: “Sei pelo menos que as armas se encontram à esquerda e isso é uma satisfação muito grande. Se elas se encontrassem à direita, é que era perigoso. Como se encontram à esquerda, para mim estão em boas mãos”<sup>940</sup>.

Esta nova notícia envolvendo a questão das armas, reacenderia a polémica. Confrontado com o comunicado do COPCON, o jornal não recua. Na verdade, reforça o seu posicionamento, defendendo as informações que divulgara:

“*A Luta* não tem que fazer qualquer autocrítica sobre as notícias que publicou acerca de disciplina e desvios de armas. Pelo contrário, mantém a sua posição e não altera uma vírgula ao que sobre estes assuntos publicou. São, aliás, os próprios factos que se encarregam, quase diariamente, de confirmar (...)”<sup>941</sup>.

A reforçar a posição do jornal, uma caricatura publicada junto do texto (figura 19), em manchete, ridicularizando a atitude do Comandante do COPCON e dando conta do seu tenso relacionamento com alguns órgãos de imprensa, como *A Luta* e o *Jornal Novo*.

---

<sup>937</sup> Cesário Borga, “Almeida, Eduardo Diniz de”. In *Dicionário de História... Op. Cit.*, Vol. 1., p. 108.

<sup>938</sup> *A Luta*, 1 de Outubro de 1975. No mês de Setembro várias notícias publicadas n’*A Luta* já se referiam a este assunto.

<sup>939</sup> *Jornal de Notícias*, 21 de Setembro de 1975.

<sup>940</sup> *Diário Popular*, 26 de Setembro de 1975.

<sup>941</sup> *A Luta*, 4 de Outubro de 1975.



**Figura 19** – *A Luta*, 4 de Outubro de 1975.

Dias depois, um novo esclarecimento do Comando de Oteló era enviado à redacção d'*A Luta*. Visando uma notícia igualmente relacionada com o RALIS, o COPCON insiste na crítica de partidarismo dirigida ao jornal, que – acusa – visa “orientar a opinião pública numa perspectiva conveniente para a força política que o jornal representa, mesmo que se afirme independente”. A resposta d'*A Luta* é publicada de imediato e, naturalmente, vai no sentido oposto, defendendo-se: “o que acontece, porém, é que o nosso jornal publica com frequência notícias que certas forças políticas gostariam de ocultar”<sup>942</sup>.

Ainda relacionado com o RALIS, uma outra discussão tem início com a edição d'*A Luta* de 22 de Outubro. Depois de publicar uma entrevista a três soldados, não identificados, do RALIS, o ambiente – dentro e fora do Regimento de Artilharia – adensa-se. Perante afirmações como “à volta do RALIS giram, no dizer do cidadão comum, todos os golpes possíveis, a favor ou contra”, ou “há quem lhe chame o Regimento Vermelho”, o quartel do RALIS, reunido em plenário, não poupa nas críticas ao jornal. Desde logo, a “autenticidade da entrevista foi contestada vigorosamente pelos militares do RALIS e o jornal *A Luta* acusado de fascista e contra revolucionário”. Por isso, os militares decidem repudiar a notícia considerada “porca, mentirosa e cobarde manobra para atacar o RALIS” e exigir a presença no quartel do Regimento do jornalista que realizou a entrevista para identificar os soldados entrevistados. Como vinha sendo hábito, as ligações do jornal ao PS são também pejorativamente referidas<sup>943</sup>.

Tomando conhecimento, através da imprensa, do que se passava no plenário dos militares, *A Luta* não deixa de publicar, em primeira página, uma resposta a Diniz de

<sup>942</sup> *A Luta*, 17 de Outubro de 1975.

<sup>943</sup> *Diário de Lisboa*, 25 de Outubro de 1975.

Almeida, segundo Comandante do RALIS, que, à semelhança de Otelo, é caricaturado pelo jornal (figura 20).



**Figura 20** – *A Luta*, 25 de Outubro de 1975.

Em primeiro lugar, o jornal devolve “as injúrias, insultos e calúnias”, de que diz ter sido alvo. Depois, quanto à presença do jornalista no quartel para identificar os militares que entrevistou, a resposta é taxativa: trata-se de “um convite à denúncia pidesca. E, entre nós, não trabalham denunciantes”<sup>944</sup>. De resto, a própria Lei de Imprensa garantia já a não obrigatoriedade de os jornalistas revelarem as suas fontes de informação<sup>945</sup>.

Finalmente, retorquindo as críticas feitas a Mário Soares no plenário dos militares, *A Luta* dirige-se directamente a Diniz de Almeida, desvalorizando, por completo, o seu percurso e atitude antes e depois da Revolução por contraponto ao do líder socialista: “O pseudo-revolucionarismo recente do major Diniz de Almeida, apoiado em primária demagogia, nunca lhe custou a deportação e o exílio por anticolonialismo e combate pela libertação do nosso povo, preço pago pelo dr. Mário Soares (...)”<sup>946</sup>.

Porém, se é verdade que a tensão existente com o COPCON, o RALIS, Otelo ou Diniz de Almeida se situa também no plano dos confrontos entre forças ideologicamente opostas (neste caso, à linha editorial do jornal), uma outra situação “delicada” relaciona-se com uma figura, curiosamente, apoiada e elogiada pelo periódico. Trata-se do Primeiro-ministro do VI governo, que, num comunicado, tece várias acusações, entre elas a de que *A Luta* “não serve a verdade e contribui para a desestabilização da situação política e militar”, o que “não ajuda a Revolução”. O

---

<sup>944</sup> *A Luta*, 25 de Outubro de 1975.

<sup>945</sup> Decreto de Lei N.º 85-C/75 de 26 de Fevereiro de 1975, Artº 5º, Alínea 4): “Os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, não podendo o seu silêncio sofrer qualquer sanção directa ou indirecta. Os directores e as empresas não poderão revelar tais fontes, quando delas tiverem conhecimento.”

<sup>946</sup> *A Luta*, 25 de Outubro de 1975.

motivo da discórdia continua a ser as declarações relativas ao RALIS e, neste caso, de que Pinheiro de Azevedo teria provas do seu envolvimento na suposta tentativa de golpe de 1 de Outubro (divulgada pelo PS), o que o próprio desmente categoricamente.

A *Luta* defende-se, dizendo que, antes dessa informação, a notícia referia “o Partido Socialista assegura”, pelo que essa declaração era atribuída ao PS e não ao jornal. Não passa, então, de um mal entendido ou, como diz o próprio periódico, de má leitura: “Quem é que afirma? A *Luta* apenas relata, como é seu dever; o gabinete do primeiro-ministro é que não soube ler e atirou para público com um comunicado, além de precipitado, injusto”<sup>947</sup>.

Em suma, efectivamente, era inegável a tensão existente entre o grupo de militares ligado ao COPCON e o jornal de Raul Rêgo. Ideologicamente em campos opostos, o braço de ferro entre ambos parecia não quebrar. Num momento particularmente complexo do processo revolucionário, em que se vivia “uma verdadeira psicose golpista que se arrastará em sucessivas manobras de contra-informação até ao 25 de Novembro”<sup>948</sup>, A *Luta* insere-se claramente nessa tendência, sendo estes episódios descritos – o conteúdo das notícias, as reacções e polémicas - exemplificativos a esse respeito. O jornal entrara no jogo político, tomando partido.

Ainda que, como já tivemos oportunidade de observar, estejamos perante um jornal que aposta, sobretudo, na temática da política nacional – a par dos acontecimentos políticos diários, destaque-se o grande relevo conferido aos trabalhos da Assembleia Constituinte, com o acompanhamento diário das principais discussões, decisões e polémicas, através dos repórteres parlamentares Eduardo Paz Ferreira, Fernando Dacosta e Martinho de Castro – sendo um diário, muitos outros assuntos acabam por ser noticiados. Com menos protagonismo, é certo, mas, ainda assim, com espaço frequente nas suas páginas.

Destacamos dois, de entre os vários possíveis, em grande medida porque nos permitem observar a abrangência das notícias sobre áreas diversas incluídas nestes temas: desporto e cultura. Quanto ao primeiro, logo no número inaugural d’A *Luta*, os jornalistas que integram a secção – Manuel Arons de Carvalho e Ilídio Trindade – explicam os seus objectivos. Numa tentativa de contrariar aquela que tinha sido a tendência do Estado Novo quanto ao desporto, em que se procurara “instituir-se como uma dimensão da educação nacional”, um “meio de educação do corpo, mas também do

---

<sup>947</sup> A *Luta*, 6 de Outubro de 1975.

<sup>948</sup> Maria Inácia Rezola, *Os Militares na... Op. Cit.*, p. 425.

espírito do cidadão”<sup>949</sup>, os dois jornalistas d’*A Luta* prometem tratar “de uma forma crítica, aberta e participativa, tudo quanto conduza à criação de um novo desporto dirigido progressivamente a mais vastas camadas de população”<sup>950</sup>.

O dia-a-dia do mundo desportivo português (e, em menor escala, internacional) é, então, acompanhado pelo periódico, que, não obstante o relevo conferido ao futebol, destaca muitas outras modalidades. Desde a natação – com a notícia de 48 recordes nacionais haviam sido atingidos nos campeonatos de Portugal, antevendo-se uma boa representação nos Jogos Olímpicos<sup>951</sup> - às novidades do novo programa escolar relativamente à educação física<sup>952</sup>, até ao hipismo, sobre o qual é entrevistado o Presidente da Federação Equestre Portuguesa, Jorge Matias, num texto intitulado “Hipismo: um desporto burguês?”<sup>953</sup>.

Muitas outras modalidades ou, simplesmente, questões relacionadas com a prática de actividade física vão sendo abordadas ao longo dos meses, sendo óbvio o esforço do periódico em afirmar os objectivos propostos de chegar a cada vez mais leitores, neste caso aos adeptos dos diferentes desportos.

No que respeita à área cultural - ou, mais concretamente, à secção “Cultura/Espectáculos”, composta pelos jornalistas Álvaro Guerra e Francisco Belard – o mesmo lema: temas diversificados e múltiplas abordagens: anúncios de eventos culturais, críticas, notícias de acontecimentos ou de figuras da área, entrevistas, etc. Destaque-se, todavia, alguns artigos, dadas as suas particularidades. Um texto de José Martins Garcia, escritor, professor de literatura e crítico literário (no *República*, por exemplo), que arrasa o panorama cultural português, considerando-o vítima de um “assalto” inserido numa “cruzada ideológica”. As críticas têm um destinatário, que é identificado, sem rodeios, o Partido Comunista:

“Os intelectuais que têm protestado contra o carácter manipulado da Informação parecem não ter prestado a devida atenção à maneira como elementos pécêpistas e satélites se introduziram mesmo em órgãos não totalmente controlados pelo PC. Da RTP à revista artística e literária, até às secções culturais de publicações «independentes», a informação cultural move-se obedecendo a uma camarilha orquestrada no sentido de valorizar a mediocridade (...)”<sup>954</sup>.

---

<sup>949</sup> José Neves e Nuno Domingos, “Desporto”. In *Dicionário de História...* Op. Cit., p. 136.

<sup>950</sup> *A Luta*, 25 de Agosto de 1975.

<sup>951</sup> *A Luta*, 26 de Agosto de 1975.

<sup>952</sup> *A Luta*, 1 de Outubro de 1975.

<sup>953</sup> *A Luta*, 10 de Outubro de 1975.

<sup>954</sup> *A Luta*, 5 de Setembro de 1975.



Ou seja, mesmo fora da secção de política, onde tal é recorrente, encontramos artigos bastante críticos da actuação do PCP. A par de notícias sobre o Festival de Cinema da Figueira da Foz, dos concertos e bailados da Fundação Calouste Gulbenkian, da programação do Cascais Jazz, da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a Eugénio Montale, entre outros, algumas farpas vão sendo lançadas aos adversários políticos do jornal. Outro exemplo, sob forma diferente – uma entrevista – de crítica à política do PCP e acusação, velada, de marginalização daqueles que não eram militantes comunistas, são as declarações do actor Jacinto Ramos, entrevistado pel’*A Luta*: “se estivesse inscrito no PC o TNT [companhia Teatro do Nosso Tempo] teria tido subsídio”<sup>955</sup>.

Finalmente, refira-se a publicação de poemas inéditos de dois dos maiores poetas contemporâneos portugueses, com direito a chamada de capa: Miguel Torga<sup>956</sup> e Sophia de Mello Breyner<sup>957</sup>. No caso do primeiro, o seu poema – “Liberdade” – é acompanhado de uma mensagem do jornal: “significa para nós a solidariedade de um homem livre, um dos maiores escritores vivos e combatente do socialismo”<sup>958</sup>.

Por último, importa destacar o trabalho de outra secção do jornal, que leva aos leitores temas pouco explorados numa imprensa diária dominada pelos acontecimentos políticos do dia-a-dia. Trata-se da secção de Reportagem, composta por Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, mas em que também colaboram outros jornalistas. Por vezes em reportagens curtas, outras em series prolongadas por várias edições, dá-se conta de assuntos e problemas tão diversos como a falta de água em Lisboa, “uma cidade com sede” (título da reportagem publicada em duas edições)<sup>959</sup>, as alterações na campanha do tomate, que reflectem “a mudança política operada no país” (reportagem publicada em quatro edições)<sup>960</sup>, a situação dos moradores da quinta da Curraleira, “um dos grandes cancros da Capital-Lisboa, do Capitalismo-Portugal”<sup>961</sup> e aquilo a que chamam “reeducação de menores”, através de centros de acolhimento de jovens problemáticos (reportagem publicada em dois números)<sup>962</sup>, entre muitos outros temas.

Em suma, nem só de assuntos de “actualidade política” vivia *A Luta*. Outros temas, ainda que envolvendo também por vezes questões políticas, eram objecto de

---

<sup>955</sup> *A Luta*, 23 de Outubro de 1975.

<sup>956</sup> *A Luta*, 1 de Setembro de 1975.

<sup>957</sup> *A Luta*, 3 de Setembro de 1975.

<sup>958</sup> *A Luta*, 1 de Setembro de 1975.

<sup>959</sup> *A Luta*, 30 de Agosto e 1 de Setembro de 1975.

<sup>960</sup> *A Luta*, 5, 6, 8 e 9 de Setembro de 1975.

<sup>961</sup> *A Luta*, 4 de Outubro de 1975.

<sup>962</sup> *A Luta*, 22 e 23 de Outubro de 1975.

tratamento jornalístico e, nestes casos, de investigações de maior profundidade relativamente às notícias do dia-a-dia, num esforço que nos parece que deve ser destacado, tratando-se de um jornal diário.

## 6. OS JORNAIS E O COMBATE POLÍTICO DE 1975

Neste capítulo trataremos da matéria jornalística em si, ou seja, do conteúdo dos jornais. Sendo um dos objectivos deste trabalho aferir – ou testar – a hipótese de que os títulos por nós estudados se inseriam numa corrente de mudança no tipo de jornalismo praticado durante a revolução assim como nas linhas políticas editoriais, torna-se imprescindível analisar os textos então publicados.

Efectivamente, um jornalista, ao elaborar um artigo, está constantemente a tomar opções e, portanto, existem limites à sua objectividade, “inerentes às dependências, aos ritmos e aos processos de produção jornalística, sujeitos a poderosos constrangimentos relacionados com o tempo e o espaço”<sup>963</sup>. Ao olharmos para as peças jornalísticas tentaremos ter em consideração estes e outros pressupostos, de modo a compreendermos as implicações (mais ou menos conscientes) que o discurso dos periódicos e as escolhas feitas pelos jornalistas poderão ter, nomeadamente quando decidem revelar uma determinada visão de um acontecimento, instituição ou figura em detrimento de outra ou dando-lhe mais relevo.

O discurso de um jornal não é, de facto, neutro. Desde logo, porque a “atribuição da importância ou relevância pode ter implicações ideológicas”<sup>964</sup>. Da mesma forma, as “escolhas estilísticas também têm implicações sociais e ideológicas claras, porque elas assinalam frequentemente as opiniões do repórter sobre os actores das notícias e os acontecimentos das notícias”<sup>965</sup>. Em suma, como observa José Rebelo, “o jornalista não é aquele sujeito exterior e distante, armado de uma independência, de uma neutralidade sem falha. Entre ele e o objecto da sua intervenção não há verdadeiro distanciamento. Nem espacial, nem temporal, nem cultural, nem sociológico”<sup>966</sup>.

Em 1975, o país e os jornais viviam e envolviam-se intensamente nos acontecimentos político-militares. Estes, por sua vez, desenrolavam-se a um ritmo alucinante. Reveste-se, pois, de uma enorme dificuldade fixar quais os eventos mais relevantes e tomar opções. A necessidade de procedermos a uma análise circunscrita no espaço e no tempo, obriga-nos, no entanto, a fazer uma selecção. Conscientes da sua subjectividade e de que outros eventos poderiam igualmente fazer parte do nosso

---

<sup>963</sup> Mário Mesquita, *O Quarto Equívoco... Op. Cit.*, p. 214.

<sup>964</sup> Teun A. Van Dijk, *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2005, p. 67.

<sup>965</sup> *Idem.*, *ibidem*, p. 68.

<sup>966</sup> José Rebelo, *O Discurso do Jornal – o como e o porquê*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 17.

estudo, optámos por seleccionar acontecimentos particularmente marcantes (com impacto a nível nacional), em que nos pareceu evidente o confronto entre forças político-militares, de modo a que os posicionamentos dos jornais pudessem estar em maior evidência. Assim, foram escolhidos os seguintes momentos:

- 1) O abandono do Partido Socialista do IV Governo Provisório e a queda do Executivo;
- 2) O Directório, o «Documento dos Nove» e a formação do V Governo Provisório;
- 3) O Discurso de Vasco Gonçalves em Almada, a Assembleia de Tancos e o VI Governo Provisório;

Note-se que entre os acontecimentos seleccionados nos três tópicos atrás referidos, vários outros decorreram, pelo que, sempre que se justificou, integrámos no nosso estudo artigos que se lhes referiam. Por outro lado, partindo da leitura de todas as peças jornalísticas que integraram as edições dos jornais nestes períodos, afigurou-se como necessário – desde logo devido à sua dimensão e aos objectivos deste trabalho – proceder a uma selecção das mais significativas (e representativas) e são essas que se integram neste texto.

Sublinhe-se também que, neste capítulo, não iremos proceder a análises da semântica, linguística ou a uma análise crítica do discurso jornalístico (ainda que conscientes do seu relevo), mais próprias das ciências da comunicação e da linguagem, mas, por outro lado, a uma leitura crítica e interpretativa dos acontecimentos. Contextualizando as notícias e os seus ângulos de abordagem, interessa-nos sobretudo compreender como estes jornais leem, criticam ou apoiam, dão relevo ou ignoram certos acontecimentos. Incluímos, portanto, editoriais (a visão do jornal), artigos opinativos (excepto as colunas fixas cuja análise se encontra no capítulo sobre a criação e características dos jornais) e artigos informativos, tendo embora consciência dos cruzamentos entre os vários géneros jornalísticos, nem sempre fáceis de determinar.

Crendo que, “através do discurso, as ideologias podem ser explicitadas em parte, e assim transmitidas, normalizadas ou legitimadas”<sup>967</sup>, tomamos como referência a ideia de jornais enquanto “actores políticos”, utilizada, por exemplo, por João Figueira num

---

<sup>967</sup> Teun A. Van Djick, *Discurso, Notícia... Op. Cit.*, p. 114.

estudo sobre um universo temporal idêntico ao nosso, a partir de Héctor Borrat<sup>968</sup>. “O âmbito de actuação” dos jornais, defende Borrat, é o da “influência, não o da conquista do poder institucional ou da permanência nele”. Neste sentido, um periódico “influi sobre o governo, mas também sobre os partidos políticos, os grupos de interesse, os movimentos sociais e a sua audiência”<sup>969</sup>. Segundo Figueira, ao analisarmos o papel dos jornais como actores políticos, “estamos a dizer que eles defendiam e prosseguiram objectivos políticos precisos e que a linha editorial de cada órgão de comunicação social visava servir de suporte a essa mesma finalidade”<sup>970</sup>.

Será que os quatro periódicos que estudamos seguiam objectivos políticos? Se sim, quais? Foi o “combate ao «gonçalvismo»”, como defende Mário Mesquita<sup>971</sup>, uma linha comum entre eles? Ou foi simplesmente Vasco Gonçalves o principal alvo dos jornais? Que futuro político defendiam para Portugal? Que particularidades existiam entre os quatro jornais? Para estas e a outras questões tentaremos encontrar respostas nas páginas que se seguem.

### **6.1. Do abandono do PS do IV Governo Provisório à queda do Executivo**

Após a vitória nas eleições para a Assembleia Constituinte, o Partido Socialista ganhara uma legitimidade democrática incontornável. A partir de então, este argumento é amplamente explorado pelo partido na nova realidade político-militar que emergia. O PS fará valer “na rua a força revelada no plano eleitoral”, já que “se sentia legitimado para desempenhar um papel determinante na defesa de uma via democrático-pluralista contra a hegemonização da revolução por uma aliança entre o MFA e o Partido Comunista”<sup>972</sup>.

Os incidentes no comício do 1º de Maio, com o PS a acusar a Intersindical de ter vedado o acesso à tribuna a Mário Soares, Salgado Zenha e Marcelo Curto, e a organização sindical – apoiada por partidos como o PCP, MDP/CDE, MES e FSP - a afirmar que os socialistas criaram um ambiente de tensão no evento, tornam evidentes

---

<sup>968</sup> Héctor Borrat, *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.

<sup>969</sup> Héctor Borrat, “El periódico, actor del sistema político”, in *Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura*. Barcelona: UAB, 1989, p. 67.

<sup>970</sup> João Figueira, *Os Jornais como...* *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>971</sup> Mário Mesquita, “Os Meios de...”, *Op. Cit.*, p. 379.

<sup>972</sup> António Reis, “O Partido Socialista e a defesa da democracia representativa pluralista”. In *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Coord. Fernando Rosas, pp. 49-61. Lisboa: Colibri, 1999, p. 56.

as divergências entre as forças partidárias, abrindo caminho a uma onda de comunicados e tomadas de posição sobre o acontecimento e respectivos desenvolvimentos<sup>973</sup>.

Os episódios multiplicam-se e os confrontos entre as várias forças em presença ganham outras proporções. A este respeito, o conflito que envolve o jornal *República*, a partir de 19 de Maio, é emblemático. Já nos referimos a este caso neste trabalho, porém importa sublinhar novamente, que, independentemente das interpretações quanto à sua origem e desenrolar – isto é, se se tratara de um conflito laboral ou político ou, porventura, com contornos de ambos – este é mais um acontecimento que vai opor socialistas e comunistas (e outras forças políticas e militares, mas com menor protagonismo) naquela que era uma luta mais vasta pela defesa dos respectivos projectos para o futuro do país. Para António Reis, não restavam dúvidas, “o caso *República* será a gota que faz transbordar o vaso”<sup>974</sup>.

Outro aspecto deve, porém, ser destacado – a aprovação, pelo CR, do «Documento-Guia de Aliança Povo-MFA», a 8 de Julho. Um projecto que, “excluindo a participação das forças político-partidárias e sindicais, propõe a constituição de uma vanguarda militar para promover a constituição de organizações populares”. Ao visar, “em última análise, a «instauração do poder popular»”<sup>975</sup>, rejeitava a via da democracia representativa, ignorando o papel e poderes da Assembleia Constituinte, cujos trabalhos já haviam iniciado.

De acordo com António José Telo, com a aprovação do Documento Guia, ficava expressa a “visão do sector da extrema-esquerda militar, a que se une tacticamente na altura uma grande parte dos gonçalvistas”<sup>976</sup>. Por outro lado, o PS manifesta-se, desde logo, liminarmente contra o preconizado no Documento, considerando que tinha uma “clara inspiração no PCP”<sup>977</sup>. Também o PPD e o CDS revelam a sua oposição. Algo era, porém, inegável: a radicalização de posições, entre as acusações mútuas de PS e PCP, o desenvolvimento dos casos *República* e Renascença, o Documento Guia e outros acontecimentos. No seio do MFA era também evidente a “quebra da unidade” e a divisão em “facções que se irão digladiar entre si”<sup>978</sup>.

---

<sup>973</sup> Sobre este assunto, veja-se, por exemplo, Maria Inácia Rezola, *Os Militares como... Op. Cit.*, pp. 193-203.

<sup>974</sup> António Reis, “O Partido Socialista...”, *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>975</sup> Maria Inácia Rezola, *Os Militares como... Op. Cit.*, p. 275 e 276.

<sup>976</sup> António José Telo, *História Contemporânea... Op. Cit.*, p. 135.

<sup>977</sup> David Castaño, *Mário Soares e a Revolução*. Lisboa: Dom Quixote, 2013, p. 322.

<sup>978</sup> António Reis, “O Processo de...”, *Op. Cit.*, p. 31.

A sucessão de episódios e confrontos acabará por levar a um momento de ruptura na coligação governamental. A 10 de Julho, os ministros e secretários de Estado socialistas abandonam o Executivo, que acabará por cair. O principal motivo evocado fora o facto de não ter sido respeitada a decisão do CR de devolver o jornal *República* à sua direcção e redacção, tal como preceituado na Lei de Imprensa. A partir daí, sublinha David Castaño, “a realização de grandes comícios demonstrativos da força e capacidade de mobilização popular passaram a ser as prioridades de Mário Soares”, destacando-se o comício realizado na Alameda D. Afonso Henriques, a 19 de Julho<sup>979</sup>. Também o Partido Comunista e outras forças partidárias (e não só) desenvolvem uma ampla mobilização.

Tendo em conta este contexto, variadíssimas questões podem ser colocadas quanto à cobertura mediática destes momentos. Apenas alguns exemplos: Como foi noticiada a demissão dos socialistas do IV governo? Qual o enquadramento das motivações e conflitos que rodearam esta atitude? O confronto entre legitimidade revolucionária e legalidade democrática foi abordado? Como? E como são referidos partidos, instituições e figuras neste momento de crise?

A 10 de Julho, o *Jornal Novo* dedica a sua capa à Assembleia do MFA, que se realizara na véspera e na qual fora aprovado – entre outros – o já mencionado Documento Guia. Como primeira chamada de capa, um texto de opinião de Isabel do Carmo, secretária-geral do PRP-BR. Muito embora saliente alguns pontos de discórdia em relação ao documento, “um texto que vem de cima e não das bases”, o tom é, no essencial, de concordância com as propostas que ele encerra. Para Isabel do Carmo, o “projecto compreende o máximo de democracia interior, uma vez que se baseia num processo eleitoral de base”<sup>980</sup>. Ou seja, contava com o apoio do partido.

Afastando-se do tom do texto referido, António Mega Ferreira assina outro dos artigos com chamada de capa. O âmbito de abordagem é, de facto, diferente, acentuando sobretudo questões que poderá vir a suscitar de imediato ou motivos de tensão entre as várias facções político-militares. Segundo o jornalista, o documento “é, indubitavelmente, uma afirmação sem ambiguidades do que o MFA entende por revolução socialista”, ainda que a sua proposta pudesse “não ser o que muitas pessoas pretendiam que fosse a revolução”. A questão passava por um entendimento político, o que então parecia impossível, sobretudo quando, pouco depois, o PS abandona o

---

<sup>979</sup> David Castaño, *Mário Soares... Op. Cit.*, p. 324.

<sup>980</sup> *Jornal Novo*, 10 de Julho de 1975.

governo. Independentemente das críticas que suscita o documento, classificado pelo jornal como “importante”, “obrigará, necessariamente, a um reajustamento global do espectro político português”. Por outras palavras, “ele é, também, objectivamente, um repto à capacidade da coligação no poder”, escreve Mega Ferreira<sup>981</sup>. Apontando timidamente as fragilidades do documento, o *Jornal Novo* trata-o com algum “cuidado”, optando por perspectivá-lo em termos de consequências políticas a curto prazo e, sobretudo, de condições necessárias à sua viabilidade, em detrimento de críticas ou elogios declarados. Uma postura algo diferente à do semanário de Nuno Rocha, que é, no mesmo dia, distribuído pelos arduos.

O grande destaque da manchete do *Tempo* vai também para a Assembleia do MFA. Ao centro, uma fotografia de Vasco Gonçalves, o grande protagonista da reunião, segundo o periódico. A acompanhá-la, uma síntese do que fora debatido. Como vinha sendo habitual, o editorial, do lado esquerdo da capa, referia-se ao tema da actualidade e é nesse texto que o periódico revela, de forma mais clara, o seu posicionamento. Para o *Tempo* era evidente o “passo à esquerda” dado na Assembleia, tal como as “claras indicações de querer forçar a velocidade do processo revolucionário, levando-o o mais rapidamente possível para o socialismo”. E que socialismo seria esse? A resposta baseia-se na argumentação de “analistas atentos”: “o socialismo cubano”, onde se encontra o “primeiro «gérmem» do poder popular”. A base do esquema cubano era agora apontada como semelhante à aliança Povo-MFA, isto é, “o Partido no poder reforça, assim, a sua autoridade, tendo uma estrutura que faz subir da organização do povo as linhas dinamizadoras da força suprema”<sup>982</sup>.

Se dúvidas existissem quanto à posição do *Tempo* relativamente à proposta do Documento Guia, ela fica evidente no último parágrafo do editorial. A oposição é revelada de forma taxativa e tem como base fundamental a defesa da democracia representativa e da via eleitoral. Ao reduzir o papel dos partidos políticos e da Assembleia Constituinte, o projecto contrariava claramente aquela que era a posição assumida pelo jornal. Assim, não espanta a sua reacção:

“Estas medidas, se reforçam a caminhada para o socialismo – e agora para o socialismo popular – não são de molde a animar aqueles que se batem ainda pela democracia quando esta se propõe obter do povo o

---

<sup>981</sup> *Jornal Novo*, 10 de Julho de 1975.

<sup>982</sup> *Tempo*, 10 de Julho de 1975.



voto da sua vontade. Este aspecto preocupa legitimamente os democratas, quaisquer que sejam os partidos em que militam”<sup>983</sup>.

No dia seguinte, é a vez d’ *O Jornal* chegar às bancas, trazendo, como seria de esperar, novidades relativamente ao semanário de Nuno Rocha. Isto porque, na noite anterior, os socialistas anunciaram a decisão de abandonar o IV Governo Provisório. Esta passa a ser a notícia do dia.

“Governo sem PS continua (até ver). PPD pede audiência a Costa Gomes”. O título, que ocupava todas as colunas da capa, antevia aquilo que há muito se especulava – a iminente queda do Executivo. Com a saída dos ministros socialistas, aventava-se, na notícia, a hipótese de atitude igual por parte dos representantes do PPD. Subtilmente, o semanário assinalava o “pluralismo” como característica dos dois partidos, o que poderia ser entendido como uma crítica, por exemplo, ao PCP e a Vasco Gonçalves que são ignorados nesta parte do texto. Escreve o jornal: “é de admitir que o PPD possa acompanhar a atitude do outro partido governamental [PS] que mais proximamente à sua posição defende o pluralismo”.

É também feita referência à forma como a decisão do Partido Socialista é anunciada. Mário Soares obtém, neste contexto, grande protagonismo. Desde logo, porque é quem a anuncia, em primeira mão, num comício em Moscavide. A descrição feita pelo jornal afigura-se como favorável ao secretário-geral socialista, sublinhando, ainda que subtilmente, o seu carácter combativo. Falara “perante as centenas de pessoas que enchiam o pavilhão do Atlético Clube local”, num “tom emocional”, “com duras críticas ao PCP e ao MFA”, “apresentou uma panorâmica bastante pessimista da situação do país”. Os receptores da mensagem, os populares que assistiam ao comício, são referidos como “os privilegiados de Moscavide, que conheceram em primeira mão a decisão”. Uma menção declaradamente elogiosa e que deixava patente a importância histórica conferida à atitude dos socialistas, aqui na figura do seu líder.

Anunciadas no topo da capa do semanário, as explicações oficiais do Partido Socialista são apresentadas de forma integral, o que, só por si, é também significativo da relevância atribuída, até porque ambos os textos ocupam a quase totalidade de uma página do jornal. Assim, na página 32 (e última), publica-se o comunicado dos socialistas anunciando a saída do governo na sequência do já referido caso do jornal

---

<sup>983</sup> *Tempo*, 10 de Julho de 1975.

*República*, apresentando-se ainda um comunicado do Secretariado Nacional do Partido Socialista, lido na Assembleia Constituinte, pelo deputado Sottomayor Cardia.

Todavia, se o PS assume grande protagonismo nesta edição d'*O Jornal*, o seu editorial está longe de lhe ser favorável. Na verdade, o texto de opinião do periódico acaba por constituir uma ampla crítica partidária, lançando ainda farpas ao MFA (embora mais subtis). Isto porque a aprovação do Documento Guia é apresentada como consequência da actuação dos partidos políticos, que “tardaram em revelar-se autênticas vanguardas para largos sectores da população”, assim como “adoptam uma prática de decisões cupulistas, tantas vezes tomadas à revelia das bases militantes”. Quanto aos partidos que constituíam a coligação governamental, os comentários estão longe de ser elogiosos, sendo que o periódico opta por não mencionar nenhum partido em concreto. Entre as críticas, o facto de alimentarem “o processo de se digladiarem nos comícios em torno de questões que, quando em São Bento se sentaram para discutir à frente do Primeiro-Ministro, lhe mereceram total aprovação”. Na prática, escrevem, a sua actuação acabara por originar um “triste divórcio Governo-Povo”.

Perante a “inoperância dos partidos”, a solução encontrada com o Documento Guia afigura-se, assim, não como algo isento de análise e até de crítica, mas como um projecto que, apresentado como uma consequência do rumo da revolução, suscita algumas dúvidas:

“É evidente que a nova fórmula, se por um lado decapita a esperança de sociais-democracias, e torna obsoleta uma constituição que ainda nem sequer começou a ser discutida pelos recém-eleitos deputados, poderá resolver tudo, mas para já não resolve nada – e deixa em aberto algumas interrogações”<sup>984</sup>.

Em suma, um editorial marcado por uma certa inquietação, com críticas e questões lançadas em várias direcções - e sem elogios claros e vinculados – deixava patente também um posicionamento de certo modo ambíguo por parte d' *O Jornal* (ao contrário do que se verificou relativamente ao *Tempo*) perante a actualidade político-militar. Aguardava-se uma possível clarificação com o desenvolvimento destes acontecimentos.

No mesmo dia, o *Jornal Novo* divulga como motivos para a saída do PS do governo, a sua oposição ao Documento Guia e o caso *República*, avançando com

---

<sup>984</sup> *O Jornal*, 11 de Julho de 1975.

hipóteses sobre o futuro do governo. Desde logo, um “reajustamento do elenco governativo”, que poderia implicar o abandono do PPD, como se virá a confirmar. Todavia, salienta Diogo Pires Aurélio, autor do texto, haveria que encontrar uma nova linha política adaptada ao momento. É que ultrapassar a circunstância em que o governo se encontrava “sem ter previamente uma proposta que a substituíra, seria incompatível com os mais elementares princípios do realismo em política”. Por isso, pergunta: “onde está, no imediato, essa proposta?”.

Uma questão em aberto, já que a proposta em cima da mesa era, naquela altura, o Documento Guia, que estava longe de reunir consenso. Note-se que, apesar do destaque conferido ao PS, com fotografias de Mário Soares, Salgado Zenha (Ministro da Justiça), Jorge Campinos (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros) e de Pedro Coelho (Secretário de Estado de Emigração), o *Jornal Novo* revela também as posições tomadas pelos outros partidos (PPD, PRP-BR, FSP, MDP/CDE) perante a crise governativa. Em paralelo, era publicada uma entrevista ao comandante Ramiro Correia, cuja citação escolhida para título escolhida era, só por si, reveladora: “Queremos caminhar com o PS na construção do socialismo”. A primeira pergunta que lhe é dirigida contém logo, implicitamente, uma leitura dos acontecimentos: “considera que esta saída do PS do governo é uma coisa dramática?”<sup>985</sup>.

No dia seguinte, a imagem de Mário Soares sobressai no periódico de Portela Filho. É sua a principal fotografia de capa e, no interior, são suas as três fotografias que ilustram o texto relativo ao PS. Também em manchete, dois títulos referem o Partido Socialista, o grande tema do dia. O primeiro, focando-se na recente decisão de abandono do governo, recua até às eleições, lembrando os resultados obtidos pelo partido de Soares. Se “é verdade que os socialistas não representam ainda uma força suficientemente organizada”, também o é o facto de a sua “capacidade de mobilização” ter “vindo, porém, a crescer”.

Segundo Diogo Pires Aurélio, faltou analisar o contexto que propiciou os resultados eleitorais, isto é, por exemplo, os motivos que levaram os eleitores a preferirem o PS e não a vanguarda revolucionária, representada pelo PCP e outras forças. “A maior parte das análises feitas ao resultado da votação demonstra muito mais os preconceitos ideológicos dos analistas, do que os mecanismos variados que tinham levado a população a aderir em maioria ao partido de Mário Soares”, lê-se no artigo. De

---

<sup>985</sup> *Jornal Novo*, 11 de Julho de 1975.

certa forma, percebe-se a crítica feita pelo *Jornal Novo* a quem ainda desvalorizava o sentido dos votos da maioria dos eleitores nacionais e, sobretudo, os que continuaram a defender linhas políticas contrárias às que saíram, então, vitoriosas. Neste sentido, é inevitável a crítica ao Documento Guia, que claramente não recebe o apoio do periódico, tanto mais que não defendia propriamente a legitimidade conquistada por via eleitoral. Por isso, a “fractura verificada no âmbito das organizações”, não ocorreu, para o *Jornal Novo*, “quando o PS abandonou o governo, mas sim quando a Assembleia dos militares institucionalizou uma orgânica para o país, que se revela impossível com as coordenadas ideológicas e de actuação duma franja considerável das forças políticas até aqui intervenientes”<sup>986</sup>. Numa outra página, anunciava-se: “o PS vai apresentar um projecto de alternativa”. Poucas ou nenhuma informação sobre ele eram divulgadas, a não ser a hipótese de ser, efectivamente, uma alternativa ao Documento Guia. Era o jornal a tentar despertar a atenção e curiosidade dos leitores para as próximas edições e, simultaneamente, para um novo projecto que se presume estar mais próximo do que ele defendia para o futuro de Portugal.

Na sua edição seguinte, o editorial do *Jornal Novo* voltava a reforçar a sua posição de defensor das eleições e da democracia pluripartidária, lançando farpas a quem se opunha a esta visão. Neste caso, é Otelo Saraiva de Carvalho o alvo do momento. “As eleições não são tudo, general, mas foram o único momento em que estivemos – todos. E é de todos que trata, afinal, uma revolução democrática. Os partidos, general, são uma prática”, escreve Artur Portela Filho. De forma subtil, o jornal recusava a proposta dias antes aprovada em Assembleia do MFA, afirmando a necessidade de partidos políticos e da Assembleia Constituinte e, nessa medida, aproximando-se do PS e do PPD. “Não é possível, general, respeitar a futura Assembleia Legislativa e ter já, a longo prazo que seja, engatilhada, uma Assembleia Popular”, remata Portela Filho<sup>987</sup>.

Na edição da semana, a figura em destaque na manchete do *Tempo* é Mário Soares. Com direito a fotografia e introdução à entrevista que consta no interior, o título refere-se a uma das questões então mais mediatizadas – os boatos de golpes eminentes – desta vez apresentada com uma promessa tranquilizadora: “O Partido Socialista nunca dará pretextos para se fabricar qualquer espécie de intentona”. Na introdução à entrevista, o tom elogioso ao líder partidário é notório em frases como “o político que,

---

<sup>986</sup> *Jornal Novo*, 12 de Julho de 1975.

<sup>987</sup> *Jornal Novo*, 14 de Julho de 1975.

nesta fase, mais aglutina atenções não só dentro do País como no estrangeiro”. A relevância que lhe é conferida é ainda mais evidente: “as opiniões do secretário-geral do PS tinham que ser registadas e transmitidas aos leitores”. Finalmente, uma referência a outro aspecto que converge na imagem que é transmitida de um PS fortalecido, que se prende com a descrição de uma manifestação de apoio de populares. Com uma outra fotografia impactante que revela um evento muito participado, o texto não poderia ser mais explícito:

“ (...) foi-se avolumando o ruído dos manifestantes que, muito antes da hora marcada para o início da concentração partidária, já enchiam por completo toda a rua de S. Pedro de Alcântara e se podiam contar por umas quinze a vinte mil pessoas que gritavam «slogans» de apoio ao PS.

Por mais de uma vez, Mário Soares interrompeu a entrevista para, da janela, observar a euforia dos militantes do seu Partido”<sup>988</sup>.

Um segundo texto acrescenta que “até altas horas da noite, manteve manifestantes” junto do edifício do jornal *República*, referindo ainda: “A imagem dá uma ideia do Povo que se reuniu na rua de S. Pedro de Alcântara, vitoriando Mário Soares e gritando frases, entre as quais, a mais frequente era «o Povo não está com o MFA»”.

Note-se ainda que a citação escolhida para título da entrevista, no interior do jornal, tem precisamente a ver com uma questão amplamente defendida pelo *Tempo* – a importância do acto eleitoral (Soares afirmara: “não queremos chegar ao poder a não ser por via democrática”). Podemos dizer que, tanto este título, como o que consta da capa, parecem convergir no sentido de recusar a chamada “legitimidade revolucionária” ou atitudes mais radicalizadas ou extremas, como seja um golpe. Porventura, porque tanto o PS como o *Tempo* tinham o objectivo comum de arredar da opinião pública essas posições, defendendo um projecto político diferente para o país. Talvez não exactamente o mesmo, mas em que confluem em algumas das questões principais, sendo óbvia a da defesa da via eleitoral e a recusa de mais golpes de Estado.

Num outro artigo, onde se retoma a análise do Documento Guia, o *Tempo* acentua uma questão até agora não abordada. Trata-se do papel do Partido Comunista neste contexto, ou seja, se o caminho preconizado no documento seria ou não favorável a uma maior intervenção política do partido. Ainda que de uma forma algo ambígua, o

---

<sup>988</sup> *Tempo*, 17 de Julho de 1975.

jornal não exclui essa possibilidade, dando a entender a existência de movimentações nesse domínio:

“Há, no entanto, algumas dúvidas que têm que ser consideradas: uma delas é que esta ultrapassagem dos partidos vai contra a ideia leninista de ser o partido a comandar a Revolução, muito embora o PCP esteja muito bem colocado para inserir os seus militantes nesta nova estrutura”<sup>989</sup>.

Por outro lado, para que não restem dúvidas, o jornal acentua uma vez mais o facto de a solução apresentada no Documento Guia contrariar o percurso iniciado com as eleições para a Assembleia Constituinte:

“A situação, pois, é neste momento a seguinte: ao mesmo tempo que uma assembleia constituinte, eleita pelo Povo, por sufrágio universal, discute a nova Constituição Portuguesa, as Forças Armadas aprovam, na sua assembleia, um tipo de democracia popular sob controlo militar (...)”<sup>990</sup>.

Se, como vimos, Mário Soares tem amplo destaque nesta edição do semanário devido à entrevista que lhe é realizada, o editorial da semana é dedicado a outra figura, desta vez um militar. Costa Gomes é largamente elogiado neste texto, sendo evidente a valorização da sua acção. Para o periódico, “a história há-de revelar-nos o papel que este militar de carreira, que foi sempre político (...) tem desempenhado no tumultuoso processo revolucionário português”<sup>991</sup>. A forma como o Presidente actua perante as dificuldades do momento é também motivo de aplauso. É escrito que o general desenvolve um “grande esforço”, “mede cuidadosamente as situações”, “tenta pôr termos às dissensões”, sendo apresentado como o seu principal objectivo “conduzir o País pela via pacífica que todos os portugueses desejam.”

Costa Gomes é a primeira figura objecto de tratamento tão elogioso em editoriais do jornal, desde o seu primeiro número. Eventualmente, porque já se percebera o papel que o Presidente da República teria nos tempos que se avizinhavam, sobretudo tendo em conta a iminente queda do governo. Por outro lado, não é de inferior importância o facto de o semanário referir que Costa Gomes pretendia encontrar “uma plataforma que fizesse retomar o País à legalidade política”, dando a entender que

---

<sup>989</sup> *Tempo*, 17 de Julho de 1975.

<sup>990</sup> *Idem*.

<sup>991</sup> *Idem*.

o general defendia um projecto político para o país semelhante ao do jornal. Isto apesar de o Presidente ter, uma semana antes, apelado “à coesão em torno do projecto revolucionário”<sup>992</sup>.

Note-se ainda que, neste editorial, o *Tempo* revela, uma vez mais, a sua posição perante os acontecimentos da actualidade política. Com a possibilidade de o PPD também abandonar o governo, o semanário é taxativo ao sustentar que Costa Gomes deveria “dissolver o IV Governo Provisório e recompô-lo de outra forma”. Ou seja, “deverá criar-se um governo dito apartidário, um governo de combate”. Uma solução que passava pela substituição de Vasco Gonçalves, subentende-se no texto, já que este “estará a dar mostras de fadiga física compreensível”<sup>993</sup>.

*O Jornal* chega às bancas no dia seguinte e também com o secretário-geral socialista na capa. Soares encontra-se em grande destaque no semanário, com uma longa entrevista, conduzida por Joaquim Letria, que inclui uma citação sua como título: “O PS não está na oposição”. Na mesma manchete, mas com um relevo bastante mais diminuto, o ataque do PCP aos socialistas: “O PS colabora na escalada da reacção”. No interior, no espaço da entrevista, Soares ocupa a quase totalidade das páginas 2 e 3, sendo o espaço restante – muito reduzido – reservado às posições manifestadas pelo PCP (através de Joaquim Gomes, membro do Comité Central) e do PPD (por Emídio Guerreiro, secretário-geral). Na mesma semana, Soares em destaque – e a ser entrevistado - nas capas dos dois semanários.

Ainda nesta edição, um artigo de opinião de João Bénard da Costa revela uma leitura dos acontecimentos políticos, particularmente dos conflitos partidários, onde sobressai a ideia de uma clara vantagem – hegemonia poder-se-ia dizer – do PCP. Ainda que se sublinhe as tentativas de mobilização, nomeadamente, por parte dos socialistas, segundo Bénard da Costa “o que sucede é que um dos contendores – o PCP – leva neste momento uma dianteira tal que, por mais que a massa associativa do rival barafuste, o volte-face torna-se cada vez mais improvável”. A visão transmitida no texto é, no mínimo, preocupante quanto ao futuro de Portugal: “O espectro do Chile, que desde o 26 de Abril por aqui pairou, ganha, em certos círculos, foros de obsessão”<sup>994</sup>.

Também com um tom preocupante, mas num sentido algo diferente do de Bénard da Costa, o editorial d’*O Jornal* refere-se à revolução portuguesa como estando

---

<sup>992</sup> Maria Inácia Rezola, *Os Militares na... Op. Cit.*, p. 280.

<sup>993</sup> *Tempo*, 17 de Julho de 1975.

<sup>994</sup> *O Jornal*, 18 de Julho de 1975.

em “perigo”. Neste texto, muito embora se sublinhem os “ataques constantes de vária ordem”, as “práticas violadoras de legalidade revolucionária” ou os “insultos”, a tónica parece ser colocada na necessidade de entendimento “entre forças que ainda há menos de um ano e meio combatiam lado a lado, às vezes até fraternalmente, contra o fascismo”. Clarificando, “não se pode agora compreender que se transformem em inimigos os que já foram, e até parece que em muitos aspectos poderiam continuar a ser, companheiros de jornada”. Uma referência aos militantes socialistas e comunistas que, antes de 1974, se empenharam na luta contra o Estado Novo.

Sublinha-se ainda a urgência de uma mudança de atitudes, deixando clara a importância conferida ao poder militar em todo o processo. Em suma, defendendo uma “ordem democrática” no sentido de que se “caminhe em paz na construção do socialismo”, *O Jornal* considera que para a prossecução desse objectivo torna-se indispensável a existência de uma união “em torno de um MFA e de um Conselho da Revolução cuja própria unidade é um elemento básico do processo”<sup>995</sup>.

No *Jornal Novo*, Mário Soares continua a ter protagonismo, com a divulgação do apoio das bases do PS ao secretariado (com nova fotografia do secretário-geral a ilustrar o texto). O Documento Guia mantém-se também em destaque, figurando na manchete de dia 16 um “comunicado esclarecedor” da 5ª Divisão do EMGFA acerca do mesmo<sup>996</sup>. Porém, um dia depois, o PPD e Emídio Guerreiro (com fotografia) ocupam praticamente toda a 1ª página do jornal, onde são evocados os motivos da saída do Executivo e publicado o manifesto da Comissão Política Nacional do partido. Depois do PS, o PPD assumia semelhante protagonismo no jornal, ou não fossem estes os seus partidos mais próximos ideologicamente. Numa segunda edição do mesmo dia, uma notícia de última hora: os ministros Silva Lopes e Almeida Santos também se encontravam demissionários. Diante deste cenário, a pergunta do jornal era: “Um governo militar com independentes?”<sup>997</sup>.

No dia 18 é anunciado no cabeçalho do *Jornal Novo* (2ª edição) um comunicado do PS. Perante uma “situação política tensa”, como se lhe refere o periódico, os socialistas denunciam acções do PCP “e seus satélites” tendo em vista o boicote de comícios do PS<sup>998</sup>. Um dia depois, sem honras de capa, é noticiado um comício da Juventude Comunista onde discursa Álvaro Cunhal “saudado entusiasticamente pelo

---

<sup>995</sup> *O Jornal*, 18 de Julho de 1975.

<sup>996</sup> *Jornal Novo*, 16 de Julho de 1975.

<sup>997</sup> *Jornal Novo*, 17 de Julho de 1975.

<sup>998</sup> *Jornal Novo*, 18 de Julho de 1975.



público”<sup>999</sup>. Uma fotografia do líder comunista acompanha o artigo, que está longe de ter o protagonismo que vinha sendo concedido ao PS e PPD. O que rapidamente se volta a comprovar, com o nome do líder socialista a fazer a manchete do jornal de dia 21. Em resposta a um comunicado da 5ª Divisão do EMGFA, Soares coloca em causa o Primeiro-ministro, afirmando que era “preciso encontrar uma figura que não seja controversa e polémica como Vasco Gonçalves”. O Chefe do governo era, segundo o *Jornal Novo* “motivo de discussão”, referindo-se a duas visões em confronto:

“os sectores que se batiam e continuam a bater por uma política coerente com o mapa de opções que resultou da última consulta eleitoral e aqueles que, pondo em causa os mecanismos sociais e políticos que implica o chamado parlamentarismo, pugnam por um determinado projecto de sociedade em função do qual aferem a sua prática”<sup>1000</sup>.

Vasco Gonçalves era ainda “posto em causa” pelos socialistas, no comício que ocorre em frente à fonte luminosa de Lisboa. E, mesmo tendo a 5ª Divisão repudiado as insinuações de Mário Soares, a “dinâmica” gerada no PS – e destacada no texto do *Jornal Novo* – era, naquele momento, inegável. Da mesma forma, era também inegável a oposição do PPD a Vasco Gonçalves, o que fica uma vez mais claro na entrevista de Emídio Guerreiro, onde este afirma que o Primeiro-ministro “adoptou, até hoje, uma política que põe em perigo a liberdade em Portugal”. Ainda assim, esclarece o político: o partido está “com este primeiro-ministro, ou com qualquer outro desde que seja uma pessoa que de uma vez para sempre, define o caminho da revolução em Portugal”<sup>1001</sup>. No editorial do dia, Artur Portela Filho acabará por lançar críticas a dois dos vértices do confronto. Primeiro, ao Executivo e, por essa via, ao Primeiro-ministro:

“Este governo tem de compreender, imediatamente, que não estando em causa a legitimidade da força física, e moral, em que se apoia, e não estando em causa a legitimidade da revolução política, e económica, a que se obrigou, só estará totalmente institucionalizado, na consciência, na simpatia, na emotividade, na solidariedade do povo português quando for dialogável, quando for discutível, quando for criticável”<sup>1002</sup>.

---

<sup>999</sup> *Jornal Novo*, 19 de Julho de 1975.

<sup>1000</sup> *Jornal Novo*, 21 de Julho de 1975.

<sup>1001</sup> *Jornal Novo*, 22 de Julho de 1975.

<sup>1002</sup> *Idem*.

Quanto a Mário Soares, as críticas referem-se, em concreto, ao seu discurso no comício da Alameda. Curiosamente, não sem antes tecer-lhe elogios:

“O Sr. Mário Soares é um político responsável. Já deu, disso, provas. No seu longo, e doloroso, combate contra a ditadura. No seu ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Mário Soares sabe que este país tem Chefe de Governo mas não tem governo.

O Sr. Mário Soares sabe que tinha, na Alameda, a emotividade, o nervosismo, a angústia.

O que o Sr. Mário Soares devia ter feito era a definição clara, e precisa, do que entendia dever ser um governo eficaz. (...) o Sr. Mário Soares desarmou-se perante os ataques, e perdeu, talvez, uma oportunidade única de assumir a História. E, talvez, de fazer História”<sup>1003</sup>.

Na edição d’*O Jornal* da semana seguinte é a unidade e a capacidade de acção do MFA que são questionadas. A manchete do semanário não poderia ser mais óbvia: “Senhores do MFA: Resolvam lá isto – a malta está farta!”. O texto, naturalmente, acompanha esta ideia, dirigindo-se aos próprios militares, considerados, uma vez mais, a peça determinante do momento político vivido: “Senhores do MFA (praças, sargentos, oficiais): as vossas hesitações não aproveitam a ninguém interessado na vossa e nossa revolução, mas servem, com toda a certeza, forças que, não defendendo os interesses do Povo, buscam as economias do mealheiro político”<sup>1004</sup>. O clima tenso a ser sublinhado novamente, com as críticas a estenderem-se agora aos militares (e não apenas aos partidos políticos), ainda que não deixem de ser considerados a força que está em melhores condições de contribuir para a superação da crise político-militar instalada (a expressão “resolvam lá isto” é, a este respeito, elucidativa). Mais do que aos partidos políticos, é aos militares que *O Jornal* sucessivamente se dirige, tendo noção das divisões existentes no seio do MFA.

Por outro lado, a edição do *Tempo* (da mesma semana) volta a destacar o Partido Socialista. Na primeira página, portanto com amplo protagonismo, uma mensagem de François Mitterrand, o primeiro-secretário dos socialistas franceses, cujo conteúdo não poderia ser mais laudatório para os socialistas portugueses. Segundo o relato de Mitterrand, “os ministros socialistas foram forçados a abandonar o governo”, sendo que a sua presença no Executivo representava “a garantia real de uma evolução democrática

---

<sup>1003</sup> *Jornal Novo*, 22 de Julho de 1975.

<sup>1004</sup> *O Jornal*, 25 de Julho de 1975.

de Portugal a caminho de uma sociedade socialista pluralista”<sup>1005</sup>. O *Tempo* continuava, assim, a conceder destaque ao PS, desta vez dando voz a uma personalidade internacional, que reforçava a tese da indispensabilidade do partido para a construção de um regime democrático em Portugal.

Ainda em manchete, três homens em foco. Porém, referidos de forma substancialmente diferente. Se Vasco Gonçalves é descrito como alguém que “polariza em sua volta um mundo de contradições” e estando “no centro da actual crise política”, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes está “à frente da estratégia portuguesa para obter apoios económicos internacionais”, enquanto Costa Gomes “desenvolve tenazes esforços para evitar novas rupturas que ponham em causa a via pacífica da revolução portuguesa”. O Primeiro-ministro é, assim, o alvo das críticas mais duras por parte do jornal, que não se inibe de afastar para segundo plano a neutralidade jornalística que se exige ao exercício da profissão, algo também visível na abordagem às duas outras figuras. A utilização da expressão “tenazes esforços” para referir a acção de Costa Gomes é disso um bom exemplo.

No interior do jornal, espaço para a cobertura de duas manifestações socialistas: no Porto e na Fonte Luminosa, em Lisboa. “Fim de semana escaldante” é o título. A leitura dos acontecimentos, feita pelo semanário, é bastante positiva quanto à capacidade de mobilização do PS. Segundo o periódico, tratou-se de uma “demonstração de força popular que a associação política liderada por Mário Soares quis fazer, aparentemente num desafio ao seu rival político mais directo”<sup>1006</sup>. Naturalmente, são destacados os discursos de Salgado Zenha e Soares, que, além de vários ataques aos comunistas, pede, de forma inequívoca, a demissão de Vasco Gonçalves.

A contrastar com a cobertura destas duas manifestações do PS - que é acompanhada de fotografias que revelam cenários cheios de manifestantes, assim como o líder do partido de braços no ar, sorridente, a saudar os presentes – a última página do semanário de Nuno Rocha acerca de manifestações populares contra o Partido Comunista. Neste caso, o que se revela é exactamente o descontentamento de populares relativamente à actuação do PCP, com o detalhe de o *Tempo* se deslocar a várias localidades para recolher esses depoimentos (Batalha, Alcobaça, Rio Maior e Leiria). Apenas um exemplo de um testemunho recolhido em Leiria:

---

<sup>1005</sup> *Tempo*, 24 de Julho de 1975.

<sup>1006</sup> *Idem*.

“O povo – acentuou – anda oprimido pelos comunistas e não pode com eles. Eles tentam impor a toda a força e a todo o custo o que lhes interessa. Eles é que fazem as greves, eles é que furam as greves, eles é que fazem tudo. O povo não manda nada”<sup>1007</sup>.

Duas visões bastantes discrepantes sobre o impacto popular de dois partidos que se confrontavam na arena política. Pelo menos nas páginas do *Tempo*, o PS tinha clara vantagem, numa altura em que era já conhecida a queda do IV governo (anunciada pelo Presidente da República). Tanto *O Jornal*, como o *Tempo* e o *Jornal Novo* davam conta do início das conversações para formação do novo Executivo. O primeiro referindo-se a uma reunião com os ministros das pastas económicas que “deverão fazer parte do futuro governo provisório”<sup>1008</sup>. O segundo, dando conta da possibilidade de, nesse mesmo dia (24), a constituição do novo governo ser anunciada. Quanto ao *Jornal Novo*, foi acompanhando os convites e recusas de pastas ministeriais por parte de várias figuras<sup>1009</sup>.

Em suma, quanto à cobertura destes acontecimentos feita pelos três periódicos é possível constatar o protagonismo concedido ao PS (a estratégia do partido de mediatização da sua actividade tem eco nestes jornais), sobretudo visível nas edições dos dias 17 e 18 dos semanários, ambas com entrevistas e amplo destaque conferido ao secretário-geral socialista, e nas edições de 12, 18 e 21 do vespertino, que concedem espaço considerável a acções do PS e declarações de Mário Soares.

Salienta-se também as críticas dos semanários, ainda que por vezes veladas, ao PCP, cuja política chega a ser relacionada com os regimes políticos cubano e chileno (substancialmente mais notória no *Tempo*). A radicalização PS/PCP não deixa de estar presente. O *Tempo* é claramente mais interventivo – e, portanto, mais subjectivo e menos “jornalístico” – do que *O Jornal*, chegando mesmo a propor, num editorial, a criação de um governo apartidário, além de criticar abertamente Vasco Gonçalves e de elogiar Costa Gomes. O *Jornal Novo* tende a ser mais informativo, apostando, mais do que nas críticas, em conferir maior ou menor protagonismo a determinados acontecimentos, com clara vantagem para os relacionados com o PS e PPD. Vasco Gonçalves é criticado muito subtilmente, ao contrário de Otelo, alvo de críticas mais directas.

---

<sup>1007</sup> *Tempo*, 24 de Julho de 1975.

<sup>1008</sup> *O Jornal*, 25 de Julho de 1975.

<sup>1009</sup> *Jornal Novo*, 23 de Julho de 1975.

Algo parece evidente e comum aos três títulos: todos defendiam um rumo político para o país que estava em consonância com o que era sustentado pelas forças vitoriosas das eleições de Abril de 1975 (e, portanto, pela maioria dos cidadãos eleitores), que era claramente a via da legitimidade democrática.

## **6.2. O Directório, o «Documento dos Nove» e o V Governo Provisório**

No contexto da queda do IV Governo Provisório e da consequente crise político-governamental, várias mudanças vão ocorrer nos centros de poder político-militares. As divergências entre facções militares e partidos políticos dificultavam as mais do que nunca necessárias estabilização governativa e definição de um rumo consensualmente aceite para o futuro do país.

Depois de, a 23 de Julho, o conselheiro da revolução Vasco Lourenço ter dado o primeiro passo para a “contra-ofensiva” ao primeiro-ministro, sendo aprovada, em Assembleia do Exército, uma moção pedindo a sua demissão<sup>1010</sup>, dois dias depois Vasco Gonçalves ganha vantagem. Em Assembleia do MFA, apresenta uma proposta de constituição de um Directório – constituído por ele próprio, pelo Presidente da República e por Otelo Saraiva de Carvalho – para o qual passariam os principais poderes do Conselho da Revolução. Na prática, sublinha António Reis, tal significava “a marginalização do sector moderado do MFA”, que se recusa a compactuar com o esquema proposto<sup>1011</sup>. Surgem, então, vários apelos (do PS, PPD e de outros) à formação de um governo de salvação nacional, que implicaria o afastamento de Vasco Gonçalves.

O Directório – ou Troika, como também é conhecido – acabará mesmo por ser formado, mas o CR “limita-se a delegar-lhe os seus poderes e não a conferir-lhos irreversivelmente”, o que não impede a precipitação de uma “rotura entre as diferentes correntes que, há muito, se desenhavam no MFA, representando um factor central para a autonomização do Grupo dos Nove”<sup>1012</sup>. Com este cenário, as conversações para a formação de um novo Executivo, já iniciadas, complicam-se.

---

<sup>1010</sup> António Reis, “O Processo de...”, *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>1011</sup> *Idem.*, p. 34.

<sup>1012</sup> Maria Inácia Rezola, “Directório”. In *Dicionário de História... Op. Cit.*, p. 174.

Como se disse, PS e PPD opunham-se à permanência de Vasco Gonçalves e recusam-se a integrar o V governo. Os militares moderados assumem posição idêntica e preparam, de imediato, um documento onde expressam as suas ideias em total ruptura com o «gonçalvismo». Apresentado a 7 de Agosto ao Presidente da República, o «Documento dos Nove» é, ao mesmo tempo, distribuído pelos quartéis e divulgado na imprensa, a começar – como vimos – pela edição do *Jornal Novo* especialmente preparada para o efeito.

Os nove oficiais do CR – Melo Antunes, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vítor Crespo, Costa Neves, Vítor Alves, Franco Charais, Pizarat Correia e Sousa e Castro – defendem então uma via alternativa para o país, organizando o seu documento em seis pontos fundamentais. Rejeitando as propostas tanto de «gonçalvistas» como de Otelo, os «Nove» preconizavam “uma transição gradual, uma nova via de um socialismo assente na democracia política e numa ampla base social de apoio”, refere Maria Inácia Rezola<sup>1013</sup>. Rapidamente muitos outros militares vão subscrever o projecto político, que tem como resultado imediato a suspensão dos seus autores do Conselho da Revolução, por ordem do Directório (ainda que com a oposição de Otelo).

A partir de então “a contra-ofensiva dos Nove começa por jogar uma aliança táctica com Otelo, a fim de isolar o grupo gonçalvista”<sup>1014</sup>. Porém, mesmo fortemente contestado, Vasco Gonçalves e o seu V governo recebem luz verde do Presidente da República, tomando posse a 8 de Agosto. No mesmo dia, Mário Soares publica uma carta aberta a Costa Gomes, argumentando que Portugal se encontrava “perto do abismo”, em mais uma manifestação contra o primeiro-ministro<sup>1015</sup>.

“Um governo de passagem”, como se lhe referiu Costa Gomes, o V governo “foi desde o começo um nado-morto”<sup>1016</sup>. De acordo com José António Telo, pouco tempo depois, “a grande dificuldade de todos os apoiantes oficiais de Vasco Gonçalves era manter as distâncias e procurar sair do barco antes de se afundar, a começar pelo PCP”<sup>1017</sup>. Sem o suporte do PS e PPD, que se recusam a integrar o Executivo, este não conseguirá sequer disfarçar a sua fragilidade e manifesta falta de apoios. Havia, claro, excepções como o *Diário de Notícias*, para o qual “a questão de durar muito ou durar

---

<sup>1013</sup> Maria Inácia Rezola, *Os Militares na... Op. Cit.*, p. 352.

<sup>1014</sup> António Reis, “O Processo de...”, *Op. Cit.*, p. p. 35.

<sup>1015</sup> *Jornal Novo*, 8 de Agosto de 1975.

<sup>1016</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Agosto de 1975.

<sup>1017</sup> António José Telo, *História Contemporânea... Op. Cit.*, p. 149.

pouco o V Governo Provisório perde importância. O que é preciso é que não se perca a revolução”<sup>1018</sup>.

Tendo os quatro jornais que estudámos contactos privilegiados com os «Nove», isso significaria que, nesta luta política, se posicionavam do lado destes militares? E como noticiavam a constituição do Directório e a polémica manutenção de Vasco Gonçalves como primeiro-ministro? O V governo provisório foi motivo de notícias positivas ou foram, sobretudo, salientadas críticas? Questão que fomos colocando ao ler os artigos que saíram nesses periódicos e a que tentamos responder de seguida.

A manchete do *Jornal Novo* de 26 de Julho dava conta da notícia de última hora (da véspera) – a concentração de poderes político-militares num triunvirato que incluía o Presidente da República, o Primeiro-ministro e o Comandante do COPCON. Em destaque, declarações de Otelo – “Triunvirato: mais harmonia entre o poder político e militar” – acompanhadas por uma fotomontagem que ilustrava o acontecimento. Na leitura do jornal, era o MFA a afirmar um “reforço de autoridade”, representando “as principais tendências que têm vindo a expressar-se no seio do MFA e, porventura, da própria sociedade portuguesa”, pelo que, não deixa de sublinhar, “será de salientar a ausência de Melo Antunes, Victor Crespo, Victor Alves, Costa Neves e Sousa e Castro”, os moderados, portanto<sup>1019</sup>.

Dois dias depois, a opinião do periódico sobre a proposta da Assembleia do MFA era divulgada, defendendo que “um esquema triunvirial, cuja perspectiva histórica, inédita entre nós, é no entanto pouco aliciante”. Sob este ponto de vista, tratava-se de um caminho errado, que não ia ao encontro de uma solução para a crise política que o país atravessava. “Para além de não resolver o problema político de fundo, a decisão da Assembleia do MFA” acaba por “abrir apenas mais um capítulo na história inevitavelmente agitada da 2ª República”. Por isso, questiona António Mega Ferreira, deixando no ar a ideia de que outros aspectos poderiam estar por trás da criação do “triunvirato”: “Quanto tempo sobrevirá este presidencialismo «tricéfalo»? E a quem beneficiava a eventual solução autoritária que ele permite antever?”<sup>1020</sup>.

Porventura numa tentativa de reforço da posição do vespertino, numa nova edição, é um dos militares moderados que é entrevistado. Sousa e Castro, descrito como alguém que “transparece a lucidez de um revolucionário puro, que não se intimida com

---

<sup>1018</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Agosto de 1975.

<sup>1019</sup> *Jornal Novo*, 26 de Julho de 1975.

<sup>1020</sup> *Jornal Novo*, 28 de Julho de 1975.

as palavras e a quem não assustam os actos”, afirma sobre o Directório: “constitui a derrogação de uma lei constitucional”<sup>1021</sup>. Em editorial, Artur Portela Filho volta ao tema, rejeitando uma vez mais qualquer solução que não envolva os partidos políticos. Afinal, era este o “cavalo de batalha” do seu jornal. “Está é provado que esta revolução não tem funcionado subalternizando os partidos políticos”, escreve Portela. E, numa clara alusão ao Directório, reafirma o erro de seguir esse tipo de soluções: “A coligação de personalidades políticas que é, neste país, neste momento, o poder, só tem condições de sobrevivência se não destruir o apoio partidário de que, aparentemente, carece”<sup>1022</sup>.

Quanto ao *Tempo*, as suas posições são, como temos vindo a notar, bem mais vincadas e, de algum modo, mais radicais. Desde logo, começando por referir, em editorial, no rescaldo da Assembleia do MFA de dia 25, que “as duas vias possíveis para a revolução portuguesa continuam a ser as da democracia e do directório, o que equivaleria neste caso, a uma ditadura”. Isto é, a afirmação, sem equívocos, de que o semanário se opunha à formação do Directório. Num outro artigo – sugestivamente intitulado “os problemas da Troika” – novas críticas traduzem a mesma visão sobre os resultados da Assembleia:

“Acontece, de facto, que as decisões tomadas nas últimas Assembleia do MFA, aparecem profundamente desenraizadas e desfasadas da realidade política que as condiciona. A análise das questões é efectuada por um prisma demasiado estreito que leva muitas vezes a conclusões inaplicáveis na prática, ou, pelo menos, só possíveis da aplicação através de uma alteração radical das estruturas político-sociais”<sup>1023</sup>.

Mas se o Directório é alvo de apreciação negativa pelo semanário, há uma figura que, pelo contrário, recebe elogios (e logo na manchete). Trata-se do Presidente da República, cujo discurso na Assembleia do MFA é descrito como “uma chamada à reflexão, um apelo à serenidade, uma análise consciente ao momento que atravessamos”. Sublinha ainda a “coragem” de Costa Gomes, quando afirma: “Verifiquemos, humildemente, que a quase totalidade do Povo esteve com a nossa Revolução e hoje temos que reconhecer que isso não acontece”.

Ainda que integrando o Directório – do qual, como vimos, o *Tempo* discordava – Costa Gomes era incluído, pelo periódico, no grupo dos “moderados” e, por isso,

---

<sup>1021</sup> *Jornal Novo*, 30 de Julho de 1975.

<sup>1022</sup> *Jornal Novo*, 1 de Agosto de 1975.

<sup>1023</sup> *Tempo*, 31 de Julho de 1975.



encontrava-se na linha política que o jornal há muito defendia. Não deixa, por isso, de aproveitar o discurso do Presidente para apontar novamente o dedo aos que se opunham a essa linha: “ninguém pode ter ficado com dúvidas de que Costa Gomes pretende utilizar o seu espírito moderativo e a influência de que goza nos meios militares para refrear os ímpetus revolucionários que alguns sectores pensam dever ser aplicados no caso português”<sup>1024</sup>.

No dia seguinte, chega às bancas *O Jornal* e, com ele, uma análise mais informativa do que opinativa ou especulativa acerca do “triunvirato”. O jornalista Hernâni Santos assina um texto onde expõe os diversos pensamentos em confronto acerca do tema, não indo além, do ponto de vista da sua própria interpretação dos factos, da consideração de que “será, portanto, interessante acompanhar a evolução deste regresso primitivo ao Programa do MFA, por tantos considerado ultrapassado, em face da aceleração que tomou a revolução portuguesa”<sup>1025</sup>.

Num outro artigo, porém, Cáceres Monteiro, partindo da constatação de que o Directório “congrega as diversas tendências surgidas no seio do MFA e nele surgirão as contradições do nosso processo revolucionário”, acaba por levantar algumas interrogações. Na verdade, pairavam várias incógnitas acerca da sua actuação e é nisso que o semanário se centra. “Este triunvirato, que vai fazer? Criar as condições para que o proletariado venha a governar? Ou tentar desesperadamente levar a burguesia a governar ainda?”, foram algumas das questões colocadas. De qualquer forma, não é possível afirmar que existia uma rejeição deste novo órgão de poder por parte do periódico, nem sequer um tom especialmente crítico, mas tão somente uma atitude de cautela, o que se notava, aliás, em relação ao governo em formação. Isto é, se se tratavam de soluções a pensar, efectivamente, no futuro do país ou apenas no momento, tentando estrategicamente travar, para já, as forças opostas. As interrogações que terminam o artigo são, a esse respeito, exemplificativas: “Um triunvirato por quanto tempo? Um governo por quanto tempo? Uma revolução para estragar? Ou prosseguir?”<sup>1026</sup>.

Um documento político encontrava-se em fase de preparação pelo major Melo Antunes, avançava o semanário. A próxima edição prometia mais desenvolvimentos sobre o assunto. Nesta, porém, o grande protagonista é Otelo Saraiva de Carvalho,

---

<sup>1024</sup> *Tempo*, 31 de Julho de 1975.

<sup>1025</sup> *O Jornal*, 1 de Agosto de 1975.

<sup>1026</sup> *Idem*.

manchete do jornal. Depois de ter aludido à hipótese de colocar “no Campo Pequeno [praça de touros] contra-revolucionários”, voltara ao tema: “Estou agora convencido de que, a curto prazo, temos que pôr mesmo”. Tentando não levar “muito a sério” as afirmações, *O Jornal* não deixa de sublinhar que Otelo “terá de aprender – e rapidamente – que as palavras possuem cada vez mais peso e revestem-se de significados emocionais que não convém desprezar”. Por isso, questiona na capa: “Otelo, não haverá alternativa para o Campo Pequeno?”<sup>1027</sup>.

A 7 de Julho, a proposta alternativa, há dias anunciada n’*O Jornal*, é reproduzida, na íntegra, numa 3ª edição do *Jornal Novo* especialmente preparada para o efeito. “Documento Melo Antunes – o grupo não radical propõe uma alternativa para a crise política”, era o título da manchete, acompanhado por uma pequena fotografia do militar mencionado, principal autor do documento. Sem grandes comentários, já que o que importava no momento (aos militares e ao próprio jornal, para garantir o exclusivo) era, efectivamente, fazer sair o texto o mais depressa possível, o periódico não deixa, ainda assim, de introduzi-lo dizendo que “representa uma das propostas de alternativa para a crise que temos vindo a atravessar”<sup>1028</sup>. Em três páginas, o leitor tinha, assim, acesso àquele que ficará conhecido como «Documento dos Nove», embora naquele momento o número de subscritores já ultrapassasse as duas dezenas, contando com os nomes de Salgueiro Maia, Ramalho Eanes, Garcia dos Santos, entre outros.

Curiosamente, o texto de opinião, de José Sasportes, que abria o jornal desde a 1ª edição do dia (portanto, antes da publicação do «Documento dos Nove»), já apontava a necessidade de propostas políticas diferentes das que vinham a ser apresentadas e que explicassem claramente o caminho que preconizavam: “Este país precisa, para já, de opções nítidas expostas desafrontadamente a todos os governados” e “que lhe digam o preço de cada caminho possível e o prémio que ele supõe”<sup>1029</sup>. Estaria o periódico a abrir a caminho para o «Documento dos Nove», reforçando a urgência da sua proposta política, sabendo-se que a sua divulgação estaria para breve?

No dia seguinte, publicavam-se análises ao documento que o número anterior não pôde incluir. A fotografia de Melo Antunes surgia num tamanho consideravelmente maior e com uma sugestiva legenda – “Em direcção ao socialismo, à democracia e à paz”. Só por aqui já se poderia adivinhar o posicionamento do vespertino, mas, no

---

<sup>1027</sup> *O Jornal*, 1 de Agosto de 1975.

<sup>1028</sup> *Jornal Novo*, 7 de Agosto de 1975.

<sup>1029</sup> *Idem*.

editorial, Artur Portela Filho dissipa qualquer dúvida sobre o apoio que lhe dá. Tentando chegar ao maior número possível de leitores, volta a publicar o documento na íntegra (a edição do dia anterior não chegava a várias zonas do país).

O editorial, intitulado “colectivizar a responsabilidade”, começa por revelar a característica mais importante do “Documento Melo Antunes” (era praticamente sempre assim referindo no *Jornal Novo*). “A força deste documento resulta exactamente do facto de que este documento não está só”, dispondo de “uma base muito larga”, escreve. O militar, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, tem amplo destaque no artigo, que considera a sua proposta irrecusável: “Quando Melo Antunes propõe colectivizar a responsabilidade eis aí uma proposta que não podemos recusar”<sup>1030</sup>.

A reforçar esta ideia, num artigo, que, embora não apresentado como tal, é, em grande medida, opinativo, António Mega Ferreira não poupa nos elogios ao «Documento dos Nove», que era, de facto, defendido, em toda a linha, pelo periódico. Poder-se-ia até, cremos, considerar que traduzia a visão política do vespertino, para o país, naquele momento. Este texto é um dos melhores exemplos a esse respeito. Senão vejamos a forma como a proposta dos Nove é classificada: 1) como “a primeira – e talvez a mais importante – ruptura com a política secretista que arrastou o país, nas últimas semanas, para a angústia do boato, da incerteza e, por fim, de retracção”; 2) “é um documento articulado, que inventaria as razões profundas da crise, que as equaciona em termos de viabilidade da revolução e que aponta, ainda que embrionariamente, um projecto alternativo para o socialismo neste país”.

Os Nove eram vistos como um grupo que apresentava uma visão que poderia dar um novo rumo ao país. Isto porque se tratava de um grupo que “pensa, analisa e diagnostica” e, nessa medida, recusa o “gonçalvismo” e os extremismos de alguns, que Mega Ferreira não deixa de mencionar. Era claro que o Documento surgia “de uma linha politicamente ascendente e outra claramente em declínio. E uma e outra têm nomes: Melo Antunes e Vasco Gonçalves”. A personalização das duas vias ajudava, de algum modo, a acentuar o que as distinguia, uma espécie de “combate” entre duas figuras, do qual apenas uma poderia sair vitoriosa. E o *Jornal Novo* apostava, sem equívocos, na primeira, elevando a fasquia a um nível elevado, ao ponto de a considerar a possibilidade de ser uma “chance” irrepetível:

---

<sup>1030</sup> *Jornal Novo*, 8 de Agosto de 1975.

“Qualquer que venha a ser a eficácia política do documento Melo Antunes, quaisquer que sejam os efeitos do seu aparecimento, qualquer que venha a ser o seu destino, em S. Bento e Belém, muita gente não deixará de pensar que, com ele, se joga uma oportunidade de recuperação histórica que poderá ser única, para a causa da revolução e do socialismo – em Portugal, no Ocidente e na Europa”<sup>1031</sup>.

Na mesma edição, o jornal dava ainda mais destaque aos Nove, ao publicar, ocupando toda uma página, declarações de Vasco Lourenço (um dos seus membros). No dia seguinte, novas informações. “Costa Gomes concorda com o texto quase todo, acha é que a divulgação não foi oportuna”, havendo mais adesões ao Documento Melo Antunes. Pela pena de José Sasportes, o jornal volta à sua tese principal, segundo a qual o projecto dos Nove “claramente se inscreve na opção que levará «ao plano viável para o socialismo português»”<sup>1032</sup>.

A 11, a manchete replicava: “Crescem as adesões ao Documento Melo Antunes”. Criticando a forma como o Ministro da Comunicação Social se referiu ao documento e a suspensão dos militares do Conselho da Revolução, um novo artigo de opinião de Sasportes tinha um título que dava conta de que os nomes eram “a alternativa”<sup>1033</sup>. Publicam-se também declarações de defesa desses militares, o que corrobora a ideia de que o *Jornal Novo* era, efectivamente, uma espécie de “porta-voz” do grupo.

Publicado um dia depois da divulgação do «Documento dos Nove», *O Jornal* escolhe o assunto para a capa, incluindo fotografias de quatro desses militares (Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Crespo e Vítor Alves – no interior do jornal encontravam-se fotografias dos restantes) com o título “«moderados» do MFA tomam posição de força”. Ainda que se depreenda um apoio aos Nove – em parte pelo destaque que lhe dá (publica-o na íntegra) mas também por algumas opiniões veiculadas – a verdade é que o semanário não deixa de mostrar alguma apreensão quando ao futuro: “Se a proposta agora apresentada for aceite pelo Povo, esperemos que não se perca de vista a Revolução, que o mesmo Povo tem cada vez mais de pensar em fazer pelas suas próprias mãos”. No interior do jornal, Rui Pimenta explica, num texto informativo, as motivações do grupo para a escrita do documento no contexto da queda do IV

---

<sup>1031</sup> *Jornal Novo*, 8 de Agosto de 1975.

<sup>1032</sup> *Jornal Novo*, 9 de Agosto de 1975.

<sup>1033</sup> *Jornal Novo*, 11 de Agosto de 1975.

governo.<sup>1034</sup> Mas talvez outra passagem seja ainda mais significativa da forma como a equipa de Joaquim Letria olhava para o Grupo dos Nove. Sugerindo que Mário Soares (e o PS) se estivesse a aproveitar politicamente da sua tomada de posição, *O Jornal* tece alguns elogios aos militares: “Nenhuma estratégia política pode justificar o aproveitamento de um documento cujo conteúdo poderá ser posto em causa, mas cujas intenções, parece-nos, possuem a dignidade e a honestidade da coragem de analisar responsabilmente as situações difíceis”<sup>1035</sup>.

Na semana seguinte, *O Jornal* era mais claro quanto à sua posição. Considerava – colocando mesmo em capa – o documento “a necessária pedrada no charco de uma governação que se deixou encaminhar bastante pela ficção de algumas ilhas mais ou menos bem sucedidas, dentro daquilo que poderia ser apontado como um esquema socialista tradicional”. Ainda assim, apelava à acção, sustentando: “só com documentos a gente não se governa”<sup>1036</sup>.

*O Tempo*, por sua vez, no dia 7, antes da saída do documento dos moderados, escolhe para título de capa uma frase que parecia quase combinada com o da semana seguinte. A “o país espera uma solução”<sup>1037</sup>, junta-se “esta [o «Documento dos Nove»] é a verdadeira interpretação progressista da revolução portuguesa”, citação de Pezarat Correia publicada no dia 14. O semanário de Nuno Rocha revela-se um inequívoco apoiante da proposta e isso é perceptível, por um lado, porque escolhe para manchete uma entrevista (com fotografia) a um dos seus principais subscritores; depois porque publica, ao lado, uma notícia onde é destacada a sua aprovação em 80% das unidades do país; e, finalmente, porque o editorial é escrito de uma forma bastante elogiosa para o grupo, considerando que o texto “representa o estado de reflexão a que chegavam diversos oficiais rigorosamente identificados com os 25 de Abril e que tiveram a patriótica coragem de dizer «não» a certos aspectos da condução do governo”. Era também visto claramente como uma solução para superar a crise vivida, na medida em que era “um projecto político destinado a corrigir certos desvios do programa inicial do MFA e a acompanhar constatações revolucionárias da vida prática”. Em suma, segundo o semanário, o país estava perante duas possibilidades políticas, entre as quais teria de optar:

---

<sup>1034</sup> *O Jornal*, 8 de Agosto de 1975.

<sup>1035</sup> *Idem*.

<sup>1036</sup> *O Jornal*, 15 de Agosto de 1975.

<sup>1037</sup> *Tempo*, 7 de Agosto de 1975.

“ou implementamos o socialismo como na Rússia em 1917, através da repressão, do corte abrupto das liberdades, das perseguições, de sofrimentos e de lutas, ou implantamos o socialismo em liberdade, de acordo, aliás, com o quadro social e do mundo em 1975”<sup>1038</sup>.

Vários artigos confluíam na mesma visão – um editorial, notícias, entrevista – naquilo que poderia ser entendido como uma estratégia de conceder o maior protagonismo possível ao «Documento dos Nove», em detrimento de outros (como o do COPCON, por exemplo), com diferentes linguagens consoante o género jornalístico, mas com algo em comum: o ângulo positivo através do qual era olhado.

As negociações em torno da formação de um novo Executivo – o V – e a contestação à permanência de Vasco Gonçalves à sua frente foram uma realidade que dominou os jornais ao longo de Julho. Por isso, quando chegamos à tomada de posse do governo, no dia 8, muita tinta sobre ele já tinha corrido, designadamente nos títulos que estudamos. Da mesma forma, os dias seguintes são dominados pelo acontecimento que ocorre, em simultâneo - a divulgação do «Documento dos Nove» - que, como se disse, avança com propostas num sentido político oposto ao defendido pelo Primeiro-ministro.

Diante da crise provocada pela saída do PS e do PPD do IV governo, o *Jornal Novo* dá conta de que as movimentações para o substituir tiveram início a 12 de Julho. Dois dias depois, escrevia que o país estava “à espera do 5º governo” e que este, provavelmente, seria composta por “tecnocratas”, dada a dificuldade em conseguir a representatividade parlamentar<sup>1039</sup>. Acompanhando o assunto, dias depois esclarece em capa: “Ainda não há nomes para o V governo”<sup>1040</sup>. Quase no final do mês, a pergunta era “governo formado?”, avançando-se que estaria para breve o seu anúncio.

As dificuldades futuras não são postas de parte e a leitura do *Jornal Novo* reflectia, de algum modo, uma preocupação pela quase total ausência de representatividade partidária. “A exclusão dos partidos eleitoralmente maioritários cria, de facto, um vazio em redor do próximo elenco governamental que só uma política hábil e rapidamente posta em prática poderá vir a preencher”, não sendo de ignorar o facto de “todas as insuficiências que o próximo governo reflectir poderem ser descontadas na confiança e apoio que a população deposita no próprio MFA”<sup>1041</sup>.

---

<sup>1038</sup> *Tempo*, 14 de Agosto de 1975.

<sup>1039</sup> *Jornal Novo*, 14 de Julho de 1975.

<sup>1040</sup> *Jornal Novo*, 18 de Julho de 1975.

<sup>1041</sup> *Jornal Novo*, 25 de Julho de 1975.

Ainda que, pelo menos para já, não se verifiquem propriamente críticas à formação do novo Executivo, a verdade é que o *Jornal Novo* deixa bem patente a ideia de risco associada às informações que circulavam, sobretudo quanto à ausência de PS e PPD. Os nomes, esses, circulavam e o vespertino ia dando conta dos que estavam em cima da mesa. No início de Agosto chega mesmo a apresentar um quadro provável de elenco governativo, embora alguns nomes não se venham a concretizar: Otelo de Saraiva de Carvalho como vice-primeiro-ministro (será António Arnão Metelo), Correia Jesuino nos Negócios Estrangeiros (será Mário Ruivo) e Arnão Metelo na Administração Interna (será Cândido de Moura)<sup>1042</sup>.

As hipotéticas consequências negativas de um novo governo liderado por Vasco Gonçalves voltam a ser tema de capa, sendo este, portanto, olhado com uma certa desconfiança pelo periódico de Artur Portela. Estava “em aberto uma serie de questões que só com muita dificuldade podem vir a ser satisfatoriamente solucionadas, sem que a consequente alteração na actual correlação de forças não venha a produzir fricções de consequências imprevisíveis”, lia-se no jornal<sup>1043</sup>. Como a alternativa que “resta”, apresentava-se a ideia dos moderados do CR: Costa Gomes formava um governo, que liderava coadjuvado por quatro vice-primeiros-ministros militares, onde estariam representados PS e PPD. Um governo de “salvação nacional”, por muitos defendido e a que Mário Soares vai apelar, em carta aberta a Costa Gomes, publicada em exclusivo no *Jornal Novo*, a 8 de Agosto. Mas o problema principal, escreve o periódico, tem que ver com uma questão “mais profunda”, que era o “próprio equilíbrio de um poder instável, em que Vasco Gonçalves continua a ser figura controversa”<sup>1044</sup>.

As notícias eram cada vez mais desfavoráveis ao primeiro-ministro, após cerca de quatro semanas de conversações. Na 2ª edição de dia 8 era já publicada a reportagem da tomada de posse do V governo provisório, dissipando-se as dúvidas quanto à sua composição. O destaque da capa vai para a ideia de “governo de transição”, retirada do discurso do Presidente da República. Por isso, um dia depois, o título de capa reforçava a ideia de que o país se encontrava “à espera do VI”. É que, como fica definitivamente claro num texto de José Sasportes, esta não era a solução desejada pelo *Jornal Novo*. Escreve Sasportes:

---

<sup>1042</sup> *Jornal Novo*, 2 de Agosto de 1975.

<sup>1043</sup> *Jornal Novo*, 4 de Agosto de 1975.

<sup>1044</sup> *Jornal Novo*, 6 de Agosto de 1975.

“O que queremos é poder obter resposta à questão de saber qual o enquadramento político das suas opções. Se esta dupla questão fica entre parêntesis, que crédito se pode atribuir a um governo que, auto-condenando-se ao instável epíteto de governo provisório de transição, projecta a sua acção ao nível do mês ou da semana? De que autoridade, nacional ou internacional, se pode revestir um governo aceite por favor?”<sup>1045</sup>.

A alternativa proposta pelos Nove era, então, destacada por José Sasportes, que a defendia em contraste com a decisão de Costa Gomes de empossar o V governo. Mais: considerava os Nove como aqueles que, efectivamente, respeitavam o Programa do MFA, não sendo irrelevante o facto de mencionar que a sua autoria pertenceu a alguns desses militares:

“A um povo que precisa de ganhar confiança e muita energia, oferece-se a imagem de uma governação condenada à frustração da fragilidade com que a etiquetaram para poder existir. E isto acontece no momento exacto em que outro grupo, em perfeita harmonia com o programa do MFA (que em parte substancial concebeu), afirma clamorosamente a sua apetência para o poder”<sup>1046</sup>.

Perante o facto consumado que era a entrada em funções do governo, as suas primeiras medidas começavam a surgir. Mas, para António Ribeiro, havia que “evitar toda a tentação de enveredar pela demagogia fácil das medidas populares”, dando como exemplo a decidida redução dos preços dos adubos, uma “tentativa de alargar a base social de apoio a um governo que se sente divorciado das massas”. Por isso, questionava o jornalista: “que fazer deste governo provisório?”<sup>1047</sup>.

Também o *Tempo* conjecturava acerca da formação do V governo provisório, designadamente sobre a hipótese de Otelo ocupar o cargo de vice-primeiro-ministro<sup>1048</sup>. Na véspera da apresentação do elenco governativo, numa altura em que surgiam, todos os dias, na imprensa informações contraditórias sobre o assunto, o semanário lembrava que o “país espera uma solução”. Em manchete, eram vários os rostos que ilustravam o momento de incógnitas sobre a figura que iria liderar essa solução: Otelo, Pinheiro de Azevedo, Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vasco Lourenço, entre outros. Mas o texto apontava um nome, fazendo-o sobressair entre as várias faces.

---

<sup>1045</sup> *Jornal Novo*, 9 de Agosto de 1975.

<sup>1046</sup> *Idem*.

<sup>1047</sup> *Jornal Novo*, 11 de Agosto de 1975.

<sup>1048</sup> *Tempo*, 31 de Julho de 1975.



Costa Gomes era, pois, apontado como a “esperança”, já que poderia aplicar a “sua ponderação, a experiência já adquirida nestes últimos meses da política nacional e nos seus contactos internacionais para encontrar o desfecho que todo o Povo deseja”<sup>1049</sup>. Era um apelo, ainda que subtil, ao governo de salvação nacional? Pela continuação do artigo não é possível concluir uma posição clara do semanário. No editorial da semana, deixa, todavia, clara a sua leitura do momento em que a revolução se encontrava, definindo dois blocos – de um lado o PCP e do outro o PS:

“com o Partido Comunista receia-se que sejam limitadas as liberdades de Imprensa, de reunião, de associação e até de deslocação (neste caso devido a inevitáveis restrições de natureza económica).

(...) Pelo contrário, o Partido Socialista promete exactamente o exercício de todas as liberdades consignadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem (...)”<sup>1050</sup>.

Nesses dois blocos estavam também os dois sectores militares, segundo o periódico. Assim, “aglomerados em volta do general Vasco Gonçalves [encontram-se] os comunistas e outros partidos de esquerda” e “em volta dos militares moderados, através do Partido Socialista e do PPD, toda a tendência liberal”. Depois desta análise e definição político-militar das várias forças em presença, surge uma leitura das consequências para o país de um ou outro bloco. Aqui a vantagem, segundo o *Tempo*, era a prossecução, no essencial, das políticas dos moderados, PS e PPD:

“(...) segundo observadores significa, antes, que o general Vasco Gonçalves propõe um caminho rápido e que Melo Antunes propõe – tal como o Partido Socialista do dr. Mário Soares e o Social-Democrata do PPD – um caminho mais longo com liberdades e, provavelmente, com menores sacrifícios para o povo português especialmente para as actuais gerações”<sup>1051</sup>.

Na edição da semana seguinte do *Tempo*, saída já depois da divulgação do «Documento dos Nove» e da tomada de posse do V governo, este último é objecto de análise. A sua durabilidade é, uma vez mais, posta em evidência. “Por quanto tempo estaremos «de passagem»?”, era a pergunta escolhida para título de um artigo não assinado. Uma pergunta que “persiste a nível nacional”, lia-se. O panorama não era, de

---

<sup>1049</sup> *Tempo*, 7 de Agosto de 1975.

<sup>1050</sup> *Idem.*

<sup>1051</sup> *Idem.*

todo, animador segundo o semanário, para o qual se vivia um “estado de efervescência”: “não se atravessa uma situação tranquila, estável, duradoura”. Mencionando que o governo é, no essencial, constituído por figuras próximas de Vasco Gonçalves, volta a referir: “os membros que constituem o presente Gabinete sabem, desde já, que não aquecerão o lugar, que nem valerá a pena emitir cartões de visita, que a sua saída está, logo à partida, marcada para breve”<sup>1052</sup>. Sem entrar propriamente numa análise das características ou propostas do novo Executivo, o semanário opta, pelo contrário, por sublinhar repetidamente o seu carácter transitório e, por consequência, destaca a sua evidente fragilidade. Refira-se ainda que, no mesmo número, o *Tempo* pública também algumas declarações de Álvaro Cunhal acerca do governo e, neste caso, o tom é bastante elogioso, já que o líder comunista considera-o uma “necessidade inadiável” e “um importante passo para a resolução da crise”<sup>1053</sup>.

No que diz respeito a *O Jornal*, as suas páginas também divulgam as especulações em torno da formação do governo, tal como o *Jornal Novo* e o *Tempo*. Quer avançando com nomes e pastas que acabam por não se concretizar, como a passagem de Correia Jesuíno da Comunicação Social para os Negócios Estrangeiros, quer dando conta de que se tratava de “um governo sem programa” ou ainda de figuras e partidos que recusaram integrá-lo. Mas o semanário faz também uma leitura acerca do que poderia ser a sua actuação e, por isso, não deixa de referir que, depois da formação do Directório, o Executivo “terá um papel bastante menos importante a desempenhar do que os anteriores”. A acompanhar o artigo, duas fotografias com os militares que representavam as duas principais vias políticas em cima da mesa: Melo Antunes e Vasco Gonçalves. A legenda apontava já para novos capítulos de divergências, sabendo-se que os “moderados” preparavam um documento alternativo à política de Vasco Gonçalves. “As divergências atingiram o ponto de ruptura”, lia-se em baixo das fotografias<sup>1054</sup>.

Uma semana depois, é o «Documento dos Nove», por um lado, e a carta aberta de Mário Soares a Costa Gomes, por outro, que dominam *O Jornal*. O V governo era já referido como sendo de “transição”<sup>1055</sup>, mas só na edição seguinte surge com mais propriedade. Salientadas algumas das suas primeiras medidas – nacionalização da CUF, redução do preço dos adubos, créditos concedidos às Câmaras Municipais, apoios aos

---

<sup>1052</sup> *Tempo*, 14 de Agosto de 1975.

<sup>1053</sup> *Idem*.

<sup>1054</sup> *O Jornal*, 1 de Agosto de 1975.

<sup>1055</sup> *O Jornal*, 8 de Agosto de 1975.

“retornados” de Angola, etc. – o periódico considera que “parecem correctas”, mas coloca dúvidas quanto à sua eficácia para a superação da crise. Sendo um governo “de transição”, são “muito precárias as condições políticas” para que consiga “definir e executar um programa de fundo, global e coerente, de reconstrução económica”<sup>1056</sup>. Não tomando uma posição clara – a favor ou contra – o novo Executivo, nem por isso *O Jornal* deixa de salientar a sua fragilidade perante o desafio de retirar o país da crise que atravessava. Para trás ficara o “processo folhetinesco da [sua] formação”, como escreve Cáceres Monteiro<sup>1057</sup>.

Em suma, se o *Jornal Novo* e o *Tempo* são mais opinativos sobre os acontecimentos, criticando abertamente a constituição do Directório (o *Tempo* mais duro) e salientando as fragilidades do V governo e o facto de Vasco Gonçalves não ser uma personalidade isenta de controvérsia, *O Jornal* é mais contido, privilegiando a informação sobre os eventos e não marcando tanto os artigos com o seu posicionamento sobre eles. Já quanto ao «Documento dos Nove», os três periódicos surgem como inquestionáveis apoiantes da via nele contida. Dando-lhe amplo espaço nas suas páginas (o *Jornal Novo* e *O Jornal* publicam-no na íntegra), salientando as suas propostas e o que as distinguiu de outras, afirmavam a sua posição e, enquanto actores políticos, contribuíam para a divulgação e defesa do projecto, que acreditavam ser a melhor solução para o país naquele momento.

### **6.3. O Discurso de Vasco Gonçalves em Almada, a Assembleia de Tancos e o VI Governo Provisório**

Ao longo do mês de Agosto, a contestação ao V governo provisório e a Vasco Gonçalves cresce exponencialmente. Os Nove (entretanto expulsos do CR), o PS, o PPD e outras forças recusam-se a aceitar a solução encontrada por Costa Gomes – um governo transitório – criticando-a e desenvolvendo esforços com o objectivo de substituir rapidamente o primeiro-ministro. O próprio Álvaro Cunhal, a 10 de Agosto, “advertiu da provável queda de Vasco Gonçalves e demarcou-se do seu governo”<sup>1058</sup>.

---

<sup>1056</sup> *O Jornal*, 15 de Agosto de 1975.

<sup>1057</sup> *O Jornal*, 8 de Agosto de 1975.

<sup>1058</sup> Josép Sánchez Cervelló, “Vasco Gonçalves”. In *Dicionário de História... Op. Cit.*, p. 258.

Cada vez mais isolado, o primeiro-ministro tenta ainda – com apoio da 5ª Divisão do EMGFA – fazer face à sua quebra de popularidade junto dos militares, nos quartéis, e de uma parte considerável da população. Entre as iniciativas promovidas, uma ganha um grande destaque, sendo um episódio fundamental do «Verão Quente». O comício, em Almada, onde Vasco Gonçalves discursa acabará por ser, como sublinham Adelino Gomes e José Pedro Castanheira, “o princípio do fim”<sup>1059</sup>.

Já nos referimos a este discurso noutras partes deste trabalho, pelo que, por agora, importa apenas mencionar dois aspectos. O primeiro, “o seu fracasso”, já que “a morte política de Vasco Gonçalves parecia agora iminente”<sup>1060</sup>. O segundo, a reacção de Otelo Saraiva de Carvalho, proibindo o Primeiro-ministro de visitar as unidades militares que se encontravam sob o seu comando. Mais: escrevendo-lhe uma carta, “com mágoa e muita amizade”, divulgada dias depois, onde afirma que o general “tem de ser dispensado”:

“Peço-lhe que descanse, repouse, serene, medite e leia. Bem necessita de um repouso muito prolongado e bem merecido pelo que esta maratona da Revolução de si exigiu até hoje. Pelo seu patriotismo, a sua abnegação, o seu espírito de sacrifício e de revolucionário”<sup>1061</sup>.

As conversações tendo em vista a formação de um novo governo ganham um novo fôlego, com reuniões restritas a terem lugar (por exemplo, entre Costa Gomes, Melo Antunes e Otelo). Depois de ser avançado, para a liderança do governo, o nome do general Fabião, Chefe do Estado-Maior do Exército, que acaba por não se concretizar, a escolha recai sobre o Almirante Pinheiro de Azevedo, Chefe do Estado-Maior da Armada. Os acontecimentos sucedem-se: ao encerramento da 5ª Divisão, um “rude golpe para a facção gonçalvista”<sup>1062</sup>, seguem-se a resistência de alguns sectores militares (Exército e Força Aérea) à nomeação de Vasco Gonçalves para CEMGFA, e, por fim, a Assembleia de Tancos de 5 Agosto, que afasta definitivamente o Primeiro-ministro. Os Nove são reintegrados no CR, ao mesmo tempo que se assiste ao “afastamento de um número correspondente de oficiais gonçalvistas”. “Era o fim oficial e final do gonçalvismo”, defende António José Telo<sup>1063</sup>.

---

<sup>1059</sup> Adelino Gomes e José Pedro Castanheira, *Os dias loucos... Op. Cit.*, p. 255.

<sup>1060</sup> Maria Inácia Rezola, *Os Militares na... Op. Cit.*, p. 373.

<sup>1061</sup> *Expresso*, 30 de Agosto de 1975.

<sup>1062</sup> António Reis, “O Processo de...”, *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>1063</sup> António José Telo, *História Contemporânea... Op. Cit.*, p. 156.

As notícias acerca da constituição e anúncio do VI governo provisório multiplicam-se, assente que estava o nome de Pinheiro de Azevedo. Davam, sobretudo, conta das dificuldades sentidas na composição do elenco, consequência dos confrontos e rupturas entre os partidos políticos. Os problemas eram, em síntese, os seguintes:

“O PPD afirmava inicialmente que só entrava se o PCP ficasse de fora, enquanto Pinheiro de Azevedo dizia ao PS que, por imposição de Costa Gomes, o PCP tinha de entrar, podendo o PPD ficar de fora. Mário Soares consegue negociar uma solução de compromisso, em que os três principais partidos dos anteriores GP entram, mas a sua representação depende dos resultados eleitorais, ficando o MDP/CDE e o CDS de fora”<sup>1064</sup>.

O último – e mais longo – governo provisório será, finalmente, empossado a 19 de Setembro. Estará, no entanto, “longe de ser consensual”, apesar de há muito se ansiar, nos meios já referidos, por uma mudança política. Ainda assim, como sublinha Maria Inácia Rezola, “era a vitória da via eleitoralista sobre a revolucionária, ou, pelo menos, o reconhecimento do peso da primeira”<sup>1065</sup>. Tendo em conta este cenário, há inúmeras questões que importam colocar sobre a cobertura jornalística nestes dias. Como enquadraram os jornais as palavras que Vasco Gonçalves proferiu em Almada? E que consequências possíveis avançaram? A iminente queda do V governo foi tema? E como foi relatada? Que protagonismo concederam à Assembleia de Tancos? Como foi noticiado o novo governo? Vejamos os jornais, numa altura em que já é possível analisar também *A Luta*, que entretanto iniciara a sua publicação.

Na sua edição de 18 de Agosto, referindo-se ao discurso que Vasco Gonçalves proferira, dois dias antes, após reunião de Conselho de Ministros – inserido na mencionada tentativa de fortalecimento político – o *Jornal Novo* não poupa nas críticas. “Um discurso que deixou atónito o país”, “um discurso contra si próprio”, que constitui, “aparentemente, uma incoerência”. Entre outras questões, o primeiro-ministro refere-se à falta de unidade do MFA, a várias ambiguidades no seu seio e às insuficientes condições de governação existentes.

O editorial de Artur Portela Filho, formulando várias perguntas retóricas, apoia-se nas declarações proferidas para construir uma narrativa que, de algum modo, as ridiculariza e põe em evidência a necessidade de substituição do primeiro-ministro. Isto

---

<sup>1064</sup> António José Telo, “VI Governo Provisório”. In *Dicionário de História... Op. Cit.*, p. 294.

<sup>1065</sup> Maria Inácia Rezola, *Os Militares na... Op. Cit.*, p 405.

porque, sublinha o texto, Vasco Gonçalves é mais um vértice desestabilizador do que alguém que procura resolver os problemas do país. Por isso, o jornalista repete três vezes a seguinte questão: “pode”, o chefe do governo, “seguir governando”?

“Pode este país em crise, esta economia em crise, assistir, indiferente, ao estranho espectáculo de um chefe de governo que diz não encontrar condições para governar – e seguir governando?

Pode este país, que necessita, dramaticamente, de unidade, assistir indiferente, ao estranho espectáculo de um chefe de governo que diz que o Movimento, em que se apoia, e o Directório, que o criou, não estão com ele – e seguir governando?

Pode este país assistir, indiferente, ao estranho espectáculo de um chefe do governo que faz, em directo, pela televisão, o hara-kiri político – e seguir governando?”<sup>1066</sup>.

Depois desta atitude arrasadora do periódico para com o primeiro-ministro, o texto que este lê (com muitos improvisos à mistura), em Almada, “cai que nem uma bomba”, no *Jornal Novo*. Um discurso longuíssimo, como já referimos, transmitido em directo pela televisão, e no qual o primeiro-ministro aborda vários dos temas que marcavam a actualidade nacional. Quanto à imprensa – “certa imprensa” (a que estava fora do domínio estatal) – diz Vasco Gonçalves, “roça hoje quase pela obscenidade, o que faz temer que ela venha a tornar-se perigosamente fascista a muito breve prazo”. E dirige-se a três periódicos em concreto – *Expresso*, *Jornal Novo* e *Tempo* – tratando-os por “pasquins” e “libertinos da informação”, que “estão interessados em isolar a classe trabalhadora” e que “não estão interessados no socialismo”<sup>1067</sup>.

Como já se disse, no capítulo dedicado ao *Jornal Novo*, Portela Filho decidiu responder às acusações logo no dia seguinte. Numa manchete intitulada “eu pasquim me confesso” e em que surgem quatro fotografias do general – três em que se movimenta colocando os seus óculos e a última, erguendo a mão, como se se tratasse de uma saudação nazi – com a legenda “a cada...um...a sua...moral”, o vespertino é duríssimo.

Em primeiro lugar, considerando o primeiro-ministro ineficaz nas suas funções (“Este jornal tem, sobre o Sr. Vasco Gonçalves, uma vantagem – o ser, à esquerda, uma eficácia”); depois, apontando a sua falta de apoio popular (“não apenas porque, além das duas ou três mil pessoas que estavam num ginásio de uma escola de Almada, este

---

<sup>1066</sup> *Jornal Novo*, 18 de Agosto de 1975.

<sup>1067</sup> *Expresso*, 23 de Agosto de 1975.

jornal tem mais – 250 000 leitores); e ainda classificando o discurso de “absurdo”<sup>1068</sup>. Mais à frente, registam-se outras farpas e ainda uma provocação a outros partidos de esquerda. “Quando é que a esquerda deste país faz sentir ao Sr. Vasco Gonçalves que este romantismo, este barroco, esta veemência, esta inoperância, servem, objectivamente, a direita?”.

Quanto ao modo como o chefe de governo encarava o papel da imprensa e, mais concretamente, a liberdade de imprensa, o jornal aproxima-o, uma vez mais, de atitudes próprias de um ditador. “O que há de grave nesta passagem do discurso do Sr. Vasco Gonçalves não é que ele não nos estime, não nos leia, não nos queira, é que ele considere insuportável a Imprensa independente, crítica, viva na vontade popular”, aponta o periódico<sup>1069</sup>.

Num outro artigo, mais informativo, António Ribeiro defende que o primeiro-ministro pôs, finalmente, “as cartas na mesa”. “Que ninguém afirme doravante que não sabe com o que conta”, escreve. Perante um discurso em que o general “radicaliza posições” e em que “não hesita em defender a imprensa portuguesa seguidista e monocórdica”, o jornalista considera que este pode significar um “testamento político” ou, por outro lado, um “pontapé de saída para mais dez meses de governação”<sup>1070</sup>.

“Um governo à la minute”, escreve Portela Filho dois dias depois. Reforçava, assim, a opinião, que já antes divulgara, de discordância relativamente à decisão de Costa Gomes, não só de empossar o V governo como de o carimbar de transitório. “Que pode fazer um governo que tem, para trabalhar, este prazo? Como pode alguém, e porquê, aceitar ser ministro, ser, mesmo, secretário de Estado, de um governo que dura o tempo de um fósforo, digamos o tempo de uma vela?”<sup>1071</sup>.

O *Tempo* opta também por personalizar a questão do discurso de Vasco Gonçalves e o título escolhido para a capa reflecte isso mesmo (“o ataque ao *Tempo* do Sr. Primeiro-ministro”). “Injusto e despropositado”, é assim visto pelo periódico o “ataque” incluído no discurso do general. No artigo, não assinado, considera-se que, no máximo, não lhe terá “feito elogios” ou “manifestado apoio à sua política”, porque o que esteve “sob crítica” foi “a capacidade operativa dos seus governos”, “geralmente considerada inexistente”. Ainda que mencione a existência de “aspectos positivos” na

---

<sup>1068</sup> *Jornal Novo*, 19 de Agosto de 1975.

<sup>1069</sup> *Idem*.

<sup>1070</sup> *Idem*.

<sup>1071</sup> *Jornal Novo*, 21 de Agosto de 1975.

política do primeiro-ministro, o semanário é taxativo quanto à discordância em relação à mesma<sup>1072</sup>.

Sem se referir a outros aspectos do polémico discurso, o editorial do *Tempo* avança que o “V governo pode estar por alguns dias” e que as últimas intervenções do primeiro-ministro são disso sintomas. Em síntese, sustenta Nuno Rocha, as palavras proferidas em Almada procuravam “um último suporte para a sua política”, mas não deixaram de “mergulhar o país em interrogações e dúvidas e não dão ao povo um sentido definido e claro para a revolução”<sup>1073</sup>. Por outras palavras, Vasco Gonçalves não era, definitivamente, solução.

“Cartas na mesa: onde está o ás?”, foi este o título escolhido para a capa d’ *O Jornal* de dia 22 de Agosto. A acompanhá-lo, uma fotografia com os dois homens do momento – Vasco Gonçalves e Carlos Fabião. Este último, tido como o próximo primeiro-ministro. O discurso de Vasco Gonçalves em Almada, que acontecera quatro dias antes, já não tem honras de capa, mas nem por isso o semanário deixa de o referir no editorial. É considerado pel’ *O Jornal* “opaco” e feito por um “homem transparente”. Por isso, dirige-lhe algumas críticas. Para o semanário, “o que se passa em Portugal, o que não se passa ou o que está para se passar ficou por esclarecer”, sendo que, acusa o periódico, Vasco Gonçalves entrara nos “jogos” políticos que critica no seu discurso:

“Quanto às politiquices que tem havido e à «festa provinciana», todos já se aperceberam dela, embora o general nos pareça também ter participado nesse grande palco que nada tem a ver com os reais interesses populares. Isto, como Primeiro-ministro, é claro, porque, como general, não sabemos”<sup>1074</sup>.

Ainda assim, Cáceres Monteiro ressalta como uma característica do primeiro-ministro, o facto de este ser sincero: “Mas se o acerto das intervenções de Vasco Gonçalves tem de ser contestado, não se deve pôr em causa a sinceridade do seu obstinado desejo de avançar”<sup>1075</sup>.

Surgida dias depois do comício de Almada, *A Luta* coloca logo no seu primeiro número, como um dos assuntos de capa, o “cada vez mais frágil” V governo. Segundo o diário, não passava já de um “«nado-morto», que, por palavras e actos, tem mostrado a

---

<sup>1072</sup> *Tempo*, 21 de Agosto de 1975.

<sup>1073</sup> *Idem.*

<sup>1074</sup> *O Jornal*, 22 de Agosto de 1975.

<sup>1075</sup> *Idem.*



mais firme disposição de se manter até às últimas consequências”<sup>1076</sup>. Sem mencionar as palavras de Vasco Gonçalves em Almada – até porque já se passaram vários dias -, *A Luta* faz a cobertura de uma concentração conjunta de PCP, MDP/CDE e FSP em Évora, afirmando o seu “ataque ao socialismo democrático e apoio a Vasco Gonçalves”<sup>1077</sup>.

Mas é Otelo a figura do momento. Primeiro, devido à carta que dirigiu ao primeiro-ministro, que o jornal considera “um importante elemento clarificador da presente situação”. Depois, porque é a ele que “pertence a última palavra”. Como escreve Álvaro Guerra, Otelo poderá “encontrar no processo revolucionário português um lugar algo inesperado – o de paladino da independência nacional”, já que se aproxima do PS e dos Nove, isolando Vasco Gonçalves. Otelo recebe um tratamento bastante elogioso:

“Se a sua aparente fragilidade ideológica é, frequentemente, apontada como um risco, a sagacidade cada vez mais evidente na movimentação entre as forças e interesses políticos obriga a conceder-lhe o principal papel no drama que se representa na ansiosa cena portuguesa”<sup>1078</sup>.

No dia seguinte, Álvaro Guerra arrasa o V governo. É notório que *A Luta* se opõe terminantemente a Vasco Gonçalves, ansiando pelo seu afastamento, bem como dos de que ele eram próximos. Para o jornal, “o V foi um pesadelo, transitório, de passagem mas carregado de fantasmas e tão agarrado à cadeira como o defunto lente de Coimbra que só abalou quando, de podre, a cadeira cedeu”<sup>1079</sup>. Insistindo neste ângulo de visão, o diário, em editorial, volta à carga, defendendo que o país vivia a “maior crise política depois do 25 de Abril”. A culpa era, sem surpresa, atribuída a Vasco Gonçalves, já que este se “tornou ponto de discórdia entre os portugueses e verdadeiro símbolo de uma das facções”, escreve Raul Rêgo<sup>1080</sup>.

A 29 de Agosto, a manchete d’*A Luta* quase que cumpria os critérios de rigor e isenção jornalísticos – “Vasco Gonçalves foi afastado” – não fosse a primeira palavra do *lead* remeter para uma ideia de um certo alívio ou contentamento com a decisão: “Finalmente”, escrevia o jornal, “e após longas semanas de efervescência política,

---

<sup>1076</sup> *A Luta*, 25 de Agosto de 1975.

<sup>1077</sup> *Idem*.

<sup>1078</sup> *Idem*.

<sup>1079</sup> *A Luta*, 26 de Agosto de 1975.

<sup>1080</sup> *A Luta*, 27 de Agosto de 1975.

Vasco Gonçalves aceitou, esta madrugada, abandonar o cargo de primeiro-ministro”<sup>1081</sup>. Raul Rêgo acentua que é “de profunda divisão entre os portugueses a personalidade do primeiro-ministro” e Eduardo Paz Ferreira analisa a produtividade do V governo, que classifica de “aparente”. Depois de se debruçar sobre medidas como a já referida baixa de preços dos adubos, a nacionalização da CUF, a criação de uma Junta Administrativa para os Açores, a declaração do estado de crise da imprensa nacionalizada, entre outras, o jornalista concluiu que o Executivo acabou por agravar os problemas já existentes:

“Se é possível tirar alguma lição da experiência deste V governo provisório talvez ela seja a de que muitas reuniões não são forçosamente sinal de operatividade e de que as medidas que merecem títulos de imprensa seguidista nem sempre são as que resolvem os problemas do povo português e até por isso a história poderá vir a demonstrar que o V governo provisório mais não fez do que avolumar os problemas que afligem o país e para os quais é necessária uma resposta rápida”<sup>1082</sup>.

Depois de dias a figurar na capa d’*A Luta* e de se avolumarem as críticas à sua governação, a edição de dia 6 de Setembro, referindo-se à Assembleia de Tancos da véspera, dava conta da renúncia de Vasco Gonçalves ao cargo de CEMGFA. No entanto, as incógnitas quanto ao futuro mantinham-se. “Tudo como dantes, quartegeneral em Abrantes”, escrevia Vítor Direito, socorrendo-se do ditado popular para aludir à desilusão com o resultado da Assembleia. Eduardo Paz Ferreira explica que “apesar da resignação de Vasco Gonçalves, o gonçalvismo continua a ter uma fortíssima expressão a nível das estruturas máximas do poder”, uma vez que os elementos dos Nove que pertenciam ao CR ainda não haviam sido reintegrados. “O equilíbrio precário que se registava no seio do Conselho da Revolução continua e impedirá a tão desejada clarificação político-militar”, sintetiza o jornalista<sup>1083</sup>.

Para o jornal era óbvio que a mudança do rumo político-militar pressupunha que Melo Antunes e Vítor Alves voltassem a conselheiros da revolução. Era garantia de que o projecto dos Nove seria tido em conta. Por isso, o periódico alertava para as consequências de se continuar a “marginalizar” os Nove, mantendo-os afastados do CR:

“Esta marginalização, a confirmar-se, poderia dar origem a um reagrupamento, entre as Forças Armadas, dos elementos «gonçalvistas»,

---

<sup>1081</sup> *A Luta*, 29 de Agosto de 1975.

<sup>1082</sup> *Idem*.

<sup>1083</sup> *A Luta*, 6 de Setembro de 1975.

ou o ressurgimento das teses iniciais do grupo de oficiais do COPCON, situação que arrastaria inevitavelmente a nova radicalização e, consequentemente, a nova crise”<sup>1084</sup>.

O facto é que a Assembleia de Tancos significara o fim de Vasco Gonçalves enquanto primeiro-ministro e isso motivara uma irónica nota do director-adjunto d’*A Luta*, que não deixa também de relevar, uma vez mais, a sua opinião do efémero governo: “Como as crianças quando fazem birra, ou como quem quer despachar-se para gozar, sem sobressaltos, a tranquilidade de domingo, o executivo alijou a sua carga. Acabou o 5º governo. Ora aqui está como termina o que nunca houve”<sup>1085</sup>.

O *Jornal Novo*, por sua vez, refere-se ao dia 5 – e, por isso, à Assembleia de Tancos – como um dia que “ficará, por certo, na história da revolução portuguesa”. “Vasco Gonçalves afastou-se”, escreve o jornal, logo acrescentando: “tomou a única decisão que lhe restava, que a grande maioria do país aguardava, expectante”<sup>1086</sup>.

O editorial do dia tinha um nome – simplesmente “Vasco”. Começa por negar qualquer “perseguição” ou “combate” ao primeiro-ministro que tantas capas motivou. Nega que tenha sido “anti-gonçalvista, porque nunca reconheceu a existência do gonçalvismo”, nem “anti-Vasco Gonçalves” porque “não fez campanhas contra pessoas”. E, ao mesmo tempo que reconhece ser o general merecedor de “uma palavra justa e serena”, admitindo que “ele teve, desta revolução, um vislumbre de grandeza, deste futuro, um rasgão de horizonte, desta solidariedade, uma ambição exigentíssima”, volta a sobre ele escrever palavras mais ambíguas, esquecendo a ideia de serenidade plasmada linhas atrás:

“Inoportuno, sempre, mas tanto, tao desfocadamente, tao demasiadamente, tao desmesuradamente demasiado, que recortava, na galeria dos perfis moles, das vontades frouxas, das inconsequências, das ambiguidades, das duplicidades, o perfil trágico de um Quixote político”<sup>1087</sup>.

Quando à Assembleia e ao que ela poderia representar, muitas dúvidas são levantadas. Só os próximos dias poderiam clarificar as decisões tomadas, sustentava o periódico. Na edição seguinte, o V governo volta à capa do jornal, sendo considerado,

---

<sup>1084</sup> *A Luta*, 8 de Setembro de 1975.

<sup>1085</sup> *Idem*.

<sup>1086</sup> *Jornal Novo*, 6 de Setembro de 1975.

<sup>1087</sup> *Idem*.

por Diogo Pires Aurélio, o “governo mais acidentado e controvertido depois do 25 de Abril”. Muito embora destaque e critique a atitude de Costa Gomes, ao colocar-lhe desde logo um prazo de duração, o jornalista considerava que existiram outros factores que contribuíram para o fracasso do Executivo. Era “fruto de uma força em progressivo declínio” e, por isso, “com ela viria a cair e a declinar o seu meteórico mandato”. Quanto ao anunciado VI governo, o artigo revela uma expectativa moderada, dadas as dúvidas ainda existentes. “Tudo leva a crer que nele serão predominantes os defensores de uma não radicalização do caso português”<sup>1088</sup>.

Quando o *Tempo* chega às bancas, a 11 de Setembro, já haviam passado dias suficientes para a Assembleia de Tancos deixar de ser notícia. Notam-se, todavia, positivamente, as alterações dos últimos dias, resultado desse e de outros acontecimentos mais ou menos mediatizados. “A pouco e pouco, com grande lentidão, apesar de muitos impasses, reuniões, assembleias, desentendimentos, as coisas vão-se encaminhando para uma solução”, lê-se no principal artigo. A queda de Vasco Gonçalves é também evidenciada, embora sem se lhe referir directamente. Para o periódico, era manifesto que tal significava um avanço positivo para o país, uma “esperança” no sentido de efectiva instituição de uma democracia representativa e pluralista:

“o bom sendo, a humildade em reconhecer os erros, o afastamento – radical e definitivo de uns e temeroso ainda de outros – de elementos nitidamente contrários aos interesses do Povo, a própria demissão, finalmente, do V governo (o mais provisório de todos), tudo se vai processando num arrastar de decisões que apontam para um saneamento da situação. Outras se seguirão, por certo. Até que chegará o dia em que a vontade do Povo será ouvida. É essa a nossa grande esperança (...)”<sup>1089</sup>.

Refira-se ainda duas outras notícias de capa, ilustradas com fotografias dos líderes dos partidos a que dizem respeito os textos. Uma entrevista a Emídio Guerreiro (PPD), onde este declara oposição “à força pela força”, e outra salientando a “crise no partido comunista”, consequência “da perda constante de posições de predomínio”. O líder comunista, Álvaro Cunhal, “estaria a ser contestado a níveis cada vez mais latos”<sup>1090</sup>. Através da capa dessa semana do *Tempo*, o leitor fica com a percepção de que

---

<sup>1088</sup> *Jornal Novo*, 8 de Setembro de 1975.

<sup>1089</sup> *Tempo*, 11 de Setembro de 1975.

<sup>1090</sup> *Idem*.

ocorrem mudanças significativas na política nacional. Um novo governo em preparação era motivo de expectativas; a par de Vasco Gonçalves, também o PCP perdia protagonismo na cena política; e o líder do PPD opõe-se à tomada de posições “à força”. No conjunto, entende-se que o jornal pretende transmitir, efectivamente, uma visão de um certo optimismo quanto ao futuro, arredadas que estavam linhas políticas de anteriores governos. Uma outra questão constitui, porém, motivo de preocupação: as polémicas propostas ensaiadas para a Imprensa.

A 5 de Setembro, anunciando nova reunião em Tancos, *O Jornal* era particularmente crítico das divisões e conflitos, sobretudo militares, que ficavam ainda mais evidentes durante (e após) as várias assembleias que vinham a decorrer. “A nossa prática e o nosso povo e o nosso futuro não podem, pura e simplesmente, andar a ser discutidos e decididos, todos os dias, de braço no ar, de quartel em quartel”, na capa do semanário<sup>1091</sup>. Era um claro apelo à unidade para superar a crise então vivida.

Perante a situação militar - a sua fragmentação – questiona Hernani Santos: “quanto tempo aguentará Portugal?”. Num outro artigo, Cáceres Monteiro vinca também o problema que constitui a indefinição político-militar, diante da mais que certa substituição de Vasco Gonçalves, a incerteza quanto à sua passagem a CEMGFA e a constituição do novo governo. O perigo era o facto de “o prolongamento da crise só aproveita[r] à direita” e, perante esta constatação, “há quem o perceba e alimente a fogueira e quem se dê conta disso e não consiga romper a teia em que se enredou?”<sup>1092</sup>.

Na semana seguinte – já depois de ter decorrido a Assembleia de Tancos – exclamava *O Jornal* em capa: “Inquilino para São Bento, já!”. Tornava-se urgente constituir um novo governo. Era essa a questão essencial para o semanário, uma vez que se tratava de “realizar as tarefas enormes que a revolução rumo ao socialismo exige e ocupar-se, também, dos graves problemas postos pela descolonização de Angola e de Timor”<sup>1093</sup>.

Mais do que destacar a saída de Vasco Gonçalves – que, ao contrário do que sucede em outros, não motiva manifestações de contentamento ou críticas ferozes ao V governo – é o futuro próximo que preocupa o semanário de Letria. Como observa José Silva Pinto, apesar do afastamento do general, “nem por isso a interminável crise portuguesa conheceu um abrandamento”. Embora não dando a sua opinião, a verdade é

---

<sup>1091</sup> *O Jornal*, 5 de Setembro de 1975.

<sup>1092</sup> *Idem*.

<sup>1093</sup> *O Jornal*, 12 de Setembro de 1975.

que *O Jornal* entrevista nessa semana um dos Nove, Vasco Lourenço (entrevista que tem chamada de capa), colocando no título a citação: “Os «nove» representam a única saída viável de esquerda”<sup>1094</sup>. Coincidência ou uma forma alternativa de apontar o caminho que melhor se coadunava com o periódico?

A primeira metade do mês de Setembro foi marcada igualmente pelas notícias acerca da formação do VI governo provisório. Invariavelmente, as manchetes dos jornais davam conta dos avanços e recuos, de nomes e datas de anúncios e tomada de posse. A 2 de Setembro, *A Luta* afirmava que tinha sido “adiada a posse de Pinheiro de Azevedo [como primeiro-ministro] e de Vasco Gonçalves [como CEMGFA] por decisão do Directório”<sup>1095</sup>. Um dia depois, anunciavam-se “novos encontros com partidos” para apresentação do “programa do governo”<sup>1096</sup>.

No dia 8, escreve o jornal na capa: “O almirante Pinheiro de Azevedo continua determinado a concluir a muito curto prazo as diligências para a formação do governo, admitindo-se que esteja na disposição de apresentar amanhã o gabinete”<sup>1097</sup>. Enganou-se, as dificuldades nas negociações mantinham-se ou, até mesmo, agravavam-se. A 15 de Setembro, o jornal dava finalmente conta de que “a comunicação social constitui o último grande obstáculo à formação do VI governo”<sup>1098</sup>. Adivinhava-se para breve a sua posse, o que vem a acontecer quatro dias depois. Dia 19, Álvaro Guerra escrevia: “o VI aí está. De fato novo e aspecto eficiente. Capaz de grandes batalhas, até de uma batalha de produção, a sério”<sup>1099</sup>.

As palavras animadoras do jornalista são retomadas num título que dificilmente poderia ser mais positivo para o Executivo de Pinheiro de Azevedo e que fazia a manchete do diário. “Perante os problemas do país, governo de esperança”, lia-se. A análise do momento era feita no mesmo número, acompanhando o tom do título de capa. Descrevendo o acto de posse, refere *A Luta*:

“O próprio ambiente reinante no Palácio de Belém, visto e sentido do lado de cá das câmaras televisivas, dava a sensação de que se começara já a viver novo período da Revolução portuguesa. A ponderação, o bom-senso, o sentido das realidades pareciam ter descido àquele cenário tão conhecido da maioria dos portugueses,

---

<sup>1094</sup> *Idem.*

<sup>1095</sup> *A Luta*, 2 de Setembro de 1975.

<sup>1096</sup> *A Luta*, 3 de Setembro de 1975.

<sup>1097</sup> *A Luta*, 8 de Setembro de 1975.

<sup>1098</sup> *A Luta*, 15 de Setembro de 1975.

<sup>1099</sup> *A Luta*, 19 de Setembro de 1975.

particularmente depois do 25 de Abril. No rosto de civis e militares, dominava a circunspecção, a dignidade, o peso da responsabilidade”<sup>1100</sup>.

Em claro contraste com o que sucedia em relação ao anterior primeiro-ministro, o jornal de Raul Rêgo parece apoiar Pinheiro de Azevedo e começa por elogiá-lo sem reservas: “Andou bem o novo primeiro-ministro em falar inequivocamente do conceito das disposições do VI governo acerca do problema da ordem e da autoridade”<sup>1101</sup>.

Em suma, perante a crise instalada, sustentava *A Luta*, “a eficiência do VI governo é necessidade maior do momento que passa, é exigência fundamental do Povo português”<sup>1102</sup>. Se o objectivo era marcar uma posição de inequívoca identificação com o projecto que significava o Executivo liderado por Pinheiro de Azevedo, dando-lhe cobertura e contribuindo para criar uma imagem de “salvador” do país, então os esforços do jornal são conseguidos. É exactamente com essa sensação que o leitor fica ao folhear as suas páginas e ao ler artigos que, fazendo as piores críticas ao V governo, enaltecem o novo Executivo, numa clara estratégia de o elevar ao estatuto de principal alternativa aos “excessos” a que se tinha vindo a assistir nos últimos tempos. Um outro artigo, desta feita escrito pelo chefe de redacção João Gomes é disso um dos melhores exemplos. Vejamos o que diz sobre o V governo (embora sem o mencionar):

“O país acaba de libertar-se de enorme pesadelo, de tremenda embriaguez colectiva. Cometeram-se erros, alguns com sabor a tragédia. Foi tempo de mediocridade, de demagogia, de oportunismo. Nunca num país tão pequeno tantos pensaram trazer no bolso a panaceia revolucionária (...) Com sobranceira pseudorrevolucionária os pistoleiros da verborreia quase iam atirando o país para a vala comum das nações perdidas”<sup>1103</sup>.

E sobre o VI governo:

“Nunca é tarde para recomeçar a construção do socialismo, sem enjeitar o bom senso e o realismo que só a vontade da maioria pode servir de aferidor e de guia. Com o VI governo e o programa que por ele nos é apontado teremos ultrapassado um dos cabos mais significativos da nossa História, agora que o território nacional se circunscreve ao rectângulo europeu e às portuguesas ilhas do Atlântico”<sup>1104</sup>.

---

<sup>1100</sup> *A Luta*, 20 de Setembro de 1975.

<sup>1101</sup> *Idem*.

<sup>1102</sup> *Idem*.

<sup>1103</sup> *A Luta*, 23 de Setembro de 1975.

<sup>1104</sup> *Idem*.

Dois governos, duas posições distintas d'A *Luta*. Acompanhando as novas e diferentes versões que vão surgindo acerca da formação governativa, o *Jornal Novo* vai transmitindo as suas opiniões. Quando era dado como certo o general Carlos Fabião à frente do governo e Melo Antunes e Vítor Crespo como vices-primeiros-ministros, o vespertino mostrava-se agradavelmente surpreendido. Considerava estar perante uma “acção de esquerda dinâmica e eficaz, de forma a encontrar o apoio nacional indispensável a uma revolução socialista”<sup>1105</sup>.

Dias depois, é já o nome de Pinheiro de Azevedo que está em cima da mesa e, também ele, era “motivo de expectativa”<sup>1106</sup>. Porém, o tempo vai passando e a ausência de governo motiva alguma apreensão e, até mesmo, desconfiança. José Sasportes assina um texto (“quem esconde alguma coisa”) onde fica patente essa visão menos optimista sobre o que se avizinhava: “Que o VI governo esteja a ser tão difícil de formar como o V, mesmo após ter abdicado Vasco Gonçalves (ora sim, ora não primeiro-ministro em exercício) é sintoma de que se mantêm a maioria dos males detectados”<sup>1107</sup>.

Com as conversações entre partidos a intensificarem-se, sendo certo que o Executivo respeitaria a representação parlamentar, resultado das eleições, Sasportes assina um novo texto, transmitindo uma posição bem diferente da que escrevera dias antes. Mostra-se confiante quanto à actuação do VI governo no sentido de vir a superar muitos dos problemas que o país enfrentava:

“O anúncio e a futura consolidação do VI governo surgem como um bálsamo indispensável, sendo de esperar que o seu programa, tão obviamente respondendo às lacunas e aos vícios que todos apontámos, seja realmente cumprido com a prometida austeridade”<sup>1108</sup>.

Um dia depois da tomada de posse do governo, naturalmente que este é o tema que merece todas as atenções do *Jornal Novo*. Porém, não de uma forma totalmente positiva. No editorial, Portela Filho considera mesmo que começa “com o pé esquerdo”. Elogiando a escolha de ministros “competentes”, nota que foram “colocados nos lugares errados”. Os exemplos são vários: “Salgado Zenha, por ser advogado, por ter negociado a concordata com Paulo VI, por ser *charmeur* – Ministro das Finanças”; “Almeida

---

<sup>1105</sup> *Jornal Novo*, 22 de Agosto de 1975.

<sup>1106</sup> *Jornal Novo*, 30 de Agosto de 1975.

<sup>1107</sup> *Jornal Novo*, 10 de Setembro de 1975.

<sup>1108</sup> *Jornal Novo*, 15 de Setembro de 1975.



Santos, por ser moçambicano, por ser descolonizador, por ter ido a Djacarta – Ministro da Comunicação Social”; “Vítor Alves, por ter barba à guise, por não ter tido pasta – Ministro da Educação Nacional”<sup>1109</sup>.

Mencionando também algumas dificuldades de relacionamento entre membros do Executivo e outros aspectos, o editorial acaba por referir que, no contexto em que exerce funções, tem “de recuperar a credibilidade do poder” e que isso se consegue “acabando com o secretismo, o migalhismo, o ardil, a distância”. Ou seja, embora lançando algumas farpas à equipa governamental, Portela Filho estava consciente de que ela significava, pelo menos em parte, uma ruptura com as políticas de Vasco Gonçalves e, nessa medida, dava também sinais de esperança. “Este governo, que começou mal, pode acabar bem”, remata o director do vespertino<sup>1110</sup>.

Reproduzindo, em parte, os discursos do Presidente da República e do novo Primeiro-ministro, o *Jornal Novo* reserva ainda espaço para um artigo de José Sasportes onde o jornalista defende que residem na herança do Estado Novo – por exemplo, em termos de organização dos ministérios (a “supertutela não foi ainda retirada ao Ministro das Finanças”) – os principais entraves à formação do governo. Por isso é que “a credibilidade, a eficiência e a longevidade do VI governo passam, automaticamente, por um reestruturar de todo o mecanismo ministerial e inter-ministerial”<sup>1111</sup>. Cauteloso, sem tomar uma posição de apoio ou crítica directa, Artur Portela Filho coloca a tónica noutra questão que tem que ver com as reacções ao novo Executivo e aos perigos que enfrenta. Escreve o jornalista:

“A ofensiva começou e tem uma palavra de ordem – este governo é um governo de direita.

Numa revolução socialista esta acusação é mortífera. Aparentemente, é usada com essa finalidade”<sup>1112</sup>.

Defendendo que não se deve julgar o novo governo sem que este comece, efectivamente, a trabalhar, no editorial do *Jornal Novo* defende-se que se trata de um “teste” e que o país já não pode “perder mais tempo” em tentativas de resolução de problemas sem êxito:

---

<sup>1109</sup> *Jornal Novo*, 20 de Setembro de 1975.

<sup>1110</sup> *Idem*.

<sup>1111</sup> *Idem*.

<sup>1112</sup> *Jornal Novo*, 22 de Setembro de 1975.

“Desta vez, senhores secretários-gerais, senhores independentes, senhores oficiais, ninguém vai perder desertar do governo sem apresentar, perante este país, uma razão válida.

(...) Isto porque os problemas se perfilam, enormes, insondados, e irresolvidos. Isto porque já não podemos perder mais tempo. Isto porque, se os países não morrem, as revoluções morrem”<sup>1113</sup>.

O *Tempo* é um jornal que clama por um novo Executivo, que leve o país a eleições legislativas, onde, como escrevera a 11 de Setembro, “a vontade do povo será ouvida”. Por isso, perante as difíceis negociações para a sua formação, o semanário acentua a necessidade de se chegar a uma conclusão o mais rapidamente possível. Pinheiro de Azevedo parece então ser a figura “certa” para chefiar o novo elenco governativo, sendo-lhe atribuídas várias qualidades, apresentadas como fundamentais para o exercício do cargo:

“(...) Pinheiro de Azevedo tem-se revelado um homem de personalidade forte, altamente interessado em ser encontrada urgentemente uma resposta para aquilo que os portugueses exigem e que Portugal precisa e igualmente uma personalidade de espírito esclarecido. E, evidentemente, um início de perspectivas para VI governo, poder-se contar com um homem sereno, ponderado e com alto sentido de justiça”<sup>1114</sup>.

Quanto ao VI governo, a mesma atitude:

“Se isto se vier a confirmar [formação do VI governo] – como ardentemente todos esperamos neste país, depois de uma experiência que deixou alarmada toda uma população -, o almirante Pinheiro de Azevedo pode contar (e por nós falamos) com uma Imprensa livre e objectiva”<sup>1115</sup>.

Discorrendo acerca de hipóteses de figuras integrarem o novo governo e respectivas pastas, o jornal mostra-se pouco preocupado com os atrasos e informações que têm vindo a público sobre a dificuldade dos partidos em chegarem a consensos. “Estes fenómenos são correntes em Democracia. Esta exige precisamente a negociação, os avanços e os recuos, as tácticas e as estratégias”<sup>1116</sup>.

---

<sup>1113</sup> *Idem.*

<sup>1114</sup> *Tempo*, 18 de Setembro de 1975.

<sup>1115</sup> *Idem.*

<sup>1116</sup> *Idem.*

Na semana seguinte, o *Tempo* afirma sem hesitações a sua posição com o título escolhido para figurar na capa – “apoiar o VI governo”. Aproveitando, uma vez mais, a oportunidade para diminuir o anterior Executivo – que deixara uma “imagem triste, preocupante, divisionista” – considera ser “obrigação do Povo apoiar aqueles que, finalmente, se reúnem à volta de uma mesa para discutir os problemas urgentes que o país tem para resolver”. Neste sentido, termina o *Tempo*: “para já, contam com o nosso aval”<sup>1117</sup>. Isto significaria que, apesar de eventuais críticas que possam surgir, até do próprio jornal, a eventuais medidas aplicadas pelo governo, a opção foi a de conceder-lhe uma espécie de “benefício de dúvida” perante a necessidade urgente, na óptica do periódico, de um novo primeiro-ministro e de novas políticas. Não terá uma tarefa “facilitada”, devido aos “obstáculos”, que, segundo o periódico, enfrentará. Mas, por outro lado, também terá, por essa via, “imensas, variadas, hipóteses de confirmar a sua competência, coerência e eficácia”, o que, a não acontecer, “poderá redundar no caminho mais curto para o VII”<sup>1118</sup>.

No que respeita a *O Jornal*, a preocupação era, desde cedo, ver constituído o novo governo. O receio tinha que ver com uma área política muito concreta, a direita, temendo que esta ganhasse terreno com as hesitações que pareciam não ter fim à vista, no seio das negociações partidárias. Nesse sentido, lê-se na capa do semanário: “A cadeira vaga no gabinete de São Bento não é um problema que se possa ignorar, numa altura em que a direita procura oferecer-se constantemente, como alternativa fácil e viável, - e quando todos sabemos o que daí adviria”<sup>1119</sup>.

*O Jornal*, dando nota dos contactos e reuniões que se prolongam com o passar dos dias tendo em vista acordos para a formação do governo, não deixa de questionar se estaria perante “um povo que não se governa nem se deixa governar?”. Outra nota é dada a propósito da pouca informação transmitida acerca do VI governo. Por isso, o periódico envia uma serie de perguntas ao Partido Comunista, tentando obter esclarecimentos e novidades. Mas pouco fica a saber de novo além de que, na óptica do PCP, para o governo funcionar teria de “assegurar-se do apoio das massas populares e das forças políticas revolucionárias” (aqui excluindo o PPD) e de “contar com o apoio e colaboração das Forças Armadas”<sup>1120</sup>.

---

<sup>1117</sup> *Tempo*, 25 de Setembro de 1975.

<sup>1118</sup> *Idem*.

<sup>1119</sup> *O Jornal*, 12 de Setembro de 1975.

<sup>1120</sup> *Idem*.

Uma semana depois, uma das chamadas de capa é ilustrada com a fotografia de Pinheiro de Azevedo, Melo Antunes e dos líderes do PS e PCP precisamente em negociações para aquilo que o semanário chama de “governo tirado «a ferros»”. Muito embora dê conta de que o Executivo estava já praticamente fechado, há alguma precaução – e até pessimismo – quanto ao que se avizinhava. Para o jornal, “tudo indica que a esta crise outras se sucederão, porventura mais agudas e violentas. Mas uma coisa é certa, a presente fase terminou”, escreve Cáceres Monteiro. Analisando a complexa teia de relações (e, em alguns casos, a ausência delas) entre partidos políticos, o jornalista volta a referir-se ao “perigo” de uma solução de “direita”: “Conseguida finalmente a famigerada clarificação da situação política e militar, alcançada a almejada saída, vai o país avançar finalmente ou entrar em buraco ainda mais escuro que desemboque no princípio de uma solução de direita forçosamente repressiva?”<sup>1121</sup>. Num outro texto, ressalta-se as surpresas que constituem os nomes de alguns ministros em determinadas pastas como Almeida Santos (Comunicação Social) e Salgado Zenha (Finanças), dando conta de outras figuras que completariam o elenco.

Finalmente, uma semana depois de Pinheiro de Azevedo e a sua equipa tomarem posse, *O Jornal* afirmava em manchete: “O governo aquece e o país escalda”. O país “escalda” com a onda de violência e de manifestações que ocorriam e o governo “aquecia”, porque acabara de tomar posse. Mais uma vez, sem ser nítido um apoio ou uma oposição ao Executivo, *O Jornal* opta por destacar os desafios que tem de enfrentar já naquele momento:

“A formação do VI governo, por outro lado, nasceu de demasiados compromissos e não é de espantar, portanto, que muitas polémicas já se tenham gerado à sua volta. E isto torna-se tanto mais grave quanto o problema económico entrou na fase mais aguda, agora que as divisas começam a chegar ao fim”<sup>1122</sup>.

Em suma, como observa César Oliveira no artigo que publica nesse número e onde coloca uma serie de interrogações, este novo Executivo “marca o fim de liderança no governo do MFA e o reinício da responsabilização directa dos Partidos na governação deste país”. Quanto à visão do próprio jornal acerca de tudo isto, para já parece arredada das suas páginas, porventura aguardando que os próximos dias tragam mais informações e que, assim, possam emitir uma opinião com melhores fundamentos.

---

<sup>1121</sup> *O Jornal*, 19 de Setembro de 1975.

<sup>1122</sup> *O Jornal*, 26 de Setembro de 1975.

Estes acontecimentos do final de Agosto e do mês de Setembro, tiveram, como ficou patente, eco nos quatro jornais que analisámos. Ainda assim, registam-se algumas nuances entre eles, que poderíamos interpretar tendo em conta as próprias distâncias entre as linhas editoriais dos periódicos. Se o discurso de Vasco Gonçalves em Almada é o mais consensual em termos de abordagem jornalística, os acontecimentos seguintes não o são de forma tão evidente. Os jornais criticam a atitude do primeiro-ministro do V governo provisório e, em concreto, as palavras que dirige à imprensa privada. Neste ponto, o *Jornal Novo* e o *Tempo* são os mais duros, respondendo-lhe directamente e evidenciando contradições. A *Luta*, acabada de se estreiar nas bancas nacionais, opta por concentrar a atenção em Otelo Saraiva de Carvalho, que considera ser a “figura chave” do momento.

A queda do V governo e o afastamento de Vasco Gonçalves são assinalados de forma positiva por todos os títulos. O *Tempo* olha para esses factos com esperança relativamente ao futuro, enquanto nos discursos do *Jornal Novo* e *O Jornal* é notória alguma apreensão perante a prolongada indefinição política. À medida que se anuncia o VI governo e fica claro o elenco que o irá compor, os periódicos vão-se posicionando. A *Luta* e o *Tempo* assumem, claramente, o seu apoio a Pinheiro de Azevedo e equipa, enquanto o *Jornal Novo* oscila entre as expectativas e o receio de que não existam grandes mudanças políticas. *O Jornal*, por sua vez, adopta uma atitude de precaução quanto ao futuro próximo ao avançar com a hipótese de novas crises poderem vir a verificar-se.

Da leitura dos quatro periódicos é possível destacar algumas tendências na abordagem jornalística aos factos políticos. Assumindo-o de forma mais ou menos directa, para estes jornais a via política mais adequada para o país era a defendida no «Documento dos Nove». Por isso, é ampla e positivamente destacado nas suas páginas. Da mesma forma, o afastamento de Vasco Gonçalves (e, com ele, o V governo provisório) da cena política é visto, de certa forma, como uma oportunidade de mudança político-militar e de superação da crise.

Quanto ao governo que se lhe segue, é o binómio receio/expectativa que domina os artigos jornalísticos, ainda que o segundo ganhe vantagem, pelo menos n’A *Luta* e no *Tempo*. O facto de a composição do Executivo corresponder à representatividade partidária da Assembleia Constituinte não é, neste contexto, de somenos importância, já que estes jornais eram acérrimos defensores da legalidade democrática por oposição à legitimidade revolucionária.

#### 6.4. Os jornais e o pós 25 de Novembro: uma História por fazer

Os meses que se seguem – e sobretudo Novembro - são, como nota António Reis, de autêntica “psicose golpista”, “alimentada constantemente pela comunicação social”<sup>1123</sup>. Aos boatos de que um golpe de Estado estaria em marcha (com diferentes versões sobre os seus protagonistas), juntava-se o clima de provocações constantes entre as forças em presença, atentados bombistas, o cerco ao Palácio de S. Bento e o sequestro de deputados, primeiro-ministro e de alguns ministros durante muitas horas e várias (e grandiosas) manifestações.

Como se disse, para este cenário de profunda agitação muito contribuiu a imprensa, não apenas a estatizada mas também a privada, onde se vê muitos dos acontecimentos referidos e exponenciados. *A Luta*, no início de Novembro, publica uma entrevista com o conselheiro da revolução Sousa e Castro, citando-o na capa: “Manobras partidárias para submeter o país a uma nova ditadura”. Na mesma página, dava conta de que “forças ligadas ao PCP” se encontravam “a montar uma estratégia de tomada de poder”<sup>1124</sup>. Duas semanas depois, era mais incisiva no tema que marcava a actualidade. “Táctica de golpe de Estado cada vez mais evidente”<sup>1125</sup>.

O *Jornal Novo*, a 19 de Novembro, caricatura o clima em que o país vivia, numa fotomontagem que publicámos na página 166, na qual se reproduz o formato de cartaz de teatro de revista. A peça intitulava-se “Hoje há golpe” e aos actores que a compunham eram as figuras militares do momento. No mesmo sentido, o *Tempo*, a 20 de Novembro, afirmava, na primeira página, que se identificava, “de forma flagrante, o clima de agitação do país”. Eram “múltiplas e sucessivas as tentativas provocatórias”<sup>1126</sup>. No dia seguinte, escrevia *O Jornal*: “O «golpe» do Norte era manobra”. No editorial, acrescenta que era “tempo de dizer não às manobras sectárias e oportunistas, às manipulações de toda a espécie”<sup>1127</sup>.

É neste contexto que ocorre o 25 de Novembro, um episódio que permanece, ainda hoje, envolto em muitas interrogações e suscita acesas discussões, dadas as diferentes leituras dos acontecimentos que o rodeiam. Alguns aspectos da vida político-militar portuguesa são, no entanto, clarificados após essa data. Maria Inácia Rezola fala

---

<sup>1123</sup> António Reis, “O Processo de...”, *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>1124</sup> *A Luta*, 3 de Novembro de 1975.

<sup>1125</sup> *A Luta*, 18 de Novembro de 1975.

<sup>1126</sup> *Tempo*, 20 de Agosto de 1975.

<sup>1127</sup> *O Jornal*, 21 de Agosto de 1975.

“numa crescente interacção entre forças civis e militares”. Às relações entre o Partido Comunista e a facção gonçalvista do MFA, juntam-se, após o 25 de Novembro, “outras «alianças», em estratégias que deixam patente a proximidade entre os interesses da extrema-esquerda e do grupo do COPCON, e entre os Nove e partidos como o PS, PPD ou CDS”<sup>1128</sup>.

Efectivamente, a 25 de Novembro, o Presidente da República declara o estado de sítio na Região Militar de Lisboa (levantado a 3 de Dezembro). Na região de Lisboa, nenhum jornal é publicado, sendo os jornais privados autorizados a sair para as ruas dois dias depois. O Conselho da Revolução decide aplicar, de imediato, algumas medidas aos órgãos de comunicação que dele dependiam. Entre elas, destacam-se:

a) A demissão imediata de todos os membros em exercício da administração das referidas empresas;

b) A dissolução de todos os órgãos ou corpos sociais das mesmas empresas, com destituição dos respectivos membros em exercício;

c) A suspensão da publicação dos jornais e revistas editadas pelas referidas empresas, até à nomeação pelo governo, no prazo de dez dias, de novos administradores; (...)”<sup>1129</sup>.

Recomenda ainda ao governo, “a tomada de medidas de reestruturação do sector da informação escrita, nomeadamente das empresas estatizadas, tão urgentemente quanto possível”. Novas administrações são nomeadas, trabalhadores são suspensos, acusados de implicação “na preparação do clima psicológico preparatório do 25 de Novembro e outros, que haviam sido saneados, são readmitidos”<sup>1130</sup>. O *Diário Popular* é o primeiro dos estatizados a voltar às bancas, a 11 de Dezembro. O *Século* seria o último, a 29 de Dezembro. De acordo com o relatório do Conselho de Imprensa, “o 25 de Novembro veio, até certo ponto, pôr termo à predominância da influência das forças afectas ao PCP e extrema-esquerda na imprensa portuguesa”<sup>1131</sup>.

Tal como refere Francisco Rui Cádima, após este episódio, “o papel dos média esteve mais do que nunca presente nos artigos, análises, pontos de vista, que surgiram nos jornais sobre os acontecimentos do dia [25]”<sup>1132</sup>. Referindo-se, inevitavelmente, ao

---

<sup>1128</sup> Maria Inácia Rezola, *Os Militares na... Op. Cit.*, p. 513.

<sup>1129</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 72.

<sup>1130</sup> *Idem.*, pp. 73-74.

<sup>1131</sup> *Idem.*, p. 71.

<sup>1132</sup> Francisco Rui Cádima, “Os Media...”, *Op. Cit.*, p. 347.

tom da comunicação social nos dias que antecederam o 25 de Novembro, o Presidente da República não ignora o seu papel. Pelo contrário, acentua o contributo dos média para o clima instalado, criticando duramente aquilo que considera ser a “criminosa e maldosa manipulação de sectores da informação pública, orquestrados para criar um clima tenso e angustiante, que precede os temporais políticos”. Também o primeiro-ministro aponta o dedo a “verdadeiros actos preparatórios ou contribuintes da rebelião armada”<sup>1133</sup>.

No que diz respeito aos títulos privados e, concretamente, aqueles sobre os quais nos debruçámos, o panorama foi muito diferente. O *Tempo* é publicado a 27 de Novembro, dando amplo destaque aos acontecimentos dos dois dias anteriores numa reportagem especial. Mas é o editorial que revela aos leitores como vivera os últimos momentos e que o jornal se coloca do lado das forças vitoriosas. Afirma-se “pela democracia e pela liberdade” e, nessa medida, considera que “o golpe aventureirista de terça-feira foi mais um escolho posto no caminho do povo português”. Para Nuno Rocha, que assina o texto, esteve em causa a implementação de uma nova ditadura, pelo que se congratula com a acção eficaz dos “militares progressistas”<sup>1134</sup>.

Também a 27, é publicada uma edição especial do *Jornal Novo* (excepto para a Região Militar de Lisboa) onde se anuncia a reconstituição dos acontecimentos de dia 25 “hora a hora”. Para o jornal, era “extremamente importante a definição da atitude do PCP e dos órgãos de comunicação social que lhe são afectos”, apelando a um entendimento entre as “forças de esquerda militares e civis”<sup>1135</sup>.

Um dia depois, a manchete d’*O Jornal* refere simplesmente “o golpe”. Em destaque, duas entrevistas – a Melo Antunes e Pezarat Correia – em que o primeiro defende que “só há cinco semanas para salvar o socialismo em Portugal”. No editorial, a pergunta colocada é “o que fazer?”, sendo óbvios os receios em relação ao que poderia vir a acontecer politicamente dali em diante:

“Antes de mais nada, há que estar particularmente atento aos desvios de direita, não sancionando em nome de qualquer paz ilusória projectos rígidos ou abdicando das conquistas já alcançadas. Mas torna-se imprescindível, no entanto, exigir de quem governa a apresentação de um projecto económico viável e pensar seriamente em

---

<sup>1133</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 3 de Dezembro de 1975.

<sup>1134</sup> *Tempo*, 27 de Novembro de 1975.

<sup>1135</sup> *Jornal Novo*, 27 de Novembro de 1975.



apoiá-lo, se este estiver de acordo com os interesses reais do povo português”<sup>1136</sup>.

A *Luta*, por sua vez, apenas surge a 2 de Dezembro. Na capa, a acompanhar o expressivo título – “o Povo e as Forças Armadas disseram não ao golpismo” – uma caricatura de Álvaro Cunhal com a legenda “Quem, eu?!”, depreendendo-se uma relação entre o líder comunista e a tentativa de golpe de Estado. O jornal coloca-se do lado dos militares “moderados”, a quem atribui o facto de “o aventureirismo golpista” não ter “passado”. Na mesma edição, explica aos leitores os motivos de ausência de seis dias. Em causa, problemas com as oficinas tipográficas do *Jornal do Comércio*, onde *A Luta* era impressa. Além de limitações relacionadas com a organização das oficinas, verificaram-se “manobras sabotadoras de uma minoria de operários gráficos”, que se “escusaram a compor o original” do jornal<sup>1137</sup>. Reflexos da luta política que não dava sinais de abrandamento.

Para garantir a publicação, o *Jornal Novo* acaba por se mudar para Coimbra, sendo impresso no *Diário de Coimbra*. É o periódico de Portela Filho que mais – e mais rapidamente – sofre alterações na sua organização, no imediato pós 25 de Novembro. De acordo com o director, um dos motivos que levou às mudanças, designadamente na direcção do periódico, foi a posição que esta assumiu perante os acontecimentos. Ou seja, “a oposição muito clara do jornal às forças que apoiavam a ilegalização do PCP e que aclamavam a destruição da Rádio Renascença à bomba”<sup>1138</sup>. De facto, o que verificamos ao ler as suas páginas logo a seguir ao 25 de Novembro é a defesa de um “projecto viável de esquerda”, fundamentado nas declarações então proferidas por Melo Antunes. Os pontos destacados da intervenção do militar, considerada de “extrema importância” pelo vespertino, não deixavam margem para dúvidas quanto à sua posição sobre o novo rumo político para o país: 1) “apelo a favor de um projecto viável de esquerda”; 2) “não é possível construir o socialismo sem o PCP”<sup>1139</sup>.

Todavia, nem todos estariam de acordo com essa via. Afastado que estava Vasco Gonçalves e reduzida a influência do PCP na cena política, o *Jornal Novo* poderia agora encaminhar a sua linha editorial num outro sentido, afastando-se da “esquerda moderada” onde se havia instalado? E, nesse sentido, defendendo um caminho bastante

---

<sup>1136</sup> *O Jornal*, 28 de Novembro de 1975.

<sup>1137</sup> *A Luta*, 3 de Dezembro de 1975.

<sup>1138</sup> Entrevista de Artur Portela Filho a João Céu e Silva. Cf. João Céu e Silva, 1975 – *O Ano do...* Op. Cit. p. 159.

<sup>1139</sup> *Jornal Novo*, 27 de Novembro de 1975.

diferente do proposto por Melo Antunes? Questões possíveis de uma história que se vai prolongar pelo início de 1976.

A 30 de Janeiro, um editorial de Artur Portela dava conta, embora sem nunca se referir a aspectos concretos, de problemas que estariam a envolver o jornal. Lendo nas entrelinhas, o leitor percebia que ocorrera um conflito entre as hierarquias superiores do periódico e que o director se opunha aquilo que dizia ser uma tentativa de silenciamento, que, pelo texto, adivinhava-se vir da administração:

“Mas há vozes que fazem a incomidade do fascismo. Quando uma dessas vozes é um jornal, e quando esse jornal não está bem suspenso, meio travado, meio expectante, quando esse jornal é, ainda, a liberdade plena da crítica, a liberdade lúcida da advertência, a liberdade criadora da revolução socialista, essa voz tem de ser calada.

Por alguns daqueles que, há uns meses, juraram ser propriedade regenerada, ser apoio isento, ser democracia, ser liberdade, ser socialismo”<sup>1140</sup>.

No dia seguinte, José Sasportes reforça as palavras do seu director escrevendo que lhes foi montado um “cerco”, baseado na “chantagem directa sobre os trabalhadores, aos quais se diz, claramente, que tem de escolher entre a reorientação do jornal e o desemprego”. Para o jornalista, a “manobra” de controlo do jornal é apoiada pela “ala direita de um partido que assume, no seu rosto oficial, o sorriso da liberdade, mas que, no âmago da sua militância confusa, encerra o desejo do revanchismo, que deverá calar também quem insista em ser singular, não-arregimentável”<sup>1141</sup>.

Mas a clarificação do que se estaria a passar no interior da empresa era feita através da publicação da acta da reunião que ocorrera dois dias antes, entre administradores, director e chefe de redacção do vespertino. Dada a “crítica” situação financeira do jornal e as quebras de tiragens, sobretudo nos últimos tempos, a administração encomendava duas sondagens para apurar os motivos que levaram à perda de leitores. Em cima da mesa, para a administração, estava também “a demissão do director, dentro de breves dias por nele ter perdido a confiança” ou ainda outras duas hipóteses: “saída da administração e correspondente entrega do jornal aos accionistas” ou “reorganização do jornal”. Segundo a acta publicada no *Jornal Novo*, a decisão a ser tomada pelos administradores teria como fundamento duas razões. Uma que se prendia com “o agravamento da situação comercial do jornal” e outra, “a noção de que a parte

---

<sup>1140</sup> *Jornal Novo*, 30 de Janeiro de 1976.

<sup>1141</sup> *Jornal Novo*, 31 de Janeiro de 1976.

editorial do jornal traiu o estatuto do jornal, substituindo a sua inserção numa via socializante, através de uma democracia pluralista, por uma opção nitidamente socialista”<sup>1142</sup>.

No dia seguinte, o jornal já não se publica, voltando às bancas apenas duas semanas depois (16 de Fevereiro), tendo como director interino o antigo subchefe de redacção, Torquato da Luz. No interior do jornal, a administração começa a desenvolver esforços no sentido de substituir o director, ao que o Conselho de Redacção – onde os novos nomes propostos (Daniel Proença de Carvalho e José Martins Garcia)<sup>1143</sup> teriam de ser obrigatoriamente aprovados – se opôs. Membro do Conselho, Alexandre Pomar, lembra que “esticou-se a corda ao máximo”. “Mesmo quando não parecia que pudesse haver recuo” da administração, os jornalistas vetaram os novos nomes. Porém, alguns acabaram por abandonar o Conselho e a proposta seguiu com luz verde. “As pessoas [jornalistas que integravam o Conselho de Redacção] foram desistindo uma à uma, até que eu fiquei em minoria”, lembra o redactor, que se demite e que, com Portela Filho, irá fundar a revista *Opção*, no ano seguinte<sup>1144</sup>.

Na acta da reunião mantida entre Conselho de Redacção e Administração, de 21 de Fevereiro, não estão presentes objecções aos nomes sugeridos para a direcção, tendo o Conselho declarado que “anteriores posições sobre essas nomeações respeitaram fundamentalmente, em sua opinião, à extemporaneidade da sua apresentação pela Administração”. Os administradores garantiram o “respeito pelo Estatuto Editorial existente, pela Lei de Imprensa e pelas conquistas democráticas dos trabalhadores”, condição imposta pelos representantes da redacção<sup>1145</sup>.

Dois dias depois, o cabeçalho do jornal é ocupado pelos nomes de Proença de Carvalho (director) e José Martins Garcia (director-adjunto) e o editorial é já assinado pelo novo director. Começando por reconhecer que a “imagem” do jornal “pertence, em primeiro lugar, ao director que o criou e o fez alcançar a mais alta cotação no meio da nossa Imprensa”, assegura que existem “projectos que visam transformá-lo num veículo

---

<sup>1142</sup> *Jornal Novo*, 31 de Janeiro de 1976.

<sup>1143</sup> Outras figuras chegam a ser convidadas para dirigir o *Jornal Novo*, acabando, no entanto, por recusar. São os casos dos escritores João Palma-Ferreira e Natália Correia. O primeiro refere-se, inclusivamente, ao diferendo que opôs a direcção e administração do jornal, criticando, neste caso, o antigo director: “Mas na cabeça de um querubim minou a ideia virulenta de que havia um conluio, uma trama, uma intencionalidade, destinada a fazer repimpar na Direcção do Jornal Novo, algures sobre o Tejo, um agente secreto do capitalismo ou uma súcia de políticos de Entrudo”, cf. *Jornal Novo*, 23 de Fevereiro de 1976.

<sup>1144</sup> Entrevista a Alexandre Pomar, Lisboa, 18 de Julho de 2017.

<sup>1145</sup> Acta, de 21/2/1976, enviada ao Presidente do SJ. Pasta Nº1, Jornais nacionais extintos. Arq. Sindicato dos Jornalistas. O Conselho de Redacção era então composto por Alexandre Pais, António Ribeiro, Cândido de Azevedo e Luís Vasconcelos.

de grande informação e esclarecimento”<sup>1146</sup>. Quanto à administração, num curto texto, não deixa de salientar que é à nova equipa, em conjunto com os restantes trabalhadores, que cabe prosseguir o “processo, iniciado pelo director interino Torquato da Luz, de reconciliação do *Jornal Novo* com o seu ideário informativo”<sup>1147</sup>.

Em suma, a questão da estratégia política por trás das alterações verificadas no *Jornal Novo* é, ainda hoje, polémica e por muitos avançada. Houve, é certo, um conflito resultado de opiniões divergentes sobre o papel do periódico num momento de consolidação democrática. João Figueira sustenta que o *Jornal Novo* foi criado com o “objectivo de concretizar um determinado jogo político, cuja estratégia foi inteligentemente desenhada e montada pelos seus proprietários”. “Se assim não foi”, questiona o investigador, “porque razão mudaram de director, a seguir ao 25 de Novembro, trocando Artur Portela Filho por Proença de Carvalho um homem mais conservador e identificado com a linha política do CDS?”<sup>1148</sup>. Uma leitura possível, de uma história ainda por clarificar. Depois das direcções de Helena Roseta e Torquato da Luz (o último director) e de mudar de instalações para o Dafundo, nos arredores de Lisboa, o último número do *Jornal Novo* é publicado em Setembro de 1979.

A *Luta*, por sua vez, manterá o director até ao seu último número. O diário, instalado desde finais de 1976 também no Dafundo, acabará por fechar as portas em Janeiro de 1979. Quanto ao *Tempo*, continuará a chegar às bancas portuguesas até 1989, dirigido por Nuno Rocha e por Hélder Freire (adjunto).

O *Jornal* mantém-se até 1977 com Joaquim Letria no cargo de director, ano em que é substituído por José Carlos de Vasconcelos. Em 1985, quando o jornalista decide aventurar-se no PRD, é o seu adjunto, José Silva Pinto quem assume a direcção, passando a ter a seu lado Manuel Beça Múrias, Cáceres Monteiro e Pedro Rafael dos Santos (directores-adjuntos). O semanário é publicado pela última vez em 1992.

Os quatros jornais surgidos em 1975 acabaram por não resistir ao tempo – às mudanças que foram ocorrendo no país, às crises, à evolução do sistema mediático nacional e às exigências dos leitores. Com características que os diferenciavam uns dos outros e outras que os aproximavam, estes jornais, cada um à sua maneira, procuraram afirmar-se enquanto projectos jornalísticos alternativos e, em alguns aspectos, inovadores e ousados. Durante a revolução, foram-no efectivamente. O que ocorreu

---

<sup>1146</sup> *Jornal Novo*, 23 de Fevereiro de 1976.

<sup>1147</sup> *Idem*.

<sup>1148</sup> João Figueira, *Os Jornais como... Op. Cit.*, p. 162.

depois do *25 de Novembro* só uma investigação aprofundada – e que, em nosso entender, se afigura imprescindível à compreensão do nosso sistema de média democrático – poderá revelar, designadamente os novos caminhos que trilharam e o que levou ao seu encerramento, dando lugar a outros projectos jornalísticos.

## Conclusão

Ao olharmos para as páginas da Imprensa ao longo do período revolucionário, de imediato nos deparamos com uma “explosão” de informação política. Mesmo quando não foi o tema principal das notícias, era esse, muitas vezes, o ângulo de abordagem escolhido. Tudo estava a mudar em Portugal e, nessa medida, também os jornais e o jornalismo acompanhavam a tendência.

Nesta investigação procurámos olhar para as rupturas, mas também para as continuidades e resistências à mudança. Analisámos os jornais, enquadrando-os num contexto único de agitação e de combate político. Estudámos os jornalistas e a forma como estes se mobilizaram e fizeram parte das lutas então em curso. Procurámos entender como o Poder encarou a Imprensa e que linhas de actuação definiu para este sector. Finalmente, estudámos quatro projectos jornalísticos que se propuseram a alterar radicalmente a forma como então, na generalidade, se praticava jornalismo no país.

Depois de concluirmos a nossa investigação, cruzando e analisando fontes diversificadas, podemos traçar aquilo que foi o panorama da Imprensa da época. Se é verdade que se vivia um momento de transição de uma ditadura para um regime cuja natureza estava ainda a ser definida, também o é que, no caso da Imprensa, tinha sido de imediato conquistado algo que, por si só, altera radicalmente a forma de se fazer jornalismo: a liberdade de expressão e de pensamento. Jornais, jornalistas e os diversos Poderes passariam a actuar tendo assente esta conquista. Porém, com entendimentos diferentes do que era a prática jornalística sem censura prévia ou, ainda, num processo revolucionário. O jornalismo – e, particularmente, o jornalismo político – esteve completamente afastado da tendência para a neutralidade que caracteriza a profissão, o que, em parte, se poderá dever ao facto de muitos jornalistas serem, simultaneamente, militantes partidários.

Jornalistas (e trabalhadores do sector da Informação, em geral), políticos e militares viveram e envolveram-se no curso dos acontecimentos. Em diversos episódios – como como a propósito do caso *República* ou dos «24» do *Diário de Notícias*, dois dos mais emblemáticos - tomaram partido e defenderam, muitas vezes de forma aguerrida, os seus pontos de vista. Isso, naturalmente, traduziu-se em confrontos entre estes vários campos, mas também no interior de cada um deles, visto que todos incluíam facções com posicionamentos político-ideológicos distintos. Estando em causa a

definição do tipo de regime para o país, todos perceberam a relevância que a comunicação social tinha nesse contexto. Também por isso parecia inevitável que esta reflectisse as contradições, polémicas e mutações de um processo que encerrou em si todas estas características e muitas outras.

Seguindo a estrutura desta dissertação, apresentamos as nossas principais conclusões, a partir de três ângulos – dos Jornais, Jornalistas e do Poder – sublinhando, por um lado, as mudanças operadas e, por outro, a forte agitação no sector da Imprensa. Em suma, podemos destacar, deste estudo, as seguintes conclusões:

**Jornais.** Depois dos momentos iniciais marcados pelas dúvidas quanto ao fim do Exame Prévio, a questão prioritária é, sem dúvida, o desmantelamento do sistema de Informação do Estado Novo. Três acontecimentos dão início a esse desmantelamento. O encerramento dos jornais do regime – *A Época* e *Novidades* – que, em simultâneo, revelam logo um esforço no sentido de transformar órgãos da ditadura em projectos que reflectissem a nova Ordem, mas também dificuldades em concretizar esse objectivo. Logo neste caso fica clara a resistência à mudança, tanto mais que, as tentativas – sobretudo n’*A Época* – de encontrar outro tipo de solução que não o encerramento, saem goradas. Depois, destacam-se os primeiros dois grandes conflitos que ocorrem nos jornais e que colocam em evidência questões que são características do processo revolucionário português: as greves e as lutas entre trabalhadores e patronato.

Tanto o caso que vai ocorrer n’*O Século* como o que acontece no *Jornal do Comércio* são emblemáticos a esse respeito. Ou seja, o sector da Imprensa não se afastou do paradigma então dominante e logo em Maio vai ocorrer o primeiro conflito (*O Século*), estando em destaque reivindicações de trabalhadores (melhores salários, menor carga horária de trabalho, etc.). No caso do *Jornal do Comércio*, a greve dura 46 dias, sinal da forte capacidade mobilizadora dos seus trabalhadores. Nos dois periódicos, outra reivindicação – sem dúvida uma das mais relevantes – tinha que ver com o saneamento das respectivas hierarquias superiores. Também sobre este aspecto, a Imprensa acompanhava o ritmo da revolução, já que a exigência de saneamento de indivíduos próximos do regime deposto foi transversal às várias áreas da sociedade portuguesa. Em nosso entender, o terceiro elemento de ruptura com o passado ditatorial foi, de facto, a vaga de saneamentos que perpassa a generalidade das empresas jornalísticas, com maior ou menor contestação, dependendo dos casos. Depois, com o evoluir da situação política e com o nível de radicalização e polarização a aumentar, as

purgas já pouco têm que ver com o conceito de “colaboracionismo”, mas sim com os conflitos político-ideológicos entre trabalhadores.

Quanto à agitação no interior das redacções, podemos igualmente destacar algumas conclusões, a acrescentar às já referidas. Em primeiro lugar, a ideia sucessivamente invocada de que o jornalismo praticado estava longe de ser neutro, estando, pelo contrário, empenhado no curso dos acontecimentos. As páginas dos jornais anunciavam golpes e contra-golpes em preparação e boatos diversos, não raras vezes sem fontes que os sustentassem. Os jornais ouviam determinadas figuras político-militares e silenciavam, ou reservavam muito menos espaço, a outras que reflectissem pontos de vista distintos, sendo, a este respeito, exemplificativas as notícias acerca do «Documento dos Nove», com o *Diário de Notícias* a não lhe atribuir nenhuma relevância e o *Diário de Lisboa*, por outro lado, a publicá-lo na íntegra, dedicando-lhe duas páginas.

Era, como alguns referem, um jornalismo “revolucionário” e “militante”, no sentido em que pretendia agitar, mobilizar e, em muitos casos, fazer política. As tiragens aumentavam e os jornais criticavam e apoiavam, sem pudor, as forças em presença. Os editoriais assumem particular protagonismo enquanto textos de agitação política. Tal como acontecera durante a ditadura, manchas grandes de textos, frequentemente publicando comunicados de órgãos de Poder, eram apresentadas na íntegra, sem qualquer tipo de interpretação

Não era, muitas vezes, clara a distinção entre artigos informativos e opinativos. Muitos deles não eram, sequer, assinados. Num texto apresentado como uma notícia era comum surgirem comentários que colocavam em evidência a posição do jornalista sobre o assunto tratado, sendo também frequente o recurso à adjectivação.

A quantidade de acontecimentos e informações, essa, era avassaladora, tal como o ritmo de trabalho. Por outro lado, órgãos colectivos como os Conselhos de Redacção (então criados) e as Comissões de Trabalhadores ganham bastante poder. Neste contexto, emergem os trabalhadores não jornalistas, sobretudo tipógrafos, reclamando poder sobre a definição dos conteúdos a publicar nos jornais e são também focos de discussão e conflitos. Os plenários de trabalhadores são o palco privilegiado destes confrontos.

Todas estas questões serão agravadas depois do *11 de Março* e da nacionalização de grande parte dos jornais. A tónica dominante da bibliografia, e o próprio relatório do Conselho de Imprensa por nós citado, apontam no sentido de existir



uma estratégia, efectiva, do PCP – mas também da extrema-esquerda - para dominar os média. Partilhamos, em parte, desta visão, que teve particular incidência em periódicos como o *Diário de Notícias* e *O Século*, o que se traduziu num tipo de jornalismo militante e muito pouco pluralista. Todavia, não deixamos de referir que faltam ainda estudos empíricos sobre outros jornais, que permitam uma melhor fundamentação dessa tese.

Finalmente, mas não menos importante, o impacto que a crise que abalara o sector da Informação teve nas redacções. Esta é, sublinhe-se, uma realidade transversal no panorama empresarial português da época. Apesar do aumento de tiragens dos jornais, foram vários os factores que contribuíram para a conjuntura deficitária do sector (queda das receitas publicitárias, aumento das despesas com pessoal e matérias-primas, etc), levando o Estado a financiar muitos jornais. No geral, o resultado financeiro da imprensa nacionalizada (1975) foi negativo e as medidas adoptadas insuficientes. Houve, efectivamente, uma má gestão das empresas jornalísticas, em parte também porque foram privilegiados os contactos político-partidários em detrimento das qualidades profissionais de gestores e administradores. Naturalmente, a débil situação financeira das empresas provocava o descontentamento dos seus trabalhadores, agudizando algumas tensões já existentes.

**Jornalistas.** No que diz respeito à situação profissional dos jornalistas no processo revolucionário, há a mencionar que a conquista mais relevante fora preparada ainda em 1973. Trata-se do Contrato Colectivo de Trabalho aprovado em Novembro de 1974, que significou aumentos salariais como até então não se havia visto. Como pudemos verificar, os jornais estatizados praticaram valores muito acima desse CCT. As lutas e reivindicações dos trabalhadores resultaram ainda em muitas outras conquistas em termos de horas de trabalho, folgas, dias de férias, pagamento de horas extras, etc. É, portanto, evidente que também na Imprensa houve conquistas significativas em termos laborais. Estendiam-se também a tipógrafos, revisores, gráficos, entre outros. Algumas dessas melhorias de condições laborais saíram de discussões de plenários de trabalhadores, votadas com braço no ar, sendo, depois, exigidas ao patronato.

O jornalista que ingressa, neste período, nas redacções de jornais fá-lo essencialmente por via da “militância política”. As redacções vão crescer nestes anos, entram mais mulheres mas continuam em número muito reduzido, aumenta a escolaridade dos jornalistas, diminuindo a média de idades de 1974 para 1975.

Acompanha-se, portanto, a tendência que vinha do Marcelismo, de acordo com as obras mencionadas ao longo deste trabalho.

Em termos sindicais houve também alguns avanços, mas, sobretudo, verificou-se uma ampla participação dos jornalistas nas Assembleias gerais do SJ, muitas delas conturbadas, dada a forma “acesa” de debate. Resultavam em muitos comunicados de protesto ou apoio aos principais casos que envolviam o sector. Mudaram-se os corpos gerentes, através de eleições (afastando uma direcção próxima do PCP, o que acontecera em muitos outros Sindicatos) e os estatutos do SJ são aprovados, sendo criadas novas regras para admissão de sócios.

**Poder.** Relativamente às relações entre a Imprensa e os órgãos de Poder, é possível concluir que houve, efectivamente, algumas rupturas mas também continuidades por comparação com o período ditatorial. Se, por um lado, o Exame Prévio fora abolido e, por consequência, os jornalistas puderam passar a escrever livremente, o novo Poder político-militar vai revelar uma tendência para o condicionamento – ou, pelo menos, para a supervisão – dos média. A Comissão ad hoc prevista no Programa do MFA, o «Projecto Jesuíno» e a Lei da Censura Militar são disso exemplos. Porém, apenas a primeira funcionará e com uma actuação muito reduzida (mas polémica). Por outro lado, a Lei de Imprensa, aprovada em Fevereiro de 1975, significava uma óbvia ruptura com qualquer tipo de autoritarismo e um sinal de que a legitimidade revolucionária não poderia justificar atropelos à liberdade de Imprensa. Também por isso, é contestada e desrespeitada algumas vezes.

O que verificamos é que não existe uma política de Informação definida e sustentada ao longo destes meses (só a partir do Verão de 1975 começam a surgir alguns planos), tal como, aliás, sucedia na política portuguesa em geral. A instabilidade provocada por sucessivas mudanças de governos e de ministros da Comunicação Social com certeza terá contribuído para tal. Ainda assim, foram prioridades desde o primeiro Executivo, a elaboração da Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema e a garantia de independência e pluralismo dos média. Porém, quanto a esta última, as opiniões dos ministros foram divergindo. Se, por exemplo, Sanches Osório falava em “escalada” comunista nos órgãos de comunicação, Correia Jesuíno afirmava taxativamente que o Partido Comunista não os controlava. Este último, revelava uma concepção de informação como “arma revolucionária” e dos jornalistas enquanto participantes no processo revolucionário, no sentido em que deveriam estar próximos do Programa do MFA e das orientações do governo. Admitia uma postura interpretativa

mas não de ataque. Era a “legitimidade revolucionária” a justificar um jornalismo mais próximo da propaganda do que dos princípios de investigação e escrutínio do Poder. Por isso, Correia Jesuino foi alvo de grande contestação por parte da Imprensa privada, que não se revia nas suas ideias.

No essencial, podemos dizer que a actuação do MCS se centrou nas nomeações e exonerações de directores e administradores de órgãos de comunicação social, na preparação e aprovação da lei de Imprensa, no saneamento de funcionários e, depois, no desenvolvimento de medidas imediatas de apoio financeiro às empresas jornalísticas. Uma reestruturação do sector não é concretizada, pelo que, entre múltiplas pressões e conflitos que envolviam os média, a actuação do MCS foi mais num sentido de resolver problemas imediatos e de assegurar o seu domínio, do que pensar num sistema mediático a longo prazo.

Em suma, a par das características singulares que acabámos de mencionar e que têm que ver com o tipo de jornalismo praticado, a evolução da situação profissional e a organização do sector, parece-nos que, na Imprensa portuguesa, se verificaram, *grossomodo*, as principais tendências que marcaram os vários campos da sociedade portuguesa em 1974-1975, que sintetizamos:

- um momento inicial de ruptura com o anterior regime;
- vaga de purgas políticas com características e justificações diversas;
- conflitos laborais e movimento reivindicativo por melhores condições de trabalho;
- pressões político-militares e lutas pelo seu domínio;
- continuidade de tendências que emergiram no Marcelismo;
- produção de nova legislação;
- conjuntura de crise e dependência estatal;
- confronto entre legitimidade revolucionária e legalidade democrática.

Depois de analisada a imprensa em geral entre 1974 e 1975, debruçámo-nos sobre quatro jornais nascidos no período revolucionário. As conclusões a que chegámos acabaram por ser, em parte, inesperadas. Partindo, como referimos na introdução, das teses de vários autores sobre as particularidades e objectivos da imprensa surgida no pós *11 de Março*, acabámos por concluir que a relevância destes títulos no jogo político de então foi bastante superior ao que inicialmente supúnhamos. O mesmo sucedeu

relativamente à complexidade das relações entre os periódicos e as forças político-militares não só no processo de criação das novas empresas jornalísticas como, depois, no quotidiano de trabalho nas redacções. Formulámos inicialmente algumas questões de partida, às quais tentámos responder ao longo desta tese e que sintetizamos de seguida.

Em primeiro lugar, parece-nos evidente que a conjuntura política e mediática foi determinante para o surgimento dos novos periódicos. Isto é, foi, em grande medida, o tipo de jornalismo praticado nos jornais estatizados, a forma como estes se empenhavam, na generalidade, no projecto “revolucionário”, como se organizaram e mobilizaram, que motivou a criação de novos jornais, com redactores descontentes e pretendendo afirmar-se como uma alternativa. O mesmo poder-se-á dizer do contexto político vivido, de hegemonia do PCP e dos sectores afectos a Vasco Gonçalves, no qual estes projectos jornalísticos não se reviam. Foram uma resposta a estes dois factores e souberam aproveitar bem o elevado número de leitores que pretendia um outro olhar sobre os acontecimentos.

Surgiram, assim, em 1975, com objectivos claros: participar na construção do “socialismo” (como todos referiam), na defesa de legalidade democrática (uma das características mais vincadas dos quatro títulos) e oferecer aos leitores um jornalismo que, tomando posições, fosse mais pluralista, independente e criativo. Na realidade, como vimos, tratam-se de conceitos cujas fronteiras são ténues, difíceis de aferir de forma inequívoca. Todavia, concluímos também que houve outras circunstâncias que levaram à criação destes jornais. *A Luta*, por exemplo, deriva do conflito em torno do *República*. Já o *Tempo* acabou por ser um projecto bem diferente do que inicialmente se previa, desde logo porque não foi possível fazê-lo em formato diário.

Se é verdade que estes periódicos vão dar voz a figuras, partidos e organizações que tinham pouco (ou negativo) protagonismo por comparação com outros, é também impossível rejeitar certas ligações a partidos, militares e políticos. Pelo menos em termos de influência, partilha de ideias e de objectivos naquele momento do processo de transição democrática. A este respeito, as ligações d’*A Luta* ao PS são as mais evidentes.

Por outro lado, em termos de inovações e características, cada um dos jornais apresenta algumas particularidades, havendo igualmente aspectos comuns entre eles (ou entre alguns deles). Em termos de imagem gráfica, todos eles revelavam criatividade e um esforço de ruptura com o desenho clássico dos jornais portugueses, inspirando-se, para isso, na imprensa inglesa e francesa. Logotipos como o do *Jornal Novo* e d’*O*

*Jornal* ganham particular destaque, enquanto, por exemplo, a paginação do *Tempo* é ainda algo conservadora. Quanto às redacções, todos eles conjugaram a experiência de jornalistas que haviam passado por vários órgãos, com a aposta em jovens que estavam ainda a dar os primeiros passos. No caso de *O Jornal*, isso foi menos visível porque quase todos os redactores se haviam cruzado noutros periódicos. Novas e diferentes formas de organização empresarial estão na base destes periódicos.

A aposta em colaboradores de grande qualidade intelectual e de diferentes áreas foi marcante no *Jornal Novo*, n' *O Jornal* e n' *A Luta*, onde escreveram Eduardo Lourenço, Marcelo Rebelo de Sousa, Vergílio Ferreira, Luís de Sttau Monteiro, Fernando Namora, Natália Correia, Vitorino Magalhães Godinho, entre outros. O *Tempo* apostou em duas personalidades (Vera Lagoa e Manuel de Portugal) que “polemizaram” bastantes nos seus textos, escritos num estilo consideravelmente diferente dos outros. Empenharam-se todos eles num tipo de jornalismo interpretativo, procuraram temas até então pouco abordados (com destaque para *O Jornal*), divulgaram, em primeira mão, notícias que marcaram o período (*Jornal Novo*), publicaram conteúdos humorísticos (particularmente *O Jornal* e o *Jornal Novo*), criaram espaços que apelavam à participação dos leitores (*Tempo*), envolveram-se e provocaram polémicas, publicaram editoriais fortes e bastante críticos e opuseram-se às várias tentativas de condicionamento da liberdade de Imprensa. Mas também nos seus textos se confundiam, por vezes, opinião com informação e se procurou agitar ainda mais um período muito conturbado.

Finalmente, no que diz respeito aos seus conteúdos, destaque-se o protagonismo que também eles concedem aos temas políticos, designadamente aos trabalhos em curso na Assembleia Constituinte, o que, aliás, não surpreende dada a posição que todos manifestam de apoio intransigente às eleições. Respondendo à última questão que colocámos – o posicionamento face ao «gonçalvismo» - o que pudemos aferir foi um tom de crítica sobre Vasco Gonçalves e os seus governos provisórios. São salientadas as fragilidades (na opinião dos jornais) dos seus governos, a controvérsia que a figura do Primeiro-ministro suscita e algumas soluções que propõe, como a constituição do Directório, muito criticada sobretudo pelo *Jornal Novo* e o *Tempo*.

O discurso em Almada foi, talvez, o ponto mais sensível, originando comentários duríssimos de todos eles. A queda do V governo provisório e o afastamento da cena política de Vasco Gonçalves são retratados como algo muito positivo para o país e o VI governo visto como uma esperança (*A Luta* e o *Tempo* destacam-se nesta

linha de pensamento), ainda que com algumas notas de apreensão (*Jornal Novo* e *O Jornal*).

O PCP é também alvo de críticas, substancialmente mais notórias no *Tempo*, enquanto nos outros periódicos muitas vezes de forma subtil. Por outro lado, PS e Mário Soares têm bastante protagonismo nestes jornais, designadamente através das entrevistas que lhe fazem no contexto da saída do partido do IV governo. No fundamental, os quatro jornais defendem o «Documento dos Nove» como sendo a via mais adequada para o futuro do país - dando-lhe amplo relevo e enquadrando-o de uma forma bastante elogiosa - e, também por isso, se manifestam contra a permanência de Vasco Gonçalves enquanto chefe de governo.

Este foi, na verdade, um momento único da história do jornalismo do Portugal Contemporâneo. Viveu-se, simultaneamente, um período de libertação e de esperança para um melhor exercício da profissão de jornalista, mas também de empenho na construção de uma nova sociedade e de um novo regime, independentemente dos pontos de vista ideológicos de cada corrente que então emergiu. As páginas dos jornais reflectiam tudo isso, com mais ou menos críticas e elogios, maior ou menor entusiasmo, de forma mais ou menos clara, com avanços e recuos, tudo isso dependendo das fases da revolução e do que estava em causa em cada uma delas.

Num tempo em que tudo – ou praticamente tudo – era política, o jornalismo entrou nesse jogo de lutas e de confrontação. A Imprensa que nasce com a revolução foi – como esperamos ter demonstrado – uma peça de grande relevância para uma das vias propostas para o país. Para mais tarde ficaram os debates sobre as fronteiras entre o jornalismo e a política, a interpretação e a opinião. A urgência estava na defesa de um projecto político pluralista e assente no respeito pelo acto eleitoral. Com todas as suas particularidades, foi essa a luta principal destes novos jornais.

## Lista de Quadros e Gráficos

		Página
Quadro 1	Mudanças nas direcções dos jornais de Lisboa (1974)	46
Quadro 2	Situação financeira dos jornais em 1975	77
Quadro 3	Financiamento do Estado, em avales, às empresas jornalísticas (1975)	78
Quadro 4	Evolução do número de jornalistas (1974-1975)	84
Quadro 5	Habilitações literárias dos jornalistas (1973 e 1975)	84
Quadro 6	Contratos Colectivos de Trabalho - 1971 e 1974	86
Quadro 7	Salários das redacções do <i>Diário de Notícias</i> , <i>Diário Popular</i> e <i>A Capital</i>	88
Quadro 8	Composição da Comissão <i>ad hoc</i> para os média	100
Quadro 9	Principais cargos do Ministério da Comunicação Social	110
Quadro 10	Composição da Redacção do <i>Jornal Novo</i> (1975)	147
Quadro 11	Estrutura da primeira edição do <i>Jornal Novo</i> em termos de secções	150
Quadro 12	Fundadores accionistas d' <i>O Jornal</i>	182
Quadro 13	Estrutura da primeira edição d' <i>O Jornal</i> em termos de secções	188
Gráfico 1	Evolução do número de tiragens d' <i>O Jornal</i> (20 de Jun. a 14 de Nov. de 1975)	189
Quadro 14	Rúbricas d' <i>O Jornal</i>	195
Quadro 15	Ficha técnica do jornal <i>Tempo</i>	233
Quadro 16	Estrutura da primeira edição do <i>Tempo</i> em termos de secções	235
Gráfico 2	Evolução do número de tiragens do <i>Tempo</i> (24 Julho a 20 de Novembro de 1975)	236
Quadro 17	Rúbricas do jornal <i>Tempo</i> elaboradas pela equipa do jornal	239
Quadro 18	Rúbricas do jornal <i>Tempo</i> com participação de leitores	240
Quadro 19	Redacção inicial d' <i>A Luta</i>	272
Quadro 20	Estrutura da primeira edição d' <i>A Luta</i> em termos de secções	275

## Lista de Figuras

		Página
Figura 1	<i>Jornal Novo</i> , 5 de Maio de 1975	159
Figura 2	<i>Jornal Novo</i> , 3 de Julho de 1975.	159
Figura 3	<i>Jornal Novo</i> , 20 de Agosto de 1975.	159
Figura 4	<i>Jornal Novo</i> , 25 de Julho de 1975.	160
Figura 5	<i>Jornal Novo</i> , 21 de Agosto de 1975.	160
Figura 6	<i>Jornal Novo</i> , 7 de Julho de 1975.	164
Figura 7	<i>Jornal Novo</i> , 5 de Agosto de 1975.	164
Figura 8	<i>Jornal Novo</i> , 7 de Agosto de 1975.	165
Figura 9	<i>Jornal Novo</i> , 13 de Agosto de 1975.	165
Figura 10	<i>Jornal Novo</i> , 31 de Outubro de 1975.	165
Figura 11	<i>Jornal Novo</i> , 3 de Novembro de 1975.	165
Figura 12	<i>Jornal Novo</i> , 19 de Novembro de 1975.	166
Figura 13	<i>O Jornal</i> , 2 de Maio de 1975.	201
Figura 14	<i>O Jornal</i> , 27 de Junho de 1975.	202
Figura 15	<i>O Jornal</i> , 11 de Julho de 1975.	202
Figura 16	<i>A Luta</i> , 30 de Agosto de 1975.	284
Figura 17	<i>A Luta</i> , 2 de Setembro de 1975.	284
Figura 18	<i>A Luta</i> , 2 de Outubro de 1975.	284
Figura 19	<i>A Luta</i> , 4 de Outubro de 1975.	290
Figura 20	<i>A Luta</i> , 25 de Outubro de 1975.	291



## Fontes e Bibliografia

### Arquivos

Arquivo da Fundação Mário Soares/Casa Comum

Arquivo do Sindicato dos Jornalistas

Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros

Arquivo da Radiotelevisão Portuguesa

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

Depósito Geral do Pendão à guarda do Gabinete para os Meios de Comunicação Social

Imprensa Nacional Casa da Moeda (Diário da República)

### Relatórios oficiais

*A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979.

### Jornais e Revistas

*Avante* (1974-1975)

*A Capital* (1974)

*A Luta* (1975)

*Diário de Lisboa* (1974-1975)

*Diário de Notícias* (1974-1975; 2014)

*Diário Popular* (1974-1975)

*Expresso* (1974-1975)

*Época* (1974)

*Jornal do Caso República* (1975)

*Jornal do Comércio* (1975)

*Jornal de Notícias* (1974-1975)

*Jornal i* (2016)

*Jornal Novo* (1975-1976)

*Novidades* (1974)  
*O Diabo* (1992)  
*O Jornal* (1975; 1992)  
*O Primeiro de Janeiro* (1974-1975)  
*O Século* (1974-1975)  
*Público* (2002)  
*República* (1974-1975)  
*Sábado* (2017)  
*Seara Nova* (1974)  
*Sempre Fixe* (1975)  
*Sol* (2017)  
*Tempo* (1975-1976)

### **Entrevistas realizadas pelo autor**

Maria Antónia Palla, Lisboa, 19 de Fevereiro de 2013.  
Joaquim Letria, Lisboa, 10 de Maio de 2013.  
Albino Ribeiro Cardoso, Lisboa, 23 de Novembro de 2015.  
Marise Oliveira, Lisboa, 22 de Novembro de 2016.  
José Antunes, Lisboa, 3 de Dezembro de 2016.  
Hermínio Clemente, Massamá, 5 de Dezembro de 2016.  
Lurdes Feio, Cascais, 10 de Janeiro de 2017.  
Luís Almeida Martins, Paço D'Arcos, 12 de Janeiro de 2017.  
Fernando Gaspar, Lisboa, 21 de Janeiro de 2017.  
João Segurado, Lisboa, 21 de Março de 2017.  
João Grego Esteves, Lisboa, 4 de Maio de 2017.  
Francisco Belard, Lisboa, 11 de Maio de 2017.  
Helena Marques, Oeiras, 12 de Maio de 2017.  
João Gomes, Lisboa, 22 de Maio de 2017.  
Diogo Pires Aurélio, Lisboa, 10 de Julho de 2017.  
Alexandre Pomar, Lisboa, 18 de Julho de 2017.  
Carlos Ventura Martins, Lisboa, 14 de Dezembro de 2017.  
José Sasportes, Lisboa, Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.  
Artur Portela Filho, Lisboa, 18 de Janeiro de 2018.

## **Entrevistas realizadas pelo autor no âmbito de outros trabalhos**

Orlando Raimundo, Lisboa, 16 de Fevereiro de 2011.

Mário Contumélias, Lisboa, 21 de Março de 2011.

Francisco Máximo, Lisboa, 23 de Março de 2011.

Luís de Barros, Lisboa, 23 de Abril de 2011.

José Jorge Letria, Lisboa, 17 de Maio de 2011.

Daniel Ricardo, Paço D'Arcos, 29 de Setembro de 2011.

José Carlos de Vasconcelos, Paço D'Arcos, 9 de Fevereiro de 2012.

João Candeias, Lisboa, 3 de Julho de 2012.

Vasco Lourenço, Lisboa, 10 de Julho de 2012.

## **Memórias, Testemunhos, Discursos e Crónicas**

AVILLEZ, Maria João, *Soares: Ditadura e Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

AZEVEDO, Manuela de, *Memória de uma mulher de Letras*. Porto: Afrontamento, 2010.

CARDOSO, Ribeiro, *O 25 de Novembro de 1975 e os Media Estatizados*. Lisboa: Caminho, 2017.

CARVALHO, Otelio Saraiva de, *Alvorada em Abril*. Lisboa: Publicações Alfa, 1991.

DIL, Fernando e PINA, Carlos, *Operação República*. Lisboa: Terceiro Mundo, 1975

FOYOS, Pedro, *O Caso do Jornal Assaltado*. Lisboa: Prelo, 2016.

FRÉMONTIER, Jacques, *Portugal – os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes Editora, 1976.

GONÇALVES, Vasco, *Discursos*. Porto: Edição Popular, 1976.

LAGOA, Vera, *Bisbilhotices*. Amadora: Editorial Ibis, 1968.

LAGOA, Vera, *Crónicas do Tempo*. Porto: Livraria Internacional, 1975.

LAGOA, Vera, *Revolucionários que eu conheci*. Lisboa: Intervenção, 1977.

LETRIA, José Jorge, *E tudo era possível. Retrato de juventude com Abril em fundo*. Lisboa: Clube do autor, 2013.

MARTINS, Luís Paixão, *Tinha tudo para correr mal*. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

MATOS, Álvaro Costa e GRAÇA, Afonso (Org.), *O Jornalismo Português: Passado, Presente e Futuro*. Lisboa: CML/HML, 2004.

MONTEIRO, Luís de Sttau, *Redacções da Guidinha*. Lisboa: Ática, 1971.

- OSÓRIO, Sanches, *O Equívoco do 25 de Abril*. Lisboa: Intervenção, 1975.
- PALLA, Maria Antónia, “A Liberdade de Imprensa após o 25 de Abril”. In *O Jornalismo Português: Passado, Presidente e Futuro*, Org. Álvaro Costa Matos e Graça Franco. Lisboa: CML/HML, 2004, pp. 22-27.
- PALLA, Maria Antónia, REIS, Patrícia, *Viver pela Liberdade*. Lisboa: Matéria-Prima, 2014.
- PINTO, José Silva, “Génese de um jornal irrepetível”. In Sítio do Clube dos Jornalistas, [http://www.clubedejornalistas.pt consultado em Dezembro de 2016], 2015.
- PINTO, Pedro Feytor, *Na Sombra do Poder*. Lisboa: Dom Quixote, 2011.
- PIRES, Fernando, *Os meus 50 anos no Diário de Notícias*. Lisboa: JM Edições, 2012.
- PORTUGAL, Manuel de, *Crónicas e Cartas de Manuel de Portugal*. Lisboa: Ulisseia, 1976.
- PORTUGAL, Manuel de, *Crónicas e Cartas de Manuel de Portugal – Um ano depois*. Lisboa: Ulisseia, 1977.
- RAMOS, António Ruella, “A Primeira de todas as liberdades”. In *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Org. Mário Mesquita e José Rebelo. Porto: Afrontamento, 1994.
- ROCHA, Nuno, *Memórias de um ano de Revolução*. Lisboa: Edição Somuna, 1975.
- ROSA, Dora Santos, *Joaquim Letria sem papas na língua – conversa com Joaquim Letria*. Lisboa: Âncora Editora, 2014.
- SANTOS, António Almeida, *Quase Memórias. Do Colonialismo e da Descolonização*. I Vol. Lisboa: Casa das Letras, 2006.
- SANTOS, José Ribeiro dos, *Memórias da Memória*. Lisboa: Edições Rolim, 1986.
- SARAMAGO, José, *Os Apontamentos*. Lisboa: Caminho, 1990.
- SEABRA, Zita, *Foi Assim*. Lisboa: Alêtheia, 2007.
- SOARES, Mário, *Portugal: que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas&Realidades, 1976.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *A Revolução Nascimento do e o PPD*. Vol. 1. Lisboa: Bertrand Editora, 2000.

### **Dicionários e cronologias**

- ANDRADE, Adriano da Guerra (Org.), *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.

BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento Século XX, 3Vols. Porto: Figueirinhas, 1999-2000.

LEMOS, Mário, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.

REIS, António, REZOLA, Maria Inácia e SANTOS, Paula Borges (Coord.), *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril*. Porto: Figueirinhas, 2016-2018.

ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão de (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 Vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa, CRUZEIRO, Maria Manuela e COIMBRA, Natércia, *O Pulsar da Revolução*. Coimbra: Afrontamento/CD25AUC, 1997.

## **Bibliografia**

AAVV., *Liberdade de Expressão, Expressão de Liberdade: Conclusões, Teses, Documentos*. Lisboa: Comissão Executiva do I Congresso de Jornalistas Portugueses, 1982.

ADEMAR, Carlos, *Vítor Alves – O Homem, o Militar, o Político*. Lisboa: Parsifal, 2015.

ALCOBIA, Telmo, *Os Cartoons de João Abel Manta*. Dissertação de Mestrado em Desenho, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2008.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de, *Camponeses, Cultura e Revolução*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

AMARAL, Luciano, *Economia Portuguesa – as últimas décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.

ANTUNES, José Freire, *O Segredo do 25 de Novembro*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

AZEVEDO, Cândido de, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho, 1999.

BALSEMÃO, Francisco C.P., *Informar ou depender?* Lisboa: Edições Ática, 1971.

BAPTISTA, Carla, *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses*. Lisboa: Escritório Editora, 2012.

BAPTISTA, Carla e CORREIA, Fernando, *Jornalistas: do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho, 2007.

- BARBOSA, Marialva, “O que a história pode legar aos estudos de jornalismo”. In *Contracampo*, Nº12, Niterói: UFF, 2005, pp. 51-62.
- BARREIRA, Cecília, “Os Estilos de vida e convívio quotidiano”. In *Portugal 20 Anos de Democracia*, dir. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 492-495.
- BARRETO, António, CRUZ, Manuel Braga da et al. (Org.) *O 25 de Novembro e a democratização portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 2016.
- BÉDARIDE, François, “Tempo presente e presença da história”. In *Usos & Abusos da História Oral*, Org. Marieta Ferreira e Janaína Amado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 219-230.
- BLOCH, Marc, *Introdução à História*, Lisboa: Edições Europa América, 2010.
- BORRAT, Héctor, *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.
- BORRAT, Héctor, “El periódico, actor del sistema político”, in *Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura*. Barcelona: UAB, 1989, pp. 67-80.
- BORDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa: Diefel, 1994.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter, *Uma História Social da Mídia*, Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BRITO, J. M. Brandão de (Dir.), *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- BRITO, J. M. Brandão de e RODRIGUES, Cristina, *A UGT na História do Movimento Sindical Português, 1970-90*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.
- BURKE, Peter, *Variedades de história cultural*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.
- CABRERA, Ana, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- CABRERA, Ana (Org.), *Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.
- CÁDIMA, Francisco Rui, *História e Crítica da Comunicação*. Lisboa: Século XXI, 1996.
- CÁDIMA, Francisco Rui, “Os «Media» na Revolução (1974-1976)”. In *O País em Revolução*, Coord. J. M. Brandão de Brito, pp. 321-358. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- CÁDIMA, Francisco Rui, *História, Media e Poder*. Porto: Quatrocê, 2013.
- CAMILO, Eduardo J. M., *O cartaz partidário em Portugal (1974-1975)*. Covilhã: UBI, 2004.

CARVALHO, Alberto Arons, *Conselho de Imprensa Português: dez anos de actividade*. Trabalho de síntese para prova de competência científica, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 1986.

CARVALHO, Alberto Arons, *A Liberdade de Imprensa e o Conselho de Imprensa, 1975-1985*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social, 1986.

CARVALHO, Alberto Arons, *A Censura à Imprensa na época Marcelista*. Coimbra: MinervaCoimbra, 1999.

CASTANHHEIRA, José Pedro, *O que a censura cortou*. Lisboa: Expresso, 2009.

CASTAÑO, David, *Mário Soares e a Revolução*. Lisboa: Dom Quixote, 2013.

CAVACO, Suzana, *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista*. Lisboa Colibri, 2012.

CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.

CORREIA, João Carlos, “Media e cidadania. Sobre consenso e ideologia”. In *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, Covilhã: UBI, 2001.

CRATO, Nuno, *Comunicação Social – A Imprensa*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Costa Gomes – O Último Marechal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Vasco Gonçalves – Um General na Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

CURTO, Diogo Ramada, *Para que serve a história?* Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

DACOSTA, Fernando, *O Botequim da Liberdade*. Lisboa: Casa das Letras, 2013.

DÂMASO, Eduardo, *A Invasão Spínolista*. Lisboa: Fenda, 1999.

DIJK, Teun A. Van, *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2005.

DINIZ, Maria Clementina, “O Amor e a Sexualidade”. In *Portugal 20 Anos de Democracia*, dir. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 496-502.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe – Notas de Política internacional e Política de Defesa*. Aveiro: Publicações Pandora, 1985.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe*. In *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

FIGUEIRA, João, *Os jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007.

- FIGUEIRA, João, *O essencial sobre a imprensa portuguesa: 1974-2010*. Coimbra: Angelus Novus, 2012.
- FIGUEIRA, João, “Caso *República*. A morte de um jornal cansado de lutar”. In *A Revolução nos Média*, Coord. Maria I. Rezola e Pedro M. Gomes. Lisboa: Tinta-da-china, 2014, pp. 53-78.
- FONTCUBERTA, Mar, *A Notícia – pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- FRANÇA, Elisabete e MARQUES, Guiomar Belo, “O acesso à profissão de jornalista” In *I Congresso dos Jornalistas: conclusões, teses, documentos*, Lisboa, 1982, pp. 237-241.
- FRANCO, A. L., “A Experiência Revolucionária (1974-1975)”. In *Portugal: 20 anos de Democracia*. Coord. António Reis. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994. pp. 176-205.
- FRANCO, Graça, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- GARCIA, José Luís (Org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: ICS, 2009.
- GOMES, Adelino e CASTANHEIRA, José Pedro, *Os Dias Loucos do PREC*. Lisboa: Público/Expresso, 2006.
- GOMES, Adelino e CUNHA, Alfredo, *Os Rapazes dos Tanques*. Lisboa: Porto Editora, 2014.
- GOMES, Marco, *Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2009.
- GOMES, Marco, *Para onde vai Portugal? / Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)*. Tese de doutoramento em Letras, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015.
- GOMES, Pedro Marques, “O *Jornal Novo*, a Revolução e a Liberdade de Imprensa”. In *Revista Media & Jornalismo*, Nº 23, Vol. 12, Nº1. Lisboa: CIMJ, 2013, pp. 95-118.
- GOMES, Pedro Marques, *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.
- GOMES, Ricardo, *A Imprensa Diária Portuense no período revolucionário (1974/1975)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.
- GUERRA, João Paulo, *Dossier Comunicação Social*. Lisboa: Edições Avante, 1981.



- HOBSBAWM, Eric J., *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX (1914-1991)*. Lisboa: Presença, 1996.
- HOBSBAWM, Eric J., *Sobre la historia*. Barcelona: Biblioteca de Bolsillo, 2002.
- HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo, *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- LAINS, Pedro, FREIRE COSTA, Leonor, et al, *História Económica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.
- LE GOFF, Jacques, *História e Memória*. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.
- JEANNENEY, Jean-Noel, *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar, 2003.
- LIMA, Helena, *Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa: Tradição e Rupturas*. Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras a Universidade do Porto, 2008.
- LIMA, Helena, *A Imprensa portuense e os desafios da modernização*. Lisboa: Livros Horizonte, 2012.
- LIMA, Helena, “A Imprensa na 3ª República”. In *Uma História da Imprensa Lusófona*. Vol. II, Portugal. Org. Jorge P. Sousa, Helena Lima et. al. Lisboa: Media XXI, 2017, pp. 385-472.
- LOFF, Manuel, PIEDADE, Filipe e SOUTELO, Luciana (Coord.) *Ditaduras e Revolução – democracia e políticas da memória*. Coimbra: Almedina, 2016.
- LOFF, Manuel, “Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”. In *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória*. Coord. Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciana C. Soutelo. Coimbra: Almeida, 2016, pp. 23-143.
- LOURENÇO, Eduardo, *Os Militares e o Poder*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.
- LUÍS, Rita, *Spain and the Portuguese revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press*. Tese de Doutoramento em Comunicação, Universitat Pompeu Fabra, 2015.
- MACEDO, Jorge Borges de, “Para uma Epistemologia da Informação”. In *Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX-XX)*, Org. Ana Cabrera. Lisboa: Livros Horizonte, 2011, pp. 11-25.
- MAIA, António, “Sobre a análise do poder de Foucault”. In *Tempo Social*, nº 7 (1-2). São Paulo: USP, 1995, pp. 83-103.

- MANN, Michael, *The Sources of Social Power*, Vol. 1. New York: Cambridge University Press, 2005.
- MARCHI, Riccardo, *As raízes profundas não gelam? Ideias e percursos das direitas portuguesas*. Lisboa: Texto Editores, 2014.
- MARINHO, António L. e CARNEIRO, Mário, *1975 – o ano que terminou em Novembro*. Lisboa: Temas e Debates, 2015.
- MAXWELL, Kenneth, *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press, 1980.
- MAXWELL, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- McQuail, Denis, *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MEDINA, João, *Portugal Democrático*, In *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Vol. XIV. Lisboa: Ediclube, 1995.
- MESQUITA, Mário, “O Caso *República* ou o Símbolo Destruído». In *Cadernos de Imprensa*. Lisboa: Clube Português de Imprensa, 1987.
- MESQUITA, Mário, “Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975 da comissão *ad hoc* à Lei de Imprensa”. In *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8. Lisboa: CECL, 1988.
- MESQUITA, Mário, “Os Meios de Comunicação Social”. In *Portugal 20 Anos de Democracia*, dir. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 361-405.
- MESQUITA, Mário, “O Caso *República*. Um incidente crítico”. In *Revista de História das Ideias*, 16, pp. 507-554, Coimbra, 1994.
- MESQUITA, Mário, *O Quarto Equívoco. O Poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.
- MESQUITA, Mário e REBELO, José (Org.), *O 25 de Abril nos média internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- MARTINS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires (Coord.), *As Revoluções Contemporâneas*. Lisboa: Colibri, 2005.
- NORA, Pierre, “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In *Projecto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*. Vol. 10. São Paulo: PUC-SP, 1993, pp.7-28.

OLIVEIRA, J. M. Paquete de, *Formas de "censura oculta" na imprensa escrita em Portugal no pós 25 de Abril (1974-1987)*. Tese de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, ISCTE, 1988.

OLIVEIRA, J. M. Paquete de, *Comunicação e Quotidiano. Textos e Intervenções (1983-2016)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Aires, “A Descolonização: contornos e dinâmicas internacionais” In *Descolonização. A Solução*. Coord. Paula Cardoso Almeida, IV Vol. Vila do Conde: Verso da História, 2015, pp. 44-73.

PALLA, Maria Antónia, “A Liberdade de imprensa entre o poder e a independência”. In *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, Vol. 3. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp. 655-664.

PATRIARCA, Fátima, “A Revolução e a Questão Social: que Justiça Social?” In *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Org. Fernando Rosas. Lisboa: Edições Colibri, 1999, pp. 137-160.

PIMENTEL, Irene Flunser e REZOLA, Maria Inácia, (Coord.) *Democracia, Ditadura – Memória e Justiça Política*, Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

PIMENTEL, Irene Flunser e MELO, Helena Pereira de, *Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Clube do Autor, 2015.

PIMENTEL, Irene Flunser, *O Caso da PIDE/DGS*. Lisboa: Temas e Debates, 2017.

PINA, Sara, *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*, Coimbra: MinervaCoimbra, 1997.

PINTO, António Costa, “Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia 1974-1976” In *O País em Revolução*, Dir. J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, pp. 359-384.

PINTO, António Costa, “O Legado do Autoritarismo e a Transição para a Democracia, 1974-2004” In *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*, Coord. M. Conceição Meireles e Manuel Loff. Porto: Editora da Univ. do Porto, 2006, pp. 37-65.

PINTO, António Costa (Coord.), *A Busca da Democracia*. Lisboa: Objectiva, 2015.

PORTELLI, Alessandro, *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Lisboa: Edições Unipop, 2013.

RAMOS, Rui, “A revolução de 25 de Abril e o PREC (1974-1976). In *História de Portugal*, Coord. Rui Ramos. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 706-745.

REBELO, José, *O Discurso do Jornal – o como e o porquê*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

- REBELO, José (Org.), *Ser Jornalista em Portugal – Perfis Sociológicos*. Lisboa: Gradiva, 2011.
- REIS, António, “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização”. In *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, vol.3, pp. 13-62. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- REIS, António, “O Processo de Democratização”. In *Portugal 20 anos de democracia*, Coord. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 19-39.
- REIS, António, “O Partido Socialista e a defesa da democracia representativa pluralista”. In: *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Coord. Fernando Rosas. Lisboa: Colibri, 1999, pp. 49-61.
- REIS, António (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, 3 Vols. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- REIS, António (Coord.), *Portugal: 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- REZOLA, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.
- REZOLA, Maria Inácia, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.
- REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes – Uma Biografia Política*. Lisboa: Âncora, 2012.
- REZOLA, Maria Inácia, “Justiça e Transição: os juizes dos tribunais plenários”. In *Democracia e Ditadura: Memória e Justiça Política*, Coord. Irene F. Pimentel e M. Inácia Rezola. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, pp. 177- 2017.
- REZOLA, Maria Inácia, “Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo”. In *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, Número 0. Porto: SOPCOM, 2017, pp. 121-138.
- REZOLA, Maria Inácia e GOMES, Pedro Marques (Coord.), *A Revolução nos Media*. Lisboa: Tinta-da-China, 2014.
- RIBEIRO, Nelson, *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002.
- RIBEIRO, Sara, *O Caso República no contexto político-militar de 1975*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, ISCTE, 2013.

- RIBEIRO, Vasco, “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.<sup>a</sup> Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”. In *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV Série, Vol. 4, 2014, pp. 79-91.
- RICOEUR, Paul, *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes – no centro da tempestade*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.
- ROSAS, Fernando (Coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- ROSAS, Fernando, “O Marcelismo e a crise final do Estado Novo”. In *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Org. Fernando Rosas. Lisboa: Edições Colibri, 1999, pp. 9-27.
- ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.
- ROSAS, Fernando, *História e Memória – “Última lição” de Fernando Rosas*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.
- SANTOS, Paula Borges, *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975. O Caso Rádio Renascença*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- SANTOS, Rogério, *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. Coimbra: MinvervaCoimbra, 2017.
- SCHUDSON, Michael, *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*, New York: Basic Books, 1978.
- SEATON, Jean e Pimlott, Ben, “The Portuguese media in transition”. In *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, Dir. Kenneth Maxwell. Connecticut: Greenwood Press, 1983, pp 93-115.
- SILVA, João Céu e, *1975 – O Ano do Furacão Revolucionário*. Porto: Porto Editora, 2013.
- SILVEIRA, Joel da, *A Construção do Sistema Informativo em Portugal no Séc. XX*. Lisboa: Colibri, 2011.
- SOBREIRA, Rosa Maria, *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em Construção*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- SOUSA, Natália Neves dos, *Raúl Rêgo, O Jornalista e o Político*. Macedo de Cavaleiros: Poética Edições, 2014.

- SOUSA, Jorge Pedro, *As Notícias e os Seus Efeitos - As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.
- SOUSA, Jorge Pedro, LIMA, Helena *et al.* (Org.), *Uma História da Imprensa Lusófona*, Vol. II – Portugal. Lisboa: MediaXXI, 2017.
- SOUSA, Pedro Diniz, *A dramatização da imprensa do PREC*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.
- SUÁREZ, Miguel Pérez, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução portuguesa (1974-1975)*. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 2008.
- TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*, Vol. I. Lisboa: Presença, 2007.
- TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates, 2013.
- TORGAL, Luís Reis, *História? Que História?* Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- TRAQUINA, Nelson (Org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja, 1999.
- TRAVERSO, Enzo, *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.
- TUCHMAN, Gaye, “A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas”. In *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Org. Nelson Traquina. Lisboa: Veja, 1999, pp. 74-90.
- TUCHMAN, Gaye, “Contando ‘Estórias’”. In *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Org. Nelson Traquina. Lisboa: Veja, 1999, pp. 258-262.
- VARELA, Raquel, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.
- VARELA, Raquel, “O PCP quis «tomar o poder?»” In *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2012, pp. 139-160.
- VEIGA, Ivo, *O Boletim do MFA e o Processo Revolucionário Português*. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 2008.
- VENTURA, Isabel, *As Primeiras Mulheres Repórteres. Portugal nos anos 60 e 70*. Lisboa: Tinta-da-china, 2012.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo, *Os Jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.

VOLTMER, Katrin (Eds.), *Mass Media and Political Communication in New Democracies*. New York: Routledge/ECPR, 2006.

WEBER, Max, *Três tipos de Poder*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

## Anexo

### Exemplos de capas de jornais



Jornal Novo, 17 de Abril de 1975.



Jornal Novo, 8 de Agosto de 1975.



O Jornal, 30 de Maio de 1975.



O Jornal, 10 de Outubro de 1975.





Tempo, 29 de Maio de 1975.



Tempo, 14 de Agosto de 1975.



A Luta, 3 de Setembro de 1975.



A Luta, 6 de Outubro de 1975.